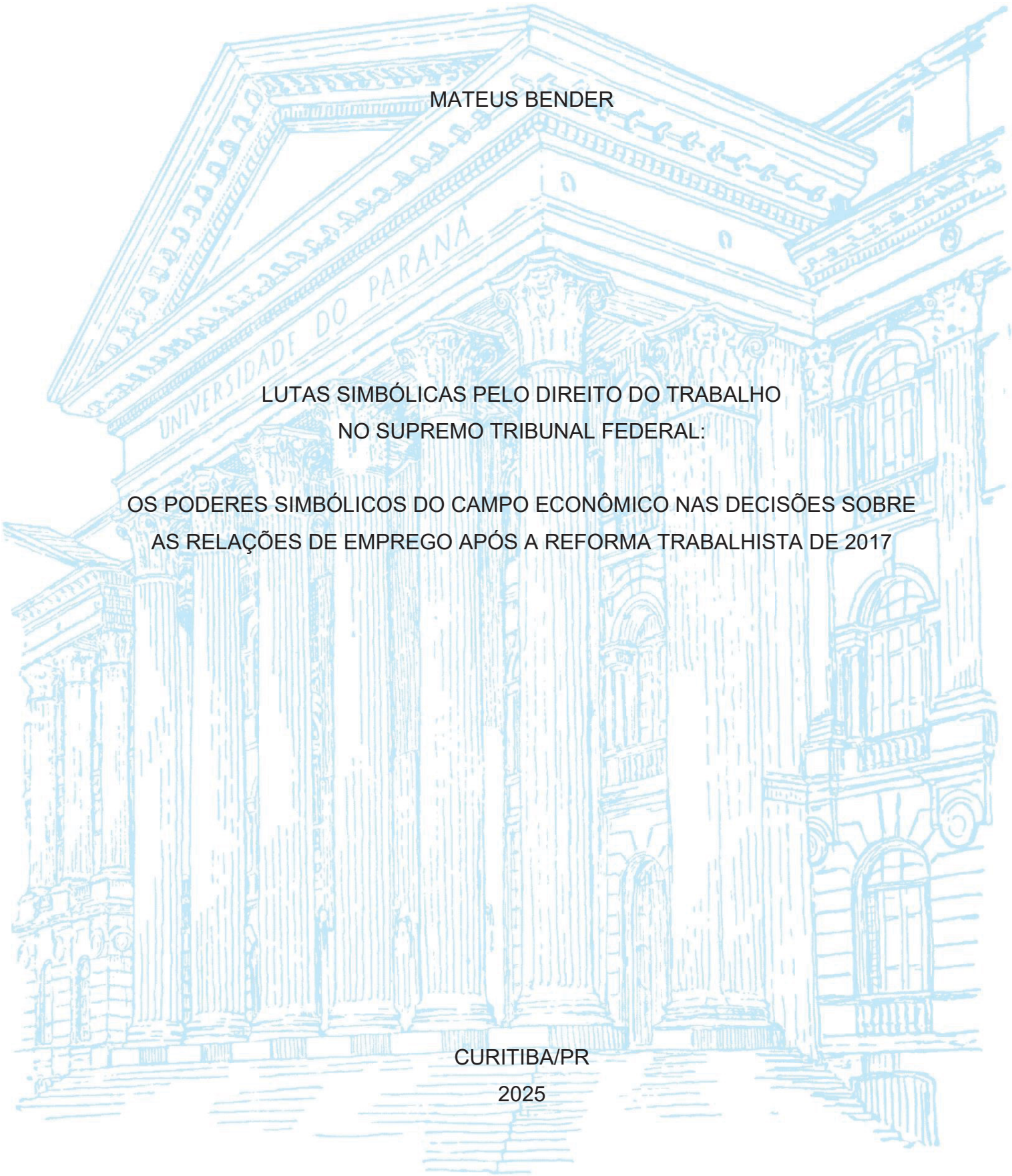
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MATEUS BENDER



LUTAS SIMBÓLICAS PELO DIREITO DO TRABALHO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL:

OS PODERES SIMBÓLICOS DO CAMPO ECONÔMICO NAS DECISÕES SOBRE AS RELAÇÕES DE EMPREGO APÓS A REFORMA TRABALHISTA DE 2017

CURITIBA/PR

2025

MATEUS BENDER

LUTAS SIMBÓLICAS PELO DIREITO DO TRABALHO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: OS PODERES SIMBÓLICOS DO CAMPO ECONÔMICO NAS DECISÕES SOBRE AS RELAÇÕES DE EMPREGO APÓS A REFORMA TRABALHISTA DE 2017.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito, Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Direito.

Orientador: Prof. Dr. Abili Lázaro Castro de Lima

CURITIBA

2025

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

Bender, Mateus
Lutas simbólicas pelo direito do trabalho no Supremo Tribunal Federal: os poderes simbólicos do campo econômico nas decisões sobre as relações de emprego após a reforma trabalhista de 2017 / Mateus Bender. – Curitiba, 2025.
1 recurso on-line : PDF.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-graduação em Direito.
Orientador: Abili Lázaro Castro de Lima.

1. Direito do trabalho. 2. Sociologia jurídica. 3. Reforma trabalhista. 4. Relações trabalhistas. I. Lima, Abili Lázaro Castro de. II. Título. III. Universidade Federal do Paraná.

Bibliotecário: Pedro Paulo Aquilante Junior – CRB-9/1626

ATA Nº561

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE DOUTORADO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTOR EM DIREITO

No dia vinte e um de março de dois mil e vinte e cinco às 13:30 horas, na sala de Defesas - 317, PPGD UFPR - Praça Santos Andrade, 50 - 3º andar, foram instaladas as atividades pertinentes ao rito de defesa de tese do doutorando **MATEUS BENDER**, intitulada: **LUTAS SIMBÓLICAS PELO DIREITO DO TRABALHO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: OS PODERES SIMBÓLICOS DO CAMPO ECONÔMICO NAS DECISÕES SOBRE AS RELAÇÕES DE EMPREGO APÓS A REFORMA TRABALHISTA DE 2017**, sob orientação do Prof. Dr. ABILI LÁZARO CASTRO DE LIMA. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação DIREITO da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes Membros: ABILI LÁZARO CASTRO DE LIMA (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), SAYONARA GRILLO COUTINHO (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO), ALDACY RACHID COUTINHO (CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVEL), NOA PIATA BASSFELD GNATA (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARNÁ), CELSO LUIZ LUDWIG (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ). A presidência iniciou os ritos definidos pelo Colegiado do Programa e, após exarados os pareceres dos membros do comitê examinador e da respectiva contra argumentação, ocorreu a leitura do parecer final da banca examinadora, que decidiu pela APROVAÇÃO. Este resultado deverá ser homologado pelo Colegiado do programa, mediante o atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca dentro dos prazos regimentais definidos pelo programa. A outorga de título de doutor está condicionada ao atendimento de todos os requisitos e prazos determinados no regimento do Programa de Pós-Graduação. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, ABILI LÁZARO CASTRO DE LIMA, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos demais membros da Comissão Examinadora.

CURITIBA, 21 de Março de 2025.

Assinatura Eletrônica
24/03/2025 13:19:32.0
ABILI LÁZARO CASTRO DE LIMA
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica
23/03/2025 14:00:12.0
SAYONARA GRILLO COUTINHO
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO)

Assinatura Eletrônica
21/03/2025 17:58:17.0
ALDACY RACHID COUTINHO
Avaliador Externo (CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVEL)

Assinatura Eletrônica
21/03/2025 17:24:09.0
NOA PIATA BASSFELD GNATA
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARNÁ)

Assinatura Eletrônica
21/03/2025 18:39:50.0
CELSO LUIZ LUDWIG
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.
Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 434106
Para autenticar este documento/assinatura, acesse https://siga.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp e insira o codigo 434106

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação DIREITO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **MATEUS BENDER**, intitulada: **LUTAS SIMBÓLICAS PELO DIREITO DO TRABALHO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: OS PODERES SIMBÓLICOS DO CAMPO ECONÔMICO NAS DECISÕES SOBRE AS RELAÇÕES DE EMPREGO APÓS A REFORMA TRABALHISTA DE 2017**, sob orientação do Prof. Dr. ABILI LÁZARO CASTRO DE LIMA, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 21 de Março de 2025.

Assinatura Eletrônica
24/03/2025 13:19:32.0
ABILI LÁZARO CASTRO DE LIMA
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica
23/03/2025 14:00:12.0
SAYONARA GRILLO COUTINHO
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO)

Assinatura Eletrônica
21/03/2025 17:58:17.0
ALDACY RACHID COUTINHO
Avaliador Externo (CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVEL)

Assinatura Eletrônica
21/03/2025 17:24:09.0
NOA PIATA BASSFELD GNATA
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARNÁ)

Assinatura Eletrônica
21/03/2025 18:39:50.0
CELSO LUIZ LUDWIG
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.
Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 434106
Para autenticar este documento/assinatura, acesse https://siga.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp e insira o codigo 434106

Aos meus pais.

AGRADECIMENTOS

Aproximo-me da conclusão de um sonho. Não é nada fácil concluir uma Pós-Graduação em uma Universidade Federal de tamanho prestígio como a UFPR. São diversas lutas, e não apenas contra nós mesmos, contra nossos medos, ansiedades e limitações, mas disputas contra os desafios diários que nos são impostos e que devemos enfrentá-los para vencê-los e alcançar nossos sonhos. Nessas lutas, contamos sempre com uma equipe de apoio – e eu tenho uma muito boa! Com certeza eu não conseguiria atingir esse sonho sem o auxílio e a contribuição de muitas pessoas. Sou muito grato a todos e a todas que permitiram esse sonho.

Agradeço, especialmente, ao Professor Abili Lázaro Castro de Lima, orientador desta pesquisa. São quase dez anos de discussões teóricas, sociais, políticas e futebolísticas, ou seja, desde antes de meu ingresso no Programa de Pós-Graduação em Direito na UFPR discutimos sobre questões relacionadas ao tema da pesquisa. Paciente, compreensível, respeitoso, aberto, proporcionou o desenvolvimento dessa pesquisa de uma forma leve e tranquila, o que foi muito importante para atender aos prazos e requisitos de conclusão – e sem maiores consequências físicas e/ou psicológicas.

Aos membros da banca de qualificação dessa tese, Professores Celso Luiz Ludwig, Noa Piatã Bassfeld Gnata e Jacques Mick, muito obrigado pelas contribuições, as quais foram fundamentais para a conclusão dessa pesquisa. Também gostaria de agradecer aos demais Professores e Professoras que eu tive a oportunidade de conviver no PPGD/UFPR. Infelizmente, em razão da pandemia, todas as disciplinas obrigatórias que cursei ocorreram de modo online, mas de forma alguma isso impediu a troca do conhecimento entre colegas e professores. Cada um contribuiu à sua maneira para minha formação. Por isso, meu muito obrigado aos Professores Celso Luiz Ludwig, Sidnei Machado, Cesar Antônio Serbena, Ricardo Marcelo Fonseca, Fabrício Ricardo de Limas Tomio, Heloísa Fernandes Câmara, Kátya Kozicki, Luis Fernando Lopes Pereira e Ilton Norberto Robl Filho. Estendo minha gratidão aos funcionários da UFPR em proporcionar o pleno funcionamento do PPGD e de outras instâncias necessárias para a conclusão de pesquisas como essa.

Meus agradecimentos também devem ir para a UFSC, onde aprofundei meus estudos na Sociologia, e permitiu o debate dessa pesquisa sob a perspectiva da teoria social de Pierre Bourdieu. Ao professor Jacques Mick, orientador da outra pesquisa

doutoral, executada no PPG de Sociologia e Ciência Política e concluída em 2022, dedico grande parte de minha formação acadêmica. Agradeço a sua contribuição nessa tese de direito ao sugerir opções metodológicas durante a banca de qualificação. Também agradeço a Professora Thaís de Souza Lapa pelas discussões teóricas e por me inserir em pesquisas, extensões e projetos acadêmicos. Minha participação no Laboratório de Sociologia do Trabalho (Lastro), coordenado pelo Jacques e, atualmente, pela Thaís, enriqueceu minha trajetória e permitiu alçar novos voos.

Outra instituição que merece o agradecimento é a Unisul. Desde meu ingresso, em 2022, sempre tive o apoio de profissionais, como a Franciele Pereira Zazycki, que permitiram e incentivaram a execução da presente pesquisa. Sem a liberdade e o a compreensão dos colegas, eu não conseguiria dar conta da pesquisa e da docência. Aliás, na condição de docente, sou muito grato também a todos os estudantes que me desafiaram a aprender coisas novas.

Sou extremamente grato aos amigos com quem pude discutir questões relacionadas a esta pesquisa – ou não. Ao Matheus Korting, pelas conversas filosóficas e sempre descontraídas; ao Cássio Cardoso da Silva, advogado trabalhista o qual possuo o maior respeito e admiração; ao colorado Vicente Antonacci, que, além de cúpido, é meu assessor em questões cíveis; ao amigo carioca Rafael Fogacia Peixoto, ao colorado Rafael Pinto Berwanger; aos gremistas corneteiros Flávio Augusto da Costa Braga Filho e José Dalmás, ao parceiro de advocacia, Rodrigo Ebert Brum, ao Professor e amigo Gilmar Bolsi, enfim, a todos amigos, muito obrigado!

Deixando o mais importante para o final, quero agradecer todo o amor, carinho e incentivo que recebi e recebo de toda a minha família, a começar por minha amada mãe, Dárci Bender, e ao meu pai, Elói Bender, pelo exemplo de dedicação e de vida. Esse sonho, com certeza, é também deles. Agradeço, ainda, aos meus irmãos, Lucas e Letícia, passando pelos sobrinhos, Artur e Maria, além dos agregados da família, Lidiane e Pedro.

Por fim, escrevo meu sincero agradecimento a minha companheira de luta e de sonhos, Larissa Papaleo. Em quase dez anos de convivência, compartilhamos momentos únicos, dividimos risadas, lágrimas, esperanças, medos, abraços, angústias, viagens, boletos, cuidado, carinho, vinhos e muita cumplicidade. Agradeço pelos incentivos e por compreender as minhas lutas. Obrigado por me fazer uma

pessoa melhor a cada dia, pelas palavras de conforto e, principalmente, pela paciência de me aguentar. Enfim, agradeço o seu amor e companheirismo.

Vocês fazem parte desse sonho!

“Eu digo frequentemente que a sociologia é um esporte de combate, um meio de defesa pessoal. Basicamente, você pode usá-la para se defender, sem ter o direito de utilizá-la para ataques covardes.” – Pierre Bourdieu (CARLES, 2001).

RESUMO

A tese é de que há, no interior do campo jurídico, especialmente no Supremo Tribunal Federal (STF), um contexto de lutas simbólicas que estão alterando as relações de trabalho e emprego, onde os poderes do campo econômico estão colocando em xeque o futuro do Direito do Trabalho. O objetivo da pesquisa é investigar, através da teoria social de Pierre Bourdieu, as lutas simbólicas pelo Direito no Trabalho no STF a partir de decisões judiciais que impactaram no entendimento acerca das relações de trabalho e emprego. Optou-se pelo método hipotético-dedutivo, com objetivo exploratório e explicativo, de abordagem quantitativa e qualitativa, mediante uma pesquisa bibliográfica e documental. Através do recorte temporal fixado, entre 11 de novembro de 2017 e 31 de dezembro de 2024, e após os filtros de pesquisa, analisou-se 119 Acórdãos do STF relacionados às relações de trabalho e emprego. Terceirização, pejotização, prevalência do negociado sobre o legislado, contribuição sindical, competência da Justiça do Trabalho, decisões sobre categorias específicas, como trabalhadores sob contrato de parceria em salões de beleza, motoristas profissionais, representantes comerciais, por exemplo, são apenas algumas matérias encontradas na pesquisa e que impactaram – e impactam – nas relações de trabalho. Os resultados apontam que há uma linha de raciocínio nas decisões do STF onde a perspectiva econômica justifica os posicionamentos, ou seja, os poderes simbólicos do campo econômico atuam sobre o campo jurídico influenciando as decisões. Majoritariamente, as decisões são fundamentadas pelo princípio constitucional da livre iniciativa e da livre concorrência, pela liberdade do exercício profissional, pela necessidade de redução dos custos empresariais. Verificou-se que os elementos tradicionais da relação de emprego, dispostos na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) desde a sua promulgação, permanecem inalterados, contudo, novas exceções legislativas, novos entendimentos e mudanças tecnológicas intensificaram as disputas em torno da regulamentação do trabalho e do emprego.

Palavras-chave: Direito do trabalho; sociologia do direito; lutas simbólicas; emprego; regulamentação.

ABSTRACT

The thesis is that there is, within the legal field, especially in the Federal Supreme Court, a context of symbolic struggles that are altering labor and employment relations, where the powers of the economic field are putting the future of Labor Law into question. The objective of the research is to investigate, through Pierre Bourdieu's social theory, the symbolic struggles for Labor Law in the Supreme Court based on judicial decisions that impacted the understanding of work and employment relations. We opted for the hypothetical-deductive method, with an exploratory and explanatory objective, with a quantitative and qualitative approach, through bibliographical and documentary research. Through the fixed time frame, between November 11, 2017 and December 31, 2024, and after the search filters, 119 Judgments related to labor and employment relations were analyzed. Outsourcing, natural persons transformed into legal entities, prevalence of what is negotiated over what is legislated, union contribution, reduction of the competence of labor justice, decisions on specific categories, such as workers under partnership contracts in beauty salons, professional drivers, commercial representatives, for example, are just some of the matters found in the research that have impacted – and still impact – labor relations. The results indicate that there is a line of reasoning in the Federal Supreme Court decisions where the economic perspective justifies the positions, that is, the symbolic powers act on the legal field, influencing the decisions. Mostly, decisions are based on the constitutional principle of free enterprise and free competition, freedom of professional practice, and the need to reduce business costs. It was found that the traditional elements of the employment relationship, laid out in labor legislation for almost a hundred years, remain unchanged, however, new legislative exceptions, new understandings and technological changes have intensified disputes surrounding the regulation of work and employment. It is concluded that the legal order is in the midst of symbolic struggles trying to adapt to the game of interests and, in this scenario, the Federal Supreme Court has met the desires of the economic field by not only ratifying legislative changes, but also by proposing hermeneutical, jurisprudential and procedural changes that make things precarious that not even the legislator made precarious. In this scenario, the result of symbolic struggles indicates that the regulation of work through the State is being dismantled - or at least drastically made more flexible - in the face of the symbolic powers of the economic field.

Keywords: Labor law; sociology of law; symbolic struggles; job; regulation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Imagem capturada da primeira pesquisa jurisprudencial no site do STF ...22

Figura 2: Imagem capturada da segunda jurisprudencial no site do STF 24

Figura 3: Número de decisões do STF em matéria de Direito do Trabalho (segundo o período da amostra 11/11/2017-31/12/2024): 207

Figura 4: Número de decisões do STF em Reclamações Constitucionais: (Total x em matéria de Direito do Trabalho) (segundo o período da amostra 11/11/2017-31/12/2024): 208

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Resultado da pesquisa segundo as palavras-chave 22

Quadro 2: Resultados da pesquisa livre 26

Quadro 3: ADPF 324 (Amostra nº 15) 81

Quadro 4: Tema 725 (Amostra nº 16) 82

Quadro 5: ADI 5685 (Amostra nº 23) 94

Quadro 6: Tema 383 (Amostra nº 30) 95

Quadro 7: Tema 1046 (Amostra nº 8) 98

Quadro 8: ADI 5994 (Amostra nº 43) 104

Quadro 9: ADI 5794 (Amostra nº 14) 110

Quadro 10: Tema 638 (Amostra nº 38) 116

Quadro 11: ADPF 501 (Amostra nº 36) 120

Quadro 12: ADC 48 (Amostra nº 19) 132

Quadro 13: ADI 3961 (Amostra nº 21) 133

Quadro 14: ADPF 381 (Amostra nº 40) 135

Quadro 15: ADI 5322 (Amostra nº 44) 137

Quadro 16: Tema 550 (Amostra nº 3) 142

Quadro 17: ADI 5625 (Amostra nº 34) 144

Quadro 18: Rcl 66155 AgR (Amostra nº 92) 147

Quadro 19: Rcl 58853 AgR (Amostra nº 49) 148

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADC	Ação Declaratória de Constitucionalidade.
ADI	Ação Direta de Inconstitucionalidade.
ADO	Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão.
ARE	Agravo em Recurso Extraordinário.
AgR	Agravo Regimental.
AED	Análise Econômica do Direito.
ADPF	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.
ANAMATRA	Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho.
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.
CTPS	Carteira de Trabalho e Previdência Social.
CF	Constituição Federal.
CNI	Confederação Nacional da Indústria.
CNJ	Conselho Nacional de Justiça.
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas.
CPF	Cadastro de Pessoas Físicas.
EUA	Estados Unidos da América.
FGV	Fundação Getúlio Vargas.
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.
FMI	Fundo Monetário Internacional.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social.
MEI	Microempreendedor individual.
OIT	Organização Internacional do Trabalho.
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico.
PJ	Pessoa Jurídica.
Rcl	Reclamação Constitucional.
RE	Recurso Extraordinário.
STJ	Superior Tribunal de Justiça.
STF	Supremo Tribunal Federal.
TRT	Tribunal Regional do Trabalho.
TST	Tribunal Superior do Trabalho.

SUMÁRIO

PRELIMINARES: INTRODUÇÃO ÀS LUTAS SIMBÓLICAS E AO PROBLEMA DA PESQUISA.....16
AS REGRAS: METODOLOGIAS ADOTADAS PELA PESQUISA. 21
A ESCALAÇÃO: SOBRE AS DECISÕES SELECIONADAS PARA A PESQUISA. ..25
A FORMAÇÃO: DISPOSIÇÃO E ESTRUTURA DA PESQUISA.....26
1 AS ARENAS DOS CONFLITOS 28
1.1 O ESTADO E O CAMPO DO PODER.....29
1.2 O CAMPO ECONÔMICO E SEUS PODERES SIMBÓLICOS 38
1.3 O CAMPO POLÍTICO E A LEGISLAÇÃO TRABALHISTA 49
1.4 O CAMPO JURÍDICO E AS CRÍTICAS À JUSTIÇA.....61
1.5 UM CASO ESPECIAL: O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL 68
2 AS DISPUTAS.....78
2.1 TERCEIRIZAÇÃO: ADPF 324 E O RE 958.252 - TEMA 725 78
2.2 A PRIMAZIA DO NEGOCIADO: TEMA 1046 E A ADI 5994.....97
2.3 O FIM DA COLETIVIDADE? ATUAÇÃO SINDICAL E AS RELAÇÕES DE EMPREGO 108
2.4 “GUERRILHAS INSTITUCIONAIS”? CRÍTICAS DO STF À ATUAÇÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO (ADPF 501) 119
2.5 A LEI DO EX? TRABALHADORES QUE DEIXARAM DE SER EMPREGADOS 127
2.5.1 Motoristas e transportadores sem rumo. 128
2.5.2 A competência para julgar os representantes comerciais autônomos.....140
2.5.3 Maquiando os elementos da relação de emprego. 143
2.5.4 A pejotização e a “liberdade” dos profissionais liberais. 146
2.6 OUTROS POSICIONAMENTOS 152
3 O QUE ESTÁ EM JOGO.....158
3.1 A REGULAÇÃO DO TRABALHO COMO OBJETO DE DISPUTAS 159
3.2 "MUDAR NÃO MUDANDO": AS DISPUTAS PELOS ELEMENTOS DA RELAÇÃO DE EMPREGO 168
3.2.1 Subordinação 175
3.2.2 Onerosidade 180
3.2.3 Habitualidade.....185
3.2.4 Pessoalidade 188

3.2.5 Pessoa Física 190
3.3 AS MUDANÇAS NAS REGRAS: FLEXIBILIZAÇÕES E REFORMAS LEGISLATIVAS 195
3.4 O DIREITO DO TRABALHO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL 203
4 O PLACAR 213
4.1 AS ATUAÇÕES (IN)DISCRETAS DOS ÁRBITROS 214
4.2 O "ECONOMISMO": ANÁLISE ECONÔMICA APLICADA PARA O DIREITO DO TRABALHO 223
4.3 A SOCIEDADE NÃO QUER DIREITOS TRABALHISTAS? 233
4.4 EUA: O EXEMPLO A SER SEGUIDO? 241
4.5 HÁ LIMITES PARA A FLEXIBILIZAÇÃO DAS REGRAS? 248
4.6 RESULTADO PROVISÓRIO: O FIM DO ASSALARIADO COMO SUJEITO DE DIREITOS? 257
PRORROGAÇÃO: CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE AS LUTAS SIMBÓLICAS PELO DIREITO DO TRABALHO 266
REFERÊNCIAS 269
ANEXOS 283

PRELIMINARES: Introdução às lutas simbólicas e ao problema da pesquisa

A Sociologia foi comparada pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu a um esporte de combate, comparação que rendeu o título de um documentário sobre seu ofício (CARLES, 2001). Assim como um esporte de combate, marcado pelo confronto e o contato direto com o oponente, a Sociologia requer habilidades específicas, como a observação cuidadosa, os dados precisos, a análise crítica, a argumentação persuasiva e a defesa das próprias ideias. Essa ideia de oposição e de luta é também utilizada pelo autor em outras reflexões de sua obra.

O campo de batalha, segundo Bourdieu (2020), é uma boa imagem para definir a sociedade. O espaço social é um espaço estruturado em função das distâncias sociais que separam os agentes. Os indivíduos são posicionados neste espaço segundo sua maior ou menor dotação de capital (sinônimo de poder, consiste em ativos econômicos, culturais ou sociais que se reproduzem e possibilitam a mobilidade social numa sociedade estratificada). À medida que todos cobiçam as posições dominantes, o espaço social se apresenta como um espaço de lutas e disputas centradas em questões específicas no quadro daquilo que o autor denomina “campos”. Um campo é apenas um microcosmo no macrocosmo constituído pelo espaço social global.

Para Bourdieu (2011a, 2014), cada campo (econômico, político, jurídico etc.) possui regras do jogo e dos conflitos específicos, irredutíveis às regras do jogo dos outros campos (por exemplo, o que faz um juiz “correr” e a maneira como ele “corre” não tem nada a ver com o que faz “correr” e a maneira como “corre” um pequeno empresário ou um motorista de aplicativo). Um campo é um “sistema” ou um “espaço” estruturado de posições. Esse espaço é um espaço de lutas entre os diferentes agentes ocupantes de diversas posições. As lutas simbólicas têm como objetivo a apropriação do capital específico do campo (o monopólio do capital específico legítimo) e/ou a redefinição legítima desse capital. Como esse capital é desigualmente distribuído no seio do campo, estrutura-se assim a dominação de uns em face de outros. Cada campo possui uma autonomia relativa: as lutas que nele se desenrolam tem uma lógica própria, mas o resultado das lutas (econômicas, sociais, políticas, jurídicas etc.) externas ao campo influencia fortemente a relação interna de forças (LAHIRE, 2018).

A distribuição desigual do capital determina a estrutura do campo, que é definido pelo estado de uma relação de luta histórica entre as forças (agentes e instituições) presentes no campo. As práticas e estratégias dos agentes só podem ser compreendidas se as relacionarmos com suas posições relativas no campo. Dentre as estratégias invariantes, achamos a oposição entre as estratégias de conservação e as estratégias de subversão (concernente ao estado da relação de forças existente). As primeiras cabem frequentemente aos dominantes e as segundas, aos dominados (e, dentre eles, aos "novatos"). Essa oposição pode tomar a forma de um conflito entre "antigos" e "modernos", "ortodoxos" e "heterodoxos", "conservadores" e "revolucionários" etc (LAHIRE, 2018).

Nessa luta simbólica pela ascensão no campo a o exercício de domínio, os agentes de um campo possuem interesse na própria existência do campo e partilham, então, de uma "cumplicidade objetiva" para além das lutas que os opõem. Os interesses são sempre específicos de cada campo e não se reduzem apenas ao interesse do tipo econômico. Em cada campo existe a presença de um *habitus* específico (sistema de disposições incorporadas) próprio ao campo (*habitus* jurídico, *habitus* futebolístico etc.). Somente aqueles que incorporam o *habitus* próprio ao campo são capazes de jogar o jogo e de crer na sua importância. Cada agente do campo é caracterizado por sua trajetória social, seu *habitus* e sua posição no campo.

Através do que Bourdieu (2011a) chama de "poder simbólico", instaura-se na sociedade um discurso invisível de dominação (entre campos, instituições, agentes etc.), o qual estrutura a construção da realidade social. É um poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força. É através dos sistemas simbólicos – por exemplo, a língua, a arte, a religião e, inclusive, o direito – que o poder simbólico se edifica e se revela como instrumento de dominação. É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os "sistemas simbólicos" cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, contribuindo com a "domesticação dos dominados" (BOURDIEU, 2011a).

Um dos campos analisados por Bourdieu (2011a) é o campo jurídico, compreendido como um espaço social específico, autônomo, no qual os "operadores" concorrem entre si pelo monopólio do direito de dizer o Direito. A capacidade reconhecida de interpretar e aplicar os instrumentos normativos, que impõem uma visão legítima do mundo social, permite que se possa dar razões à autonomia relativa

deste campo organizado como um sistema de interações consoante com a pluralidade de instâncias de funções específicas, sistemas e “operadores do direito”, que são definidos por sua posição, função e autoridade reconhecida nesta estrutura. É nesse espaço que se produz o discurso jurídico verdadeiro, autorizado e reconhecido socialmente, onde se constroem os mecanismos e as instâncias que permitem separar os discursos verdadeiros dos falsos; o Estatuto daquele que é o responsável e o encargo de dizer a “verdade jurídica” (BOURDIEU, 2011a).

As partes constitutivas desse campo jurídico possuem interdependência funcional, no entanto, são separadas por diferenças de peso funcional, definindo a posição hierárquica de cada um no campo, o que contribui para estruturá-lo de forma particular, conforme uma lógica, em que o discurso do juiz difere do promotor que difere do procurador que também difere do advogado. A posição-hierarquia no campo será sempre mediatizada pela estrutura do campo jurídico ou mais exatamente por sua posição em relação aos demais “operadores do direito”, e o capital simbólico acumulado tem peso determinante no posicionamento. Sabe-se que essa posição situada é também política, orientada segundo a relação com outras forças sociais, sobretudo pelo fato de que o Direito é um importante instrumento para o processo de manutenção de determinada ordem social e econômica, isto é, há uma pluralidade de forças sociais que em razão de seu poder econômico e político está apta a impor suas decisões (BOURDIEU, 1968).

Nesse sentido, não há tomada de posição que seja passível de neutralidade, tal como sucede na representação ingenuamente idealizada do Direito. Portanto, o interesse em manter as condições sociais e econômicas de existência depende da possibilidade de se promover esta intenção que resulta do poder em legitimar, autorizar e consagrar práticas e discursos jurídicos. Para se compreender o processo de legitimação e consagração do Direito, é necessário apreender as relações que se estabelecem fora deste campo, mas que também se encontram submetidas a distintos domínios de poder. O campo jurídico depende, portanto, de outras instâncias que o determinam e o condicionam, sendo que suas transformações se relacionam aos conflitos entre os diversos agentes e, também, entre os campos.

A análise sociológica do Direito, realizada por Bourdieu (2011a, 2014), permite compreender a relação do campo jurídico com os demais campos do sistema social. A contribuição do autor consiste em mostrar que essas atividades especializadas, como as jurídicas, constituem subconjuntos sociais integrados e integradores, dotados

de leis próprias, e cujas estrutura interna e relações de luta podem ser estudadas, assim como a estrutura de suas relações recíprocas, isto é, relações de oposição, de concorrência, de dominação, e também de complementariedade, que eles mantêm. Segundo o autor, a autonomia dos campos tende a diminuir ou até desaparecer quando, no campo do poder, se impõe um princípio de visão da sociedade, isto é, um princípio de legitimidade da dominação que se sobrepõe a todos os outros.

Bourdieu observou que nas últimas cinco décadas o campo econômico foi progressivamente influenciando e dominando simbolicamente outros campos do sistema social. Esse período, denominado pelo autor (1998, 2014) como neoliberal, caracteriza-se pelo fato de que o capital econômico funciona, de uma só vez, como poder material e simbólico no campo econômico e como princípio de dominação máxima sobre todas as formas de capital, em particular político, midiático e cultural, as quais não encontram legitimidade, salvo servindo, justificando e até incensando a acumulação do capital econômico.

Diferentemente do liberalismo clássico, o neoliberalismo não se pergunta mais sobre que tipo de limite dar ao governo político, ao mercado (como fez Adam Smith), aos direitos (como John Locke) ou ao cálculo da utilidade (Jeremy Bentham), mas, sim, sobre como fazer do mercado tanto o princípio do governo dos homens como o do governo. Considerado uma racionalidade governamental, o neoliberalismo é precisamente o desenvolvimento da lógica do mercado como lógica normativa generalizada, desde o Estado até o mais íntimo da subjetividade (DARDOT; LAVAL, 2019).

Sob essa lógica econômica, os Estados foram aos poucos se desvencilhando dos meios de intervenção, arbitragem e regulação que possuíam. Por outro lado, foram participando, sob a influência das grandes empresas das economias dominantes – sempre atentas apenas a seus interesses –, da criação de um campo econômico mundial em que circulam livremente os capitais. A política neoliberal, nesse contexto, apresentou-se como a “demolição da ideia de serviço público”, privatizando o que é possível e gerindo como empresas em nome da eficácia e flexibilidade do setor privado (BOURDIEU, 2008). O Estado não é desfeito ou desmantelado externamente, sob a ofensiva do campo econômico, ele é desconstruído e reconstruído a partir da compreensão de que as formas de intervenção estatal eram necessariamente totalitárias ou sistematicamente ineficazes (BOURDIEU, 2014).

As mudanças legislativas ocorridas em 2017, as quais impactaram no Direito do Trabalho, podem ser utilizadas como exemplos dessa lógica neoliberal. O campo político, sob influência do campo econômico, instituiu naquele ano a Lei nº. 13.429, chamada Lei da Terceirização, e a Lei nº. 13.467, denominada Reforma Trabalhista. Muitos dispositivos que flexibilizaram a proteção social foram ratificados pelo campo jurídico, especialmente pelo órgão máximo do Judiciário brasileiro, o Supremo Tribunal Federal (STF). Aliado a um discurso econômico dominante disseminado socialmente, onde acredita-se que “agora as pessoas querem se virar por conta própria e não querem mais ficar presas à CLT” (BRASIL, 2024b), como afirmou o Presidente Lula, do Partido dos Trabalhadores, em março de 2024, a Suprema Corte vem adotando, com mais intensidade nos últimos anos, uma postura majoritariamente econômica das relações de trabalho, colocando em xeque a sobrevivência do Direito do Trabalho.

Essa é a tese que será desenvolvida nessa pesquisa: há, no interior do campo jurídico, especialmente no STF, um contexto de lutas simbólicas que estão alterando as relações de trabalho e emprego, onde os poderes do campo econômico põem em dúvida o futuro do Direito do Trabalho. O objetivo da pesquisa é, portanto, investigar a atuação da Suprema Corte por meio de decisões judiciais em matéria trabalhista para compreender as disputas em jogo, onde o resultado é a sobrevivência – ou não – do Direito do Trabalho. A teoria social de Pierre Bourdieu é a chave teórica que permitirá desvelar as relações de poder, hierarquias e sistemas de dominação que moldam as práticas e percepções individuais, o que permitirá compreender as lutas em torno do Direito do Trabalho.

Essa pesquisa se alinha e complementa outras desenvolvidas recentemente no meio acadêmico. Na pesquisa doutoral "STF como Justiça Política do Capital", apresentada em 2020 na Universidade Federal de Minas Gerais, Grijalbo Coutinho (2020) descreveu a transição do STF de "tribunal moderado-garantista" (1990 a 2006), que priorizou, por exemplo, o legislado sobre o negociado e bloqueou tentativas de terceirização de atividade-fim, a "tribunal ativista-conservador" (a partir de 2007), que autorizou terceirização generalizada, aceitou formas contratuais precárias e desarticulou fontes de custeio da atividade sindical. Em 2021, Paulo de Carvalho Yamamoto (2021) defendeu na Universidade de São Paulo a tese “O Direito do Trabalho no Supremo Tribunal Federal: desempenho em matéria trabalhista dos Ministros que ingressaram na Corte por indicação de Presidentes eleitos pelo Partido

dos Trabalhadores", onde analisou, em resumo, de que maneira as indicações impactaram nos posicionamentos dos treze ministros analisados. Outras pesquisas de dissertação e artigos científicos foram publicados nos últimos anos.

Com uma pretensão distinta das outras pesquisas citadas, a proposta aqui é investigar as lutas simbólicas pelo Direito no Trabalho no STF a partir de decisões judiciais, dentro do recorte temporal fixado, 11 de novembro de 2017 a 31 de dezembro de 2024, e que impactaram no entendimento acerca das relações de trabalho e emprego. Por meio da teoria social de Pierre Bourdieu, serão analisadas criticamente 119 decisões com o objetivo de revelar os poderes simbólicos do campo econômico sobre as decisões do STF relacionadas às relações de trabalho e emprego.

As regras: metodologias adotadas pela pesquisa.

Para atingir o objetivo geral da pesquisa, optamos por adotar ferramentas de pesquisa distintas. De modo geral, escolhemos o método hipotético-dedutivo, com objetivo exploratório e explicativo, de abordagem quantitativa e qualitativa, através de uma pesquisa bibliográfica e documental.

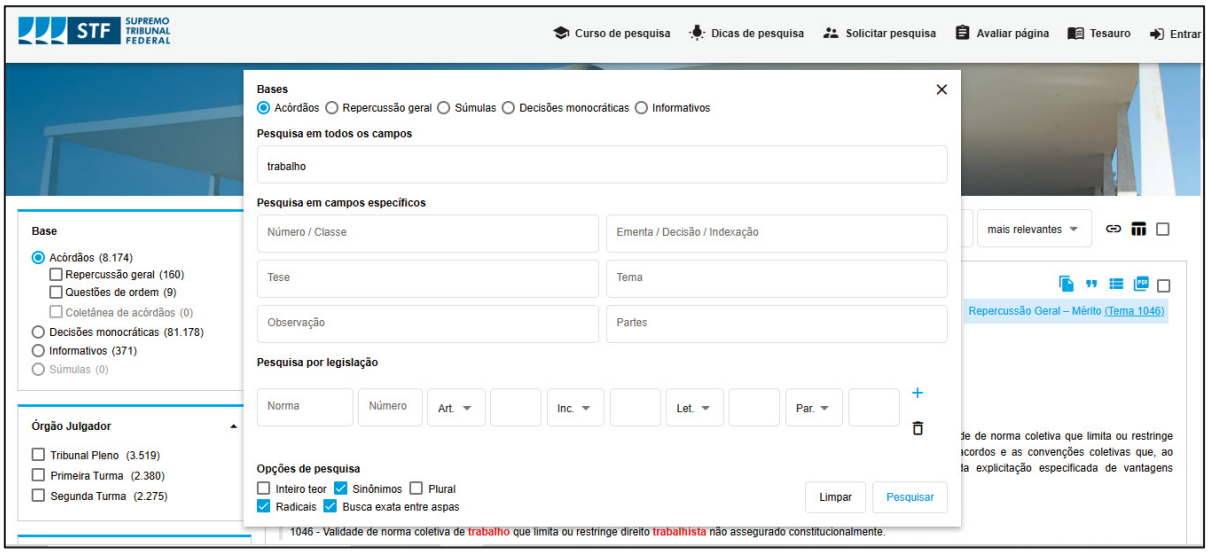
O recorte temporal respeitou o período compreendido entre 11 de novembro de 2017 e 31 de dezembro de 2024. A justificativa para o início do recorte é a entrada em vigor da Reforma Trabalhista de 2017 e, para o final da pesquisa, o último ano para a conclusão da pesquisa doutoral. O recorte espacial, por sua vez, abrangeu decisões e posicionamentos do Supremo Tribunal Federal e de seus Ministros em questões relacionadas à matéria trabalhista. Essas delimitações permitiram a análise da atuação do STF diante das disputas entre o campo jurídico e econômico pelas relações de trabalho nos sete anos posteriores à Reforma Trabalhista de 2017.

A principal ferramenta de pesquisa para análise da atuação do STF foi a pesquisa jurisprudencial, onde foi possível verificar qualitativamente o teor das decisões e os posicionamentos dos Ministros. Assim, acessou-se a página do Supremo na internet (https://www.stf.jus.br/) e, no campo jurisprudencial, foram realizadas duas pesquisas distintas para abranger os temas e cumprir com os objetivos propostos.

Em um primeiro momento, aplicando-se os limites temporais, qual seja, julgamentos publicados entre 11 de novembro de 2017 e 31 de dezembro de 2024,

foram objeto da pesquisa diversas palavras-chaves, utilizando-se de radicais e sinônimos, a fim de testar o alcance da pesquisa, conforme exemplo abaixo:

Figura 1: Imagem capturada da primeira pesquisa jurisprudencial no site do STF



Fonte: (STF, 2024a).

Após aplicação dos filtros, o teste de aplicação das palavras-chaves indicou os seguintes resultados:

Quadro 1: Resultado da pesquisa segundo as palavras-chave

Palavra(s)-chave(s)	**Acórdãos, com repercussão geral e com análise de mérito:**	**Acórdãos**	**Quantidade de decisões monocráticas**
Direito do trabalho	103	5.191	68.493
Trabalho	110	8.166	81.170
Emprego	108	12.557	81.435
Trabalho e emprego	40	1.400	32.168
Relações de trabalho	53	1.421	45.460
Relações de emprego	34	827	32.774
Consolidação das Leis Trabalhistas	38	1.421	27.026

Elaborado pelo autor.

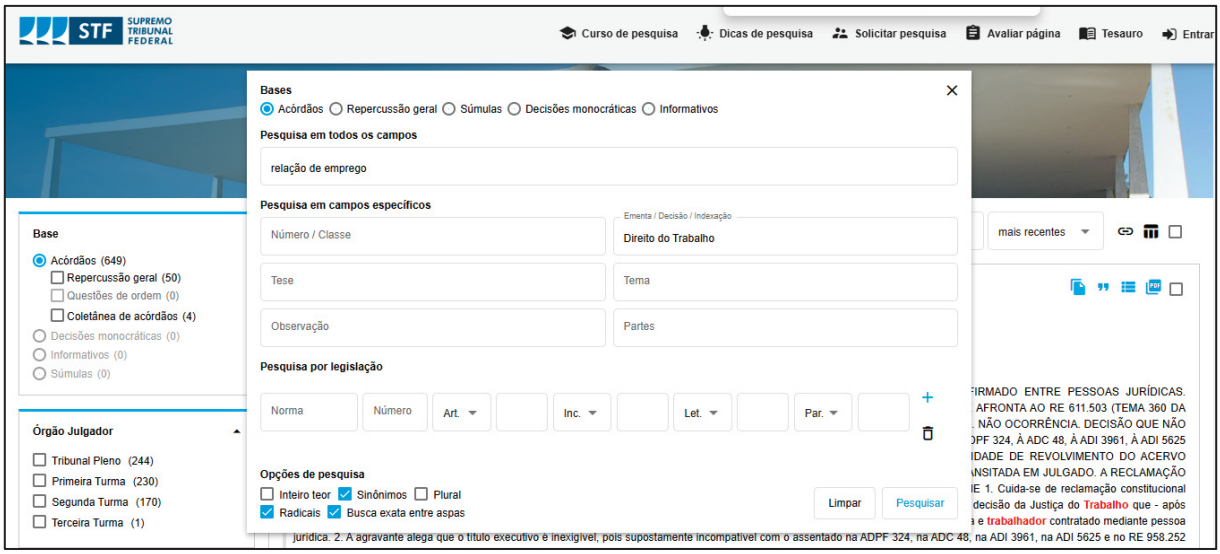
Com o objetivo de não perder decisões valiosas para a pesquisa, optou-se por analisar os Acórdãos do STF que possuem repercussão geral, que analisam o mérito, e que possuem a palavra-chave “trabalho” no teor da decisão. Esse recorte totalizou,

portanto, 110 decisões. Então, elas foram “exportadas” da página do STF para uma planilha que as reuniu e as qualificou a partir da data de publicação da decisão, de acordo com o(a) relator(a), a “origem” do Acórdão, o número do Tema de Repercussão Geral, o conteúdo, a Tese fixada e a Ementa da decisão.

A partir dessas jurisprudências, aplicou-se outros filtros para selecionar as que possuíam relação com a presente pesquisa. Assim, foram excluídas as decisões que: a) não possuíam relação com a matéria trabalhista, como, por exemplo, tributário, povos originários, etc.; b) possuem matéria estatutária, militar ou que tratam de matérias específicas para determinadas categorias, por exemplo, farmacêuticos (Tema 1049); c) matérias previdenciárias; d) matérias processuais; e) não impactam na discussão sobre os elementos da relação de emprego (p. ex., Tema 1072, referente à licença maternidade à mãe não gestante em união homoafetiva). Ao final, restaram 10 decisões relacionadas aos objetivos da pesquisa, detalhadas no Quadro 1 dos anexos da pesquisa.

A primeira pesquisa gerou dúvidas acerca do alcance, pois aparentemente deixou algumas decisões importantes de fora dos resultados, ainda que não possuam repercussão geral. Assim, decidimos realizar uma segunda pesquisa jurisprudencial na página do STF. Então, buscou-se, no mesmo recorte temporal, todos os Acórdãos (dessa vez, independente de repercussão geral) que apresentaram na ementa a palavra-chave “Direito do Trabalho” e, no teor das decisões, as palavras “relação de emprego”, com seus radicais e sinônimos:

Figura 2: Imagem capturada da segunda jurisprudencial no site do STF



Fonte: (STF, 2024a).

Em seguida, selecionou-se as seguintes ações e recursos ao STF:

- Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC);
- Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO);
- Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI);
- Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF);
- Conflito de Competência (CC);
- Reclamação Constitucional (Rcl);
- Recurso Extraordinário (RE).

Ao todo, após as delimitações, foram encontrados 263 Acórdãos. Mais uma vez, foram extraídas informações sobre as decisões e, posteriormente, reunidas em uma planilha sob a distinção de data de publicação do julgamento, relator(a), número do processo e ementa. Diante de alguns resultados alheios aos objetivos da pesquisa, excluiu-se as decisões: a) de matéria administrativa, p. ex. ADI nº 7492 (referente a reserva de vagas para mulheres em concursos públicos); b) com matéria eminentemente constitucional, como a ADPF nº 183 (quanto a inscrição de músicos profissionais na Ordem dos Músicos do Brasil; c) que discutem assuntos processuais; d) de embargos declaratórios; e) que não estão relacionadas à discussão sobre relação de trabalho e emprego. Ao final, a segunda pesquisa jurisprudencial resultou em 109 Acórdãos.

Sem a intenção de restringir a pesquisa exploratória, utilizou-se de outras ferramentas e fontes secundárias. Para complementar a pesquisa, acessou-se os

painéis estatísticos da “Corte Aberta, ferramenta disponibilizada no site do STF[1], onde é possível encontrar dados quantitativos, como acervo geral de processos em tramitação, número de decisões por ano, entre outros. Também foram analisadas e utilizadas notícias, entrevistas e outros estudos, mas foi a análise jurisprudencial que norteou a presente tese. As duas pesquisas jurisprudenciais se complementaram e forneceram dados importantes para a análise das relações de trabalho e emprego. Foi especialmente por meio dessas decisões que foi possível a investigação sobre as lutas simbólicas pelo Direito do Trabalho no STF.

A escalação: sobre as decisões selecionadas para a pesquisa.

A partir do recorte da pesquisa, conforme termos estabelecidos e esclarecidos acima, foram selecionadas 119 decisões para a análise qualitativa. A primeira pesquisa resultou em 10 Recursos Extraordinários (RE) (sendo um deles um Agravo de Recurso Extraordinário (ARE)). Já a segunda pesquisa, resultou em 85 decisões de Reclamações Constitucionais (Rcl) (em Agravo Regimental), 12 Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI), 8 Recursos Extraordinários (RE), 3 Acórdãos em ações de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) e uma 1 de Ação Direta de Constitucionalidade (ADC). Todas elas foram decididas por órgãos colegiados da Suprema Corte, ou seja, por três ou mais Ministros, a depender da categoria da ação.

Somados os resultados das duas pesquisas, podemos classificá-los de acordo com as ações:

---

[1] https://portal.stf.jus.br/hotsites/corteaberta/

Quadro 2: Resultados da pesquisa livre

Espécie de Ação ou Recurso	Resultado da pesquisa (em número de decisões)
Reclamações Constitucionais (Rcl)	85
Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI)	12
Recursos Extraordinários (RE)	18
Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF)	3
Ação Direta de Constitucionalidade (ADC)	1
Total	**119**

Elaborado pelo autor.

Todas essas decisões do STF apresentam algum tipo de discussão acerca das relações de trabalho. Terceirização, pejotização, prevalência do negociado sobre o legislado, contribuição sindical, competência da Justiça do Trabalho, decisões sobre categorias específicas, como trabalhadores sob contrato de parceria em salões de beleza e motoristas profissionais, por exemplo, são apenas algumas matérias encontradas na pesquisa e que impactaram – e impactam – nas relações de trabalho. Nos capítulos a seguir, essas decisões serão debatidas criticamente com o objetivo de revelar os poderes simbólicos do campo econômico sobre as decisões do STF acerca das relações de trabalho.

A formação: disposição e estrutura da pesquisa.

Em um primeiro momento, no capítulo inicial, a teoria social de Pierre Bourdieu será discutida para fornecer as ferramentas analíticas necessárias para compreender o funcionamento do sistema social e de seus campos que exercem relações de poder sobre o campo jurídico. Veremos a construção do Estado, a lógica do campo econômico, a influência deste sobre o campo político e, especialmente, sobre o campo jurídico. Ainda, será discutido o crescente protagonismo do Supremo Tribunal Federal (STF) em debates das mais diferentes matérias, inclusive trabalhista. Como arena de conflitos, esses espaços revelam as disputas simbólicas pela imposição do discurso dominante.

No segundo capítulo, serão apresentadas as principais disputas instauradas no STF em matéria de Direito do Trabalho. Em um primeiro momento, propõe-se a

análise de um dos temas mais polêmicos tratados pelo STF: a terceirização. Em seguida, discute-se a primazia da negociação individual e coletiva sobre a legislação. Posteriormente, debate-se sobre as decisões em matéria sindical. Em sequência, serão resgatadas as críticas do STF à atuação da Justiça do Trabalho. Na parte final do capítulo, aponta-se algumas categorias de trabalhadores que estão deixando de ser empregados, segundo os elementos da relação de emprego previstos na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Por fim, apresenta-se outros posicionamentos do STF que impactam nas relações de trabalho e emprego.

Em seguida, no terceiro capítulo, buscamos situar a relação de emprego como objeto das disputas pelo Direito do Trabalho. A intenção é analisar as alterações e flexibilizações que colocam em xeque não apenas os elementos da relação de emprego, mas a própria existência do Direito do Trabalho e da Justiça do Trabalho. Assim, a relação de emprego e as disputas históricas em torno de sua regulamentação serão problematizadas como o objeto central das lutas simbólicas. Também serão debatidos os elementos ou requisitos que caracterizam a relação de emprego no Brasil, situando-os diante das disputas e mudanças históricas-jurídicas da contemporaneidade. Após, serão investigadas as mudanças legislativas e, por fim, será analisado o Direito do Trabalho segundo o STF. Assim, nesse capítulo veremos que as principais lutas simbólicas pelo Direito do Trabalho ocorrem em torno da regulamentação do trabalho.

No quarto e último capítulo buscamos apontar alguns resultados, para o Direito do Trabalho e para os trabalhadores, dos impactos das lutas simbólicas travadas no STF. Assim, iremos iniciar o capítulo investigando as atuações (in)discretas dos Ministros da Suprema Corte em relação à temas trabalhistas. Em seguida, será discutido o “economismo” que permeia as decisões trabalhistas no STF. Depois, será analisado o discurso dominante na sociedade, presente desde a fala do atual Presidente até os jornalistas e “influenciadores” do campo econômico, de que os trabalhadores não querem mais a CLT. Para muitos, os EUA seriam um modelo de regulação do trabalho e, por isso, iremos analisar esse modelo na sequência. Posteriormente, será verificado se há limites para a flexibilização das regras trabalhistas. Por fim, apontaremos os resultados provisórios dessas lutas simbólicas para o sujeito de direitos.

Diante das lutas simbólicas pelo Direito do Trabalho, será que é possível apontar um placar, ainda que provisório?

1 AS ARENAS DOS CONFLITOS

O sistema social, segundo Pierre Bourdieu, é um sistema hierarquizado, estruturado a partir de dois elementos: relações de poder e privilégios e que determina as relações materiais, econômicas, simbólicas e culturais entre os indivíduos. As relações de poder entre os agentes ocorrem em diversos campos sociais por meio de lutas simbólicas que visam aumentar a acumulação dos capitais simbólicos que determinam a posição no respectivo campo. O sistema social, portanto, é composto por distintos campos, cada um deles com autonomia relativa e organização interna própria – como ocorre nos campos econômico, político, jurídico entre outros.

Os campos são espaços de conflitos e de concorrência, no qual se luta pelo estabelecimento do monopólio dos capitais pertinentes a cada campo e a hegemonia e domínio sobre os dominados. Os campos sociais são espaços estruturados de posições, onde as relações de força entre os agentes ou instituições determinam a estrutura do campo. O campo jurídico, por exemplo, funciona e é constituído historicamente consoante uma lógica interna de relações de poderes para legitimar, autorizar e consagrar determinados “operadores do direito” que concorrem entre si pelo “monopólio do direito de dizer o Direito” (BOURDIEU, 2011a, p. 212). Apesar de possuírem regras próprias, esses microcosmos sociais são relativamente autônomos, pois sofrem influências de outros campos.

O objetivo desse capítulo é analisar o funcionamento de campos sociais determinantes para a existência do Direito do Trabalho e as relações de poder e influência entre eles. Como arena de conflitos, esses espaços revelam as disputas simbólicas pela imposição do discurso dominante.

Primeiramente, será apresentado o Estado, definido por Bourdieu (2014) como um "metacampo" que constrói a representação coletiva e que estrutura toda a vida social. Trata-se de uma organização política que se pretende homogeneizadora, e que se baseia em um poder simbólico dominante. Como veremos, diante de sua importância para o sistema social, seu funcionamento é permeado por lutas e poderes simbólicos. Progressivamente, o Estado foi se tornando refém do campo econômico, como será discutido em seguida. Com isso, hoje, as lutas simbólicas do campo econômico são disputas pelo “poder sobre o poder do Estado” (BOURDIEU, 2005a, p. 40), as quais possibilitam aos agentes a imposição das “regras do jogo”. Os poderes simbólicos do campo econômico se tornam instrumentos de dominação sobre outros

campos, como o campo político. Veremos, por exemplo, como esses poderes impactam na legislação trabalhista.

Na segunda metade do capítulo será analisado o campo jurídico. Apontar-se-á que as lutas simbólicas em seu interior, mediante poderes simbólicos de outros campos, especialmente o econômico, colocaram em xeque o Poder Judiciário. Por fim, discutir-se-á o crescente protagonismo do Supremo Tribunal Federal (STF) em debates das mais diferentes matérias nos últimos anos. No campo jurídico-trabalhista, a instância máxima do Poder Judiciário se tornou progressivamente a "última palavra" (BOURDIEU, 2014, p. 432) ao alterar e assumir competências designadas anteriormente ao Tribunal Superior do Trabalho (TST). Isso revela uma luta simbólica pela sobrevivência do Direito do Trabalho e, consequentemente, da proteção das relações de trabalho.

1.1 O ESTADO E O CAMPO DO PODER

Na teoria de Bourdieu (2011a; 2014), o campo estatal ocupa uma posição particular em relação aos outros campos. O capital específico do Estado, que depende do capital simbólico, é qualificado de "metacapital", já que formado pela concentração de diferentes espécies de capitais (capital econômico, cultural etc.). É esta concentração de capitais que dá ao Estado o poder sobre os outros campos. Partindo da teoria social de Max Weber, a qual relaciona o Estado ao monopólio da "violência física legítima", Bourdieu vai além ao considerar que o Estado detém também o monopólio da "violência simbólica legítima".

Max Weber (1982; 1999) afirma que uma organização política compulsória com operações contínuas pode ser denominada Estado na medida em que um corpo administrativo sustenta o monopólio legítimo do uso da força física na imposição da ordem. Bourdieu (2014) expande essa definição, enfatizando a violência simbólica em par com a violência física. Para este autor, o Estado é a instituição que sustenta com sucesso o uso da violência física e simbólica sobre um território definido e uma totalidade correspondente a uma população (BOURDIEU, 2014).

A análise de Bourdieu sobre o Estado não fica, portanto, restrita ao monopólio legítimo do uso da força física na imposição da ordem. Apesar da influência de Weber, na medida em que o poder deve ser legitimado para ser exercido de forma duradoura e efetiva, Bourdieu concentra sua análise na dimensão simbólica, em termo de

posições, interesses, crenças e estratégias dos agentes no campo. O Estado não é um simples instrumento de coerção, mas um instrumento legitimado de produção e reprodução do consenso, encarregado de regulações morais (BOURDIEU, 2014).

Em uma de suas definições sobre o Estado[2], Bourdieu (2005, p. 111, *apud* SWARTZ, 2018, p. 84) aponta que se trata de:

> [...] conjunto de campos administrativos ou burocráticos (que frequentemente tomam a forma empírica de comissões, escritórios e conselhos) no qual os agentes ou uma categoria de agentes, governamentais ou não governamentais, lutam por um tipo de autoridade específica que consiste no poder de mandar via legislação, regulamentações e medidas administrativas (subsídios, autorizações, restrições, etc.), em suma, tudo o que costumamos colocar sob a rubrica de política de Estado como uma esfera particular das práticas (BOURDIEU, 2005, p. 111, apud SWARTZ, 2018, p. 84).

O Estado, segundo Bourdieu, surge durante o processo de acumulação e concentração de diferentes formas de capital, como o capital da força física ou instrumentos de coerção (exército e polícia), capital econômico, cultural, informacional e, especialmente, o capital simbólico. Na concentração, o Estado se coloca como pilar de uma forma de metacapital, garantindo o poder sobre outras formas de capital e seus portadores. Assim, o capital estatal, espécie singular de capital, permite ao Estado exercer poder sobre outros campos e sobre as diferentes formas de capital, especialmente sobre a proporção de conversão entre eles.

Bourdieu (2014) enfatiza o processo de unificação do território e da população por meio da concentração dos meios de violência e da constituição de um mercado econômico de modo paralelo à concentração do capital simbólico. Tampouco a constituição das forças armadas e a acumulação de recursos econômicos necessários para manter um Estado ainda incipiente ocorrem sem a concentração simultânea de capital simbólico. O processo que agrega polícia, exército e recursos econômicos só

---

[2] Bourdieu utiliza outras conceituações, como o apontado na obra Razões Práticas (BOURDIEU, 2004, p. 97): [...] o Estado é um x (a ser determinado) que reivindica com sucesso o monopólio do uso legítimo da violência física e simbólica em um território determinado e sobre o conjunto da população correspondente. Se o Estado pode exercer uma violência simbólica é porque ele se encarna tanto na objetividade, sob a forma de estruturas e de mecanismos específicos, quanto na “subjetividade” ou, se quisermos, nas mentes, sob a forma de estruturas mentais, de esquemas de percepção e de pensamento. Dado que ela é resultado de um processo que a institui, ao mesmo tempo, nas estruturas sociais e nas estruturas mentais adaptadas a essas estruturas, a instituição instituída faz com que se esqueça que resulta de uma longa série de atos de instituição e apresenta-se com toda a aparência do natural. Porém, diante da complexidade das funções e nuances da figura do Estado, sua definição exata deve ser relativizada diante das inúmeras lutas que estão presentes nos mais variados campos, em especial, no metacampo do Estado.

ocorre em razão de reconhecimento e legitimação outorgado pelos indivíduos. Portanto, para que haja o monopólio da violência física, é preciso que o Estado já tenha acumulado poder simbólico suficiente, isto é, legitimidade considerável para fazê-lo (BOURDIEU, 2014; SWARTZ, 2018).

Ao construir um "modelo" do processo histórico de formação dos Estados, Bourdieu concluiu que o surgimento do Estado é concomitante ao nascimento do campo burocrático. No caso, as preocupações e problemas do controle dinástico se estenderam à organização e liderança da burocracia moderna. O moderno Estado burocrático surgiu inicialmente das ambiguidades da governança no interior da dinastia e de suas tentativas sucessivas de lidar com essas ambiguidades por meio da Lei. A emergência e a consolidação do poder pelas autoridades legais foram as chaves desse processo. Noções como soberania e monarquia foram entendidas para além da pessoa do rei, e os problemas da sucessão hereditária, por exemplo, levaram ao desenvolvimento de autoridades independentemente do parentesco.

Iniciou-se, assim, o caráter "impessoal" da burocracia e o surgimento de um corpo de servidores civis burocratas (BOURDIEU, 2014; SWARTZ, 2018). Esse processo de dissociação progressiva da autoridade dinástica e da autoridade burocrática gerou novos elos de delegação de autoridade e responsabilidade. Na medida em que isso ocorreu, o *locus* do poder passou do caráter pessoal para o campo e, através da institucionalização de uma burocracia, uma corrente de autoridades e responsabilidades, surgiu uma "verdadeira ordem pública". Cada corrente se tornou um centro relativamente autônomo de poder, tornando o Estado, desde então, um metacampo que procura regular todos os outros campos.

Através da burocratização e da "ordem pública", o Estado moderno passou a ser o portador do monopólio oficial (ou seja, reconhecido como legítimo) da nomeação, classificação e da ordem. Todos os atos do Estado representam ações realizadas por agentes dotados de uma autoridade simbólica, seguida de efeitos. Um julgamento judicial, por exemplo, tem a seu favor toda a força da ordem social, é dotado de autoridade que, gradualmente, por uma série de delegações em cadeia, remete a um lugar último, que é o Estado (BOURDIEU, 2014).

> Se observarmos os julgamentos da justiça, é ainda mais evidente; da mesma maneira, se pegamos a atuação de um guarda, ou o regulamento elaborado por uma comissão ou promulgado por um Ministro. Em todos os casos, estamos diante de atos de categorização; a etimologia da palavra "categoria" – de *categorein* – é "acusar publicamente", e mesmo "insultar"; o *categorein*

> de Estado acusa publicamente, com a autoridade pública: “Eu o acuso publicamente de ser culpado”; “Eu certifico publicamente que você é professor titular de universidade”; “Eu o sanciono”, com uma autoridade que autoriza ao mesmo tempo o julgamento e, evidentemente, as categorias segundo as quais o julgamento é constituído (BOURDIEU, 2014, p. 40).

Os atos estatais estão no nosso dia a dia. O Estado não se reduz a um aparelho de poder a serviços dos dominantes nem a um lugar neutro de reabsorção dos conflitos, ele constitui a forma de crença coletiva que estrutura o conjunto da visa social nas sociedades fortemente diferenciadas (BOURDIEU, 2014, p. 493). Ele possui o poder de produzir e impor categorias de pensamento que aplicamos espontaneamente a todas as coisas do mundo social, incluindo o próprio Estado, pois ele é detentor de um:

> [...] conjunto de recursos específicos que autorizam seus detentores a dizer o que é certo para o mundo social em conjunto, a enunciar o oficial e a pronunciar palavras que são, na verdade, ordens, porque têm atrás de si a força do oficial (BOURDIEU, 2014, p. 66).

O efeito de universalização é, por excelência, um efeito de Estado. Ele tem o poder de impor categorias e classificações espontâneas do mundo social para contribuir para a aceitação da ordem social – isso é tão forte que os consensos (o que Bourdieu chama de *doxa*) são transmitidos em grande parte pelas formas estatais de classificação. Há uma crença, uma ilusão bem fundamentada, que confere ao Estado o poder de organizar a vida social através da imposição de estruturas cognitivas e de consensos sobre o sentido do mundo. Assim, através da oficialização, agentes investidos de legitimidade transformam um ponto de vista particular - uma gramática, um calendário[3], uma manifestação cultural, um comportamento ou interesse - em regras que se impõem à totalidade da sociedade (BOURDIEU, 2014).

> O mandatário do Estado é o depositário do senso comum: as nominações oficiais e os certificados escolares tendem a ter um valor universal em todos os mercados. O efeito mais típico da “razão de Estado” é o efeito de codificação que atua em operações tão simples como a outorga de um certificado: um *expert*, doutor, jurista, etc. é alguém que recebeu um mandato para produzir um ponto de vista que é reconhecido como transcendente em

---

[3] “Todo ano compramos um calendário, compramos algo óbvio, compramos um princípio de estruturação absolutamente fundamental, que é um dos fundamentos da existência social, e que faz, por exemplo, com que possamos marcar compromissos. Podemos fazer a mesma coisa para as horas do dia. É um consenso e não conheço anarquista que não acerte o relógio quando passamos ao horário de verão, que não aceite como sendo óbvio todo um conjunto de coisas que, em última análise, remetem ao poder do Estado [...]” (BOURDIEU, 2014, p.35).

> relação aos pontos de vista singulares, sob a forma de certificados de doenças, de inabilitação ou de habilitação, um ponto de vista que confere direitos universalmente reconhecidos ao detentor do certificado. O Estado aparece assim como o banco central que garante todos os certificados. [...] É por essa razão que se pode generalizar a famosa fórmula de Weber e ver no Estado o detentor do monopólio da violência simbólica legítima. Ou, mais precisamente, um árbitro, porém muito poderoso, nas lutas por esse monopólio (BOURDIEU, 2011b, p. 165).

Se esses atos obtém o consentimento, se as pessoas se inclinam – ainda que se revoltem, sua revolta supõe um consentimento – é que no fundo participam consciente ou inconscientemente de uma espécie de “comunidade ilusória, que é a comunidade de pertencimento a uma comunidade que chamaremos de nação ou Estado, no sentido de conjunto de pessoas reconhecendo os mesmos princípios universais (BOURDIEU, 2014, p. 40/41).

Todo ato de Estado, portanto, é um "ato coletivo", pois é realizado por pessoas reconhecidas como oficiais, e, portanto, "em condições de utilizar esse recurso simbólico universal que consiste em mobilizar aquilo sobre o que todo o grupo supostamente deve estar de acordo" (BOURDIEU, 2014, p. 67). Logo, o Estado possui o poder de conferir o status universal de “natural” às visões e divisões de mundo, hierarquias sociais construídas historicamente através de conflitos e lutas entre agentes. O efeito de universalização, afirma Bourdieu (2011a, p. 246), é um dos mecanismos, e sem dúvida dos mais poderosos, por meio dos quais se exerce a dominação simbólica, ou melhor, a imposição da legitimidade de uma ordem social.

A partir de seu poder de nomeação, de imposição oficial da visão legítima do mundo social, o Estado impõe seus princípios de (di-)visão do mundo pelo viés de instituições encarregadas de legitimá-los (expertise), de inculcá-los (escola) e de fazê-los aplicar (justiça). Nesse quadro, a política é encarada como a luta para impor uma visão legítima do mundo social. O resultado das lutas que ocorrem no seio do campo político é tornado legítimo pelo Estado. Além desta ação cognitiva, o Estado, graças aos recursos materiais e simbólicos que ele concentra, pode regrar o funcionamento dos diferentes campos pelo viés de intervenções financeiras (por exemplo os auxílios públicos para o investimento no campo econômico) ou jurídicas (definição de regulamentação) que contribuem para a definição das relações de forças entre os detentores de capitais. O Estado, portanto, é um metacampo não apenas porque integra nele os diferentes campos, mas também porque é integrado nos campos

quando impõe a visão de mundo dominante e define por eles as regras (BOURDIEU, 2014).

No entanto, não é possível dizer que o monopólio do Estado sobre as classificações simbólicas é completo. Bourdieu (2011a, 2011b, 2014) afirma que os portadores da autoridade burocrática nunca conseguem o monopólio absoluto porque sempre há conflitos entre poderes simbólicos cujo objetivo é a imposição de suas classificações como legítimas. O Estado é um espaço de lutas entre grupos no qual cada um tentará impor sua compreensão do mundo social como legítima. Assim como há as lutas individuais da vida cotidiana nas quais os atores tentam impor a representação deles próprios por meio de estratégias de apresentação, também há lutas pelo poder.

> Nessas lutas, cujo objetivo final nas sociedades modernas é o poder de nomeação, sustentado pelo Estado (o monopólio sobre a violência simbólica legítima), os agentes – que neste caso são frequentemente especialistas (como os políticos) – lutam para impor representações (por exemplo, demonstrações) que criam justamente as coisas representadas. Assim, elas existem publicamente e oficialmente. Seu objetivo é o de transformar sua própria visão sobre o mundo social e os princípios de divisão sobre os quais ela está baseada, em uma visão oficial, em um *nomos*, o princípio oficial de visão e divisão (BOURDIEU, 1987, apud SWARTZ, 2018, p.91-92).

O campo do poder é uma arena de luta entre portadores de capital econômico e capital cultural, aponta Bourdieu (2014). Diferentemente do campo político *strictu sensu*, o campo do poder é um espaço de lutas sobre o qual os agentes sociais dominantes em seus respectivos campos lutam para fazer prevalecer *em todos os campos* o tipo de dominação que cada tipo de agente exerce em seu próprio campo. Isso não quer dizer que o que está em jogo é uma dominação absoluta e exclusiva, uma vez que a dominação global pressupõe a colaboração de todos os detentores de capital. O campo de poder se unifica relativamente não pela dominação absoluta de uma única forma de capital, mas pela “solidariedade orgânica” dos poderes simultaneamente diferentes e complementares, mantidos por aqueles que ocupam posições dominantes de cada campo (LAVAL, 2020).

Os resultados das lutas no campo do poder podem proporcionar aos vencedores o poder sobre o controle do Estado, que é o detentor de um “metacapital”, enquanto “metacampo” (BOURDIEU, 2014). É no Estado que a luta por poder é de fato a luta pelo controle sobre as relações de outros campos no campo do poder; ele funciona para regular a razão do intercâmbio entre as várias formas de capital no

campo do poder (SWARTZ, 2018). Ou seja, Bourdieu (2014) pensa o Estado como um metacampo que, com autonomia relativa de um campo distinto, que gera seus próprios interesses particulares, mede a luta pelo princípio dominante de legitimação entre os vários campos de poder.

Em suas análises sobre o contexto francês da década de 1970 e 1980, Bourdieu (1998, p. 10) enxerga o Estado francês dividido em suas funções de bem-estar (educação, assistência social etc.), chamadas de “mão esquerda”, e seu lado financeiro, representado pelo Ministério das Finanças, Escola Nacional de Administração, pelos graduados e gabinetes ministeriais, as quais chama de “mão direita”. A dimensão do bem-estar tende a ser baseada exclusivamente pelo capital cultural, enquanto o lado financeiro, na França moderna, inclui uma quantidade considerável tanto de capital cultural e, especialmente, capital econômico. Essas divisões também refletem diferentes representações de classe, onde o lado do bem-estar recruta largamente uma “nobreza menor de Estado”, e o lado financeiro recruta uma “nobreza maior do Estado” (BOURDIEU, 1998).

Através dessa divisão interna do Estado francês, Bourdieu explica o surgimento da ideologia neoliberal contemporânea na França, a partir dos anos de 1970. Em seu estudo sobre o mercado interno francês, Bourdieu (1998). mostra o lado financeiro do Estado e como os burocratas, entre eles o presidente e alguns Ministros, contribuíram para o pensamento e a política neoliberal. De maneira geral, o Estado francês é dividido entre os ministérios e serviços concentrados na saúde, educação e bem-estar, cuja liderança opõe-se à privatização desses serviços. Por outro lado, os gestores do lado financeiro favorecem a reforma desses serviços públicos, especialmente com a retirada do Estado das atividades de bem-estar, promovendo as ideias e políticas neoliberais. Ele conclui que o moderno Estado francês está dividido contra si próprio, mas a divisão marca a relação de dominação da “mão direita” sobre a “mão esquerda”.

Embora o contexto analisado por Bourdieu seja diferente da maioria dos países, o que o autor busca explicar é a transformação do Estado, ou melhor, o seu processo de regressão (BOURDIEU, 1998).

> Quando se estuda o nascimento do Estado nas sociedades em que o Estado se constituiu mais cedo, como a França e a Inglaterra, observa-se primeiro uma concentração de força física e uma concentração de força econômica — ambas funcionando juntas; é preciso dinheiro para fazer guerras, para fazer o policiamento etc, e é necessária a força da polícia para poder arrecadar

> dinheiro. Em seguida, tem-se uma concentração de capital cultural, e uma concentração de autoridade. Esse Estado, à medida que avança, adquire autonomia, torna-se parcialmente independente das forças sociais e econômicas dominantes. A burocracia de Estado começa a ser capaz de distorcer as vontades dos dominantes, de interpretá-las e, às vezes, de inspirar políticas.
> O processo de regressão do Estado mostra que a resistência à crença e à política neoliberais é tanto mais forte nos diferentes países quanto mais fortes eram neles as tradições estatais. E isso se explica porque o Estado existe sob duas formas: na realidade objetiva, sob a forma de um conjunto de instituições como regulamentos, repartições, ministérios etc, e também nas cabeças. [...] Por exemplo, o ministério do Trabalho é uma conquista social que se tornou realidade, embora, em certas circunstâncias, ele também possa ser um instrumento de repressão. E o Estado também existe na cabeça dos trabalhadores sob a forma de direito subjetivo ("isso é meu direito", "não podem fazer isso comigo"), de apego às "conquistas sociais" etc. Por exemplo, uma das grandes diferenças entre a França e a Inglaterra é que os ingleses thatcherizados descobrem que não resistiram tanto quanto teriam sido capazes, em grande parte porque o contrato de trabalho era um contrato de common law, e não, como na França, uma convenção garantida pelo Estado. E hoje, paradoxalmente, no momento em que na Europa continental se exalta o modelo da Inglaterra, no mesmo momento os trabalhadores ingleses olham para o Continente e descobrem que ele oferece coisas que sua tradição operária não lhes oferecia, isto é, a ideia de direito do trabalho (BOURDIEU, 1998, p. 29/30).

Há uma “involução do Estado” na contemporaneidade, ou seja, um recuo do direito e da regulamentação em favor do poder do capital (BOURDIEU, 1998). Em benefício do mercado, o Estado está se retirando de inúmeras áreas que em um momento histórico anterior estava responsável, exceto naquelas relacionadas com suas funções repressivas e de segurança (LAVAL, 2020). Nesse contexto, uma oligarquia convertida aos ideais do capitalismo mundializado dirige o Estado, impondo uma nova forma de dominação simbólica e política no campo social. Esse novo princípio teórico, denominado de neoliberalismo, forma um novo modelo de ação do Estado, que se orienta não apenas para a unificação de um mercado nacional, mas também para a construção de um mercado mundial e a participação ativa na concorrência que ele impõe (LAVAL, 2020).

Assim, a partir da década de 1970, o Estado e suas políticas governamentais passaram a ficar reféns do poder econômico. Suas fronteiras tornam-se obsoletas, com a consequente perda de soberania e a instauração de um risco permanente às conquistas no plano político-jurídico criadas dentro da esfera pública estatal (LIMA, 2002, p. 156). Esse divórcio entre poder e política, que caracteriza o “estado de crise” (BAUMAN; BORDONI, 2016), ocorreu concomitantemente à ascensão do neoliberalismo. Diferentemente do liberalismo clássico, modelo puramente de mercado, que concedia à iniciativa privada e à livre competição sem nenhuma

intervenção do Estado (“mais mercado, menos Estado”), o neoliberalismo se instala no próprio Estado.

> Na realidade, o neoliberalismo é impensável fora da instituição do Estado, o qual, como detentor do monopólio da violência simbólica, é o único em condição de impor a razão econômica a todos os domínios da sociedade. Por meio das elites que o controlam, o Estado impõe o novo princípio de construção do mundo legítimo e indiscutível, com o auxílio de todos os instrumentos do poder simbólico à sua disposição: fala autorizada, medidas regulatórias e Leis do parlamento, relatórios do Tribunal de Contas e comissões de especialistas de todo o tipo. É o Estado que simultaneamente incorpora e impõe o que parece negá-lo como instância superior, separada, distinta dos interesses privados. Toda a análise de Bourdieu leva a esse paradoxo. A revolução simbólica neoliberal é conduzida “pelo alto”, ou seja, pelo Estado, porque é no nível do Estado, e do Estado apenas – em função da concentração da força, ao mesmo tempo, física e simbólica, que ele historicamente acumulou -, que se poderia impor um nomos universal (LAVAL, 2020, p. 238).

As funções clássicas do Estado, diante do neoliberalismo, ficam submetidas ao cálculo econômico: como no meio empresarial, critérios de viabilidade e governança se infiltram nos campos de educação, saúde, seguridade social, emprego, serviço público e segurança sob a perspectiva econômica. Essa lógica retira a responsabilidade do Estado, fazendo-o renunciar a suas prerrogativas e avançar gradualmente na direção das privatizações e reformas. Aliás, a “única questão autorizada no debate público é a da capacidade de levar a cabo `reformas´ cujo sentido não é explicitado, sem que se saiba muito bem quais resultados se tenta obter por essa ação sobre a sociedade” (DARDOT; LAVAL, 2019, p. 380).

O Estado, em meio a essas lutas simbólicas pelo poder de imposição do discurso dominante (BOURDIEU, 2011a), tem atuado, nas últimas décadas, para se afastar dos meios de intervenção, mediação e regulação das relações de trabalho. Atendendo a ordem neoliberal, o Estado não se desfaz ou se desintegra, apenas garante a atuação do campo econômico mundial, onde capitais econômicos podem circular livremente (BOURDIEU, 2001). A nova orientação do Estado não é apenas para a manutenção da ordem pública sobre um território e para a unificação de um mercado nacional, mas também para a construção de um mercado mundial e a participação ativa na concorrência que ele impõe (LAVAL, 2020).

1.2 O CAMPO ECONÔMICO E SEUS PODERES SIMBÓLICOS

Os poderes simbólicos do campo econômico, na contemporaneidade, atuam de forma crescente não apenas no Estado, mas também em todas as esferas da vida social. A “revolução” surgida a partir da década de 1970 e 1980, baseada na valorização da naturalidade do mercado regido por uma Lei universal, é colocada em prática pela “retirada do Estado”, como propõe Hayek (2010), ou, como disse Bourdieu (1998), “involução do Estado, que é também um recuo do direito e da regulação em favor do poder do capital e da violência de classe. O Estado se retira em benefício do mercado na maior parte das áreas, exceto naquelas relacionadas com suas funções repressivas e de segurança. Essa “revolução”, caracterizada por Bourdieu de “economismo”, reduz todo o social à “economia econômica”, tornando as ações munidas de um cálculo racional pela força dos poderes simbólicos do campo econômico.

Retornando aos conceitos de Bourdieu, “campo” é um subsistema social, ou seja, um espaço estruturado de posições, onde os diferentes agentes que ocupam as diversas posições que lutam visando a apropriação do capital específico ao campo e/ou a redefinição desse capital. Como o capital está distribuído de maneira desigual no seio do campo, existem dominantes e dominados.

Bourdieu define o campo econômico como um “campo de lutas”. Partindo da análise weberiana sobre o mercado, segundo a qual “toda troca racionalmente orientada é a conclusão mediante um compromisso de uma prévia luta de interesses aberta ou latente” (WEBER, 1999, p. 43), o autor aponta que o campo econômico é um “campo de ação socialmente construído onde se afrontam agentes dotados de recursos diferentes” (BOURDIEU, 2005b, p. 33). Essa dotação de recursos depende da quantidade e da qualidade do capital de cada agente:

> A força ligada a um ator depende de seus diferentes recursos [...], isto é, mais precisamente, do volume e da estrutura do capital que ele possui, sob suas diferentes formas: capital financeiro, atual ou potencial, capital cultural [...], capital tecnológico, capital jurídico, capital organizacional [...], capital comercial e capital simbólico” (BOURDIEU, 2005b, p. 24/25).

Em função dos diferentes recursos, os agentes elaboram estratégias de ação, no âmbito dos limites impostos pela estrutura do campo, em particular pelo seu grau de concentração. É a estrutura do campo, isto é, o estado da relação de força entre

os agentes que determina as condições nas quais estes são levados a decidir (ou a negociar) os preços de compra e os de venda, por exemplo. Existe, a cada instante, uma diversidade de possíveis, certa liberdade de jogo, porém as decisões são escolhas entre possíveis definidos previamente, limitados pela estrutura do campo. Consequentemente, “não são os preços que fazem tudo, é o todo que faz os preços” (BOURDIEU, 2001, p. 243).

Ao apontar a dotação diferencial de capital, Bourdieu busca considerar a existência de relações de dominação no seio do campo econômico, ou seja, a existência de empresas dominantes e dominadas. A estrutura do campo comanda o direito de entrada e a distribuição de probabilidades de ganhos. As empresas dominantes constituem um ponto de referência para os concorrentes, os quais, não importando o que façam, são intimados a tomar posição. Uma das maneiras de evitar a concorrência pode, então, consistir em se especializar em novos campos, ou nichos do mercado.

As fronteiras do campo são uma trama de lutas, pois os agentes econômicos trabalham para excluir os concorrentes atuais ou potenciais, para produzir critérios de reconhecimento, os direitos de entrada suscetíveis de se autofavorecer no campo e o poder de dizer o que é legítimo ou não. Há dois objetivos: maximizar os lucros em curto prazo, como os economistas assinalam, e garantir a possibilidade de que as chances de ganho se prolonguem no tempo, ou seja, evitar que o mercado quebre ou que a empresa seja excluída dele. Para garantir a sobrevivência e buscar a dominação, é preciso poder.

Estado, campo econômico, política e poder são esferas que interagem. Agentes, ou melhor, empresas que possuem um domínio no campo econômico tem a possibilidade de impor uma representação mais favorável a seus interesses, a maneira de jogar e as regras do jogo, especialmente sobre o poder de regulamentação e os direitos de propriedade. O Estado, que possui a possibilidade de exercer uma influência determinante sobre o funcionamento do campo econômico, é muitas vezes recorrido e alvo de disputas. O Estado contribui com a existência e a continuidade do campo econômico, mas também com a estrutura de relações de força que o caracteriza.

Na obra “As estruturas sociais da economia”, Bourdieu (2001) apresenta uma pesquisa sobre o mercado de casa própria. Ele mostra que a burocracia do Estado é um espaço de luta, de concorrência e de colaboração entre os bancos e as empresas

de construção, do lado do setor privado, e, os ministérios, os altos funcionários do Estado e os inspetores de finanças, do lado do setor público. As afinidades eletivas entre os decisores diplomados pelas escolas francesas renomadas têm um papel importante no momento das reuniões e nos comitês que definem as regras a médio e longo prazos.

O Estado contribui, segundo a pesquisa de Bourdieu (2001), com a construção do mercado: construção da demanda por meio da produção de disposições individuais e, mais precisamente, de sistemas de preferências individuais (em matéria de locação ou de propriedade), bem como por meio da atribuição de recursos necessários, ou seja, as subvenções para a construção ou moradia definidas através de regulamentos e Leis. A construção da oferta, por via da política de Estado (ou dos bancos) de concessão de crédito aos construtores, contribui para definir as condições de acesso ao mercado e a posição na estrutura do campo das construtoras, com efeitos sobre a produção, publicidade e poder (BOURDIEU, 2001, p. 78-89).

Na construção da oferta e da demanda, no campo econômico, observamos a atuação estatal. De modo geral, as políticas fiscais, os programas de transferência de recursos para as famílias, a assistência social, agem sobre o consumo. As Leis orçamentárias, as despesas de infraestrutura, têm efeitos estruturantes especialmente nos domínios da energia, da habitação, das comunicações. A imposição de regras do jogo econômico, como o contrato de trabalho, constitui tantas intervenções políticas que fazem do campo burocrático um estimulador macroeconômico, colaborando para assegurar a estabilidade e a previsibilidade do campo econômico (GARCIA-PARPET, 2013). Os agentes econômicos, portanto, buscam a dominação do campo econômico, mas também do campo do poder e do próprio Estado.

Bourdieu (2005a) é insistente na relação profícua entre o campo econômico e o Estado, apontando que:

> [..] entre todas as trocas com o exterior do campo, as mais importantes são as que se estabelecem com o Estado. A competição entre as empresas assume frequentemente a forma de uma competição para o poder sobre o poder do Estado, – notadamente, sobre o poder de regulamentação e sobre os direitos de propriedade – e para as vantagens asseguradas pelas diferentes intervenções do Estado, tarifas preferenciais, patentes, regulamentos, créditos para pesquisa-desenvolvimento, compras públicas de equipamento, ajudas para a criação de emprego, inovação, modernização, exportação, habitação, etc. Em suas tentativas para modificar a seu favor as “regras do jogo” em vigor e valorizar assim algumas de suas propriedades

> suscetíveis de funcionar como capital no novo estado do campo, as empresas dominadas podem utilizar seu capital social para exercer pressões sobre o Estado e obter dele uma modificação do jogo a seu favor. Assim, o que se chama mercado é apenas, em última instância, uma construção social, uma estrutura de relações específicas, para a qual os diferentes agentes engajados no campo contribuem em diversos graus, através das modificações que eles conseguem lhe impor, usando poderes detidos pelo Estado, que são capazes de controlar e orientar (BOURDIEU, 2005a, p. 40).

As lutas simbólicas do campo econômico, que são disputas pelo “poder sobre o poder do Estado” (BOURDIEU, 2005a, p. 40), revelam não apenas a importância da dominação dos agentes econômicos sobre o Estado, mas também a possibilidade de impor as “regras do jogo”. Diante desse objetivo, os agentes lutam para impor uma lógica de mercado em todas as esferas da vida social, assentando-a como a uma racionalidade generalizada.

A visão idealizada do mercado, proposta por autores neoliberais a partir da segunda metade do século XX, é criticada por Bourdieu (1998), pois, segundo o autor, é construída de maneira lógico-dedutiva, por meio de modelos matemáticos que raramente são colocados à prova e desdenham das ciências históricas. Ele considera a concepção do mercado autorregulador como uma utopia da teoria econômica convertida em projeto político, embora seja apresentada como mera descrição científica do real (BOURDIEU, 1998, p. 135). Assim, os economistas são inclinados a confundir “as coisas da lógica com a lógica das coisas” (BOURDIEU, 1998, p. 135-136 e 144). Ao partir de pressupostos falsos, reduzem a racionalidade à concepção estreita da racionalidade individual, ignorando as condições sociais que produzem a disposição calculadora (BOURDIEU, 1998, p. 136).

A teoria econômica neoliberal dessocializada e des-historicizada, embora errônea e falha, acaba por tornar-se verdadeira por se vincular a interesses e decisões de acionistas, operadores financeiros, industriais, políticos conservadores ou social-democratas convertidos e altos funcionários das finanças (BOURDIEU, 1998, p. 137/138). O conhecimento científico converte-se então em programa político, procurando criar as condições de funcionamento da “teoria”. Se a teoria lida apenas com indivíduos, é preciso destruir as estruturas coletivas capazes de resistir à lógica do mercado (nação, sindicatos, grupos de trabalho, cooperativas e associações). A própria política tende a ser dissolvida, de modo a permanecer submetida aos mercados financeiros globais e a retirar as regulações capazes de atrapalhar a livre maximização do lucro.

O neoliberalismo designa, para Bourdieu (1998), o fenômeno ao mesmo tempo político e teórico que estende as Leis naturais do campo econômico para todos os demais campos. Essa lógica neoliberal:

> [...] extrai sua força social da força político-econômica daqueles cujos interesses ele exprime — acionistas, operadores financeiros, industriais, políticos conservadores ou socialdemocratas convertidos às desistências apaziguadoras do laissez-faire, altos funcionários das finanças, tanto mais obstinados em impor uma política pregando sua própria extinção porque, ao contrário dos executivos das empresas, eles não correm nenhum risco de pagar eventualmente por suas consequências. O programa neoliberal tende assim a favorecer globalmente a ruptura entre a economia e as realidades sociais, e a construir desse mundo, na realidade, um sistema econômico ajustado à descrição teórica, isto é, uma espécie de máquina lógica, que se apresenta como uma cadeia de constrangimentos enredando os agentes econômicos (BOURDIEU, 1998, p. 138).

No meio empresarial, a possibilidade de comparação permanente das rentabilidades no curto prazo pressiona as empresas a se ajustarem às exigências dos investidores. Os acionistas tornam-se mais capazes de impor sua vontade aos executivos, fixando-lhes normas por meio de diretorias financeiras e orientando suas políticas em matéria de contratação, emprego e salário. Os métodos de gestão flexíveis impõem a precarização dos vínculos trabalhistas e promovem a concorrência entre os funcionários, definindo metas, formas de avaliação e de remuneração individuais. Esse mundo de competição darwiniana com ameaça de demissão mina a solidariedade e dociliza os trabalhadores ao autocontrole e à autoexploração.

> A mundialização dos mercados financeiros, junto com o progresso das técnicas de informação, garante uma mobilidade sem precedentes dos capitais e oferece aos investidores (ou acionistas) zelosos de seus interesses imediatos, ou melhor, da rentabilidade a curto prazo de seus investimentos, a possibilidade de comparar a todo momento a rentabilidade das maiores empresas e de sancionar, consequentemente, os fracassos pontuais. As próprias empresas, defrontando-se com tal ameaça permanente, devem se ajustar de modo cada vez mais rápido às exigências dos mercados; e devem fazê-lo sob pena de "perder, como se diz, a confiança dos mercados", e com isso o apoio dos acionistas. Esses últimos, preocupados em obter uma rentabilidade a curto prazo, são cada vez mais capazes de impor sua vontade aos managers, de fixar-lhes normas, através das diretorias financeiras, e de orientar suas políticas em matéria de contratação, emprego e salário. Assim se instaura o reino absoluto da flexibilidade, com os recrutamentos por intermédio de contratos de duração determinada ou as interinidades e os "planos sociais" de treinamento, e a instauração, no próprio seio da empresa, da concorrência entre filiais autônomas, entre equipes, obrigadas à polivalência, e, enfim, entre indivíduos, através da individualização da relação salarial: fixação de objetivos individuais; prática de entrevistas individuais de avaliação; altas individualizadas dos salários ou atribuição de promoções em função da competência e do mérito individuais; carreiras individualizadas; estratégias de "responsabilização" tendendo a garantir a auto exploração de

> certos quadros que, sendo simples assalariados sob forte dependência hierárquica, são ao mesmo tempo considerados responsáveis por suas vendas, seus produtos, sua sucursal, sua loja etc, à maneira dos "por conta própria"; exigência do "autocontrole", que estende o "envolvimento" dos assalariados, segundo as técnicas do "management participativo", bem além das atribuições características dos gerentes; eis algumas técnicas de submissão racional que, ao exigir o sobre investimento no trabalho, e não apenas nos postos de responsabilidade, e o trabalho de urgência, concorrem para enfraquecer ou abolir as referências e as solidariedades coletivas (BOURDIEU, 1998, p. 139).

Esse “mundo darwiniano” (BOURDIEU, 1998, p. 139) encontra adesão na insegurança em relação ao emprego, à empresa, no sofrimento e no estresse cotidiano. Também encontra respaldo na cumplicidade de trabalhadores em condições precárias de vida, produzidas pela insegurança e pela existência — em todos os níveis da hierarquia, e até nos mais elevados, sobretudo entre os executivos — de um exército de reserva de mão-de-obra docilizada pela precarização e pela ameaça permanente do desemprego (BOURDIEU, 1998, p. 140).

> Essa violência estrutural também pesa sobre o que se chama contrato de trabalho (habilmente racionalizado e des-realizado pela "teoria dos contratos"). O discurso empresarial nunca falou tanto de confiança, de cooperação, de lealdade e de cultura de empresa como nessa época em que se obtém a adesão de cada instante fazendo desaparecer todas as garantias temporais (três quartos das contratações são de duração determinada; a parcela dos empregos temporários não para de crescer, a demissão individual rende a não estar mais submetida a nenhuma restrição). Aliás, tal adesão só pode ser incerta e ambígua, porque a precariedade, o medo da demissão e o "enxugamento" podem, como o desemprego, gerar a angústia, a desmoralização ou o conformismo (taras que a literatura empresarial constata e deplora). Nesse mundo sem inércia, sem princípio imanente de continuidade, os dominados estão na posição das criaturas num universo cartesiano: estão paralisados pela decisão arbitrária de um poder responsável pela "criação continuada" de sua existência — como prova e lembra a ameaça do fechamento da fábrica, do desinvestimento e do deslocamento (BOURDIEU, 1998, p. 140).

O meio de realização política da teoria neoliberal parte da mundialização dos mercados financeiros como protótipo do livre mercado, permitindo uma mobilidade sem precedentes do capital. Esse contexto geopolítico é utilizado por entidades empresariais e organismos internacionais para impor mudanças no papel do Estado e nas políticas públicas nacionais. A liberalização econômica é vista como o único caminho para promover o desenvolvimento e, se os países não aderirem, poderão ver os capitais financeiros abandonarem seus territórios, agravando o desemprego que emerge ao redor do globo. Assim, os países centrais e periféricos devem “reduzir” o seu tamanho, permitindo que as forças do mercado operem, para que as economias

cresçam de forma sustentada. Organismos internacionais como Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Banco Mundial e entidades corporativas receitam as chamadas “reformas estruturais”, como privatizações, corte de gastos e reformas trabalhistas, como única via a ser adotada pelos países (FILGUEIRAS, 2021).

No Brasil, esse discurso é reproduzido especialmente a partir da década de 1990. A Confederação Nacional da Indústria (CNI), no início do século XXI, apontou novas condições imposta pelo cenário internacional:

> Nos últimos anos vêm ocorrendo transformações na agenda de Política Industrial na área da OCDE e nos países em desenvolvimento. As heranças do passado ainda estão presentes em muitos países, mas a direção geral não mais se resume em subsidiar ou proteger empresas e indústrias das pressões por ajustamento, mas busca construir ambientes que expandam a competitividade da economia e a capacidade das empresas para avançar na direção das novas oportunidades.
> O Brasil não escapa a esta tendência. Enfrentar os desafios da economia do século XXI com os mesmos objetivos e instrumentos das décadas de 50 a 80 é um convite ao retrocesso econômico. Não dispor de estratégias, objetivos e instrumentos capazes de gerarem as ferramentas para defrontar-se com os novos desafios da economia do século XXI é perder oportunidades de ampliação do potencial de crescimento.
> O Brasil precisa evitar o primeiro erro e criar condições para implantar a sua visão estratégica. Nenhum país pode omitir-se diante das transformações da indústria decorrentes do processo de globalização, da competição crescente e das transformações tecnológicas (CNI, 2002).

Na página seguinte do documento, a CNI (2002) aponta que o foco da política industrial deve ser a competitividade, mas com menos interferência do Estado:

> O foco da Política Industrial deve ser o de elevar a competitividade da economia doméstica em um ambiente de crescente integração à economia global.
> Esta orientação não prescinde da ação do Estado. Exige-o de uma outra forma: com menos interferência nas ações de produção e decisões alocativas e maior ênfase na criação do ambiente favorável à operação das empresas (competitividade sistêmica) e no desenvolvimento de condições que afetem positivamente a capacidade de investimento das empresas (CNI, 2002).

O argumento geral da narrativa é de que o Estado deve intervir menos para que a economia prospere. No campo trabalhista, o Estado deve sair das relações de trabalho, permitindo a negociação direta entre empregador e empregados e reconhecendo “outras formas de prestação de serviços profissionais, nas modalidades de trabalho cooperado, “terceirizado”, por conta própria, à distância, decorrentes das técnicas atuais de gestão e da nova tecnologia da comunicação, etc” (CNI, 2002).

A legislação trabalhista e os sindicatos são vistos como um custo muito alto para as empresas, o que impede novas contratações. A legislação do trabalho no Brasil é vista pelos setores empresariais como extensa e rígida, produzindo “impactos extremamente negativos sobre a disposição de empregar” e a “expansão do mercado formal de trabalho” (LANZANA, *et al.*, 1990). Isso se expressa na divisão entre, de um lado, incluídos pela legislação e sindicatos e, de outro, a maioria excluída na informalidade. Em 2006, a CNI (SAISSE, 2005) emitiu a nota técnica 04/2006, onde apontou essa questão:

> Rever a regulação das relações de trabalho é uma ação crucial para reduzir os obstáculos ao crescimento econômico contínuo e equânime no Brasil. O conjunto de mais de 900 normas reunidas na CLT não passa no teste mais simples de eficácia: mais da metade dos trabalhadores ocupados no país encontra-se hoje completamente desprotegida pela Lei. Nesse contingente, a proporção de mulheres e jovens, grupos mais vulneráveis, é maior do que no total de ocupados. Dispor de uma regulação trabalhista rigorosa não impediu a destruição de postos de trabalho e desencorajou a sua criação na economia formal. Como o foco das políticas públicas deve estar nos resultados, e não nas intenções, fica clara a inadequação da política de proteção ao trabalho em vigor (SAISSE, 2005, p. 11).

“Reconhecer a necessidade de reforma é o primeiro passo” (SAISSE, 2005, p. 11), apontou a CNI naquele momento. Dez anos depois, em 2016, o FMI “recomendou” que o Brasil realizasse uma Reforma Trabalhista e uma revisão do cálculo do salário mínimo para “recuperar a sustentabilidade fiscal e retomar o crescimento” (G1, 2016). Como veremos nos próximos capítulos, a legislação trabalhista foi efetivamente alterada. Mais do que isso: a “livre iniciativa” tornou-se fundamento da República após a Lei da Liberdade Econômica, que alterou a Constituição Federal. Todas essas medidas foram tomadas para atenderem aos anseios do campo econômico.

Através do que Bourdieu chama de “poder simbólico”, instaura-se na sociedade um discurso invisível de dominação baseado no “economismo”, o qual reduz todas as práticas da vida social à “economia econômica”, ou seja, um cálculo racional pela força dos poderes simbólicos do campo econômico. Essa violência estrutural do campo econômico é exercida através do poder simbólico, que é um poder invisível, estruturante, de construção da realidade, o qual estabelece um sentido de construção imediata ao mundo (BOURDIEU, 2011a). Trata-se do:

> [...] poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de

> confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (BOURDIEU, 2011a, p. 14).

É através dos sistemas simbólicos – por exemplo, a língua, a arte, a religião e, inclusive, o direito - que o poder simbólico se edifica e se revela como instrumento de dominação (BOURDIEU, 2011a, p. 8/9). É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os “sistemas simbólicos” cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, contribuindo com a “domesticação dos dominados”.

Os diferentes agentes instaurados nos campos estão envolvidos em uma luta simbólica para imporem a definição do mundo social de acordo com seus interesses. Eles podem conduzir esta luta diretamente, nos conflitos simbólicos da vida cotidiana, quer por procuração, por meio da luta travada pelos especialistas da produção simbólica (produtores a tempo inteiro) e na qual está em jogo o monopólio da violência simbólica legítima, ou seja, do poder de impor – e mesmo de inculcar – instrumentos de conhecimento e de expressão arbitrários – embora ignorados como tais – da realidade social (BOURDIEU, 2011a, p. 11/12). Hoje, o campo econômico é regido por um domínio que impõem o “economismo” a todas as práticas da vida social, sujeitando os indivíduos à um cálculo racional de acordo com a proposta dominante. Essa ideologia do atual capitalismo justifica o engajamento dos indivíduos (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2020).

Essa “lógica neoliberal” (DARDOT; LAVAL, 2019) é uma reação em cadeia a qual produz “sujeitos empreendedores” que, por sua vez, reproduzirão, ampliarão e reforçarão as relações de competição entre eles. Isso surgiu a partir da corrosão progressiva dos direitos ligados ao status de trabalhador, da insegurança imposta pouco a pouco em todos os assalariados pelas novas formas de trabalho, precárias, provisórias e temporárias, além das facilidades cada vez maiores para demitir, que aumentaram o empobrecimento e produziram um aumento considerável do grau de dependência dos trabalhadores com relação aos empregadores. A “naturalização” do risco pelo discurso neoliberal e a exposição cada vez mais direta dos assalariados às flutuações do mercado, pela diminuição das proteções e da solidariedade coletivas são apenas duas faces da mesma moeda. Transferindo os riscos para os assalariados, produzindo o aumento da sensação de risco, as empresas puderam exigir deles disponibilidade e comprometimento maiores. E isso exigirá, segundo a

lógica do processo autorrealizador, que os indivíduos se adaptem subjetivamente às condições cada vez mais duras que eles colaborativamente produziram (DARDOT; LAVAL, 2019).

Esse “novo governo dos sujeitos” (DARDOT; LAVAL, 2019, p. 330) pressupõe que a empresa não seja mais uma “comunidade” ou um lugar de realização pessoal, mas um instrumento e um espaço de competição. Ela é apresentada idealmente, acima de tudo, como um lugar de inovações, de mudança permanente, de adaptação contínua às variações da demanda do mercado, da busca de excelência, da “falha zero”. Como seu espelho, o trabalhador deve refletir subjetivamente, mediante um trabalho interior constante, a seguinte imagem:

> “ele deve cuidar constantemente para ser o mais eficaz possível, mostrar-se inteiramente envolvido no trabalho, aperfeiçoar-se por uma aprendizagem contínua, aceitar a grande flexibilidade exigida pelas mudanças incessantes impostas pelo mercado (DARDOT; LAVAL, 2019, p. 330/331).

Empreendedor de si mesmo, a racionalidade econômica conduz o indivíduo a agir sobre si mesmo para fortalecer-se e, assim, sobreviver na competição. Todas as suas atividades devem assemelhar-se a uma produção, a um investimento, a um cálculo de custos. A economia, assim, torna-se uma disciplina pessoal.

Essa racionalidade empresarial une todas as relações de poder na trama de um mesmo discurso. Nesse sentido, o léxico da empresa contém um potencial de unificação dos diferentes “regimes de existência”, o que explica os governos terem se aproximado demasiadamente da lógica empresarial. Em particular, permite articular os objetivos da política adotada a todos os componentes da vida social e individual. Assim, a empresa torna-se não apenas um modelo geral que deve ser imitado, mas também uma atitude que deve ser valorizada na criança e no aluno, uma energia potencial que deve ser solicitada no assalariado, uma maneira de ser que é produzida pelas mudanças institucionais e ao mesmo tempo produz melhorias em todos os domínios (DARDOT; LAVAL, 2019).

Como em uma luta, a ética empresarial exalta o combate, a força, o vigor e o sucesso. Ela transforma o trabalho no veículo privilegiado da realização pessoal: sendo bem-sucedidos profissionalmente, fazemos da nossa vida um “sucesso”. Deve haver uma conjunção entre as aspirações individuais e os objetivos de excelência da empresa, entre o projeto pessoal e o projeto da empresa, tornando a empresa, em outras palavras, uma entidade composta de pequenas empresas de si mesmo.

> A empresa de si mesmo é uma “entidade psicológica e social, e mesmo espiritual”, ativa em todos os domínios e presente em todas as relações. É sobretudo a resposta a uma nova regra do jogo que muda radicalmente o contrato de trabalho, a ponto de aboli-lo como relação salarial. A responsabilidade do indivíduo pela valorização do seu trabalho no mercado tornou-se um princípio absoluto. Essa relação de cada um com o valor de seu trabalho é “objeto de gestão, investimento e desenvolvimento num mercado de trabalho aberto e cada vez mais mundial”. Em outras palavras, como o trabalho se tornou um “produto” cujo valor mercantil pode ser medido de forma cada vez mais precisa, chegou a hora de substituir o contrato salarial por uma relação contratual entre “empresas de si mesmo” (DARDOT; LAVAL, 2019, p. 335).

Se a lógica é cada indivíduo se tornar empresário de si mesmo, as relações trabalhistas devem apresentar uma relação civil, ou seja, a regulamentação do trabalho por intermédio do Estado, sob essa ótica, deve ser desmantelada ou ao menos flexibilizada. Assim, tudo que é flexível se torna moderno; as regras, as normas, a segurança são o atraso. O que tinha uma aparência retrógrada e condenável surge com ares de modernidade: insegurança no trabalho x flexibilidade no trabalho; insegurança do emprego x flexibilidade do emprego; insegurança da renda x flexibilidade da renda; insegurança da contratação x flexibilidade da contratação (MACCALÓZ, 1997). Como consequência, houve um declínio dos contratos de trabalho por tempo indeterminado, substituídos por contratos a prazo e de trabalho temporário, pelo trabalho falsamente autônomo e pela subcontratação, pelo trabalho em domicílio, entre outras formas de trabalho com pouca – ou sem– proteção social, já que agora o trabalhador se torna responsável pela sua trajetória.

Como apontado até aqui, os poderes simbólicos do campo econômico atuam para expandir sua lógica dominante para todas as esferas sociais. Os direitos sociais estão se dissipando, na medida em que a globalização e as políticas neoliberais preconizam a redução da atividade estatal. O indivíduo, empresário de si mesmo, se torna responsável não apenas pela sua trajetória profissional, mas também pela sua vida dentro de uma sociedade cada vez mais individualista e concorrente. Veremos a seguir que essa lógica globalizada implica ainda o distanciamento dos cidadãos do centro decisório, no enfraquecimento do poder local (Estado-nação), na apatia política, no esvaziamento do debate político e dos direitos políticos, uma vez que fica obstada a possibilidade dos cidadãos definirem os destinos da sociedade dentro da seara política, a qual cada vez mais perde significância em função do poder detido pelas empresas transnacionais e pelas organizações internacionais, havendo, assim, um deslocamento do local de deliberação e definição da política (LIMA, 2002).

Se as lutas simbólicas do campo econômico são disputas pelo “poder sobre o poder do Estado” (BOURDIEU, 2005a, p. 40), as quais poderão possibilitar aos agentes a imposição das “regras do jogo”, os poderes simbólicos se tornam instrumentos de dominação. Isso significa que “dominar” o mercado é, também, controlar as ações estatais, ou seja, é possuir a competência para decidir sobre segurança, sistema financeiro, como desejam os autores neoliberais, mas também sobre os investimentos e políticas públicas, legislações sociais, sobre trabalho e emprego. Mais do que isso: é manter sob domínio os próprios indivíduos. Através de poderes simbólicos, os vencedores das lutas simbólicas do campo econômico poderão ditar os rumos e o futuro de todo o sistema social.

1.3 O CAMPO POLÍTICO E A LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

O campo político é utilizado por agentes como meio de conquistar posições dentro do espaço social. Bourdieu (2011) o define em relação aos acontecimentos que ocorrem no interior do mundo dos profissionais chamados políticos. Segundo o autor, como há um universo da arte, há também um universo da política, que tem a sua lógica e as suas histórias próprias, isto é, relativamente autônomas e, ao mesmo tempo, os seus problemas próprios, sua linguagem própria e seus interesses específicos. Para entrar neste campo, é necessário conhecer as regras, é necessário dispor de uma certa linguagem, de uma certa cultura. E, sobretudo, é necessário sentir com o direito de jogar o jogo (BOURDIEU, 2011).

A política é um jogo, como pode-se inferir do senso comum, e um jogo parecido com o que é jogado em outros campos sociais, como aponta Bourdieu (2011). O autor afirma que o que está em jogo no campo político é a conservação ou transformação do mundo social por meio da conservação ou da transformação da visão do mundo social e dos princípios de (di)visão deste mundo. Ou seja, disputa-se a conservação ou a transformação das divisões estabelecidas entre as classes por meio da transformação ou da conservação dos sistemas de classificação que são a sua forma incorporada e das instituições que contribuem para perpetuar a classificação em vigor, legitimando-a (BOURDIEU, 2011).

A luta travada no campo político:

> [...] encontra as suas condições sociais de possibilidade na lógica específica

> segundo a qual se organiza, em cada formação social, o jogo propriamente político em que se jogam, por um lado, o monopólio da elaboração e da difusão do princípio de di-visão legítima do mundo social e, deste modo, da mobilização dos grupos e, por outro lado, o monopólio da utilização dos instrumentos de poder objetivados (capital político objetivado). Ela assume, pois, a forma de uma luta pelo poder propriamente simbólico de fazer ver e fazer crer, de predizer e de prescrever, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, que é ao mesmo tempo uma luta pelo poder sobre os <<poderes públicos>> (as administrações do Estado). Nas democracias parlamentares, a luta para conquistar a adesão dos cidadãos (o seu voto, as suas quotizações etc.) é também uma luta para manter ou para subverter a *distribuição do poder sobre os poderes públicos* (ou, se se prefere, pelo monopólio do uso legítimo dos recursos políticos objetivados, direito, exército, polícia, finanças públicas etc.). Os agentes por excelência desta luta são os partidos, organizações de combate especialmente ordenados em vista a conduzirem esta forma sublimada de guerra civil, mobilizando de maneira duradoura, por previsões prescritíveis, o maior número possível de agentes dotados da mesma visão do mundo social e do porvir. Para garantirem esta mobilização duradoura, os partidos devem, por um lado, elaborar e impor uma representação do mundo social capaz de obter a adesão do maior número possível de cidadãos e, por outro lado, conquistar postos (de poder ou não) capazes de assegurar um poder sobre os seus atributários (BOURDIEU, 2011 p. 174).

Em outras palavras, o objetivo do jogo no campo político é o poder de representação de uma visão dominante de mundo, que poderá resultar em domínio sobre outros campos e subcampos, como Estado, economia, direito, legislação etc.

Os meios de acesso à participação política estão desigualmente distribuídos na sociedade. Na mesma linha de Max Weber, que observou a existência da divisão dos cidadãos “em elementos politicamente ativos e elementos politicamente passivos”, Bourdieu (2011) apontou um interesse desigual das pessoas pela política, segundo sexo, idade, instrução, classe social, confissão religiosa ou atividade profissional. Mais do que isso, o autor revelou que existem condições sociais particulares na base da constituição da competência social e técnica para a participação política. Segundo Bourdieu (2011), há a concentração do capital político nas mãos de um pequeno grupo, tanto menos contrariada quanto mais as pessoas se encontram desapossadas dos instrumentos materiais e culturais indispensáveis à participação na política, em especial “o tempo livre e o capital cultural” (*idem*, p.164). Assim, exerce-se um efeito de censura ao limitar o universo do discurso político, definindo-se o que é pensável politicamente e estabelecendo-se os limites da problemática política. Por meio do domínio político, constituem-se um pensar e um agir, os únicos que são politicamente corretos (BOURDIEU, 2011).

No microcosmos formado por aqueles que se entregam à política, se joga um jogo que envolve interesses particulares. Os agentes do campo político obedecem

mais ao jogo existente no campo do que aos interesses dos cidadãos. Os problemas considerados importantes para a política acabam por serem apenas os problemas que são assumidos como importantes pelos profissionais da política, “porque lhes permitem estabelecer diferenças entre eles. O jogo desenrola-se somente dentro do campo dos profissionais, envolvendo os atores políticos que nele atuam numa luta pelo controle da política e pelo acesso à dominação do Estado (BOURDIEU, 2011).

No campo político existe um *habitus* particular e um capital específico (BOURDIEU, 2011, p. 169). O *habitus* do agente político consiste em um *corpus* de saberes específicos, com capacidades especiais, como o domínio de uma certa linguagem e de uma retórica política indispensável nas relações com os cidadãos. O capital político é uma forma de capital simbólico, crédito firmado na crença e no reconhecimento. O político retira a sua força política da confiança que depositada por um grupo. O capital específico da política não é, por isso, mais do que um puro valor fiduciário que depende da representação, da opinião, da crença, do crédito confiado pelos eleitores. Em razão disso, o profissional político é vulnerável às suspeitas, às calúnias, ao escândalo, a tudo o que ameaça a crença, a confiança, estando à mercê do Tribunal da opinião. Talvez por isso, na política, “dizer é fazer, quer dizer, fazer crer que se pode fazer o que se diz” (BOURDIEU, 2011, p.185).

A desigualdade e o “fechamento” do campo político agravam a “despolitização” da população. A capacidade de acesso à política está desigualmente distribuída, tornando o campo político um universo onde um certo número de pessoas “cumpre as condições de acesso e joga um jogo particular do qual os outros estão excluídos”. Cada vez mais, o exercício da atividade política repousa na exclusão, no desapossamento”. Quanto mais o campo “se autonomiza, mais se profissionaliza, mais os profissionais têm tendência a olhar os profanos com uma espécie de comiseração”. Coincidentemente - ou não - os afastados ou “excluídos” do campo político são os que estão desmunidos de capitais econômicos e culturais. À posse dos principais capitais políticos nas mãos de uns poucos, corresponde o desapossamento da maioria (BOURDIEU, 2011).

Um dos motivos para a crescente apatia política dos cidadãos, especialmente em temas importantes, como seguridade social, por exemplo, é a “involução” do Estado, como apontado no início desse capítulo. Se na consolidação do Estado moderno houve um incremento da participação política e na conquista e defesa de direitos, após o fenômeno da globalização econômica, que se disseminou pelo mundo

a partir da década de 1970, amparado pelas teorizações do neoliberalismo e com a aplicação de suas políticas pelo Estado, observou-se um retraimento da esfera pública e participação política dos cidadãos. Nesse contexto, perde-se um *locus* para conquista, defesa e exercício dos direitos que vai, progressivamente, se desvanecendo (LIMA, 2002).

Os poderes simbólicos do campo econômico atuam para expandir sua lógica dominante para todas as esferas sociais, como vimos no último subcapítulo. No campo político não é diferente. Nas últimas décadas, o crescimento do poder econômico, diante da globalização, enfraqueceu o poder político local. Esse é apenas um dos sintomas do processo de desterritorialização da política causada pela globalização econômica, perdendo-se assim o espaço de participação política, no sentido de deliberarem acerca dos destinos da sociedade e na reivindicação de direitos e no que concerne à sua tutela, que vai gradualmente sendo perdido. Isso por que as deliberações são tomadas tendo como referência os interesses do mercado consoante as diretrizes neoliberais e segundo os interesses das empresas transnacionais e dos organismos internacionais gestores do mundo globalizado (LIMA, 2002).

> Por causa desse enfraquecimento, (a) os Estados nacionais tem comprometida sua capacidade de coordenação macroeconômica, (b) perdem as condições materiais de estabelecer critérios políticos e dispositivos jurídicos aptos a permitir a superação da rigidez da lógica econômica na busca do bem-estar coletivo, (c) revelam-se incapazes de impedir a transferência de parte de seu poder decisório para as áreas de influência do capital privado e dos grandes conglomerados empresariais, (d) enfrentam dificuldades para assegurar a eficácia de seus instrumentos de política industrial baseados na imposição de restrições aos fluxos de capitais e mercadorias e, por fim, (e) dispõem de poucas condições políticas e financeiras para administrar o custo social da transformação das relações entre capital e o trabalho provocada pela substituição do antigo paradigma `fordista´ pelo novo paradigma da `especialização flexível da produção´.
> Uma das consequências mais importantes do enfraquecimento do poder do Estado nacional, como se vê, a perda da centralidade da política. Com a erosão das fronteiras, no âmbito de uma economia globalizada, a política se `desterirorializa´. E com a proliferação de mecanismos de auto-regulação econômica, ela perde seu papel como instância privilegiada de deliberação, decisão, condução e proteção, tendendo a operar numa dimensão mais coordenadora, sob a forma de `redes´ formais ou informais articuladas por empresas sindicatos e entidades representativas preocupadas em negociar questões específicas e assegurar interesses particularíssimos. À medida que o processo decisório vai sendo descentralizado, desterritorializado e transnacionalizado, as decisões políticas tornam-se condicionadas por equilíbrio macroeconômicos que representam, mais do que um mero indicador, um verdadeiro princípio normativo responsável pela fixação de rigorosos limites às intervenções regularas dos Estados nacionais (FARIA, 1996, p. 141/142).

O enfraquecimento da participação política coincide com a disseminação das teorias neoliberais. Seus autores viam o campo político com desconfiança, apresentando certas hostilidades quanto aos regimes democráticos. Pois, para que a liberdade como empreendedorismo e livre-iniciativa pudesse reinar, o Estado deveria intervir para despolitizar a sociedade, sendo essa a única maneira de impedir que a política intervisse na autonomia necessária de ação da economia. Ele deveria bloquear principalmente um tipo específico de conflito, a saber, aquele que coloca em questão a gramática de regulação da vida social, ou seja, deveria retirar toda a pressão de instâncias, associações, instituições e sindicatos que visassem questionar a noção de liberdade (SAFATLE *et. al.*, 2021). Assim, de suas aspirações e afirmação "pós-ideológicas" da tecnocracia até sua economização e privatização das atividades governamentais, de sua oposição desenfreada ao "estatismo" igualitário até sua tentativa de deslegitimar e conter as reivindicações democráticas, de seu objetivo de restringir direitos até seu objetivo de limitar agudamente certos tipos de estatismo, o neoliberalismo tanto constringe quanto "desdemocratiza" o campo político (BROWN, 2020).

Segundo Brown (2020, p.105), quatro décadas de "racionalidade neoliberal" resultaram em uma cultura política profundamente antidemocrática. Mais do que submetida a uma semiótica economizante, a democracia é explicitamente demonizada e ao mesmo tempo despida de proteções contra suas piores tendências. Ela sobre oposição de cima e de baixo, da esquerda e da direita. Com a democracia contestada, o exercício do poder político, embora não desapareça, é cada vez mais privado da modulação provida por meio da deliberação esclarecida, do pacto, da prestação de contas e da legitimação pela vontade do povo. Quanto mais a democracia é apartada dos padrões de veracidade, razoabilidade, responsabilidade e da resolução de problemas por meio da compreensão e da negociação das diferenças, mais desacreditada se torna.

Junto com as práticas teorizadas pelos autores neoliberais, tais como Friedrich Hayek, Ludwig von Mises e Milton Friedman, ascendeu a ideia e a linguagem da "governança". Tanto no meio acadêmico, como nos meios políticos, empresarias, agências públicas e organizações não governamentais, a governança se tornou um mantra. Embora não tenha sido prevista pelos autores neoliberais, ela se tornou uma forma administrativa chave, pois indexa uma fusão específica de práticas políticas e empresariais. Como ferramenta analítica, governança descentraliza o Estado e

monitora a dispersão de poderes organizados em todo o ordenamento social, poderes que conduzem e não apenas restringem o sujeito. Em relação às políticas públicas, o conceito não hesita em substituir a formação e implementação debatidas, pelo exercício aberto de autoridade e poder via Leis e policiamento. Assim, na linguagem da governança, “diretrizes” substituem Leis, “facilitação” substitui regulamentação, “padrões” e “códigos de conduta” substituem policiamento e outras formas de coerção estatal. Juntas, essas substituições derrotam o vocabulário do poder, e consequentemente sua visibilidade para as vidas e espaços que a governança ordena e organiza (BROWN, 2018).

> A governança também minimiza, ao ponto do repúdio, tanto as estratificações fundamentais na economia e na sociedade, quanto os conflitos normativos acerca do bem. Ela enfatiza em seu lugar a integração das “partes envolvidas” [stakeholders], a facilitação do consenso e da “cooperação multilateral”, e o desenvolvimento das “boas práticas” na produção e implementação de soluções para problemas tecnicamente definidos. Essa integração e consenso, é claro, não coletivizam a responsabilidade. Ao contrário, a governança neoliberal contemporânea opera por meio do isolamento de grupos e indivíduos responsáveis e da sua transformação em empreendedores; opera, ainda, por meio da delegação da autoridade e do poder decisório, e da implementação local de normas de conduta. São esses os processos que tornam os indivíduos (ou grupos individualizados) ao mesmo tempo responsáveis por si mesmos e atrelados aos poderes e a um projeto geral. Integração e individualização, cooperação sem coletivização – governança é o exemplo supremo de *omnes et singulatim*, o reunir e separar, acumular e isolar que Foucault identificou como marca dos governos modernos.
>
> Dito de outra forma, o discurso e a prática da governança despolitizam sua própria implementação e campo de aplicação em diversos fronts. “Responsabilizando” cada um dos elementos em sua órbita, ela desconsidera a estratificação e posições díspares desses elementos – os poderes que os produzem, arranjam e relacionam. A governança também faz vista grossa aos poderes que ela mesma faz circular, às normas que impõe, aos conflitos que enfeita ou desmantela. Ao promover uma ênfase mercadológica “no que funciona”, ela elimina da discussão as dimensões política, ética e mesmo normativa que modulam as políticas públicas, objetivando dessa maneira contornar a política via abordagens técnicas e práticas dos problemas. A governança também herda das empresas a ênfase em integrar elementos divergentes (de uma firma) num conjunto harmonizado de fins, integração que também presume a fungibilidade e a dispensabilidade de cada elemento, a legitimidade para descartá-los ou substituí-los quando necessário (BROWN, 2018, p. 17/18).

Portanto, a economicização do campo político, pressuposta na governança neoliberal, funde cidadãos comuns em uma iniciativa comum, ao passo que coloca em segundo plano os princípios clássicos da equidade, autonomia política, universalidade e mesmo a proteção paternalista professada pelo liberalismo clássico ou pelo Estado de bem-estar (BROWN, 2018). Em países onde esses princípios

nunca foram plenamente estabelecidos, os poderes simbólicos do campo econômico incidem de modo diverso sobre o campo político, especialmente quando o assunto é proteção ao trabalho.

No Brasil, o caráter de flexibilização da legislação trabalhista foi intensificado a partir da metade da década de 1990, quando, diante do processo de globalização, o campo político dominante se engajou na inserção hegemônica do neoliberalismo. Os governos de Collor e de Fernando Henrique Cardoso apontavam a necessidade de flexibilizar as relações de trabalho como solução para o desemprego e a informalidade, a fim de enquadrar as relações de trabalho às transformações tecnológicas, aumentando a competitividade do mercado brasileiro diante da economia internacional globalizada. Os agentes em disputa, ora defendiam uma perspectiva neoclássica, a qual criticava a excessiva rigidez no mercado de trabalho, ora a neokeynesiana, que denunciava a flexibilidade como prejudicial à produtividade (KREIN, 2018).

No entanto, o governo de Fernando Henrique não conseguiu força política suficiente para promover uma reforma geral, em vez disso, seguindo uma tendência europeia, impôs pequenas mudanças em que o negociado entre as partes passa a ter prevalência sobre o legislado, prenunciando uma mudança na *doxa* desse campo. Assim, a desregulamentação pública e, a flexibilização e a redução da proteção social centraram nos seguintes aspectos:

> (1) redução do poder do Estado e dos sindicatos em influir na definição das relações de trabalho, em uma perspectiva de fortalecer a descentralização das negociações no âmbito do local de trabalho e até individualizando a definição das regras para os trabalhadores mais qualificados; (2) ampliação dos contratos atípicos (por tempo parcial, temporários, intermitentes, especiais para alguns segmentos), combinados com redução dos custos e maiores facilidades às empresas dispensarem; (3) “despadronização” da jornada de trabalho, diferenciando-a por segmento econômico, empresa e setor de trabalho; (4) remuneração variável, em que o pagamento fica vinculado ao resultado obtido pela empresa, pelo coletivo e até pelo trabalhador individual; (5) redução da proteção social, especialmente com alterações no seguro desemprego e na previdência social (KREIN, 2018, p. 79).

A partir do século XXI, com a emergência no Poder Executivo do Partido dos Trabalhadores, houve um crescimento econômico com inclusão social pelo consumo, porém, no campo político, foram deflagrados movimentos contraditórios de disputas em matérias de Direito do Trabalho. No governo Lula, a constituição do Fórum Nacional do Trabalho, com participação tripartite, entre 2003 e 2005, tentou promover

uma reforma sindical e trabalhista, mas não houve grandes repercussões práticas[4]. Durante a primeira década do século, persistiram a terceirização do trabalho, os programas de remuneração variável (PLR) e a incapacidade dos agentes sindicais em influir na organização do trabalho e, assim, a flexibilização teve como marcas a reforma da previdência no setor público, em 2003, e um conjunto de restrições que recaíam sobre o seguro desemprego e o abono salarial (FREIRE, MARINHO, 2020).

Por outro lado, no início desse século foram adotadas medidas de ampliação da proteção social e de direitos, como a política de valorização do salário mínimo e a regulamentação do trabalho doméstico. Segundo Krein e Manzano (2014), a Organização Internacional do Trabalho (OIT) confirma que houve fortalecimento das instituições públicas como a Justiça do Trabalho e o Ministério Público, o qual expandiu sua atuação sobre o território nacional. A atuação dessas instituições que ambiguamente representam interesses de grupos distintos foi considerada fundamental para frear a flexibilização das normas trabalhistas (KREIN; MANZANO, 2014).

O percurso contraditório desse campo durante os anos de 2000 é elucidativo dos embates entre diferentes grupos políticos e econômicos. A flexibilização, apesar de oscilar entre a normatização do Estado e a negociação coletiva, avançou na medida em que as oscilações econômicas se deflagravam. Os empregadores passaram a intensificar as pressões por alterações das regras trabalhistas, pauta que manteve ofuscada pelo crescimento do emprego e aumento do consumo durante a primeira década desse século. Com a intensificação da crise no campo político, a partir de 2013, demarcada pela incapacidade política do Partido dos Trabalhadores em gerenciar os interesses dos distintos grupos que compõem a sociedade, a agenda de flexibilização ganhou novo impulso (FREIRE, MARINHO, 2020).

As medidas neoliberalizantes que ameaçavam os direitos trabalhistas passam a ser reapresentadas no Congresso Nacional. No final de 2012, por exemplo, sob coordenação de Emerson Casali (2012), a CNI apresentou a obra “101 Propostas para Modernização Trabalhista”, com o objetivo de promover um diálogo aberto, transparente e construtivo sobre eventuais problemas que impactam negativamente

---

[4] Houve o reconhecimento das Centrais Sindicais, que passou a obter financiamento (10% da contribuição sindical obrigatória dos trabalhadores representados por sindicatos filiados à Central) e foram incorporadas entidades paralelas na estrutura sindical, como associações e agremiações.

os custos e o desenvolvimento das atividades produtivas do país comprometendo, assim, a capacidade de crescimento econômico, a geração de novos empregos e, por via de consequência, o próprio desenvolvimento social. As propostas partiram do pressuposto de que a legislação trabalhista brasileira se encontrava ultrapassada, pois concebida há 70 anos, em um momento em que havia predomínio do trabalho rural e incipiência do processo de industrialização. No documento, defendeu-se que o sistema normativo trabalhista era rígido e pouco aberto às negociações, gerando um custo excessivo para o emprego formal, o que reduzia os níveis de competitividade das indústrias brasileiras no mercado globalizado (CASALI, 2012).

Na tentativa de acalmar os ânimos dos grupos interessados na flexibilização dos direitos trabalhistas, a equipe econômica do governo Dilma sinalizou com medidas para agradar o mercado, como a reforma da previdência, a alteração da política do salário mínimo, a contenção dos gastos públicos com restrições de despesas de pessoal e, para enfrentar o desemprego, adotou uma proposta que repassou recursos do Estado para as empresas (KREIN, 2018 - O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva, pp. 77-104). Essas propostas integravam uma política de ajuste fiscal, o que prejudicou, ainda mais, a estabilidade de seu governo.

Diante da instabilidade política, alguns agentes aproveitaram para contrapor a proposta do governo, sugerindo, dentro de uma lógica neoliberal, a diminuição da intervenção estatal como solução à instabilidade econômica e política daquele momento. Isso pode ser visualizado no documento do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB, 2015) intitulado “Uma ponte para o Futuro”. A proposta defendia a “obtenção de um superávit primário capaz de cobrir as despesas de juros” (p.13), portanto cortar todas as despesas sociais, administrativas e outras operacionais para gerar superávit a fim de garantir o pagamento de juros ao rentismo. Prometia “uma grande virada institucional e a garantia da sustentabilidade fiscal que afetarão positivamente as expectativas dos agentes econômicos (p.16). Imaginava que, com isso, promoveria o crescimento econômico “sustentável”, criando um “ambiente de negócios favorável” para “viabilizar a participação mais efetiva e predominante do setor privado” (PMDB, 2015, p. 17).

Com o controverso impeachment de Dilma Rousseff, a já fragilizada *doxa* protetiva do campo do Direito do Trabalho sofreu mais um forte revés, pois concomitantemente com a posse do seu vice-presidente, Michel Temer, emergiu -

mais uma vez – o discurso acerca da necessidade de redução do tamanho do Estado, dos gastos sociais, da restrição de direitos e da proteção social. Um pacote de privatizações, a reforma previdenciária e a Reforma Trabalhista foram anunciados, indicando o fim da política de valorização do salário mínimo e resgatando a proposta de FHC de prevalência do negociado sobre o legislado. Assim, estava aberto o caminho para a consolidação de uma nova heterodoxia contrária ao princípio protetivo trabalhista (FREIRE, MARINHO, 2020).

As mudanças adotadas pelo campo político a partir de 2017 foram determinantes para o Direito do Trabalho. No plano legislativo, Michel Temer sancionou em março de 2017 a Lei nº. 13.429/2017, também conhecida como Lei da Terceirização, onde alterou dispositivos da Lei nº. 6.019, de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário. Com a Lei, o período máximo do contrato de trabalho temporário passou a ser de nove meses e, além disso, a Lei passou a permitir que empresas contratem funcionários terceirizados para executar atividades-fim, ou seja, as principais funções da empresa. Em seguida, em 26 de abril de 2017, a Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei de uma Reforma Trabalhista por 296 votos favoráveis e 177 votos contrários. No dia 11 de julho, o Senado Federal aprovou o Projeto por 50 a 26 votos e, dois dias depois, o então Presidente Michel Temer sancionou o Projeto sem vetos. Transformada na Lei nº. 13.467, a Reforma Trabalhista modificou ou revogou mais de 100 artigos da CLT, além de promover alterações em Leis esparsas (CAVALCANTE, 2017).

As origens para as recentes mudanças no Direito do Trabalho não devem ser buscadas simplesmente a partir da história social ou na dinâmica do conflito trabalho-capital. Como apontado até aqui, e como será debatido ao longo deste trabalho, existe, ao contrário, uma gama de lutas simbólicas colocou em xeque a própria existência do Direito do Trabalho. A partir das alterações legislativas, especialmente ocorridas em 2017, encontramos a tentativa de imposição de uma doxa divergente (heterodoxa) baseada especialmente na lógica dominante do campo econômico. Outros campos também influenciaram, como político, onde a reforma foi proposta pelas novas configurações de poder no interior do Congresso Nacional e nas demandas políticas dos eleitores, assim como o subcampo do Direito do Trabalho, onde a proposta de Reforma Trabalhista emergiu de posições até então minoritárias ou que não apresentavam conformidade com a doxa dominante até então. Ou seja, a heterodoxia convergiu de diversos campos e subcampos.

> A doxa protetiva, até a Reforma Trabalhista de 2017, encontra-se historicamente consolidada como interpretação dominante no direito do trabalho desde, pelo menos, a década de 1930, com a chegada de Getúlio Vargas ao poder. Desde então, independente das razões que levaram aquele presidente a adotar a posição em defesa da classe trabalhadora em termos jurídicos, entendeu-se que o Estado deveria intervir de forma mais incisiva nas relações laborais, especialmente pela edição de normas que não poderiam ser negociadas pelas partes, ao menos enquanto princípio. Como consequência, a condição de vulnerabilidade do trabalhador vinha sendo reconhecida por todos os poderes da República (Executivo, Legislativo e Judiciário), de forma que, tanto pela edição de normas quanto por sua interpretação, a doxa protetiva manteve-se como interpretação dominante (FREIRE, MARINHO, 2020).

A Reforma Trabalhista de 2017 alterou a ortodoxia protetiva do trabalhador, ou seja, através de uma convergência de fatores históricos, políticos, econômicos e sociais, a legislação trabalhista foi alterada. Apesar de impactar nas relações de trabalho, o projeto de Lei da reforma, aprovado em tempo recorde - cerca de 7 meses entre o início do projeto de Lei e a sua promulgação - foi pouco debatido pela sociedade. Como vimos, a economicização neoliberal do campo político, ao abrir mão do social e substituir a política pela governança, encolheu os espaços significativos para uma cidadania ativa. Desse modo, tanto a participação política dos cidadãos é afetada quanto a própria atuação dos agentes do campo político, os quais ficam legitimados, diante da omissão, em agir sob domínio do campo econômico. É inegável, porém, que as alterações da legislação trabalhista apresentaram representatividade, pois a heterodoxia convergiu de diversos campos e subcampos. Todos eles, de alguma maneira, sob influência da lógica econômica dominante.

Com o objetivo de flexibilizar o mercado de trabalho e simplificar as relações entre trabalhadores e empregadores, a Lei 13.467, de 2017 mudou as regras relativas à remuneração, plano de carreira e jornada de trabalho, entre outras. Muitas das mudanças correspondiam a teses jurídicas anteriormente derrotadas nos embates internos do campo jurídico, especialmente no Tribunal Superior do Trabalho (TST). Por exemplo, quanto aos limites da negociação coletiva, introduziu-se um artigo que busca indicar quando as normas coletivas terão prevalência sobre a legislação sobre o tema e cujo rol é exemplificativo (art. 611-A), e outro que traz hipóteses em que é ilícita a estipulação por norma coletiva (art. 611-B). Como apontado acima, nos últimos anos a prevalência do negociado obteve vitórias legislativas sobre o legislado, porém, agora, foi instituído um marco regulatório. Para as hipóteses do artigo 611-B, encontramos certo paralelismo da mudança com a matéria constitucional Já quanto ao artigo 611-A, os incisos referentes a jornada de trabalho (incluindo intervalos,

teletrabalho, sobreaviso, trabalho intermitente e registro de jornada), a insalubridade (especialmente quanto à gestante) e a remuneração (incentivos, gorjetas) careceram de definição mais detalhada, sobretudo aquelas que podem ser interpretadas como tema afeito ao meio ambiente de trabalho e, por isso, passíveis de controle constitucional mais rigoroso (FREIRE, MARINHO, 2020).

Também foram inseridas restrições ao campo jurídico em relação à sua atuação. No parágrafo segundo do artigo 8º da CLT, por exemplo, a reforma trouxe restrições às prerrogativas de uniformização de jurisprudência (por meio da edição de súmulas) da Justiça do Trabalho, representando cerceamento legal do poder da corte trabalhista de enunciar o nomos que entende adequado aos conflitos trabalhistas e, portanto, de interpretar a Lei conforme os princípios e regras do próprio campo. O parágrafo terceiro do mesmo artigo, representa uma ofensa não apenas ao princípio protetivo, mas também à autonomia do Direito do Trabalho como subcampo, na medida em que traz regras do Direito Civil, que nem sempre são compatíveis a serem aplicadas na Justiça do Trabalho. Os magistrados trabalhistas, ao analisarem as convenções coletivas, de acordo com o artigo da reforma, não mais devem adentrar no mérito das cláusulas e na adequação destas com os princípios trabalhistas, mas simplesmente aterem-se aos requisitos de validade dos negócios jurídicos trazidos pela Lei civil. Nesse caso, demonstra-se a intenção de quebrar a doxa protetiva do Direito do Trabalho (FREIRE, MARINHO, 2020).

Outras mudanças legislativas impostas pelo campo político impactaram no Direito do Trabalho. A flexibilização dos contratos de trabalho, visíveis através da regulação do trabalho em tempo parcial, teletrabalho, criação do contrato de trabalho intermitente e da figura do trabalhador hipersuficiente, além da terceirização e do fenômeno da pejotização, alteraram os elementos clássicos da relação de emprego. Essas medidas, como veremos nos próximos capítulos, revelam as disputas instauradas nos diversos campos sociais pela sobrevivência do Direito do Trabalho.

Ao longo desse subcapítulo, tentamos percorrer as principais disputas ocorridas no campo político que impactaram no Direito do Trabalho, especialmente através das mudanças legislativas, após 2017. Observamos que o campo político é como uma “arena”, na qual existem alinhamentos, coalizões, mas também muitas disputas, afrontamentos e combates, onde decisões são tomadas pelos agentes sob influências dos poderes simbólicos do campo econômico. Porém, as ações do campo

político não ficam restritas aos seus limites, pelo contrário, muitas vezes extrapolam as divisas do campo e impactaram em outros, como, por exemplo, o campo jurídico.

1.4 O CAMPO JURÍDICO E AS CRÍTICAS À JUSTIÇA

Ao ratificar as mudanças nas regras trabalhistas propostas pelo Estado e pelo campo político, os quais atuaram mediante poderes simbólicos do campo econômico, o campo jurídico foi influenciado e, ao mesmo tempo, influenciou outros campos e agentes. Seja em sua lógica interna ou externa, os agentes e as instituições estiveram em meio a disputas simbólicas que colocaram em xeque o Direito do Trabalho. Isso porque, segundo Bourdieu (2011a), o campo jurídico funciona e é constituído historicamente consoante uma lógica interna de relações de poderes para legitimar, autorizar e consagrar determinados “operadores do direito” que concorrem entre si pelo “monopólio do direito de dizer o Direito” (BOURDIEU, 2011a, p. 212). Como veremos, a Suprema Corte foi assumindo progressivamente o monopólio e a prerrogativa de dizer a “última palavra” (BOURDIEU, 2014, p. 432) - mas não sem lutas simbólicas.

De acordo com Bourdieu, o campo jurídico é:

> [...] o lugar de concorrência pelo monopólio do direito de dizer o direito, quer dizer, a boa distribuição (nomos) ou a boa ordem, na qual se defrontam agentes investidos de competência ao mesmo tempo social e técnica que consiste essencialmente na capacidade reconhecida de interpretar (de maneira mais ou menos livre ou autorizada) um corpus de textos que consagra a visão legítima, justa, do mundo social (BOURDIEU, 2011a, p. 212).

O campo jurídico, espaço social, relativamente autônomo, possui a capacidade reconhecida de interpretar e aplicar os instrumentos normativos, as regras dispostas e estabelecidas inclusive pelo poder político e pelo Estado, que impõem uma visão legítima do mundo social. Todo o ordenamento jurídico se submete ininterruptamente a uma racionalização procedida pelos agentes legitimados pelo campo. Com isso, tem-se que o valor efetivamente prático de uma norma não está apenas em si mesma, mas deriva de uma luta simbólica travada entre agentes jurídicos que ocupam posições diferentes dentro do campo social.

O campo jurídico não se confunde com o corpo judiciário. Um campo não existe sem um corpo, mas não se reduz a um corpo, que não basta para constituir um

campo (BOURDIEU, 2011a). É à medida que se constitui o campo jurídico como um espaço unificado no qual as questões podem ser tratadas juridicamente “que se constitui um corpo de pessoas que têm interesse na existência deste campo e que devem sua existência legítima a este campo”. O funcionamento do campo jurídico permite que se possa dar razões à sua autonomia relativa, organizado como um sistema de interações consoante com a pluralidade de instâncias de funções específicas, sistemas e “operadores do direito”, que são definidos por sua posição, função e autoridade reconhecida nesta estrutura.

Os agentes do corpo judiciário possuem interdependência funcional em relação aos demais campos, no entanto, são separadas por diferenças de peso funcional, definindo a posição hierárquica de cada um no campo. Assim como o discurso do juiz difere do promotor, que difere do procurador, que também difere do advogado, a estrutura do campo jurídico apresenta uma forma lógica e particular. A posição hierárquica no campo será sempre mediatizada pela estrutura do campo jurídico ou mais exatamente por sua posição em relação aos demais “operadores do direito”. A desigualdade de posições no interior do campo jurídico, de modo paradoxal, reforça a dominação e, ao mesmo tempo, a cumplicidade dos agentes:

> O antagonismo entre os detentores de espécies diferentes de capital jurídico, que investem interesses e visões do mundo muito diferentes no seu trabalho específico de interpretação, não exclui a complementaridade das funções e serve, de fato, de base a uma forma sutil de divisão do trabalho de dominação simbólica na qual os adversários, objetivamente cúmplices, se servem uns aos outros (BOURDIEU, 2011a, p. 219).

O capital simbólico acumulado tem peso determinante no posicionamento dos agentes no campo. Da mesma forma, as relações políticas são importantes, pois suas ações são orientadas segundo a relação com outras forças sociais, sobretudo pelo fato de que o Direito é um importante instrumento para o processo de manutenção de determinada ordem social e econômica (BOURDIEU, 2011a). Ou seja, há uma pluralidade de forças sociais que em razão de seu poder econômico e político está apta a impor suas decisões. Então, não há tomada de posição que seja passível de neutralidade, tal como sucede na representação ingenuamente idealizada do Direito.

As demandas judiciais, apreciadas pelos agentes do campo jurídico, estão diretamente relacionadas com o poder, quer seja na concorrência entre os profissionais da área, quer seja naqueles que necessitam da justiça para defesa de

seus interesses[5]. É no interior do campo que ocorre a transformação de um conflito entre partes a um debate juridicamente regulado, mediada por profissionais que devem conhecer tanto as Leis escritas como as não escritas do campo jurídico. Nesse aspecto, é decisivo o papel do ritual no campo jurídico, sendo um definidor na separação social, consagrando uma ordem estabelecida, autorizando os agentes a representar a coletividade, desencorajando a transgressão da ordem (BOURDIEU, 2011a).

> A constituição do campo jurídico é um princípio de constituição da realidade. Entrar no jogo, conformar-se com o direito para resolver o conflito, é aceitar tacitamente a adoção de um modo de expressão e de discussão que implica a renúncia à violência física e às formas elementares da violência simbólica, como a injúria. É também, e sobretudo, reconhecer as exigências específicas da construção jurídica do objeto: dado que os fatos jurídicos são produto da construção jurídica (e não o inverso) [...] (BOURDIEU, 2011a, p. 229).

O campo jurídico é o lugar de interpretar (de maneira mais ou menos livre ou autorizada) um corpus de textos que consagram a visão legítima do mundo social (BOURDIEU, 2011a, p. 212). Na interpretação das disputas há um duelo entre figuras jurídicas que irão a qualquer custo, por meio dos processos linguísticos, legitimar, sustentar e validar a sua verdade, por meio de protocolos preestabelecidos de interesse do campo. Bourdieu (2011a) afirma que a linguagem jurídica traz em si todo um instrumental linguístico capaz de produzir o efeito desejado para o contexto e a situação de exigência. Portanto, a fim de derrotar, anular e desqualificar o seu adversário, os adversários se valem de todo o capital linguístico de que dispõem, tornando o sustentáculo da verdade, e cada sujeito, ao legitimar os seus postulados no interior do campo, também se autolegitima enquanto detentor de poder. Vencerá aquele que validar a sua verdade desconstruindo o discurso de autoridade do outro.

> À medida que o poder se diferencia, há, pois, um conjunto de protagonistas: os que estão associados ao direito e ao poder vitalício, e os que estão associados ao sangue e à hereditariedade. Por sua vez, esses dois [conjuntos de] protagonistas se diferenciam, e aqueles que se enfrentam são agentes envolvidos nas lutas de concorrência dentro de cada campo e de campo a campo. Essas lutas muito complexas são geradoras de práticas inovadoras, de invenções. Por exemplo, nos tribunais de justiça, por meio de

---

[5] A existência do campo jurídico está diretamente relacionada com o monopólio dos profissionais que atuam no meio, dando à competência jurídica o controle do acesso e recursos necessários para suas ações a partir da afinidade dos habitus. Corroboram ainda mais como elemento limitador na entrada de novos agentes as barreiras para inserção de novos profissionais, como também a ampliação do mercado que cria necessidade de novos profissionais da área (BOURDIEU, 2011).

> astúcias e lutas, as pessoas do Parlamento [impõe o poder de um] toga vermelha, o que nos parece ridículo, mas é uma conquista muito importante, pois se elas conseguem ter assento com uma toga vermelha em vez de uma toga preta, é uma conquista simbólica que as coloca no mesmo plano deste ou daquele descendente pela via dinástica. [Assiste-se assim] a lutas de todo tipo, ao mesmo tempo práticas e simbólicas; as lutas simbólicas, evidentemente, estão sobretudo ligadas aos que se encontram do lado do vitalício, do direito, do discurso: eles tanto têm a capacidade de obter mudanças nas práticas (nas precedências, nas hierarquias, no interior dos cerimoniais etc.) como [a capacidade de travar] lutas simbólicas e [produzir] teoria (BOURDIEU, 2014, p. 354).

O veredicto do juiz é tomado como “atos de nomeação”, que representam a palavra pública, oficial: “são atos mágicos que são bem sucedidos porque estão à altura de se fazerem reconhecer universalmente, portanto, de conseguir que ninguém possa recusar ou ignorar o ponto de vista, a visão, que eles impõem” (BOURDIEU, 2011a, p. 237). Os discursos e visões de mundo estão relacionados às relações de força que se estabelecem no interior do campo jurídico. Ao delimitar esse espaço, o discurso jurídico tem o poder de construção e desconstrução da realidade ao declarar, constituir ou extinguir. Assim, consagra a representação oficial do mundo social, que tende a se colocar sobre todos. O campo jurídico, portanto, consagra a ordem estabelecida ao reconhecer uma visão, que é a visão de Estado, garantida pelo Estado (Idem, p. 237).

Entre os campos sociais, há sempre uma interpenetração, assim, o campo jurídico está contaminado por conteúdos políticos e econômicos, por exemplo. Bourdieu (2011a) aponta que a relação entre o campo jurídico e os demais campos ocorre na medida em que há proximidade de interesses e afinidades dos *habitus* dos agentes, ligados a formações familiares e escolares similares, o que favorece a homologia das visões de mundo. Ao contrário da crença de que os atos dos agentes, legitimados socialmente, possuem neutralidade, universalidade e justiça, as ações no campo jurídico estão comprometidas majoritariamente com os valores e interesses dos dominantes, inclusive de outros campos. Assim, há um intenso movimento que tem a pretensão de criar uma “homogeneização jurídica”, a fim de que possa atender os propósitos de determinados grupos econômicos dominantes que atuam em toda parte (BOURDIEU, 1998). Com isso, as decisões legais tendem a favorecer direitos de propriedade privada e da taxa de lucro em detrimento dos direitos à igualdade e à justiça social (HARVEY, 2014).

Essa “homogeneização jurídica”, influenciada pelos poderes simbólicos do campo econômico, coincide com o processo de “erosão” ou “involução” do Estado

(BOURDIEU, 1998), explicado anteriormente. Através de um conjunto de crises, que se desdobram em suas dimensões conceitual, estrutural, institucional, funcional e política, o “enfraquecimento” do Estado atinge as instituições e afeta direta e particularmente o Poder Judiciário e a jurisdição. Com o redimensionamento das barreiras geográficas, com o desenvolvimento das comunicações e da economia globalizada, os limites territoriais do Judiciário foram extrapolados, pois foi estruturado para funcionar sob a égide dos códigos, cujos ritos e prazos são incompatíveis com tamanha expansão. Além disso, faltam ao Judiciário os recursos materiais que possibilitam acompanhar o mundo da simultaneidade e sua nova noção de tempo, pois a dimensão funcional do Estado, destinada a possibilitar a realização da jurisdição, também se encontra desgastada.

Houve, no último século, uma progressiva transferência de deveres sociais do Estado-Administração para o Judiciário, onde os sujeitos intensificam a reivindicação de seus direitos mais básicos não ofertados mais pelo Poder Executivo. Nesse cenário, que acaba por desqualificar o espaço de debate político tradicional, em especial em seus escassos vínculos associativos e coletivos, reforça-se uma perspectiva simplificada de cidadania, onde o cidadão é sucedido pela sua “versão judiciária: o sujeito de direitos”. A dimensão coletiva do político desaparece e o debate judicial individualiza os desafios: a dimensão coletiva existe, mas de forma incidente. Em decorrência disso, potencializa-se o ativismo judicial e sobrecarrega o sistema de justiça, que assume, indevidamente, o compromisso de completar as lacunas que deveriam ter sido providas nas demais esferas (poderes) estatais (GARAPON, 1996, p. 46). O resultado desse processo é a falência do sistema de prestação jurisdicional estatal, comprometendo sua capacidade de apresentar respostas eficazes no tratamento da conflitualidade social, o que se tem traduzido em uma crise envolvendo a própria democratização do acesso à justiça.

De modo multidimensional, as crises que afetam o campo jurídico podem ser resumidas assim:

> Uma crise da dimensão estrutural (1) que diz respeito ao seu financiamento, a seus recursos materiais, tais como instalações, funcionários, infraestrutura, bem como, ao custo despendido em razão do alongamento das demandas no contexto de afogamento do Judiciário, o chamado custo diferido. A dimensão objetiva ou pragmática (2) que se refere à lentidão dos procedimentos, à burocratização e à linguagem técnico-formal utilizada, que também culmina no acúmulo de demandas. A subjetiva (3) associada à incapacidade tecnológica de construção de novos instrumentos legais e de

> reformulação de mentalidades, para que os operadores do direito possam adaptar-se à nova realidade fática, pois o modelo atual não atinge as soluções buscadas para resolver os conflitos contemporâneos. A crise paradigmática (4), por fim, que diz respeito ao direito aplicável para o tratamento pacífico dos conflitos (BOLZAN DE MORAIS; MOURA, 2017, p. 183).

Nesse cenário de corrosão do Estado e da jurisdição, coincidente à emersão das lógicas neoliberais, surge um conjunto de transformações que visam dar "eficiência" ao campo jurídico. A linguagem da "governança" não fica restrita ao meio empresarial e estatal, como apontado anteriormente, é incorporada para atender a lógica da eficiência, dos números, do orçamento e do tempo. Dá-se menos importância à qualidade dos julgados do que a eficiência na evacuação do fluxo de litígios. O valor da justiça se torna equiparado ao critério fundamental – metavalor – da eficiência, impondo-se ao sistema um redimensionamento, tendo como elemento que confere legitimidade de suas operações a eficiente e rápida evacuação do fluxo de litígios, descuidando, desse modo, da qualidade dos processos de tratamento dos conflitos e de seus resultados. A eficiência neoliberal contribuiu para uma redefinição da justiça, a qual se tornou um produto desta "imensa empresa de serviços" que se transformou o Estado. Modelo de compreensão que apresenta o efeito perverso de reduzir toda avaliação da justiça por aquilo que é mensurável: pelo tempo e pelo dinheiro (BOLZAN DE MORAIS; MOURA, 2017).

Diante das dificuldades de adaptação às mudanças sociais, o campo jurídico é questionado. Sob o prisma econômico, o sistema judicial é acusado de ser um dos principais obstáculos ao crescimento econômico. O custo país, entendido como todos os custos acrescidos ao da transação, aponta para a ausência de maior eficiência do Poder Judiciário na garantia dos dogmas (propriedade privada e contrato), já que estes elementos seriam fundamentais para o perfeito funcionamento do mercado. A deficiente qualidade do sistema é apontada como um dos fatores responsáveis pela estagnação econômica, demandando, assim, um realinhamento à nova ordem mundial.

O subcampo da Justiça do Trabalho é um bom exemplo, pois é reiteradamente criticado pelo seu "custo" de funcionamento. Apesar dessa Justiça especializada ter arrecadado para a União o montante de quase 6 bilhões de reais, dos quais 74,1% correspondem à Previdência Social, 17% ao Imposto de Renda e 9% a custas e emolumentos, apenas em 2023, é comum associá-la à prejuízos econômicos ao

Estado, ou, ainda, custos maiores do que a retribuição à sociedade. Em 2016, por exemplo, o Judiciário trabalhista representou 20,1% das despesas totais do Poder Judiciário, abaixo das Justiças Estaduais, que foram de 56,7%, e acima da Justiça Federal, que foi de 12,4% do total, porém, analisando-se o número de servidores de cada órgão, tem-se que os valores são proporcionais.

No ano de 2023, a Justiça do Trabalho recebeu 4.196.542 casos novos. Em termos absolutos parece, de fato, um número excessivo. Porém, esse número corresponde a 11,8% do total de casos novos recebidos em todo o Poder Judiciário no período. Ainda, tais números representam, em sua maioria, demandas relacionadas às verbas rescisórias não pagas pelos empregadores. Ou seja, a maior parte das ações trabalhistas não é derivada de criações jurisprudenciais ou resultam de aventuras jurídicas, mas sim do descumprimento ostensivo e sistemático de obrigações trabalhistas por parte dos empregadores. Talvez por envolver o capital econômico e lidar diretamente com setores dominantes do tecido social é que permanece o discurso de que a Justiça do Trabalho é um entrave para o desenvolvimento do Estado e das relações de trabalho, por isso, é necessário reformá-la ou extingui-la.

As reformas processuais produzidas no país evidenciam que o Estado brasileiro atendeu aos poderes simbólicos do campo econômico. Adotando um discurso aparentemente neutro, instituições globais, como o Bando Mundial, indicaram como valores para o “aprimoramento” da prestação jurisdicional os seguintes: a) previsibilidade nas decisões; b) independência; c) eficiência; d) transparência; e) credibilidade; f) combate à corrupção; g) proteção à propriedade privada; h) acessibilidade e; i) respeito aos contratos; j) mudança no ensino jurídico (SALDANHA, 2010). Primeiro, a Emenda Constitucional nº 45, de 2004, instituiu o controle externo do Poder Judiciário, a súmula vinculante e a repercussão geral de questões constitucionais, além de provocar o debate de um novo Código de Processo Civil. No campo trabalhista, houve ampliação da competência da Justiça do Trabalho, na medida em que foi confiada a missão de dirimir todo e qualquer litígio que envolve o trabalho humano, exceto em relação às demandas de natureza jurídico-administrativas tratadas pelo poder público.

Depois, com a edição da Lei 11.417/06, afirmou-se que o STF é o único órgão competente para editar súmulas vinculantes podendo editá-las de ofício ou por provocação de qualquer um dos legitimados para as ações diretas de

inconstitucionalidade. Admitiu-se também os efeitos vinculantes com eficácia imediata, o que ampliou de forma significativa a força da jurisdição constitucional exercida pelo STF. Ainda, admitiu-se o controle dos efeitos gerados pelas súmulas vinculantes, permitindo que o Supremo decida a partir de que momento a súmula passa a ter eficácia. Aumentou-se a possibilidade da judicialização da política e de um eventual ativismo judicial, contrariando a retórica de outrora. Ainda, atendendo a recomendação do Banco Mundial e, foi instituído em 2005, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) como um sistema disciplinar para controle dos juízes.

As mudanças propostas pelos organismos internacionais, especialmente o Banco Mundial, traduzem a lógica dominante do campo econômico, pois atingem não apenas a estrutura do campo jurídico, mas também a sua essência e o seu funcionamento. As diretrizes propostas tinham como base o direito norte-americano, exigindo-se do Estado brasileiro não apenas uma mudança institucional, como também uma mudança na cultura jurídica. Historicamente, o país adotou uma visão mais próxima ao direito romano do que do *Common Law*, característico do direito norte-americano e britânico. Além disso, diferentemente do ideário liberal, qual defende a limitação de poder e a imparcialidade dos poderes do Estado, em função da manutenção da ordem das relações de produção capitalista conduzida pelo capital, o fortalecimento do Judiciário em sua corte suprema (leia-se STF) é uma especificidade do ideário neoliberal, cujo objetivo é arbitrar a interpretação de temas a partir dos elementos ideológicos conjunturais dominantes e, assim, atuar também como ator político (RODRIGUES CORREA; GONÇALVES, 2021).

Ao longo das últimas décadas, portanto, o Supremo Tribunal Federal se tornou progressivamente a “última palavra” (BOURDIEU, 2014, p. 432). Isso representa o poder sobre a representação legítima da realidade; em certos casos, impor a representação é impor a realidade quando se trata de fazer a realidade. É esta instituição que, dentro do sistema judicial brasileiro, possui o direito de dizer o direito e de consagrar a visão legítima, justa, do (seu) mundo social (BOURDIEU, 2011a).

1.5 UM CASO ESPECIAL: O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

O STF, instância máxima do Poder Judiciário do Brasil, ganhou os holofotes, as manchetes e se tornou protagonista em debates acerca das mais diferentes

matérias nos últimos anos. A Suprema Corte, antes chamada de Supremo Tribunal de Justiça, existe desde a Proclamação da Independência, embora com uma configuração e responsabilidades diferentes das que tem hoje. A denominação “Supremo Tribunal Federal” foi adotada na Constituição Provisória de 1890. Houve várias mudanças desde então, inclusive no número de Ministros. Assim como em outros países, o principal papel da Corte é ser a guardiã da Constituição. Porém, extrapolando o campo jurídico, a Suprema Corte brasileira foi progressivamente assumindo um papel de protagonista no campo social.

As palavras “cortes”, “tribunais”, “juízes” e “juízas podem ter significados diferentes em países diferentes. O Parlamento inglês e o Congresso brasileiro, por exemplo, são distintos entre si: desde a forma como seus integrantes conquistam uma cadeira, passando pela organização e no funcionamento interno, até nos poderes de que dispõem. No entanto, são duas espécies de instituições legislativas, com um núcleo de características e tarefas em comum. Da mesma forma, para além da imagem de “tribunais” decidindo imparcialmente conflitos externos à corte, com base em regras que outros criaram, a variação no mundo das instituições judiciais é enorme – maior, aliás, do que as diferenças que separam o Parlamento inglês do Congresso brasileiro (ARGUELES, 2023).

Em outros países, as cortes supremas cumprem papeis distintos. Nos Estados Unidos da América (EUA), a Suprema Corte não pode receber uma ação, proposta diretamente por um partido político, por exemplo, com um pedido simples de declaração de inconstitucionalidade de uma Lei aprovada no Congresso. A corte norte-americana até possui o poder de declarar Leis inconstitucionais, mas só pode fazê-lo ao decidir um processo judicial concreto, proposto por uma pessoa para resolver uma violação de seus direitos, ou seja, com raríssimas exceções, tudo que chega na Suprema Corte já passou antes por várias instâncias do Judiciário. Na França, não é possível chegar ao Conselho Constitucional (órgão encarregado de declarar a inconstitucionalidade de Leis) com um recurso alegando que uma decisão de outro tribunal teria violado a Constituição. A Suprema Corte do Reino Unido, por sua vez, não tem a capacidade de declarar Leis inconstitucionais, poder conferido exclusivamente ao Parlamento.

Além das regras e funções distintas, o Supremo brasileiro se diferencia das instituições de outros países em outros aspectos. Em relação à composição, o STF é composto por onze Ministros indicados pelo presidente da República e têm o direito

de ocupar o cargo até os 75 anos, quando ocorre a aposentadoria compulsória. Após a indicação, precisam passar por uma sabatina na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado e receber aprovação da maioria absoluta do plenário da Casa. Conforme texto constitucional, há três critérios para ocupar uma cadeira na Corte: ter entre 35 e 65 anos, notável saber jurídico e reputação ilibada.

Os Ministros do STF possuem, hoje, um grande poder individual. Embora seja difícil que a autoridade judicial suprema de qualquer país tenha mais que algumas dezenas de membros, ela nunca é composta por um único juiz. No caso do Brasil, como apontado acima, o órgão judicial máximo possui onze integrantes, mas se fossem centenas, seria difícil tomar decisões. Não seria realista imaginar que centenas de juízes conseguissem, de fato, deliberar sobre as mais diferentes questões que o Supremo precisa considerar – seria uma colegialidade apenas fictícia. Ocorre que atualmente o Supremo tem sido profundamente individual: no poder de decidir, no poder de controlar quando o tribunal delibera sobre certos temas, na relação com o público.

Nos demais Tribunais brasileiros as decisões devem, em regra, ser proferidas de forma colegiada. Os Ministros do STF, no entanto, têm competência legal e regimental para, em hipóteses determinadas, proferir decisões de forma monocrática, ou seja, individualmente, sem levar ao órgão colegiado (Plenário, Plenário Virtual e Turmas). Em termos quantitativos, desde 1988, o STF é um tribunal de decisões individuais, onde os onze Ministros decidem sozinhos um grande volume de casos. Entre 2000 e 2019, cerca de 88% de todas as decisões tomadas pelo tribunal foram monocráticas. Entre 2010 e 2017, foram dadas 20.830 decisões monocráticas liminares individuais – decisões em que um Ministro, sozinho, analisou e determinou sobre o(s) pedido(s). Uma média de 260 decisões liminares individuais por ano, por Ministro, enquanto o plenário e as duas turmas do Supremo deram apenas 117 decisões liminares no período (STF, 2025).

Em 2023, as decisões colegiadas tiveram um aumento de 34% em relação a 2022. Houve uma redução de 62% de decisões liminares individuais e um aumento de 300% das liminares submetidas à análise do colegiado do Supremo para referendo se comparadas ao ano de 2022 (STF, 2023). O Ministro Luís Roberto Barroso atribui esses números à aprovação da Emenda Regimental 58/2022, que prevê a remessa imediata de decisões individuais de urgência ao Plenário ou à Turma. De fato, instituições colegiadas permitem que visões variadas sobre o mesmo problema

apareçam, ajudando a instituição a evitar pontos cegos ou vieses na análise dos casos e argumentos. Da mesma forma, em órgãos colegiados há menos chance para que argumentos radicais, parciais ou equivocados prevaleçam, há que mais pessoas precisam se convencer para votar em um dado sentido.

O “julgar” também é outra particularidade do STF. As decisões podem variar quanto aos procedimentos adotados, dependendo da origem e da natureza da questão em julgamento, em cada tipo de processo, com regras distintas que exigem tratamentos diferentes. A variação nas regras processuais inclui os limites sobre o que os Ministros podem ou não fazer, ou seja, as “regras do jogo”. Todo juiz e todo tribunal devem decidir apenas as questões que estão sujeitas à sua competência, dentro dos procedimentos previstos. Qualquer coisa que um juiz faça fora disso pode ser “justiça” no sentido genérico do termo, mas não é “direito”.

A Constituição e a legislação preveem dezenas de processos diferentes de competência do Supremo – cada um com suas regras e peculiaridades de procedimentos. É possível destacar ao menos: (1) controle de constitucionalidade, (2) ações penais, (3) recursos, (4) outras ações originárias. As perguntas que o STF precisa responder em cada um desses contextos são diferentes. No primeiro grupo, a pergunta-chave é: “esta Lei, este ato ou esta omissão do poder público é compatível com a Constituição?”. Nas ações penais, o tribunal precisa responder se um ou mais réus cometeram atos puníveis como crimes. O terceiro grupo, trata-se tipicamente de saber se uma decisão judicial tomada por outro juiz u tribunal aplicou corretamente ou não a Constituição para resolver um caso concreto. Por fim, nas outras ações originárias a pergunta vai depender do tipo de processo, mas nunca será idêntica às dos processos de controle de constitucionalidade, pois sempre envolverá casos concretos (ARGUELES, 2023).

Diante dessas diferentes portas de acesso para exercer variados tipos de poder, em muitos contextos e temas diferentes, torna-se difícil imaginar que alguma questão relevante, especialmente na política nacional, não vá estar sujeita à autoridade do STF por algum desses mecanismos. As tarefas de controle de constitucionalidade, julgamento de ações penais e outras ações originárias envolvem competência inicial da corte, ou seja, o processo se inicia diretamente no STF, sem que outro juiz ou tribunal tenha já se pronunciado sobre aquela controvérsia. Diferentemente, o grupo de competência recursal é quando o Supremo decide se uma decisão tomada em outra instância está correta ou não.

As competências recursais do STF são as mais antigas e tradicionais. Quando a corte foi criada, em 1890, através de um decreto do governo provisório que proclamou a República, o núcleo dessas competências já existia. Desde 1988, recursos contra decisões de instâncias inferiores são de longe a maior parcela dos processos que chegam ao STF. Em 2023, o órgão recebeu 78.242 novos processos, dos quais 54.696 são recursos contra decisões de outras instâncias, ou seja, 70% do total foram recursos contra decisões de outras instâncias (STF, 2023). Recursos extraordinários (em que alguém pede ao Supremo que reveja e corrija uma decisão final) e agravos de instrumento (em que alguém pede ao Supremo que reveja e corrija decisões não finais, como as de tribunais de justiça estadual ou federal impedindo que recursos “subam” ao STF), representam cerca de 90% de todas as decisões do tribunal desde 1988 (ARGUELES, 2023).

Com 22.021 processos em andamento, o Supremo alcançou, em junho de 2024, o menor acervo processual em 30 anos. A última vez em que o acervo esteve em patamar menor foi em 1993, quando havia 18.626 processos no estoque. A informação foi dada pelo presidente da Corte, Ministro Luís Roberto Barroso, que atribuiu o resultado ao bom funcionamento do sistema de repercussão geral, que aplica as decisões do STF em recursos extraordinários aos casos semelhantes em andamento nas demais instâncias do Judiciário, à atuação da Secretaria de Gestão de Precedentes e da Assessoria de Análise dos Recursos na redução do recebimento de recursos e ao “trabalho exaustivo dos Ministros do Tribunal”. O Ministro frisou que pouco mais de 80% dos recursos que chegam são extintos na própria Presidência por não preencherem os requisitos mínimos para serem admitidos ou por tratarem de matéria que já foi objeto de repercussão geral ou aplicação de súmula (STF, 2024).

O número de processos julgados pelo STF oscilou nas últimas duas décadas. Contudo, recursos e agravos de variados tipos (ou seja, demandas não originárias) ainda representam uma grande proporção do que o tribunal recebe e julga. Embora sejam decisões sobre casos individuais, podem ter um impacto sobre um grande volume de casos semelhantes que estejam tramitando no próprio Supremo, ou, sobretudo, no restante do Judiciário. As teses jurídicas que o tribunal afirmar para resolver um desses recursos, mesmo que formalmente a corte esteja apenas aquele determinado caso, terão um impacto em processos semelhantes. Tal dinâmica se tornou mais consolidada com a implementação da “Repercussão geral”.

Incluído no ordenamento jurídico pela Emenda Constitucional nº. 45, citado anteriormente, a “Repercussão geral” é um instituto processual pelo qual se reserva ao STF o julgamento de temas trazidos em recursos extraordinários que apresentem questões relevantes sob o aspecto econômico, político, social ou jurídico e que ultrapassem os interesses subjetivos da causa. A partir do julgamento de mérito de determinado tema de repercussão geral, o Supremo pode fixar “teses”, as quais passam a ser multiplicadas e atribuídas a todos os processos semelhantes. Ou seja, o Supremo decide um único caso “paradigmático” para que essa solução passe a ser aplicada em dezenas, centenas e, às vezes, milhares de processos sobre controvérsias semelhantes que aguardam nas instâncias inferiores.

Retornando aos quatro grandes grupos de competências do STF, após discutir os recursos, tem-se as ações originárias. Com o objetivo de garantir o equilíbrio entre os três Poderes da República, o STF é responsável originariamente pela verificação da conformidade das Leis e dos atos normativos com a Constituição da República. Por meio do chamado controle concentrado, a Corte pode declarar a inconstitucionalidade ou a constitucionalidade de normas, o descumprimento de preceito fundamental previsto na Carta de 1988 e a omissão na criação de norma que torne efetiva regra constitucional.

O STF, portanto, tem a importante função de controle de constitucionalidade, isto é, decidir os Poderes Legislativos obedeceram as regras constitucionais referentes a como se faz uma Lei (por exemplo, quantos votos são necessários para aprová-la e como diferentes instituições participam desse processo) e ao que essa Lei pode conter (por exemplo, hoje, a Constituição proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos – isso implica que o Congresso não poderia criar uma Lei que admitisse o trabalho de menores de 14 anos). Os instrumentos processuais que viabilizam o controle concentrado são as Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs), as Ações Declaratórias de Constitucionalidade (ADCs), as Ações Diretas de Inconstitucionalidade por Omissão (ADOs) e as Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPFs).

O STF exerce esse poder, de uma forma ou de outra, desde a Primeira República. Ao longo do século XX, questões de constitucionalidade eram basicamente levadas ao tribunal na discussão de recursos de processos em andamento ou em habeas corpus em que não se discutia especificamente se determinadas regras

criadas pelo legislador violavam a Constituição. Parecido ao sistema norte-americano, o tribunal discutia como outros tribunais responderam a uma questão de constitucionalidade ao resolver casos concretos. A partir de 1988, a Constituição permitiu a uma ampla lista de atores políticos e sociais (incluindo o presidente da República, partidos políticos, entidades de classe de âmbito nacional, além de governos e assembleias estaduais) perguntar diretamente ao Supremo, sem um processo que tramite por instâncias inferiores: “Essa Lei é inconstitucional?” Aqui, então, o tribunal responde em tese – isto é, sem referência a nenhum caso específico – se alguma Lei ou ato do poder público é compatível com a Constituição (ARGUELES, 2023).

À primeira vista o poder concedido ao STF para declarar Leis inconstitucionais pode ser incompatível com a ideia de democracia e/ou repartição dos Poderes. Embora existam exceções, como Países Baixos, Austrália e Nova Zelândia, em 2011 cerca de 83% das constituições em vigor no mundo previam algum tipo de controle judicial, ao passo que em 1951 eram apenas 38% (GINSBURG; VERSTEEG, 2014). O controle de constitucionalidade é um instrumento eficaz nas democracias contemporâneas, pois visa salvaguardar a Constituição contra afrontas contra ela perpetradas pelo Legislativo, Executivo e pelo próprio Judiciário. Em suma, tem a finalidade de analisar os danos aos direitos e às garantias da Constituição Federal e atestar o cumprimento das normas constitucionais, garantindo a sua estabilidade, supremacia e preservação.

Além das funções recursais e de controle de constitucionalidade, como já exposto, o Supremo tem competência originária para julgar crimes, incluindo de uma série de autoridades públicas. Esses processos costumam demandar mais da instituição, pois exigem que o tribunal colha e compare depoimentos, análise provas documentais ou convoque peritos para elucidar questões que de fato podem ser bastante complexas. Tudo isso precisa ser feito sem atropelos ao devido processo legal, à ampla defesa e ao contraditório. Por isso, o Supremo adotou diversas medidas para lidar com um crescente volume de ações penais originárias na última década. Em 2018, por exemplo, o STF adotou uma interpretação restritiva de sua competência penal originária, onde só seriam julgadas pelo tribunal autoridades públicas com foro privilegiado se as condutas em jogo tivessem sido praticadas (1) durante o mandato e (2) em conexão com o exercício da função. Em 2022, o tribunal estimou que o

número de inquéritos e ações penais tramitando havia diminuído 80% desde a adoção da interpretação restritiva do foro (STF, 2022).

Nas últimas décadas, o STF vem progressivamente expandindo suas áreas de atuação e, de modo originário, decidindo sobre outras matérias. Esse quarto grupo de competências do STF se expande na medida da complexidade e lutas simbólicas do próprio campo jurídico. Em junho de 2024, a “reclamação constitucional” representava o maior volume no acervo de ações originárias da corte, com mais de 3.300 reclamações. Comparado com o primeiro semestre de 2023, o Supremo teve um aumento de 46,7%, recebendo 4.476 processos dessa classe. Um dos motivos para esse aumento é a promulgação do Código de Processo Civil de 2015, onde foram criadas hipóteses de cabimento. Também se aponta que o plenário virtual e as alterações regimentais possibilitaram o aumento no número de julgamentos, o que ampliou a jurisprudência. Isso explica em parte um maior número de reclamações, como consequência do incremento dos paradigmas.

O aumento das reclamações constitucionais decorre, também, do descumprimento das decisões do STF pelo próprio STF. A reclamação constitucional encontra limites bem definidos: não se presta a substituir recursos ou ações; não serve como atalho processual para a submissão de litígio à corte nem discute questões não aderentes ao paradigma tido por desrespeitado. Porém, as balizas de cabimento dessa medida excepcional são frequentemente desconsideradas. Na prática, há julgamentos proferidos pelas turmas colegiadas em descompasso com os precedentes e, da mesma forma, existem decisões monocráticas dissonantes do entendimento das Turmas. Essa é uma realidade que se estende ao cabimento das reclamações, com reflexos sobre a ampliação do seu manejo (MOREIRA; OSÓRIO, 2024).

Através de decisões proferidas em Reclamações Constitucionais, o STF vem reiteradamente anulando decisões proferidas na Justiça do Trabalho. Na amostra de pesquisa, identificou-se que, entre as 119 decisões trabalhistas analisadas, 85 são Reclamações Constitucionais. Como veremos nos próximos capítulos, o Supremo vem decidindo sobre aspectos fundamentais para o Direito do Trabalho e, na maioria das vezes, sem ao menos transitar em julgado a questão na Justiça do Trabalho, ou seja, o STF tem decidido quando ainda não há decisão definitiva das instâncias ordinárias ou do TST (ANAMATRA, 2024). Recorda-se que na definição dos fatos, em matéria trabalhista, a última palavra cabe aos Tribunais Regionais do Trabalho, na

interpretação da Lei infraconstitucional trabalhista, ao TST, e, em matéria constitucional, ao STF. Ou seja, não se admite o revolvimento dos fatos e das provas em sede de reclamação constitucional. Contudo, em muitas das reclamações ambos os requisitos foram flexibilizados para afastar a competência da Justiça do Trabalho.

Não se trata de discutir a competência dos Ministros do Supremo em razão da matéria, menos ainda colocar em xeque a competência intelectual. Como observamos acima, há um processo de seleção que, apesar da sua íntima relação com o campo político e de poder, há critérios objetivos e meritocráticos. É verdade que da atual composição apenas a ministra Rosa Weber fez carreira na Justiça do Trabalho, onde atuou como magistrada, desembargadora e ministra do TST antes de assumir, em 2011, uma das cadeiras – e permaneceu até 2023. Mas isso não impede que os outros Ministros analisem ações trabalhistas, até porque a função deles é (ou deveria ser) defender o texto constitucional, não analisar fatos e provas de uma demanda judicial proposta por um trabalhador ou trabalhadora em específico.

O que essa tese busca defender é que há uma tendência no STF de ampliar as matérias em que é afastada a competência da Justiça do Trabalho, colocando o alcance do Direito do Trabalho em xeque. Essa expansão das áreas de atuação assumidas pelo STF, de forma deliberada, traz para a sua esfera de atuação questões que não apenas envolvem juízos morais e políticos contidos em atos que afrontam a Constituição. Suas ações em outros campos, seja em matérias delicadas da conjuntura política, eleitoral e partidária, ou mesmo em questões trabalhistas, impactam na percepção pública sobre as decisões. A interferência em outros campos, seja pela politização que extrapolou o campo político, assim como o enfraquecimento do subcampo trabalhista, enfraquece a ideia de que estão sujeitos a limites. Ao expandir suas competências de modo a cobrir praticamente todo e qualquer problema, sinaliza que seu papel vai além de fazer o que o Direito permite ou exige. Está se afirmando como um ator não apenas poderoso, mas também cada vez mais liberto das amarras das regras vigentes (ARGUELES, 2023).

Em tese, o tribunal supremo, como qualquer outra instituição pública, não pode fazer nada que não esteja previsto na Constituição. E não importa quanto expanda suas competências, sempre haverá muito que não pode fazer, tanto em sentido jurídico, como em sentido prático, justamente por ser um tribunal. Em sentido jurídico, a Constituição estabelece um sistema de competências divididas entre instituições e níveis de Federação. Nenhuma instituição tem poder para resolver o

problema que quiser, do jeito que quiser, no momento que quiser – aliás, em uma democracia, nenhuma instituição deveria ter esse tipo de poder, muito menos tribunais. Além disso, mesmo no âmbito do sistema de justiça, há no Brasil muitos outros juízes além dos Ministros do Supremo, com regras de competência que definem quando e como cada um desses atores entra em cena. Quem pretende ser o "resolvedor-geral" dos problemas da República, porém, sinaliza que está disposto a ir além desses tipos de limites (ARGUELES, 2023).

Conclui-se que o STF vem progressivamente expandindo suas áreas de atuação e, muitas vezes, de modo originário, decidindo sobre matérias importantes para o sistema social. O Supremo é o órgão máximo da hierarquia do sistema judicial brasileiro e representa a "última palavra" (BOURDIEU, 2014, p. 432). Palavra essa que representa a posição do Estado, aquele mesmo que está se curvando aos poderes simbólicos do campo econômico. Aqui, estamos construindo a tese de que as lutas simbólicas, especialmente travadas no STF, estão alterando as relações de trabalho e emprego, colocando em xeque a sobrevivência do Direito do Trabalho.

2 AS DISPUTAS

Desde a Reforma Trabalhista de 2017 tem-se observado um aumento de demandas judiciais em matéria trabalhista no Supremo Tribunal Federal. Sob diferentes justificativas, Ministros vêm reformando uma série de decisões da Justiça do Trabalho que, em muitos casos, apontam fraudes à CLT. Consequentemente, são anulados o reconhecimento do vínculo empregatício, o pagamento de 13º salário, férias remuneradas, dentre outros direitos. Essas medidas podem franquear dribles à legislação e esvaziar a competência de magistrados trabalhistas para avaliar, caso a caso, o conjunto probatório e a existência de fraudes.

Como veremos nesse capítulo, o discurso adotado pela maioria dos Ministros do STF é de que a legislação trabalhista brasileira não atende as recentes transformações do mundo do trabalho. Majoritariamente, as decisões são fundamentadas pelo princípio constitucional da livre iniciativa e da livre concorrência, pela liberdade do exercício profissional, pela necessidade de redução dos custos empresariais. Através da análise das decisões, é possível encontrar uma linha de raciocínio onde a perspectiva econômica justifica os posicionamentos, ou seja, os poderes simbólicos atuam sobre o campo jurídico influenciando as decisões.

O objetivo desse segundo capítulo é analisar as principais disputas instauradas no STF em matéria de Direito do Trabalho. Em um primeiro momento, propõe-se a análise de um dos temas mais polêmicos tratados pelo STF: a terceirização. Em seguida, discute-se a primazia da negociação individual e coletiva sobre a legislação. Posteriormente, debate-se sobre as decisões em matéria sindical. Em sequência, serão resgatadas as críticas do STF à atuação da Justiça do Trabalho. Na parte final do capítulo, aponta-se algumas categorias de trabalhadores que estão deixando de ser empregados, segundo os elementos da relação de emprego previstos na CLT. Por fim, apresenta-se outros posicionamentos do STF que impactam nas relações de trabalho e emprego.

2.1 TERCEIRIZAÇÃO: ADPF 324 E O RE 958.252 - TEMA 725

A terceirização foi um dos temas que sofreu maior modificação em 2017 – e não apenas pela Reforma Trabalhista, mas especialmente pela Lei nº. 13.429. Ocorre

a terceirização quando uma empresa, em vez de executar serviços diretamente com seus empregados, contrata outra empresa para que esta os realize por meio de seus trabalhadores e sob sua responsabilidade. O empregado é contratado pela empresa intermediadora (empregadora), mas presta serviços em outro local (empresa tomadora). Há, portanto, três partes envolvidas na relação jurídica: trabalhador, empresa prestadora (ou intermediadora) de serviços e empresa contratante (tomadora de serviços). Nessa relação triangular, o vínculo empregatício ocorre entre trabalhador e empresa prestadora de serviços a terceiros, embora o trabalhador preste serviços na empresa contratante.

Inicialmente, a medida de terceirizar os serviços surgiu como forma de dinamizar e especializar as atividades empresariais. Até a aprovação da Lei nº 13.429/17, a contratação de serviços na via triangular era circunscrita ao: trabalho temporário (Lei nº 6.019/74); serviços de vigilância (Lei nº 7.102/83) e de conservação e limpeza; serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador, desde que inexistente a pessoalidade e a subordinação direta, vedada nas atividades-fim. Esse entendimento foi incorporado pela Súmula nº 331 que, em dezembro de 1993, se sobrepôs ao do Enunciado nº 256/1986 que, na prática, coibia as terceirizações. A súmula exigia alguns requisitos para permitir que o empregador terceirizasse os serviços em sua empresa. O primeiro requisito era que os serviços prestados pelos terceirizados deveriam ser ligados às atividades periféricas, secundárias, ou atividade-meio da empresa, como serviços de limpeza e vigilância. Outro requisito era que não houvesse a confusão dos elementos da relação de emprego entre trabalhador e a empresa tomadora dos serviços, especialmente pessoalidade e subordinação.

> Súmula nº 331 do TST: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LEGALIDADE (nova redação do item IV e inseridos os itens V e VI à redação) - Res. 174/2011, DEJT divulgado em 27, 30 e 31.05.2011.
> I - A contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, salvo no caso de trabalho temporário (Lei nº 6.019, de 03.01.1974).
> II - A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com os órgãos da Administração Pública direta, indireta ou fundacional (art. 37, II, da CF/1988).
> III - Não forma vínculo de emprego com o tomador a contratação de serviços de vigilância (Lei nº 7.102, de 20.06.1983) e de conservação e limpeza, bem como a de serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador, desde que inexistente a pessoalidade e a subordinação direta.
> IV - O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, desde que haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial.

> V - Os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada.
> VI – A responsabilidade subsidiária do tomador de serviços abrange todas as verbas decorrentes da condenação referentes ao período da prestação laboral (BRASIL, 2011).

No final de março de 2017, o então Presidente Michel Temer sancionou a Lei nº. 13.429. A nova Lei alterou diversos dispositivos da Lei 6.019/73, que versa sobre o trabalho temporário e também passou a dispor sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros (terceirização). No art. 2º, a nova Lei dispôs sobre terceirização:

> Art. 4º-A. Empresa prestadora de serviços a terceiros é a pessoa jurídica de direito privado destinada a prestar à contratante serviços determinados e específicos.
> § 1º A empresa prestadora de serviços contrata, remunera e dirige o trabalho realizado por seus trabalhadores, ou subcontrata outras empresas para realização desses serviços.
> § 2º Não se configura vínculo empregatício entre os trabalhadores, ou sócios das empresas prestadoras de serviços, qualquer que seja o seu ramo, e a empresa contratante (BRASIL, 2017a).

Aparentemente, a Lei nº. 13.429 não restringiu os serviços passíveis de terceirização apenas à atividade-meio da empresa, o que levou à interpretação de que havia sido autorizada a terceirização nas atividades-fim das empresas. A legislação gerou insegurança jurídica, pois a imprecisão da norma em admitir (ou não) a terceirização em atividade-fim levava à diferentes interpretações.

Com o objetivo de sanar a omissão, a Reforma Trabalhista (Lei nº. 13.467/17) alterou novamente a redação da Lei nº. 6.019/74 para prever expressamente a possibilidade de terceirização nas atividades-fim das empresas. Ela estabelece que a prestação de serviços a terceiros compreende a transferência de qualquer das atividades da contratante, inclusive sua atividade principal, à pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviços:

> Art. 2º A Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, passa a vigorar com as seguintes alterações:
> “Art. 4º -A. Considera-se prestação de serviços a terceiros a transferência feita pela contratante da execução de quaisquer de suas atividades, inclusive sua atividade principal, à pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviços que possua capacidade econômica compatível com a sua execução.

> [...]
> "Art. 5º -A. Contratante é a pessoa física ou jurídica que celebra contrato com empresa de prestação de serviços relacionados a quaisquer de suas atividades, inclusive sua atividade principal (BRASIL, 2017b).

O objetivo da Reforma Trabalhista foi apresentar uma segurança jurídica quanto a possibilidade de terceirização nas atividades-fim. Todavia, não se alterou o requisito de inexistência dos elementos da relação de emprego. Na terceirização, seja de meio ou fim, a empresa contratante (tomadora) contrata os serviços, e não a pessoa. Em caso de comprovação, por exemplo, de subordinação ou pessoalidade entre o trabalhador terceirizado e a empresa contratante (tomadora de serviços), a terceirização será ilegal e, consequentemente, deverá ser declarado vínculo direto entre contratante e terceirizado.

Ainda antes das legislações de 2017, alguns processos já vinham discutindo a validade da terceirização perante o STF. Mas foi em 2018 que o Plenário do STF concluiu, conjuntamente[6], o julgamento da ADPF 324 (amostra nº 15 da pesquisa, conforme anexo) e do RE 958.252, a qual gerou o Tema 725 de Repercussão Geral (amostra nº 16), reconhecendo a constitucionalidade da terceirização, inclusive em atividades finalísticas.

Segundo o quadro abaixo, firmou-se a seguinte tese na análise da ADPF 324:

Quadro 3: ADPF 324 (Amostra nº 15)

ADPF 324	
Data do julgamento:	30/08/2018
Data de publicação do julgamento:	06/09/2019
Relator(a):	ROBERTO BARROSO
Tese:	I - É lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada; II - A terceirização, compete à contratante: i) verificar a idoneidade e a capacidade econômica da terceirizada; e ii) responder subsidiariamente pelo descumprimento das normas trabalhistas, bem como por obrigações previdenciárias, na forma do art. 31 da Lei 8.212/1993.

Elaborado pelo autor, com base na pesquisa ao STF.

No mesmo sentido, na análise do RE 958252, com repercussão geral através do Tema 725, o STF concluiu o seguinte:

---

[6] Foram apregoados conjuntamente a ADPF 324 e o Recurso Extraordinário com Repercussão Geral 958.252 e, portanto, alguns votos foram publicados de forma conjunta nos dois processos, ou seja, uma mesma decisão para as duas demandas, especialmente quanto ao mérito.

Quadro 4: Tema 725 (Amostra nº 16)

RE 958252 - TEMA 725	
Data do julgamento:	30/08/2018
Data de publicação do julgamento:	13/09/2019
Relator(a):	LUIZ FUX
Processo de origem:	RE 958252
Conteúdo:	Terceirização de serviços para a consecução da atividade-fim da empresa.
Tese:	É lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante.

Elaborado pelo autor, com base na pesquisa ao STF.

O STF entendeu, por maioria de 7 votos contra 4 contrários, ser lícita a terceirização em todas as etapas do processo produtivo, sejam elas em atividades-meio ou fim. Consequentemente, restou declarado inconstitucional os incisos I, III, IV e VI da Súmula 331 do TST. No item 22 da ementa do Acórdão do RE 958252 (Tema 725), o STF deixou evidente a inconstitucionalidade da Súmula quanto a vedação da terceirização na atividade-fim em razão da violação da livre iniciativa e da liberdade contratual:

> 22. Em conclusão, a prática da terceirização já era válida no direito brasileiro mesmo no período anterior à edição das Leis nº. 13.429/2017 e 13.467/2017, independentemente dos setores em que adotada ou da natureza das atividades contratadas com terceira pessoa, reputando-se inconstitucional a Súmula nº. 331 do TST, por violação aos princípios da livre iniciativa (artigos 1º, IV, e 170 da CRFB) e da liberdade contratual (art. 5º, II, da CRFB) (BRASIL, 2019b).

Por outro lado, foi mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante. Assim, se ausente o pagamento das verbas trabalhistas do empregado terceirizado, a empresa tomadora será subsidiariamente responsável. O efeito *erga omnes* da decisão proferida pelo STF em sede de controle concentrado de constitucionalidade e no julgamento de recurso extraordinário em repercussão geral, vinculam juízes e tribunais a seguir o entendimento firmado pelo Supremo.

Votaram a favor da licitude da terceirização nas atividades-fim os Ministros Luís Roberto Barroso (relator da ADPF), Luiz Fux (relator do RE), Alexandre de Moraes, Dias Toffoli, Gilmar Mendes, Celso de Mello e Carmen Lúcia. Por outro lado, de forma contrária, votaram os Ministros Edson Fachin, Rosa Weber, Ricardo Lewandowski e Marco Aurélio. Os Ministros que votaram a favor da terceirização

irrestrita argumentaram no sentido de que não haverá precarização da relação de emprego e que essa medida estimularia o aumento no número de postos de trabalho. Além disso, sustentou-se que haveria a redução do custo final do produto ao consumidor, o que ajudaria no crescimento da economia.

Na apresentação de seu voto, o Ministro Luiz Fux, relator do RE 958.252 (Tema 725), realizou diversas análises econômicas para justificar a terceirização das atividades-fim:

> Primeiramente, a divisão entre empresa "tomadora" e "prestadora" de serviço ignora que, na dinâmica da economia moderna, caracterizada pela especialização e divisão de tarefas com vistas à maior eficiência possível, diversos agentes podem fazer parte de um complexo sistema produtivo, tornando, na verdade, como único "tomador" do serviço o consumidor final. Tome-se como exemplo a Apple Inc., oitava maior empresa do mundo no ano de 2018 (ranking Forbes Global 2000). O consumidor final, ao adquirir um iPhone da marca, sequer desconfia que todo o hardware foi fabricado pela Foxconn, pessoa jurídica distinta com sede em Taiwan que também produz componentes eletrônicos para Dell, Hewlett-Packard, Sony, Microsoft e Motorola, dentre outros. A Foxconn, por sua vez, fabrica os aparelhos utilizando processadores da Intel. Enquanto a Apple lidera o ranking das maiores empresas de tecnologia do planeta no ano de 2018, a Foxconn ocupa a décima posição da lista e a Intel o sexto lugar. Nesse panorama simplificado – que omite, para fins didáticos, inúmeras outras pessoas jurídicas integrantes da cadeia produtiva nas atividades de desenho industrial, criação de softwares, publicidade, distribuição, sistema de pagamentos, obtenção de matérias primas, controle de qualidade etc. –, já se antevê que não há verdadeiramente uma subordinação entre as empresas que compõem o sistema produtivo, senão uma coordenação entre agentes especializados para a consecução do melhor resultado final possível ao consumidor. A evolução do empreendedorismo tornou obsoleta, se é que algum dia foi útil ou objetivamente controlável, a diferença entre "atividades-meio" e "atividades-fim" (BRASIL, 2019b).

Os exemplos utilizados pelo Ministro revelam, na verdade, um outro fenômeno não citado: o da fragmentação internacional da produção e do trabalho. Realmente há uma redução dos custos da produção quando adotadas as práticas fragmentárias, contudo, não há um ganho salarial dos trabalhadores, ou seja, os ganhos econômicos obtidos nem sempre são necessariamente repassados aos trabalhadores.

De todo modo, o relator continuou seu voto relacionando a terceirização ao moderno e eficiente:

> Nota-se, portanto, que a terceirização é um mecanismo moderno e eficiente de configuração da firma, utilizado pelas principais empresas do mundo nos mais variados segmentos, inclusive em suas "atividades-fim", pois facilita a especialização e fomenta a concorrência dentro de uma mesma cadeia de produção. Isso incentiva cada célula empresarial a produzir mais, melhor e com menos custos, proporcionando à sociedade, assim, bens e serviços com

> qualidade superior e preços inferiores (BRASIL, 2019b).

Ainda, em crítica à Súmula 331 do TST, afirma que não se atentar às tendências do mercado internacional gera prejuízo aos próprios trabalhadores:

> Adotando a premissa subjacente à Súmula nº 331 do TST, tornar-se-ia imperioso concluir que gigantes empresariais como Nike, Apple e Johnson & Johnson constituiriam meras fraudes, de modo que deveriam ser compelidas a reunificar toda a cadeia de produção em uma só firma, gigantesca, altamente burocrática, complexa e ineficiente. Logo se percebe que vedar a adoção desse avançado modelo organizacional significa proibir a atividade industrial e produtiva do país de acompanhar as tendências do mercado competitivo internacional, certamente tornando os atores nacionais extremamente fragilizados na disputa com seus concorrentes estrangeiros. Nesse contexto, o panorama que se apresenta é a diminuição do fluxo de riquezas para o país, gerando prejuízo não apenas para o bem-estar de toda a população, mas também para os próprios trabalhadores, que sofrerão as consequências das dificuldades enfrentadas pelas empresas para se manter em operação (BRASIL, 2019b).

O voto do Ministro Luiz Fux, a partir dos exemplos internacionais citados, não leva em consideração a forma como ocorre a regulamentação da terceirização em outros contextos, tampouco a qualificação da mão de obra e o investimento em pesquisa e desenvolvimento, fatores determinantes para as posições das economias globais entre as que agregam mais ou menos valor ao produto. Os países ricos costumam ocupar o topo da pirâmide, concentrando empresas responsáveis pela concepção, design, marketing dos produtos. Por outro lado, na base, os países pobres costumam possuir mão de obra mais barata, além dos insumos e da manufatura. Não parece justo comparar condições distintas para justificar a terceirização irrestrita.

Mais adiante, o relator do RE 958.252 (Tema 725) desmerece as metodologias adotadas por pesquisas que criticam as terceirizações das atividades-fim e, em seguida, utiliza-se de autores, especialmente norte-americanos, para reforçar a sua tese. Não é preciso utilizar metodologias complexas para analisar os efeitos da terceirização, basta analisar os números oficiais: por exemplo, no Brasil, entre 2010 e 2014, somados os dez maiores resgates de trabalhadores em condições análogas às de escravidão em cada ano, quase 90% (44 de 50) envolviam terceirizados (FILGUEIRAS, 2021). Com base em dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e da Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE), Vitor Filgueiras (2021) comprova que os terceirizados tiveram média salarial pior que a média dos empregados nas mesmas funções em 2019. Portanto, sejam condições legais ou ilegais, formais ou informais, oferecidos por empresas pequenas,

médias, grandes ou gigantes, empregos terceirizados têm condições inferiores de trabalho.

Ao finalizar o voto, o Ministro Luiz Fux concluiu:

> Diante do exposto, tendo em conta, de um lado, o princípio da livre iniciativa (art. 170) e da livre concorrência (art. 170, IV), que autorizam a terceirização, e, do outro lado, a dignidade humana do trabalhador (art. 1º), os direitos trabalhistas assegurados pela Constituição (i.e. art. 7º), o direito de acesso do trabalhador à previdência social, à proteção à saúde e à segurança no trabalho, dou provimento ao recurso extraordinário e firmo a seguinte tese: "1. É lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada. 2. Na terceirização, compete à contratante: i) verificar a idoneidade e a capacidade econômica da terceirizada; e ii) responder subsidiariamente pelo descumprimento das normas trabalhistas, bem como por obrigações previdenciárias, na forma do art. 31 da Lei 8.212/1993" (BRASIL, 2019b).

O Ministro Gilmar Mendes, em seu voto a favor da terceirização irrestrita, abordou o tema sob dois primas: 1) a terceirização no contexto das mudanças socioeconômicas dos últimos tempos; e 2) a imprestabilidade do critério atividade-meio *versus* atividade-fim. Ao reconhecer que o problema é muito mais sociológico do que jurídico, o Ministro discorreu sobre o mercado de trabalho e citou que as empresas "encontram no Direito mais um vetor de ampliação de custos" (BRASIL, 2019b, p. 223). Para ele, diante de um complexo cenário de etapas produtivas, agravado pelas novas tecnologias e pela especialização crescente dos agentes econômicos, "torna-se praticamente impossível divisar, sem ingerência do arbítrio e da discricionariedade, quais atividades seriam meio e quais seriam fim" (BRASIL, 2019b, p. 225).

Gilmar Mendes apontou uma tendência global de flexibilização das normas trabalhistas, o que impõe a necessidade de o Brasil deixar um modelo social utópico de relações de trabalho para se adequar aos "modelos de mercado":

> [...] não se trata de optarmos entre um modelo de trabalho formal e um modelo de trabalho informal, mas entre um modelo com trabalho e outro sem trabalho; entre um modelo social utópico, como tão frequentemente nos alertou Roberto Campos, e um modelo em que os ganhos sociais são contextualizados com a realidade.
> A informalidade é um claro indicativo de que os agentes de mercado, não apenas empresas, mas também os trabalhadores, estão migrando para a margem do sistema super-regulado que construímos. [...]
> Portanto, o que se observa no contexto global é uma ênfase na flexibilização das normas trabalhistas. É temerário ficar alheio a esse inevitável movimento de globalização do fenômeno produtivo, que faz com que empresas tenham etapas de sua produção espalhadas por todo o mundo, a exemplo de gigantes como a Apple, a Dell, a Boeing e a AirBus, cujos modelos e experiências já foram aqui apresentados da tribuna ou nos votos até aqui

> proferidos.
> Assim, se a Constituição Federal não impõe um modelo específico de produção, não faz qualquer sentido manter as amarras de um modelo verticalizado, fordista, na contramão de um movimento global de descentralização. Isolar o Brasil desse contexto global seria condená-lo à segregação econômica (BRASIL, 2019b, p. 231/232).

O Ministro Gilmar Mendes concluiu que "a vedação à terceirização de etapas produtivas relacionadas à atividade-fim não passa de um controle artificial, e inócuo, do mercado e das relações trabalhistas" (BRASIL, 2019b, p. 233). Assim, o Ministro entendeu que é preciso um ajuste jurídico no sentido da "eliminação dessa barreira ao crescimento e ao desenvolvimento do mercado e do trabalho, medida que, em vez de enterrar o trabalho, certamente o fortalecerá" (BRASIL, 2019b, p. 233).

Observa-se que os excertos dos votos a favor da terceirização das atividades-fim permitem nos inferir que sua fundamentação está majoritariamente baseada no critério econômico. Pouco – ou quase nada – se discute sob a ótica das relações e condições de trabalho, como apontou o Ministro Marco Aurélio no início de seu voto contrário à terceirização irrestrita:

> Versa-se muito a preservação do mercado de trabalho, a intangibilidade dos direitos dos trabalhadores. Todavia, de forma sintomática, tem-se, quer no tocante à arguição de descumprimento de preceito fundamental, quer sob o ângulo do recurso extraordinário, iniciativa não da categoria profissional, mas da econômica. É sintomático!
> No primeiro caso, é requerente, na arguição de descumprimento de preceito fundamental, a Associação Brasileira do Agronegócio. E não me consta que tenha vindo a Juízo, com essa ação nobre, para ver garantidos direitos dos trabalhadores. O mesmo ocorre, Presidente, em relação ao recurso extraordinário em que recorrente é empresa tomadora de serviços. Logicamente, busca o benefício quanto ao empreendimento econômico, e não a preservação – vamos repetir à exaustão – de direitos dos hipossuficientes, de prestadores de serviços.
> Disse, ao votar no sentido de adentrar-se o tema de fundo, ter-se matéria sensível, que coloca em jogo não apenas um verbete da Súmula da Jurisprudência Predominante do Tribunal Superior do Trabalho, mas o próprio Direito do Trabalho, no que possui peculiaridades que visam beneficiar e não prejudicar, pouco importando o mercado internacional, o trabalhador.
> Está-se a julgar situação jurídica no Brasil, segundo as Leis brasileiras, especialmente a Constituição Federal, que visam beneficiar e não prejudicar os prestadores de serviços (BRASIL, 2019b).

Marco Aurélio e os demais Ministros contrários à terceirização das atividades-fim manifestaram-se no sentido de que a limitação da Justiça do Trabalho apenas às atividades-meio não ensejava nenhuma violação às normas constitucionais, pois se tratava de uma das interpretações possíveis ao instituto da terceirização. Além disso,

argumentaram a necessidade de se conciliar os princípios da livre iniciativa com o valor social do trabalho, ambos previstos na Constituição Federal.

A Ministra Rosa Weber, em seu voto divergente, defendeu a construção histórica do Direito do Trabalho e a previsão da terceirização apenas para atividade-meio:

> Não se cogita de um modelo de Estado Social ou de Estado Democrático de Direito que não se assente numa sólida proteção ao trabalho e no equilíbrio entre os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa. Esse equilíbrio, como todo o conteúdo que rege uma sociedade democrática, não se afirma por formas ou procedimentos, mas pelo seu conteúdo substantivo.
> Assim sendo, o limite legal, hoje constitucionalizado, da terceirização reside no próprio contrato de trabalho, com sua dimensão de proteção e de realidade.
> Vale repisar: a terceirização, dentro da dinâmica da regulação do contrato de trabalho, apresentou-se como possibilidade na medida em que a legislação dela regente se conciliou com os parâmetros dos arts. 2º e 3º da CLT: a perspectiva de terceirização de atividades de apoio e especializadas - sem a presença dos elementos da pessoalidade e da subordinação jurídica - foi agasalhada, com coerência, pelo ordenamento jurídico.
> O mesmo não ocorre com a perspectiva da terceirização de atividade-fim. **Primeiro**, porque contraria o próprio conceito de terceirização, nos termos propostos pela Ciência da Administração. Isto é, se o objetivo da terceirização é a concentração das empresas em suas atividades principais, perde sentido a prática quando se pretende terceirizar inclusive tais atividades. **Segundo**, carece de respaldo legal, eis que toda a legislação vigente em matéria de terceirização a limita a atividades de apoio, salvo no caso da Lei do trabalho temporário, que, como o próprio título já diz, permite a transferência das atividades da contratante, por prazo determinado e para finalidades específicas como a substituição provisória de mão de obra. **Terceiro**, não poderia, nem hipoteticamente, compatibilizar-se com a categoria central do Direito do Trabalho, qual seja o contrato de trabalho, eis que retiraria a sua imperatividade e permitiria que esse fosse sempre uma escolha do contratante, a partir das vantagens que melhor lhe aprouvessem, em detrimento dos direitos sociais trabalhistas. Na medida em que, mesmo que configurados os requisitos dos arts. 2º e 3º da CLT, o contrato de trabalho surge como uma escolha, e não um imperativo, toda a legislação trabalhista perde sua imperatividade e se recolocam, no campo das relações civis, o trabalho e suas singularidades, em prejuízo da construção histórica do Direito do Trabalho (BRASIL, 2019b).

Ainda, a Ministra defendeu um patamar civilizatório mínimo, núcleo duro do Direito do Trabalho:

> Assim, é da própria Constituição que se extrai a equivalência e inter-relação entre os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa (art. 1º, IV, da CF/88), a denotar que, sob pena de uma fragilização absoluta da condição dos trabalhadores, a livre iniciativa deverá ser exercida, com criatividade e eficiência, respeitados os limites da legislação estatal heterônoma em matéria de Direito do Trabalho. É estabelecendo o binômio entre poder e responsabilidade que se assegura que a livre iniciativa seja exercida nos limites da função social da empresa [...].
> Nesse passo, é importante observar que a imperatividade das formas de

> contratação e das normas trabalhistas de conteúdo mínimo (o chamado núcleo “duro” ou patamar civilizatório mínimo) constitui princípio basilar do Direito do Trabalho (BRASIL, 2019b).

Ao contrário do que apontou Luiz Fux em seu voto, pesquisas sérias, com metodologias rigorosas, já demonstraram que os salários dos trabalhadores terceirizados são, em média, 24,7% inferiores em relação aos empregados contratados diretamente pelas empresas. Os acidentes fatais são mais frequentes na terceirização. Isso se deve ao fato de que as tomadoras transferem às prestadoras de serviços a responsabilidade pela adoção de medidas de segurança, treinamento e fiscalização, sendo certo que as prestadoras de serviços, na maior parte das vezes, não detêm a mesma qualificação e experiência que as tomadoras nem a mesma estrutura financeira para arcar com os custos inerentes às medidas preventivas. Portanto, é evidente que a autorização irrestrita da terceirização na atividade-fim é utilizada como instrumento econômico de redução de custos produtivos, com o consequente rebaixamento dos patamares salariais e de outros benefícios sociais dos trabalhadores (TAVEIRA, 2024).

Conforme exposto, compreendendo inexistir vedação legal e diante dos novos contornos dados à terceirização a partir de 2017, o STF, no julgamento de paradigmas vinculantes, reputou inconstitucional a interpretação dada por Tribunais Regionais do Trabalho quanto à ilicitude da terceirização da atividade-fim, consubstanciada na Súmula 331 do TST, permitindo, em última análise, a terceirização e qualquer outra forma de divisão de trabalho, em toda e qualquer atividade empresarial. Assim, todo e qualquer ato judicial ou administrativo que deixe de aplicar as decisões vinculantes ou aplique de modo equivocado, são passíveis de Reclamação Constitucional diretamente ao STF, a qual, julgada procedente, implica cassação da decisão ou ato e determina a sua correta aplicação.

Entre 30 de agosto de 2018, data do julgamento do Tema 725 e ADPF 324, e 31 de dezembro de 2024, o STF publicou 4.658 decisões monocráticas e 546 Acórdãos citando o termo “Tema 725”. Ainda mais grave, as teses firmadas têm sido utilizadas pelo STF como paradigmas para chancelar outras relações jurídicas que não propriamente a relação de trabalho terceirizado. A Corte Constitucional tem dado uma interpretação extremamente ampla aos precedentes mencionados, admitindo como lícitas outros modelos de arranjos contratuais de prestação de serviços, tais como a pejotização, a parceria e a franquia, mesmo quando presentes os requisitos

da relação de emprego, cassando centenas de sentenças e acórdãos da Justiça do Trabalho que reconheciam vínculos de emprego.

Diante da amostragem da pesquisa, constatou-se que 58 das 119 decisões analisadas citaram a ADPF 324 em suas ementas, ou seja, desde 6 de setembro de 2019, quando a ADPF foi publicada, 58 decisões foram fundamentadas de acordo com a tese de licitude da terceirização. Destas, 2 foram em sede de Recursos Extraordinários, uma em Ação Direta de Inconstitucionalidade e 55 em Reclamações Constitucionais. Isso indica que o fenômeno da terceirização é um dos temas trabalhistas mais discutidos no STF e vem sendo uma das estratégias empresariais mais utilizadas para afastar a as regras e competência do Direito do Trabalho.

Observou-se que, majoritariamente, o STF tem considerado afrontosas à ADPF 324 as decisões de instâncias inferiores que haviam declarado a nulidade de contratos de terceirização. Nesse bojo, a pesquisa revela que se encontram profissionais de diversas áreas, como dentistas, advogados, corretores de imóveis, técnica de enfermagem, fotógrafo, transportador, biomédico, técnico de manutenção, médicos entre outras. Apesar de muitas decisões apontarem ausência de vício de consentimento ou condição de vulnerabilidade no momento da pactuação das atividades, o resultado da pesquisa revela a primazia do fundamento da livre iniciativa e da livre concorrência sobre a categoria profissional e a condição econômica do trabalhador para a verificação da licitude da terceirização.

Um dos exemplos é a Reclamação Constitucional de uma técnica de enfermagem (Rcl 67818 AgR, amostra 82), onde o STF desconsiderou a sentença e o Acórdão do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (TRT-9). O Acórdão regional apontou:

> [...] resta claro que a Reclamante não possuía autonomia na prestação serviços.
> Os demais elementos caracterizadores do vínculo de emprego também restaram caracterizados: a habitualidade e onerosidade são incontroversos, enquanto que não há comprovação de que a Autora pudesse se fazer substituir por outra pessoa, restando evidente a pessoalidade.
> Assim, correta a r. sentença ao reconhecer a existência de vínculo de emprego entre as partes, condenando a Ré a proceder à anotação da CTPS da Autora e a pagar-lhe as verbas rescisórias" (BRASIL, 2024b).

Após o ajuizamento da Reclamação, o STF, por meio de decisão monocrática, entendeu a vulnerabilidade é critério para a análise de existência de vínculo de emprego entre as partes contratantes e a licitude da terceirização:

> Em casos desse jaez, a existência de vulnerabilidade é critério que vem sendo utilizado por este Supremo Tribunal Federal para a análise da existência de vínculo de emprego entre as partes contratantes e a licitude da terceirização. [...]
> Noto que o Supremo Tribunal Federal, em casos idênticos, da mesma reclamante, tem decidido por afastar o vínculo de emprego em casos que envolvam a categoria de técnicos de enfermagem: Rcl 61.509/PR e Rcl 67.560/PR, ambas da relatoria do Min. Dias Toffoli, DJe de 19/12/2023 e 24/04/2024; e Rcl 67.431/PR, Rel. Min. Cármen Lúcia, DJe de 22/4/2024 (BRASIL, 2024b).

O relator do Acórdão, Ministro Cristiano Zanin, manteve a decisão monocrática e destacou a consagração da liberdade econômica:

> No caso em análise, a Justiça trabalhista, ao reconhecer o vínculo de emprego, desconsiderou os aspectos jurídicos relacionados à questão, em especial os precedentes desta Suprema Corte que consagram a liberdade econômica e de associação (BRASIL, 2024b).

Como apontado, a Tese de repercussão geral nº. 725 fixou que é lícita a existência de vínculos distintos do empregatício. A partir disso, o STF tem entendido não haver relação de emprego nos casos da chamada “pejotização”, mormente quando a parte envolvida é “hiperssuficiente”, experiente e sem vulnerabilidade econômica ou intelectual. Sobre isso, a Reforma Trabalhista de 2017 incluiu o parágrafo único ao do artigo 444 e reconheceu a autonomia e a livre pactuação das relações contratuais para quem tenha diploma universitário e (conjunção que indica adição) receba o dobro do teto dos benefícios da Previdência, que em 2024 era de R$ 15.572,04.

Ocorre que no caso acima, como em tantos outros analisados nessa pesquisa, o STF não apenas desconsiderou os elementos da relação de emprego que haviam sido ratificados pela Justiça do Trabalho, mas também não analisou a vulnerabilidade econômica da parte. No exemplo acima, não foi discutido as condições financeiras ou que o piso salarial nacional para técnicos de enfermagem é de R$ 3.325,00 mensais para uma jornada de 44 horas semanais, de acordo com a Lei nº 14.434/2022. O STF apenas repetiu o mantra de que “a Justiça trabalhista, ao reconhecer o vínculo de emprego, desconsiderou os [...] precedentes desta Suprema Corte que consagram a liberdade econômica e de associação” (BRASIL, 2024b). Assim, não foi reconhecido o vínculo de emprego da técnica de enfermagem, conforme ementa:

> AGRAVO REGIMENTAL NA RECLAMAÇÃO. PRELIMINAR DE NULIDADE.

> AUSÊNCIA DE PREJUÍZO À PARTE. DIREITO TRABALHISTA. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. ALEGAÇÃO DE AFRONTA À AUTORIDADE DAS DECISÕES PROFERIDAS PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA AÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 324/DF E NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 958.252 RG/MG (TEMA 725 DA REPERCUSSÃO GERAL). ADERÊNCIA ESTRITA. TÉCNICA DE ENFERMAGEM. AUSÊNCIA DE VÍCIO DE CONSENTIMENTO. RECLAMAÇÃO JULGADA PROCEDENTE. AGRAVO DESPROVIDO. I – O Supremo Tribunal Federal, com fundamento nos princípios constitucionais da livre iniciativa e da livre concorrência, assentou ser possível a terceirização de qualquer atividade econômica e reconheceu a constitucionalidade de outras formas de contratação e prestação de serviços, alternativas à relação de emprego. II – Existência de afronta à autoridade das decisões proferidas na ADPF 324/DF e no RE 958.252 RG/MG – Tema 725 RG. Precedentes. III – Agravo regimental desprovido (BRASIL, 2024b).

O STF, portanto, vem reconhecendo a constitucionalidade de outras formas de contratação e prestação de serviços, alternativas à relação de emprego, consagrando a livre concorrência, a liberdade econômica e de associação. Entre Recursos Extraordinários e Reclamações Constitucionais, essas decisões revelam os poderes simbólicos do campo econômico nas decisões judiciais.

Em diversas Reclamações Constitucionais, o STF tem analisado a pejotização como uma modalidade de terceirização. Ou seja, a Suprema Corte tem colocado sob o guarda-chuva do Tema 725 (e da ADPF 324) situações diversas que em nada se relacionam com o precedente estabelecido. Enquanto na regular terceirização existe uma relação entre a contratante, a empresa contratada e o empregado prestador de serviços, de modo diverso, na pejotização o trabalhador terá o seu CPF convertido para um CNPJ, o que inviabiliza a sua validação, do ponto de vista legal para os efeitos da terceirização.

O resultado da pesquisa revela que das 119 decisões analisadas, 57 apresentam o termo “Tema 725” no teor da ementa e 21 apresentam o termo “pejotização” – todas elas, Reclamações Constitucionais. Em todas as decisões que citaram “pejotização”, associou-se o “tema 725”, ou seja, a prestação de serviços na atividade-fim de empresa tomadora de serviço por sociedade jurídica unipessoal é compreendida pelo STF como um fenômeno natural da pejotização, como aponta a ementa de uma das decisões analisadas:

> Agravo regimental em reclamação. Tema nº 725 da Repercussão Geral (RE nº 958.252) e ADPF nº 324. Prestação de serviços na atividade-fim de empresa tomadora de serviço por sociedade jurídica unipessoal. Fenômeno jurídico da “pejotização”. Existência de aderência estrita entre o ato reclamado e os paradigmas do STF. Agravo regimental provido. Reclamação julgada procedente. 1. O tema de fundo, referente à regularidade da

> contratação de pessoa jurídica constituída como sociedade unipessoal para a prestação de serviço médico, atividade-fim da empresa tomadora de serviços, nos termos de contrato firmado sob a égide de normas do direito privado, por se relacionar com a compatibilidade dos valores do trabalho e da livre iniciativa na terceirização do trabalho, revela aderência estrita com a matéria tratada no Tema nº 725 da Sistemática da Repercussão Geral e na ADPF nº 324. 2. A proteção constitucional ao trabalho não impõe que toda e qualquer prestação remunerada de serviços configure relação de emprego (CF/88, art. 7º), sendo conferida liberdade aos agentes econômicos para eleger suas estratégias empresariais dentro do marco vigente, com fundamento no postulado da livre iniciativa (CF/88, art. 170), conforme julgado na ADC nº 48. 3. Procedência do pedido para afirmar a licitude do fenômeno da contratação de pessoa jurídica unipessoal para a prestação de serviço a empresa tomadora de serviço, destacando-se não somente a compatibilidade dos valores do trabalho e da livre iniciativa na terceirização do trabalho assentada nos precedentes obrigatórios, mas também a ausência de condição de vulnerabilidade na opção pelo contrato firmado na relação jurídica estabelecida que justifique a proteção estatal por meio do Poder Judiciário. Precedentes. 4. Agravo regimental provido e reclamação julgada procedente (BRASIL, 2023a).

É lícita uma empresa contratar outra para prestar determinado serviço especializado, mas isso não acontece quando ocorre a pejotização. Isso porque nesta não há uma empresa atuando, há, na verdade, um trabalhador que, em tese, virou empresa para executar as atividades de um empregado. Ao mesmo tempo que o STF estipulou nas decisões sobre a terceirização que a Justiça do Trabalho analisasse os casos de fraude, o próprio Supremo vem modificando as decisões trabalhistas e decidindo pela legalidade da pejotização.

A constitucionalidade da terceirização irrestrita e, consequentemente, da pejotização, agrava o esvaziamento da competência da Justiça do Trabalho. Se nos últimos anos o Poder Legislativo adotou medidas para flexibilizar as relações de emprego, como discutido no capítulo anterior, a atuação do STF vem ratificando esse processo de deslegitimação da Justiça do Trabalho. Isso porque, segundo o posicionamento do Supremo, as demandas judiciais de terceirizados e/ou pejotizados devem ser julgados pela Justiça Comum e não pela Justiça do Trabalho.

“Terceirização é legítima, mas falta de vínculo é ‘bomba’ na Previdência Social” (INFOMONEY, 2024a), disse o Ministro Flávio Dino durante sessão da 1ª Turma do Supremo, quando o colegiado julgou uma reclamação contra decisão da Justiça do Trabalho que reconheceu vínculo de um entregador com uma empresa que faz intermediação com a empresa iFood. Como apontou o Ministro, a terceirização de fato afeta a sustentabilidade do Regime Previdenciário. Em 2024, a alíquota (progressiva) para fins de recolhimento ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) variava entre 7,5% e 14% do salário de contribuição de um empregado, ou seja, o

mínimo era de R$ 105,90 mensais[7]. Já para um microempreendedor individual (MEI), o valor mínimo era de R$ 70,60[8]. Um cálculo simples como esse é capaz de demonstrar a "bomba" na Previdência Social se esse processo de aumento de terceirizados e pejotizados se confirmar no mercado de trabalho brasileiro.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) já afirmou que o movimento do STF de cassar decisões trabalhistas sobre vínculo empregatício, principalmente envolvendo profissionais contratados como Pessoa Jurídica (PJ), pode custar caro aos cofres públicos. A Procuradoria reconheceu que a prestação de serviço por profissionais na modalidade PJ não é, por si só, considerada fraude à relação de emprego. Porém, frisou não ser possível admitir que um contrato seja firmado apenas para driblar a legislação, sem se considerar a realidade. Tal artifício aniquilaria o dever que vincula profissionais liberais ao pagamento de imposto de renda e desfalcaria o caixa da Previdência Social, afastando-se da incidência da contribuição social patronal. O procurador sustentou que desvincular a relação de emprego de seus elementos concretos, permitindo que um contrato meramente formal seja oculto sob um "manto fictício", permitiria à parcela mais privilegiada da sociedade (empresas e profissionais qualificados) fugir do dever de pagar impostos e contribuições (JOTA, 2023a).

Seguindo a discussão, dois anos após a decisão conjunta da ADPF 324 e do RE 958.252 (Tema 725), em junho de 2020, o STF voltou a julgar o tema na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5685. Tratou-se, dessa vez, de cinco ações diretas de inconstitucionalidade – ADIs 5.685, 5.686, 5.687, 5.695 e 5.735 –, cujo pedido foi a declaração de inconstitucionalidade da Lei nº. 13.429/17 (Lei da Terceirização), que alterou os dispositivos da Lei nº. 6.019/74, sobre trabalho temporário em empresas urbanas e sobre relações de trabalho em empresas de prestação de serviços a terceiros:

---

[7] Fonte: https://www.gov.br/inss/pt-br/direitos-e-deveres/inscricao-e-contribuicao/tabela-de-contribuicao-mensal. Acessado em 12 de dez. de 2024.

[8] Fonte: https://www.gov.br/inss/pt-br/noticias/o-que-voce-precisa-saber-sobre-a-aposentadoria-do-mei#:~:text=A%20porcentagem%20de%20contribui%C3%A7%C3%A3o%20do,a%20R%24%2070%2C60. Acessado em 12 de dez. de 2024.

Quadro 5: ADI 5685 (Amostra nº 23)

ADI 5685	
Data do julgamento:	16/06/2020
Data de publicação do julgamento:	21/08/2020
Relator(a)	GILMAR MENDES
Ementa	Ação Direta de Inconstitucionalidade. 2. Lei Federal 13.429/2017. Trabalho temporário. Prestação de serviço a terceiros. 3. Terceirização da atividade-meio e da atividade-fim. Terceirização na administração pública. 4. Ausência de inconstitucionalidade formal e material. Precedentes: ADPF 324, Rel. Min. Roberto Barroso, e RE-RG 958.252, Rel. Min. Luiz Fux. 5. Ação direta de inconstitucionalidade julgada improcedente.

Elaborado pelo autor, com base na pesquisa ao STF.

O campo econômico, mais uma vez, esteve presente na fundação da constitucionalidade da referida Lei que autorizou a terceirização, inclusive na administração pública. O Ministro Gilmar Mendes, relator da ADI 5685, manteve intacto seu posicionamento ao repetir a fundamentação utilizada na ADPF 324 e no RE 958.252 (Tema 725). Assim, repetiu a defesa da ordem econômica e da livre iniciativa:

> O contexto é, portanto, de um desequilíbrio entre posições jurídicas que não mais se sustenta, pois a própria premissa de submissão da mão de obra ao capital merece ser revista.
> No texto constitucional, os vetores da valorização do trabalho e da livre iniciativa estão postos, estrategicamente, lado a lado. Estão assim postos enquanto fundamentos da República Federativa do Brasil, logo no artigo inaugural da Constituição, e como princípios da ordem econômica, no art. 170. Disso resulta um mandamento constitucional de equalização desses vetores, bastante diferente do cenário jurídico paternalista que construímos ao longo dos anos, antes mesmo da promulgação da Constituição de 1988.
> O reconhecimento da constitucionalidade da terceirização de atividades inerentes à atividade-fim revela-se como instrumento de equalização dos agentes de mercado envolvidos, atendendo, portando, às diretrizes constitucionais acima citadas (BRASIL, 2020b).

Ao final, o relator aponta que “a terceirização da atividade não implica burla a regra do concurso público, na medida em que não implica a investidura em cargo ou emprego público”, desde que sua utilização observe os princípios que regem a Administração Pública. Assim, por 7 votos a 4, a maioria dos Ministros do STF acompanhou o voto do relator, confirmando a constitucionalidade da Lei nº. 13.429, de 2017, a chamada Lei da Terceirização.

Posteriormente, em março de 2021, ao analisar o RE 635546, a respeito da equiparação de direitos trabalhistas entre terceirizados e empregados de empresas

públicas tomadoras de serviços, o STF decidiu pela repercussão geral e estabeleceu o Tema 383:

Quadro 6: Tema 383 (Amostra nº 30)

RE 635546 (Tema 383)	
Data do julgamento:	29/03/2021
Data de publicação do julgamento:	19/05/2021
Relator(a)	Marco Aurélio
Redator(a) do acórdão:	Roberto Barroso
Origem:	RE 635546
Tese:	A equiparação de remuneração entre empregados da empresa tomadora de serviços e empregados da empresa contratada (terceirizada) fere o princípio da livre iniciativa, por se tratarem de agentes econômicos distintos, que não podem estar sujeitos a decisões empresariais que não são suas.

Elaborado pelo autor, com base na pesquisa ao STF.

À luz dos princípios da livre iniciativa e da livre concorrência, o STF estabeleceu que o ordenamento jurídico brasileiro não prescreve a equiparação ou isonomia salarial entre empregados da empresa prestadora de serviços terceirizados e os empregados contratados diretamente pela contratante. A ementa da decisão do RE 655546, que deu origem ao Tema 383, citou tais princípios ao assegurar aos agentes econômicos a liberdade de decidir como estruturar seu negócio:

> Direito constitucional e do Trabalho. Terceirização de atividade-fim. Equiparação remuneratória. Descabimento. 1. Recurso extraordinário em que se debate se o empregado de empresa contratada teria direito à equiparação remuneratória com o empregado da empresa tomadora do serviço, quando ambos atuarem na mesma atividade-fim. 2. Conforme decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal nos autos da ADPF 324, Rel. Min. Luís Roberto Barroso, a terceirização das atividades-meio ou das atividades-fim de uma empresa tem amparo nos princípios constitucionais da livre iniciativa e da livre concorrência, que asseguram aos agentes econômicos a liberdade de decidir como estruturarão seu negócio (art. 170, caput e inc. IV, CF). 3. Do mesmo modo, a decisão sobre quanto pagar ao empregado é tomada por cada empresa, de acordo com suas capacidades econômicas, e protegida pelos mesmos princípios constitucionais. Portanto, não se pode sujeitar a contratada à decisão da tomadora e vice-versa. 4. Além disso, a exigência de equiparação, por via transversa, inviabiliza a terceirização para fins de redução de custos, esvaziando o instituto. 5. Recurso provido. tese: "A equiparação de remuneração entre empregados da empresa tomadora de serviços e empregados da empresa contratada (terceirizada) fere o princípio da livre iniciativa, por se tratar de agentes econômicos distintos, que não podem estar sujeitos a decisões empresariais que não são suas" (BRASIL, 2021a).

Em sede de embargos de declaração, o Ministro Luís Roberto Barroso argumentou que desde 2018, o STF entende que a terceirização é decisão

empresarial legítima, o que afasta a interferência do Poder Judiciário na definição da remuneração dos trabalhadores terceirizados. Segundo ele, a decisão abrange todas as empresas, estatais ou privadas, uma vez que as estatais têm regime jurídico de direito privado.

As decisões analisadas revelam a importância do campo econômico para a fundamentação das decisões judiciais. Princípios econômicos como da livre concorrência, liberdade econômica e de associação foram utilizados pelos Ministros favoráveis à terceirização para fundamentar suas decisões. Trata-se de princípios constitucionais, é verdade. De fato, a livre iniciativa foi inserida na Constituição Federal pela Lei nº. 13.874 (Lei da Liberdade Econômica), ao lado dos valores sociais do trabalho, como fundamento da República. Contudo, como apontou a Ministra Rosa Weber da RE 958252, “sob pena de uma fragilização absoluta da condição dos trabalhadores, a livre iniciativa deverá ser exercida, com criatividade e eficiência, respeitados os limites da legislação estatal heterônoma em matéria de Direito do Trabalho” (BRASIL, 2019b).

Edson Fachin, na decisão da RE 958252 (Tema 725), concluiu que:

> [...] seja por argumentos jurídicos, seja por argumentos sociológicos, econômicos e até colhidos da ciência da Administração, a manutenção de limites à terceirização contribui para a preservação do contrato de trabalho protegido e juridicamente denso, não se traduzindo em restrição da liberdade da contratação, da livre iniciativa ou da legalidade estrita, mas sim no exato cumprimento e interpretação desses postulados em conformidade com os princípios que regem o Estado Democrático de Direito, notadamente os valores sociais do trabalho e a dignidade da pessoa humana (BRASIL, 2019b).

Esse não é o entendimento majoritário do STF. É possível se observar que cada vez mais as reclamações constitucionais, que deveriam ter caráter excepcional, são utilizadas para afastar as decisões da Justiça do Trabalho em relação aos elementos da relação de emprego. Contudo, é preciso recordar que ainda não foram revogados os artigos celetistas que preveem os elementos da relação de emprego e que tratam da tentativa de fraude à legislação (arts. 2º, 3º e 9º da CLT).

Portanto, como observado nas decisões, a luta simbólica pelo Direito do Trabalho também está presente na discussão sobre a legalidade da terceirização irrestrita. O placar provisório está desfavorável ao Direito do Trabalho, pois, em nome da liberdade econômica e da livre associação, o entendimento majoritário do STF é de constitucionalidade da terceirização nas relações de trabalho.

2.2 A PRIMAZIA DO NEGOCIADO: TEMA 1046 E A ADI 5994

Os instrumentos coletivos de negociação, como os acordos e convenções, são indissociáveis do Direito do Trabalho, sendo fundamentais na regulamentação de direitos entre os entes coletivos representativos das categorias laborais. A sua essencialidade se revela, em especial, na adequação das relações jurídicas materiais trabalhistas às realidades das sociedades, no pleno exercício da adequação setorial negociada (DELGADO, 2020b).

As normas negociais coletivas possuem previsão no artigo 7º, XXVI, da Constituição e no artigo 611 e seu parágrafo primeiro da CLT, representando importante forma de regulamentação e normatização das relações jurídicas de trabalho. Por meio de instrumentos coletivos negociados, os legitimados coletivos (entes sindicais e empresa, este no caso de acordo coletivo de trabalho) equalizam a livre iniciativa do capital e o valor social do trabalho nas relações trabalhistas, maximizando a efetividade constitucional na forma do inciso IV do artigo 1º da Constituição da República Federativa do Brasil.

A possibilidade de normas negociais coletivas prevalecerem sobre normas heterônomas, gerou novos debates a partir da Reforma Trabalhista de 2017 (Lei nº 13.467), a qual introduziu os arts. 611-A e 611-B na CLT. Assim, restou estabelecido novos parâmetros, retomando o questionamento da constitucionalidade de acordo ou convenção coletiva que limita ou reduz direitos previstos previamente pela legislação trabalhista. O STF já havia se manifestado acerca da constitucionalidade de negociação coletiva permissiva à redução de direitos previstos em Lei no julgamento do Recurso Extraordinário nº 590.415 SC de relatoria do Ministro Luis Roberto Barroso, que fixou o Tema de Repercussão Geral nº 152 do órgão, bem como no julgamento do Recurso Extraordinário 895.759 PE, cuja relatoria pertenceu ao Ministro Teori Zavascki.

Em maio de 2019, o STF reconheceu como matéria de repercussão geral o tema do Recurso Extraordinário com Agravo (ARE) 1121633. Embora não analisasse diretamente a constitucionalidade dos artigos introduzidos na CLT pela Reforma Trabalhista de 2017, a demanda numerada como Tema 1046, de relatoria do Ministro Gilmar Mendes, analisou a possibilidade de negociação coletiva flexibilizar a legislação heterônoma estatal trabalhista com redução ou limitação do conteúdo de

direitos de natureza trabalhista não assegurados constitucionalmente. No julgamento ocorrido em junho de 2022, prevaleceu, por maioria de votos, a tese favorável à negociação coletiva:

Quadro 7: Tema 1046 (Amostra nº 8)

ARE 1121633 (Tema 1046)	
Data do julgamento:	02/06/2022
Data de publicação do julgamento:	28/04/2023
Relator(a):	GILMAR MENDES
Processo de origem:	ARE 1121633
Conteúdo:	Validade de norma coletiva de trabalho que limita ou restringe direito trabalhista não assegurado constitucionalmente.
Tese:	São constitucionais os acordos e as convenções coletivos que, ao considerarem a adequação setorial negociada, pactuam limitações ou afastamentos de direitos trabalhistas, independentemente da explicitação especificada de vantagens compensatórias, desde que respeitados os direitos absolutamente indisponíveis.

Elaborado pelo autor, com base na pesquisa ao STF.

O voto do relator apresentou três premissas básicas adotadas pelo STF para a revisão judicial de normas coletivas: (1) inaplicabilidade do princípio da proteção, tendo em vista a equivalência entre os negociantes; (2) teoria do conglobamento na interpretação, sendo inviável a "atomização" das cláusulas, ou seja, o acordo e a convenção coletiva são fruto de concessões mútuas, cuja anulação não pode ser apenas parcial em desfavor de um dos acordantes nem pode ser examinada de forma individual, desconsiderando-se o conjunto de contraprestações acordadas; (3) disponibilidade ampla dos direitos trabalhistas, desde que resguardado o patamar civilizatório mínimo.

A Leitura da decisão afasta a conclusão de que o "negociado prevalece sobre o legislado". Em resumo, o entendimento atual do STF é no sentido de que as normas coletivas podem suprimir ou reduzir direitos trabalhistas, realizando a adequação setorial negociada, desde que respeitados as seguintes normas: (1) normas constitucionais; (2) normas previstas em convenções da OIT ratificadas pelo Brasil; (3) normas infraconstitucionais que assegurem o patamar civilizatório mínimo, de modo a resguardar direitos essenciais dos trabalhadores, tais como identificação profissional, dispositivos antidiscriminatórios, saúde e segurança do trabalho, entre outros (BORTOLON; BERNARDES, 2024). Ou seja, não se criou uma norma aberta,

de prevalência do negociado sobre o legislado, como forma de instrumentalização de renúncia de direitos.

Embora a parte final da tese aponte que não há necessidade de indicação expressa das contrapartidas recíprocas, a doutrina entende que estas devem existir. Não se concebe que a negociação coletiva renuncie apenas direitos dos trabalhadores; alguma vantagem, ainda que não expressa no instrumento, deve decorrer da Leitura do instrumento coletivo, sob pena de nulidade. Há, assim, uma espécie de presunção relativa e que a norma coletiva que reduza ou suprima direitos é válida, mas tal presunção pode ser superada caso a simples Leitura do documento demonstre que houve apenas renúncias a direitos trabalhistas, e não efetiva transação.

Mas como definir os “direitos absolutamente indisponíveis” e o “patamar civilizatório mínimo”, citados na decisão? Essas definições são importantes, pois irão refletir nos limites à redução ou à supressão dos direitos trabalhistas. Jorge Luiz Souto Maior, ao defender que o STF não fixou tese de que o negociado prevalece sobre o legislado, para o efeito de eliminar direitos trabalhistas, aponta que os instrumentos coletivos não devem desrespeitar a essência dos direitos fundamentais, onde estão, inclusive, os direitos trabalhistas:

> [...] o que se extrai do enunciado em questão é que o campo para que uma negociação coletiva limite ou afaste algum direito trabalhista é extremamente restrito e, mesmo assim, carregado de insegurança jurídica, visto que não há uma delimitação precisa desta possibilidade.
> Isto porque só serão considerados constitucionais os acordos e as convenções coletivas de trabalho que, tendo por realidade concreta uma questão que, diante da especificidade do trabalho realizado em determinado setor produtivo, pondo em contraste dois direitos fundamentais, limitem ou afastem um direito, o que pressupõe, no próprio sopesamento realizado, um elemento de vantagem compensatória, que não exige, por certo, explicitação especificada, de modo que não se desrespeite a essência dos direitos fundamentais, rol, ao qual, inequivocamente, os direitos trabalhistas se inserem (SOUTO MAIOR, 2022)

O Ministro Gilmar Mendes, relator do Tema 1046, ao tratar sobre a necessidade de se respeitar o “patamar civilizatório mínimo”, apresentou um trecho do voto do Ministro Roberto Barroso no Tema 152 (RE 590415), onde é possível observar, inclusive, alguns direitos trabalhistas que não constam expressamente no texto constitucional:

> [...] as regras autônomas juscoletivas podem prevalecer sobre o padrão geral

> heterônomo, mesmo que sejam restritivas dos direitos dos trabalhadores, desde que não transacionem setorialmente parcelas justrabalhistas de indisponibilidade absoluta. Embora, o critério definidor de quais sejam as parcelas de indisponibilidade absoluta seja vago, afirma-se que estão protegidos contra a negociação *in pejus* os direitos que correspondam a um patamar civilizatório mínimo, como a anotação da CTPS, o pagamento do salário mínimo, o repouso semanal remunerado as normas de saúde e segurança do trabalho, dispositivos antidiscriminatórios, a liberdade de trabalho etc. Enquanto tal patamar civilizatório mínimo deveria ser preservado pela legislação heterônoma, os direitos que o excedem sujeitar-se-iam à negociação coletiva, que, justamente por isso, constituiria um valioso mecanismo de adequação das normas trabalhistas aos diferentes setores da economia e a diferenciadas conjunturas econômicas (BRASIL, 2022a).

Ao determinar o que seria esse patamar mínimo civilizatório, o Ministro Gilmar Mendes informou que os direitos trabalhistas indisponíveis seriam compostos pelas normas constitucionais, pelas normas de tratados e convenções internacionais incorporadas ao Direito brasileiro e pelas normas que, mesmo infraconstitucionais, assegurassem garantias mínimas de cidadania.

Gilmar Mendes utilizou como um dos fundamentos para a constitucionalidade do Tema 1046 a equivalência entre os contratantes e, em decorrência disso, a autonomia privada coletiva deve ser prestigiada em relação ao ordenamento heterônomo estatal. Aliás, na incidência do voto do relator, consta a fala do Ministro acerca da necessidade de privilegiar a normatização autônoma para reduzir a judicialização no país:

> Eu me lembro até, Ministro Fachin, que, em minhas antigas vivências - já há muito tempo - como AGU, trabalhei fortemente para trazer os Juizados Especiais Federais à vida. Acreditávamos, Ministro André, que teria um universo relativamente pequeno de demandas no âmbito dos Juizados Especiais Federais, porque o parâmetro que se seguiu foi o que havia, das causas da Previdência Social, varas especializadas já existentes na Justiça Federal em matéria de Previdência Social.
> Quando se colocou a oportunidade de mandar o projeto para o Congresso, estava na biblioteca do Palácio da Alvorada com o Presidente Fernando Henrique Cardoso e o Ministro Pedro Parente. O Ministro Pedro Parente disse: "Talvez, fosse interessante, ao invés de ficarmos limitados a essa proposta de quarenta salários mínimos, como teto para os Juizados Especiais, chegarmos até sessenta salários mínimos".
> Então veio a seguinte pergunta: mas quantos processos haverá nos Juizados Especiais Federais? Do CJF e do STJ veio a resposta: nos próximos dez anos, alguma coisa como duzentos mil processos. Suportável, eu dizia, se, em todos os casos, nós, a União, formos condenados. Suportável, disse o Ministro Pedro Parente, fazendo as contas. [...]
> Qual não foi a surpresa da torcida do Flamengo e do Corinthians quando se descobriu... Inter e Grêmio, para ser justo ao Rio Grande do Sul. Não vou falar de torcida do Santos aqui porque hoje ela é muito pequena, né?
> Em pouco tempo, não eram só duzentos mil processos. Hoje, tramitam, nas varas da Justiça Especial Federal, alguma coisa como dois milhões e pouco de processos. Metade da Justiça Federal hoje depende disso. Então, a rigor,

> temos que, de fato, trabalhar em outro sentido. Não vamos conseguir ampliar as estruturas judiciais para atender a essa demanda e estamos sempre em déficit. É claro que temos de discutir isso de maneira aberta e, obviamente, fortalecer as instituições que podem contribuir para uma correta arbitragem dos vários direitos envolvidos.
> No caso que eu estava citando, do § 2º do art. 114, restou entendido que, na composição da resolução de conflitos coletivos, deve ser privilegiada a normatização autônoma, evitando a imposição do poder estatal (BRASIL, 2022a).

A decisão do Ministro Gilmar Mendes revela mais que a simples análise sobre a constitucionalidade das negociações coletivas. A fala do Ministro reforça seu posicionamento de adequar as relações de trabalho aos “modelos de mercado”, como apontou na decisão sobre a terceirização, afastando a regulação do Estado e permitindo a livre negociação.

Em voto divergente, a Ministra Rosa Weber destacou o desequilíbrio das partes na negociação coletiva no Brasil, contrariando o entendimento do Ministro Gilmar Mendes:

> Isso significa que o direito fundamental ao reconhecimento das convenções e acordos coletivos (art. 7º, XXVI, CF) no âmbito da relação de emprego, há de ser compreendido, repito, em consonância com os princípios conformadores da autonomia privada coletiva, notadamente à pertinente à representatividade da entidade sindical a assegurar verdadeira situação de equivalência entre os seres coletivos na agência criativa da negociação coletiva (art. 8º, incisos, CF).
> Na lição de Maurício Godinho Delgado, o equilíbrio dos contratantes no exercício da autonomia privada coletiva resulta não apenas da natureza coletiva de ambos os atores, mas principalmente da paridade dos instrumentos à disposição da entidade sindical no processo de negociação: possibilidade de mobilização da categoria e pressão sobre o empregador, sociedade civil e Estado, garantias de emprego, prerrogativas de atuação sindical.
> [...] falta de conhecimentos técnicos aliada à escassez de informações sobre a situação econômica da empresa ou da categoria econômica novamente coloca os trabalhadores em situação de desvantagem na negociação coletiva “na medida em que os empresários, como é de conhecimento geral, normalmente contam com assessorias especializadas, inclusive terceirizadas, com profissionais altamente capacitados e preparados para o convencimento dos dirigentes dos sindicatos profissionais”.
> Nessa medida, a compreensão das relações entre as normas autônomas e heterônomas no âmbito da relação de emprego envolve a complexidade dos enfoques diacrônico e sincrônico do avanço político, social e cultural da atuação coletiva dos trabalhadores brasileiros, bem como o grau de solidez, amadurecimento e democratização das estruturas sindicais após o marco constitucional de 1988. [...]
> Por isso, com a devida vênia do entendimento do relator, é fundamental não apenas que esse espaço negocial seja delimitado pelos direitos de indisponibilidade absoluta (assim entendidos os direitos sociais decorrentes de compromissos internacionais do Estado Brasileiro, na forma do art. 5º, § 2º, da Constituição de 1988, os direitos sociais constitucionais conformados pelo desenho essencial contido na legislação infraconstitucional) como também que o seja a partir da delimitação do papel do sindicato na

> negociação coletiva de transacionar mediante concessões recíprocas, e não renunciar a direitos já consolidados (BRASIL, 2022a).

Em conclusão de seu voto divergente, Rosa Weber também destacou que a adequação setorial deveria ser permitida desde que “presente a transação, vale dizer, concessões recíprocas, e não a mera renúncia de direitos, e com indicação das contrapartidas, em observância ao princípio da transparência no processo de negociação coletiva”.

O voto vencido do Ministro Edson Fachin mencionou como um de seus fundamentos o art. 26 da Convenção Americana de Direitos Humanos, o qual impõe ao Brasil o compromisso de potencializar progressivamente os direitos sociais, econômicos e culturais. Consequentemente, decorre o dever de não regressividade, de modo que “medidas de restrição ao seu exercício se deem mediante justificação concernente à totalidade de direitos sociais, econômicos e culturais”.

Apesar das divergências, o STF concluiu que o negociado prevalece sobre o legislado, porém não de modo absoluto. Há a necessidade de que a norma coletiva, em seu conjunto, traga alguma espécie de benefício à categoria profissional, ainda que tal benefício não seja indicado explicitamente. Ainda, é preciso respeitar os “direitos indisponíveis” e o “patamar civilizatório mínimo”, incluindo as normas do Direito do Trabalho, embora essa discussão seja recheada de discricionariedade (BRASIL, 2022a).

Embora não tenha se discutido a constitucionalidade dos arts. 611-A e 611-B da CLT, introduzidos pela Reforma Trabalhista de 2017, houve um aumento do leque de possibilidades de direitos previstos em Lei que podem ser negociados coletivamente. Por outro lado, apesar do rol do art. 611-B ser considerado meramente exemplificativo, e não taxativo, fica implícito na decisão do Tema 1046 que não é possível esgotar o rol de direitos trabalhistas indisponíveis, o que, logicamente, abre uma margem significativa de interpretação subjetiva. As alterações normativas enfraqueceram o Princípio da indisponibilidade dos direitos trabalhistas, assim como fragilizou Princípio da prevalência da norma mais favorável, tornando os direitos trabalhistas menos públicos e mais privados, fazendo com que a maioria dos direitos contidos na CLT, que não estão insertos na Constituição, tornem-se disponíveis (CASSAR, 2018).

A decisão do Tema 1046 reflete sobre questões importantes e coloca em xeque o alcance das normas heterônomas. Discute-se, por exemplo, se o grau de

insalubridade é matéria que pode ser flexibilizada por negociação coletiva. A 8ª Turma no TST decidiu recentemente[9] que é inválida norma coletiva que estabelece grau médio de insalubridade para atividade de gari, varredor de avenidas, ruas e praças, por se tratar de norma referente à saúde e segurança do trabalho, constitucionalmente protegida pelo art. 7º, XXII e XXIII da Constituição, configurando-se, portanto, como direito de indisponibilidade absoluta, atraindo, por consequência, a exceção prevista no Tema 1046. No mesmo sentido, a 3ª Turma do TST decidiu[10] ser inválida norma coletiva que reduzia para 20% o adicional de insalubridade de trabalhadora que realizava a limpeza de banheiro coletivo, pois insalubridade é norma de segurança e saúde do trabalho, que garante a dignidade humana e, portanto, indisponível.

De modo oposto, outras Turmas do TST adotaram outro entendimento. A 5ª Turma, por exemplo, decidiu[11] ser válida a redução do percentual de insalubridade por negociação coletiva sob o fundamento de que a norma coletiva obedece ao preceito fixado no Tema 1046, já que, diferentemente do direito ao adicional em si, o seu percentual é norma de disponibilidade relativa, podendo ser negociada. A 4ª Turma seguiu o mesmo entendimento e entendeu[12] ser válida a norma coletiva que reduz o percentual do adicional de insalubridade, com base no Tema 1046 e no art. 611-A, XII, da CLT. Verifica-se, portanto, decisões conflitantes sobre a mesma matéria.

Outro assunto que recebeu influência do Tema 1046 é a possibilidade de redução do intervalo intrajornada por meio da negociação coletiva. O TST possui a Súmula nº 437, II, que diz ser inválida a cláusula de instrumento coletivo que contemple a supressão ou redução do intervalo intrajornada porque este constitui medida de higiene, saúde e segurança do trabalho, garantido por norma de ordem pública (art. 71 da CLT e art. 7º, XXII, da CF), infenso à negociação coletiva. Porém, algumas turmas[13] do TST estão revendo esse entendimento consagrado em Súmula para dar lugar ao que consideram ser o conjunto de direitos trabalhistas disponíveis.

---

[9] RR-711-29.2021.5.06.0017, 8ª Turma, relatora Desembargadora convocada Marlene Terezinha Fuverki Suguimatsu, DEJT 08/07/2024.

[10] Ag-AIRR-1207-08.2021.5.12.0012, 3ª Turma, relator Ministro Alberto Bastos Balazeiro, DEJT 07/06/2024.

[11] RR-643-20.2022.5.12.0036, 5ª Turma, relator Ministro Breno Medeiros, DEJT 28/06/2024.

[12] Ag-AIRR-920014.2022.5.12.0011, 4ª Turma, relator Ministro Alexandre Luiz Ramos, DEJT 14/06/2024.

[13] Por exemplo: RR-1001227-75.2019.5.02.0708, pela 8ª Turma, relator Desembargador convocado Carlso Eduardo Gomes Pugliesi, DEJT 02/07/2024; RRAg-1000535-93.2017.5.02.0434, 2ª Turma, relatora Desembargadora convocada Margareth Rodrigues Costa, DEJT 02/07/2024; RR-10237-03.2017.5.15.0084, 7ª Turma, relator Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte, DEJT 28/06/2024.

A possibilidade de extensão da jornada em turnos ininterruptos de revezamento, por meio de negociação coletiva, é outro assunto que foi impactado pelo Tema 1046. A 8ª Turma do TST já decidiu[14] que o limite máximo de 2 horas no acréscimo da jornada, estabelecido no caput do art. 59 da CLT e utilizado na construção da Súmula nº 423 do TST, não é um direito de indisponibilidade absoluta, pois não tem previsão constitucional. Aliás, o STF entendeu, no julgamento do Recurso Extraordinário 1.476.593-MG que a prática habitual de horas extras não consubstancia distinção relevante à incidência do Tema 1046 e, portanto, não invalida ou torna inaplicável a negociação coletiva que autoriza o trabalho em turnos ininterruptos de revezamento com jornada de oito horas. A consequência da extrapolação habitual da jornada fixada por norma coletiva é o pagamento de tais horas como extras e não a desconsideração da jornada negociada coletivamente.

A primazia da negociação ganhou novos elementos em julho de 2023. Foi quando o Plenário do STF, por maioria de votos, manteve o texto do *caput* do art. 59-A[15], introduzido pela Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017), que permite a adoção da jornada de trabalho de 12 horas, seguida de 36 horas de descanso (12 x 36), por meio de acordo individual escrito entre o empregador e o trabalhador. A decisão se deu no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5994, ajuizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde (CNTS). Prevaleceu o voto do Ministro Gilmar Mendes, posição seguida pela ministra Carmen Lúcia e pelos Ministros Dias Toffoli, Luiz Fux, Luís Roberto Barroso, Alexandre de Moraes e Nunes Marques.

Quadro 8: ADI 5994 (Amostra nº 43)

ADI 5994	
Data do julgamento:	03/07/2023
Data de publicação do julgamento:	09/08/2023
Relator(a):	MARCO AURÉLIO
Redator(a) do acórdão:	GILMAR MENDES
Ementa:	Ação Direta de Inconstitucionalidade. 2. Jornada de trabalho 12 por 36. Pactuação por acordo individual. Art. 59-A da CLT, na redação dada pela Lei 13.467, de 13 de julho de 2017. Reforma Trabalhista. 3. Alegação de

[14] RR-11472-23.2014.5.03.0026, 8ª Turma, relator Ministro Sérgio Pinto Martins, DEJT 08/07/2024.

[15] Art. 59-A da CLT: Em exceção ao disposto no art. 59 desta Consolidação, é facultado às partes, mediante acordo individual escrito, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, estabelecer horário de trabalho de doze horas seguidas por trinta e seis horas ininterruptas de descanso, observados ou indenizados os intervalos para repouso e alimentação.

	violação ao disposto no artigo 7º, incisos XIII, XIV e XXVI, da Constituição Federal. Inocorrência. 4. ADI 4.842, Rel. Min. EDSON FACHIN, Tribunal Pleno, julgado em 14.9.2016. 5. Ação Direta de Inconstitucionalidade julgada improcedente.

Elaborado pelo autor, com base na pesquisa ao STF.

Gilmar Mendes apontou que a aceitação da jornada de 12 x 36 já era pacífica na jurisprudência trabalhista e que o próprio STF, no julgamento da ADI 4842, considerou constitucional essa forma de trabalho para os bombeiros civis. O Ministro frisou ainda que, antes da Reforma Trabalhista, a Súmula 444 do Tribunal Superior do Trabalho (TST) considerava válida a adoção dessa jornada, desde que em caráter excepcional, se houvesse previsão em Lei ou ajustada em negociação coletiva. Também destacou que a Constituição não proíbe essa modalidade de jornada, mas apenas admite a relativização do tempo de trabalho de oito horas diárias ou 44 horas semanais mediante compensação, conforme acordo ou negociação coletiva. Essa compensação, segundo ele, pode se dar na forma 12 x 36, em que as quatro horas a mais são compensadas por 36 horas seguidas de descanso. A seu ver, o acordo individual está inserido na liberdade do trabalhador, mote da Reforma Trabalhista.

Como recorda Andrea Pasold (2024), o mote da Reforma não privilegiou a liberdade individual do trabalhador, tanto que há referência expressa a tal autonomia como exceção, conforme instituído no parágrafo único do art. 444[16]. Houve, ao contrário, prevalência - e exaltação - da negociação coletiva, como discutido sobre o Tema 1046. Por refletir no excesso de horas de trabalho, o assunto da ADI 5994 está relacionado à saúde do trabalhador, direito até então indisponível.

Em sentido contrário, o relator, Ministro Marco Aurélio (aposentado), havia votado pela procedência do pedido da ADI 5994, sob o fundamento de que o inciso XIII do artigo 7º da Constituição não contempla o acordo individual para a jornada de 12 x 36.

> Estabeleceu-se, no inciso XIII do artigo 7º, a duração de trabalho normal não superior a 8 horas diárias e 44 semanais – carga de trabalho considerada a

---

[16] Art. 444 - As relações contratuais de trabalho podem ser objeto de livre estipulação das partes interessadas em tudo quanto não contravenha às disposições de proteção ao trabalho, aos contratos coletivos que lhes sejam aplicáveis e às decisões das autoridades competentes.

Parágrafo único. A livre estipulação a que se refere o caput deste artigo aplica-se às hipóteses previstas no art. 611-A desta Consolidação, com a mesma eficácia legal e preponderância sobre os instrumentos coletivos, no caso de empregado portador de diploma de nível superior e que perceba salário mensal igual ou superior a duas vezes o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

> unidade de tempo semana –, facultada a compensação de horários e a redução da jornada mediante acordo ou convenção coletiva.
> O preceito não contempla o acordo individual. O inciso que se segue – o XIV – versa jornada de 6 horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, mais uma vez submetendo o fenômeno à negociação coletiva.
> Proclama a Constituição Federal, no inciso XXVI, ante a importância da participação da entidade sindical – ao menos da que congrega a categoria profissional –, o reconhecimento de acordos e convenções coletivas de trabalho.
> No que impugnado, nesta ação direta de inconstitucionalidade, a cabeça do artigo 59-A e o parágrafo único dele constante, da Consolidação das Leis do Trabalho, a Reforma Trabalhista potencializou o fim em detrimento do meio, colocando em segundo plano comezinha noção de Direito.
> Previu-se a possibilidade de a jornada de 12 horas, alternada com descanso de 36, ser pactuada não só por acordo coletivo ou convenção coletiva, mas também via acordo individual.
> O menosprezo aos ditames constitucionais foi grande. O conflito, com a Constituição Federal, da expressão “acordo individual escrito” é de clareza solar.
> Julgo procedente o pedido formulado, tal como o foi, para declarar inconstitucionais a expressão “acordo individual escrito” contida na cabeça do artigo 59-A e o parágrafo único dele constante, da Consolidação das Leis do Trabalho (BRASIL, 2023b).

A presidente do STF, Ministra Rosa Weber, e o Ministro Edson Fachin acompanharam o entendimento do Ministro Marco Aurélio para dar procedência ao pedido de inconstitucionalidade do Art. 59-A da CLT, na redação dada pela Lei 13.467, de 13 de julho de 2017. Portanto, por maioria, o STF considerou que o acordo individual pelo regime de 12 x 36 está inserido na liberdade do trabalhador.

Sobre os impactos práticos dessa previsão de acordo individual para adoção do regime 12 x 36, Pasold (2024) alerta:

> A previsão legal atual, com a redação conferida pela Reforma Trabalhista, independentemente de como o regime é formalizado, já traz perdas ao trabalhador. Por exemplo, suprime o direito ao adicional noturno para as horas prestadas além das 5 horas da manhã, considerando-as incluídas no “pacote de vantagens” de se trabalhar dia sim, dia não, ou no caso, noite sim, noite não.
> Isso é bastante questionável, porque a hora noturna é reduzida exatamente pelo entendimento de que o trabalho noturno é, por si, mais penoso, e, por isso, devem ser exigidas menos horas. Ora, quem faz o turno das 19 horas às 7 horas, com intervalo intrajornada indenizado e não fruído (uma flexibilização a um direito que era tido, como regra, indisponível), trabalha ininterruptamente 12 horas de sessenta minutos, e só tem o adicional noturno sobre 7 horas desses 60 minutos. Acreditar ser vantajoso o sistema porque depois esse empregado não trabalha no dia seguinte é, no mínimo, ingenuidade de quem nunca se submeteu a tal regime por vários meses ou anos. Mas não é só.
> Com a nova redação, contrariando entendimento predominante no TST até então, os feriados também ficam abrangidos pelo sistema, vale dizer: se as 12 horas de trabalho caírem em um feriado, trabalha-se pelas horas normais sem qualquer adicional, e se considera a compensação nas 24 horas das 36 subsequentes de descanso, com o que então o descanso é de 12 horas.

> Ocorre que em um mês como novembro, em que há dois feriados, 2 e 15, por exemplo, dificilmente não haverá prejuízo, além da questão de costumes relacionada aos feriados de 1º de maio e 25 de dezembro, com maior rigidez imposta pelos sindicatos para o trabalho, que inclui a impossibilidade de compensação, obrigando o pagamento (PASOLD, 2024, p. 175/176).

Apenas à título de observação, cabe mencionar que é comum os trabalhadores que possuem o regime 12 x 36 terem dois vínculos de emprego. Especialmente comum entre os profissionais da saúde, a jornada permite o trabalho nos dias que seriam de descanso, ou dito de outra forma, os baixos salários, muitas vezes, exigem outros contratos de emprego.

É verdade que o sistema 12 x 36 já estava sendo utilizado na prática, mas o TST se posicionava no sentido de que só poderia ser instituído por convenção ou acordo coletivo. Havia, também, outras restrições, como a concessão de fruição de feriados sem considerar o sistema, hora noturna após às 5 horas para quem trabalhasse todas as horas noturnas anteriores, vantagens essas obtidas justamente por se tratar de negociações coletivas. Ainda, por ser resultado de uma negociação coletiva, a cada ano ou dois anos, as condições eram revistas, renegociadas coletivamente (PASOLD, 2024).

Fato é que a partir da ADI 5994 a adoção da jornada 12 x 36 pode ocorrer por meio de uma cláusula no contrato de experiência, por exemplo, provavelmente já adotando a supressão e pagamento de intervalo intrajornada quando for conveniente ao empregador ou tomador de serviços. Ainda, como não há proibição, tal jornada pode ser adotada para qualquer atividade econômica, mediante um simples ajuste “individual”. Ou seria unilateral, já que o contrato de trabalho, para grande parte dos trabalhadores, é um contrato de adesão?

A primazia da negociação – individual ou coletiva - aproxima as relações de trabalho às regras civilistas. No momento em que se oferece autonomia aos sujeitos da relação de trabalho para negociarem livremente, sem ou pouca limitação, as regras heterônomas, emanadas pelo Estado, perdem força. “Privilegiando a liberdade de escolha do trabalhador”, como apontou o Ministro Gilmar Mendes na ADI 5994, a primazia da negociação provoca uma derrota para o Direito Individual e Coletivo do Trabalho.

2.3 O FIM DA COLETIVIDADE? ATUAÇÃO SINDICAL E AS RELAÇÕES DE EMPREGO

A organização sindical surgiu da solidariedade voluntária dos trabalhadores e construiu sua trajetória no sistema capitalista com enfrentamento de diversos problemas advindos de um sistema que prima pela exploração da mão de obra visando o lucro: proibições, limitações à livre atuação sindical, ingerências estatais, força do poder do capital sobre os trabalhadores. Como associação com legitimidade, o sindicato atribui à relação capital e trabalho certo equilíbrio de negociação, despersonaliza a figura do empregado, sujeito ao poder diretivo, e possibilita a reivindicação daqueles que não detém os meios de produção de melhores condições de trabalho, melhores salários, jornadas dignas e demais pleitos que demandam da exploração inerente às relações de trabalho. Nesse contexto, a instituição sindical ainda preserva sua importância para o mundo do trabalho (TAVEIRA, 2017).

Ao aumentar o espectro de “liberdade” de negociação, como discutido no item anterior, a Reforma Trabalhista de 2017 aumentou as responsabilidades imputadas aos sindicatos. Por outro lado, retirou-lhes a obrigatoriedade da contribuição sindical. Com a mudança, o trabalhador tem direito de decidir se vai financiar ou não a entidade que obrigatoriamente negociará seus direitos, ou seja, foi concedida a liberdade para o trabalhador decidir se vai ou não contribuir financeiramente com o sindicato, porém, permanece a obrigação que o trabalhador seja representado pelo sindicato – não é por um sindicato qualquer, ou mesmo um sindicato que o trabalhador escolher, mas antes, por aquele sindicato definido previamente pelo Estado. Isso porque tanto a Constituição quanto a legislação infraconstitucional só permitem a cobrança de contribuições de associados, no entanto, mantém a representação para toda a categoria - posição respaldada pela jurisprudência até então consolidada no STF.

O sistema de receitas sindicais no Brasil conta com quatro fontes distintas de financiamento: a contribuição (“imposto”) sindical, a “taxa” assistencial, a contribuição confederativa e a contribuição associativa (“mensalidade”). Antes da Reforma Trabalhista de 2017, a contribuição sindical (ou imposto sindical, prevista nos arts. 545, 548 e 578 da CLT), era devida por todos os trabalhadores - independentemente da condição de associado ou não - correspondente a um dia de trabalho do empregado por ano, a ser descontado em folha no mês de março. Já as demais contribuições (assistencial, confederativa e associativa), em regra, poderiam ser

cobradas somente dos associados ao sindicato. A contribuição assistencial (também denominada coletiva ou de solidariedade, prevista no art. 513, alínea "e" da CLT), tem por finalidade financiar as despesas do processo de negociação coletiva; enquanto a contribuição confederativa (art. 8º, inciso IV da CRFB) tem por escopo o custeio do sistema confederativo; e a contribuição associativa (art. 548, alínea "b" da CLT), retrata mensalidade paga pelo associado em prol de benefícios oferecidos pelo sindicato, tal como lazer, saúde e aperfeiçoamento profissional, dentre outros.

Após a Reforma Trabalhista de 2017, por força da alteração dos artigos 578 e 579 da CLT, o desconto em folha de pagamento do então imposto sindical ficou sujeito à prévia e expressa autorização do empregado. No que tange às demais contribuições, com o objetivo de dar guarida ao direito constitucional de liberdade de associação e não associação, o artigo 611-B, inciso XXVI, da CF proibiu que a negociação coletiva impusesse cobranças em convenção coletiva de trabalho ou acordo coletivo de trabalho, sem expressa e prévia anuência do trabalhador. A alteração da legislação reflete os valores da Carta Magna, que enuncia a plena liberdade de associação (art. 5º, XVII, CRFB) e garante que "ninguém será obrigado a filiar-se ou manter-se filiado a sindicato" (art. 8º, V, CRFB).

Por outro lado, o sindicato continua responsável pela defesa dos direitos e interesses de toda a categoria (art. 8º, III, CF), cuja participação em negociações coletiva é obrigatória (art. 8º, IV, CF). Ademais, a Constituição prevê não só o reconhecimento dos acordos e convenções coletivas de trabalho (art. 7º, XXVI, CF), como também a progressividade e não retrocesso dos direitos sociais (art. 7º, caput, CF). No campo infraconstitucional, foram mantidas as prerrogativas do sindicato de representação de toda a categoria (art. 513, "a", CLT), de celebração de instrumentos coletivos (art. 513, "b" da CLT), assim como conservada a irrecusabilidade do sindicato à negociação coletiva (art. 616, CLT), ao mesmo tempo em que alargadas as hipóteses de negociação (art. 611-A, CLT).

Com a extinção da obrigatoriedade do imposto sindical, criou-se um cenário em que o sindicato representa o interesse de quem "paga" por seus serviços, mas também os de quem "não paga" por sua atuação em defesa dos interesses da categoria. Diante do o temor de enfraquecimento da representação sindical, entidades sustentaram a inconstitucionalidade da extinção da obrigatoriedade da contribuição sindical trazido pela Reforma Trabalhista de 2017.

Ao analisar a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5794, conjuntamente com outras 18 ADIs e a ADC 55, o STF entendeu pela constitucionalidade da facultatividade do imposto sindical.

Quadro 9: ADI 5794 (Amostra nº 14)

ADI 5794	
Data do julgamento:	29/06/2018
Data de publicação do julgamento:	23/04/2019
Relator(a):	EDSON FACHIN
Redator(a) do acórdão:	LUIZ FUX
Ementa:	Direito Constitucional e Trabalhista. Reforma Trabalhista. Facultatividade da Contribuição Sindical. Constitucionalidade. Inexigência de Lei Complementar. Desnecessidade de Lei específica. Inexistência de ofensa à isonomia tributária (Art. 150, II, da CRFB). Compulsoriedade da contribuição sindical não prevista na Constituição (artigos 8º, IV, e 149 da CRFB). Não violação à autonomia das organizações sindicais (art. 8º, I, da CRFB). Inocorrência de retrocesso social ou atentado aos direitos dos trabalhadores (artigos 1º, III e IV, 5º, XXXV, LV e LXXIV, 6º e 7º da CRFB). Correção da proliferação excessiva de sindicatos no Brasil. Reforma que visa ao fortalecimento da atuação sindical. Proteção às liberdades de associação, sindicalização e de expressão (artigos 5º, incisos IV e XVII, e 8º, caput, da CRFB). Garantia da liberdade de expressão (art. 5º, IV, da CRFB). Ações Diretas de Inconstitucionalidade julgadas improcedentes. Ação Declaratória de Constitucionalidade julgada procedente. 1. À Lei ordinária compete dispor sobre fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes quanto à espécie tributária das contribuições, não sendo exigível a edição de Lei complementar para a temática, ex vi do art. 146, III, alínea 'a', da Constituição. 2. A extinção de contribuição pode ser realizada por Lei ordinária, em paralelismo à regra segundo a qual não é obrigatória a aprovação de Lei complementar para a criação de contribuições, sendo certo que a Carta Magna apenas exige o veículo legislativo da Lei complementar no caso das contribuições previdenciárias residuais, nos termos do art. 195, § 4º, da Constituição. Precedente (ADI 4697, Relator(a): Min. EDSON FACHIN, Tribunal Pleno, julgado em 06/10/2016). 3. A instituição da facultatividade do pagamento de contribuições sindicais não demanda Lei específica, porquanto o art. 150, § 6º, da Constituição trata apenas de "subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão", bem como porque a exigência de Lei específica tem por finalidade evitar as chamadas "caudas legais" ou "contrabandos legislativos", consistentes na inserção de benefícios fiscais em diplomas sobre matérias completamente distintas, como forma de chantagem e diminuição da transparência no debate público, o que não ocorreu na tramitação da Reforma Trabalhista de que trata a Lei nº 13.467/2017. Precedentes (ADI 4033, Relator(a): Min. JOAQUIM BARBOSA, Tribunal Pleno, julgado em 15/09/2010; RE 550652 AgR, Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, julgado em 17/12/2013). 4. A Lei nº 13.467/2017 emprega critério homogêneo e igualitário ao exigir prévia e expressa anuência de todo e qualquer trabalhador para o desconto da contribuição sindical, ao mesmo tempo em que suprime a natureza tributária da contribuição, seja em relação aos sindicalizados, seja quanto aos demais, motivos pelos quais não há qualquer violação ao princípio da isonomia tributária (art. 150, II, da Constituição), até porque não há que se invocar uma limitação ao poder de tributar para prejudicar o contribuinte, expandindo o alcance do tributo, como suporte à

	pretensão de que os empregados não-sindicalizados sejam obrigados a pagar a contribuição sindical. 5. A Carta Magna não contém qualquer comando impondo a compulsoriedade da contribuição sindical, na medida em que o art. 8º, IV, da Constituição remete à Lei a tarefa de dispor sobre a referida contribuição e o art. 149 da Lei Maior, por sua vez, limita-se a conferir à União o poder de criar contribuições sociais, o que, evidentemente, inclui a prerrogativa de extinguir ou modificar a natureza de contribuições existentes. 6. A supressão do caráter compulsório das contribuições sindicais não vulnera o princípio constitucional da autonomia da organização sindical, previsto no art. 8º, I, da Carta Magna, nem configura retrocesso social e violação aos direitos básicos de proteção ao trabalhador insculpidos nos artigos 1º, III e IV, 5º, XXXV, LV e LXXIV, 6º e 7º da Constituição. 7. A legislação em apreço tem por objetivo combater o problema da proliferação excessiva de organizações sindicais no Brasil, tendo sido apontado na exposição de motivos do substitutivo ao Projeto de Lei nº 6.787/2016, que deu origem à Lei ora impugnada, que o país possuía, até março de 2017, 11.326 sindicatos de trabalhadores e 5.186 sindicatos de empregadores, segundo dados obtidos no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais do Ministério do Trabalho, sendo que, somente no ano de 2016, a arrecadação da contribuição sindical alcançou a cifra de R$ 3,96 bilhões de reais. 8. O legislador democrático constatou que a contribuição compulsória gerava uma oferta excessiva e artificial de organizações sindicais, configurando uma perda social em detrimento dos trabalhadores, porquanto não apenas uma parcela dos vencimentos dos empregados era transferida para entidades sobre as quais eles possuíam pouca ou nenhuma ingerência, como também o número estratosférico de sindicatos não se traduzia em um correspondente aumento do bem-estar da categoria. 9. A garantia de uma fonte de custeio, independentemente de resultados, cria incentivos perversos para uma atuação dos sindicatos fraca e descompromissada com os anseios dos empregados, de modo que a Lei nº 13.467/2017 tem por escopo o fortalecimento e a eficiência das entidades sindicais, que passam a ser orientadas pela necessidade de perseguir os reais interesses dos trabalhadores, a fim de atraírem cada vez mais filiados. 10. Esta Corte já reconheceu que normas afastando o pagamento obrigatório da contribuição sindical não configuram indevida interferência na autonomia dos sindicatos: ADI 2522, Relator(a): Min. EROS GRAU, Tribunal Pleno, julgado em 08/06/2006. 11. A Constituição consagra como direitos fundamentais as liberdades de associação, sindicalização e de expressão, consoante o disposto nos artigos 5º, incisos IV e XVII, e 8º, caput, tendo o legislador democrático decidido que a contribuição sindical, criada no período autoritário do estado novo, tornava nula a liberdade de associar-se a sindicatos. 12. O engajamento notório de entidades sindicais em atividades políticas, lançando e apoiando candidatos, conclamando protestos e mantendo estreitos laços com partidos políticos, faz com que a exigência de financiamento por indivíduos a atividades políticas com as quais não concordam, por meio de contribuições compulsórias a sindicatos, configure violação à garantia fundamental da liberdade de expressão, protegida pelo art. 5º, IV, da Constituição. Direito Comparado: Suprema Corte dos Estados Unidos, casos Janus v. American Federation of State, County, and Municipal Employees, Council 31 (2018) e Abood v. Detroit Board of Education (1977). 13. A Lei nº 13.467/2017 não compromete a prestação de assistência judiciária gratuita perante a Justiça Trabalhista, realizada pelos sindicatos inclusive quanto a trabalhadores não associados, visto que os sindicatos ainda dispõem de múltiplas formas de custeio, incluindo a contribuição confederativa (art. 8º, IV, primeira parte, da Constituição), a contribuição assistencial (art. 513, alínea 'e', da CLT) e outras contribuições instituídas em assembleia da categoria ou constantes de negociação coletiva, bem assim porque a Lei n.º 13.467/2017 ampliou as formas de financiamento da assistência jurídica prestada pelos sindicatos, passando a prever o direito dos advogados sindicais à percepção de honorários sucumbenciais (nova

	redação do art. 791-A, caput e § 1º, da CLT), e a própria Lei n.º 5.584/70, em seu art. 17, já dispunha que, ante a inexistência de sindicato, cumpre à Defensoria Pública a prestação de assistência judiciária no âmbito trabalhista. 14. A autocontenção judicial requer o respeito à escolha democrática do legislador, à míngua de razões teóricas ou elementos empíricos que tornem inadmissível a sua opção, plasmada na Reforma Trabalhista sancionada pelo Presidente da República, em homenagem à presunção de constitucionalidade das Leis e à luz dos artigos 5º, incisos IV e XVII, e 8º, caput, da Constituição, os quais garantem as liberdades de expressão, de associação e de sindicalização. 15. Ações Diretas de Inconstitucionalidade julgadas improcedentes e Ação Declaratória de Constitucionalidade julgada procedente para assentar a compatibilidade da Lei n.º 13.467/2017 com a Carta Magna.

Elaborado pelo autor, com base na pesquisa ao STF.

O Ministro Edson Fachin, relator da ADI 5794, votou pela procedência da inconstitucionalidade da Lei nº 13.467/17 para fins de manutenção da compulsoriedade da contribuição sindical. O fundamento foi de que o constituinte de 1988 fez opção inequívoca pela manutenção de um modelo de sindicalismo sustentado no tripé: unicidade sindical, representatividade obrigatória e custeio das entidades sindicais por meio de um tributo. Ou seja, a contribuição sindical foi preservada, não sendo possível a alteração de sua natureza tributária sem alterar os demais itens da organização sindical constitucional.

No entanto, o voto do relator foi vencido pela divergência aberta pelo Ministro Luiz Fux, que julgou improcedentes os pedidos formulados nas ADIs. Ficaram vencidos os Ministros Luiz Edson Fachin, Rosa Weber e Dias Toffoli. Segundo o Ministro Luiz Fux, não se pode admitir que a contribuição sindical seja imposta a trabalhadores e empregadores quando a Constituição determina que ninguém é obrigado a se filiar ou a se manter filiado a uma entidade sindical. Portanto, o entendimento do STF era de que a não-obrigatoriedade da contribuição sindical, imposta pela Reforma Trabalhista de 2017, é constitucional.

Antecipando o seu voto escrito e antes de realizar a análise jurídica da matéria, o Ministro Luís Roberto Barroso revelou seu descontentamento com a situação fática:

> O grande princípio constitucional, nessa matéria, é o da liberdade sindical. Liberdade sindical significa o direito de se filiar, o direito de não se filiar e também o direito de não ter que contribuir compulsoriamente para uma entidade à qual eu não quis me filiar.
> Isso me parece excessivamente óbvio, a tal ponto que a própria Organização Internacional do Trabalho, que tem como seu dever o papel de proteção ao trabalhador, não endossa esse modelo de contribuição compulsória. E não endossa porque é um modelo ruim. É um modelo que não estimula a

> representatividade, não estimula a conquista do sindicalizado, não estimula a prestação de um serviço de qualidade.
> E nós temos esses milhares de sindicatos, como temos dezenas de partidos, porque os sindicatos, como os partidos, viraram um business privado, um negócio privado. Evidentemente, esse não é um modelo que se queira manter. De novo, quero dizer que eu conheço, respeito e admiro muito os sindicatos que cumprem muito bem o seu papel, mas nós estamos falando de muitos milhares que se beneficiam de um sistema que não é um sistema bom. O sistema é bom para os sindicalistas, não é bom para os trabalhadores. Essa é, Presidente, a visão que eu tenho.
> Os números são muito impressionantes. Segundo o relator da Reforma Trabalhista, no Congresso, existem, no Brasil, 11.326 sindicatos de trabalhadores e 5.186 sindicatos de empregadores, ao passo que, no Reino Unido, existem 168, na Dinamarca, 164, nos Estados Unidos, 130 e, mesmo na Argentina, existem 91. Há alguma coisa fora da ordem nesse modelo em que se multiplicam tantos sindicatos. Portanto, eu diria, Presidente, essa é a minha pré-compreensão relativamente a esse tema.
> Quanto à questão jurídica eu, pessoalmente, com todo o respeito aos autores da ação, considero que os argumentos são frágeis. A queixa política é legítima, há quem prefira o outro modelo. A queixa política de que não se concebeu um mecanismo de transição também eu acho que é legítima, mas, de novo, são escolhas do Congresso. Mas as impugnações do ponto de vista jurídico eu acho que são frágeis (BRASIL, 2019a).

Contudo, em setembro de 2023 o STF alterou seu entendimento ao julgar os Embargos Declaratórios do Recurso Extraordinário 1.018.459, a qual possui repercussão geral, e está exposto como Tema 935[17]. Julgado inicialmente em março de 2017, o STF reconheceu a constitucionalidade da cobrança de contribuições assistenciais, cuja previsão consta de acordos coletivos de trabalho e convenções coletivas de trabalho, desde que o trabalhador não manifeste expressa oposição. Ou seja, o STF alterou seu entendimento na medida em que ao invés de o trabalhador manifestar a expressa concordância para que a cobrança seja levada a efeito, passa a ter o ônus de se opor à cobrança. Assim, a tese do Tema 935 passou a ser: “"É constitucional a instituição, por acordo ou convenção coletivos, de contribuições assistenciais a serem impostas a todos os empregados da categoria, ainda que não sindicalizados, desde que assegurado o direito de oposição".

O Ministro Luís Roberto Barroso, no voto dos Embargos do ARE 1.018.459 (Tema 935), sustentou que houve alteração das premissas fáticas e jurídicas desde o julgamento do mérito:

> Com a alteração legislativa, os sindicatos perderam a sua principal fonte de custeio. Dados do Ministério do Trabalho apontam queda de cerca de 90% da arrecadação com a contribuição sindical no primeiro ano de vigência da Lei nº 13.467/2017. Caso mantido o entendimento de que a contribuição

---

[17] Excluído da amostra em razão da decisão ter ocorrido em sede de Embargos de Declaração.

> assistencial também não pode ser cobrada dos trabalhadores não filiados, o financiamento da atividade sindical será prejudicado de maneira severa. Há, portanto, um risco significativo de enfraquecimento do sistema sindical.
> Esse esvaziamento dos sindicatos, por sua vez, vai na contramão de recentes precedentes do STF, que valorizam a negociação coletiva como forma de solucionar litígios trabalhistas. Destaque-se, nessa linha, os julgados relacionados (i) aos planos de demissão voluntária (RE 590.415, sob minha relatoria); (ii) à necessidade de intervenção sindical prévia às dispensas em massa (RE 999.435, Red. p/ acórdão Min. Edson Fachin); e (iii) ao entendimento no sentido de que as negociações coletivas podem afastar direitos previstos em Lei, desde que observado o patamar civilizatório mínimo em matéria trabalhista (BRASIL, 2023c).

Como o sindicato representa toda a categoria, os benefícios obtidos em uma negociação coletiva se estendem a todos os integrantes, mesmo aos não filiados, o que cria, na visão do Min. Roberto Barroso, a figura do “carona”:

> Com o entendimento de que não se pode cobrar a contribuição assistencial dos trabalhadores não sindicalizados cria-se, então, a figura do “carona”: aquele que obtém a vantagem, mas não paga por ela. Nesse modelo, não há incentivos para o trabalhador se filiar ao sindicato. Não há razão para que ele, voluntariamente, pague por algo que não é obrigatório, ainda que obtenha vantagens do sistema. Todo o custeio fica a cargo de quem é filiado. Trata-se de uma desequiparação injusta entre empregados da mesma categoria.
> Some-se a isso o fato de que a contribuição assistencial se destina a custear justamente a atividade negocial do sindicato. Há uma contraprestação específica relacionada à sua cobrança. Por esse motivo, é denominada, também, de contribuição de fortalecimento sindical ou cota de solidariedade. Nesse cenário, a contribuição assistencial é um mecanismo essencial para o financiamento da atuação do sindicato em negociações coletivas. Permitir que o empregado aproveite o resultado da negociação, mas não pague por ela, gera uma espécie de enriquecimento ilícito de sua parte (BRASIL, 2023c).

A contribuição assistencial tem justamente esse escopo de custear a atividade negocial. Nessa esteira, o Ministro Roberto Barroso apresentou uma solução chamada de alternativa, ponderando os valores em questão, de modo a votar pela constitucionalidade da instituição da contribuição assistencial por meio de acordo ou convenção coletivos, inclusive a serem pagas pelos não sindicalizados, desde que assegurado o direito de oposição. Essa decisão foi adotada pela maioria dos Ministros.

No dia 29 de setembro de 2023, no mesmo mês em que foi tomada a decisão nos Embargos Declaratórios do Recurso Extraordinário 1.018.459, o Ministro Roberto Barroso disse publicamente que o trabalhador não deveria se recusar a pagar a contribuição assistencial:

> Não é compulsório. É negociado, previsto em acordo coletivo e se o

> empregado não quiser, ele pode simplesmente ser tirado fora. Ele pode dizer: 'Eu não quero contribuir'. E aí ele comunica a empresa para não deixar descontar aquele dia de trabalho, que é o que geralmente se adota, da folha dele. Portanto, não tem nada de compulsório. Depende de um acordo e pode pular fora. Pode, mas não deve, porque ele se beneficiou. Vale para sindicalizados e não sindicalizados. O acordo beneficia todo mundo. Agora, se o beneficiário ingratamente não quiser pagar, ele pode dizer que não quer (PODER 360, 2023).

Após o posicionamento do STF no Recurso Extraordinário 1.018.459, repercutiram pelo país diversos episódios de trabalhadores que formaram filas para formalizar o pedido de renúncia à contribuição sindical[18]. Em outubro de 2024, por exemplo, profissionais da educação de São Paulo ficaram horas na fila para entregar a carta de intenção para deixar de pagar a contribuição sindical de 2% do salário, cobrada uma vez ao ano, pelo Sindicato dos Trabalhadores em Entidades de Assistência e Educação à Criança, ao Adolescente e a Família (SITRAEMFA). Segundo o Sindicato, há 40 mil trabalhadores na categoria e, nos últimos 5 dias do prazo final para entregar a carta de renúncia, foram realizados 38 mil pedidos de cancelamentos (TERRA, 2024).

O Poder Legislativo já está atuando para modificar esse entendimento. Entre as propostas que tramitam no Congresso Nacional a respeito do tema, o Projeto de Lei 2830/2019, de autoria do senador Styvenson Valentim (Podemos-RN), proíbe a cobrança da contribuição sindical dos trabalhadores não filiados aos sindicatos. O projeto original tratava apenas do prazo de execução de dívidas trabalhistas (redução de 45 para 15 dias o prazo a partir da citação do executado para que ele sofra protesto e inscrição de nome em órgãos de proteção ao crédito, em razão de decisão condenatória na Justiça do Trabalho), mas a regulamentação do direito do trabalhador de se opor à contribuição assistencial aos sindicatos foi incluído após a decisão do STF. O texto recebeu relatório favorável do senador Rogerio Marinho (PL-RN), relator do Projeto na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal, e foi encaminhado para a Câmara dos Deputados, onde aguarda julgamento.

Não é apenas sobre a contribuição e representação que o STF tem interferido na atuação sindical. Desde a Reforma Trabalhista de 2017 o Supremo definiu, por exemplo, sobre a necessidade de negociação coletiva para a dispensa em massa de

---

[18] https://brasil61.com/n/filas-para-cancelar-contribuicao-sindical-se-repetem-pelo-pais-bras2411513

trabalhadores - Recurso Extraordinário (RE) 999.435, com repercussão geral, a qual formou o Tema 638:

Quadro 10: Tema 638 (Amostra nº 38)

RE 999435 (Tema 638)	
Data do julgamento:	08/06/2022
Data de publicação do julgamento:	15/09/2022
Relator(a):	MARCO AURÉLIO
Redator(a) do acórdão:	EDSON FACHIN
Processo de origem:	RE 999435
Tema:	Necessidade de negociação coletiva para a dispensa em massa de trabalhadores.
Tese:	A intervenção sindical prévia é exigência procedimental imprescindível para a dispensa em massa de trabalhadores, que não se confunde com autorização prévia por parte da entidade sindical ou celebração de convenção ou acordo coletivo.

Elaborado pelo autor, com base na pesquisa ao STF.

O caso diz respeito à dispensa, em 2009, de mais de quatro mil empregados da Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. (Embraer). O entendimento majoritário foi de que a presença sindical no processo de demissão é essencial, ainda que não seja necessária sua autorização. Sem afastar sua preocupação com a economia, o Ministro Dias Toffoli, em seu voto, ressaltou a importância dos sindicatos profissionais para “um processo coletivo com foco na manutenção de empregos”:

> Com base nessas reflexões, reputo imprescindível a participação prévia dos sindicatos profissionais como requisito de validade das dispensas coletivas, por imperativo constitucional no que tange à garantia do pleno emprego, ao valor social do trabalho, bem como ao disposto no art. 8º, inciso III, da Constituição Federal, o qual, reitere-se, investiu os sindicatos de legitimidade para a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais das categorias profissionais.
> De outro vértice, ao contrário de macular o princípio da livre iniciativa, a medida trará vantagens também ao empregador que, por meio do diálogo e do uso de técnicas de negociação – e aqui, vale frisar, não se trata de pedir “autorização” ao sindicato, mas de envolvê-lo em um processo coletivo com foco na manutenção de empregos -, poderá encontrar soluções alternativas ao rigor das dispensas coletivas, evitar a incidência de multas, contribuir para a recuperação e o crescimento da economia do país, bem como para a valorização do trabalho humano e a existência digna, cumprindo, de modo efetivo, sua função social (BRASIL, 2022b).

De modo geral, os Ministros e as ministras que acompanharam essa vertente demonstraram preocupação com os impactos sociais e econômicos das demissões coletivas e realçaram que a intervenção sindical prévia não se confunde com

autorização prévia dos sindicatos, mas estimula o diálogo, sem estabelecer condições ou assegurar a estabilidade no emprego. Também votaram nesse sentido, as ministras Cármen Lúcia e Rosa Weber e o Ministro Ricardo Lewandowski. Após ouvir os debates, o Ministro Alexandre de Moraes, que havia acompanhado o relator no início do julgamento, alterou seu posicionamento. Segundo ele, a melhor abordagem da questão deve ser a busca de maior equilíbrio nas relações de trabalho a partir do dever de dialogar, principalmente em razão do fato de a Constituição defender os direitos sociais e a empregabilidade.

Contrários à obrigatoriedade da participação sindical nas demissões em massa, Ministros como Marco Aurélio, Gilmar Mendes e Nunes Marques argumentaram que a rescisão de contratos é um ato unilateral e não requer a concordância sindical. Apesar disso, o posicionamento majoritário do STF foi de que a participação sindical é necessária em casos de dispensas em massa, mas não se confunde com autorização prévia ou celebração de convenção coletiva de trabalho.

A discussão sobre a necessidade de negociação coletiva para a dispensa em massa de trabalhadores ainda não possui um fim. Isso por que o STF ainda irá julgar a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6142, na qual a Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos questiona a constitucionalidade do artigo 477-A da CLT. Esse artigo estabeleceu a dispensa imotivada individual, plúrima ou coletiva sem a necessidade de autorização sindical, bem como o artigo 855-B, que retirou a participação das entidades sindicais na homologação de acordos extrajudiciais. A ação foi protocolada em 2019 e está sob a relatoria do Ministro Edson Fachin, porém, até a conclusão dessa pesquisa ainda não havia sido discutido o seu mérito.

O dinamismo é inerente às relações sociais e econômicas no sistema capitalista, que está em constante modificação e aperfeiçoamento de suas técnicas de produzir e de explorar. Trata-se de um modelo em constante disputa, razão pela qual tanto a legislação trabalhista é imperfeita e incompleta, eis que é produto das lutas e das dinâmicas sociais também imperfeitas que modelam esse sistema, como porque os modos de viver as relações de produção e a sua regulação se modificam dialeticamente. Inevitavelmente há mais conflitos que consensos, mas é preciso o diálogo, como aponta Renata Dutra (2021, p. 111):

> [...] há também uma necessidade de ajustes, diálogos e negociações constante sobre como trabalhar, sobre como regular o trabalho e, por consequência, sobre como viver. Nessas reformulações constantes e

> necessárias, é inerente às estruturas de classe que patrões e empregados tenham agendas e objetivos diferentes. A pauta de reivindicação dos trabalhadores, ao se colocarem politicamente nesse diálogo, é o ponto de partida para a realização dos ajustes possíveis. Quando os trabalhadores não o fazem, não estão concordando com a estrutura produtiva e regulatória do início do contrato de cada um, mas entregando nas mãos do empregador as possibilidades de modificar e desbalancear ainda mais aquela estrutura, que certamente já refletia as insuficiências e imperfeições do nosso sistema jurídico (DUTRA, 2021, p. 111).

Em um modelo de sociedade em que alguns conflitos centrais são insanáveis, porque estruturantes, há uma demanda permanente por mecanismos democráticos que permitam que os conflitos sejam vistos, pensados e enfrentados, por meio do diálogo (DUTRA, 2021).

Contudo, nem todos estão presentes na “mesa de negociações”. As entidades sindicais enfrentam uma crise de representatividade a qual pode ser explicada a partir de dois prismas: um da participação e outro da representação (MALCHER, 2018). Na última década houve uma constante queda das taxas de sindicalização dos trabalhadores. Em 2023, apenas 8,4% dos 100,7 milhões de ocupados eram associados a sindicato, o equivalente a 8,4 milhões de pessoas. O número representa uma queda de 7,8%, ou de 713 mil pessoas, em relação ao ano anterior, quando havia 9,1 milhões de ocupados sindicalizados (9,2% do total), e chegou novamente ao menor patamar da série histórica, iniciada em 2012 (16,1%) (IBGE, 2024c). Essa ausência de participação advém, especialmente, da ineficiente representatividade exercida pelos sindicatos. Em função da ausência de uma representatividade sindical eloquente, a legitimidade enfraquece.

Além da falta de reconhecimento e representatividade, muitos trabalhadores não são representados pelo sistema sindical em razão de não serem– ou não se sentirem mais como – “empregados”. Assiste-se ao processo de desmanche do padrão de proteção sindical. Trata-se, pois, da incorporação do primado neoliberal como razão de Estado, como aponta Dardot e Laval (2019), como razão de mundo, espraiado pela governança global através da globalização. A gerência da vida em sociedade aos poucos está se afastando do fundamento da solidariedade, incorporando o individualismo como fundamento de sociabilidade. Essa nova forma de razão de mundo, ou razão neoliberal, como apontam os autores, nega a solidariedade social e promove o individualismo como princípio de arreigamentação social (DARDOT; LAVAL, 2019).

Nesse contexto de crescente desproteção das relações de trabalho e individualização da vida, o sindicato – e as relações de emprego – perdem força. Afinal, para que a representação coletiva de um sindicato se agora eu sou “empresário de mim mesmo”?

2.4 “GUERRILHAS INSTITUCIONAIS”? CRÍTICAS DO STF À ATUAÇÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO (ADPF 501)

Em agosto de 2022, o Ministro Alexandre de Moraes, relator da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) de nº. 501, afirmou em seu voto que “os poderes de Estado devem atuar de maneira harmônica, privilegiando a cooperação e a lealdade institucional e afastando as práticas de guerrilhas institucionais”. Isso porque alguns poderes “acabam minando a coesão governamental e a confiança popular na condução dos negócios públicos pelos agentes públicos” (BRASIL, 2022c). Apesar da decisão tratar sobre o pagamento das férias aos empregados, o Ministro deixou evidente o embate com a Justiça do Trabalho ao criticar a atuação da Justiça especializada ao criar obrigações e sanções não previstas na Lei.

A ADPF nº. 501 foi ajuizada no ano de 2017 pelo Estado de Santa Catarina. A alegação era de que a súmula nº 450 do TST maculava os preceitos fundamentais consubstanciados no princípio da separação dos poderes e no princípio da legalidade, violando normas da Constituição. A citada súmula remete ao art. 134 da CLT, a qual estipula a obrigatoriedade de as férias serem concedidas nos 12 (doze) meses subsequentes ao período aquisitivo. Se o gozo ultrapassar esse termo final, o art. 137 da CLT impõe uma sanção: o pagamento em dobro da remuneração das férias do empregado.

A penalidade do pagamento em dobro era imposta ao empregador também em caso de descumprimento do art. 145 da CLT, o qual determina o pagamento da remuneração das férias até dois dias antes do período do benefício. Ocorre que não há uma sanção específica para o descumprimento dessa última obrigação. Apesar disso, a jurisprudência do TST, em entendimento sintetizado na súmula 450, entendia que o descumprimento do prazo para o pagamento deveria atrair também a sanção relativa ao não gozo no período concessivo. O fundamento se baseava na noção de que a concessão das férias envolveria um feixe de obrigações, ou seja, seria uma

obrigação complexa, dentre as quais a concessão da disponibilidade financeira prévia ao trabalhador.

O Plenário do STF, em agosto de 2022, declarou por maioria de votos a inconstitucionalidade dessa súmula 450 do TST, sob o argumento de lesão ao princípio da legalidade e da separação dos poderes, julgando procedente a ADPF:

Quadro 11: ADPF 501 (Amostra nº 36)

ADPF 501	
Data do julgamento:	08/08/2022
Data de publicação do julgamento:	18/08/2022
Relator(a):	ALEXANDRE DE MORAES
Ementa:	ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. CONSTITUCIONAL E TRABALHISTA. SÚMULA 450 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO DE FÉRIAS EM DOBRO QUANDO ULTRAPASSADO O PRAZO DO ART. 145 DA CLT. IMPOSSIBILIDADE DE O PODER JUDICIÁRIO ATUAR COMO LEGISLADOR POSITIVO. AUSÊNCIA DE LACUNA. INTERPRETAÇÃO RESTRITIVA DE NORMA SANCIONADORA. OFENSA À SEPARAÇÃO DE PODERES E AO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. PROCEDÊNCIA. 1. Os poderes de Estado devem atuar de maneira harmônica, privilegiando a cooperação e a lealdade institucional e afastando as práticas de guerrilhas institucionais, que acabam minando a coesão governamental e a confiança popular na condução dos negócios públicos pelos agentes públicos. Precedentes. 2. Impossibilidade de atuação do Poder Judiciário como legislador positivo, de modo a ampliar o âmbito de incidência de sanção prevista no art. 137 da CLT para alcançar situação diversa, já sancionada por outra norma. 3. Ausência de lacuna justificadora da construção jurisprudencial analógica. Necessidade de interpretação restritiva de normas sancionadoras. Proibição da criação de obrigações não previstas em Lei por súmulas e outros enunciados jurisprudenciais editados pelo Tribunal Superior do Trabalho e pelos Tribunais Regionais do Trabalho (CLT, art. 8º, § 2º). 4. Arguição julgada procedente.

Elaborado pelo autor, com base na pesquisa ao STF.

Em seu voto pela procedência do pedido, o relator afirmou que a jurisprudência que subsidiou o enunciado acabou por penalizar, por analogia, o empregador pela inadimplência de uma obrigação (pagar as férias) com a sanção prevista para o descumprimento de outra obrigação (conceder as férias). Para Alexandre de Moraes, o propósito de proteger o trabalhador não pode se sobrepor a ponto de originar sanções não previstas na legislação vigente, em razão da impossibilidade de o Judiciário atuar como legislador. “Em respeito à Constituição Federal, os Tribunais não podem, mesmo a pretexto de concretizar o direito às férias do trabalhador, transmudar os preceitos sancionadores da CLT, dilatando a

penalidade prevista em determinada hipótese de cabimento para situação que lhe é estranha" (BRASIL, 2022c).

Primeiro a divergir, o Ministro Edson Fachin votou pela improcedência do pedido. Para ele, o enunciado deriva da interpretação de que a efetiva e concreta proteção do direito constitucional de férias depende da sua remuneração a tempo, e seu inadimplemento deve implicar a mesma consequência jurídica do descumprimento da obrigação de concessão do descanso no período oportuno. A seu ver, o TST formulou seu entendimento à luz da CLT, adotando interpretação possível dentre mais de uma hipótese de compreensão sobre a matéria. Seguiram essa posição, vencida, as ministras Carmen Lúcia e Rosa Weber e o Ministro Ricardo Lewandowski.

A decisão da ADPF nº. 501 vai além da matéria sobre férias e sobre a inconstitucionalidade da súmula nº. 450 do TST. Isso porque o fundamento determinante para a decisão tomada pelo STF consiste no reconhecimento da inconstitucionalidade de decisões judiciais que criam obrigações e sanções não previstas na Lei, por afronta à separação dos poderes e ao princípio da legalidade. Consequentemente, outras duas súmulas do TST também foram superaras pelo mesmo precedente vinculante: a súmula nº. 291, que reconhece o direito à indenização em caso de supressão de horas extras habituais; e a súmula nº. 372, a qual estabelece que, se recebida a gratificação de função por mais de dez anos, o empregador não pode retirá-la com base no princípio da estabilidade financeira.

Não existe norma legal em nosso ordenamento jurídico prevendo a sanção ou a indenização estabelecida na súmula nº. 291 do TST para supressão das horas extras habituais. Há diversas normas que preceituam limites à jornada de trabalho e impõe aos empregadores o dever de garantir condições de saúde aos trabalhadores, tais como o art. 7º, VIII e XXIII, da CF e arts. 58 e 157 da CLT. À luz da decisão da ADPF nº. 501, com fundamento na legalidade e na separação dos poderes, não se justifica a imposição de sanção ao empregador sem previsão legal, especialmente porque a supressão de horas constitui-se como verdadeiro exercício regular do direito pelo empregador, em cumprimento do seu dever legal de promover a saúde dos trabalhadores.

Em relação à súmula nº. 372 do TST, sabe-se que a Reforma Trabalhista de 2017 (Lei 13.467/17) incluiu o parágrafo segundo no art. 468 da CLT e afastou explicitamente o direito à incorporação da gratificação de função. Porém, em razão do

teor da súmula nº. 372, há entendimento jurisprudencial admitindo que, se completados dez anos antes da entrada em vigor da Reforma, o empregado tem direito adquirido à incorporação da gratificação. Entretanto, não existe norma legal garantindo a manutenção da gratificação, mesmo antes da mudança na legislação. Assim, em consonância com a ADPF nº. 501, a súmula também foi superada, inclusive quanto ao período pretérito à Reforma Trabalhista, visto que inexistia norma legal conferindo tal obrigação ao empregador, de sorte que à luz do precedente vinculante referido, a imposição do dever de pagar a gratificação de função contraria o princípio da legalidade e da tripartição dos poderes.

Em agosto de 2023, um ano após o julgamento da ADPF nº 501, o Ministro Alexandre de Moraes acompanhou o voto do relator da ADI 6188, Ministro Ricardo Lewandowski, e, com fundamento no princípio da separação dos poderes e na autonomia dos tribunais assegurada pela Constituição Federal, invalidou mudanças da Reforma Trabalhista de 2017 que aumentavam exigência para edição de súmulas. A maioria do STF afastou a exigência do quórum de 2/3 para que os Tribunais do Trabalho aprovassem ou revisassem súmulas ou enunciados de jurisprudência e estabeleciam regras procedimentais e balizas para sua uniformização jurisprudencial.

Para o relator da ADI 6188, Ministro Lewandowski, a edição de enunciados de súmulas deve ser regulada pelos regimentos internos dos tribunais, e o Poder Legislativo não pode, por iniciativa própria, estabelecer restrições à atuação dos Tribunais Regionais do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho. Acompanharam o relator as ministras Rosa Weber (presidente) e Cármen Lúcia e os Ministros Edson Fachin, Alexandre de Moraes e Nunes Marques. Por outro lado, a divergência, vencida, foi aberta pelo Ministro Gilmar Mendes, para quem a regra não é abusiva e atenderia à necessidade de conferir estabilidade às decisões e segurança jurídica no âmbito do processo do trabalho. Se filiaram a essa corrente os Ministros Dias Toffoli, Luiz Fux, Luís Roberto Barroso e André Mendonça.

Nos dois julgamentos, na ADPF nº 501 e na ADI 6188, o STF fundamentou os posicionamentos a partir do princípio da separação dos poderes e da autonomia dos tribunais. No primeiro, reconheceu a inconstitucionalidade de decisões judiciais que criam obrigações e sanções não previstas na Lei. Já na ADI 6188, o Supremo apontou que a edição de enunciados de súmulas deve ser regulada pelos regimentos internos dos tribunais, e que o Poder Legislativo não poderia, por iniciativa própria, estabelecer restrições à atuação da Justiça do Trabalho, pois a Constituição assegura

o princípio da separação dos poderes e autonomia dos tribunais. Discutiu-se, em ambos os julgamentos, a atuação da Justiça do Trabalho.

Para o STF, a Justiça do Trabalho não pode formar uma “guerrilha institucional” e criar obrigações e sanções não previstas na Lei, nada obstante seja imprescindível a concretização dos direitos sociais previstos na Constituição Federal, como apontado na decisão da ADPF nº 501. Por outro lado, o Poder Legislativo não pode restringir a atuação dos Tribunais Trabalhistas de editar súmulas. Como pano de fundo está a atuação e competência da Justiça do Trabalho.

Os ataques à Justiça do Trabalho não são novidades. É provável que as críticas à Instituição tenham iniciado ainda antes de sua implementação. Também é possível que em outros momentos da história esses ataques também tenham se acentuado. Em 28 de novembro de 1997, por exemplo, o então presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães, não apenas pregou o fim da Justiça do Trabalho, como ainda, em bravata, disse para mandar os processos para ele que tudo seria resolvido (CONJUR, 2023b). Ocorre que desde a Reforma Trabalhista de 2017 os ataques se intensificaram pelas “mãos” dos Ministros do STF.

As lutas simbólicas ficam evidentes no nos votos das decisões analisadas. Na ADPF nº. 501, o relator, Ministro Alexandre de Moraes, manifestou em seu voto o seu posicionamento crítico à atuação da Justiça do Trabalho:

> Como recorrentemente destaco, apesar de independentes, os poderes de Estado devem atuar de maneira harmônica, privilegiando a cooperação e a lealdade institucional e afastando as práticas de “guerrilhas institucionais”, que acabam minando a coesão governamental e a confiança popular na condução dos negócios públicos pelos agentes políticos. [...]
> Tendo por parâmetros hermenêuticos esses núcleos axiológicos extraídos da Constituição Federal – separação de poderes e sistema de freios e contrapesos –, conclui-se que, nada obstante seja imprescindível a concretização dos direitos sociais previstos na Constituição Federal, o propósito de proteger o trabalhador não pode exponenciar-se a ponto de originar sanções jurídicas não previstas na legislação vigente, ante a impossibilidade de o Judiciário atuar como legislador positivo (BRASIL, 2022c).

Desde a Reforma Trabalhista de 2017, alguns Ministros do STF têm acentuado os ataques à Justiça do Trabalho. Na ADPF 324, quando foi analisada a licitude da terceirização e a súmula 331 do TST, assim como na ADI 3961, quando se discutiu sobre os transportadores de carga autônomos, Ministros criticaram o funcionamento da Justiça do Trabalho. Na ADPF 324, ao anunciar seu voto, o Ministro Luiz Fux criticou a intervenção da Justiça do Trabalho, pois “inviabiliza a forma de

organização empresarial, afetando liberdade jurídica, liberdade de contratação, livre iniciativa e o próprio princípio da legalidade".

A litigiosidade da Justiça do Trabalho brasileira é frequentemente utilizada como justificativa para a mudança na competência ou até extinção da Instituição. Em 20 de outubro de 2021, quando se discutiu a restrição da gratuidade de justiça na Justiça do Trabalho através da ADI 5766, o Ministro Luiz Fux alegou que faria uma análise econômica do litígio, repetiu argumentos do relatório do Deputado Rogério Marinho e entendeu que deve ser feita análise de custo, risco e benefício para o trabalhador ajuizar uma ação, que muitas vezes pode ser "frívola". O relator, Ministro Luís Barroso, apresentou informações e dados que já foram refutados por pesquisadores (FILGUEIRAS, 2021):

> Nós estamos tratando de uma Lei que foi a Lei da Reforma Trabalhista e um capítulo específico com tópicos processuais, na verdade, discutindo quem paga a conta em determinadas situações.
> A intenção do legislador, inequívoca intenção do legislador foi a de enfrentar um problema que é a sobre utilização do Judiciário de uma maneira geral; da litigiosidade excessiva, de uma maneira geral, e, particularmente, na Justiça do Trabalho, que, de acordo com o "Justiça Em Números", do Conselho Nacional de Justiça, em volume já assinado pela Presidente Cármen Lúcia, concluiu que a Justiça do Trabalho, em 2015, finalizou o exercício com 5 milhões de processos em tramitação, tendo sido ajuizados, somente em 2015, 4 milhões de ações trabalhistas.
> Segundo o relatório elaborado pelo Deputado Rogério Marinho, Relator da Reforma Trabalhista na Câmara dos Deputados, nos Estados Unidos, são 200 mil ações trabalhistas e, na França, 75 mil nesse mesmo período. Ainda no relatório, consta uma passagem do respeitado Professor José Márcio Camargo, em que ele declarou que a judicialização excessivamente ampla das relações do trabalho no Brasil trouxe como consequência a circunstância de que o custo do trabalho somente é conhecido depois do término do contrato de trabalho; na verdade, só é conhecido depois do término da reclamação trabalhista que invariavelmente se segue ao contrato de trabalho.
> Portanto, não é como em toda parte do mundo, em que você avalia custo e risco no momento em que você contrata. Aqui você só consegue saber o custo da relação de trabalho alguns anos depois que ela acaba, quando se dá o desfecho da reclamação trabalhista.
> Mas essa lógica equivocada e perversa da litigiosidade excessiva e da judicialização compulsiva traz uma consequência ainda pior: É que muitas vezes, como o litígio é inexorável, o empregador já não cumpre mesmo a sua obrigação. Ele fica esperando a reclamação trabalhista e aí, então, ele resolve em juízo, às vezes anos depois, ou às vezes por acordo em que ele fica com uma fatia a mais daquilo que ele deveria ter honrado desde a primeira hora.
> Portanto, essa judicialização exacerbada, essa litigiosidade excessiva das relações de trabalho, prejudica o mercado de trabalho, os trabalhadores e os empreendedores corretos e honestos (BRASIL, 2021b).

As críticas dos Ministros à Justiça do Trabalho não se restringem às exposições de seus votos e análises concretas de julgamentos. O protagonismo

crescente do STF, exposto no item 1.5 (“Um caso especial: o Supremo Tribunal Federal”), coincide com a crescente exposição midiática dos seus Ministros, como veremos mais adiante no capítulo 4.1 (“As atuações (in)discretas dos árbitros”). Há uma atuação pública extraoficial, ou seja, seus posicionamentos são revelados por meio de entrevistas, publicações e exposições informais.

As trocas de farpas repercutem na mídia tradicional, onde frequentemente há uma promoção das críticas à Justiça do Trabalho. No dia 13 de agosto de 2023, a Folha de São Paulo publicou uma reportagem intitulada "Justiça do Trabalho ignora STF, e Ministros veem afronta à Corte" (FOLHA DE S. PAULO, 2024). O texto afirmou que juízes do Trabalho "defendem a carteira assinada", enquanto Ministros do Supremo "derrubam decisões nos temas da terceirização, pejotização e uberização", e que tais Ministros estariam "enfezados" com a Justiça do Trabalho. Afirmou-se, ainda, que a Justiça do Trabalho estaria a "ignorar precedentes da corte de cumprimento obrigatório em casos que envolvem médicos, advogados, corretores de imóveis, além de franqueados e motoristas de aplicativo" (FOLHA DE S. PAULO, 2024).

Segundo a publicação da Folha de São Paulo (FOLHA DE S. PAULO, 2024), o Ministro Gilmar Mendes teria acusado o TST de colocar "sérios entraves a opções políticas chanceladas pelo Executivo e pelo Legislativo". Segundo o Ministro, "a insegurança jurídica e o embate institucional entre um tribunal superior e o poder político levam a resultados que não contribuem em nada para os avanços econômicos e sociais". Conforme a reportagem, Barroso também teria chamado a atenção "para o desrespeito ao STF, em reclamação contra o TST em caso que envolveria “a relação entre uma advogada autônoma e um escritório" (FOLHA DE S. PAULO, 2024).

Segundo o texto jornalístico, o Ministro teria dito que "a decisão reclamada ofendeu o decidido nos paradigmas invocados nos quais se reconheceu a licitude de outras formas de organização da produção e de pactuação da força de trabalho". A reportagem diz ainda que "sentenças de juízes, desembargadores e integrantes do TST têm sido consideradas ultrapassadas e afrontosas", e que a "posição reiterada da corte [Supremo] seria no sentido da permissão constitucional de formas alternativas da relação de emprego" (FOLHA DE S. PAULO, 2024).

Ao contrário do que acusa a reportagem da Folha de São Paulo, a Justiça do Trabalho não ignora o STF. A Justiça especializada aplica o Direito do Trabalho, observando-se a Constituição, a legislação trabalhista e os tratados internacionais,

em atenção às provas dos autos, que, no processo e no Direito do Trabalho, possuem um peso importante. O que ocorre, com frequência, é o descumprimento da Constituição, das regras da teoria processual, e o Processo do Trabalho, mormente, no que concerne ao artigo 114, que arrola a competência da Justiça do Trabalho.

Há mais de 20 anos a Justiça do Trabalho deixou de julgar apenas os vínculos de emprego; desde então, se é relação de trabalho, e não de consumo, a competência é da Justiça do Trabalho, não importando se será aplicada ao mérito a CLT, Lei específica ou o Código Civil. Apenas a Lei pode ressalvar a competência da Justiça Comum, com previsão expressa, por autorização da própria Constituição (artigo 114, IX). Assim, não existe categoria imune à Justiça do Trabalho. Não se faz analogia em cadeia, entendendo-se, por exemplo, que como o representante comercial é um trabalhador autônomo, cuja relação jurídica é analisada pela Justiça estadual (e isto é previsto pela Lei apenas em tese), todos os demais trabalhos autônomos também precisam ser analisados naquela Justiça Comum.

Não há previsão legal para concluir que determinada profissão não tenha vínculo de emprego reconhecido, pois é necessário discutir e analisar as situações fáticas dos casos concretos à luz da produção probatória. Qualquer precedente só poderá ser construído na teoria, não existe precedente que "adivinhe" as particularidades do caso concreto. O que o STF pode fazer em seus precedentes ou súmulas é apenas fixar teses – em abstrato. É dizer: a relação jurídica de trabalho tal ou qual, em tese, não se amolda aos caracteres da relação de emprego, a não ser que os elementos da relação de emprego estejam presentes no caso concreto, à vista dos fatos e provas revelados na lide (CONJUR, 2023a). Contudo, não é esse o posicionamento adotado recentemente pelo Supremo.

> Veja-se que há uma série de erros de entendimento do direito, a maioria básicos, que culminaram com uma temerária jurisprudência a violar a Constituição e tendente a prestigiar a precarização do trabalho. O Supremo hoje é um tribunal que causa receio à comunidade juslaboral quando surge expectativa de julgamento de uma questão trabalhista. É um tribunal cujos Ministros não refletem sobre o campo trabalhista, suas implicações sociais, e que mandam, sem cerimônia, suspender milhares de execuções em favor de pessoas que trabalharam, não receberam e não têm como prover seu sustento, ou determinam remessa de matéria trabalhista a uma justiça incompetente, em decisão monocrática, em detrimento de acórdãos (decisões colegiadas) dos tribunais regionais do trabalho, à escusa da aplicação de precedentes imaginários, ignorando o acervo probatório presente nas ações trabalhistas. Inventou-se a neoliberal e criativa "reclamação constitucional contra matéria probatória trabalhista" (CONJUR, 2023a).

Seja através de reclamações constitucionais, ADI´s ou ADPF´s, o STF vem revertendo decisões dos Tribunais trabalhistas que, após analisarem os fatos e provas, concederam vínculos de emprego. Assim, como apontam os resultados da pesquisa, a Justiça do Trabalho está se tornando incompetente para julgar as demandas judiciais de diversas categorias, como dentistas, advogados, corretores de imóveis, técnicos de enfermagem, entregadores e transportadores, técnicos de manutenção, médicos, entre outras. Ao entender lícita outras formas de organização, como em muitas decisões sobre terceirização e pejotização, que afastam da Justiça do Trabalho a competência para julgar as relações de emprego, o próprio STF adota o que o Ministro Alexandre de Moraes, nos autos da ADPF nº. 501, apontou como prática de “guerrilha institucional”.

2.5 A LEI DO EX? TRABALHADORES QUE DEIXARAM DE SER EMPREGADOS

No início desse século, a Justiça do Trabalho, ameaçada de extinção, saiu-se fortalecida com a Emenda Constitucional nº. 45. Como exposto no subcapítulo anterior, a Emenda, também conhecida como Reforma do Judiciário, alterou o artigo nº. 114 da Constituição Federal e ampliou a competência da Justiça do Trabalho para julgar conflitos decorrentes de outras hipóteses envolvendo relação de trabalho. Além de empregados típicos, sua competência passou a abranger servidores públicos estatutários, representação comercial, previdência complementar, entre outras hipóteses. Desde então, essa nova competência passou a se encolher.

Por meio de sucessivas decisões do Supremo Tribunal Federal, a Justiça Federal passou a ser competente para julgar matéria envolvendo servidores públicos federais estatuários, e à Justiça Comum, conflitos envolvendo servidores públicos estaduais ou municipais, planos de complementação de aposentadoria, representação comercial, motoristas autônomos em face de empresas transportadoras, franqueados, corretores e pessoas jurídicas unipessoais, apenas para exemplificar. Observa-se uma tendência de ampliação das matérias em que é afastada a competência da Justiça do Trabalho, sob o fundamento de que a Constituição não exclui a possibilidade de outros tipos de relações de trabalho.

Desde a Reforma Trabalhista de 2017, como apontado nesse capítulo, o STF vem decidindo sobre matérias importantes para o alcance do Direito do Trabalho e da Justiça do Trabalho. O Supremo declarou, por exemplo, a constitucionalidade da

terceirização irrestrita, permitindo que empresas contratem serviços terceirizados em qualquer atividade, seja meio ou fim. Também reconheceu a prevalência do negociado sobre o legislado, ou seja, acordos ou convenções coletivas de trabalho podem estipular limitações ou afastamentos de direitos trabalhistas, desde que respeitados os direitos absolutamente indisponíveis.

O STF também formou maioria para declarar a constitucionalidade da contribuição sindical assistencial, que deve ser paga por todos os empregados da categoria, incluindo os não sindicalizados, desde que assegurado o direito de oposição dos trabalhadores. Ainda, validou a jornada 12 x 36, afastou a ultratividade das normas coletivas, regulamentou as demissões em massa, exigindo apenas a participação do sindicato como "mera intervenção", sem necessidade de autorização ou acordo coletivo. Todos esses julgamentos repercutem direta ou indiretamente nas relações de trabalho e emprego.

Há, também, outras decisões que aparentemente afetam diretamente determinadas categorias, mas, na verdade, revelam o caminho decisório do STF e as perspectivas de alcance do Direito do Trabalho. Motoristas profissionais e por aplicativo, profissionais parceiros em salão de beleza, representantes comerciais, advogados e outros profissionais liberais, são apenas algumas categorias de trabalhadores que foram impactadas por recentes decisões do STF.

2.5.1 Motoristas e transportadores sem rumo.

A controvérsia relativa à competência da Justiça do Trabalho para processar e julgar as ações em que, de um lado, são parte os transportadores autônomos de carga (TAC) e, de outro lado, figuram as empresas contratantes, tem origem na Lei nº 11.442, de 2007. Na decisão da Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) nº 48, que discutiu a constitucionalidade da Lei, constou:

> 3. A ADC foi proposta pela Confederação Nacional dos Transportes – CNT. Afirma-se na ação que, a despeito do teor expresso da Lei 11.442/2007, decisões da Justiça do Trabalho estariam negando aplicação à norma, ao fundamento de caracterizar terceirização ilícita de atividade-fim. Tais decisões sustentam que: (i) o legislador ordinário não poderia predefinir uma relação como autônoma, sem considerar, em concreto, a existência (ou não) de vínculo de subordinação, sob pena de violação do valor social do trabalho (CF/88, art. 1º, IV) e da proteção ao emprego (CF/88, art. 7º); (ii) a terceirização de atividade-fim é ilícita, à luz da Súmula 331 do TST; e (iii) verificados os requisitos caracterizadores da relação de emprego, nos termos

> da CLT (arts. 2º e 3º), é imperioso o reconhecimento do vínculo empregatício.
> 4. A requerente explica que a Lei prevê duas figuras no transporte de cargas: (i) a Empresa de Transporte Rodoviário de Cargas (ETC), pessoa jurídica, cuja atividade principal é o transporte rodoviário de cargas; e (ii) o Transportador Autônomo de Cargas (TAC), pessoa física, cuja atividade profissional é o transporte rodoviário de cargas. As duas figuras dependem de prévia inscrição no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas (RNTR-C) da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), além do cumprimento dos requisitos previstos nos §§ 1º e 2º do artigo 2º da Lei 11.442/2007.
> 5. O Transportador Autônomo de Carga não se confunde com o motorista empregado. O TAC é proprietário ou arrendatário de veículo de carga, registrasse voluntariamente como tal, assume os riscos da sua atividade profissional e é destinatário de uma determinada remuneração. O motorista-empregado, a seu turno, dirige o veículo do empregador, não tem registro como TAC, não assume o risco da sua atividade e, por isso, percebe remuneração inferior. Ainda segundo o postulante, a Lei autoriza que os TACs sejam contratados tanto por empresa que deseje transportar os bens que produz, quanto pelas próprias Empresas de Transporte Rodoviário de Cargas (ETCs). O mercado de transporte de cargas convive, portanto, com as três figuras: (i) a Empresa de Transporte de Cargas (ETC); (ii) o Transportador Autônomo de Carga (TAC); e (iii) o motorista-empregado.
> 6. A requerente argumenta que as decisões da Justiça do Trabalho que negam a possibilidade de as ETCs terceirizarem a sua atividade-fim violam a livre iniciativa e a liberdade do exercício profissional, cuja regulamentação pelo legislador ordinário não dependeria de filtragem da Lei à luz da CLT. E afirma que, em verdade, o que se tem feito, no âmbito trabalhista, é negar sistematicamente aplicação à Lei 11.442/2007, sem o reconhecimento expresso de sua inconstitucionalidade, porque a Justiça do Trabalho não estaria de acordo com a escolha feita pelo legislador (BRASIL, 2020a).

O julgamento da ADC nº 48, realizado em 15 de abril de 2020, ocorreu em conjunto com a Ação Declaratória de Inconstitucionalidade (ADI) nº 3961, promovida pela ANAMATRA, onde se requereu a declaração de inconstitucionalidade do artigo 5º, caput e então parágrafo único, e artigo 18, ambos da Lei nº 11.442/2007. Ao analisar em conjunto ambas as ações, o Relator, Ministro Luís Roberto Barroso, afirmou:

> 16. Nessa linha, no que respeita à compatibilidade entre a terceirização e as normas constitucionais, deve-se lembrar que a Constituição de 1988 consagra a livre iniciativa e a livre concorrência como valores fundantes da ordem econômica (CF/1988, art. 1º c/c art. 170, caput e inc. IV). De acordo com tais princípios, compete aos particulares a decisão sobre o objeto de suas empresas, sobre a forma de estruturá-las e sobre a estratégia para torná-las mais competitivas, desde que obviamente não se violem direitos de terceiros. Não há na Constituição norma que imponha a adoção de um único modelo de produção e que obrigue os agentes econômicos a concentrar todas as atividades necessárias à consecução de seu negócio ou a executá-las diretamente por seus empregados.
> 17. A Lei nº 11.442/2007, por sua vez, previu as figuras da empresa de transporte rodoviário de cargas (ETC) e do transportador autônomo de cargas (TAC). E estabeleceu que o TAC pode ser contratado diretamente pelo proprietário da carga ou pela ETC. A norma autorizou, portanto, de forma expressa, que a empresa transportadora de cargas terceirizasse a sua

> atividade-fim, por meio da contratação do transportador autônomo.
> 18. A decisão sobre a forma de estruturar e contratar o transporte de cargas está inserida na estratégia empresarial da ETC. A ETC pode entender, por exemplo, que seu diferencial está na gestão do serviço de transporte, e não na sua execução direta propriamente. Nesse caso, poderá concentrar esforços na gestão da atividade e subcontratar a sua execução. Pode decidir executar o transporte em algumas regiões e optar por subcontratar o transporte para outras. Pode, ainda, valer-se da contratação do TAC em períodos de pico de demanda, em que não disponha de motoristas em número suficiente.
> 19. Do mesmo modo, o proprietário de carga, que opte por gerenciar a distribuição dos seus produtos, pode valer-se de motoristas empregados para distribuí-los. Pode executar parte do transporte e terceirizar parte. Pode concluir que é mais eficiente terceirizar integralmente a atividade de transporte. Trata-se, igualmente, de estratégia empresarial do proprietário da carga.
> 20. Note-se, ademais, que as categorias previstas na Lei nº 11.442/2007 convivem com a figura do motorista profissional empregado, prevista no art. 235-A e seguintes da CLT [24]. O TAC constitui apenas uma alternativa de estruturação do transporte de cargas. Não substitui ou frauda o contrato de emprego.
> 21. É válido observar, igualmente, que as normas constitucionais de proteção ao trabalho não impõem que toda e qualquer relação entre o contratante de um serviço e o seu prestador seja protegida por meio da relação de emprego. Há alguma margem de conformação para o legislador ordinário. Não bastasse isso, ainda que se utilizassem os parâmetros da própria Consolidação das Leis do Trabalho, o transportador autônomo de carga não se configuraria como empregado. [...]
> 23. Por fim, é importante ter em conta, ainda, que a Lei 13.467/2017 (Lei da Reforma Trabalhista) autorizou expressamente a terceirização da atividade principal da empresa (art. 4º), na mesma linha do que já havia feito a norma objeto desta ação. Desse modo, tudo indica que a norma em exame é não apenas constitucional, mas compatível com o sentido em que o ordenamento infraconstitucional parece avançar. Na mesma linha, o Supremo Tribunal Federal proferiu decisão, nos autos da ADPF 324, reconhecendo a compatibilidade da terceirização de toda e qualquer atividade – inclusive da atividade-fim – com a Constituição. [...]
> 25. Por fim, é de se notar que nem mesmo pelos critérios da Consolidação das Leis do Trabalho seria possível configurar a contratação do transporte autônomo de carga como relação de emprego, diante da ausência dos requisitos da pessoalidade, da subordinação e/ou da não eventualidade. Por todo exposto, entendo que, **uma vez preenchidos os requisitos dispostos na Lei nº 11.442/2007, estará configurada a relação comercial de natureza civil e afastada a configuração de vínculo trabalhista. Entendimento contrário é justamente o que tem permitido que, na prática, se negue sistematicamente aplicação à norma em exame, esvaziando-lhe o preceito**. Portanto, o regime jurídico que se presta como paradigma para o exame da natureza do vínculo é aquele previsto na Lei nº 11.442/2007 (BRASIL, 2020a).

Ao divergir do voto do relator, o Ministro Edson Fachin apresentou uma reflexão acerca da necessidade de se verificar, no caso concreto, os requisitos caracterizadores da relação de emprego:

> Em síntese, o debate é sobre a compatibilidade de norma jurídica que estabelece, de forma abstrata e geral, que os contratos de transporte de cargas são sempre de natureza comercial, vedando, por força de expressa

> disposição legal, a caracterização da relação de emprego. A referida norma também estabelece regras de competência jurisdicional e de prescrição decorrentes da compulsória natureza comercial do vínculo estabelecido em tais relações.
> Importante aqui dar destaque ao texto literal da norma que se está a analisar: "As relações decorrentes do contrato de transporte de cargas de que trata o art. 4º desta Lei são sempre de natureza comercial, não ensejando, em nenhuma hipótese, a caracterização de vínculo de emprego."(art. 5º, caput, da Lei nº 11.442/2007).
> Da Leitura do texto normativo é possível extrair-se comando legislativo inequívoco o qual confere às relações que se estabelecem no contexto por ela regulado uma vedação expressa de que se reconheçam vínculos empregatícios e direitos consectários dessa relação.
> Sendo assim, a questão constitucional em debate deve ser solucionada tendo como vetor hermenêutico o princípio da primazia da realidade, ou seja, a compreensão de que todas as partes de uma relação contratual devem agir com boa fé, em direção à confiança recíproca e igualdade substancial, no que tange aos seus direitos e deveres nessa relação. Em última análise, o princípio da primazia da realidade impõe compromisso e vontade de respeitar a Constituição e, mais especificamente, os direitos fundamentais por ela reconhecidos.
> Isso porque, uma vez verificada a presença dos elementos caracterizadores da relação de emprego impõe-se, em face do princípio da primazia da realidade e da força normativa e vinculante da Constituição, a declaração de inconstitucionalidade da norma legal ora em debate, por afronta ao regime estabelecido pelo artigo 7º da Constituição da República.
> Explico com mais clareza: a regulamentação infraconstitucional não pode, de forma apriorística e generalizada, impor natureza comercial ao vínculo decorrente do contrato de transporte rodoviário de cargas, excluindo, aprioristicamente, o regime de direitos fundamentais sociais trabalhistas preconizado pelo art. 7º da Constituição da República, se, nessa relação, estiverem presentes os elementos caracterizadores da relação de emprego (BRASIL, 2020a).

Após a divergência, o Ministro Relator, Luís Roberto Barroso, retomou a palavra para responder ao Ministro Fachin:

> O Ministro Fachin e eu não temos uma divergência de substância, porque a Lei trata do transportador autônomo de carga. O transportador autônomo de carga é aquele que é o proprietário do caminhão, ou coproprietário, ou, na pior das hipóteses, arrendatário que presta o serviço por conta própria. É diferente do transportador de carga empregado, que dirige o caminhão do dono da carga.
> Neste caso, acho que o vínculo é trabalhista.
> Sendo assim, se estiverem presentes os elementos do vínculo trabalhista, não incide a Lei. Mas a Lei claramente define o que é transportador autônomo: é aquele que é dono do seu negócio. Aí, ele pode prestar serviços ou a um mesmo dono de cargas sempre, ou pode variar e prestar aleatoriamente esse serviço.
> Mas há uma diferença entre quem é dono do seu caminhão e aquele que é empregado que dirige o caminhão do outro.
> Logo, se a hipótese que se puser concretamente for a de alguém que esteja trabalhando como empregado, eu concordo com o Ministro Fachin. Mas, se esta for a hipótese, não incide a Lei. A hipótese que está prevista na Lei eu considero que é válida e legítima. Portanto, entendo a posição do Ministro Fachin de explicitar isso, mas não há uma divergência de fundo, porque acho que a Lei, com clareza, exclui a possibilidade desta malversação, salvo hipóteses de fraude (BRASIL, 2020a).

Apesar das divergências, prevaleceu o entendimento do relator. Ao fim, a tese firmada foi a seguinte:

> I - A Lei nº 11.442/2007 é constitucional, uma vez que a Constituição não veda a terceirização, de atividade-meio ou fim; II - O prazo prescricional estabelecido no art. 18 da Lei nº 11.442/2007 é válido porque não se trata de créditos resultantes de relação de trabalho, mas de relação comercial, não incidindo na hipótese o art. 7º, XXIX, CF; III - Uma vez preenchidos os requisitos dispostos na Lei nº 11.442/2007, estará configurada a relação comercial de natureza civil e afastada a configuração de vínculo trabalhista (BRASIL, 2020a).

Da leitura atenta da decisão do STF, conclui-se que a discussão travada no acórdão se refere à possibilidade de terceirização das atividades de transporte de cargas, onde houve o reconhecimento da constitucionalidade da Lei nº 11.442/2007.

Quadro 12: ADC 48 (Amostra nº 19)

ADC 48	
Data do julgamento:	Entre 03/04/2020 a 14/04/2020
Data de publicação do julgamento:	19/05/2020
Relator(a):	LUÍS ROBERTO BARROSO
Ementa:	DIREITO DO TRABALHO. AÇÃO DECLARATÓRIA DA CONSTITUCIONALIDADE E AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS. LEI 11.442/2007, QUE PREVIU A TERCEIRIZAÇÃO DA ATIVIDADE-FIM. VÍNCULO MERAMENTE COMERCIAL. NÃO CONFIGURAÇÃO DE RELAÇÃO DE EMPREGO. 1. A Lei nº 11.442/2007 (i) regulamentou a contratação de transportadores autônomos de carga por proprietários de carga e por empresas transportadoras de carga; (ii) autorizou a terceirização da atividade-fim pelas empresas transportadoras; e (iii) afastou a configuração de vínculo de emprego nessa hipótese. 2. É legítima a terceirização das atividades-fim de uma empresa. Como já foi decidido pelo Supremo Tribunal Federal, a Constituição não impõe uma única forma de estruturar a produção. Ao contrário, o princípio constitucional da livre iniciativa garante aos agentes econômicos liberdade para eleger suas estratégias empresariais dentro do marco vigente (CF/1988, art. 170). A proteção constitucional ao trabalho não impõe que toda e qualquer prestação remunerada de serviços configure relação de emprego (CF/1988, art. 7º). Precedente: ADPF 524, Rel. Min. Luís Roberto Barroso. 3. Não há inconstitucionalidade no prazo prescricional de 1 (um) ano, a contar da ciência do dano, para a propositura de ação de reparação de danos, prevista no art.18 da Lei 11.442/2007, à luz do art. 7º, XXIX, CF, uma vez que não se trata de relação de trabalho, mas de relação comercial. 4. Procedência da ação declaratória da constitucionalidade e improcedência da ação direta de inconstitucionalidade. Tese: “1 – A Lei 11.442/2007 é constitucional, uma vez que a Constituição não veda a terceirização, de atividade-meio ou fim. 2 – O prazo prescricional estabelecido no art. 18 da Lei 11.442/2007 é válido porque não se trata de créditos resultantes de relação de trabalho, mas de relação comercial, não incidindo na hipótese o art. 7º, XXIX, CF. 3 – Uma vez preenchidos os requisitos dispostos na Lei nº 11.442/2007, estará configurada a relação comercial de natureza civil e afastada a configuração de vínculo trabalhista”.

Elaborado pelo autor, com base na pesquisa ao STF.

Quadro 13: ADI 3961 (Amostra nº 21)

ADI 3961	
Data do julgamento:	15/04/2020
Data de publicação do julgamento:	05/06/2020
Relator(a):	LUÍS ROBERTO BARROSO
Ementa:	Direito do Trabalho. Ação Direta de Inconstitucionalidade e Ação Declaratória da Constitucionalidade. Transporte rodoviário de cargas. Lei 11.442/2007, que previu a terceirização da atividade-fim. Vínculo meramente comercial. Não configuração de relação de emprego. 1. A Lei nº 11.442/2007 (i) regulamentou a contratação de transportadores autônomos de carga por proprietários de carga e por empresas transportadoras de carga; (ii) autorizou a terceirização da atividade-fim pelas empresas transportadoras; e (iii) afastou a configuração de vínculo de emprego nessa hipótese. 2. É legítima a terceirização das atividades-fim de uma empresa. Como já foi decidido pelo Supremo Tribunal Federal, a Constituição não impõe uma única forma de estruturar a produção. Ao contrário, o princípio constitucional da livre iniciativa garante aos agentes econômicos liberdade para eleger suas estratégias empresariais dentro do marco vigente (CF/1988, art. 170). A proteção constitucional ao trabalho não impõe que toda e qualquer prestação remunerada de serviços configure relação de emprego (CF/1988, art. 7º). Precedente: ADPF 524, Rel. Min. Luís Roberto Barroso. 3. Não há inconstitucionalidade no prazo prescricional de 1 (um) ano, a contar da ciência do dano, para a propositura de ação de reparação de danos, prevista no art. 18 da Lei 11.442/2007, à luz do art. 7º, XXIX, CF, uma vez que não se trata de relação de trabalho, mas de relação comercial. 4. Procedência da ação declaratória da constitucionalidade e improcedência da ação direta de inconstitucionalidade. Tese: "1 – A Lei 11.442/2007 é constitucional, uma vez que a Constituição não veda a terceirização, de atividade-meio ou fim. 2 – O prazo prescricional estabelecido no art. 18 da Lei 11.442/2007 é válido porque não se trata de créditos resultantes de relação de trabalho, mas de relação comercial, não incidindo na hipótese o art. 7º, XXIX, CF. 3 – Uma vez preenchidos os requisitos dispostos na Lei nº 11.442/2007, estará configurada a relação comercial de natureza civil e afastada a configuração de vínculo trabalhista". Tese: I - A Lei nº 11.442/2007 é constitucional, uma vez que a Constituição não veda a terceirização, de atividade-meio ou fim; II - O prazo prescricional estabelecido no art. 18 da Lei nº 11.442/2007 é válido porque não se trata de créditos resultantes de relação de trabalho, mas de relação comercial, não incidindo na hipótese o art. 7º, XXIX, CF; III - Uma vez preenchidos os requisitos dispostos na Lei nº 11.442/2007, estará configurada a relação comercial de natureza civil e afastada a configuração de vínculo trabalhista.

Elaborado pelo autor, com base na pesquisa ao STF.

De acordo com a tese fixada, uma vez preenchidos os requisitos dispostos na Lei nº 11.442/2007, estará configurada a relação comercial de natureza civil e afastada a configuração de vínculo trabalhista. Segundo a tese, não há um afastamento da competência da Justiça do Trabalho, ao contrário disso, permite-se a aferição da

existência, no caso concreto dos requisitos do vínculo empregatício ou, não existindo, dos requisitos da Lei nº 11.442/2007. Aliás, apesar das divergências, houve convergência de entendimentos acerca da possibilidade de se analisar, no caso concreto, a existência dos requisitos ensejadores do vínculo empregatício.

Publicado o acórdão, entretanto, não têm sido raras decisões do próprio STF que, sem examinar o caso concreto e, sob o pretexto de estar-se seguindo o precedente da ADC nº 48, tem julgado procedentes reclamações constitucionais para afastar a competência da Justiça do Trabalho para processar e julgar ações envolvendo transportadores autônomos de carga. Na amostra da pesquisa, 40 decisões do STF citaram a ADC nº 48. Contudo, apenas duas decisões citam nas ementas a relação de emprego de transportador autônomo de carga[19]. Em uma delas (Rcl 54408 AgR, Amostra 37), por exemplo, houve reconhecimento do vínculo de emprego na Justiça do Trabalho, porém, após a Reclamação Constitucional, o STF entendeu que a Justiça Especializada descumpriu a decisão proferida na ADC nº 48 e, portanto, a competência é da Justiça Comum.

Portanto, seguindo o curso de esvaziamento da competência da Justiça do Trabalho, o STF retirou da sua competência as causas envolvendo trabalhadores de empresas de transporte rodoviário de cargas, regulados pela Lei nº 11.442, de 2007, no tocante aos terceirizados em atividade-fim, afirmando que o vínculo entre motoristas e transportadoras é de natureza comercial, não configurando relação de emprego. Não cabe discutir aqui o mérito da decisão do STF, porém na tese fixada no julgamento da ADI 3961 e da ADC 48, ficou expressamente ressalvado que "uma vez preenchidos os requisitos dispostos na referida Lei, estará configurada a relação comercial de natureza civil e afastada a configuração de vínculo trabalhista".

Após as decisões da ADC nº 48 e da ADI nº 3961, o STF julgou outras duas demandas da categoria dos transportadores. Em junho de 2022, o Supremo manteve a validade de decisões da Justiça do Trabalho que suspenderam cláusulas de acordos e convenções coletivas de trabalho, pactuadas entre transportadoras de carga e motoristas, que estabeleciam que a categoria não estava sujeita ao controle de jornada antes da vigência da Lei 12.619/2012. Por maioria de votos, o colegiado julgou

---

[19] Amostra 37, Rcl 54408 AgR e amostra 74, Rcl 64710 AgR.

improcedente a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 381, ajuizada pela Confederação Nacional dos Transportes (CNT).

As decisões da Justiça do Trabalho questionadas pela CNT levaram em conta que a existência de meios tecnológicos de controle da jornada afastaria a aplicação automática da norma geral do artigo 62, inciso I, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que dispensa do controle das oito horas diárias de trabalho profissionais que exercem atividade externa incompatível com a fixação de horário. Com isso, as transportadoras foram condenadas ao pagamento de horas extras e de trabalho em dias de descanso ocorridos antes da vigência da Lei 12.619/2012, que estabeleceu a jornada de oito horas para a categoria.

Quadro 14: ADPF 381 (Amostra nº 40)

ADPF 381	
Data do julgamento:	01/06/2022
Data de publicação do julgamento:	28/04/2023
Relator(a):	GILMAR MENDES
Redator(a) do acórdão:	ROSA WEBER
Ementa:	Arguição de descumprimento de preceito fundamental. Decisões emanadas do Tribunal Superior do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho. Motoristas profissionais empregados. Duração do trabalho antes da vigência da Lei nº 12.619/2012. Afastamento do controle do horário de trabalho por meio de negociação coletiva. Inadmissibilidade. Condenação ao pagamento de horas extras e horas trabalhadas em dias de repouso. Acordos e convenções coletivas do trabalho. Limites constitucionais à autonomia negocial coletiva. Garantia do patamar civilizatório mínimo. 1. Arguição de descumprimento ajuizada contra decisões judiciais do Tribunal Superior do Trabalho e de Tribunais Regionais do Trabalho nas quais reconhecido a motoristas do transporte rodoviário de cargas o direito a horas extraordinárias e ao pagamento pelo trabalho em dias de descanso antes da vigência da Lei 12.619/2012, a despeito de prevista, quanto a eles, em convenções coletivas de trabalho, a aplicação do art. 62, I, da CLT, em razão da impossibilidade de controle da jornada. 2. Compreensão da maioria dos Ministros no sentido do cabimento da arguição de descumprimento, diante da relevância constitucional da controvérsia e da existência de quadro de insegurança jurídica e econômica decorrente da divergência de decisões entre Tribunais. Vencida, no ponto, a corrente minoritária, inaugurada pela Ministra Relatora, quanto ao não conhecimento da ADPF, por envolver a subsunção das cláusulas coletivas a casos concretos, sem que configurado conflito em relação a normas heterônomas trabalhistas. 3. Reafirmação da diretriz assentada no julgamento do Tema nº 152 da Repercussão Geral (RE 590.415, Rel. Min. Roberto Barroso), quanto à prevalência das normas coletivas do trabalho sobre o padrão geral heterônomo justrabalhista, notadamente em face de autorização constitucional expressa (CF, arts. 7º, VI, XIII e XIV), desde que assegurada a preservação dos direitos sociais de absoluta indisponibilidade, correspondentes ao patamar civilizatório mínimo assegurado pelo texto constitucional, tal como ocorre em relação às horas extras e ao repouso semanal remunerado (CF, art. 7º, XV e XVI), entre outros. 4. Inocorrência, no caso, segundo os votos da maioria, de situação de recusa dos órgãos da Justiça do Trabalho em reconhecer a validade

	dos contratos coletivos de trabalho. Decisões que apenas reconhecem não incidir, em relação aos motoristas profissionais empregados, a norma inscrita no art. 62, I, da CLT, diante da constatação, in concreto, da existência de meios idôneos ao controle da duração diária de trabalho realizada por essa categoria específica de trabalhadores. 5. Arguição de descumprimento conhecida e julgado improcedente o pedido.

Elaborado pelo autor, com base na pesquisa ao STF.

Prevaleceu, no julgamento, o voto divergente da ministra Rosa Weber, no sentido da improcedência das ações. Segundo a ministra, as decisões da Justiça do Trabalho examinaram situações concretas segundo a norma da CLT, mas concluíram, nos casos específicos, que o controle da jornada de trabalho era viável. A ministra salientou que as decisões não afastaram acordos nem a norma da CLT, apenas consideraram possível o controle de jornada nos casos analisados e, por isso, determinaram o pagamento de horas extras. Para o Ministro Dias Toffoli, que acompanhou a divergência para declarar a improcedência da ação, o Supremo não poderia analisar essa controvérsia em bloco, pois as convenções anexadas pela CNT apresentam diferentes redações, e as decisões judiciais também analisam a questão sob óticas diversas, dando margem a diferentes interpretações. Ele salientou que essas nuances são matéria de prova e não comportam uma resposta geral e abstrata, cabendo às instâncias ordinárias dar uma solução para cada caso concreto. Também votaram pela improcedência a ministra Carmen Lúcia e os Ministros Edson Fachin, Luís Roberto Barroso e Ricardo Lewandowski (BRASIL, 2022d).

Por outro lado, o Ministro Luiz Fux acompanhou o entendimento do relator, Ministro Gilmar Mendes, de que as decisões do TST e dos TRT´s seriam inválidas, porque a Constituição Federal assegura a supremacia da negociação coletiva. Segundo Fux, acordos e convenções coletivas de trabalho devem ser respeitados e valer como Lei efetiva para reger as relações trabalhistas, desde que negociados por procedimento regular e com a anuência de representantes das categorias. O Ministro lembrou, ainda, que a Constituição permite a supressão de alguns direitos, entre eles a duração do trabalho, por meio da negociação coletiva. Também julgaram procedente a ação os Ministros Nunes Marques, André Mendonça e Alexandre de Moraes (BRASIL, 2022d).

Posteriormente, em julho de 2023, o STF declarou inconstitucionais diversos pontos da Lei dos Caminhoneiros (Lei 13.103/2015) na análise da ADI nº 5322. No julgamento da ADI, ajuizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes (CNTT), foram considerados inconstitucionais os dispositivos que

admitem a redução do período mínimo de descanso, mediante seu fracionamento, e sua coincidência com os períodos de parada obrigatória do veículo estabelecidos pelo Código de Trânsito Brasileiro (CTB). Segundo o relator, Ministro Alexandre de Moraes, o descanso entre jornadas diárias, além do aspecto da recuperação física, reflete diretamente na segurança rodoviária, uma vez que permite ao motorista manter seu nível de concentração e cognição durante a condução do veículo. Ainda foram declarados inconstitucionais outros dispositivos que tratam do descanso entre jornadas e entre viagens.

Ao julgar a ADI nº 5322, o Plenário do STF também derrubou ponto da Lei dos Caminhoneiros que excluía da jornada de trabalho e do cômputo de horas extras o tempo em que o motorista ficava esperando pela carga ou descarga do veículo nas dependências do embarcador ou do destinatário e o período gasto com a fiscalização da mercadoria. Para o relator, a inversão de tratamento do instituto do tempo de espera representa uma descaracterização da relação de trabalho, além de causar prejuízo direto ao trabalhador, porque prevê uma forma de prestação de serviço que não é computada na jornada diária normal nem como jornada extraordinária. No mesmo sentido, o fracionamento e acúmulo do descanso semanal foi invalidado por falta de amparo constitucional. Da mesma forma, a possibilidade de descanso com o veículo em movimento, quando dois motoristas trabalharem em revezamento, também foi invalidada.

Quadro 15: ADI 5322 (Amostra nº 44)

ADI 5322	
Data do julgamento:	03/07/2023
Data de publicação do julgamento:	30/08/2023
Relator(a):	ALEXANDRE DE MORAES
Ementa:	CONSTITUCIONAL E TRABALHISTA. CLT – LEI 13.103/2015. POSSIBILIDADE DE REGULAMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE MOTORISTA. NECESSIDADE DE ABSOLUTO RESPEITO AOS DIREITOS SOCIAIS E ÀS NORMAS DE PROTEÇÃO AO TRABALHADOR PREVISTAS NO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. RAZOABILIDADE NA PREVISÃO DE NORMAS DE SEGURANÇA VIÁRIA. PARCIAL PROCEDÊNCIA DA AÇÃO. 1. Compete ao Congresso Nacional regulamentar, especificamente, a profissão de motorista profissional de cargas e de passageiros, respeitando os direitos sociais e as normas de proteção ao trabalhador previstos na Constituição Federal. 2. São legítimas e razoáveis as restrições ao exercício da profissão de motorista em previsões de normas visando à segurança viária em defesa da vida e da sociedade, não violando o texto constitucional a previsão em Lei da exigência de exame toxicológico. 3. Reconhecimento da autonomia das negociações coletivas (art. 7º, XXVI, da CF). Constitucionalidade da redução e/ou fracionamento do intervalo intrajornada dos motoristas profissionais, desde que ajustado em acordo

	ou convenção coletiva de trabalho. 4. A Constituição Federal não determinou um limite máximo de prestação em serviço extraordinário, de modo que compete à negociação coletiva de trabalho examinar a possibilidade de prorrogação da jornada da categoria por até quatro horas, em sintonia com a previsão constitucional disciplinada no art. 7º, XXVI, da CF. 5. Constitucionalidade da norma que prevê a possibilidade, excepcional e justificada, de o motorista profissional prorrogar a jornada de trabalho pelo tempo necessário até o veículo chegar a um local seguro ou ao destino. 6. O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL fixou orientação no sentido da constitucionalidade da adoção da jornada especial de 12 x 36, em regime de compensação de horários (art. 7º, XIII, da CF). 7. Não há inconstitucionalidade da norma que prevê o pagamento do motorista profissional por meio de remuneração variável, que, inclusive, possui assento constitucional, conforme disposto no inciso VII do art. 7º da Constituição Federal. 8. Compete ao Ministério do Trabalho e Emprego a regulamentação das condições de segurança, sanitárias e de conforto nos locais de espera, repouso e descanso dos motoristas profissionais de cargas e passageiros. 9. É inconstitucional o dispositivo legal que permite a redução e/ou o fracionamento dos intervalos interjornadas e do descanso semanal remunerado. Normas constitucionais de proteção da saúde do trabalhador (art. 7º, XXII, da CF). 10. Inconstitucionalidade na exclusão do tempo de trabalho efetivo do motorista profissional, quando está à disposição do empregador durante o carregamento/descarregamento de mercadorias, ou ainda durante fiscalização em barreiras fiscais ou alfandegárias, conhecido como “tempo de espera”. Impossibilidade de decote da jornada normal de trabalho e nem da jornada extraordinária, sob pena de desvirtuar a própria relação jurídica trabalhista reconhecida. 11. Inconstitucionalidade de normas da Lei 13.103/2015 ao prever hipótese de descanso de motorista com o veículo em movimento. Prejuízo ao efetivo descanso do trabalhador. 12. PARCIAL CONHECIMENTO DA AÇÃO DIRETA COM PARCIAL PROCEDÊNCIA, DECLARANDO INCONSTITUCIONAIS: (a) a expressão “sendo facultados o seu fracionamento e a coincidência com os períodos de parada obrigatória na condução do veículo estabelecida pela Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, garantidos o mínimo de 8 (oito) horas ininterruptas no primeiro período e o gozo do remanescente dentro das 16 (dezesseis) horas seguintes ao fim do primeiro período”, prevista na parte final do § 3º do art. 235-C; (b) a expressão “não sendo computadas como jornada de trabalho e nem como horas extraordinárias”, prevista na parte final do § 8º do art. 235-C; (c) a expressão “e o tempo de espera”, disposta na parte final do § 1º do art. 235-C, por arrastamento; (d) o § 9º do art. 235-C da CLT, sem efeito repristinatório; (e) a expressão “as quais não serão consideradas como parte da jornada de trabalho, ficando garantido, porém, o gozo do descanso de 8 (oito) horas ininterruptas aludido no § 3º do § 12 do art. 235-C”; (f) a expressão “usufruído no retorno do motorista à base (matriz ou filial) ou ao seu domicílio, salvo se a empresa oferecer condições adequadas para o efetivo gozo do referido repouso”, constante do caput do art. 235-D; (g) o § 1º do art. 235-D; (h) o § 2º do art. 235-D; (i) o § 5º do art. 235-D; (j) o inciso III do art. 235-E, todos da CLT, com a redação dada pelo art. 6º da Lei 13.103/2015; e (k) a expressão “que podem ser fracionadas, usufruídas no veículo e coincidir com os intervalos mencionados no § 1º, observadas no primeiro período 8 (oito) horas ininterruptas de descanso”, na forma como prevista no § 3º do art. 67-C do CTB, com redação dada pelo art. 7º da Lei 13.103/2015.

Elaborado pelo autor, com base na pesquisa ao STF.

Contudo, em 14/10/2024, o STF, em razão dos Embargos de Declaração opostos por diversas partes interessadas da Ação, esclareceu sobre a modulação dos

efeitos da decisão anteriormente proferida. O Supremo reconheceu na decisão que a autonomia das Negociações Coletivas deve prevalecer sobre a matéria legislada. Assim, ainda que haja o reconhecimento da inconstitucionalidade de pontos da Lei, as empresas, os trabalhadores e seus respectivos Sindicatos são livres para negociar as relações de trabalho da maneira que entenderem mais benéfica às partes. Além disso, ainda foi reconhecida a eficácia *ex nunc* da decisão anteriormente proferida, isto é, o reconhecimento da inconstitucionalidade dos trechos da Lei deve ser aplicado e produzir efeitos desde a publicação do julgamento, que ocorreu no dia 05/07/2023, de modo que as ações praticadas com base na redação de pontos da Lei, antes de serem declarados inconstitucionais, são legais.

Observa-se que a categoria dos motoristas é marcada por dúvida e insegurança jurídica. O impacto das mudanças legislativas afeta ainda mais os trabalhadores que prestam serviços de transporte de pessoas e de entrega de mercadorias por meio de plataformas digitais. Em março de 2024, o STF reconheceu a repercussão geral da questão constitucional suscitada no Recurso Extraordinário de nº 1.446.336 (tema nº 1291), de relatoria do Ministro Edson Fachin, que visa analisar a qualificação jurídica dos motoristas de aplicativo e as plataformas digitais de trabalho. O recurso interposto pela empresa Uber do Brasil Tecnologia visa a reforma do acórdão da 8ª Turma do TST que manteve o reconhecimento do vínculo empregatício entre o trabalhador e a reclamada, com base no denso conjunto probatório evidenciado pelo Regional que demonstrou a existência de vínculo empregatício.

No despacho de admissibilidade do Recurso Extraordinário de nº 1.446.336, evidenciou-se a pretensão de reforma do reconhecimento do vínculo empregatício declarado pela Justiça do Trabalho, sob o fundamento na jurisprudência do STF que evidencia a permissão constitucional de formas alternativas da relação de trabalho que não a relação de emprego regida pela CLT. Ressaltou ainda que a relação entre as partes em discussão mais se assemelha com a situação prevista na Lei nº 11.442/2007, que trata do transportador autônomo, constituindo uma relação de natureza comercial.

De acordo com recentes decisões do STF, a Justiça do Trabalho não possui competência para conhecer e julgar causas sobre reconhecimento de vínculo de emprego entre motoristas e empresas de transporte, seja rodoviário de cargas, seja sob demanda. Consequentemente, várias outras hipóteses podem ser retiradas da

competência material da Justiça do Trabalho, tornando-a desnecessária a ponto de não se justificar mais sua existência (IVO, 2022).

2.5.2 A competência para julgar os representantes comerciais autônomos.

Uma categoria importante de trabalhadores autônomos é constituída pelos representantes comerciais. Segundo pesquisas, o número de trabalhadores que exerce essa atividade teve um crescimento de aumento de 109% em um período de quatro anos (de 2015 a 2019), totalizando, em 2021, 720 mil representantes comerciais no país (PROJURIS, 2024). Regulamentado pela Lei 4.886/1965, o representante comercial trabalha na intermediação de negócios, podendo ser tanto pessoa física quanto pessoa jurídica, mas conforme determinação expressa da Lei, não possui vínculo de emprego com a empresa que representa.

Se, por um lado, o entendimento extraído do art. 39 na Lei nº 4.886/1965 subsidiava o posicionamento pela competência da Justiça Comum, por outro, e com respaldo no art. 114, I e IX, da CF/88, sobressaía a competência constitucional da Justiça do Trabalho. Após sucessivas decisões, consolidou-se no TST o posicionamento majoritário no sentido de que a representação comercial exercida por pessoa natural deveria ser reconhecida como uma relação de trabalho *lato sensu*, resultando-se na competência da Justiça do Trabalho para solução desses conflitos. A estabilização, contudo, foi abalada por novo entendimento do STF.

Em setembro de 2020, a Suprema Corte julgou o Recurso Extraordinário (RE) 606.003 (amostra 24), interposto contra decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que reconheceu a competência da Justiça trabalhista para julgar ações que envolvem a cobrança de comissões referentes à relação jurídica entre um representante comercial e a empresa por ele representada. Segundo o TST, a Emenda Constitucional nº. 45 teria retirado da Justiça Comum (estadual) a atribuição de examinar processos que tratem de controvérsias sobre relação de trabalho. Ao decidir a questão com repercussão geral, através do Tema 550, o STF entendeu que a competência para processar e julgar ações que envolvam contratos de representação comercial autônoma é da Justiça Comum, e não da Justiça do Trabalho.

No julgamento do Tema 550, prevaleceu o entendimento do Ministro Luís Roberto Barroso no sentido da competência da Justiça Comum. Ele explicou que, de

acordo com a jurisprudência do STF, nem toda relação entre o contratante de um serviço e o seu prestador caracteriza relação de trabalho. No caso da representação comercial autônoma, segundo Barroso, não há, entre as partes, vínculo de emprego ou relação de trabalho, mas relação comercial regida pela Lei 4.886/1965, que estabelece a competência da Justiça Comum.

> 12. Não há, nos termos do dispositivo acima, vínculo de emprego entre representante e representado. Utilizando-se os parâmetros da própria Consolidação das Leis do Trabalho, de acordo com o art. 3º da CLT, a relação de emprego caracteriza-se pelos seguintes elementos: (i) onerosidade, (ii) não-eventualidade, (iii) pessoalidade e (iv) subordinação. O serviço prestado pelo representante comercial não apresenta o elemento da subordinação, já que não se submete a ordens, hierarquia, horário ou forma de realização do trabalho, como se extrai da Lei nº 4.886/65. Não sendo subordinado como o empregado, não está sujeito ao poder de direção do empregador e pode exercer sua atividade com autonomia. [...]
> 17. Nesse contexto, na atividade de representação comercial autônoma inexiste entre as partes vínculo de emprego ou relação de trabalho, mas relação comercial regida por legislação especial, qual seja, a Lei n° 4.886/65. Por conseguinte, a situação não foi afetada pelas alterações introduzidas pela EC n° 45/2004, que versa sobre hipótese distinta ao tratar da relação de trabalho no art. 114 da Constituição.
> 18. É oportuno observar, igualmente, que a proteção constitucional ao trabalho não impõe que toda e qualquer relação entre o contratante de um serviço e o seu prestador seja protegida por meio da relação de trabalho (CF/1988, art. 7º). Com base neste entendimento, o Supremo Tribunal Federal proferiu decisão, nos autos da ADPF 324, reconhecendo a compatibilidade da terceirização de toda e qualquer atividade – inclusive da atividade-fim – com a Constituição, tendo, mais recentemente, reafirmado a conclusão ao julgar a ADC 48, em relação ao transporte de carga, disciplinada na Lei nº 11.442/2007 (BRASIL, 2020c).

Barroso destacou que, segundo a Lei, a representação comercial configura contrato típico de natureza comercial, que pode ser realizada por pessoa jurídica ou pessoa física, não havendo relação de emprego nessa mediação para a realização de negócios mercantis. Observou, ainda, que o caso concreto trata de pedido de pagamento de comissões atrasadas, sem natureza trabalhista. Seu voto foi seguido pelos Ministros Alexandre de Moraes, Dias Toffoli, Cármen Lúcia, Ricardo Lewandowski, Gilmar Mendes e Luiz Fux. Ficaram vencidos os Ministros Marco Aurélio (relator), Edson Fachin e Rosa Weber, que entendem que há relação de trabalho na representação comercial, o que atrai a competência da Justiça trabalhista. Assim, a tese de repercussão geral fixada foi a seguinte: “Preenchidos os requisitos dispostos na Lei 4.886/65, compete à Justiça Comum o julgamento de processos envolvendo relação jurídica entre representante e representada comerciais, uma vez que não há relação de trabalho entre as partes” (BRASIL, 2020c).

Quadro 16: Tema 550 (Amostra nº 3)

RE 606003 – Tema 550	
Data do julgamento:	28/09/2020
Data de publicação do julgamento:	14/10/2020
Relator(a):	MARCO AURÉLIO
Redator(a) do acórdão:	ROBERTO BARROSO
Ementa:	Direito Constitucional e do Trabalho. Repercussão Geral. Contrato de representação comercial autônoma, regido pela Lei nº 4.886/65. Não configuração de relação de trabalho prevista no art. 114, CF. 1. Recurso Extraordinário interposto contra decisão proferida pelo Tribunal Superior do Trabalho, em que se alega afronta ao art. 114, incisos I e IX, da Constituição Federal, com redação dada pela EC 45/2004. Na origem, cuida-se de ação de cobrança de comissões sobre vendas decorrentes de contrato de representação comercial autônoma, ajuizada pelo representante, pessoa física, em face do representado. 2. As atividades de representação comercial autônoma configuram contrato típico de natureza comercial, disciplinado pela Lei nº 4.886/65, a qual prevê (i) o exercício da representação por pessoa jurídica ou pessoa física, sem relação de emprego, que desempenha, em caráter não eventual por conta de uma ou mais pessoas, a mediação para a realização de negócios mercantis e (ii) a competência da Justiça comum para o julgamento das controvérsias que surgirem entre representante e representado. 3. Na atividade de representação comercial autônoma, inexiste entre as partes vínculo de emprego ou relação de trabalho, mas relação comercial regida por legislação especial (Lei n° 4.886/65). Por conseguinte, a situação não foi afetada pelas alterações introduzidas pela EC n° 45/2004, que versa sobre hipótese distinta ao tratar da relação de trabalho no art. 114 da Constituição. 4. A proteção constitucional ao trabalho não impõe que toda e qualquer relação entre o contratante de um serviço e o seu prestador seja protegida por meio da relação de trabalho (CF/1988, art. 7º). Precedentes. 5. Ademais, os autos tratam de pedido de pagamento de comissões atrasadas. O pedido e a causa de pedir não têm natureza trabalhista, a reforçar a competência do Juízo Comum para o julgamento da demanda. 6. Recurso extraordinário a que se dá provimento, para assentar a competência da Justiça comum, com a fixação da seguinte tese: “Preenchidos os requisitos dispostos na Lei 4.886/65, compete à Justiça Comum o julgamento de processos envolvendo relação jurídica entre representante e representada comerciais, uma vez que não há relação de trabalho entre as partes”.
Tema:	550 - Competência para processar e julgar controvérsia a envolver relação jurídica entre representante e representada comerciais.
Tese:	Preenchidos os requisitos dispostos na Lei 4.886/65, compete à Justiça Comum o julgamento de processos envolvendo relação jurídica entre representante e representada comerciais, uma vez que não há relação de trabalho entre as partes.

Elaborado pelo autor, com base na pesquisa ao STF.

Portanto, o STF entendeu que entre o representante comercial e a empresa representada há uma relação comercial e não vínculo de emprego ou relação de trabalho. A nova decisão subverteu a corrente majoritária sedimentada no país no sentido de que as relações envolvendo a representação comercial autônoma, em ações ajuizadas por representantes pessoas físicas, em face das empresas representadas, seriam de competência de uma Justiça Especializada, responsável

pela tutela de todas as relações de trabalho, nos termos constitucionalmente estabelecidos.

Mais uma vez, ao lado de outras decisões proferidas pela Suprema Corte, o julgado demonstra a tendência de esvaziamento da Justiça do Trabalho, movimento contrário à jurisprudência consolidada pelo TST e preconizado pela Emenda Constitucional nº. 45, que alterou o art. 114 da CF/88 para ampliar as competências dessa Justiça especializada. Além disso, a jurisprudência trabalhista é atacada não apenas pelo Poder Legislativo, mas pelo próprio Judiciário, por meio de sua Suprema Corte, mitigando a proteção dos direitos humanos dos trabalhadores e colocando em risco a manutenção da Justiça especializada e o alcance do Direito do Trabalho.

2.5.3 Maquiando os elementos da relação de emprego.

Os profissionais que atuam em salões de beleza também deixaram de ser trabalhadores empregados, abrangidos pelo Direito do Trabalho, após as mudanças legislativas e a anuência do STF. A Lei nº 13.352, de 2016, que modificou a Lei nº 12.592, de 2012, faz parte do conjunto das modificações da Reforma Trabalhista de 2017, quando passou a admitir o contrato de parceria entre profissionais que exercem as atividades de cabeleireiro, barbeiro, esteticista, manicure, pedicure, depilador, maquiador, criando as figuras do profissional-parceiro e salão-parceiro, estabelecendo que o salão pode contratar pessoas registradas na modalidade “PJ”, como pequenos empresários, microempresários ou microempreendedores individuais.

Por entender que a Lei precariza as relações de trabalho desses profissionais transformados em pessoas jurídicas com a finalidade de burlar seus direitos trabalhistas, como horas extras, férias, FGTS e 13º salários, tratando-se de notório retrocesso social e flagrante violação à dignidade humana e valor social do trabalho, a Confederação Nacional do Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade – CONTRATUH, ajuizou, ainda em 2016, a ADI 5625. Em outubro de 2021, o STF decidiu que a contratação de profissionais de beleza sob a forma de parceria, prevista na Lei do Salão Parceiro (Lei 13.352/2016), não ofende a proteção constitucional da relação de emprego.

Quadro 17: ADI 5625 (Amostra nº 34)

ADI 5625	
Data do julgamento:	28/10/2021
Data de publicação do julgamento:	29/03/2022
Relator(a):	EDSON FACHIN
Redator(a) do acórdão:	NUNES MARQUES
Tese:	I - É constitucional a celebração de contrato civil de parceria entre salões de beleza e profissionais do setor, nos termos da Lei 13.352, de 27 de outubro de 2016; II - É nulo o contrato civil de parceria referido, quando utilizado para dissimular relação de emprego de fato existente, a ser reconhecida sempre que se fizerem presentes seus elementos caracterizadores.

Elaborado pelo autor, com base na pesquisa ao STF.

O entendimento prevalecente no julgamento da ADI 5625, foi de que a celebração de contrato de parceria entre salões de beleza e cabeleireiros, barbeiros, esteticistas, manicures, pedicures, depiladores e maquiadores é constitucional, desde que não seja utilizada como forma de fraudar a relação de emprego.

O relator, Ministro Edson Fachin, votou pela inconstitucionalidade da Lei. Para Fachin, ao instituir regime jurídico próprio às relações de trabalho do setor de beleza e estética, a previsão normativa afastou o vínculo de emprego entre e os direitos trabalhistas fundamentais dele decorrentes, em ofensa à proteção constitucional da relação de emprego. A ministra Rosa Weber seguiu o voto do Fachin. A partir de uma breve explanação sobre o processo histórico de formação do Direito do Trabalho, na qual se mencionou as suas lutas formadoras e, sobretudo, o desvelamento da assimetria de poder intrínseca à relação de trabalho, a Ministra salientou que, graças a alienação antecipada do resultado do trabalho por quem dirige a atividade econômica e subordina juridicamente, o empregado está no polo mais fraco da balança.

Ao contrário do que postulou o Ministro Nunes Marques e o Ministro Gilmar Mendes, a ministra Rosa Weber apontou que a justiça do trabalho e a legislação trabalhista não estariam erigidas a partir de um certo protecionismo paternalista, mas, sim, seriam consequências da luta positivada na Constituição de 88, expressa, principalmente, na elevação dos direitos trabalhistas das normas infraconstitucionais para as normas propriamente constitucionais. Assim, as mudanças nas formas de regulação trabalhista requisitadas pelo desenvolvimento tecnológico e pelo mercado de trabalho não deveriam operar mediante uma transação de direitos, como é apresentado implicitamente pelos dos Ministros.

Segundo os Ministros Nunes Marques e Gilmar Mendes, nesse cenário no qual a automação do trabalho e a crise econômica provocam uma tendência ao desemprego, dever-se-ia renunciar a certos direitos, enxergados como estruturas que engessam as relações de trabalho, em nome do próprio acesso ao emprego. Seletivamente, mobilizam os princípios jurídicos de modo a favorecer a livre iniciativa, por exemplo, em detrimento do pleno emprego e da expansão das garantias sociais, ambos também presentes na Carta Constitucional.

A divergência liderada pelo Ministro Nunes Marques pela improcedência da ação prevaleceu no julgamento. Na sua avaliação, a previsão da norma não pode ser considerada burla à relação de emprego, pois apenas faculta o contrato de parceria, nas hipóteses em que o ajuste a ser celebrado não abranja os elementos caracterizadores do vínculo empregatício. Para o Ministro, a Lei, quando prevê a descaracterização do contrato de parceria, na ausência de sua formalização por escrito e no caso de o profissional exercer funções diferentes das próprias do seu ofício, exige que o ajuste seja verdadeiramente uma parceria, e não só uma aparência. A seu ver, a exigência de homologação do contrato por sindicato da categoria também assegura o respeito às regras formais instituídas.

Para o Ministro Nunes Marques, outras formas de arranjo trabalhista, sobretudo as que surgem espontaneamente e que promovem o crescimento profissional das pessoas, devem ser respeitadas e estimuladas. No mesmo sentido, para o Ministro Alexandre de Moraes, o contrato de parceria não representa, necessariamente, a precarização da relação do emprego ou a desvalorização social do trabalhador, mas atende demandas dos próprios trabalhadores, com ganhos de eficiência econômica em proveito de todas as partes envolvidas. Na avaliação do Ministro Gilmar Mendes, a legislação está atenta à evolução das relações de trabalho em sentido amplo, pois regulamenta uma categoria específica que, até então, estava à margem da legislação trabalhista. Votaram no mesmo sentido os Ministros Luís Roberto Barroso, Dias Toffoli, Ricardo Lewandowski, Gilmar Mendes e Luiz Fux e a ministra Cármen Lúcia.

A partir da ADI 5625, o STF passou a entender como válidos os contratos civis de parcerias firmados entre profissionais da beleza e os salões contratantes, apenas sendo considerados nulos aqueles que comprovadamente fossem utilizados para fraudar a relação de emprego. Ao pesquisar o número de demandas no STF que citam exatamente “salão parceiro” no teor das decisões, entre 28 de outubro de 2021, data

do julgamento da ADI, até o fim dessa pesquisa, em dezembro de 2024, obtém-se o número expressivo de 248 decisões monocráticas e três acórdãos.

Muitos desses trabalhadores, outrora empregados, tornaram-se “empresários de si mesmo”. Em 2022, o Brasil tinha 14,6 milhões de microempreendedores individuais (MEI). Entre as atividades econômicas, cerca de metade dos MEIs (51,5%) estava presente no setor de Serviços, onde a atividade de Cabeleireiros e outras atividades de tratamento de beleza representou 9,0% do total de MEIs (1,3 milhão) e a maior participação dos microempreendedores individuais nas ocupações da atividade, com 88,7% (IBGE, 2024b). Contudo, muitos outros trabalhadores permanecem na informalidade.

2.5.4 A pejotização e a “liberdade” dos profissionais liberais.

Em julho de 2023, o Ministro Alexandre de Moraes anulou uma ação trabalhista vencida por uma médica contra um hospital. A profissional da saúde havia trabalhado por oito anos recebendo salário como pessoa jurídica e cobrava o reconhecimento de vínculo empregatício e o pagamento de direitos. Quatro meses depois, a ministra Carmen Lúcia invalidou decisão semelhante, favorável a um diretor de programas do SBT que atuou na emissora por 11 anos, também como PJ. Em dezembro, foi a vez de Gilmar Mendes derrubar uma decisão da Justiça do Trabalho que beneficiava um representante comercial. Já em janeiro de 2024, Moraes cancelou novamente outra ação vencida por uma médica “pejotizada”. Em todos esses casos, os Ministros do STF cassaram vínculos empregatícios reconhecidos em ao menos uma das três instâncias da Justiça do Trabalho – varas, tribunais regionais e Tribunal Superior do Trabalho (TST). Com isso, também anularam o pagamento de 13º, férias remuneradas, dentre outros direitos previstos na CLT, reivindicados por profissionais contratados inicialmente como PJs.

Como exposto até aqui, o STF reconheceu a licitude de outras formas de organização da produção e de pactuação da força de trabalho além do regime da CLT. Esse entendimento se deu nos julgamentos da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 324, da Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) 48, das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 3961 e 5625 e do Recurso Extraordinário (RE) 958252 (Tema 725 da repercussão geral). Sob tais

fundamentos, a Suprema Corte entende ser lícita a terceirização por pejotização de profissionais liberais para prestar serviços na atividade-fim do contratante.

O STF, porém, tem ignorado a natureza *intuito personae* do contrato e a análise fática que enseja a *ratio decidendi* realizada pela Justiça do Trabalho. Dito em outras palavras, a Suprema Corte tem se concentrado na cassação de decisões proferidas por TRT´s, soberanos na análise do conjunto fático-probatório, que consideraram fraudulentas contratações mediante pessoa jurídica constituída para tal finalidade e/ou empresa interposta diante da constatação de elementos caracterizadores da relação empregatícia, notadamente a subordinação e a pessoalidade. Como impõe a máxima da primazia da realidade, se a terceirização prescinde objetivamente da ausência de pessoalidade e subordinação entre terceirizado e empresa contratante, uma vez que esta contrata o serviço, compete exclusivamente à Justiça do Trabalho, em análise individualizada, dizer se é lícita ou não a contratação, uma vez perquiridos os elementos da relação do conjunto probatório.

Após a fixação da tese pelo Tema nº 725 e pela ADPF 324, dentro da amostra da pesquisa, o STF manteve apenas 9 decisões da Justiça do Trabalho sob a justificativa de impossibilidade de revolvimento do conjunto fático-probatório. Esse fundamento foi utilizado em 8 delas pelo Ministro Flávio Dino (a outra foi do Ministro Dias Toffoli), como no exemplo abaixo:

Quadro 18: Rcl 66155 AgR (Amostra nº 92)

Rcl 66155 AgR	
Data de publicação do julgamento:	13/09/2024
Relator(a):	FLÁVIO DINO
Órgão Julgador:	Primeira Turma
Ementa:	AGRAVO REGIMENTAL NA RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL. ALEGADA OFENSA AO DECIDIDO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NAS ADPF N. 324, ADC N. 48, ADI'S NS. 3.961 E 5.625 E NO RE N. 958.252. IMPERATIVA ANÁLISE FUNDAMENTADA NOS VALORES CONSTITUCIONAIS DAS RESPONSABILIDADES FISCAL E SOCIAL. ÓBICES PROCESSUAIS. REQUISITOS DA RELAÇÃO DE EMPREGO CONFIGURADOS, CONSOANTE ANÁLISE DE FATOS E PROVAS NA INSTÂNCIA PRÓPRIA. IMPOSSIBILIDADE DE REVOLVIMENTO DO ACERVO PROBATÓRIO NA EXCEPCIONAL VIA DA RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL, QUE NÃO É SUCEDÂNEO RECURSAL. AUSÊNCIA DE ADERÊNCIA ESTRITA ENTRE A RECLAMAÇÃO E OS PRECEDENTES. AGRAVO DESPROVIDO. I. CASO EM EXAME 1. Reclamação Constitucional, com requerimento de medida liminar, ajuizada contra decisão proferida por órgão da Justiça do Trabalho, que - após instrução probatória - reconheceu a presença dos requisitos caracterizadores da relação empregatícia previstos no art. 3º da CLT. 2. Tema que tem incidência quanto ao cumprimento dos deveres

	constitucionais relativos às responsabilidades fiscal e social (arts. 3º, I e III; 6º; 7º; 167-A; 193; 194; 195, da Constituição Federal). 3. A reclamante alega que a análise fático-probatória realizada em sede de ação trabalhista, que reconheceu o vínculo empregatício de profissional contratado através de pessoa jurídica, violou precedentes desta Corte. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 4. A presente Reclamação Constitucional discute se o reconhecimento do vínculo empregatício de profissional contratado por meio de pessoa jurídica pertencente à reclamante, teria violado o disposto nas decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal nas ADPF n. 324, ADC n. 48, ADI's ns. 5.625 e 3.961 e no Recurso Extraordinário n. 958.252 (Tema n. 725 de Repercussão Geral). III. RAZÕES DE DECIDIR 5. À semelhança do que ocorre com o Habeas Corpus, a Reclamação Constitucional não se presta à análise verticalizada de fatos e provas ou para funcionar como sucedâneo recursal. Precedentes: Rcl 63510 AgR, Rel. Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma; Rcl 59821 AgR, Rel. Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma; Rcl 28203 AgR, Rel. Ministro Edson Fachin, Segunda Turma; Rcl 17170 AgR, Rel. Ministra Rosa Weber, Primeira Turma; Rcl 43201 ED-AgR, Rel. Ricardo Lewandowski, Segunda Turma; Rcl 57949 AgR, Rel. Ministro Dias Toffoli, Primeira Turma; Rcl 40247, Rel. Ministra Rosa Weber, Primeira Turma; Rcl 55068 ED-AgR, Rel. Ministro Gilmar Mendes, Segunda Turma; Rcl 63001 AgR, Rel. Ministra Cármen Lúcia, Primeira Turma. 6. No presente caso, a decisão objeto de Reclamação Constitucional não afastou, direta ou indiretamente, a constitucionalidade ou legalidade da terceirização da atividade-fim ou de outras formas de organização do trabalho. Trata-se de análise específica, de lide com contornos próprios, e não de debate abstrato sobre tese jurídica. 7. A Lei n. 6.019/74, com a redação dada pelas Leis ns. 13.429/2017 e 13.467/2017, prevê requisitos para a terceirização legítima (arts. 4º-A; 4º-B; 5º-A; 5º; 5º-C; 5º-D, da Lei n. 6.019/74, em tais preceitos aplicável aos contratos de prestação de serviços). Há a possibilidade do reconhecimento judicial da relação de emprego quando os citados requisitos não estão configurados. 8. Impossível presumir que o contrato formalizado sempre está de acordo com a Lei, nem o contrário, daí a imprescindibilidade da produção probatória, sob o crivo do contraditório e atendendo ao dever de motivação das decisões judiciais. 9. O princípio da livre iniciativa permite múltiplas formas de prestação de serviços e parcerias empresariais, desde que observadas as regras constitucionais e legais que asseguram as responsabilidades fiscal e social, para as atuais e futuras gerações. 10. Não se verifica na presente Reclamação Constitucional, a estrita aderência entre o ato impugnado e o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento das ADPF n. 324 , ADC n. 48 e ADI's ns. 5.625 e 3.961. IV. DISPOSITIVO 11. Agravo regimental a que se nega provimento.

Elaborado pelo autor, com base na pesquisa ao STF.

Por outro lado, o Ministro Luís Roberto Barroso, também da Primeira Turma do STF, em ao menos 3 julgamentos da amostra, assinalou que nas Reclamações Constitucionais não há necessidade de revolvimento da matéria-fática.

Quadro 19: Rcl 58853 AgR (Amostra nº 49)

Rcl 58853 AgR	
Data do julgamento:	02/10/2023
Data de publicação do julgamento:	20/10/2023
Relator(a):	LUÍS ROBERTO BARROSO
Órgão Julgador:	Primeira Turma

Ementa:	DIREITO DO TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO. AGRAVOS INTERNOS EM RECLAMAÇÃO. OUTRAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DE PRODUÇÃO E TRABALHO. 1. Agravos internos interpostos contra decisão monocrática que acolhera o pedido formulado na reclamação, para cassar decisão da Justiça do Trabalho que reconheceu a existência de relação de emprego entre as partes. Reclamação que se baseia no descumprimento da tese fixada na ADPF 324, sob minha relatoria, além da ADC 48, sob minha relatoria, e da ADI 5.625, Rel. Min. Nunes Marques. 2. Aderência da reclamação aos paradigmas. Esta Corte tem decidido que as teses fixadas nos precedentes mencionados não se limitam a fixar a licitude da terceirização, mas, em sentido mais amplo, definem a legalidade de outros vínculos de trabalho diversos do celetista. Por esse prisma, a reclamação cumpre o requisito de aderência aos precedentes alegadamente violados. 4. Desnecessidade de revolvimento de matéria fática. A decisão agravada firmou-se nos critérios jurídicos fixados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para a configuração legítima de outras formas de relação de emprego, não implicando revolvimento da matéria fática-probatória. 5. Violação efetiva das teses jurídicas do STF. Ao desconsiderar a possibilidade de outra forma de relação de trabalho, a partir de uma diferenciação entre a atividade-meio e a atividade-fim da empresa, a Corte de origem descumpriu o que foi decidido pelo STF nos precedentes. O contrato de emprego não é a única forma de se estabelecerem relações de trabalho, pois um mesmo mercado pode comportar alguns profissionais que sejam contratados pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho e outros profissionais cuja atuação tenha um caráter de eventualidade ou maior autonomia. 6. Outras relações de trabalho, portanto, podem ser admitidas no ordenamento (como, p. ex., contratos de terceirização de mão de obra, parceria, sociedade e de prestação de serviços por pessoa jurídica - pejotização), desde que o vínculo seja real, sem fraude à lei trabalhista. No caso, não se trata de trabalhador hipossuficiente, inexistindo coação, de modo que se pôde fazer uma escolha esclarecida sobre o regime de trabalho a ser exercido. 7. Agravos internos aos quais se nega provimento.

Elaborado pelo autor, com base na pesquisa ao STF.

O Ministro Barroso, relator da decisão agravada, entendeu que a decisão monocrática, aliás, julgada por ele mesmo, firmou-se nos “critérios jurídicos fixados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para a configuração legítima de outras formas de relação de emprego, não implicando revolvimento da matéria fática-probatória”. Segundo a amostra de pesquisa, esse é o entendimento majoritário da Corte.

A análise dos resultados da pesquisa aponta que o posicionamento adotado pelo STF nas suas decisões é construído a partir de três fundamentos: (1) a legitimidade de formas atípicas de contratação da mão de obra, (2) a ausência de condição de vulnerabilidade do profissional liberal na relação de trabalho e (3) a liberdade do trabalhador na escolha da modalidade do labor.

O primeiro argumento utilizado nos acórdãos recai na interpretação de que a relação de emprego não é a única relação de trabalho recepcionada pelo ordenamento jurídico, lógica defendida veementemente nos julgamentos do RE 958.252 (Tema 725) e da ADPF nº 324. Nesse contexto, admite-se a presença das

formas atípicas de contratação, em nome da proteção dos princípios constitucionais da livre iniciativa e da livre concorrência. Assim, prega-se que a Constituição não impõe a adoção de um modelo específico de trabalho e nem veda o desenvolvimento de formas flexíveis, as quais são tidas como essenciais para a sobrevivência e desenvolvimento econômico das empresas. Logo, conforme assentados nos precedentes obrigatórios, é lícita toda forma de subcontratação, independentemente da natureza da atividade.

O segundo fundamento utilizado pela Suprema Corte se refere à noção de que os profissionais liberais envolvidos na pejotização não são hipossuficientes. A pesquisa revela que o STF tem entendido que algumas categorias, como roteirista[20], auditoria[21], consultoria[22], medicina[23], corretores de imóveis[24] e, principalmente, advocacia[25], não possuem vulnerabilidade ao firmar a relação jurídica, como é possível observar na ementa de uma das decisões avaliadas:

> DIREITO DO TRABALHO. AGRAVO INTERNO EM RECLAMAÇÃO. ALEGAÇÃO DE AFRONTA ÀS DECISÕES PROFERIDAS NA ADPF 324, NO RE 958.252, NA ADC 48, NA ADI 3.961 E NA ADI 5.625. LICITUDE DE OUTRAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E DE PACTUAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO. 1. Agravo interno interposto contra decisão monocrática pela qual se julgou procedente o pedido formulado na reclamação, para cassar decisão de Tribunal Regional do Trabalho que afastou contrato de sociedade, reconhecendo a existência de relação de emprego entre as partes. 2. Ofensa ao decidido nos paradigmas invocados (ADPF 324, no RE 958.252 (Tema 725 RG), na ADC 48 e na ADIs 3.961 e 5.625), nos quais se reconheceu a licitude de outras formas de organização da produção e de pactuação da força de trabalho. 3. O contrato de emprego não é a única forma de se estabelecerem relações de trabalho, pois um mesmo mercado pode comportar alguns profissionais que sejam contratados pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho e outros profissionais cuja atuação tenha um caráter de eventualidade ou maior autonomia. 4. São lícitos, ainda que para a execução da atividade-fim da empresa, os contratos de terceirização de mão de obra, parceria, sociedade e de prestação de serviços por pessoa jurídica (pejotização), desde que o contrato seja real; isto é, de que não haja relação de emprego com a empresa tomadora do serviço, com subordinação, horário para cumprir e outras obrigações típicas do contrato trabalhista, hipótese em que se estaria

---

[20] Rcl 64256 AgR-AgR (Amostra 76).
[21] Rcl 68236 AgR (Amostra 77).
[22] Rcl 62430 AgR (amostra 59), Rcl 62920 AgR (amostra 62), Rcl 64337 AgR (amostra 72), Rcl 69635 AgR (amostra 98).
[23] Rcl 57917 AgR (amostra 41), Rcl 57057 AgR (amostra 42), Rcl 67953 AgR (amostra 71).
[24] Rcl 56098 AgR-terceiro (amostra 45), Rcl 62854 AgR (amostra 58), Rcl 68963 AgR (amostra 78), Rcl 62835 AgR (amostra 80), Rcl 68524 AgR (amostra 85), Rcl 70083 AgR (amostra 97), Rcl 68235 AgR (amostra 110), Rcl 65909 AgR-segundo (amostra 115).
[25] Por exemplo, Rcl 63616 AgR (amostra 61), Rcl 62817 AgR (amostra 73), Rcl 69016 AgR (amostra 87), Rcl 70159 AgR (amostra 96), Rcl 68356 AgR (amostra 105), Rcl 69222 AgR (amostra 109), Rcl 68235 AgR (amostra 110)

> fraudando a contratação. 5. Caso em que o reclamante não se trata de trabalhador hipossuficiente, sendo capaz, portanto, de fazer uma escolha esclarecida sobre sua contratação. Inexistente, na decisão reclamada, qualquer elemento concreto de que tenha havido coação na contratação celebrada. 6. Agravo interno a que se nega provimento. (Acórdão da decisão publicada em 30/03/2023, referente ao Processo nº Rcl 56285 AgR, de relatoria do Ministro Luís Roberto Barroso – Amostra 39 (BRASIL, 2023).

Nesse sentido, o STF tem sustentado que a pejotização é prática adotada, sobretudo, por “pessoas esclarecidas”, como apontado na ementa da decisão acima. Em razão disso, não haveria condição de vulnerabilidade dentro do contrato de trabalho que justificaria a proteção estatal por meio do Poder Judiciário.

O terceiro fundamento presente nas decisões é de que os profissionais liberais possuem autonomia na escolha do modelo de contratação. A pejotização seria, pois, uma opção conscientemente tomada pelas partes envolvidas, em razão de seu potencial custo-benefício, principalmente em relação ao sistema tributário. Contudo, vale lembrar que a pejotização é frequentemente utilizada para mascarar uma verdadeira relação de emprego, e, por conseguinte, obter a redução de custos. Isto ocorre quando o contrato de trabalho de uma pessoa física transmuta para um contrato civil de prestação de serviços através de uma pessoa jurídica. Tal procedimento não se confunde com a autêntica terceirização, na qual é feita a transferência lícita da atividade-meio da contratante para uma empresa prestadora de serviços, que seja especializada e possua capacidade econômica compatível com a sua execução, podendo, inclusive, ser transferida a sua atividade principal.

Observa-se a presença do elemento econômico nos três fundamentos adotados pelo STF nas decisões sobre pejotização. Ao definir que a relação de emprego não é a única relação de trabalho recepcionada pelo ordenamento jurídico, como apontaram os Ministros nos julgamentos do RE 958.252 (Tema 725) e da ADPF nº 324, discutido no início desse capítulo, o STF defendeu o desenvolvimento econômico das empresas, a livre iniciativa e a liberdade de organização produtiva dos cidadãos. Quando o Supremo entende que os trabalhadores pejotizados não são hipossuficientes, sendo capazes de fazer uma escolha esclarecida sobre sua contratação (p. ex. Rcl 60436 AgR – amostra 47), os indivíduos tornam-se empresários de si mesmos. Consequentemente, o fundamento do STF é de que o indivíduo possui responsabilidade sobre a sua trajetória de vida e de trabalho, avaliando e optando pelas melhores escolhas em relação à sua vida profissional e econômica.

Prevalece, portanto, o reconhecimento da licitude de outras formas de relação de trabalho, que não a relação de emprego celetista (terceirização; parceria entre salões de beleza e profissionais do setor; contratação de profissionais liberais como pessoas jurídicas; motorista de aplicativo e plataforma; transportador de carga autônomo; franqueado). Assim, é entendimento da Suprema Corte a constitucionalidade de formas alternativas à relação de emprego que permitem diversos tipos de contratos distintos da estrutura tradicional do contrato de emprego regido pela CLT.

A tese reproduzida pelo STF instaura uma nova racionalidade do Direito do Trabalho em que se considera legítima a prestação de serviços, sem configuração de vínculo empregatício entre as partes envolvidas, ainda que reconhecida a existência dos requisitos do artigo 3º da CLT pela Justiça do Trabalho, ante a autonomia da vontade de trabalhadores tidos como hipersuficientes. De forma geral, esta modalidade de contratação é caracterizada, sobretudo, pela constituição de uma pessoa jurídica pelo trabalhador para prestação de serviços que são, em sua maioria, de caráter intelectual, estabelecendo entre as partes uma relação interempresarial, o que afasta qualquer incidência das regras trabalhistas. Na pejotização, impera a lógica de empreendedorismo, sob a promessa de possibilidade de um trabalho prestado com autonomia, com melhor remuneração e diminuição com os descontos tributários. Contudo, a realidade fática é frequentemente distinta das promessas, como veremos no próximo capítulo.

Antes de discutir sobre o que está em jogo nas lutas simbólicas, convém finalizar o presente capítulo apontando algumas decisões do STF que impactaram os trabalhadores de maneira geral.

2.6 OUTROS POSICIONAMENTOS

Desde 2017, o discurso de necessidade da flexibilização das normas trabalhistas ganhou força no Brasil. Como apontado até aqui, a atuação do Poder Executivo e do Poder Legislativo geraram a promulgação da Reforma Trabalhista, a qual impactou diretamente na legislação trabalhista. No Poder Judiciário, em meio às lutas simbólicas pelo Direito do Trabalho, o STF vem ampliando as matérias em que é afastada a competência da Justiça do Trabalho, sob o argumento de que a Constituição não exclui a possibilidade de outros tipos de relação de emprego. Além

da Suprema Corte considerar lícita a terceirização, a pejotização, ratificar mudanças legislativas que afastam a competência da Justiça do Trabalho para determinadas categorias, outras decisões repercutiram na esfera trabalhista.

É verdade que algumas decisões do STF podem ser interpretadas de forma positiva para os trabalhadores. Em outubro de 2018, por exemplo, ao apreciar o Tema 497 da repercussão geral (RE 629053, amostra 13), o Plenário negou provimento ao recurso extraordinário interposto contra acórdão do TST que, fundado no item I do Verbete 244 da Súmula daquela Corte, assentou que o desconhecimento da gravidez por parte do empregador não exclui o direito ao recebimento da indenização relativa ao período de estabilidade da gestante. Assim, a incidência da estabilidade prevista no art. 10, II, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal, somente exige a anterioridade da gravidez à dispensa sem justa causa.

Também relacionado às trabalhadoras, o STF declarou inconstitucional a expressão “quando apresentar atestado de saúde, emitido por médico de confiança da mulher, que recomende o afastamento”, contida nos incisos II e III do art. 394-A da CLT, inseridos pelo art. 1º da Lei 13.467/2017. Assinalou-se que a proteção à maternidade e a integral proteção à criança, inclusive ao nascituro e ao recém-nascido lactente, são direitos irrenunciáveis. Ainda, apontou que a tutela da mulher grávida ou lactante contra o trabalho insalubre caracteriza-se como importante direito social instrumental protetivo tanto da mulher quanto da criança.

Em outubro de 2022, ao julgar a ADI 6327, o STF concluiu que nos casos de internações pós-parto que durem mais de duas semanas, o termo inicial da licença-maternidade e do salário-maternidade é a alta hospitalar da mãe ou do recém-nascido — o que ocorrer por último —, prorrogando-se ambos os benefícios por igual período ao da internação, visto que não podem ser reduzidos de modo irrazoável e conflitante com o direito social de proteção à maternidade e à infância. Também cabe apontar a extensão da licença-maternidade à mulher não gestante em união estável homoafetiva (tema 1072).

Por outro lado, além das decisões já analisadas nessa pesquisa, outras intensificaram a flexibilização das regras trabalhistas. Durante a pandemia, por exemplo, ao julgar a ADI 6363, em 2020, o STF declarou a constitucionalidade da Medida Provisória 936/2020, adotada pelo Governo Bolsonaro, na parte em que autoriza a redução da jornada de trabalho e do salário ou a suspensão temporária do

contrato de trabalho por meio de acordos individuais em razão da pandemia do novo coronavírus, independentemente de anuência sindical. Em seguida, o Corte declarou que havia indícios de inconstitucionalidade nos arts. 29 e 31 da Medida Provisória 927/20202, a qual dispôs sobre a possibilidade de celebração de acordo individual escrito, a fim de garantir a permanência do vínculo empregatício, durante o período da pandemia do novo coronarvírus (covid-19), bem como sobre diversas providências a serem tomadas nesse período de calamidade pública relativas aos contratos de trabalho. Posteriormente, em maio de 2022, ao julgar a ADPF 323, o STF entendeu ser inconstitucional a interpretação jurisprudencial da Justiça do Trabalho que mantinha a validade de direitos fixados em cláusulas coletivas com prazo já expirado até que novo acordo ou convenção coletiva fosse firmado.

Outra decisão importante foi sobre a jornada de 12 horas de trabalho por 36 horas ininterruptas de descanso, ou, simplesmente, 12 x 36. Em julho de 2023, no julgamento da ADI 5994 (amostra 43), ajuizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde (CNTS), o Plenário do STF, por maioria, manteve regra da Reforma Trabalhista de 2017 (Lei 13.467/2017) que permite a adoção da jornada de trabalho de 12 x 36, por meio de acordo individual escrito entre o empregador e o trabalhador, observados ou indenizados os intervalos para repouso e alimentação. Segundo o voto do Ministro Gilmar Mendes, prevalecente, o acordo individual está inserido na liberdade do trabalhador, mote da Reforma Trabalhista.

Em dezembro de 2024, o STF considerou constitucional o trabalho intermitente, modalidade de contrato de trabalho proposta pela Reforma Trabalhista de 2017. Como apresentado anteriormente, trata-se de uma modalidade de prestação de serviços em que o empregador convoca o trabalhador para prestar serviços quando necessário, com antecedência, e a remuneração é feita pelas horas efetivamente trabalhadas, sem recebimento de salário-base durante os períodos de inatividade. Esse tipo de contrato prevê a subordinação, mas flexibiliza outros elementos da relação de emprego, como veremos no próximo capítulo. Se por um lado mantém os alguns direitos trabalhistas, como férias, 13º salário, FGTS, por exemplo, por outro eles são flexibilizados em razão da proporcionalidade do tempo trabalhado.

A decisão sobre a constitucionalidade do contrato intermitente foi tomada nas ADI´s 5826, 5829 e 6154. Prevaleceu o entendimento do relator, ministro Nunes Marques, que afirmou que o trabalho intermitente pode representar um modelo intermediário entre o trabalho informal (que não oferece garantias mínimas) e o

trabalho com vínculo de emprego (que não tem alternância, nem flexibilidade). De acordo com ele, não há “fragilização das relações de emprego” ou “ofensa ao princípio do retrocesso”, pois “a inovação pode resultar em oportunidades e benefícios para ambas as partes”. O Ministro ressaltou que o contrato intermitente garante o pagamento de parcelas como repouso semanal remunerado, recolhimentos previdenciários, férias e 13º salário proporcionais etc. Além disso, o salário por hora do trabalhador intermitente não pode ser inferior ao salário mínimo ou à remuneração paga no mesmo estabelecimento aos trabalhadores com contratos comuns que exerçam a mesma função.

Ficaram vencidos o Ministro Edson Fachin e as Ministras Rosa Weber (aposentada) e Cármen Lúcia. Para Fachin, a Constituição não impede de forma expressa a criação do contrato intermitente, mas os parâmetros legais da reforma não garantem a proteção dos direitos trabalhistas fundamentais, como a remuneração não inferior a um salário mínimo. Segundo ele, essa forma de contratação é imprevisível quanto à remuneração, que é um elemento essencial da relação trabalhista. Nesse cenário, o trabalhador não consegue planejar sua vida financeira, “de forma que estará sempre em situação de precariedade e fragilidade social”.

Fachin ressaltou que direitos fundamentais como 13º salário, férias remuneradas e seguro-desemprego ficam suspensos por todo o período em que o trabalhador intermitente não estiver prestando serviços, embora ainda esteja formalmente contratado. Ainda segundo ele, a regra criada pela reforma “não concretiza, como seria seu dever, o princípio da dignidade da pessoa humana, promovendo, na verdade, a instrumentalização da força de trabalho humana e ameaçando, com isso, a saúde física e mental do trabalhador”. Apesar dos entendimentos divergentes, o Tribunal entendeu que a regra da Reforma Trabalhista de 2017 não suprime direitos dos trabalhadores.

Algumas decisões do STF impactaram no acesso à justiça. Em outubro de 2023, ao julgar a ADI 5766, a Suprema Corte invalidou algumas regras da Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017) que restringiam o acesso à Justiça. Para os Ministros Edson Fachin, Ricardo Lewandowski e ministra Rosa Weber, as regras impostas pela Reforma restringiam os direitos fundamentais de acesso à Justiça e o direito fundamental e da assistência judiciária gratuita. Weber observou que a desestruturação da assistência judiciária gratuita, elemento central para o acesso à Justiça, não irá resolver o problema da litigância excessiva. Para a ministra, a pretexto

de perseguir resultados econômicos e estímulos comportamentais de boa-fé processual, que poderiam ser alcançados de outras formas, “as medidas legais restringem a essência do direito fundamental dos cidadãos pobres de acesso gratuito à Justiça do Trabalho em defesa dos seus direitos”.

Prevaleceu a proposta apresentada pelo Ministro Alexandre de Moraes, que julgou inconstitucionais os dispositivos que estabelecem a necessidade de pagamento de honorários periciais e advocatícios pela parte derrotada (honorários de sucumbência), mesmo que esta seja beneficiária da Justiça gratuita (artigo 790-B, caput e parágrafo 4º, da CLT) e o que autoriza o uso de créditos trabalhistas devidos ao beneficiário de justiça gratuita, em outro processo, para o pagamento desses honorários (artigo 791-A, parágrafo 4º). Também foi considerada válida a regra (artigo 844, parágrafo 2º da CLT) que impõe o pagamento de custas pelo beneficiário da justiça gratuita que faltar à audiência inicial de julgamento e não apresente justificativa legal no prazo de 15 dias. Como apontou o relator, Ministro Luís Roberto Barroso, as regras são compatíveis com a Constituição e visam apenas evitar a judicialização excessiva das relações de trabalho e a chamada “litigância frívola”.

Algumas matérias ainda aguardam posicionamento do STF. No caso da ADIN 6002, proposta pelo Conselho Federal da OAB, discute-se a constitucionalidade dos parágrafos 1º e 3º do artigo 840 da CLT, que exigem a indicação precisa dos valores relacionados aos pedidos feitos na petição inicial. Até o momento, não houve uma decisão sobre essa questão, e a relatoria está a cargo do Ministro Cristiano Zanin. Em novembro de 2023, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais do TST se posicionou no sentido de que a indicação de valores na petição inicial deve ser considerada como mera estimativa, aguardando-se o entendimento final do STF.

A Ação Direta de Constitucionalidade (ADC) nº 80 também aguarda julgamento. Sob a relatoria do Ministro Fachin, a ADC foi apresentada pela Confederação Nacional do Sistema Financeiro em 2022, buscando obter a declaração de constitucionalidade dos parágrafos 3º e 4º do artigo 790 da CLT, que estabelecem requisitos para a concessão da gratuidade da justiça com base na comprovação de hipossuficiência financeira, e questiona a validade da súmula 463 do TST, que simplifica o deferimento desse benefício. Segundo a entidade, decisões recentes da Justiça do Trabalho têm ignorado as disposições da Reforma Trabalhista, optando por aplicar o Código de Processo Civil e a referida Súmula, exigindo apenas a declaração de hipossuficiência econômica para a concessão do benefício.

Recentemente, iniciou-se o debate sobre a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 73, proposta pelo Procurador-Geral da União. A questão é relativa ao art. 7º, XXVII da CF/88, o qual expressa, como direito fundamental dos trabalhadores, a "proteção em face da automação, na forma da Lei". Na ação, o Procurador ressalta que, decorridos mais de 36 anos desde a promulgação da Carta Magna, ainda não foi editada Lei federal que regulamente o artigo 7°, inciso XXVII, da Constituição, apesar de diversas proposições legislativas terem sido apresentadas sobre o tema. Diante disso, ele pede que o Supremo declare a omissão inconstitucional por parte do Legislativo e que fixe prazo razoável para que edite norma federal sobre a matéria.

Após esse capítulo, conclui-se que a Corte Constitucional tem se posicionado cada vez mais sobre matérias trabalhistas, especialmente após a Reforma Trabalhista de 2017. É o STF quem detém o monopólio do direito de dizer o direito, o que implica no confronto entre os agentes investidos de competência ao mesmo tempo social e técnica, fundada em uma suposta e reconhecida capacidade de interpretar de maneira mais ou menos livre ou autorizada, um determinado corpus de textos que consagram uma visão justa e legitima do mundo social (BOURDIEU, 2011a). Portanto, a sua visão dominante, tanto em matérias sobre terceirização, pejotização ou cassação do reconhecimento de vínculo de emprego, alteraram o Direito do Trabalho, especialmente nos últimos sete anos.

Constata-se que os julgamentos seguem uma tendência de esvaziamento da Justiça do Trabalho, com ênfase na valorização da livre iniciativa, do negociado sobre o legislado e nos novos modelos de negócio/contratação. Essas decisões podem moldar significativamente o futuro das relações de trabalho no Brasil. Acompanhar essas decisões é fundamental para entender as mudanças no panorama trabalhista e suas implicações para empregadores, empregados e, de uma maneira geral, para a sociedade brasileira.

3 O QUE ESTÁ EM JOGO

Terceirização, pejotização e cassação do reconhecimento de vínculo de emprego. Nos últimos anos houve um crescimento do protagonismo do Supremo Tribunal Federal em matéria trabalhista, onde muitas decisões da Justiça do Trabalho, em sua maioria, favoráveis aos trabalhadores, foram modificadas e deslegitimadas. Essas lutas travadas no interior do campo jurídico, especialmente no STF, estão alterando as relações de trabalho e emprego, colocando em xeque a sobrevivência do Direito do Trabalho.

Não apenas o Estado, mas também o campo jurídico tem se curvado aos poderes do campo econômico. Observamos no capítulo anterior que os julgamentos do STF seguem uma tendência de esvaziamento da Justiça do Trabalho. Com ênfase na valorização da livre iniciativa, do negociado sobre o legislado e nos novos modelos de negócio/contratação, colocam em dúvida os entendimentos até então consolidados acerca das relações de trabalho e emprego no Brasil. O campo econômico e o campo jurídico se relacionam e intensificam as lutas simbólicas, cujo objetivo, ao final, é impor uma visão de mundo hegemônica.

O objetivo desse capítulo é situar a relação de emprego como objeto das disputas pelo Direito do Trabalho. A intenção é analisar as alterações e flexibilizações que colocam em xeque não apenas os elementos da relação de emprego, mas a própria existência do Direito do Trabalho e da Justiça do Trabalho. Assim, nesse capítulo veremos que as principais lutas simbólicas pelo Direito do Trabalho ocorrem em torno da regulamentação do trabalho.

Inicialmente, a relação de emprego e as disputas históricas em torno de sua regulamentação serão problematizadas como o objeto central das lutas simbólicas. Em seguida, serão debatidos os elementos ou requisitos que caracterizam a relação de emprego no Brasil, situando-os diante das disputas e mudanças históricas-jurídicas da contemporaneidade. Após, serão investigadas as mudanças legislativas e, por fim, será analisado o Direito do Trabalho segundo o STF.

3.1 A REGULAÇÃO DO TRABALHO COMO OBJETO DE DISPUTAS

O Direito do Trabalho nasceu e se desenvolve para promover o equilíbrio das relações de emprego, que são naturalmente assimétricas. A sua origem está ligada ao trabalho livre e útil da Revolução Industrial, onde vivia-se momentos áureos do liberalismo, cujas primeiras elaborações de uma teoria econômica são atribuídas a Adam Smith e, depois, David Ricardo, na Inglaterra. Esse liberalismo, cuja origem remonta ao século XVIII, descendeu do iluminismo universalista e de sua aposta na razão e na ciência como impulsionadoras do progresso, em oposição ao mercantilismo e à sua lógica intervencionista. Via-se o equilíbrio como tendência natural e as formas de convivência engendradas pelo mercado as únicas aptas a preservar a liberdade do indivíduo contra as pretensões de despotismo do poder político.

No século XIX, estruturava-se na Inglaterra vitoriana o livre mercado. O *laissez faire* encontraria circunstâncias históricas favoráveis à sua afirmação, aliadas a um Parlamento no qual a maioria do povo não estava representada, dada a natureza do voto censitário, fundado no direito de propriedade. A crescente industrialização, baseada nas indústrias de bens de capital, criava e oferecia as condições para a expansão dos mercados para esses bens. Foi nesse contexto, sobretudo a partir da grande indústria, que se constituíram as condições materiais que permitiram o nascimento do Direito do Trabalho (BIAVASCHI, 2007).

> Em meio ao processo de acumulação do capital e exploração das forças de trabalho, agudizavam-se conflitos e tensões sociais aptos a impulsionar a luta por direitos. Muitos os relatos da época revelando as atrocidades cometidas contra os trabalhadores, em situação perversa e sem proteção do Estado, sobretudo quanto à limitação da jornada de trabalho e à regulação dos salários. As cenas descritas por grandes homens da época, entre eles Lênin, Marx e, mais tarde, o Papa Leão XIII, na Encíclica Rerum Novarum, desnudavam uma brutal desigualdade constituinte da relação capital e trabalho. De um lado, trabalhadores e trabalhadoras, adultos e crianças desprotegidos; coisas humanas vendidas como mercadorias. De outro, os capitalistas compradores da força de trabalho, embalados por seu desejo insaciável de valorização e (re)valorização do capital e de acumulação da riqueza abstrata. Cruel desigualdade que acabava por desnudar os falsos véus de uma “harmonia” aparente e de uma propalada igualdade, de fato inexistente. Nas relações de poder das fábricas, regidas pelas Leis de troca de mercadorias, imperava a força bruta do capital. O que se via era reproduzirem-se as relações de produção capitalista, garantidas pelo movimento da acumulação de capital agora sem quaisquer limites ou formas de coerção extramercado (BIAVASCHI, 2007, p. 63).

Os trabalhadores e suas organizações reagiam às relações desumanas e precárias. A pressão pelo sufrágio universal e, depois, em sua conquista, aproximavam as massas. Em meio a esses movimentos de pressão, os intelectuais, os partidos políticos e, mais tarde, a Igreja Católica, passaram a pleitear a regulação, por meio do Estado, para evitar “a transformação do sangue das crianças em capital” (MARX, 2012, p. 313). Assim, difundiu-se a ideia de que o trabalho não deveria fazer parte da ordem liberal.

No contexto inglês, diversas Leis de proteção ao trabalho foram reivindicadas pelos trabalhadores e concedidas pelo Estado durante o século XIX. À ação de movimentos de resistência, regras destinadas a proteger o trabalho passavam a ser positivadas pelo Estado. As Leis fabris e os sindicatos eram elementos desmercantilizadores, aptos a desconstituir a lógica do sistema, em um cenário que se contrapunham princípios contraditórios: de um lado, os da harmonia e da autorregularão; de outro, o do conflito. O sufrágio ampliava-se diante da pressão popular. Os alicerces do *laissez faire* começavam a desmoronar (BIAVASCHI, 2007).

No processo da história, princípios impulsionadores de um novo Direito eram forçados, tendo na dignidade humana o ponto de partida. Na contramão de um liberalismo que não poderia dar conta da “questão social”, asseguravam-se direitos aos que trabalham a partir de certos princípios internalizados como necessidades. O Direito do Trabalho, de modo geral, originou-se das condições históricas, sociais e políticas, vinculando-se a determinados fatores que dependem do grau de civilização de cada país e, particularmente, das condições em que se formou a classe dos trabalhadores livres, com seus hábitos e exigências peculiares (MARX, 2012, p. 201).

O Direito do Trabalho se tornou parte indissociável do modelo capitalista de produção. Se há força de trabalho minimamente “livre”, existe a possibilidade de aliená-la, mediante o recebimento de contraprestações. Subsequentes crises econômicas e o atingimento de determinado patamar civilizatório possibilitaram a percepção de que, embora constitua uma relação eminentemente privada, a alienação do trabalho humano não pode obedecer apenas às Leis de mercado ou ser tratada como a venda de uma mercadoria. Passou-se a enxergar que a típica relação de trabalho é um contrato, porém entre partes econômicas e juridicamente desiguais, com poderes de negociação em geral bastante assimétricos.

A regulação do trabalho é um ramo do direito privado, e tem sua origem histórica na tradição romana individualista, que fazia repousar a relação contratual na

órbita do direito das obrigações, dos contratos de aluguel, sendo acolhido no Código Civil dos países ocidentais até fins do século XIX. Contudo, o fato de o trabalho mobilizar a pessoa do trabalhador introduz uma ambiguidade importante na relação de trabalho, que o Código Civil não pode amparar: o contrato de trabalho é um contrato de prestação de serviços por alguém que é proprietário da capacidade de trabalho a qual emana de um corpo inalienável. É o que Supiot (2014) resume na ideia de uma antinomia entre a patrimonialidade (jurídica) do trabalho, consubstanciada no contrato de aluguel, e a suprapatrimonialidade (jurídica) do corpo do trabalhador. O objeto do Direito do Trabalho, então, em lugar do serviço prestado ou do contrato de trabalho, não pode ser outro senão a pessoa do trabalhador, já que ela não pode ser separada da capacidade de desempenhar tarefas em nome de outrem (SUPIOT, 2014).

Essa ambiguidade, segundo Adalberto Cardoso (2021), foi resolvida no direito ocidental do trabalho através da síntese da tradição romana individualista com a tradição germânica, originária das corporações de ofício e de viés comunitarista, segundo a qual a fonte verdadeira da relação jurídica de trabalho é a pertença da pessoa a uma comunidade de trabalho, ou seja, a empresa. Isso porque o Direito do Trabalho confere ao trabalhador assalariado o estatuto de membro dessa comunidade, encontrando-se em uma posição estatutária, e não contratual. Esse estatuto confere um conjunto de direitos e obrigações, cuja vigência depende da posição que o trabalhador ocupa na comunidade - de trabalho (SUPIOT, 2014). Nestas condições, a tradição germânica coloca a relação de trabalho na órbita do estatuto das pessoas. Em lugar de uma relação entre homens e objetos e meios de trabalho que torna possível a troca de um trabalho assim objetivado por um salário, o Direito do Trabalho de inspiração germânica regula relações entre pessoas. Isso implica a necessidade de tratar a relação de trabalho para além do direito das obrigações. Em lugar do contrato, o estatuto.

Cardoso (2021) afirma que se trata da combinação de tradições, e não da substituição de uma pela outra ou a passagem de um modelo a outro na história. Como explica Supiot (2014), um acordo inicial voluntário é necessário à constituição de uma relação de trabalho assalariada. Mas a permanência dessa noção no Direito do Trabalho só é possível por meio de uma completa revisão da noção tradicional do contrato como aluguel de serviços, fazendo-o referir-se à pessoa que presta os serviços. Por expressar as regras e condições que autorizam a compra e venda do trabalho humano “livre”, pode-se dizer que o ramo da ciência jurídica mais

intrinsicamente ligado ao modo capitalista de produção é o Direito do Trabalho. Não é por outro motivo que, em todos os países capitalistas, onde há trabalho minimamente "livre", existe legislação trabalhista (FERNANDES, 2021). De forma ambivalente e paradoxal, ao mesmo tempo em que pode materializar "conquistas" da classe trabalhadora, o Direito do Trabalho também contribui para amenizar ou até impedir os conflitos sociais, viabilizando a perpetuação do próprio sistema capitalista.

Desde o seu surgimento, contudo, a legislação trabalhista é alvo de disputas simbólicas. Embora a história revele a importância do Direito do Trabalho para a perpetuação do sistema capitalista, muitos autores se insurgiram contra a intervenção do Estado na mediação das relações de trabalho. Para os teóricos liberais, o Estado deveria intervir apenas para assegurar o funcionamento do mercado a partir de interesses concorrenciais (DUTRA, 2021).

> O Estado liberal é um garantidor de direitos individuais que possam propiciar o funcionamento da concorrência capitalista e que regula e assegura o exercício de tais direitos tendo por prioridade a dinâmica acumulatória concorrencial. Então, existe regulação (e muita) no modelo liberal. Uma regulação materializada em um aparato judicial, administrativo e policial substancial para assegurar o direito de propriedade e as trocas comerciais, aparato esse que, em seu desenvolvimento, elabora uma série de mecanismos para assegurar a própria concorrência; e um aparato institucional e ideológico potente para estabelecer controle sobre as pessoas que são engajadas nesse sistema. Trata-se de modelo que recruta persistentemente o aparato estatal por meio da polícia e do sistema de justiça para constranger e reprimir crimes contra o patrimônio, garantir a segurança aos contratos e trocas comerciais, assegurar a propriedade, patentes, marcas, etc. e, por vezes, até mesmo para conter os trabalhadores em seus questionamentos e movimentos grevistas (DUTRA, 2021, p. 43).

De fato, o modelo liberal, proposto especialmente até a metade do século XX, refuta possibilidades regulatórias voltadas à proteção de outros bens jurídicos, ou seja, recusa a proteção estatal às pessoas que trabalham, aos consumidores, ao meio ambiente. Embora não se declare abertamente que esses elementos não sejam importantes, defende-se que, supostamente, a melhor forma de alcançá-los (e de alcançar o bem-estar geral) seja a partir do funcionamento livre do mercado, que "naturalmente" nos conduziria aos melhores resultados (DUTRA, 2021). Nessa lógica, as relações de trabalho deveriam ser regulamentadas unicamente pelas Leis do mercado, ou seja, o Estado não deveria intervir.

Na mesma linha de raciocínio, autores neoliberais, como Ludwig von Mises, Friedrich von Hayek e Milton Friedman, expoentes a partir da metade do século XX, pregam que o Estado deve ser mínimo, ou seja, deve atuar apenas na garantia e

segurança da liberdade dos indivíduos e do mercado. O livre mercado seria um produto espontâneo da civilização, sendo que o papel do Estado, não seria atenuar as desigualdades do mercado, mas garantir e proteger essa ordem espontânea, ou seja, o livre mercado (LIMA, 2002). Consequentemente, o Estado não poderia intervir nas relações de trabalho, seja na imposição de um salário mínimo, seja na forma de contratação. Mises (2010b), ao discutir sobre a intervenção externa ao mercado na definição do salário dos trabalhadores, sugere que a consequência é o aumento do desemprego:

> Entretanto se o governo fixar um salário mínimo por Lei acima do nível do salário estático ou natural, então os empregadores não se considerarão mais em condições de tocar, com sucesso, um determinado número de empresas, ainda lucrativas, quando os salários se encontravam em patamar inferior. Diminuirão, portanto, a produção e dispensarão mão de obra. O efeito de um aumento artificial dos salários, isto é, de um aumento advindo de fora do mercado, é, portanto, a expansão do desemprego (MISES, 2010b, p. 104).

A intervenção externa ao mercado, pelos governos ou sindicatos, segundo o autor, causa a expansão do desemprego. Hayek (2010), no mesmo sentido, critica a fixação de condições de emprego:

> Ao estabelecer os termos de remuneração, ela impediria o acesso de determinadas pessoas a muitas profissões de modo tão eficaz como se as excluísse expressamente. Uma moça pouco atraente que tem grande desejo de tornar-se vendedora, um rapaz franzino que almeja um emprego no qual sua fraqueza física constitui um empecilho, assim como, de modo geral, os que parecem menos hábeis ou menos qualificados, não são necessariamente excluídos numa sociedade competitiva. Se de fato desejam tais posições, muitas vezes haverá oportunidade de se iniciarem nela mediante um sacrifício financeiro, e poderão mais tarde se destacar por qualidades a princípio menos evidentes. Mas quando a autoridade fixa a remuneração de toda uma categoria e a seleção dos candidatos é feita por meio de um teste objetivo, a força com que desejam conseguir a posição terá pouca probabilidade de ser levada em conta. A pessoa cujas qualificações não correspondem ao padrão, ou que tenha um temperamento fora do comum, já não conseguirá trabalho mediante entendimento especial com um empregador cujas inclinações se ajustem às suas necessidades específicas. Aqueles que, à rotina cotidiana, preferem trabalhar fora de horário ou mesmo levar uma existência sem obrigações, com uma renda reduzida e talvez incerta, já não terão escolha (HAYEK, 2010, p. 107).

Em nome da concorrência, Hayek (2010) questiona as limitações impostas às condições de trabalho pelos direitos trabalhistas e o acesso aos serviços sociais:

> Proibir o uso de substâncias tóxicas ou exigir precauções especiais para a sua utilização, limitar as horas de trabalho ou requerer certas disposições sanitárias, é inteiramente compatível com a manutenção da concorrência. A

> única questão é estabelecer se, neste ou naquele caso, as vantagens obtidas são maiores do que os custos sociais decorrentes de tais medidas. A manutenção da concorrência tampouco é incompatível com um amplo sistema de serviços sociais desde que a organização de tais serviços não torne ineficaz a concorrência em vastos setores da vida econômica (HAYEK, 2010, p. 59).

Friedman (2023), da mesma forma, afirma que o Estado não deve intervir na livre iniciativa. Em uma crítica à legislação norte-americana de combate à discriminação no trabalho, o autor aponta que o governo deve intervir para impedir que uma pessoa cause danos à outra, mas não há justificativa para intervir para impedir um dano do tipo negativo, como da não discriminação:

> Comissões que estudam as práticas discriminatórias na contratação de serviços por motivos de raça, cor ou religião foram criadas em numerosos estados com a tarefa de evitar a "discriminação". A existência dessas comissões constitui clara interferência na liberdade individual de estabelecer contratos de trabalho com quem quer que seja. Com isso, cada contrato está sendo submetido à aprovação ou desaprovação do Estado. Portanto, trata-se de interferência direta na liberdade, do tipo contra o qual objetaríamos em muitos outros contextos. Além disso, como acontece quase sempre com outras interferências na liberdade, os indivíduos submetidos à Lei não são em geral aqueles cujas ações os proponentes da Lei desejam controlar.
> Considerem, por exemplo, a situação de uma loja situada num bairro habitado por pessoas que têm forte aversão a serem servidas por negros. Suponhamos que uma destas lojas tenha vaga para um empregado, e o primeiro candidato a se apresentar seja negro e preencha todas as exigências estabelecidas pelo empregador. Suponhamos ainda que, como consequência da Lei em questão, a loja seja obrigada a contratá-lo. O efeito de tal ação será a redução do movimento de negócios e a imposição de prejuízo ao proprietário. Se a preferência do bairro é realmente firme, poderá levar ao fechamento da loja. Quando o proprietário de uma loja contrata empregados brancos em vez de negros, no caso de não existir uma Lei a respeito, ele pode não estar manifestando preferência ou preconceito ou gosto próprios. Pode estar simplesmente transmitindo os gostos da comunidade a que serve. Está na realidade oferecendo aos consumidores os serviços que estes desejam consumir. Entretanto, ele fica prejudicado — e pode ser mesmo o único prejudicado — por uma Lei que o proíbe de desenvolver essa atividade, isto é, que o proíba de satisfazer os gostos da comunidade contratando um empregado branco em vez de negro. Os consumidores, cujas preferências a Lei pretende corrigir, serão afetados somente no sentido de que o número de lojas ficará limitado e terão que pagar um preço mais alto porque uma delas fechou. Esta análise pode ser generalizada. Na grande maioria dos casos, os empregadores transmitem a preferência de seus clientes ou dos outros empregados, quando adotam políticas de emprego que tratam fatores irrelevantes para a produtividade técnica e física como relevantes para o emprego. De fato, os empregadores têm tipicamente um incentivo, como já observado, para tentar de todos os modos satisfazer as preferências dos clientes ou dos empregados — se o não atendimento de tais preferências podem custar-lhes mais caro.
> Os proponentes de tais comissões argumentam que a interferência com a liberdade individual de estabelecer contratos de trabalho está justificada: o indivíduo que recusa empregar um negro, quando está devidamente qualificado para o cargo, em termos de capacidade física produtiva, prejudica com isto outros indivíduos, isto é, o grupo de cor ou religioso em questão que

> tem suas oportunidades de trabalho limitadas. Este argumento envolve uma séria confusão entre dois tipos muito diferentes de dano. Um tipo está constituído pelo dano positivo que um indivíduo faz a outro por meio de força física ou obrigando-o a estabelecer determinado contrato contra a sua vontade. Exemplo óbvio é o do homem que fere outro com um porrete. Exemplo menos óbvio é o da poluição dos rios, comentado no capítulo II. O segundo tipo está constituído pelo dano negativo que ocorre quando dois indivíduos não estão em condições de firmar um contrato mutuamente conveniente — como no caso de um não estar disposto a comprar alguma coisa que outro quer vender. Se a comunidade, de modo geral, prefere cantores de blues em vez de cantores de ópera, ela está realmente aumentando o bem-estar dos primeiros em relação aos segundos. Se um cantor de blues pode encontrar emprego e um cantor de ópera não pode, isto significa que o primeiro está oferecendo serviços que a comunidade acha conveniente comprar, e o segundo não está. O cantor de ópera está sendo" prejudicado "pelos gostos da comunidade. Ele estaria em situação melhor — e os cantores de blues estariam sendo prejudicados — se os gostos da comunidade fossem diferentes. Evidentemente, esse tipo de dano não envolve nenhuma troca involuntária ou uma imposição de custos ou a garantia de benefícios a terceiros. É evidente que o governo deve intervir para impedir que uma pessoa imponha dano a outra, isto é, para impedir coerção. Mas não há nenhuma justificativa para que o governo intervenha com o fim de impedir o" dano "do tipo negativo. Ao contrário, tais intervenções do Estado reduzem a liberdade (FRIEDMAN, 2023, p. 116/117).

Para Friedman (2023), assim como para Hayek e Mises, o papel do Estado não deve ser o de atenuar as desigualdades do mercado ou garantir a liberdade e igualdade de oportunidades aos indivíduos. O papel do Estado deve ser garantir e proteger a ordem espontânea instituída pelo livre mercado. As relações de trabalho, consequentemente, devem funcionar sem interferências estatais, devem ser desregulamentadas, ou seja, o mercado de trabalho deve estar livre de regras e regulamentações impostas por agentes externos ao mercado (econômico) (MISES, [20--], p. 74).

A discussão sobre regular ou não regular, de regular mais ou regular menos, pode ser enganosa. Como aponta Renata Dutra (2021, p. 42), as relações sociais e produtivas são sempre reguladas de alguma forma, em algum sentido. Essa forma pode ser mais protetiva das pessoas ou mais protetiva à propriedade, ela pode ter um conjunto de preocupações e prioridades ou outro, mas o fato é que sempre há algum tipo de regulação. Desmontar uma regulação protetiva, diz a autora, não significa regular menos, mas regular em um sentido privatístico, mercadológico, que pode implicar tanta atividade regulatória quanto a presente na regulação protetiva, porém em sentido diverso. É aqui que se insere a celeuma das disputas.

As formas de regulação do trabalho constituem o objeto das principais lutas simbólicas pelo Direito do Trabalho. Como pano de fundo, revelam-se os poderes

simbólicos do campo econômico que determinam as posições e tomadas de decisões dos agentes de acordo. Como resultado das lutas simbólicas, tem-se a própria existência do Direito do Trabalho. Isso porque se há a regulação em sentido privatístico, mercadológico, ou seja, a caracterização da relação cível entre as partes, como propõe os teóricos liberais, estaremos diante da inaplicabilidade de grande parte das normas que compõe o arcabouço jurídico de proteção aos trabalhadores. Se há regulação cível, não há regulação trabalhista. Indo além: se não há intervenção do Estado nas relações de trabalho, não há a possiblidade de imposição de regras mínimas para proteção. Nesses casos, há, apenas, regulamentação livre do mercado.

A descaracterização da relação de emprego significa, no plano prático brasileiro, a inaplicabilidade das normas trabalhistas, em especial a CLT e as previsões constitucionais trabalhistas. Considerando que trabalhador é gênero, a qual abrange “todas as formas de trabalho humano”, e “empregado” é espécie, ou seja, apenas uma das modalidades da relação de trabalho, trabalhadores autônomos[26], eventuais e avulsos, por exemplo, não são regidos pela CLT. “Empregado” pode ser dividido entre os empregados típicos (com regras previstas na CLT) e empregados atípicos (que possuem legislação trabalhista própria, como, por exemplo, os empregados domésticos e os rurais).

Relação de trabalho diz respeito a toda e qualquer atividade humana que haja prestação de trabalho, podendo a Lei fixar a competência da Justiça do Trabalho para dirimir os conflitos dela emergentes (conforme o art. 114 da Constituição Federal), bem como estender alguns direitos trabalhistas próprios dos empregados aos sujeitos figurantes deste tipo de relação jurídica, tal como ocorre na hipótese do trabalhador avulso (art. 7º XXXIV da Constituição Federal). Por outro lado, a relação de emprego ocupa-se de um tipo específico da atividade humana: o trabalho subordinado, prestado por um tipo especial de trabalhador, que é o empregado. Nesse caso, o que importa é a relação jurídica existente entre o empregado e o empregador para efeito de aplicação do Direito do Trabalho (LEITE, 2014).

Em junho de 2024, 46,48 milhões de pessoas estavam formalmente empregadas nos setores público e privado no Brasil, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE (Pnad Contínua) (2024d). A formalidade do

---

[26] A Lei (Reforma Trabalhista de 2017) disciplinou sobre o contrato de trabalho autônomo dentro da CLT (art. 442-B), porém não se referiu à aplicação de direitos trabalhistas à este trabalhador.

trabalhador, materializada pela Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), proporciona uma vasta gama de benefícios, alicerçados não apenas pela legislação trabalhista, como também por acordos entre sindicatos e empregadores. O contrato de trabalho formal não se limita ao registro em carteira, ele também estabelece a jornada de trabalho máxima, o direito ao repouso semanal remunerado, férias, 13º salário, e proteções adicionais como o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), seguro-desemprego, entre benefícios trabalhistas.

Por outro lado, mais de 39 milhões de trabalhadores estavam na informalidade no país, durante o mesmo período, segundo o IBGE (2024c). Isso significa que 38,9% da população ocupada no Brasil não possui um emprego formal. De acordo com o IBGE, a informalidade inclui empregados do setor privado sem contrato formal de trabalho, trabalhadores domésticos sem registro formal de emprego, empregadores e trabalhadores autônomos sem registro no CNPJ, bem como trabalhadores familiares auxiliares. Essas categorias não possuem as garantias e benefícios concedidos aos empregados formais, com carteira assinada, logo, não há as garantias dos benefícios previdenciários, jornadas máximas, salário mínimo, férias entre outros direitos.

É verdade que expressiva parcela da classe trabalhadora brasileira sempre esteve privada do conjunto de direitos de proteção social. Contudo, houve um intenso processo de precarização do trabalho nas últimas décadas, cujo resultado foi o aumento na instabilidade dos empregos, da informalidade, da subcontratação e a consequente perda de direitos e garantias trabalhistas historicamente construídas. A Reforma Trabalhista de 2017 (Lei nº 13.467), foi uma das causas responsáveis por provocar uma transformação na organização do trabalho, pois regulamentou contratações atípicas, como o trabalho temporário, terceirizado, jornada parcial, trabalho autônomo, e institucionalizou uma nova forma contratual, qual seja, o trabalho intermitente.

Esse processo complexo, que envolve desde mudanças políticas até tecnológicas, ocasiona a descaracterização dos elementos da relação de emprego e, com isso, a própria incidência do Direito do Trabalho. Novos entendimentos jurisprudenciais sobre a autonomia de trabalhadores, como observamos no capítulo anterior, afastam trabalhadores da regulação e, consequentemente, dos direitos previstos na CLT. Novas ferramentas tecnológicas são desenvolvidas e, também, impactam nas definições dos elementos da relação de emprego. Ou seja, diante das constantes mudanças sociais, políticas e econômicas, acirram-se as lutas simbólicas

pela caracterização do trabalho e do emprego, refletindo no alcance do Direito do Trabalho para uma parcela significativa da população.

No palco das disputas, há a presença de diferentes atores. Evidentemente, o Estado, organização política homogeneizadora (BOURDIEU, 2014), está presente. Em seu seio, há naturais divergências e infiltrações que o descaracterizam enquanto campo monolítico, pois a esfera regulamentória, mais ampla que o Estado, é sede de conflitos e disputas que engendram concessões parciais, avanços e recuos. Para além das instituições e de suas representações formais, há a interferência dos sujeitos individuais e coletivos, tanto do espectro patronal como do espectro dos trabalhadores, que participam dessa luta simbólica, disputando-a ora abertamente – espaço das negociações coletivas, das greves, das disputas discursivas – ora subterraneamente, e aqui se incluem o lobby empresarial, as estratégias políticas, as práticas de gestão e o exercício do poder empresarial, bem como os mecanismos de resistência individual e coletiva que os trabalhadores desenvolvem no cotidiano do local de trabalho e por meio das quais disputam um outro modo de regulação no espaço-tempo da vivência do trabalho (DUTRA, 2021).

O objeto da luta simbólica é a regulamentação do trabalho e do emprego e o resultado é o alcance (ou a sobrevivência) do Direito do Trabalho. Essa luta é dinâmica, de tal forma que, em certos contextos históricos, as disputas do padrão de regulamentação podem ser tão intensas a ponto de remodelar os modos de acumulação. E a recíproca também é verdadeira: crises no padrão de acumulação podem ensejar rearranjos que, para se fazerem exequíveis, tensionam os elementos de regulamentação a ponto de transformá-los, como aconteceu quando da reestruturação produtiva pós-fordista na década de 1970, com o consequente rearranjo do padrão de regulamentação fordista em favor de um padrão de regulação flexível e desprotetivo. Nada está dado, e, nesse cenário de disputas, o Direito do Trabalho é uma linguagem e uma agenda que tensiona e é tensionada pelos padrões acumulatórios e regulatórios (DUTRA, 2021).

3.2 "MUDAR NÃO MUDANDO": AS DISPUTAS PELOS ELEMENTOS DA RELAÇÃO DE EMPREGO

O processo de regulamentação do trabalho no Brasil é diferente de outros países. Aqui, a regulamentação do uso da mão de obra livre acompanhou o processo

de transição do trabalho escravo para o livre. Lento e permeado por situações de resistências, a regulamentação no país foi impulsionada, por um lado, por imperativos de liberdade, mas, por outro, pela necessidade de contar com mão de obra substitutiva do braço escravo que atendesse tanto às demandas das plantações cafeeiras como às que buscavam disciplinar as relações de parceria, em geral conflituosas, que se estabeleciam entre os proprietários das fazendas e os colonos imigrantes (BIAVASCHI, 2007). Ao contrário do "mito da outorga", a questão social no Brasil apresenta um passado de lutas (GOMES, 2015). Apenas a partir da década de 1930 é que os direitos trabalhistas passaram a ser institucionalizados de forma sistemática, contemplando princípios do Direito Social (BIAVASCHI, 2007).

A promulgação do Decreto-Lei no 5.452, de 1943, consolidou a legislação trabalhista que se encontrava esparsa e apresentou algumas alterações. A Consolidação das Leis Trabalhistas trouxe inovações, regulamentando assuntos completos não contidos até então em nenhuma outra legislação, conforme ocorreu em relação ao título IV referente ao contrato individual de trabalho. É verdade que alguns dos elementos do contrato de trabalho estavam diluídos em legislações diversas, como ocorria, por exemplo, com os conceitos de empregado e empregador (artigos 3º e 4º do Decreto no 24.637, de 1934 – Lei de acidentes no trabalho). Ainda assim, a verdade é que até́ o advento da CLT não havia definição explícita sobre o conceito de contrato de trabalho e as características ou elementos da relação de emprego.

A expressão "contrato de trabalho" surgiu com a Lei nº 62, em 1935, que versou sobre a rescisão do pacto laboral. Já a expressão "contrato individual de trabalho" adveio com a CLT – artigo 442. Em linhas gerais, e desde a vigência da CLT, certo é que o contrato individual de trabalho era – e é – o acordo tácito ou expresso, verbal ou escrito, e, por prazo determinado ou indeterminado, correspondente à relação de emprego. Muitos doutrinadores criticam tal previsão. Maurício Godinho Delgado (2020a) argumenta que, na verdade, o contrato não corresponde à relação de emprego, ao contrário, ele cria, ou seja, propicia o surgimento de tal relação.

> [...] o texto celetista verdadeiramente resultou de um "acordo teórico" entre as correntes contratualistas e acontratualistas na época de elaboração da CLT, na década de 40: a norma legal reverenciou a um só́ tempo, tanto a noção de contrato (teoria contratualista) como a noção de relação de emprego (teorias da relação de trabalho e institucionalistas) – em franco prejuízo à melhor técnica jurídica (DELGADO, 2020a, p. 490).

Em todo caso, os autores da exposição de motivos da CLT revelaram a adoção da natureza jurídica contratual dotada de sentido institucionalista: “[...] cumpre esclarecer que a precedência das normas de tutela sobre os contratos acentuou que a ordem institucional ou estatutária prevalece sobre a concepção contratualista” (DELGADO, 2020a, p. 494). Além de manter certa natureza contratual vinculada ao acordo de vontades, prevalece o conteúdo estatutário ou institucional. Assim, há uma combinação da esfera fática com o elemento jurídico (contratual).

Seguindo o raciocínio que permeava o Código Civil de 1916 em relação ao contrato de locação de serviços, instituiu-se o contrato com prazo determinado e proibiu-se o trabalho por toda a vida para evitar situações de escravidão. Ainda, seguindo uma tendência que se irá tornar ainda mais forte a partir das restrições apresentadas quanto aos contratos por prazo determinado, encontra-se o princípio da continuidade da relação de emprego permeando o texto celetista no que atine à disciplina do contrato individual de trabalho.

Em relação à regulamentação da autonomia da vontade, observa-se o intervencionismo do Estado no domínio do contrato celebrado entre empregador e empregado. Ao passo que reflete o princípio da autonomia da vontade, a CLT apresenta significativas limitações, como é possível observar, por exemplo, nos caputs dos artigos 444 e 468 da CLT:

> Art. 444 - As relações contratuais de trabalho podem ser objeto de livre estipulação das partes interessadas em tudo quanto não contravenha às disposições de proteção ao trabalho, aos contratos coletivos que lhes sejam aplicáveis e às decisões das autoridades competentes.
>
> Art. 468 - Nos contratos individuais de trabalho só é lícita a alteração das respectivas condições por mútuo consentimento, e ainda assim desde que não resultem, direta ou indiretamente, prejuízos ao empregado, sob pena de nulidade da cláusula infringente desta garantia.

Os teóricos liberais criticam essa intervenção estatal nas relações de trabalho. A intervenção, que é considerada por Mises (2010c, p. 21) como a “norma restritiva imposta por um órgão governamental, que força os donos dos meios de produção e empresários a empregarem destes meios de uma forma diferente da que empregariam”, prejudica os indivíduos de negociar livremente as condições de seus contratos. A posição liberal remonta à teoria anticontratualista, a qual critica a limitação do trabalhador a aceitar as condições unilateralmente ditadas pelos empregadores diante de sua ausência de vontade. Liberais e anticontratualistas,

portanto, opõem-se à ausência de livre discussão por parte do empregado e à imposição de regras de ordem pública, imperativas e impostergáveis, que impedem a livre manifestação da vontade das partes.

Contradizendo a concepção liberal, Duménil e Lévy (2014, p. 98) apontam que os teóricos neoliberais se opõem à excessiva intervenção do Estado sempre que os governos colocam limites à liberdade dos negócios, protejam os direitos dos trabalhadores, imponham impostos sobre as altas rendas, e assim por diante. Em que pesem as regras fundamentais ditadas pelo Estado (limitação da jornada de trabalho, salário mínimo, férias etc.) e o fato de o regulamento da empresa decorrer, em grande parte, da vontade do empregador, é inequívoca a liberdade do empregado para aceitar as condições estabelecidas previamente pelo empregador, característica que aproxima o contrato de trabalho com o contrato de adesão, conquanto com este não se confunda. Ressalte-se, por outro lado, que as normas de ordem pública não estão presentes apenas na relação de emprego, mas, a rigor, em todo relacionamento humano.

As disputas pela regulação do trabalho não ficam limitadas à liberdade e à intervenção estatal, mas se inserem, também, no próprio conceito de contrato de trabalho e de relação de emprego. Embora a objetividade e literalidade da Lei, a conceituação e compreensão são frequentemente colocadas em xeque. Süssekind (2004, p. 81) aponta que as definições que se propõem em relação aos assuntos vinculados ao Direito do Trabalho, e à própria caracterização deste, são geralmente incompletas e limitadoras, seja pela dificuldade de englobar, numa síntese, as características marcantes da disciplina, seja porque, com a evolução desta, elas acabam superadas pelo alargamento de sua esfera de atuação ou por novas fórmulas que consagra. Isso é possível observar na CLT, pois a legislação não se ocupa de conceituar e restringir o entendimento acerca do que é o contrato de trabalho, apenas o relaciona à relação de emprego, essa formada pelo pacto contratual entre duas partes, o empregado e o empregador, sujeitos do contrato de trabalho (*caput* do art. 422). Apesar da definição dos sujeitos (art. 2º e 3º), suas características ou elementos são alvos de disputas.

Na relação de emprego há, de um lado, a figura do empregador, credor da força de trabalho e devedor da contraprestação salarial e de outras prestações sociais e assistenciais. Nos exatos termos da legislação, é considerado empregador “a empresa, individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica,

admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviço" (art. 2º, CLT). Do outro lado da relação de emprego está o empregado, considerado "toda pessoa física que presta serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário" (art. 3º, CLT). Da análise literal do dispositivo, encontram-se os requisitos necessários para a configuração do empregado: subordinação, onerosidade, habitualidade, pessoalidade e pessoa física.

Estando presente todos esses elementos ou requisitos do vínculo empregatício, denota-se, como direito do trabalhador, as vantagens esculpidas na Constituição Federal, em especial em seu artigo 7ª, bem como, todos as demais previstas na CLT:

> Art. 7º da CF/88: São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:
> I - relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de Lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos;
> II - seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário;
> III - fundo de garantia do tempo de serviço;
> IV - salário mínimo, fixado em Lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;
> V - piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho;
> VI - irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo;
> VII - garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável;
> VIII - décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;
> IX - remuneração do trabalho noturno superior à do diurno;
> X - proteção do salário na forma da Lei, constituindo crime sua retenção dolosa;
> XI - participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em Lei;
> XII - salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da Lei;
> XIII - duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho;
> XIV - jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva;
> XV - repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;
> XVI - remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal;
> XVII - gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal;
> XVIII - licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias;
> XIX - licença-paternidade, nos termos fixados em Lei;
> XX - proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos

> específicos, nos termos da Lei;
> XXI - aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da Lei;
> XXII - redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;
> XXIII - adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da Lei;
> XXIV - aposentadoria;
> XXV - assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas;
> XXVI - reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho;
> XXVII - proteção em face da automação, na forma da Lei;
> XXVIII - seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa;
> XXIX - ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho;
> XXX - proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil;
> XXXI - proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência;
> XXXII - proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos;
> XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;
> XXXIV - igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.
> Parágrafo único. São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos incisos IV, VI, VII, VIII, X, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XXI, XXII, XXIV, XXVI, XXX, XXXI e XXXIII e, atendidas as condições estabelecidas em Lei e observada a simplificação do cumprimento das obrigações tributárias, principais e acessórias, decorrentes da relação de trabalho e suas peculiaridades, os previstos nos incisos I, II, III, IX, XII, XXV e XXVIII, bem como a sua integração à previdência social.

Preenchidos os requisitos de subordinação, onerosidade, habitualidade, pessoalidade e pessoa física, a relação será de emprego e incidirão as regras mínimas de proteção ao trabalho e aos trabalhadores.

À margem destes requisitos classificatórios estão os trabalhadores autônomos e os eventuais. Autônomos são aqueles que exercem atividade econômica por sua conta e risco, sem a presença de qualquer elemento de subordinação ou dependência hierárquica na prestação de serviço realizada em favor de outrem. O contrato desses trabalhadores é regulado pela legislação civilista desde o Código Civil de 1916[27]. Na CLT, o trabalho autônomo foi regulamentado através da Lei nº 13.467, de 2017 (Reforma Trabalhista), onde passou a prever que “a contratação do

---

[27] Art. 593 do Código Civil: A prestação de serviço, que não estiver sujeita às Leis trabalhistas ou à Lei especial, reger-se-á pelas disposições deste Capítulo”.

autônomo, cumpridas por este todas as formalidades legais, com ou sem exclusividade, de forma contínua ou não, afasta a qualidade de empregado prevista no art. 3º desta Consolidação".

É verdade que a CLT possibilita o reconhecimento do vínculo de emprego se presente a subordinação (§ 6º do artigo 442-B), o que significa que a mera formalização de contrato de trabalho autônomo não afasta o contrato de trabalho quando presente todos os requisitos ou elementos da relação de emprego. De qualquer forma, possibilitou-se que os empregadores possam contratar um trabalhador autônomo com base na previsão da CLT, mas as normas do contrato de trabalho serão essencialmente regulamentadas pelo direito privado – como almejam as teorias neoliberais.

Já os trabalhadores eventuais, regulados pela Lei nº 8.212/91, são contratados em circunstâncias de excepcionalidade e transitoriedade para prestarem serviços não relacionados aos fins econômicos do empregador. Muito embora adquiram, no ato de sua contratação, a obrigação de trabalhar sob subordinação hierárquica para o cumprimento das atividades que lhes foram conferidas, falta-lhes o elemento de continuidade e permanência na relação de trabalho, eis que não possuem um posto efetivo na organização em que trabalham em razão de tais serviços não serem essenciais à finalidade econômica perseguida.

Os trabalhadores autônomos e os trabalhadores eventuais, portanto, não podem ser considerados como sujeitos do contrato de trabalho, pois não contemplam todos os requisitos para configuração da condição de empregado. Há, ainda, categorias de trabalhadores que preenchem todos os requisitos legais do art. 3º da CLT, mas são excluídos do alcance dos direitos consolidados do trabalho, uma vez que estão sobre a proteção da legislação específica, como é o caso dos trabalhadores domésticos, rurais, dos servidores públicos e servidores de autarquias paraestatais.

Diferentemente do contexto norte-americano e europeu, no Brasil presenciamos um modelo de liberalismo contraditoriamente conivente com a escravidão e com padrões aristocráticos do passado colonial – que segue reverberando suas raízes no presente. A nossa história também revela que o prometido estado social brasileiro – Era Vargas – foi apresentado como um projeto desenvolvimentista, de industrialização, em que as conquistas experimentadas em outros países aportaram aqui sendo compostas contraditoriamente com interesses políticos autoritários, que acabaram prevalecendo durante mais de 20 anos de

Ditadura Militar. Ao longo desses anos, a regulação do trabalho no país foi sendo engendrada por meio de uma complexa articulação do velho com o novo. A legislação protetiva e o acesso a um arremedo de estado social incidiam – e incidem ainda - sobre uma parte reduzida da população, ao passo que se preservam, como essenciais e articuladas ao funcionamento econômico, relações “arcaicas”, como o trabalho informal, rural e doméstico (DUTRA, 2021).

É verdade que os elementos da relação de emprego estão presentes na CLT desde sua promulgação. Contudo, a dinâmica de correlações de forças entre campos e agentes foi alterando a compreensão sobre os conceitos e disposições expressos na legislação. Mudanças sociais, políticas e econômicas transformaram os padrões de regulação: se em um período anterior tivemos alterações na legislação pelo impacto da mudança do fordismo para o pós-fordismo, recentemente presenciamos mudanças em razão do advento da indústria 4.0 e da uberização. A regulação se transformou ao sabor da correlação de forças entre os diversos sujeitos envolvidos nesse processo. Por isso, apesar de não ocorrerem mudanças na literalidade da Lei, observou-se a introdução de legislações que excepcionaram a aplicabilidade dos requisitos da relação de emprego. Ainda, evidenciando as lutas simbólicas, os entendimentos conceituais sobre os elementos foram colocados em xeque, especialmente a partir das mudanças tecnológicas.

Diante dessas disputas, convém analisar individualmente cada elemento da relação de emprego.

3.2.1 Subordinação

Dispõe o artigo 3º da CLT que é requisito para a configuração da condição de empregado o trabalho se desenvolver sob a dependência do empregador. A questão que se coloca é saber qual o exato significado e alcance da expressão “dependência”. Na acepção original, subordinação é a relação de dependência ou submissão entre pessoas, ordem estabelecida entre elas e segundo a qual umas recebem ordens ou incumbências das outras. Juridicamente, esse instituto é, talvez, o mais importante dentro da caracterização da relação de emprego, sendo compreendido quando

alguém coloca à disposição de outrem a sua força de trabalho, sendo esta dirigida e orientada de acordo com os interesses da execução do trabalho contratado.

O aspecto da subordinação, da qual o empregador dirige o modo de realização dos serviços prestados pelo empregado, tornou-se preponderante na sociedade industrial - não apenas na fábrica, mas nos outros setores da economia, mesmo nas atividades não lucrativas e no âmbito doméstico. Ao longo do século XX, e até meados da década de 1970, verificou-se uma tendência expansionista no conceito de subordinação e no próprio Direito do Trabalho, que passou a tutelar trabalhadores intelectuais, altos empregados e os trabalhadores em domicílio, dentre outros. Aos poucos, a jurisprudência foi adotando novos conceitos e a considerar a dependência econômica, potencialidade do poder empregatício e a assunção dos riscos do empreendimento, ou seja, por meio de um conjunto de indícios, o campo jurídico passou a ampliar o alcance da subordinação para outras formas de dependência.

Coincidentemente - ou não – com a ascensão da lógica liberal, verificou-se nas últimas décadas uma inversão da lógica inclusiva, regredindo-se a uma orientação restritiva do conceito de subordinação e de desvalorização dos princípios do Direito do Trabalho. Diante do contexto de novas formas de trabalho, advindas das inovações tecnológicas e da reestruturação produtiva, países europeus chegaram a adotar a figura da parassubordinação, situada entre o trabalho autônomo e o subordinado. Trata-se, em tese, de trabalhadores que dependem economicamente do tomador de serviços, mas em cuja prestação não se distinguem, de forma nítida, os traços da subordinação (MERÇON, 2012). Consequentemente, a proteção trabalhista e previdenciária foi, de certa forma, mitigada. No Brasil, a figura da parassubordinação - ainda - não foi tipificada, apesar da discussão acerca da necessidade de “adaptar” o Direito do Trabalho às novas formas de relações laborais.

As transformações econômicas, políticas e sociais ocorrentes no mundo em geral e em particular no Brasil vem despertando profunda reflexões em torno da velha dicotomia subordinação *versus* autonomia. Novas formas de relações de trabalho, resultantes do uso intenso e sofisticado da moderna tecnologia, como o trabalho à distância, vem tornando dificultosa a identificação da subordinação, pelo menos como elemento essencial e tradicional da caracterização da relação empregatícia. Luiz Robortella (1998), já na década de 1990, já apontava que “o trabalho subordinado está se revelando insuficiente para funcionar como centro de gravidade do Direito do

Trabalho". Para o autor, o critério absoluto da subordinação jurídica fez com que o Direito do Trabalho perdesse parte de sua racionalidade como ordenamento protetor de situações de carência econômica e debilidade contratual. No início desse século, Alice Monteiro de Barros (2008) também já se preocupava com a dicotomia entre subordinação e autonomia frente as mudanças no trabalho:

> [...] a contraposição trabalho subordinado e trabalho autônomo exauriu sua função histórica e os atuais fenômenos de transformação dos processos produtivos e das modalidades de atividade humana reclamam também do direito do trabalho uma resposta à evolução desta nova realidade. A doutrina mais atenta já sugere uma nova tipologia (trabalho coordenado ou trabalho parassubordinado) com tutela adequada, mas inferior àquela instituída para o trabalho subordinado e superior àquela prevista para o trabalho autônomo. Enquanto continuam as discussões sobre esse terceiro gênero, a dicotomia codicista trabalho subordinado e trabalho autônomo ainda persiste no nosso ordenamento jurídico, levando a jurisprudência a se apegar a critérios práticos para definir a relação concreta (BARROS, 2008, p. 145).

A doutrina costuma enfatizar que a subordinação atua sobre o modo de realização da prestação, e não sobre a pessoa do empregado. Mas, se a noção de subordinação jurídica é objetiva ao analisar o trabalho, sua abordagem da figura do empregador é subjetiva, o que pode causar uma certa insegurança jurídica. Ainda que a análise da subordinação se concentra na forma estrutural ou integrativa, sobre a atividade econômica organizativa, não se altera o teor e o feito para a relação de emprego, que apenas passa a ser aferido na dinâmica empresarial, desfocando a pessoa, física ou jurídica, que contrata o trabalho. Conceber a subordinação às atividades ou à dinâmica da empresa como condição ou elemento da relação empregatícia, seria desafiar a criatividade capitalista na era digital. Entre as misturas e contradições da pós-modernidade, certamente haverá espaço para vínculos de emprego em que tal inserção não se revele de forma nítida (MERÇON, 2012).

Desde a promulgação da CLT, algumas medidas legislativas alteraram – ou excetuaram – a aplicabilidade da subordinação para algumas categorias de trabalhadores. No capítulo anterior (item 2.5.1), foi tratada a temática da categoria dos representantes comerciais, onde as alterações da Lei nº 4.886/1965, por meio da Lei. 8.420/1992, concederam autonomia às atividades. Também foi mencionada (item 2.5.3) a Lei nº 13.352/2016, que passou a prever o contrato de parceria entre os profissionais que exercem as atividades de cabeleireiro, barbeiro, esteticista, manicure, pedicure, depilador e maquiador e pessoas jurídicas registradas como salão de beleza. Segundo a legislação, entre outros requisitos, o trabalhador (agora,

parceiro) deverá estar inscrito no CNPJ e, ao invés de uma relação de subordinação, haverá uma relação de parceria entre as partes. Essas exceções afastam a subordinação e, por conseguinte, a relação de emprego.

Certo é que muitas relações de trabalho estão situadas em uma zona cinzenta de emprego (AZAÏS, 2012), onde a subordinação, mesmo em seu conceito mais expandido, poderá não ser identificada com nitidez. Muitas vezes o trabalho parece se desprender da dinâmica de organização da empresa, mas ao mesmo tempo não é prestado de forma verdadeiramente emancipada, tornando-se intricado até em uma percepção mais ampla de subordinação. Esse fenômeno se acentuou a partir das novas tecnologias. Como citado no capítulo anterior, a existência de vínculo de emprego entre trabalhadores por aplicativos e plataformas digitais tem sido objeto de muita polêmica nos tribunais trabalhistas brasileiros. Em algumas decisões, entende-se que as empresas de tecnologia e/ou de transportes, como a Uber, por exemplo, não exercem uma subordinação plena sobre os trabalhadores, enquanto outros sustentam o contrário. O TST reconheceu alguns vínculos de emprego, porém, o STF tem reformado as decisões da Corte trabalhista quanto ao tema.

O trabalho por meio de plataformas digitais é uma realidade singular, que mescla características tanto do trabalho autônomo quanto de uma relação subordinada. A imposição de rotas e valores fixados, por um lado, torna a relação próxima da característica de subordinação. Por outro lado, outros aspectos da subordinação não se apresentam claramente definidos a ponto de configurar uma relação empregatícia, como a questão da fiscalização. Argumenta-se que o motorista que atua na plataforma possui autonomia para determinar quando e se disponibilizará para prestar o serviço de transporte, o que leva à tese do "trabalho exercido pela plataforma tecnológica e não para ela". O controle exercido pela empresa, como o rastreamento das rotas e a avaliação da prestação de serviço pelo passageiro, está direcionado primariamente à fiscalização do motorista ou à proteção do consumidor? As sanções, como a atribuição de uma baixa nota no aplicativo e, em último caso, a exclusão do motorista da plataforma, visam assegurar a qualidade do serviço ao consumidor final ou necessariamente implicam a caracterização da subordinação?

O TST já decidiu[28] que para que a subordinação seja configurada é necessária a presença de todos os componentes do poder hierárquico do empregador: os poderes diretivos, fiscalizatório, regulamentar e disciplinar. Sem a convergência concreta de todos, não há subordinação jurídica e, por conseguinte, relação de emprego. Portanto, ao analisar alguns processos trabalhistas em face da empresa Uber, o TST se posicionou que é preciso ponderar se os meios telemáticos utilizados são realmente capazes de controlar e dirigir a prestação de serviços. Algumas decisões entendem que a citada empresa não exerce uma subordinação plena sobre seus motoristas, enquanto outros sustentam o contrário.

O STF, apesar de apresentar decisões monocráticas sobre o tema, ainda não possui um posicionamento de repercussão geral. Em 2024, o Supremo decidiu que haveria repercussão geral no RE 1446336, demanda que analisa a controvérsia acerca do reconhecimento de vínculo empregatício entre motorista de aplicativo de prestação de serviços de transporte e a empresa criadora e administradora de plataforma digital. Porém, até o final dessa pesquisa, a Corte ainda não havia julgado esse Tema 1291.

A competência para regulamentar o impasse entre motoristas de aplicativos e empresas de tecnologia é do Poder Legislativo. Em maio de 2024, após negociações tripartite (entre representantes dos trabalhadores, das empresas e do Governo Federal), o Executivo Federal apresentou um Projeto de Lei Complementar para garantir direitos mínimos para motoristas de aplicativos, prevendo a criação de mecanismos previdenciários e melhoria das condições de trabalho, a partir de quatro eixos: remuneração, previdência, segurança e saúde e transparência. Porém, o projeto inicial reconhece esses trabalhadores como autônomos e, consequentemente, afasta-os de direitos e garantias sociais como férias, 13º salário, descanso semanal remunerado, entre outros. O texto ainda aguarda votação no Congresso Nacional.

As tentativas de limitar o alcance da subordinação coincidem com a lógica de redução de custos empresariais. Como aponta Oliveira (2021), o motivo principal do esvaziamento ou da crise da subordinação jurídica é o interesse de evasão à proteção trabalhista, precisamente ao custo desta tutela legal. Não somente o discurso de novas formas de trabalho e de um novo perfil de trabalhador legitima a opção por

---

[28] Processos Nº 20614-50.2020.5.04.0014, 1092-82.2021.5.12.0045, 181500-25.2013.5.17.0008, entre outros.

contratação de força de trabalho “por fora” do marco regulatório do emprego. É, antes, uma decisão econômica – redução de custos como necessidade da intensa concorrência – que conduzem criar novas modalidades de contratação, inclusive sob a lógica de colaboração e autonomia (OLIVEIRA, 2021). A fragilidade da tipificação legal concede a “oportunidade” ideal para alterar a interpretação do instituto sem alterar a regra.

A interpretação do instituto da subordinação tem sido o ponto crucial para o reconhecimento das relações de emprego nos Tribunais. Como aponta Sidnei Machado (2003), a subordinação jurídica e o conceito de empregado veiculado pelo artigo 3º da CLT - cuja prática jurisprudencial reputa a expressão “dependente” como equivalente de “subordinação jurídica” - conduzem a discussão à fatores indeterminantes para o reconhecimento do status de empregado. Segundo o autor, “não há um fator determinando a qualificação do empregado, pois sempre é necessária uma compreensão de diversos fatores, numa perspectiva geral e individual” (MACHADO, 2003, p. 150). Essa indeterminação permite “mudar não mudando”, pois, a definição legal de subordinação permanece a mesma, porém, a interpretação conferida pelos Tribunais é alterada de acordo com as disposições dos campos sociais.

3.2.2 Onerosidade

Todo o contrato de trabalho, segundo a legislação, deverá ter o cunho oneroso, em que empregado se compromete em prestar os serviços ao empregador sendo que, para isso, será remunerado. A onerosidade se refere à vantagem obtida pela reciprocidade derivada da permuta das prestações, sendo, para o empregador, o ato de pagar o salário; e para o empregado, o ato de efetuar o trabalho em favor do empregador, um esforço econômico que cada qual assume em forma de um ônus que reverte em vantagem para o outro. Daí resulta o salário, que possui característica retributiva (contraprestação) pelos “serviços prestados pelo empregado, por força do contrato de trabalho, sendo devido e pago diretamente pelo empregador que dele se utiliza para a realização dos fins colimados pela empresa” (SUSSEKIND, *et al.*, 2000).

Maurício Godinho Delgado (2020b, p. 345) trata do valor econômico da força de trabalho na relação de emprego e compreende que há “uma relação de essencial fundo econômico” sendo, então, por intermédio de uma relação sociojurídica que o

moderno sistema econômico consegue garantir a modalidade principal de conexão do trabalhador ao processo produtivo, dando origem ao largo universo de bens econômicos característicos do mercado atual. Assim, ao valor econômico da força de trabalho colocada à disposição do empregador “deve corresponder uma contrapartida econômica em benefício obreiro, consubstanciada no conjunto salarial, isto é, o complexo de verbas contraprestativas pagas pelo empregador ao empregado em virtude da relação empregatícia pactuada” (DELGADO, 2020a, p. 345).

O artigo 3º da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) prevê que a existência de vínculo empregatício pressupõe que a prestação laborativa se dê “mediante salário”. A exigência de pagamento de salário foi paulatinamente substituída pela percepção de que a vinculação trabalhista, para ser empregatícia, deve ser onerosa. A pesquisa acerca da existência ou não de onerosidade deve envolver aspectos objetivos e subjetivos, como define Maurício Godinho Delgado:

> No plano objetivo, a onerosidade manifesta-se pelo pagamento, pelo empregador, de parcelas dirigidas a remunerar o empregado em função do contrato empregatício pactuado. (...) No plano subjetivo, a onerosidade manifesta-se pela intenção contraprestativa, pela intenção econômica (intenção onerosa, pois) conferida pelas partes – em especial pelo prestador de serviços – ao fato da prestação de trabalho (DELGADO, 2020a, p. 347).

Percebem-se, então, duas possibilidades não excludentes: o trabalho será oneroso se houver contraprestação, mas também o será mesmo sem ela, desde que a intenção do trabalhador tenha sido inserir-se numa avença que não é graciosa, ou seja, se seu propósito em relação ao trabalho for a obtenção de ganhos econômicos.

A proteção estatal ao trabalho subordinado tem como marco inicial a Revolução Industrial europeia e tem seu apogeu no período imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial, com a expansão do Estado de Bem-Estar Social também na Europa. A ideia sempre foi relativamente simples: atenuação das desigualdades naturais existentes entre empregado e empregador pela via da imposição estatal da norma jurídica protetiva. Como consequência dessa correção de desigualdades o mundo do trabalho verificou a mais efetiva possibilidade de distribuição (mínima) de renda e a melhor fórmula de inserção da classe trabalhadora (pobre) no mercado de consumo.

Para Robert Castel (2006) a sociedade francesa das últimas décadas do século XX podia ser descrita como uma “sociedade salarial”, ou seja, uma sociedade na qual o regime de salariado se generalizou e na qual a condição de trabalhador

assalariado deixou de ser sinônimo de “pauperismo” (como fora até o século XIX francês), para representar a própria possibilidade de integração dos indivíduos à vida social. Na França, ser trabalhador passa, desde os anos 1960, a equivaler a um status específico, que comportaria elementos subjetivos referidos à função na “sociedade”, mas também a um conjunto objetivo de proteções sociais que foram se desenvolvendo e ampliando durante o século XX. O trabalho assalariado como condição central da estruturação social e por isso mesmo como um direito do cidadão, é o que quer representar a noção de uma sociedade salarial, na qual foi possível chegar a uma configuração no mercado de trabalho que ficou próxima do “pleno emprego” perseguido pela teoria econômica keynesiana.

Castel (2006) aponta que este formato societal, não alcançou sua plena realização e chegou a sua crise tendo ainda um caráter “inacabado”. Apesar de ter havido um sentimento subjetivo de direito ao trabalho e a concomitante redução dos níveis aceitáveis de arbitrariedade dos empregadores, não houve uma equalização entre estes e os assalariados no cotidiano da atividade econômica. Ocorreram avanços no “direito ao trabalho”, mas tais avanços ao nível da legislação, não significaram a completa proteção dos trabalhadores nos aspectos relativos à continuidade das perspectivas de engajamento no mercado de trabalho. As proposições de Castel (2006), apesar de terem sido forjadas por sobre a realidade francesa, trazem contribuições importantes para o debate conceitual brasileiro, fundamentalmente porque abarcam questões que se desenrolam também em nosso cotidiano. A principal, seria a produção de vulnerabilidades sociais acopladas à perda do lugar de “trabalhador” para uma parcela da sociedade que, se instala em uma área de precariedade de suas condições materiais de reprodução.

A crise da “sociedade salarial” se inicia a partir da década de 1970, como aponta Castel (2006). A marca da “nova questão social” seria o binômio desemprego e precarização. A situação de remercantilização plena da força de trabalho que passa a ser mais uma vez (como nos tempos iniciais da Revolução Industrial) submetida aos critérios únicos do mercado, consiste no elemento fundamental que coloca as bases para a precariedade do trabalho e para a generalização do desemprego. Isso coincide com as doutrinas defendidas pelos autores liberais.

Para Mises (2010c), o salário deve ser livremente pactuado entre as partes, não devendo o Estado intervir:

> Se os salários são livremente determinados no mercado de trabalho, não pode haver, como decorrência de intervenções, aumento nos salários acima dos níveis de mercado. Entre essas intervenções estão a redução do tempo de trabalho, seguro obrigatório de trabalhadores à custa dos empregadores, regulamentação quanto às condições ambientais de trabalho, férias remuneradas etc. Todas essas despesas são transferidas para os salários e suportadas pelos trabalhadores. Esse fato não poderia ser levado em consideração porque essas intervenções de ordem social foram introduzidas, em primeiro lugar, numa época em que os salários reais vinham aumentando, enquanto o poder aquisitivo diminuía. A partir daí, os salários líquidos pagos aos trabalhadores continuaram a subir, não só em termos de dinheiro, mas também de poder aquisitivo—apesar de os custos sociais crescentes serem da responsabilidade dos empregadores. Seus cálculos dos custos salariais incluem, além do salário que têm de pagar a seus trabalhadores, todos os encargos sociais resultantes do emprego de cada um deles (MISES, 2010c, p. 46).

A definição de um salário mínimo ou outros “custos” salariais, segundo Mises (2010c), acaba prejudicando os empregadores e os empregados, pois, além de retirar o direito da livre negociação, impõe custos sociais às partes. Friedman (2023) também critica essa intervenção do Estado. Quanto às Leis de salário mínimo, aponta:

> As Leis de salário mínimo representam claramente uma medida cujos efeitos foram precisamente o contrário dos objetivos pelos homens de boa vontade que a apoiaram. Inúmeros proponentes das Leis de salário mínimo o deplora, de modo muito apropriado, salários extremamente baixos, considerando-os um sinal de pobreza, e esperam, por meio da condenação legal de salários abaixo de determinado nível, reduzir a pobreza. De fato, até onde as Leis de salário mínimo tem realmente algum efeito, este foi o de aumentar claramente a pobreza. O Estado pode legislar um nível de salário mínimo. Mas dificilmente pode levar os empregadores a contratar por esse mínimo os que estavam empregados anteriormente com salários mais baixos. Não é, evidentemente, do interesse dos empregadores fazê-lo. O efeito do salário mínimo é, portanto, o de tornar o desemprego maior do que seria em outras circunstâncias (FRIEDMAN, 2023, p. 181).

Muitas medidas foram adotadas e desenvolvidas sob este fundamento. Se no modelo fordista de produção há um contrato de emprego relativamente estável, com remuneração fixa, previsível, homogênea e padronizada, modelos toyotistas ou mistos passaram a criar modelos que vinculam ao salário metas e prêmios. Empresas baseadas em novas tecnologias de plataformização, por exemplo, foram ainda mais longes ao adotarem pagamentos exclusivamente baseados em metas e resultados. Consequentemente, isso impactou na compreensão do conceito de onerosidade para fins de vínculo empregatício.

Maurício Godinho Delgado (2020b, p. 856) aponta que havia até as últimas décadas um efeito “expansionista circular” da remuneração, pois a onerosidade produzia repercussões sobre outras parcelas de cunho trabalhista e, até mesmo, de

natureza previdenciária. Isso significa que quando o empregado recebe salário, comissões, adicionais, por exemplo, os valores contraprestativos repercutirão, também, em FGTS, 13º salário e direitos previdenciários, ampliando o padrão remuneratório do trabalhador. Recentemente, ao contrário do efeito "expansionista circular", o campo jurídico passou a apresentar um movimento contrário:

> O Direito do Trabalho começa a fazer o caminho de volta, excluindo o que havia incluído. No caso do salário, que é o que nos interessa, várias parcelas migram de seu campo em direção ao Direito Civil. Em geral, os economistas falam em "dessalarização" quando querem indicar o processo que leva ao desemprego. No entanto, podemos usar a palavra também nesse outro sentido. Um exemplo é a participação nos lucros e resultados, antes tida como salário e hoje dessalarizada (CF, art. 7º, inciso XI). Esse fenômeno não surge apenas pelas mãos do legislador – mas através de convenções coletivas e mesmo decisões judiciais (VIANA, 2014, p. 30).

Através das modalidades precárias de trabalho, agora legalizadas, especialmente o trabalho intermitente, a reforma trabalhista implodiu com a garantia do salário mínimo, conquista importante e fundamental dos trabalhadores, abrindo margem para um processo de pauperização ainda mais significativo da classe trabalhadora.

Ainda, a proliferação dos trabalhos ("parcerias" ou "prestações de serviços") mediante plataformas digitais vem alterando a caracterização da relação de emprego. A força de trabalho é vendida, sob a forma jurídica de "parceria", em uma relação de trabalho autônomo, sem qualquer garantia de proteção social e jurídica, através de extensas jornadas em troca de baixa remuneração. Os trabalhadores digitais, como os motoristas e entregadores por aplicativo, são postos, sob o prisma formal-contratual majoritário, na posição jurídica de "parceiros autônomos". São supostamente livres para se ativar ou desativar da plataforma no horário de sua escolha; contudo, em razão do baixo rendimento, são impelidos a trabalhar o máximo da jornada fisicamente possível. Curiosamente, na condição de autônomos, não têm liberdade para fixar o preço de seu trabalho, recusar clientes ou mesmo avaliar seu "parceiro", a plataforma eletrônica (CORBAL *et. al.*, 2018).

A ausência de salário, porém, não significa necessariamente ausência de onerosidade. É preciso, como apontou Amauri Cesar Alves (2022, p. 72), ampliar o conceito, pois "não se trata [..] de impossibilidade de reconhecimento de onerosidade, mas, sim, de necessidade do reconhecimento de um novo perfil do elemento fático-jurídico do emprego". Contudo, é inegável que há um processo de mudança de

compreensão conceitual: o que antes se entendia como onerosidade, hoje já não é mais.

3.2.3 Habitualidade

O artigo 3º da CLT prevê que o serviço prestado pelo empregado deve ser de caráter não eventual, e o trabalho deve ser de natureza contínua, não podendo ser episódico, ocasional. Um dos requisitos do contrato de trabalho é a continuidade na prestação de serviços, pois aquele pacto é um contrato de trato sucessivo, de duração, que não se exaure numa única prestação, como ocorre com a venda e compra, em que é pago o preço e entregue a coisa. Hoje, a CLT não determina que os serviços sejam prestados todos os dias da semana, podendo ser semanal, quinzenal, mensal, desde que haja uma habitualidade. Até recentemente, entendia-se, especialmente no campo jurídico, que o serviço deveria ser prestado em, no mínimo, dois ou três dias da semana. Aos poucos, novas legislações e interpretações foram alterando a concepção sobre a habitualidade dos empregados.

O empregado doméstico é um bom exemplo das mudanças de entendimentos acerca da habitualidade. Ao definir o “empregado doméstico” na Lei 5.859/73, o legislador optou por não seguir o termo “não eventual” contido no art. 3º da CLT, preferindo consagrar o termo “de natureza contínua” - posteriormente modificado pela Lei Complementar nº 150/2015 para a expressão “de forma contínua”. O uso de expressões diferentes pelos diplomas legais ensejou duas correntes (CASSAR, 2018, p. 55). A primeira, defendida por Sergio Pinto Martins, entende que a distinção é irrelevante quanto a quantidade de dias semanais trabalhados. Para o autor, a continuidade traduz regularidade, periodicidade, o que não significa que o trabalho deva ser diário (CASSAR, 2018, p. 55).

Para o segundo posicionamento, majoritário, segundo Cassar (2018), o trabalho contínuo deve vincular-se ao tempo. Apesar da Lei 5.859/73 não apontar a frequência de modo objetivo, alguns Tribunais Regionais possuíam Súmulas que definiam que trabalho doméstico realizado até três vezes por semana não ensejava configuração de vínculo - por exemplo, a Súmula 19 do TRT da 1ª Região (Rio de

Janeiro[29]). Portanto, o campo jurídico possuía o entendimento de que o trabalho prestado em um só dia da semana para tomador doméstico, por exemplo, não gerava vínculo de emprego pelo fato de o serviço não ser contínuo.

Colocando fim à essa discussão, a Emenda Constitucional nº 72, de 2013, definiu que os empregados domésticos são aqueles que prestam serviços de forma contínua, subordinada, onerosa e pessoal e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família, por mais de 2 (dois) dias por semana. Hoje, não há mais dúvida quanto ao critério objetivo para configuração da relação de emprego doméstico, em especial a questão da habitualidade/continuidade. Consequentemente, a legislação garantiu a igualdade de direitos trabalhistas entre domésticas e demais trabalhadores empregados.

Em 2015, com a aprovação da Lei Complementar nº 150, ampliou-se as garantias previstas para a categoria e ratificou que o empregado doméstico é aquele que "presta serviços de forma contínua, subordinada, onerosa e pessoal e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas, por mais de 2 (dois) dias por semana". Essa concepção diferencia os empregados domésticos dos diaristas, que também prestam serviços de natureza doméstica, porém não trabalham na mesma frequência para o tomador de serviços doméstico.

Apesar das mudanças legislativas, dados do IBGE (2024c) indicam que, entre 2013 e 2023, o número de empregados e empregadas domésticas diminuiu. Em 2013, dos 4 milhões de trabalhadores domésticos, 1,9 milhão possuíam carteira assinada. Já em 2022, havia quase 6 milhões de trabalhadoras e trabalhadores domésticos no Brasil, mas apenas 1,5 milhão eram empregados ou empregadas com carteira assinada. Isso significa que três em cada quatro trabalhadores domésticos não possuem carteira assinada, o que revela o revela o crescimento da atuação de diaristas, pessoas que trabalham até dois dias na mesma casa, sem configurar a relação de emprego.

Outra mudança importante na legislação e que impactou no entendimento acerca da habitualidade é a introdução da figura do trabalho intermitente. Esse modelo surgiu na Inglaterra durante a década de 1970 e, depois, foi adotado em outros países,

---

[29] SÚMULA Nº 19 (cancelada):Trabalhador doméstico. Diarista. Prestação laboral descontínua. Inexistência de vínculo empregatício. A prestação laboral doméstica realizada até três vezes por semana não enseja configuração do vínculo empregatício, por ausente o requisito da continuidade previsto no art. 1º da Lei 5.859/72.

como Espanha, Portugal e Itália. É chamado de contrato de inatividade, *stand by*, contrato à chamada, contrato de trabalho zero hora. No Brasil, o contrato intermitente foi introduzido pela Lei 13.467/2017 (Reforma Trabalhista de 2017) com o objetivo de formalizar os conhecidos “bicos” e, assim, reduzir a taxa de desemprego. A modalidade está regulamentada nos artigos 443 (parágrafo 3º) e 452-A (parágrafos 1º ao 9º) da CLT.

A legislação considera-se como intermitente o contrato de trabalho no qual a prestação de serviços, com subordinação, não é contínua, ocorrendo com alternância de períodos de prestação de serviços e de inatividade, determinados em horas, dias ou meses, independentemente do tipo de atividade do empregado e do empregador, exceto para os aeronautas, regidos por legislação própria (§ 3º do art. 443 da CLT). O empregado, portanto, não fica à disposição do empregador, podendo fazer outros trabalhos e ter outros empregos. Embora formalmente registrado como empregado, os trabalhadores que possuem essa modalidade de contrato não sabem quando irão trabalhar e tampouco quanto irão receber de salário.

A introdução do contrato intermitente impactou nos requisitos de habitualidade e subordinação para a caracterização da relação de emprego. Nessa espécie de contrato, a atividade é prestada pelo empregado de maneira eventual, conforme demanda do empregador. Esse deverá convocá-lo, por meio de comunicação eficaz e com antecedência de, pelo menos, três dias (§ 1º do art. 452-A da CLT). Recebida a convocação, o empregado terá o prazo de um dia útil para responder ao chamado, presumindo-se, no silêncio, a recusa (§ 2º do art. 452-A da CLT). A recusa da oferta não descaracteriza a subordinação para fins do contrato de trabalho intermitente (§ 3º do art. 452-A da CLT). Entende-se que a recusa é para o trabalho, que tem característica intermitente, e não para o desenvolvimento do trabalho, que caracterizaria a subordinação.

Naturalmente, a introdução dessa nova modalidade de contrato passou a ser questionada nos Tribunais. Nos últimos anos, aumentou o número de processos trabalhistas que discutem essa modalidade (G1, 2023). Porém, em dezembro de 2024, o Plenário do STF declarou constitucionais os dispositivos da Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017) que criaram o contrato de trabalho intermitente. A decisão destacou que esse tipo de contrato prevê a subordinação e, apesar da flexibilidade, mantém o elemento da não eventualidade. Entende-se, portanto, que a habitualidade se relaciona com a natureza do trabalho realizado, que deve ser

necessário à atividade normal do empregador, mesmo que prestados de forma intermitente, denotando ideia de permanência, afastando assim a prestação eventual da incidência da norma celetista.

Em 2023, os 417 mil vínculos intermitentes do setor privado equivaliam a 0,94% do estoque de vínculos formais ativos nesse segmento, ou seja, o número é inferior a 1% de todos os trabalhadores ocupados no setor formal da economia, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (DIEESE, 2023). Segundo o instituto, a remuneração mensal média dos vínculos intermitentes foi de R$ 888, o que equivalia a 81%do valor do salário mínimo naquele ano. Apesar da imprevisibilidade quanto às atividades, o contrato intermitente permite o acesso à alguns direitos trabalhistas, como férias, 13º salário, FGTS e outros benefícios, ainda que proporcionais ao tempo trabalhado.

As novas tecnologias também impactam no elemento da habitualidade da relação de emprego. O principal argumento para o não reconhecimento de vínculo empregatício, inclusive utilizado em algumas decisões do TST, é de que o trabalho desenvolvido mediante plataformas digitais é exercido eventualmente, ou seja, o trabalhador pode executar a atividade quando quiser, optando por sua jornada de trabalho. No entanto, pesquisas etnográficas sobre trabalhadores em plataformas atestam o labor habitual e frequente, inclusive indicam jornadas superiores a oito horas diárias e seis dias por semana (ABILIO, 2020). Além disso, muitas plataformas utilizam medidas operacionais para manter os trabalhadores prestando o serviço por mais tempo, seja por meio de redução de tarifas e recompensas, seja pela suspensão e até descredenciamento na plataforma como meio de penalização pela ausência reiterada – ou eventualidade.

A habitualidade, portanto, também está no palco das disputas em torno da relação de emprego.

3.2.4 Pessoalidade

A legislação trabalhista exige que para a caracterização da relação de emprego a prestação de serviços deva ser feita com pessoalidade. O contrato de trabalho deve ser firmado por uma pessoa certa, determinada, por isso se diz que é *intuitu personae*. Se o empregado faz-se substituir por outra pessoa, inexiste o elemento pessoalidade na relação. Esse elemento é encontrado na parte final da

definição de empregador (art. 2º da CLT). O empregado pode ser substituído quando está em férias, em licença-maternidade, doente, por exemplo, entretanto, não pode ser substituído por determinação dele mesmo, sob pena de descaracterizar a relação pessoal que existe no contrato de trabalho por parte do empregado.

Deste modo, na relação de emprego a pessoa do empregado assume posição de destaque e o contrato, para revelar-se como empregatício, deve ser executado pela pessoa específica contratada. Contrata-se a pessoa para trabalhar e não o serviço de qualquer pessoa. A relação de emprego pressupõe confiança, fidúcia entre empregador e empregado. Assim, o trabalhador, para que seja reconhecido como empregado, prestará pessoalmente o trabalho a ele confiado, sem que se faça substituir constantemente e sem a autorização expressa de seu empregador, sob pena de não restar fixado o vínculo empregatício (ALVES, 2022, p. 114).

Quando o trabalhador se faz substituir de forma constante ou intermitente na vigência do contrato, a Lei aponta que a pessoalidade da prestação se descaracteriza. Contudo, o pressuposto da pessoalidade pode ser discutível na hipótese de trabalho no domicílio do empregado. Por exemplo, no teletrabalho, regido pela Lei 14.442 de 2022, a pessoalidade manifesta-se de forma virtual, pois as ordens e instruções sobre o trabalho são enviadas ao teletrabalhador pela rede, tornando-se, por vezes, incerto ou discutível quem as recebe e executa efetivamente. Apesar disso, mesmo que se considere a possibilidade de o teletrabalhador receber ajuda de familiares, por exemplo, não é suficiente para descaracterizar a relação de emprego, nem se torna um elemento que desqualifica a pessoalidade da prestação de serviços (CASSAR, 2018).

As novas tecnologias impõem novas discussões para o elemento da pessoalidade. Nas relações de trabalho mediadas por aplicativos, esse elemento fático-jurídico não é reconhecido em determinadas situações fáticas sob o fundamento de que o trabalhador poderia ser substituído. Por outro lado, há a necessidade de cadastro individual do trabalhador, de uso pessoal e intransferível, “de forma a garantir a segurança e a confiabilidade de todos os usuários” (BRASIL, 2021c). Ou seja, há entendimentos jurisprudenciais que apontam que o cadastro representa a pessoalidade prevista na CLT, na medida que para trabalhar como motorista, por exemplo, ainda que não em veículo próprio, o trabalhador deve ser necessariamente cadastrado na plataforma, isto é, passar pelos critérios definidos pela empresa, não podendo ser alguém escolhido exclusivamente pelo dono do veículo ou por algum

motorista já cadastrado. O motorista, nesse exemplo, deve necessariamente ter um vínculo direto com a empresa para poder operar a partir do aplicativo, caracterizando a pessoalidade (BRASIL, 2021b).

Araújo (2017) afirma que, apesar de os contornos da prestação de serviços por intermédio de plataformas digitais não guardarem as mesmas características que se mostram relevantes para a caracterização da relação de emprego no passado, doutrina e jurisprudência apontam para a necessidade de se promover uma reconstrução do critério da pessoalidade, a partir da interpretação histórico evolutiva do conceito, a fim de se adaptar às características contemporâneas do mercado de trabalho. Parece ser uma pretensão um pouco difícil de ser alcançada, se pensarmos nas disputas em torno da regulamentação do trabalho.

3.2.5 Pessoa Física

Segundo o art. 3º da CLT, para ser empregado é preciso ser pessoa humana, ou seja, a prestação de serviços deve ser desempenhada por uma pessoa física, ou, sob a ótica civilista, pessoa natural, qual seja: “aquela capaz de direitos e deveres na ordem civil” (TARTUCE, 2020, p. 61). Segundo essa concepção, não podem figurar como empregados quem estiver constituído como pessoa jurídica ou, conforme sugere a discussão contemporânea, também não serão empregados os robôs, mecanismos de Inteligência Artificial ou quaisquer outros instrumentos tecnológicos similares ou que venham a ser desenvolvidos. Por ora, os robôs e congêneres ainda permanecem como meros “meios de produção” e não figuram ainda como “sujeitos de direitos” que possam ser objeto da proteção albergada pela legislação trabalhista (SERAU JÚNIOR; JORGE, 2024, p. 43).

Apesar da impossibilidade da contratação da pessoa jurídica como empregado, há uma margem de discricionariedade que coloca em debate o elemento da pessoa física como requisito para a caracterização da relação de emprego. A contratação de trabalhadores mediante a constituição de pessoa jurídica é normalmente denominada pejotização, em referência à abreviatura PJ. Tal modalidade, usualmente utilizada para mascarar autêntica relação de emprego, já era discutido no campo jurídico nas décadas de 1990, e posteriormente em maior quantidade no ano 2000, quando a pejotização se fez presente no cenário nacional (BARBOSA; ORBEM, 2015).

A prática da pejotização ganhou ares de legalidade com a edição da Lei nº 11.196/2005, prevendo seu artigo 129:

> Art. 129. Para fins fiscais e previdenciários, a prestação de serviços intelectuais, inclusive os de natureza científica, artística ou cultural, em caráter personalíssimo ou não, com ou sem a designação de quaisquer obrigações a sócios ou empregados da sociedade prestadora de serviços, quando por esta realizada, se sujeita tão-somente à legislação aplicável às pessoas jurídicas, sem prejuízo da observância do disposto no art. 50 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.

A Lei, de cunho tributário e não trabalhista, sugere a autorização da contratação de trabalhadores para a prestação de serviços intelectuais através de pessoa jurídica, servindo, também, como incentivo fiscal tanto para os trabalhadores como para os contratantes. Os defensores da pejotização, como relação trabalhista lícita, alegam que a referida Lei trouxe a possibilidade de opção para os trabalhadores se transformarem em pessoas jurídicas, abdicando da condição de empregado.

Nos últimos anos essa prática se tornou comum em algumas profissões, especialmente aquelas ligadas à área de tecnologia da informação e saúde. Assim, por exemplo, ao contratar um analista programador, a empresa contratante condiciona a contratação à abertura, pelo trabalhador, de empresa de prestação de serviços, de maneira que, firmando o contrato com a empresa prestadora de serviços, e não com a pessoa física, a tomadora esteja isenta das obrigações trabalhistas e dos encargos sociais respectivos. Assim, realiza-se um contrato de prestação de serviços de natureza civil para a execução das atividades, sendo tal modalidade de contratação regulamentada, então, pelo Direito Civil e não pelo Direito do Trabalho.

Aparentemente a Lei nº 13.467/17 (Reforma Trabalhista) abriu a possibilidade para contratações sob essa forma. A norma alterou o art. 5º-C da Lei nº 6.019/74, que trata do trabalho temporário, passando a prever o seguinte:

> Art. 5º-C. Não pode figurar como contratada, nos termos do art. 4º-A desta Lei, a pessoa jurídica cujos titulares ou sócios tenham, nos últimos dezoito meses, prestado serviços à contratante na qualidade de empregado ou trabalhador sem vínculo empregatício, exceto se os referidos titulares ou sócios forem aposentados.

Se existe tal cláusula de barreira, proibindo que o empregado se transforme em PJ nos 18 meses subsequentes à extinção de seu contrato de trabalho para prestar serviços ao mesmo tomador, entende-se que depois deste prazo é permitida

a contratação de trabalhador/PJ, bem como a contratação de trabalhador nesta condição que nunca tenha prestado serviços à tomadora como empregado.

Essa foi a diretriz referendada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) que, após inúmeros debates, considerou a pejotização uma espécie lícita de contratação, na qual a prestação dos serviços é realizada pelo(s) sócio(s) de uma pessoa jurídica, na condição de trabalhador(es) hipersuficiente(s). “Trabalhadores hipersuficientes” é um termo introduzido pela Reforma Trabalhista que considera aqueles que têm diploma de nível superior e recebam acima de dois tetos da Previdência Social (R$ 15.572.04, em 2024). Então, com fundamento na decisão proferida no Tema 725, que permite a terceirização de serviços, prestigiou-se a autonomia da vontade desses trabalhadores, conferindo-lhes, como regra, poder para negociar suas condições de trabalho[30].

A pesquisa revela que o STF tem decidido de modo distinto em alguns casos. Reiteradamente, profissionais da área médica, advocacia, prestadores de serviços de tecnologia, por exemplo, são considerados hipersuficientes e, por isso, são capazes de fazer uma escolha “esclarecida” sobre a forma de contratação, o que, para a maioria dos Ministros, torna válida a pejotização. Vejamos um exemplo:

> DIREITO DO TRABALHO. AGRAVO INTERNO EM RECLAMAÇÃO. ALEGAÇÃO DE AFRONTA ÀS DECISÕES PROFERIDAS NA ADPF 324, NO RE 958.252, NA ADC 48, NA ADI 3.961 E NA ADI 5.625. LICITUDE DE OUTRAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E DE PACTUAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO. 1. Agravo interno interposto contra decisão monocrática pela qual se julgou procedente o pedido formulado na reclamação, para cassar decisão de Tribunal Regional do Trabalho que afastou contrato de sociedade, reconhecendo a existência de relação de emprego entre as partes. 2. Ofensa ao decidido nos paradigmas invocados (ADPF 324, no RE 958.252 (Tema 725 RG), na ADC 48 e na ADIs 3.961 e 5.625), nos quais se reconheceu a licitude de outras formas de organização da produção e de pactuação da força de trabalho. 3. O contrato de emprego não é a única forma de se estabelecerem relações de trabalho, pois um mesmo mercado pode comportar alguns profissionais que sejam contratados pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho e outros profissionais cuja atuação tenha um caráter de eventualidade ou maior autonomia. 4. São lícitos, ainda que para a execução da atividade-fim da empresa, os contratos de terceirização de mão de obra, parceria, sociedade e de prestação de serviços por pessoa jurídica (pejotização), desde que o contrato seja real; isto é, de que não haja relação de emprego com a empresa tomadora do serviço, com subordinação, horário para cumprir e outras obrigações típicas do contrato trabalhista, hipótese em que se estaria fraudando a contratação. 5. Caso em que o reclamante não se trata de trabalhador hipossuficiente, sendo capaz, portanto, de fazer uma escolha esclarecida sobre sua contratação. Inexistente, na decisão reclamada, qualquer elemento concreto de que tenha havido coação na contratação

---

[30] Nesse sentido, foram as decisões proferidas nas Reclamações Constitucionais 47.843 e 56.132, respaldadas pelos julgamentos ocorridos na ADPF 324 e RE 958.252.

> celebrada. 6. Agravo interno a que se nega provimento (Amostra 39, Ementa do Acórdão referente ao Proc. nº Rcl 56285 AgR, publicado em 30/03/2023, do Relator Ministro Luís Roberto Barroso) (BRASIL, 2023d).

Sem analisar a hipersuficiência econômica das partes, o STF tem decidido que determinadas categorias profissionais simplesmente não possuem vínculo empregatício, justificando apenas que a livre estipulação contratual dos empregados hipersuficientes é válida e, nesses casos, aplica-se a legislação civil.

A Reforma Trabalhista também possibilitou – e o STF confirmou – que toda e qualquer atividade da empresa possa ser terceirizada. Primeiramente, promulgou-se a Lei n°13.429, que alterou determinados dispositivos da Lei nº 6.019/74. A princípio não houve previsão legal sobre a possibilidade de contratação de empresa prestadora de serviços na atividade-fim. Para que não deixar dúvidas, o legislador reformista resolveu pacificar essa questão e alterou novamente a Lei 6.019/74 por meio da Lei 13.467/17 (Reforma Trabalhista), constando o seguinte:

> Art. 4º-A. Considera-se prestação de serviços a terceiros a transferência feita pela contratante da execução de quaisquer de suas atividades, inclusive sua atividade principal, à pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviços que possua capacidade econômica compatível com a sua execução.
> § 1º A empresa prestadora de serviços contrata, remunera e dirige o trabalho realizado por seus trabalhadores, ou subcontrata outras empresas para realização desses serviços.
> § 2º Não se configura vínculo empregatício entre os trabalhadores, ou sócios das empresas prestadoras de serviços, qualquer que seja o seu ramo, e a empresa contratante.

Como observamos, o STF declarou constitucional a terceirização de serviços nas atividades-meio e nas atividades-fim das empresas e lícita “qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas” (Tema 725).

Vale ressaltar que presentes todos os requisitos da relação de emprego, acima expostos, não há que se falar em terceirização, pejotização, trabalhador hipersuficiente, trabalho autônomo ou eventual. Havendo subordinação, onerosidade, habitualidade, pessoalidade e trabalho exercido por pessoa física, haverá relação de emprego, independente do que foi pactuado entre as partes. Aqui, caberá a análise individual de cada caso, sendo a prova, sempre uma prova de força (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2020, p. 334).

Todos os elementos da relação de emprego analisados permanecem literalmente imutáveis na CLT desde a sua promulgação. Contudo, de lá para cá, mudanças legislativas criaram exceções às características da relação de emprego,

afastando a incidência e aplicabilidade das normas da CLT. Diversas categorias de trabalhadores foram “contempladas” com legislações especiais que os afastaram da relação de emprego. Um exemplo é a categoria dos representantes comerciais. Regidos pela Lei nº 4.886/65, alterado pela Lei 8.420/92, esses trabalhadores não são considerados empregados, mas trabalhadores autônomos, sem vínculo de emprego, que podem prestar serviços de caráter eventual (sem habitualidade), sem subordinação jurídica (atua de forma autônoma com certa dose de mandato), sem a necessidade de ser pessoa física (nesse caso também pode ser pessoa jurídica) e sem o requisito da pessoalidade (pode ser substituído por outra pessoa física ou jurídica).

A promulgação da Lei 13.467/17 (Reforma Trabalhista de 2017) é outro exemplo. Houve a regulação da contratação do trabalhador autônomo, sem subordinação. Também foi criado o contrato intermitente, alterando a compreensão sobre a habitualidade. Da mesma forma, o teletrabalho foi regulado e, com isso, impactou no entendimento acerca da pessoalidade. A pejotização e o trabalhador hipersuficiente afastaram o requisito da pessoa física. Além da Reforma Trabalhista, a Lei nº. 13.429 de 2017 permitiu a terceirização de atividades-fim. Todas essas mudanças legislativas não alteraram o teor do art. 3º da CLT, que prevê os requisitos da relação de emprego, contudo, criaram exceções que permitiram o afastamento das proteções trabalhistas ao emprego para determinadas relações de trabalho.

Há, ainda, mudanças tecnológicas que colocam em xeque alguns elementos e afastam a caracterização da relação de emprego e a incidência das normas constitucionais e infraconstitucionais trabalhistas. A disputa continua, como podemos visualizar nos processos que tramitam no STF, como o Tema 1291, que discute o reconhecimento de vínculo empregatício entre motorista de aplicativo de prestação de serviços de transporte e a empresa administradora de plataforma digital. Outros projetos de Lei também estão buscando conceder exceções a categorias com o objetivo de afastar a caracterização da relação de emprego e a incidência das normas trabalhistas.

Mudou-se não mudando. Como apontado, os elementos tradicionais da relação de emprego, dispostos na CLT desde a sua promulgação, permaneceram inalterados, contudo, novas exceções legislativas, novos entendimentos e mudanças tecnológicas intensificaram as disputas em torno da regulamentação do trabalho.

3.3 AS MUDANÇAS NAS REGRAS: FLEXIBILIZAÇÕES E REFORMAS LEGISLATIVAS

O aumento da flexibilização do trabalho coincide com a ascensão das teorias neoliberais. A partir da década de 1970, o neoliberalismo e a globalização sustentaram um processo de implementação da transnacionalização da economia, o que contribuiu para o declínio do Estado-nação e de suas conquistas no plano político-jurídico (LIMA, 2002). Nesse contexto, grandes empresas, protagonistas no mundo da economia globalizada, buscam incessantemente a redução dos custos para aumentar a competitividade.

> A nova divisão internacional do trabalho contribui para o reforço deste poder, eis que o processo de produção sendo realizado em vários países, em certa medida, torna obsoletas as fronteiras dos Estados, mitigando cada vez mais o poder dos mesmos e consolidando de forma crescente o poder das empresas transnacionais na medida em que a globalização econômica vai se implementando (LIMA, 2002, p. 152).

A nova organização do trabalho se dissemina em vários Estados, sobretudo naqueles que lhe propiciam condições atrativas, colocando-os à mercê dos "mercadores sem pátria" (LIMA, 2002, p. 154). Para atrair as empresas e melhorar a economia, as soluções reiteradamente propostas são as reformas: trabalhista, fiscal, administrativa, previdenciária, entre outras. Assim, a partir da década de 1970, sucessivas crises geraram reiteradas reformas.

Em muitos países europeus, as reformas iniciaram ainda na década de 1980, porém, intensificaram-se nas últimas duas décadas. No início do século, o objetivo das propostas era estimular a criação de empregos e diminuir o desemprego. Dizia-se que as mudanças na Lei do trabalho iriam "modernizar" um "mercado de trabalho esclerosado", por meio da eliminação de privilégios e do excesso de rigidez imposto pela Lei. O alvo central das críticas recaiu na extensão e nas formas de proteção contra as demissões arbitrárias, individuais e coletivas dos países membros da União Europeia. Após a crise de 2008, em diversos países, intensificou-se o discurso da necessidade de redução da proteção ao emprego. A tendência, apesar das diferenças regionais, parece ser um mercado de trabalho menos regulado (RIGOLETTO; PÁEZ, 2018).

Na América Latina, contudo, a história das reformas trabalhistas parece ser um pouco mais longa. Ainda na década de 1970, no Chile, implementado como um

“laboratório” dos “Chicago Boys”, integrantes da equipe econômica durante a ditadura de Augusto Pinochet, ocorreu o desmonte generalizado dos direitos sociais, dentre eles, os direitos laborais e, desde então, a experiência demonstrou que a reconstrução da proteção dos trabalhadores é demasiadamente lenta e penosa (KLEIN, 2008, p. 143-154). O desmantelamento da proteção do emprego também aconteceu em outros países, como o México, que sofre com o avanço da precarização das relações do trabalho e da flexibilização na regulação do emprego. Sob o argumento da necessidade de modernização das Leis trabalhistas, tal como na Europa, o poder sindical é constantemente questionado, gerando fragmentação do poder coletivo dos trabalhadores (RIGOLETTO; PÁEZ, 2018).

No Brasil, assim como no Chile, a flexibilização da legislação trabalhista se inicia durante a ditadura militar (SOUTO MAIOR, 2017). De acordo com Süssekind (2003), a primeira ocorrência de flexibilização da legislação trabalhista, instituída mediante lei, ocorreu com a instituição do FGTS, em 1966, por meio da Lei 5.017. Posteriormente, com o advento da Constituição de 1988, o sistema do FGTS passou a ser obrigatório, em detrimento da estabilidade decenal. Na última década, porém, é possível observar mudanças mais significativas, inclusive incentivadas por Organismos internacionais, como o FMI, por exemplo, que incluiu a Reforma Trabalhista como uma das políticas de austeridade necessária para retomar a confiança, os investimentos e o crescimento do emprego no país (G1, 2016).

Uma das mudanças legislativas provocadas foi a Lei nº. 13.429/17, que alterou as previsões acerca do contrato de trabalho e permitiu a terceirização total das relações de trabalho. Posteriormente, a alteração mais profunda: apresentado inicialmente para alterar sete artigos da CLT e outros oito da Lei nº 6.019/1974 (Lei sobre Trabalho Temporário), o Projeto de Lei nº. 6786/2016 tramitou na Câmara dos Deputados de forma acelerada, resultando em substitutivo que continha a modificação de mais de 100 (cem) artigos da CLT.

A Reforma Trabalhista de 2017 foi um “rosário de promessas” (MACHADO; DUTRA, 2021): mais empregos e autonomia, menor burocracia e supostos abusos da Justiça do Trabalho, a resultar, alegadamente, em melhor condição de vida para os trabalhadores. A essas promessas, somam-se os discursos neoliberais de flexibilização do trabalho, afinal, entende-se que a legislação trabalhista é desatualizada e um “entrave” à geração de empregos e, consequentemente, ao

desenvolvimento do país. A exposição de motivos apontada pelo Projeto da Lei (nº. 6.787/2016) (BRASIL, 2016), reforça essa ideia, onde o objetivo era:

> [...] aprimorar as relações do trabalho no Brasil, por meio da valorização da negociação coletiva entre trabalhadores e empregadores, atualizar os mecanismos de combate à informalidade da mão-de-obra no país, regulamentar o art. 11 da Constituição Federal, que assegura a eleição de representante dos trabalhadores na empresa, para promover-lhes o entendimento direto com os empregadores, e atualizar a Lei n.º 6.019, de 1974, que trata do trabalho temporário (BRASIL, 2016, não paginado).

O STF, como veremos no próximo capítulo, ratificou muitas mudanças propostas pela Reforma. Mais do que isso, apoiou – e acreditou – no "rosário de promessas" (MACHADO; DUTRA, 2021). O Ministro Gilmar Mendes, por exemplo, ao justificar seu argumento favorável à terceirização irrestrita na RE 958.252 (Tema 725), em 2019, apresentou em seu voto uma pesquisa de Ives Gandra da Silva Martins Filho, ex-presidente do TST, a qual, segundo ele, demonstra os avanços de diversas reformas trabalhistas no mundo em termos de redução das taxas de desemprego:

> Seja sob a epígrafe de terceirização, outsourcing ou Auslagerung, o tema está na pauta do dia no cenário mundial. Aliás, é inevitável abordar a questão sob o prisma das inúmeras reformas trabalhistas realizadas ao redor do mundo, fundadas, em grande medida, na necessidade de flexibilização das relações trabalhistas. E os resultados são majoritariamente positivos.
>
> A título ilustrativo, cito a pesquisa feita por Ives Gandra da Silva Martins Filho, que demonstra os avanços de diversas reformas trabalhistas no mundo em termos de redução das taxas de desemprego:
>
> "Alemanha
> Taxa de desemprego antes da reforma: 9,8%
> Taxa de desemprego depois da reforma: 5,7%
>
> Espanha
> Taxa de desemprego antes da reforma: 23,3%
> Taxa de desemprego depois da reforma: 17,8%
>
> França
> Taxa de desemprego antes da reforma: 10,1%
> Taxa de desemprego depois da reforma: 9,5%
>
> Itália
> Taxa de desemprego antes da reforma: 11,5%
> Taxa de desemprego depois da reforma: 11,1%
>
> Portugal
> Taxa de desemprego antes da reforma: 16,8%
> Taxa de desemprego depois da reforma: 9,8%".
> (Ives Gandra da Silva Martins Filho, A Reforma Trabalhista no Brasil, p. 13.

> Seria temerário concluir que a redução das taxas de desemprego em tais países se deve unicamente à flexibilização, mas desconsiderar tais números seria igualmente insensato (BRASIL, 2019b, p. 230).

A judicialização das relações de trabalho, crítica constante do STF, esteve entre as justificativas da Reforma. O Projeto de Lei buscou valorizar a negociação coletiva ao oferecer maior segurança ao que foi pactuado entre trabalhadores e empregadores para evitar a judicialização. Por isso, a proposta justifica a necessidade de valorização do acordado sobre o legislado e, também de “canais institucionais de diálogo nas empresas” para diminuir o litígio judicial (BRASIL, 2016, não paginado). Segundo o Projeto:

> No Brasil temos um nível elevado de judicialização das relações do trabalho, o que é retratado pela quantidade de ações trabalhistas que anualmente dão entrada na Justiça do Trabalho. Na grande maioria das ações trabalhistas a demanda reside no pagamento de verbas rescisórias. A falta de canais institucionais de diálogo nas empresas que promovam o entendimento faz com que o trabalhador só venha a reivindicar os seus direitos após o término do contrato de trabalho. Com isso, problemas que poderiam ser facilmente resolvidos no curso do contrato de trabalho vão se acumulando, para serem discutidos apenas ao término do vínculo empregatício, na Justiça do Trabalho. [...] A regulamentação do art. 11 da Constituição da República tornará possível o aprimoramento as relações de trabalho no país, ao instituir no ambiente da empresa um agente com credibilidade junto ao trabalhador, já que ele será escolhido dentre os empregados da empresa, independentemente de filiação sindical, com quem ele poderá contar para mediar a resolução de conflitos individuais havidos no curso da relação empregatícia. A atuação do representante dos trabalhadores trará ganhos para a empresa, na medida que ela poderá se antecipar e resolver o conflito, antes que o passivo trabalhista se avolume e venha a ser judicializado (BRASIL, 2016, p. não paginado).

A exposição de motivos também revela que a reforma foi proposta para “combater a informalidade da mão de obra”, por isso, buscou atualizar um mecanismo - pouco efetivo - de combate: a multa administrativa. Por fim, não menos importante, o projeto de Lei propôs alterar a Lei nº. 6.019/75, referente aos contratos temporários, sob a justifica de oferecer “maior flexibilidade no processo de contratação de trabalhadores, ao permitir que a empresa tomadora de serviço possa contratar diretamente trabalhadores”, autorizando, assim, a terceirização das atividades-fim (BRASIL, 2016, não paginado).

A Reforma Trabalhista de 2017 seguiu a lógica do campo econômico. A ideia prevalecente foi de que o trabalho deve se inserir na lógica econômica, partindo-se da premissa de que, se o trabalhador aceitou um emprego ruim, é porque chegou à conclusão de que as condições que decidiu tolerar são compensadas pelo salário que

recebe ou que, podendo empreender e correr o risco, optou por oferecer sua força de trabalho em razão da segurança representada pelo salário. Ou, ainda, baseada na visão estática da Lei da oferta e da procura, partiu da premissa de que, quanto menor o "preço" do trabalhador, maior seria a oferta de emprego. A premissa difundida foi a de que a interferência do Estado no mercado de trabalho seria excessiva e disfuncional, na medida em que, quanto menor a regulação, melhores seriam os resultados econômicos. Assim, haveria a necessidade de se diminuir o "preço" do trabalhador a partir da flexibilização e redução de direitos trabalhistas, bem como a ênfase de que o negociado deveria prevalecer sobre o legislado.

Não é preciso muito esforço para entender que, especialmente em países com muita pobreza e altos graus de desigualdade, como é o caso do Brasil, a mencionada premissa é totalmente descolada da realidade, uma vez que não leva em consideração as diferenças de poder que normalmente existem entre empregadores e empregados. A maior parte dos trabalhadores que aceita de vontade própria trabalhos ruins o faz porque a alternativa é passar fome (CHANG, 2014, p. 320). A liberdade econômica, preconizada pelos autores liberais e neoliberais, legisladores da Reforma e, inclusive por alguns Ministros do STF, deve respeitar a premissa de que não são todas as pessoas que podem acessar e permanecer livremente nos mercados, de acordo com o seu trabalho, seus esforços e seus talentos.

A liberdade no domínio econômico requer que o campo do jogo seja nivelado e acessível a todos, o que exige a intervenção governamental para a redistribuição com a finalidade de limitar a desigualdade. O Estado não deve ser desfeito. Tampouco os teóricos neoliberais defendem sua exclusão, pelo contrário, acreditam que o Estado deva se desprender de todos os meios de intervenção, mediação e regulação que acumulou. Nesse sentido, o Estado continua atuando, mas para garantir a livre-concorrência globalizada entre empresas (BOURDIEU, 1998).

A exposição dos motivos para a Reforma Trabalhista de 2017 aponta que a judicialização das relações de trabalho é tomada como causa de insegurança das relações entre empregador e empregado. As regras trabalhistas, nesse entendimento, não oferecem segurança jurídica aos agentes. Por isso, o Estado deve garantir o "desenvolvimento das relações de trabalho no país" e a "maior flexibilidade no processo de contratação de trabalhadores".

O Projeto de Lei completou seu processo legislativo em menos de um ano, convertendo-se na Lei nº 13.467 de 2017, alterando o sistema jurídico de proteção ao

trabalho. Essas mudanças criaram, por exemplo, novas formas de contrato de trabalho (contrato intermitente); novas formas de trabalho (teletrabalho); novidades jurídicas, como o termo de quitação anual; abolição da contribuição sindical; instituição do banco de horas; jornada de 12 x 36; e possibilitou a rescisão do contrato de trabalho em comum acordo; entre tantas outras mudanças.

A Reforma Trabalhista de 2017, assim como as demais mudanças legislativas realizadas em outros países, foram utilizadas como “remédios” para solucionar as crises e tornar o Estado e as empresas mais competitivas frente ao mercado internacional. Porém, as promessas utilizadas para justificar as mudanças legislativas não se concretizaram. Pesquisas (RIGOLETTO; PAÉZ, 2018; CARDOSO; AZAÏS; 2019; FILGUEIRAS, 2021). comprovaram que em alguns países da Europa, como Alemanha, Espanha, França, Itália e Reino Unido, a redução da proteção ao emprego falhou em trazer quaisquer benefícios econômicos. Pelo contrário, as reformas trouxeram o aumento do emprego precário e a piora na segmentação do mercado de trabalho. Na América Latina não foi diferente – pelo menos, no México e no Chile:

> Sem dúvida, o objetivo predominante das reformas tem sido acentuar a mercadorização da força de trabalho, o que significa deixar salários e condições de trabalho cada vez mais à mercê do funcionamento do mercado. Para isso, o principal impacto jurídico das reformas trabalhistas é, em regra, romper com as condições do contrato típico de emprego, seja pela supressão explícita de direitos, pela permissão dessa supressão por acordos individuais ou coletivos, ou, quando isso não ocorre formalmente, pela promoção de sua inadimplência.
> E o que aconteceu nos mercados de trabalho dos países que adotaram essas reformas?
> Pesquisamos seis países (Alemanha, França, Reino Unido, Espanha, México e Brasil), identificando, entre os impactos provavelmente associados às reformas, um freio nos custos do trabalho. Na Alemanha pós-reforma, o custo do trabalho cresceu 4,1% entre 2004 e 2008, menos da metade da média da zona do euro (9,1%). Já em 2012 e fins de 2018, França e Espanha mantiveram baixo crescimento dos custos. Na primeira, apenas 4,3%, pouco mais de metade da média da zona do euro (8,1%). Quanto à Espanha, depois da reforma, o custo do trabalho cresceu apenas 1,4% entre 2012 e o fim de 2018, terceiro menor índice da União Europeia. No México, entre a reforma de 2012 e o ano de 2018, os salários se mantiveram abaixo do valor de 2011. Os salários médios anuais dos empregados em tempo integral (OCDE, por paridade do poder de compra), na Alemanha entre 2003 e 2007, ficaram abaixo do valor registrado em 2002. Na Espanha, entre 2012 e 2018, os salários médios foram inferiores a 2011. No México, desde 2012, se mantêm praticamente estagnados e abaixo do que eramentre2001 e 2009. No Brasil, o salário médio dos empregados com carteira oscila para baixo nos dois anos seguintes à reforma. [...]
> A situação é ainda pior porque os contratos atípicos, promovidos pelas reformas, tendem a pagar menos por hora trabalhada que os típicos, e essa diferença se acentuou nos últimos anos. [...]
> Após as reformas, de fato, os custos para as empresas diminuíram. Contudo, a promessa de mais empregos não se comprovou (FILGUEIRAS, 2021, p.

71/72).

No Brasil, assim como nos demais países citados, as reformas trabalhistas não cumpriram as promessas que embasaram sua implementação. Quando a nova Lei foi publicada, o índice de desocupados[31] no Brasil estava em torno de 12,3%. No ano seguinte, em 2018, esse índice se manteve próximo, 12,2%. Três anos depois, em 2021, caiu 1% em relação à 2018. Apenas em 2022 é que a desocupação foi para o índice de 8,4%, chegando em 7,6% em 2023 (IBGE, 2024c). O número de pessoas ocupadas, calculado através do percentual de pessoas ocupadas em relação a população em idade de trabalhar, apresentou um aumento: de 91,1 milhões em 2017 para 100,7 milhões em 2023.

É verdade que o percentual de empregados com carteira assinada no setor privado já apresentava queda a partir de 2015, mas nos anos seguintes à Reforma esse processo se intensificou (IBGE, 2024c). Apenas em 2023 voltou a crescer, alcançando 37,4% da população ocupada (ante 36,3% em 2022). O número desses trabalhadores em 2023 (37,7 milhões) foi o maior da série histórica. Os empregados sem carteira assinada no setor privado atingiram o percentual de 13,3% em 2023, queda de 0,3 ponto percentual em um ano. Contudo, apesar da queda, a estimativa continua sendo uma das maiores da série histórica (IBGE, 2024c).

A proporção de ocupados formais parece estar sustentada pelos trabalhadores por conta própria[32]. O trabalho por conta própria que envolvia, em 2012, 20,1 milhões dos trabalhadores do País, passou a totalizar 25,6 milhões em 2023, correspondendo, portanto, ao acréscimo de 5,4 milhões de pessoas em onze anos. Em relação a 2022, o contingente desses trabalhadores cresceu 0,9%, o que correspondia a 217 mil pessoas a mais em um ano. Dentre os trabalhadores por conta própria, cerca de 75,1% não tinham registro no CNPJ em 2023 (IBGE, 2024c). O número de MEI´s também cresceu nos últimos anos, de pouco mais de 5 milhões em 2015 para cerca de 11 milhões em 2020. Em junho de 2024 havia 15 milhões de MEI´s cadastrados na Receita Federal (2024). Um estudo feito na FGV-EESP (2023) reforça

---

[31] O IBGE chama de desocupadas (popularmente conhecidas como desempregadas) as pessoas que não estão trabalhando, porém tomaram alguma providência efetiva para encontrar trabalho e estão disponíveis para assumi-lo, caso encontrem.

[32] O IBGE considera trabalhador por conta própria aquela pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com ajuda de trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar.

essa tese ao revelar que cerca de 53% dos MEI´s brasileiros também trabalham em outras empresas. Os dados confirmam o fenômeno da “pejotização”, ou seja, uma “migração” de trabalhos formais para trabalhos por conta própria, com CNPJ ou inscritos como MEI.

Esse fim da “sociedade salarial” (CASTEL, 2006) – se é que já possuímos - reflete na organização e segurança coletiva. A associação sindical, que já apresentava números decrescentes, sofreu uma considerável redução nos últimos anos, em especial após a Reforma Trabalhista de 2017. Em 2019, mais de um ano após a mudança legislativa, das 94.642 mil pessoas ocupadas, na semana de referência da pesquisa, 11,2% (10.567 mil pessoas) eram associadas à algum sindicato. Em 2023, dos 100,7 milhões de ocupados do país, 8,4% (8,4 milhões de pessoas) eram associados a sindicatos. Esse foi o menor contingente e o menor percentual da série iniciada em 2012, quando havia 14,4 milhões de trabalhadores sindicalizados (16,1%) (IBGE, 2024b). Essas alterações sociais e trabalhistas refletem diretamente na seguridade social, pois há uma evidente deterioração da relação entre contribuintes e beneficiários, prejudicando a base de financiamento do sistema brasileiro de previdência social.

Os dados revelam que o desmantelamento dos direitos não permite o aparecimento de uma “ordem espontânea do mercado”, pelo contrário, leva à ruína as bases institucionais dos mercados (SUPIOT, 2014). Todavia, como vimos, as medidas reiteradamente adotadas para sair de crises são as reformas. Consequentemente, essa erosão dos direitos, sobretudo de proteção social, afeta diretamente os indivíduos.

Reforma que “flexibiliza” nunca é a única opção, nem medida suficiente para a criação de empregos. Mesmo que se considere a hipótese de eventual estímulo positivo de uma reforma, outras políticas também podem promover o emprego. Portanto, reduzir direitos é uma escolha política sobre o que se quer das condições de vida e de trabalho da população. A regulação do Direito do Trabalho é essencialmente valorativa, depende do tipo de sociedade que queremos promover (FILGUEIRAS, 2021).

Retomando o que foi tratado até aqui, tem-se que as mudanças na legislação decorreram de uma conjuntura resultante das lutas simbólicas ocorridas nos campos jurídico, político e econômico, as quais, influenciando-se mutuamente, acabaram por levar à posição de dominância aquela heterodoxia jurídica que viria a ser imposta pela

Reforma. Os elementos clássicos da relação de emprego não foram alterados desde a sua promulgação, porém as novas exceções legislativas, novas interpretações e mudanças tecnológicas alteraram o seu escopo. Isso tudo com o amparo do STF.

3.4 O DIREITO DO TRABALHO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Como debatido até aqui, as mudanças na legislação ocorridas desde 2017 oportunizaram a flexibilização de direitos trabalhistas contidos na CLT, contudo, outros permanecem – aparentemente - resguardados pela Constituição Federal. Isso inclui salário mínimo nacional fixado em Lei, seguro desemprego, FGTS, irredutibilidade dos salários (salvo o disposto em acordo ou convenção coletiva), garantia de salário nunca inferior ao mínimo (no caso de remuneração variável), férias remuneradas, licença gestante, exigência de normas de saúde e segurança no trabalho e muito mais.

Ou seja, por mais que o Direito do Trabalho tenha sido flexibilizado, e que, com a reforma de 2017, algumas normas negociadas (individual ou coletivamente) entre patrões e empregados tenham passado a ter prevalência sobre a Lei (caso da jornada de trabalho, horas extras e mesmo remuneração), as normas constitucionais seguem em plena vigência, garantindo mínimos civilizatórios. Diante do abrigo constitucional, o STF torna-se protagonista por ser, em última instância, o intérprete de muitos direitos trabalhistas.

O julgamento de temas como terceirizações no serviço público e no setor privado, prescrição do FGTS, jornada de trabalho, direitos das mulheres gestantes e outros, relativos a direitos individuais; e de temas como o fim da ultratividade das convenções e acordos coletivos, direito de greve dos servidores públicos, obrigatoriedade da contribuição sindical, flexibilização de direitos individuais e coletivos na pandemia da Covid-19, dentre outros direitos coletivos; são apenas alguns exemplos das discussões instauradas na Suprema Corte desde 2017. Observa-se que o STF, que deveria atuar como guardião dos direitos fundamentais, tem desempenhado um papel paradoxal, promovendo decisões que fragilizam as conquistas históricas dos trabalhadores.

> O curioso é que ao adotar essa preocupação de reformar decisões da Justiça do Trabalho, o STF deixa de lado seu posto de ser o guardião da Constituição, composto pelos juristas de maior renome do país, aos quais se deveriam direcionar apenas as “grandes questões de direito” com repercussão no interesse nacional, para se tornar mera instância recursal trabalhista, afinal o

> Direito do Trabalho está fixado, quase todo ele, como cláusula pétrea, na Constituição Federal (SOUTO MAIOR, 2016).

Houve, nos últimos anos, uma transformação nas decisões do STF. Se por um lado o Tribunal tem se mostrado vanguardista ao tratar questões relativas à proteção aos direitos de liberdade, não atua do mesmo modo quando decide questões relativas aos direitos sociais do trabalho, como aponta Silvia Isabelle Ribeiro Teixeira do Vale (2020). Somada às questões legislativas, fatores sociais, econômicos e políticos passaram a influenciar nas decisões, onde, inclusive, a Corte passou a rever o seu próprio entendimento anterior. Até o ano de 2015, por exemplo, poucas vezes o Supremo reconheceu Repercussão Geral nos casos em que se debatiam assuntos trabalhistas por entender que não lhe seria afeto analisar conteúdo laboral (VALE, 2020).

O marco temporal de 2015, sugerido por Vale (2020) para fundamentar o seu argumento de mudança de postura do STF em relação ao Direito do Trabalho, decorre do julgamento do Tema 152, de Repercussão Geral, quando o STF julgou a renúncia genérica a direitos mediante adesão a plano de demissão voluntária. A partir dessa decisão, segundo a autora, o rumo do STF foi alterado em relação as matérias trabalhistas. Após essa decisão, Vale (2020) cita outros julgamentos do Supremo que alteraram os posicionamentos do TST e o próprio entendimento anterior nas questões sociolaborais, adotando uma posição mais flexível e liberal: 1) hora *in itinere* (RE nº 895.759/PE); 2) licitude da terceirização da atividade-fim (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 324/DF e RE nº 958.252) e 3) declaração da constitucionalidade de artigos da Lei nº 11.441/2007 (Ação direta de inconstitucionalidade (ADI) nº 3961 e ADC nº 48) e 4) constitucionalidade da MP nº 936/2020 (ADI nº 6363). Desde então, o STF passou a analisar desenfreadamente temas relacionados ao Direito do Trabalho.

Essa percepção de mudança de comportamento do STF em relação à jurisprudência do TST também é constatada por Grijalbo Coutinho (2021), que afirma se tratar de uma radical modificação do comportamento do STF no campo do Direito do Trabalho. Para o autor, o neoliberalismo presente no Governo de Fernando Henrique Cardoso permitiu o início de um período de destruição do Direito do Trabalho que possui matriz protetiva. Posteriormente, de forma mais moderada, no Governo Lula (2003-2010) o Direito do Trabalho continuou a ser flexibilizado, retirando as garantias dos empregados para atender ao mercado financeiro. Durante o Governo

Dilma Rousseff (2011 até meados de 2016) foi mantido o quadro de desregulação laboral. Nos Governos Temer (2016-2018) e Bolsonaro (desde 2019) foram sistematicamente esvaziados diversos direitos trabalhistas em prol da livre iniciativa.

Esse cenário de desconstrução do Direito do Trabalho, como defende Coutinho (2021), coincidiu com o protagonismo do STF que passou a flexibilizar os direitos trabalhistas para atender às pretensões econômicas do mercado por meio de decisões judiciais. A alteração jurisprudencial da Corte iniciou entre 2007-2008, com maior evidência a partir de 2013-2014, e de forma mais radical após 2017, período marcado por decisões que alteraram o Direito do Trabalho. O início do processo de desregulação do Direito do Trabalho, iniciado por volta de 2007, ocorreu com a mudança de entendimento do STF, na direção de enfraquecimento dos direitos dos empregados, flexibilizando e precarizando as relações de trabalho. Os julgamentos da Corte passaram a esvaziar o Direito Constitucional do Trabalho com base na premissa de que não seria possível enfrentar a crise econômica sem diminuir os custos das empresas com os empregados (COUTINHO, 2021).

Outro fator que contribuiu para a mudança da jurisprudência trabalhista pelo STF, de acordo com Grijalbo Coutinho (2021), decorre da alteração da composição das Cortes Superiores e do perfil em sentido inverso percorrido pelos Tribunais. Segundo o autor, o TST era um tribunal liberal nos anos 1990 e se mostrou mais garantista a partir de 2007, tendo a sua composição renovada a partir de 2005. O STF, por sua vez, também renovou seus membros entre 2003 e 2020, que da linha moderada-conservadora no exame de matérias trabalhistas nos anos de 1990, passou a assumir tendências neoliberais pró-mercado livre, contribuindo para a desconstrução do sistema constitucional de proteção do trabalho (COUTINHO, 2021).

O Governo do Partido dos Trabalhadores indicou 13 Ministros para o Supremo Tribunal Federal. Entre 2003 e 2010, o governo Lula fez a indicação de 8 deles[33], enquanto o governo Dilma indicou 5 Ministros[34]. No TST, entre 2003 e 2016, os governos Lula e Dilma Rousseff indicaram 20 magistrados com base em listas tríplices

---

[33] Joaquim Barbosa (25.06.2003 a 31.07.2014); Cezar Peluso (25.06.2003 a 03.09.2012); Ayres Britto (25.06.2003 a 18.11.2012); Eros Grau (30.06.2004 a 02.08.2010); Ricardo Lewandowski (16.03.2006 até o presente); Cármen Lúcia (21.06.2006 até o presente); Menezes Direito (05.09.2007 a 01. 09.2009); e Dias Toffoli (23.10.2009 até o presente).

[34] Luiz Fux (02.03.2011 até o presente); Luís Roberto Barroso (26.06.2013 até o presente); Edson Fachin (16.06.2015 até o presente); Teori Zavascki (29.11.2012 a 19.01.2017); e Rosa Weber (19.12.2011 até o presente).

elaboradas pelo próprio Tribunal[35]. Isso garantiu, em grande medida, o enfrentamento de temas trabalhistas pelo STF, porém não trouxe a total alteração do equilíbrio da Corte para uma tendência pró-empregado, uma vez que alguns dos Ministros indicados pelo próprio PT passaram a adotar posicionamentos liberalizantes em favor do livre mercado, com a consequente diminuição da proteção judicial ao trabalhador.

Nos últimos anos vem se noticiando um "estranhamento" entre o STF e uma parte da magistratura do trabalho, incluindo a mais alta corte trabalhista, acusada publicamente de se negar a aplicar decisões daquele Tribunal em controle concentrado de constitucionalidade. Algumas decisões decretadas na Justiça do Trabalho têm sido cassadas pelo STF, em sede de reclamação constitucional, de modo que esse instrumento processual vem ganhando cada vez mais destaque e relevância no universo jurídico. Em dezembro de 2023, inclusive, a Primeira Turma do STF chegou a acionar o CNJ para denunciar o descumprimento, por parte dos tribunais trabalhistas, da jurisprudência firmada pelo STF (CONJUR, 2023c).

As decisões proferidas pelo STF em temas envolvendo o sistema público de proteção social ao trabalho, mesmo antes da Reforma Trabalhista, já vinham se encaminhando no sentido de flexibilizar direitos trabalhistas. Como ressalta Coutinho (2021):

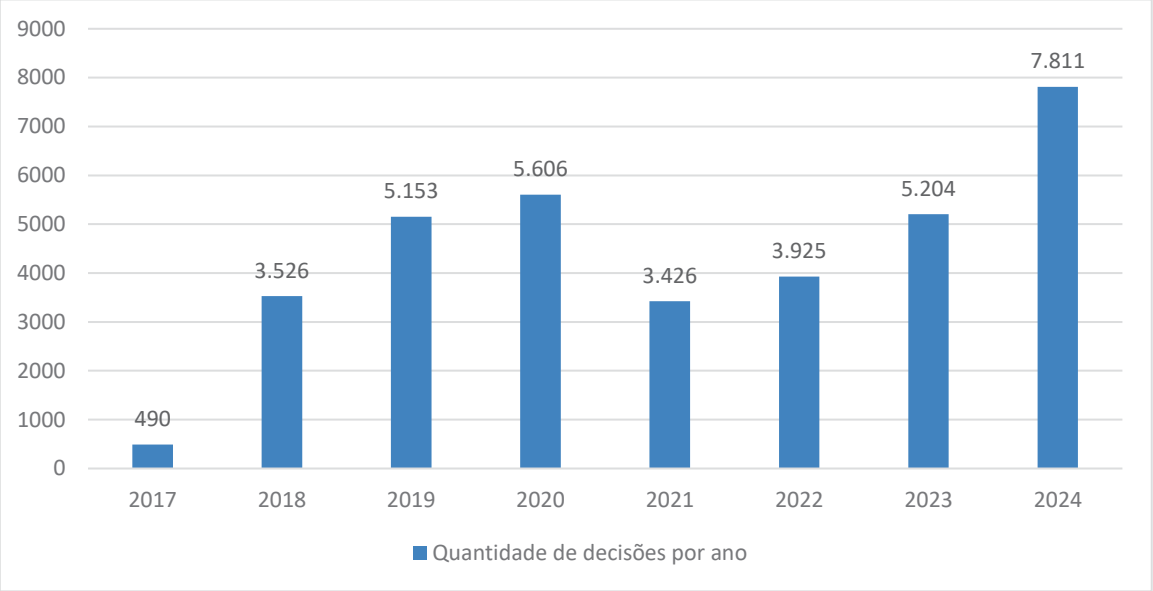
> O STF atua como verdadeira quarta instância da Justiça do Trabalho, para, por via de regra, retirar direitos obreiros reconhecidos pelo TST. O Supremo Tribunal Federal assim atua mediante invocação dos postulados a livre iniciativa e da livre concorrência inscritos na Constituição da República como chave mestra multifuncional, pronta para abrir quaisquer portas à discussão constitucional contra o Direito do Trabalho" (COUTINHO, 2021).

---

[35] Lelio Bentes Corrêa (29.07.2003 até o presente); Aloysio Corrêa da Veiga (28.12.2004 até o presente); Horácio Raymundo de Senna Pires (21.02.2006 a 28.05.2012); Rosa Maria Weber Candiota da Rosa (21.02.2006 a 19.12.2011); Luiz Philippe Vieira de Mello Filho (21.02.2006 até o presente); Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira (21.02.2006 até o presente); Maria de Assis Calsing (17.05.2007 a 03.08.2018); Dora Maria da Costa (17.05.2007 até o presente); Pedro Paulo Teixeira Manus (04.10.2007 a 19.04.2013); Fernando Eizo Ono (04.10.2007 a 05.03.2018); Guilherme Augusto Caputo Bastos (04.10.2007 até o presente); Márcio Eurico Vitral Amaro (14.11.2007 a 05.03.2021); Walmir Oliveira da Costa (14.11.2007 a 28.04.2021); Maurício Godinho Delgado (14.11.2007 até o presente); Kátia Magalhães Arruda (27.03.2008 até o presente); Augusto César Leite de Carvalho (14.12.2009 até o presente); José Roberto Freire Pimenta (030.9.2010 até o presente); Delaíde Alves Miranda Arantes (010.3.2011 até o presente); Hugo Carlos Scheuermann (16.07.2012 até o presente); Alexandre de Souza Agra Belmonte (16.07.2012 até o presente); Cláudio Mascarenhas Brandão (11.07.2013 até o presente); Douglas Alencar Rodrigues (22.04.2014 até o presente); Maria Helena Mallmann (23.12.2014 até o presente).

Desde a Reforma Trabalhista de 2017, contudo, as disputas em torno do trabalho se acirraram na Suprema Corte. Apesar de uma diminuição das decisões durante o período de pandemia, o STF publicou 7.811 decisões sobre Direito do Trabalho apenas em 2024, maior número desde a mudança na legislação.

Figura 3: Número de decisões do STF em matéria de Direito do Trabalho (segundo o período da amostra 11/11/2017 - 31/12/2024):



Fonte: Elaborado pelo autor com base nas informações públicas fornecidas pelo STF no Portal “Corte Aberta”.

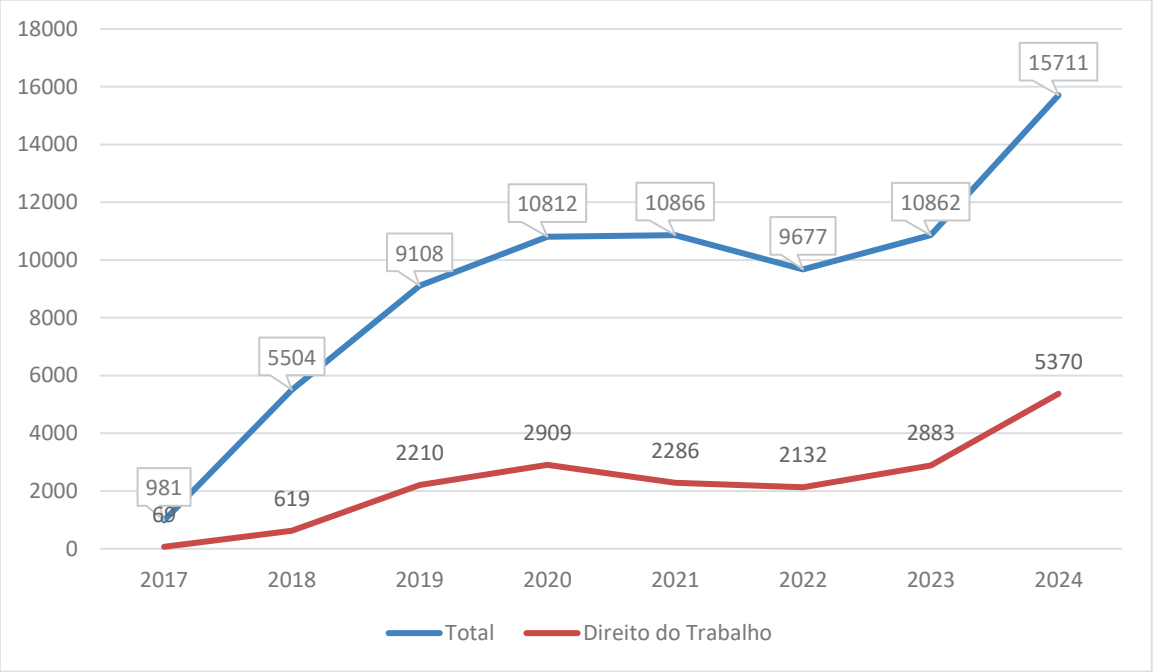
No recorte da pesquisa, entre 11 de novembro ode 2017 e 31 de dezembro de 2024, foram 35.141 decisões do STF em matéria de Direito do Trabalho. O Ministro Gilmar Mendes (2.625) foi quem mais decidiu, seguido do Ministro Edson Fachin (2.570) e Alexandre de Moraes (2.218).

Das 35.141 decisões em todo o período, 18.478 foram em sede de Reclamações Constitucionais, o que representa 52% do total. Dessas, 14.747 decisões foram monocráticas e 3.538 colegiadas. Cerca de 2.942 decisões (19,9%) ocorreram após decisões publicadas pelo órgão máximo trabalhista, onde a parte entende que houve afronta ao STF ou à Constituição. O restante, cerca de 80% das decisões, ocorreram sem o processo atingir o trânsito em julgado. Quanto ao resultado, a pesquisa revela que 5.713 foram julgadas procedentes (31,2%), 4.859 tiveram seu seguimento negado (26,5%) e 521 foram parcialmente procedentes (2,8%).

Segundo a amostra da pesquisa, das 119 decisões selecionadas, 85 foram em sede de Reclamações Constitucionais. Dessas, 69 (81,2%) deferiram o pedido para cassar a decisão da Justiça do Trabalho e apenas 16 (18,8%) Acórdãos julgaram improcedentes as reclamações, ou seja, ratificaram as decisões da justiça especializada. A principal justificativa para a improcedência é de que "é inviável a reclamação cujo conhecimento dependa do reexame do conjunto fático-probatório a que chegaram as instâncias ordinárias", como apontou, por exemplo, a amostra 69.

Voltando para a análise quantitativa, verifica-se um aumento significativo de decisões do STF em Reclamações Constitucionais no ano de 2024 – não apenas em matéria trabalhista. Conforme Figura 4, no último ano pesquisado o aumento de Reclamações Constitucionais, sob qualquer matéria, aumentou 44% em relação a 2023, ao passo que em matéria de Direito do Trabalho o crescimento foi de 86%:

Figura 4: Número de decisões do STF em Reclamações Constitucionais: (Total x em matéria de Direito do Trabalho) (segundo o período da amostra 11/11/2017 - 31/12/2024):



Fonte: Elaborado pelo autor com base nas informações públicas fornecidas pelo STF no Portal "Corte Aberta".

De modo geral, o número de decisões em Reclamações Constitucionais aumentou no recorte temporal analisado. Observou-se que a Corte julgou o total de 73.521 Reclamações Constitucionais no período, em qualquer matéria, sendo que 25% envolveram o Direito do Trabalho (18.478). Ainda de representar 1/4 do total da

demanda no recorte, o Direito do Trabalho está inserido em um contexto de crescimento da demanda como um todo.

O número de reclamações contra decisões da Justiça do Trabalho recebidas pelo STF (processos recebidos) também aumentou. Em 2024, foram 4.274 ações, um crescimento de 65% em relação a 2023 (com 2.594 reclamações). Elas representaram 42% do total recebido pelo Supremo no período e, pela primeira vez, ultrapassaram as processuais civis (JOTA, 2025).

Alguns Ministros do STF parecem estar incomodados com essa situação. Em outubro de 2023, em sessão da 2ª Turma da Corte, o Ministro Gilmar Mendes apresentou uma pesquisa feita no acervo processual do Supremo, onde constava 4.781 reclamações protocoladas na Corte naquele ano, sendo que 2.566 estavam classificadas como “Direito do Trabalho” e “Processo do Trabalho”. Segundo ele, em relação à categoria “ramo do Direito”, elas são maioria, representam 54%. Quando a busca é feita pela expressão “Direito do Trabalho” no campo assunto, a quantidade de reclamações sobre o tema aumenta para 3.055. No mesmo ano, o Ministro Luís Roberto Barroso afirmou que “existe hoje no País uma indústria de reclamação trabalhista” (ÉPOCA NEGÓCIOS, 2023):

> O custo de uma ação do trabalho a gente só fica sabendo depois que ela termina. Nós temos uma imensa litigiosidade trabalhista que precisamos equacionar. Mais de 5 milhões de processos em curso. Às vezes porque empresários se comportam mal, às vezes porque existem uma indústria trabalhista, às vezes porque a legislação é de uma tal complexidade que quem quer cumpri-la não consegue cumprir adequadamente (ÉPOCA NEGÓCIOS, 2023).

Com o novo CPC, de 2015, novas hipóteses de cabimento da Reclamação Constitucional foram criadas, conforme já discutido no capítulo anterior. Diante de um aumento das possibilidades, o número de reclamações naturalmente passou a crescer. Isso pode explicar, em parte, esse aumento, mas é preciso destacar a própria divergência instaurada no seio dos Tribunais – e não apenas do STF – a partir das decisões paradigmáticas que analisamos no capítulo anterior.

O STF, ao decidir sobre temas trabalhistas, emitiu um juízo de valor sobre matérias de grande destaque, tais como terceirização, contrato de parceria em salões de beleza, atualização de débitos trabalhistas, transportador rodoviário de cargas, fim da contribuição sindical obrigatória, prevalência do negociado sobre o legislado, tabelamento de indenizações por danos morais, dentre outros. Consequentemente,

muitas dúvidas e questionamentos surgem a respeito destas mudanças. Diante de uma nova legislação, novos entendimentos e precedentes, inclusive, assumidos pelo próprio STF, somado às novas hipóteses de cabimento das ações de Reclamação Constitucional, parece-nos natural o aumento de ações trabalhistas perante o Supremo Tribunal.

A maior parte das reclamações relacionadas ao Direito do Trabalho contestam decisões da Justiça do Trabalho as quais tem condenado empresas que contratam trabalhadores como terceirizados ou como PJ. Nas decisões, os Ministros afirmam que a Corte tem precedentes reconhecendo a possibilidade de haver contratação por regimes de trabalho que vão além da CLT. Esses entendimentos estão fundamentados na ADPF 324, na ADI 5.625 e no RE 958.252 (Tema 725 da Repercussão Geral) – as quais foram analisados no capítulo anterior. Apesar disso, os magistrados do Trabalho continuam a condenar empresas sob a justificativa, na maioria das vezes, de fraude à legislação trabalhista. Assim, os Ministros do STF passaram a cassar monocraticamente essas decisões via reclamações, o que eleva a insatisfação das partes.

De modo monocrático, o STF tem reiteradamente anulado vínculos empregatícios anteriormente reconhecidos pela Justiça do Trabalho. Os ministros do Supremo têm fundamentado suas decisões na validade da terceirização de qualquer atividade, meio ou fim, enfatizando que existem outras formas de relação de emprego além da estabelecida pela CLT. Segundo pesquisa do portal de notícias Migalhas (2024a), 10 dos 11 ministros do STF proferiram decisões contra o estabelecimento de vínculos empregatícios, com Flávio Dino sendo a única exceção. Embora Dino tenha rejeitado um caso por questões processuais, ele observou que as decisões anteriores da Justiça do Trabalho não contradizem o precedente do STF sobre a legalidade da terceirização.

De acordo com a pesquisa realizada pelo Núcleo de Extensão e Pesquisa “O Trabalho além do Direito do Trabalho”, vinculado à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, em parceria com a ANAMATRA, das 1.039 decisões da Suprema Corte analisadas qualitativamente, entre monocráticas e colegiadas, de 1º de julho de 2023 à 16 de fevereiro de 2024, 65% delas houve devolução dos autos para novo julgamento na origem, revelando um alto índice de procedência das reclamações ajuizadas (ANAMATRA, 2024). No que diz respeito ao afastamento da competência da Justiça Trabalhista, houve uma resposta positiva em 21% do total de

decisões analisadas, constando hipóteses de determinação de remessa dos autos para a Justiça Comum, o que sugere, na visão dos pesquisadores, a supressão de competências materiais históricas da Justiça do Trabalho. Ainda, 82% das reclamações sobre vínculo decididas pelo STF não esgotaram Justiça do Trabalho, isso significa que ainda não havia decisão definitiva das instâncias ordinárias ou do Tribunal Superior do Trabalho antes da chegada desses casos ao STF (ANAMATRA, 2024).

Com a reiteração de decisões do STF para cassar julgamentos de tribunais trabalhistas, poder-se-ia cogitar que há uma movimentação oculta do Supremo contra a Justiça do Trabalho, com o objetivo de retirar-lhe relevância jurídica, política, econômica e social até o ponto de subjugá-la à sua interpretação majoritária. Também se poderia conjecturar que a justificativa repousaria na ausência de afinidade teórica dos atuais Ministros com as matérias trabalhistas, ou seja, haveria inaptidão jurídica dos magistrados. Porém, não há sentido de se pensar em uma disputa institucional do STF contra a magistratura do trabalho para fazer valer suas decisões em controle de constitucionalidade. Essa premissa simplifica um tema de maior complexidade. Tampouco se pode atribuir as decisões à falta de conhecimento de Direito do Trabalho por parte da Corte Constitucional.

A Reforma Trabalhista de 2017 apresentou mais de duzentas alterações no texto da CLT. Sem ingressar novamente nas reflexões apresentadas anteriormente a respeito da celeridade das mudanças e da falta de debate público na promulgação da nova Lei, fatores que, inevitavelmente, repercutiram na Justiça do Trabalho, a mudança não impossibilitou a Justiça do Trabalho de declarar fraude à Lei quando comprovada a presença dos elementos fático-jurídicos da relação de emprego em detrimento do formato jurídico estabelecido em uma relação contratual diversa. Deve-se recordar que a regra do artigo 9º, que preceitua a nulidade de todos os atos praticados com vistas a fraudar ou desvirtuar a aplicação de alguma de suas disposições, permanece vigente e inalterada.

A mudança na legislação ocorreu sob a promessa de modernização da CLT. Nessa concepção, impôs-se a flexibilização negativa de direitos, a prevalência da autonomia privada individual, o enfraquecimento dos sindicatos e a redução do número de ações trabalhistas. Com evidência, pretendeu-se reduzir direitos sociais, buscando conciliar a legislação trabalhista com as políticas econômicas impregnadas na maior parte dos países ocidentais, com o intuito de mitigar o custo da mão de obra

e potencializar ganhos ao capital. Contudo, essas alterações promovidas pelo Congresso parecem ser compreendidas pelos Ministros do STF como insuficientes a contemplar um “novo” Direito do Trabalho, pois o posicionamento majoritário do Supremo ratifica o aprofundamento das mudanças em matéria trabalhista.

A Suprema Corte, sem amparo constitucional, entendeu por bem redefinir a competência da Justiça do Trabalho e a desprezar os preceitos jurídicos atinentes ao reconhecimento da relação de emprego. Coincidentemente, o STF tem atuado do mesmo modo como alguns Ministros acusam a Justiça do Trabalho: legislando como “guerrilha institucional” (como vimos no item 2.4. dessa pesquisa). Se estão sobrecarregando o STF, como desabafou Gilmar Mendes (ÉPOCA NEGÓCIOS, 2023), por meio de reclamações contra decisões da Justiça do Trabalho que reconhecem o vínculo de emprego, é porque a própria Corte estimulou a interposição das tais reclamações ao acolher e dar provimento às primeiras reclamações, mesmo sem qualquer amparo legal e extrapolando em muito a sua própria competência, sobretudo porque tal análise envolve exame probatório.

Da leitura dos votos ou das manifestações dos Ministros, vislumbra-se a inclinação para uma reconfiguração institucional das relações de trabalho, importando retirar proteção social a quem vive da venda da sua força de trabalho. Trata-se, em verdade, do “retorno a origem privatista” do Direito do Trabalho, o que significa o predomínio da autonomia individual da vontade sobre o interesse estatal de proteção social ao hipossuficiente. A cassação de decisões da Justiça do Trabalho por Ministros do STF, quando o assunto é o reconhecimento de relação de emprego, parece representar a tentativa daquele tribunal de aprofundar o paradigma predominante no campo econômico, a fim tornar o mercado de trabalho cada vez mais desregulado, rompendo-se com o contrato de emprego como a forma convencional de contratação.

4 O PLACAR

Ao longo da história, o Direito do Trabalho no Brasil se consolidou como uma ferramenta essencial na proteção dos direitos da classe trabalhadora. Sempre esteve tensionado entre os interesses do capital e as demandas por justiça social, no entanto, o que se observa nas últimas décadas, especialmente a partir da Reforma Trabalhista de 2017, é um processo sistemático de desconstrução dessas garantias. Como vimos até aqui, o Supremo Tribunal Federal (STF), que deveria atuar como guardião dos direitos fundamentais insculpidos na Constituição Federal, tem desempenhado um papel de protagonista, no sentido de promover decisões que fragilizam conquistas históricas dos trabalhadores.

As lutas simbólicas pelo Direito do Trabalho no Brasil, promovidas por decisões judiciais que favorecem o campo econômico em detrimento dos direitos sociais, devem ser entendidas como parte de um movimento global de avanço do neoliberalismo. Essa tendência não é exclusiva do Brasil, como aponta Dari Krein (2018), mas aqui assume contornos particularmente dramáticos devido à histórica fragilidade das instituições de proteção social e à profunda desigualdade que caracteriza o mercado de trabalho. Essas lutas refletem a correlação de forças entre o capital e o trabalho, onde o primeiro tem imposto sua agenda de flexibilização e desregulamentação.

O resultado das lutas simbólicas pelo Direito do Trabalho no STF pode ser visualizado por diferentes janelas. Aqui, optou-se por investigar como o campo econômico entrelaça e une os mais diferentes agentes sociais em torno de um mesmo discurso, seja Presidente, Ministro, jornalista ou entregador, gerando mudanças tanto na legislação, como também na vida dos trabalhadores. O objetivo desse capítulo é, portanto, apontar alguns resultados, para o Direito do Trabalho e para os trabalhadores, acerca dos impactos das lutas simbólicas travadas no STF.

Assim, iremos iniciar o capítulo tendo como ponto de partida as investigações com base nas atuações (in)discretas dos Ministros da Suprema Corte em relação a temas trabalhistas. Em seguida, será tratado o “economismo” que permeia as decisões trabalhistas no STF. Depois, será analisado o discurso dominante na sociedade, presente desde a fala do atual Presidente até os jornalistas e “influenciadores” do campo econômico, de que os trabalhadores não querem mais a

CLT. Para muitos, os EUA seriam um modelo de regulação do trabalho e, por isso, iremos tratá-lo na sequência. Posteriormente, será verificado se há limites para a flexibilização das regras trabalhistas. Por fim, apontaremos os resultados provisórios dessas lutas simbólicas para o sujeito de direitos. E, ao final do capítulo, responderemos esta indagação: Será que é possível apontar um placar, ainda que provisório?

4.1 AS ATUAÇÕES (IN)DISCRETAS DOS ÁRBITROS

Nos últimos anos, os Ministros do STF se tornaram celebridades. Somos bombardeados com imagens, notícias e polêmicas envolvendo esses juízes e juízas. Eles ficaram popularmente conhecidos não apenas pelos seus votos em decisões importantes para a sociedade brasileira, mas também pela participação em eventos, entrevistas e programas de televisão. De modo indiscreto, os Ministros constroem a realidade social que nos afeta, como é possível observar em suas manifestações oficiais e extraoficiais.

Em maio de 2017, o jornal Folha de São Paulo fez uma reportagem sobre palestra do Ministro Barroso no "*Brazil Forum UK*", no Reino Unido. O texto da Folha diz: "Ele (Barroso) comentou que o Brasil, sozinho, é responsável por 98% dos processos trabalhistas em todo o planeta - o país tem 3% da população mundial" (FOLHA DE S. PAULO, 2017). Na apresentação, que pode ser assistida em vídeo, Barroso diz:

> 3. Reforma Trabalhista
> 1. Gostaria de dizer, de saída, que não sou contra a Justiça do Trabalho, nem muito menos contra o núcleo essencial dos direitos do trabalhador, que envolve salário, segurança e repouso. E, naturalmente, se o empregador descumprir suas obrigações, o empregado tem o direito de demandá-lo e de receber o que lhe é de direito. Dito isso, há alguma coisa errada neste domínio o Brasil.
> 2. Recentemente, em um debate com o economista Eduardo Gianetti, ele afirmou que só um banco privado brasileiro tinha mais reclamações trabalhistas do que todas as ações dessa natureza existentes nos Estados Unidos. Há pouco tempo, também, li uma entrevista do Presidente das Lojas Riachuelo, Flávio Rocha, em que ele afirmou o seguinte: “O Brasil, com 2% da população mundial, gera mais ações trabalhistas que os restantes 98% do mundo”.
> 3. Em seguida, lembrou que o Citibank está deixando a operação de varejo no Brasil. E acrescentou: “A operação brasileira do Citibank representa 1% da receita mundial, mas gera 93% das ações trabalhistas”. Numa democracia, nenhum tema é tabu. Se alguma coisa não está fazendo muito sentido, é preciso fazer diagnósticos e encontrar soluções. Assim como a excessiva

> oneração da folha de pagamento desincentiva a formalização do contrato de trabalho, o risco trabalhista passou a fazer parte do custo e do risco Brasil. Quem é o maior prejudicado? O emprego e o trabalhador.
> ⇒ O Supremo Tribunal Federal, em acórdão do qual eu mesmo fui relator, começou a enfrentar este tema, na percepção de que o excesso de proteção, em última análise, desprotege. Tratava-se de um caso que envolvia Programa de Demissão Incentivada, ajustado em acordo coletivo entre sindicatos patronal e dos empregados. A adesão ao programa era voluntária. Uma senhora aderiu ao programa e recebeu 80 meses de salário para rescindir o contrato. Em troca, assinou uma quitação geral. Dias depois, entrou com uma reclamação dizendo que não recebia as horas extras corretamente.
> A jurisprudência do TST era no sentido de que a quitação só vale em relação às verbas especificamente discriminadas, não se admitindo quitação geral. Disse eu: a lógica de proteção do trabalhador individual, lado mais fraco da relação trabalhista, não se aplica quando se trate de acordo coletivo, negociado por sindicatos em igualdade de condições. No fundo, esta empregada não estava sendo correta: recebeu o benefício gordo, deu quitação e foi em busca de mais. Observei no meu voto: o Estado pode proteger o hipossuficiente; mas não deve incentivar ninguém a ser incorreto. A partir daí, em decisões seguintes, o STF passou a adotar o entendimento de que o que seja legitimamente negociado prevalece sobre o legislado.
> ⇒ Ah, sim: e é necessário, também, uma reforma sindical que enfrente o tema da contribuição sindical e da unicidade sindical. Sindicatos exercem um monopólio, com receita fixa garantida. Qualquer economista dirá que este é o caminho seguro para a ineficiência, o benefício pessoal e a corrupção (BARROSO, 2017).

Posteriormente, o portal de notícias UOL (2017) entrou em contato com o gabinete do Ministro Barroso para saber a fonte da informação usada por ele. Em resposta, foi afirmado que a fonte dos dados é de uma entrevista dada em abril de 2016 por Flávio Rocha, presidente da rede de lojas Riachuelo, publicada pela revista "Um Brasil" (2015). O portal UOL (2017), contudo, confirmou que o conteúdo foi outro: “O Brasil, com 2% da população mundial, gera mais ações trabalhistas, por incrível que pareça, do que os restantes 98% do mundo. Alguma coisa está errada.”. Procurado, o executivo não informou a fonte do dado utilizado. Como apontado nessa pesquisa, essa informação já foi desmistificada.

Mais recentemente, em outubro de 2024, durante o II Fórum Esfera Internacional, em Roma, na Itália, o Ministro Luís Barroso voltou a criticar a “litigiosidade trabalhista” (CONJUR, 2024b). Em seu discurso, Barroso disse que a alta litigiosidade é, em parte, resultado de uma legislação trabalhista complexa e, muitas vezes, desatualizada. Ele ressaltou que, embora alguns empresários possam agir de maneira inadequada, a maior parte das dificuldades enfrentadas decorre da própria estrutura legal, que dificulta o cumprimento das normas. Além disso, o Ministro disse que há uma “visão antiquada e atrasada” em relação aos empresários e à livre iniciativa no Brasil e que essa mentalidade prejudica o desenvolvimento econômico e

a inovação, criando um ambiente de “insegurança jurídica” que afasta investimentos e limita o crescimento do país. A participação do presidente do STF no evento, patrocinado por empresas como a JBS, Banco Master, Ambipar e outras, foi alvo de críticas, mas o Ministro respondeu que isso é “preconceito contra a iniciativa privada” (ESTADÃO, 2024).

O Ministro Gilmar Mendes também costuma expor suas opiniões de forma pública. Na avaliação do Ministro, a atuação da Justiça especializada tem ido em direção contrária a entendimento do STF e estaria deslocada da realidade fática do mercado de trabalho e da jurisprudência da Corte. O Ministro falou que há uma “visão distorcida” da Justiça do Trabalho sobre o sistema de precedentes, o que pode fazer com que o Supremo tenha que aferir “dezenas, quem sabe centenas de decisões”, que talvez façam com que o Supremo se torne uma “Corte Superior ou Suprema Justiça do Trabalho” (JOTA, 2023d). Em 2016, o Ministro chegou a afirmar que “o Tribunal Superior do Trabalho é na maioria formado por pessoal que poderia integrar até um tribunal da antiga União Soviética”, alegando ter havido talvez “um certo aparelhamento da própria Justiça do Trabalho e do próprio TST por segmentos desse modelo sindical que se desenvolveu” e terminando por dizer que há uma radicalização da jurisprudência para conferir uma “hiperproteção ao trabalhador” (AGÊNCIA BRASIL, 2016). Em 2017, afirmou que o TST era “laboratório do Partido dos Trabalhadores” (CONJUR, 2017).

Em abril de 2024, ao conceder uma entrevista à um portal de notícias, o Ministro Gilmar Mendes afirmou que “nos próximos dez anos será necessário discutir o tamanho da Justiça do Trabalho, levando em conta a possibilidade de parte das ações que discutem as novas relações de trabalho passar a ser de atribuição da Justiça comum” (CONJUR, 2024c). O Ministro também citou o grande número de ações em curso no país e expressou que ainda há muitas reclamações sobre terceirização que chegam ao STF, embora a corte já tenha pacificado a possibilidade de atuação dos terceirizados em atividade-fim. Para ele, a grande pergunta no futuro será qual o órgão judicial que vai decidir esses conflitos que virão, não mais das relações de emprego, mas das relações de trabalho em geral.

Outros Ministros, como Luiz Fux e Alexandre de Moraes, têm seguido a mesma linha. Em 2023, a Primeira Turma do STF encaminhou ofício ao CNJ pedindo a apuração de reiterados descumprimentos, pela Justiça do Trabalho, da jurisprudência da Corte em relação aos casos de vínculo de trabalho. O pedido de

ofício foi realizado pelo ministro Luiz Fux e ocorreu durante o julgamento da Reclamação 60.347, quando o colegiado derrubou decisão da Justiça do Trabalho que reconheceu vínculo de emprego entre motorista e o aplicativo Cabify. Ao pleitear a solicitação, Fux lamentou o "trabalho insano" que o Supremo está tendo de lidar devido à resistência dos Tribunais do Trabalho em aceitar a jurisprudência da Corte. Moraes, em seguida, concordou. "Ou nós acertamos a segurança jurídica para reduzir o nível de litigiosidade (...) ou nós nunca vamos conseguir solucionar o problema desses milhões e milhões de processo que chegam ao Judiciário todos os anos" (MIGALHAS, 2023b).

Em outubro de 2023, o Presidente do TST, Lelio Bentes Corrêa, afirmou que existem opiniões preconceituosas e infundadas sobre a Justiça do Trabalho (JOTA, 2023b). Ele defendeu a importância da Justiça do Trabalho na promoção de direitos sociais e criticou as opiniões que negam os avanços da sociedade brasileira. Também criticou os “equívocos que circulam na mídia”, “opiniões carregadas de preconceito” e “narrativa da imprensa” sobre um atrito jurisprudencial com o STF (JOTA, 2023b).

O Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, do TST, disse o STF tem feito “reforma trabalhista” judicial ao decidir que terceirzação e pejotização são consideradas definitivas. Ele afirmou que a presidência atual do TST tem “cuidado” para que o tema não “ganhe dimensão jornalística” ou não vire “um conflito entre poderes”. Vieira de Mello também disse que o STF tem a competência de revisar decisões do TST apenas em questões constitucionais, e criticou decisões do Supremo que estão revertendo julgamentos da Justiça do Trabalho nos quais são reconhecidas fraudes à CLT (METRÓPOLES, 2023).

A Ministra do TST Delaíde Alves Miranda Arantes apontou que há um “desconhecimento por parte de segmentos do STF sobre o direito social, sobre a importância do Direito do Trabalho e sobre o papel da Justiça do Trabalho que instrumentaliza o direito social, que é o Direito do Trabalho". Para a ministra, “há, na Constituição Federal, disposição expressa acerca da competência da Justiça do Trabalho para decidir, não apenas casos de relação de emprego, mas qualquer tipo de relação de trabalho, exceto aquelas para as quais a Lei dá entendimento diverso”. Para a ministra, as recentes decisões do STF têm olhado exclusivamente pela perspectiva do setor econômico, não do direito social. Desse modo, o desencontro entre STF, TST e sociedade desafia um diálogo institucional, "para que haja um amplo diálogo sobre essas questões, porque o Supremo está decidindo na contramão da

Constituição Federal, de quem ele é guardião. Ele está decidindo na contramão das normas e dos tratados internacionais e não está observando a proteção social, o direito social e o Direito do Trabalho" (MIGALHAS, 2023a).

Observa-se um contexto de maior exposição pública dos Ministros se comparado a um período histórico anterior. Isso se deve a inúmeros fatores como, por exemplo, o perfil dos Ministros (discutido no item 1.5), as novas tecnologias, em especial as redes sociais, o contexto de polarização política etc. A exposição, consequentemente, oferece um leque ainda maior para críticas e insurgências - inclusive institucionais. Tanto nas mídias em geral, como no ambiente político e no debate econômico, o STF vem sendo acusado de se imiscuir em temas sensíveis e tensos que deveriam ser discutidos e resolvidos no âmbito do Parlamento, que constitui, sob o ponto de vista das escolhas políticas, a arena apropriada para defini-las. Além disso, o Supremo vem sendo criticado pelo seu ativismo judicial, de avançar sobre pautas legislativas, de violar a clássica tripartição dos poderes. Violando o princípio da separação dos poderes e da autonomia dos tribunais, como acusou o TST, o STF vem modificando o consenso vertido na Constituição e nas Leis, ao ponto de alterar qualquer prática ou precedente, inclusive da própria Instituição.

Embora o comportamento público de alguns Ministros seja muitas vezes escancaradamente público, eles ocupam cargos judiciais. Não foram escolhidos pelo voto, como também não foram os outros juízes no Brasil, ainda que tenham sido escolhidos por quem teve voto – ao contrário da esmagadora maioria dos juízes brasileiros, que ingressam no cargo por concurso público. Mais ainda, não sairão do cargo pelo voto. A posição que ocupam não é diretamente afetada pelo calendário das eleições. Sempre que um novo presidente assume o cargo, a imprensa especula quem serão os próximos indicados para preencher vagas abertas pela saída de algum(ns) dos Ministros do Supremo. Nada disso, porém, afeta quem já está instituído do cargo (ARGUELES, 2023).

Convivemos hoje com Ministros e Ministras indicados por gerações anteriores de políticos e presidentes - como é o caso de Gilmar Mendes, escolhido por Fernando Henrique Cardoso em 2002. “Os juízes do Supremo são legados do Brasil de ontem para o Brasil de hoje”, como aponta Argueles (2023, p. 23). Mesmo os Ministros recentemente indicados continuarão atuando muito anos após seu ingresso no Tribunal, em contextos políticos, econômicos e sociais às vezes radicalmente diferentes.

Uma vez confirmados no cargo, os Ministros possuem garantias de independência. Além da independência sobre o voto popular para ingresso e permanência no cargo, há independência sobre as partes envolvidas nos processos e dos políticos que os indicaram. As regras que desenham o cargo e o poder que exercem procuram criar condições para que não precisem se preocupar com o Poder Executivo e Legislativo. Essa lógica permite que possam decidir casos aplicando a Constituição sem se preocupar se agradam, ou não, quem está no poder – e tampouco se contam com a aprovação, ou não, de eleitores e eleitoras. E, aqui, não faltam exemplos no debate público de Ministros sendo criticados por subserviência ou alinhamento com interesses políticos e econômicos.

Não são raros os temas nos quais o STF vem ignorando a disciplina constitucional de matérias trabalhistas submetidas à sua análise. Como já apontado nessa pesquisa, um dos exemplos é a decisão de constitucionalidade, designada no Tema 1.046, com repercussão geral, que trata da prevalência das convenções e acordos coletivos sobre o conteúdo da legislação, ainda que contenham cláusulas de supressão ou redução de direitos individuais dos trabalhadores. Outro exemplo, é o afastamento da competência da Justiça do Trabalho para analisar processos que envolvem representantes comerciais ou motorista e transportadores, mesmo após a Justiça especializada comprovar, pela análise das provas, que houve relação de emprego.

Em muitos casos, os posicionamentos adotados pelos Ministros do STF implicam restrição a determinados direitos fundamentais dos trabalhadores assegurados constitucionalmente. Mais grave, porém, é o reflexo de tais decisões para a sociedade: com fundamento nesses entendimentos que precarizam o Direito do Trabalho, milhares de empresas negam efetividade a direitos fundamentais justificando suas práticas nesses posicionamentos. Cabe recordar a frase do ex-Ministro Marco Aurélio (aliás, nomeado pelo então presidente da República Fernando Collor de Mello, seu primo), em seu voto no Mandado de Segurança 26.602, sobre a infidelidade partidária: “a Constituição Federal é o que o Supremo diz que ela é” (STF, 2007).

Essas ações dos Ministros, sejam elas oficiais ou extraoficiais, demonstram a construção da nossa realidade. Considerando que o Direito consagra a ordem estabelecida ao consagrar uma visão desta ordem que é uma visão do Estado, garantida pelo Estado (BOURDIEU, 2011a), as posições dos Ministros do STF são,

de certa forma, a visão do Estado. Como aponta Bourdieu (2011a), os juristas possuem um capital de palavras, um capital de conceitos, que contribuem para a construção da realidade. Os juristas, como corpo diferenciado, pelo fato do capital específico que historicamente possuem, exercem no campo das lutas pela construção da realidade social uma influência desmedida em relação a outros agentes concorrentes. Através da homologação social, isto é, por meio de um acordo social, os juristas possuem esse poder simbólico diferenciado na construção da realidade social. Através da legitimidade, as atuações oficiais e extraoficiais dos Ministros da Suprema Corte possuem relevância social.

A força da linguagem, como aponta Bourdieu (2011a), depende de um fator extrínseco a ela: a autoridade. É essa autoridade vinda do locutor aliado à instituição que o autoriza, acrescido à estrutura linguística do discurso, que possibilita o sucesso dos símbolos de linguagem. O mundo jurídico é lugar onde o poder simbólico é dado justamente pela constituição da realidade a partir da enunciação, poder este "de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a acção (sic) sobre o mundo" (BOURDIEU, 2011a, p. 14).

As lutas simbólicas, a propósito da percepção do mundo, constituem lutas pelo poder de produzir e impor a visão de mundo legítima, onde tendem a reproduzir e reforçar as relações de força que constituem a estrutura do espaço social. Isso também parece explicar a maior exposição pública dos Ministros do STF, pois a linguagem da autoridade, sendo a demonstração de uma visão de mundo, é permeada, também, por lutas simbólicas. Ou seja, a atuação indiscreta através da linguagem revela a construção (ou tentativa) de (impor) uma determinada realidade social.

O campo jurídico é marcado pela disputa interna, organizado por competências que refletem a distribuição de poder por práticas históricas, o que Bourdieu chama de habitus. Segundo o autor, o poder judiciário é demarcado por reiterações de práticas, rituais simbólicos que manteriam a estrutura de poder estabelecido. Esse habitus serve como mecanismo de reprodução, permitindo que o grupo dominante, que define qual discurso é legítimo, se perpetue.

Bourdieu (2011a) critica a teoria pura do direito ao apontar que o Direito e a jurisprudência é o reflexo direto das relações de forças existentes no campo, onde se exprimem as determinações econômicas e os interesses dos dominantes:

> Uma ciência rigorosa do direito distingue-se daquilo a que se chama geralmente <<a ciência jurídica>> pela razão de tomar essa última como objeto. Ao fazê-lo, ela evita, desde logo, a alternativa que domina o debate científico a respeito do direito, a do formalismo, que afirma a autonomia absoluta da forma jurídica em relação ao mundo social, e do instrumentalismo, que concebe o direito como um reflexo ou um utensílio ao serviço dos dominantes. A ciência jurídica tal como a concebem os juristas e, sobretudo, os historiadores do direito, que identificam a história do direito com a história do desenvolvimento interno dos seus conceitos e dos seus métodos, apreende o direito como um sistema fechado e autônomo, cujo desenvolvimento só pode ser compreendido segundo a sua <<dinâmica interna>>. A reivindicação da autonomia absoluta do pensamento e da ação jurídicos afirma-se na constituição em teoria de um modo de pensamento específico, totalmente liberto do peso social, e a tentativa de Kelsen para criar uma <<teoria pura do Direito>> não passa do limite ultra-consequente do esforço de todo o corpo dos juristas para construir um corpo de doutrinas e de regras completamente independentes dos constrangimentos e das pressões sociais, tendo nele mesmo o seu próprio fundamento.
> Quando se toma a direção oposto a esta espécie de ideologia profissional do corpo dos doutores constituída em corpo de <<doutrina>>, é para se ver no direito e na jurisprudência um reflexo direto das relações de força existentes, em que se exprimem as determinações econômicas e, em particular, os interesses dos dominantes, ou então, um instrumento de dominação [...]. (BOURDIEU, 2011a, p. 209/210)

As práticas e os discursos jurídicos são, com efeito, produto do funcionamento de um campo cuja lógica específica é concebida por Bourdieu (2011a) da seguinte forma: por um lado, pelas relações de força específicas que lhe conferem a sua estrutura e que orientam as lutas de concorrência ou, mais precisamente, os conflitos de competência que nele tem lugar e, por outro lado, pela lógica interna das obras jurídicas que delimitam em cada momento o espaço dos possíveis e, deste modo, o universo das soluções propriamente jurídicas. Como o autor denominou, esse "construtivismo estruturalista" está baseado na concepção de que existem no próprio mundo social estruturas objetivas independentes da consciência e da vontade dos agentes, que são capazes de orientar ou de limitar suas práticas ou suas representações. Porém, o construtivismo revela a gênese social dos esquemas de percepção, de pensamento e de ação constitutivos do indivíduo (*habitus*).

Portanto, o *habitus*, a linguagem e as ações estão relacionadas com as lutas simbólicas e o exercício do poder dominante. No campo jurídico, as determinações econômicas e os interesses dominantes incidem sobre o Direito, a jurisprudência e sobre as atuações dos agentes. Os Ministros do STF, como corpo diferenciado, exercem uma influência desmedida em relação a outros agentes concorrentes na construção da realidade social. Eles possuem o que Bourdieu (2011a) descreve como o cânone jurídico, o reservatório de autoridade que garante, à maneira de um banco

central, a autoridade dos atos jurídicos singulares, ou seja, o discurso que dá origem à autoridade dos agentes jurídicos. Porém, ao mesmo tempo, são influenciados por determinações econômicas e interesses dos dominantes.

Juízes não podem ser simplesmente removidos do cargo por exporem suas opiniões ou por terem frustrado ou perdido a confiança da população ou de autoridades públicas. Essa proteção é dada para que cumpram determinados objetivos da sociedade, não vontades pessoais. O maior objetivo a ser cumprido por um Judiciário independente em uma democracia é o respeito às regras da sociedade. Contudo, quando falamos em “Estado de Direito” como sendo um “governo de regras”, às vezes perdemos de vista que regras não se aplicam sozinhas. Julgar não é apertar parafusos para montar um móvel seguindo um manual de instruções; julgar é exercer discernimento sobre temas que geram controvérsia. Pessoas aplicam regras; juízes (inclusive os do Supremo) são apenas pessoas, ainda que possam se atribuir virtudes ou capacidades superiores às dos demais cidadãos (ARGUELES, 2023).

É natural que juízes demonstrem suas opiniões. E é por meio das opiniões e atos dos agentes que se pode observar os reais interesses – até os mais indiscretos. A pesquisa revela que as opiniões majoritárias no STF estão alinhadas ao campo econômico. Gilmar Mendes e Luís Roberto Barroso parecem liderar uma corrente jurisprudencial segundo a qual trabalhadores que firmam contratos civis (por exemplo, como pessoa jurídica, cooperado, associado, corretagem, etc) não mais podem questionar a validade jurídica destes pactos na Justiça do Trabalho, mesmo quando a alegação é a de que a promessa de autonomia ínsita ao ajuste não se tenha concretizado no plano dos fatos.

A pesquisa revela que o posicionamento majoritário do STF, em matéria trabalhista, está vinculado aos poderes simbólicos do campo econômico. Os discursos oficiais e extraoficiais demonstram a preocupação econômica sobre a regulação do trabalho no Brasil. O Direito, sendo a forma por excelência do discurso dominante, capaz, por sua própria força, de produzir efeitos, faz o mundo social, mas também é feito por este (BOURDIEU, 2011a). Por isso, as atuações indiscretas dos Ministros revelam a intrínseca relação entre o campo jurídico e o campo econômico quando o assunto é Direito do Trabalho no Brasil.

4.2 O “ECONOMISMO”: ANÁLISE ECONÔMICA APLICADA PARA O DIREITO DO TRABALHO

Pesquisas indicam que há um aumento da concepção econômica nas decisões do Supremo Tribunal Federal. Ao investigar o uso de métodos consequencialistas, em particular de conceitos advindos da Análise Econômica do Direito (AED), em fundamentos de decisões do STF entre 1991 e 2019, Guilherme Maines Caon (2021) constatou o aumento especialmente após 2015. O uso crescente da análise econômica pela corte foi constatado tanto em termos quantitativos (crescimento do número de decisões que se utilizaram de argumentos econômicos ou de conceitos relacionados à AED), quanto em termos qualitativos (maior densidade no emprego da racionalidade econômica para fundamentar os acórdãos). Caon (2021) destacou o papel desempenhado pelo Ministro Luiz Fux, sendo o ministro que mais se valeu de argumentos econômicos ou aplicou ostensivamente a análise econômica para fundamentar suas decisões, seguido do Ministro Gilmar Mendes.

A presente tese revela que essa tendência de utilizar argumentos econômicos para fundamentar decisões judiciais se aplica também para situações que envolvem o Direito do Trabalho. No julgamento da ADI 5766 o STF julgou a constitucionalidade – ou não – de dispositivos da Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017) que determinavam o pagamento dos honorários periciais e advocatícios por beneficiários da justiça gratuita, caso perdessem a ação.

O Ministro Luís Roberto Barroso considerou que as regras são compatíveis com a Constituição e visam apenas evitar a judicialização excessiva das relações de trabalho e a chamada “litigância frívola”. Essa corrente, integrada, também, pelos Ministros Nunes Marques, Gilmar Mendes e Luiz Fux, defendeu a procedência parcial da ação para limitar a cobrança de honorários, mesmo quando pertinente a verbas remuneratórias, a até 30% do valor excedente ao teto do Regime Geral de Previdência Social.

Por outro lado, o Ministro Edson Fachin votou pela declaração de inconstitucionalidade de todas as normas impugnadas. Segundo ele, as regras introduzidas pela Reforma Trabalhista restringem os direitos fundamentais de acesso à Justiça e o direito fundamental e da assistência judiciária gratuita. Esse entendimento foi seguido pela Ministra Rosa Weber e pelo Ministro Ricardo Lewandowski. Ao final, contudo, prevaleceu a proposta apresentada pelo Ministro

Alexandre de Moraes, que julgou inconstitucionais os dispositivos relativos à cobrança dos honorários de sucumbência e periciais da parte perdedora, mas admitiu a cobrança de custas caso o trabalhador falte à audiência inaugural sem apresentar justificativa legal no prazo de 15 dias.

Ao analisar qualitativamente o conteúdo dos votos da ADI 5766, é possível observar a presença de uma discussão de cunho econômico. Em maio de 2018, ao iniciar a exposição dos votos, o Ministro Luís Roberto Barroso criticou o custo da litigiosidade trabalhista no Brasil:

> A intenção do legislador, inequívoca intenção do legislador foi a de enfrentar um problema que é a sobre utilização do Judiciário de uma maneira geral; da litigiosidade excessiva, de uma maneira geral, e, particularmente, na Justiça do Trabalho, que, de acordo com o "Justiça Em Números", do Conselho Nacional de Justiça, em volume já assinado pela Presidente Cármen Lúcia, concluiu que a Justiça do Trabalho, em 2015, finalizou o exercício com 5 milhões de processos em tramitação, tendo sido ajuizados, somente em 2015, 4 milhões de ações trabalhistas.
> Segundo o relatório elaborado pelo Deputado Rogério Marinho, Relator da Reforma Trabalhista na Câmara dos Deputados, nos Estados Unidos, são 200 mil ações trabalhistas e, na França, 75 mil nesse mesmo período. Ainda no relatório, consta uma passagem do respeitado Professor José Márcio Camargo, em que ele declarou que a judicialização excessivamente ampla das relações do trabalho no Brasil trouxe como consequência a circunstância de que o custo do trabalho somente é conhecido depois do término do contrato de trabalho; na verdade, só é conhecido depois do término da reclamação trabalhista que invariavelmente se segue ao contrato de trabalho. Portanto, não é como em toda parte do mundo, em que você avalia custo e risco no momento em que você contrata. Aqui você só consegue saber o custo da relação de trabalho alguns anos depois que ela acaba, quando se dá o desfecho da reclamação trabalhista.
> Mas essa lógica equivocada e perversa da litigiosidade excessiva e da judicialização compulsiva traz uma consequência ainda pior: É que muitas vezes, como o litígio é inexorável, o empregador já não cumpre mesmo a sua obrigação. Ele fica esperando a reclamação trabalhista e aí, então, ele resolve em juízo, às vezes anos depois, ou às vezes por acordo em que ele fica com uma fatia a mais daquilo que ele deveria ter honrado desde a primeira hora.
> Portanto, essa judicialização exacerbada, essa litigiosidade excessiva das relações de trabalho, prejudica o mercado de trabalho, os trabalhadores e os empreendedores corretos e honestos. [...]
> Pois bem, em matéria de litigiosidade, é preciso atentar para o custo da litigância. Um processo judicial envolve os custos individuais, que são incorridos pelas partes; e envolve os custos sociais, que são incorridos pela sociedade. Os custos individuais incluem - e estão em discussão aqui - honorários; eventual pagamento da perícia; e as custas processuais. Esses são os custos individuais, os custos para as partes. Mas os custos sociais da litigiosidade envolvem: 1 – o custo da máquina judiciária como um todo; 2 - os problemas associados ao excesso de litigância (BRASIL, 2021b).

Em seu pedido de vista, após o voto de Barroso, o Ministro Luiz Fux o parabenizou pela “linha mais moderna da análise econômica do Direito”:

> Senhora Presidente, pela ordem e com anuência do Colegiado, eu queria primeiramente parabenizar o Ministro Luís Roberto Barroso, porquanto o seu voto está exatamente numa linha mais moderna da análise econômica do Direito, no sentido de que o sistema deve propiciar a litigância saudável e evitar demandas frívolas que são, digamos assim, na dicção da ementa aventureiras. Entretanto, me chamou muita atenção o fato de que essa reforma densa se deu um prazo de vacatio legis muito curto. Então, o ambiente ainda é muito conturbado em termos de ideias. De sorte que, se o Colegiado me permitir, eu gostaria de pedir vista dos autos para trazêlo num prazo razoável, conforme o tema exige (BRASIL, 2021b).

Em seguida, o Ministro Ricardo Lewandowski iniciou um debate oral entre os membros do STF ao criticar o movimento “Direito e Economia”:

> Senhora Presidente, eu quero fazer uma brevíssima intervenção, de dois minutos, sobre um ponto de vista metodológico que me parece importante ser colocado antes do retorno das discussões, quando o eminente Ministro Luiz Fux trouxer o seu voto.
> Eu, com o devido respeito, Ministro Barroso, guardo profundas reservas quanto ao movimento Direito e Economia, que, nos Estados Unidos, chama-se Law and Economics. Lá, na nossa Universidade, na USP, existem profundas restrições a esse movimento, que se entende matizado, ideologicamente, com um matiz nitidamente conservador e de direita. Eu queria fazer alusão, em dois minutos, à conclusão de um belíssimo artigo de um professor e eminente pesquisador chamado Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy - que é um livre docente pela USP e professor visitante de várias universidades estrangeiras, é um intelectual de proa do Brasil -, que diz o seguinte:
> "O movimento direito e economia radica no utilitarismo de Jeremiah Bentham e mais recentemente no pragmatismo de Charles Sander Peirce, de Willilam James e de John Dewey. Identifica-se como herdeiro conceitual do realismo jurídico norte-americano, e conseqüentemente aproximar-se-ia do pensamento de Oliver Wendell Holmes Júnior, de Roscoe Pound, de Benjamin Natan Cardozo, de Karl Llewellyn, de Jerome Frank, de Louis Brandeis e de Thumann Arnold.
> Essa relação também pode ser pensada a partir da tradição marxista, para a qual o direito reflete condições infraestruturais econômicas. O pensamento weberiano suscita algumas leituras, e o direito seria mecanismo para normatização da economia capitalista, com elementos de neutralidade e de objetividade.
> Tema do presente artigo, e identificado com a direita norte-americana e com o neoliberalismo, o movimento direito e economia prevê que o direito deve ser lido a partir de princípios de valor, de utilidade e de eficiência. Para o movimento direito e economia, o direito deve se orientar para a maximização da riqueza" - e, obviamente, da receita, também, dos interessados.
> Portanto, eu queria, desde logo, manifestar que, quando trouxer o meu voto, eu o farei sob a perspectiva de premissas ideológicas distintas daquelas que foram veiculadas neste momento e que, penso eu, se basearam neste movimento que se chama Law and Economics - direito e economia (BRASIL, 2021b).

Esse comentário do Ministro Lewandowski ocorreu após a apresentação do voto pelo Ministro Luís Roberto Barroso, quando destacou o custo da litigiosidade trabalhista. Esse, por sua vez, replicou:

> Presidente, eu tenho o maior carinho e respeito pelo Ministro Lewandowski, mas há, com todas as vênias, um equívoco aqui. Assim, a aritmética não é nem de esquerda, nem de direita. A matemática é indiferente a escolhas ideológicas. Dois mais dois são quatro nos Estados Unidos, na China e na Venezuela. Se a conta não fechar, ela não fecha nem à esquerda nem à direita, portanto é uma questão de matemática. Não é uma opção ideológica. O utilitarismo ou pragmatismo, mesmo esse, pode ter um viés mais à esquerda ou mais à direita. Mas aqui, se o custo individual é menor do que o custo social, você incentiva um determinado comportamento. Não tem nada de ideológico nisso, é um fato (BRASIL, 2021b).

O Ministro Luiz Fux, que havia elogiado Barroso pela “linha mais moderna da análise econômica do Direito”, tentou justificar a análise econômica:

> Presidente, só para fazer uma observação. Eu respeito muito as ideias que vêm da escola de São Paulo, mas, na verdade, análise econômica do direito não é e não tem vinculação com direito e economia. O que tem vinculação com direito e economia hoje é o que nós estudamos: direito econômico e economia normativa, que hoje está toda regulada pelo direito à economia. A análise econômica do direito visa à análise do sistema jurídico, à luz de maior valor da economia, que é a eficiência. Então, por exemplo, em um ambiente de escassez, é preciso ter instrumentos que gerem eficiência da prestação judicial. É nesse contexto que a análise econômica procura verificar como é que a justiça pode ser mais eficiente e quais são as causas que evitam essa eficiência. Então, por exemplo, demandas frívolas, demandas que não representam uma litigância saudável e aventuras judiciais que abarrotam os tribunais são efetivamente conjuradas pela análise econômica do direito, que visa a tornar o direito eficiente. E se há algo hoje ineficiente, em quaisquer modos de ver, é o sistema de prestação de justiça que nós temos no Brasil. Então é a detectação de causas que levam a essa ineficiência (BRASIL, 2021b).

Em réplica, Lewandowski sustentou:

> O que eu queria apenas ressaltar é o seguinte: certos princípios constitucionais, como o princípio da dignidade humana e os direitos e garantias da cidadania, não podem ser interpretados sob o prisma da eficiência e do utilitarismo, como faz essa escola muito famosa e de grande voga nos Estados Unidos, que é direito e economia ou law and economics. Não estou dizendo, necessariamente, que Sua Excelência, o nosso eminente constitucionalista, Luís Roberto Barroso, fundou-se neste movimento ou nessas ideias. Apenas digo isto: a hermenêutica jurídica tem que ter uma outra interpretação, um outro viés, um outro fundamento que não uma base simplesmente numerológica, de eficiência, de vantagem ou de aumento de riqueza. Era esse o ponto de vista que eu queria afirmar, do ponto de vista epistemológico, diríamos assim (BRASIL, 2021b).

O Ministro Gilmar Mendes interveio e afirmou que não era preciso buscar subsídios em uma doutrina econômica, pois, segundo ele, a própria legislação é suficiente.

Por fim, o Ministro Ricardo Lewandowski finalizou a discussão:

> Ministro, Vossa Excelência me permite só um pequeno aparte? Já que estamos falando em números e em pragmatismo, consta do sítio eletrônico do Superior Tribunal de Justiça que, em 2015 - esse era um dado que eu traria no meu voto, mas não estarei com isso, com essa revelação, adiantando o meu voto - a Justiça do Trabalho pagou mais de 17 bilhões em direitos àqueles que ingressaram com ações trabalhistas. No mesmo ano, foram arrecadados aos cofres públicos quase 3 bilhões de custas, taxas, recolhimentos previdenciários, entre outros, ou seja, o equivalente a 16% de seu orçamento e de suas despesas em 2015, ou seja, em outras palavras, 17 bilhões de reais reingressaram na economia, produzindo riquezas e empregos. Apenas números por números, nós podemos confrontar dados contra dados (BRASIL, 2021b).

A utilização de argumentos econômicos para fundamentar decisões judiciais em matéria trabalhista não é novidade. O que se está assinalando é que há um aumento das fundamentações jurídicas baseadas em elementos econômicos. Em muitos votos analisados nessa pesquisa foi possível encontrar a preocupação com o campo econômico.

No julgamento do Tema 725, em agosto de 2018, quando se discutiu a constitucionalidade da Lei 13.429/2017, a chamada Lei da Terceirização, Gilmar Mendes expôs seu voto sob dois prismas: “i) a terceirização no contexto das mudanças socioeconômicas dos últimos tempos; e ii) a imprestabilidade do critério atividade-meio versus atividade-fim” (BRASIL, 2019b). Ao discorrer sobre o contexto econômico e comparar a realidade internacional ao Brasil, o Ministro destacou:

> Portanto, o que se observa no contexto global é uma ênfase na flexibilização das normas trabalhistas. É temerário ficar alheio a esse inevitável movimento de globalização do fenômeno produtivo, que faz com que empresas tenham etapas de sua produção espalhadas por todo o mundo, a exemplo de gigantes como a Apple, a Dell, a Boeing e a AirBus, cujos modelos e experiências já foram aqui apresentados da tribuna ou nos votos até aqui proferidos.
> Assim, se a Constituição Federal não impõe um modelo específico de produção, não faz qualquer sentido manter as amarras de um modelo verticalizado, fordista, na contramão de um movimento global de descentralização. Isolar o Brasil desse contexto global seria condená-lo à segregação econômica.
> Não se trata aqui de fazer uma ode à informalidade e um requiem das garantias trabalhistas, muito pelo contrário. A flexibilização passa necessariamente por ajustes econômicos, políticos e jurídicos, que resultarão no aumento dos níveis de ocupação e do trabalho formal, que, por conseguinte, trará os desejáveis ganhos sociais. Portanto, é nessa balança entre o ideal – por vezes ideológico e utópico – e o real que o problema se coloca.
> Sem trabalho, não há falar-se em direito ou garantia trabalhista. Sem trabalho, a Constituição Social não passará de uma carta de intenções. A garantia contra despedida arbitrária ou sem justa causa e sua indenização compensatória, o seguro-desemprego, o fundo de garantia do tempo de serviço, o salário mínimo capaz de atender às necessidades vitais básicas do trabalhador e de sua família, o piso salarial proporcional à extensão e à

> complexidade do trabalho, a irredutibilidade do salário, a garantia de salário mínimo em caso de remuneração variável, o décimo terceiro salário, a remuneração do trabalho noturno superior ao diurno, a proteção do salário contra sua retenção dolosa, a participação nos lucros ou resultados e a participação na gestão da empresa, o salário-família, a jornada não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, a jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, o repouso semanal remunerado preferencialmente aos domingos, a remuneração do serviço extraordinário superior em cinquenta por cento à do normal, o gozo de férias anuais remuneradas, licença à gestante, licença-paternidade, proteção da mulher no mercado de trabalho, aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, a redução dos riscos inerentes ao trabalho, o adicional de remuneração para atividades penosas, insalubres ou perigosas, a aposentadoria, a assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até cinco anos de idade em creches e pré-escolas, o reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho, a proteção em face da automação, o seguro contra acidentes de trabalho, a ação quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, a proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil, a proibição de qualquer discriminação ao trabalhador com deficiência, a proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos, a proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores e a igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo permanente e o trabalhador avulso; tudo isso estará fadado ao esvaziamento se não dermos essa resposta jurídica a um problema econômico e social sistêmico. A rigor, o art. 7º da Constituição não tem vida própria, depende do seu suporte fático: o trabalho.
> Assim, a vedação à terceirização de etapas produtivas relacionadas à atividade-fim não passa de um controle artificial, e inócuo, do mercado e das relações trabalhistas. Impõe-se um ajuste jurídico no sentido da eliminação dessa barreira ao crescimento e ao desenvolvimento do mercado e do trabalho, medida que, em vez de enterrar o trabalho, certamente o fortalecerá (BRASIL, 2019b).

Gilmar Mendes ainda criticou o paternalismo do Direito do Trabalho, que resulta em uma “demonização do capital”, e apontou para a necessidade de refundação do Direito e da Justiça do Trabalho. Por fim, propôs uma equalização entre o valor do trabalho e a sua contribuição no processo de desenvolvimento econômico e social, superando-se, segundo ele, “a orientação marxista que, reitere-se, demoniza o capital e insere o trabalho como uma mera relação de poder e submissão” (BRASIL, 2019b).

No julgamento da ADI 5994, em junho de 2023, o STF, por maioria de votos, manteve regra da Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017) e permitiu a jornada 12 x 36. Prevaleceu o voto do Ministro Gilmar Mendes, a qual expôs, mais uma vez, a sua visão econômica sobre o assunto:

> É, portanto, no contexto desses “tempos líquidos”, na expressão cunhada por Zygmunt Bauman, que devemos discutir o problema subjacente à questão constitucional que se coloca nesta ADI.
> Um “paradigma perdido” que exprime um modo de organização trabalhista

> sindical-corporativo, matizado por esse contexto de produção fordista. Um produto nacional bem próprio que deu ensejo a algo não menos singular: um estilo de regulação do mercado de trabalho que assume feição paternalista. A partir dessa lógica, o direito do trabalho, apesar de sua índole privada, tornou-se verdadeiro mar de protecionismo engendrado por normas de ordem pública que deixam pouca margem para a autonomia das partes e para a disponibilidade de direitos.
> Essa cultura paternalista, que se desenvolveu há décadas e que persiste, gera uma compreensão de direito do trabalho fundada em um dualismo necessariamente antagônico entre empregador e empregado. As apresentações da contraposição variam, mas há um Leitmotiv: a querela entre capital e trabalho, que anima a perspectiva marxista da luta de classes. Essa dicotomia é um clássico do chamado conflito distributivo [...]
> Disso resulta uma demonização do capital, uma ideologia que impregnou até mesmo a feitura do texto constitucional brasileiro nessa matéria. Como destacou Roberto Campos:
> "A cultura que permeia o texto constitucional é nitidamente antiempresarial. Decretam-se as conquistas sociais que, nos países desenvolvidos, resultam de negociação concretas no mercado, refletindo o avanço da produtividade e o ritmo do crescimento econômico. A simples expressão conquista social implica uma relação adversária, e não complementar, entre a empresa e o trabalhador. Elencam-se 34 direitos para o trabalhador, e nenhum dever. Nem sequer o dever de trabalhar, pois é praticamente irrestrito o direito de greve, mesmo nos serviços públicos. Obviamente, ninguém teve coragem para incluir, entre os 'direitos fundamentais', o direito do empresário de administrar livremente sua empresa." (CAMPOS, Roberto. "A utopia social". In: A lanterna na popa: memórias. Vol. II. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994, p. 1205).
> Essa visão de mundo, que pressupõe um desequilíbrio irremediável entre forças e relações de produção, não mais se sustenta: é a própria premissa de submissão da mão de obra ao capital que merece ser revista.
> Para admitirmos que os ares socioeconômicos são completamente diversos daqueles em que se assentaram as bases do direito do trabalho tradicionalmente cultuado no Brasil, basta observar que a maior empresa de transportes do mundo não tem um carro sequer, e a maior empresa de hospedagem do mundo também não dispõe de um único apartamento. Refiro-me aos paradigmáticos Uber e Airbnb – ambos fundados em economia colaborativa e na descentralização da atividade econômica entre diversos agentes mercadológicos (BRASIL, 2023b).

Observa-se uma oposição de ideias e fundamentos onde estão, de um lado, os direitos sociais, e de outro, os elementos econômicos. Não há óbice quanto à composição ou o diálogo, ocorre que o campo econômico parece estar vencendo o duelo ao subjugar direitos constitucionalmente garantidos. As principais discussões em matéria trabalhista estão sendo reduzidas à análise econômica.

Remetendo ao nosso primeiro capítulo, a "revolução simbólica" que permitiu a constituição do campo econômico é parte de uma forma de conhecimento totalmente particular e distorcida do mundo social, que Bourdieu (2009) caracteriza como um "economismo". Ele se define pelas ideias de que todo o social sempre pode se reduzir ou se remeter à "economia econômica", e de que o sujeito econômico é um ser racional agindo sempre com "conhecimento de causa", o que volta a negar a existência e a especificidade dos universos simbólicos, a ignorar a gênese do campo

econômico como tal e as condições econômicas, políticas e culturais de produção dos agentes e das práticas econômicas. A ciência econômica, segundo o autor, confunde o ponto de vista das pessoas comuns e o pensamento acadêmico, o que torna a substituir, retomando uma expressão de Marx repetida por Bourdieu (2009), “a lógica das coisas pelas coisas da lógica” (LAVAL, 2020).

A análise econômica aplicada ao Direito do Trabalho está inserida em um contexto neoliberal, onde o campo econômico exerce poderes sobre outros – inclusive o jurídico, como estamos sustentando. Conforme decisões analisadas no segundo capítulo dessa pesquisa, a jurisprudência do STF validou “formas alternativas de trabalho diversas da relação de emprego” e justificou – e ainda justifica – suas decisões a partir do fundamento principiológico da livre iniciativa e da livre concorrência. Ponderou-se, ainda que precariamente, o fundamento da República referente aos valores sociais do trabalho, porém, prevaleceu os valores da livre iniciativa.

O resultado da pesquisa aponta que o STF, de modo majoritário, tem-se limitado à defesa incondicional da livre iniciativa, sem conectá-la ao valor social de trabalho, como prevê a Constituição Federal. As recentes decisões do Supremo acabam participando de um processo de desconstrução de um sistema de proteção duramente constituído no Brasil, sobretudo a partir de 1930, no mesmo passo ao processo de industrialização e que, com avanços e recuos, passando por Decretos, Leis, Decretos-Lei, pela Consolidação das Leis do Trabalho, CLT, de 1943 e pelo novo sindicalismo (com suas normas coletivas que ampliaram direitos), acabou sendo constitucionalizado em 1988 (DROPPA; OLIVEIRA, 2024). Os poderes simbólicos do campo econômico pairam sobre o campo jurídico.

Quando o STF validou “formas alternativas de trabalho diversas da relação de emprego”, esqueceu dos efeitos econômicos para o Estado. Se os trabalhadores por conta própria que foram incorporados no mercado de trabalho após a promulgação da reforma trabalhista tivessem sido contratados como celetistas, a arrecadação tributária teria sido pelo menos 89 bilhões superior à observada (caso fossem empregados em empresas do Simples Nacional), ou de 144 bilhões (caso fossem empregados em empresas do Lucro Real ou Lucro Presumido), considerando os valores acumulados entre 2018 e 2023. Estes valores representam, respectivamente, cerca de 6,2% ou 3,8% da arrecadação pública federal de 2023 (MARCONI; BRANCHER, 2024).

Adicionalmente, se supusermos que, dado o avanço da pejotização e com o passar dos anos, 50% da força de trabalho com carteira assinada passe a atuar como conta própria formal, isso é, seja pejotizada, a perda arrecadatória do Estado seria da ordem de 384 bilhões de reais por ano. Esta redução corresponde a 16,6% da arrecadação federal de 2023. Cabe destacar, ainda, que a eliminação de direitos trabalhistas decorrentes da pejotização, como décimo terceiro, horas extras, adicionais de insalubridade ou periculosidade, também diminuirá a base de cálculo dos impostos. Portanto, a perda de receita decorrente da pejotização causa impacto relevante nas contas Públicas (MARCONI; BRANCHER, 2024).

Os efeitos sociais das “formas alternativas de trabalho diversas da relação de emprego” foram esquecidos pela maioria dos Ministros do STF, pois, para eles, na ponderação de princípios, imperam os princípios da livre iniciativa e da livre concorrência. Há um imperialismo social e cognitivo, segundo Bourdieu, onde o nomos (discurso poderoso, do poderoso, cujas visões são as divisões reais, que tem o poder, de alguma forma, impor suas visões (LAVAL, 2020)) econômico pretende reger não apenas o campo econômico, com o objetivo de lhe purgar todo elemento heterogêneo à economia pura, mas todos os campos sociais (LAVAL, 2020), o que não seria diferente para o campo jurídico.

Esse período neoliberal se caracteriza pelo fato de que o capital econômico funciona, de uma só vez, como poder material e simbólico no campo econômico e como princípio de dominação máxima sobre todas as formas de capital, em particular político, midiático e cultural, as quais não encontram legitimidade, salvo servindo, justificando e até incensando a acumulação do capital econômico - no campo jurídico não poderia ser diferente. Essa “revolução” simbólica neoliberal afeta toda a ordem social e mesmo o mundo em quase sua totalidade.

> A ideologia neoliberal é um estatismo de um gênero muito especial, já que se apresenta como uma ideologia anti-Estado, ao mesmo tempo que o próprio Estado se mobiliza e se transforma para universalizar a razão econômica. Na realidade, o neoliberalismo é impensável fora da instituição do Estado, o qual, como detentor do monopólio da violência simbólica, é o único em condição de impor a razão econômica a todos os domínios da sociedade. Por meio das elites que o controlam, o Estado impõe o novo princípio de construção do mundo legítimo e indiscutível, com o auxílio de todos os instrumentos do poder simbólico à sua disposição: fala autorizada, medidas regulatórias e leis do parlamento, relatórios do Tribunal de Contas e comissões de especialistas de todo o tipo. É o Estado que simultaneamente incorpora e impõe o que parece negá-lo como instância superior, separada, distinta dos interesses privados. Toda a análise de Bourdieu leva a esse paradoxo. A revolução simbólica neoliberal é conduzida “pelo alto”, ou seja, pelo Estado, porque é

> no nível do Estado, e do Estado apenas – em função da concentração da força, ao mesmo tempo, física e simbólica, que ele historicamente acumulou -, que se poderia impor um nomos universal (LAVAL, 2020, p. 238).

O fato de que o campo econômico seja habitado pelo Estado, que contribui, a cada momento, para a sua existência, mas também para as relações de força que o caracterizam, é constitutivo dos laços históricos entre Estado e economia. O Estado é um grande "construtor de mercado" e um árbitro na luta das empresas entre si. O campo econômico autônomo não teria emergido e funcionado sem uma ação do Estado com o objetivo de organizar a competição entre os produtores e de garantir sua dominação sobre a população, no que diz respeito tanto à circulação quanto à produção de bens. Por isso a luta das empresas para assegurar o domínio sobre o poder do Estado: trata-se de tirar vantagens simbólicas e materiais. Assim, os Estados tendem a se despojar de todos os meios de intervenção, arbitragem e regulação que tinham acumulado, participando, sob a influência das grandes empresas - sempre atentas aos seus interesses -, da criação de um campo econômico mundial em que circulam livremente os capitais (LAVAL, 2020).

A política neoliberal se apresenta como a demolição da ideia de serviço público, como apontou Bourdieu na obra "A miséria do mundo" (BOURDIEU, 2008). Contudo, não se trata exclusivamente de destruir todos os serviços públicos ou de privatizá-los, trata-se de geri-los como empresas em nome da eficácia e da flexibilidade do setor privado. Esse enfraquecimento do sentido público dos serviços estatais, conduz à fragmentação e à atomização do povo, reduzindo a uma massa informe de pobres mais ou menos merecedores, excluídos mais ou menos assistidos acusados de terem se profissionalizado nessa condição, segundo uma nova caridade de Estado "responsabilizador", isto é, culpabilizante. Essas políticas, que criam uma população cujos membros devem se sentir satisfeitos se gozarem ainda de um emprego permanente, pretendem "gerenciar" os problemas como se fossem problemas individuais (BOURDIEU, 2008).

Assim, deriva, do ponto de vista dominante, que as resistências à mudança só podem ser fruto da ignorância, manifestação de interesses corporativos ou vestígios de mentalidades arcaicas. Porque não é mais em nome do passado que se governa, mas em nome do futuro. E, se se governa "para o futuro", é justamente porque não se trata tanto de pretender conservar uma ordem estabelecida, mas de

fazer surgir uma nova ordem, sob o mantra da livre iniciativa e da livre concorrência, responsabilizando o indivíduo pela gestão dos “danos do progresso”.

4.3 A SOCIEDADE NÃO QUER DIREITOS TRABALHISTAS?

“Mas agora, agora as pessoas querem se virar por conta própria e não querem mais ficar presas à CLT” (BRASIL, 2024b), afirmou o Presidente Lula, do Partido dos Trabalhadores, em março de 2024. Em outubro do mesmo ano, o mandatário voltou a afirmar: “É importante a gente lembrar que tem uma parte da sociedade que não quer ter carteira profissional assinada. As pessoas querem trabalhar por conta própria, querem ser empreendedoras, montar um comércio” (INFOMONEY, 2024b). Esses discursos ocorreram após a apresentação do Projeto de Lei nº 12/2024 que busca regulamentar a profissão de motoristas de aplicativo e em meio a uma tentativa do Governo Federal de se aproximar dos micro e pequenos empreendedores – grupos que tem se demonstrado refratário ao atual governo.

O número de pessoas com carteira assinada no setor privado registrou uma marca histórica no Brasil em 2024, alcançando 38,6 milhões de pessoas, ou 37,6% da população ocupada (102,5 milhões de pessoas), maior índice desde 2014, quando foi de 39,5% das pessoas com trabalho. Dentre os empregados do setor privado, o percentual com carteira assinada foi de 73,1% e o percentual da população ocupada do país trabalhando por conta própria foi de 24,6%. A taxa de informalidade foi de 38,8% da população ocupada, o que significa que cerca 40 milhões de trabalhadores estavam na informalidade. Será, mesmo, que os trabalhadores não querem mais as regras celetistas? Será que preferem trabalhar por conta própria ou atuar na informalidade? Ou, ainda, será que há uma desinformação acerca de seus direitos trabalhistas e as “vantagens” de possuir proteção social?

No começo de 2023, as empresas Uber e o iFood, cientes de que o Governo Federal pretendia regulamentar o trabalho por aplicativo, encomendaram ao Datafolha, instituto de pesquisa com credibilidade no país, uma pesquisa com motoristas e entregadores sobre “o futuro do regime de trabalho”. O objetivo foi demonstrar que a maioria dos profissionais rejeitava trabalhar com carteira assinada, sob as regras e os benefícios da CLT. Responderam à pesquisa 1.800 motoristas e 1.000 entregadores associados ao Uber ou ao iFood, entre janeiro e março de 2023, em todo o Brasil (DATAFOLHA, 2023).

O resultado da pesquisa encomendada apontou a preferência pelo “modelo flexível” de trabalho. “A maioria dos entregadores consultados tem uma percepção favorável ao modelo atual de trabalho”, informou o iFood. “Segundo a pesquisa, 77% preferem manter esse modelo – no qual têm autonomia para escolher seus próprios horários e recusar viagens a qualquer momento – em vez do vínculo tradicional com as normativas previstas hoje na CLT”. Entre os motoristas de Uber, o apoio ao modelo atual era parecido (75%). Apenas 14% dos motoristas e dos entregadores manifestaram predileção pelo regime celetista. Tudo indicava que essas novas categorias profissionais, nascidas na década passada, eram majoritariamente contrárias ao trabalho formal e, em última instância, indiferentes à precarização (DATAFOLHA, 2023).

Uma análise mais cuidadosa da pesquisa elaborada pelo Datafolha revela que as perguntas induziam o trabalhador a avalizar as condições atuais do trabalho, o que foi devidamente acobertado pelas empresas. A pergunta realizada naquela pesquisa foi: “Para [dirigir/fazer entregas] usando aplicativos, você prefere qual situação listada abaixo?”. As alternativas eram: “Manter o modelo atual, onde o motorista /entregador têm autonomia para escolher seus próprios horários e recusar viagens a qualquer momento, mas sem acesso aos benefícios trabalhistas previstos na CLT para empregados” ou o respondente poderia escolher “Ter vínculo de emprego para acesso aos benefícios trabalhistas previstos na CLT, mas as plataformas definem jornada e remuneração e os trabalhadores não podem recusar demandas em tempo real ou decidir quando dirigir/fazer entregas sem autorização sob pena de demissão ou sanções” (DATAFOLHA, 2023).

A sutileza das perguntas – e das empresas – é converter a carteira assinada em um fardo para os trabalhadores. A formalidade proporciona o descanso semanal remunerado, 13º salário, férias, FGTS, seguro-desemprego e acesso ao INSS. Nenhum desses direitos foi citado na pergunta, que trata tudo, genericamente, como “benefícios trabalhistas”. Será que os motoristas e entregadores realmente não desejam as mesmas proteções trabalhistas? Será que eles consideram esses “benefícios” inúteis ou descartáveis? Qual pesquisa – científica, séria, sem vícios – constatou a concordância desses profissionais com as condições gerais de trabalho a que são submetidos?

Por outro lado, o risco de motoristas e entregadores virarem celetistas é descrito com certo terrorismo: ou se mantém tudo como está hoje, ou não poderão

mais recusar demandas em tempo real ou decidir quando dirigir/fazer entregas sem autorização, sob pena de demissão ou sanções, como aponta a pesquisa. A pergunta insinua que demissões e sanções passariam a ser a regra do jogo, como se hoje os trabalhadores plataformizados já não estivessem sujeitos a uma série de restrições impostas pelas empresas. Perguntas viciadas levam a resultados imprecisos e, em última instância, a inverdades.

Recordemos do capítulo anterior, onde tratamos sobre a intenção de regulamentação do trabalho sob o sentido privatístico, mercadológico. Com a caracterização da relação cível entre as partes de uma relação de trabalho, como propõe os teóricos liberais, estaremos diante da inaplicabilidade de grande parte das normas que compõe o arcabouço jurídico de proteção aos trabalhadores. Se há regulação cível, não há regulação trabalhista; se não há intervenção do Estado nas relações de trabalho, não há a possiblidade de imposição de regras mínimas para proteção. Nesses casos, há, apenas, regulamentação livre do mercado.

A fala do presidente da República afirmando que o trabalhador não quer CLT, somada a desconstrução das bases do Direito do Trabalho feitas pelo Judiciário, e um horizonte de flexibilização e desregulamentação ainda maior promovida pelo Legislativo, revelam a existência de um - quase - consenso para retirada da proteção trabalhista. Como citado ao final do item anterior, as resistências às mudanças, sob o ponto de vista dominante, só podem ser fruto da ignorância, manifestação de interesses corporativos ou vestígios de mentalidades arcaicas (LAVAL, 2020). Certamente esse discurso econômico dominante flui pelo espaço social, alimentando sonhos de uma liberdade fictícia.

> Há uma ideia de que a CLT torna as condições piores que as já vividas [...]. Contudo, fora do emprego formal a situação é ainda pior, conforme indicam os dados concernentes aos próprios parâmetros apontados por eles (salários, jornadas, arbitrariedade), pois não há limite para a exploração.
> Essa posição seria coerente se aqueles que “não querem ter chefe “buscassem outros modos de trabalho em que não recebessem ordens unilaterais, ao contrário do que eles mesmo explicitam viver nos “aplicativos”. Querer trabalhar para os “aplicativos”, sob a justificativa de evitar ter chefe é uma contradição quando se observa a realidade que os próprios entregadores atestam. O poder não vem da assinatura do contrato de trabalho, mas do monopólio dos meios de produção e do mercado de trabalho, não importando a formalidade nem a aparência do contrato. O fato de se achar que é a CLT que dá poder à empresa não torna os “autônomos” menos subordinados. Como visto, ocorre o contrário: sem a carteira assinada a subordinação é ainda maior (FILGUEIRAS, 2021, p. 152).

Como aponta Foucault (2008), no neoliberalismo, para que a sociedade possa funcionar como um mercado, o conjunto de intervenções realizadas tem como efeito necessário justamente a produção de uma subjetividade particular, a produção de um sujeito capaz de buscar na economia, ou no cálculo econômico, a matriz primeira de entender toda sua experiência vivida. Neste sentido, a prática de governo, por intermédio de intervenções precisas no meio, é capaz de dirigir as condutas humanas, não por uma imposição taxativa ou por meio de uma obrigação, mas pela construção de um sujeito que "naturalmente" tem seus gestos docilmente inclinados em uma direção. Esse sujeito, o *homo economicus*, "aparece justamente como o que é manejável, o que vai responder sistematicamente a modificações sistemáticas que serão introduzidas artificialmente no meio. O *homo economicus* é aquele que é eminentemente governável" (FOUCAULT, 2008, p. 369).

Há um discurso crescente de que os trabalhadores não precisam mais das regras "arcaicas" da CLT. Do sujeito ao Estado, passando pela empresa, um mesmo discurso permite articular uma definição do homem pela maneira como ele quer ser "bem-sucedido", assim como pelo modo como deve ser "guiado", "estimulado", "formado", "empoderado" para cumprir seus "objetivos". Essa racionalidade produz o sujeito de que necessita ordenando os meios de governá-lo para que ele se conduza realmente como uma entidade em competição e que, por isso, deve maximizar os resultados, expondo-se a riscos e assumindo as responsabilidades por eventuais fracassos. É o que Dardot e Laval (2019, p. 327) chamam de "sujeito empresarial", "sujeito neoliberal" ou "neossujeito".

> A corrosão progressiva dos direitos ligados ao status de trabalhador, a insegurança instilada pouco a pouco em todos os assalariados pelas "novas formas de emprego" precárias, provisórias e temporárias, as facilidades cada vez maiores para demitir e a diminuição do poder de compra até o empobrecimento de frações inteiras das classes populares são elementos que produziram um aumento considerável do grau de dependência dos trabalhadores com relação aos empregadores. Foi esse contexto de medo social que facilitou a implantação da neogestão nas empresas. Nesse sentido, a "naturalização" do risco no discurso neoliberal e a exposição cada vez mais direta dos assalariados às flutuações do mercado, pela diminuição das proteções e das solidariedades coletivas, são apenas duas faces de uma mesma moeda. Transferindo os riscos para os assalariados, produzindo o aumento da sensação de risco, as empresas puderam exigir deles disponibilidade e comprometimento muito maiores (DARDOT; LAVAL, 2019, p. 329)

A grande novidade reside na modelagem que torna os indivíduos aptos a suportar as novas condições que lhe são impostas, enquanto por seu próprio

comportamento contribuem para tornar essas condições cada vez mais duras e perenes. Há uma “reação em cadeia”, produzindo “sujeitos empreendedores” que, por sua vez, reproduzirão, ampliarão e reforçarão as relações de competição entre eles, o que exigirá, segundo a lógica do processo autorrealizador, que eles se adaptem subjetivamente às condições cada vez mais duras que eles mesmos produziram (DARDOT; LAVAL, 2019).

Induz-se ao trabalhador a conformar-se intimamente, por um trabalho interior constante, à seguinte imagem: ele deve cuidar constantemente para ser o mais eficaz possível, mostrar-se inteiramente envolvido no trabalho, aperfeiçoar-se por uma aprendizagem contínua, aceitar a grande flexibilidade exigida pelas mudanças incessantes impostas pelo mercado. Empregador de si mesmo, empreendedor de si, a racionalidade neoliberal impele o eu a agir sobre si mesmo para fortalecer-se e, assim, sobreviver na competição. Todas as suas atividades devem assemelhar-se a uma produção, a um investimento, a um cálculo de custos. A economia torna-se uma disciplina pessoal (DARDOT; LAVAL, 2019).

É neste escopo que políticas de empreendedorismo para os mercados de trabalho vão sendo criadas e implementadas, sobretudo após a Crise de 2008, como é o caso da figura do microempreendedorismo individual (MEI). Com pouco mais de 15 anos, a figura jurídica do MEI foi criada para tirar da informalidade trabalhadores autônomos e pequenos empreendedores, que passam a ter um registro de empresa própria, podendo emitir notas fiscais e acessar benefícios da Previdência Social. Voltada inicialmente àquelas(es) que não se enquadravam no campo do trabalho formal, essa política visou, primariamente, a “[...] inserção econômica e integração social fora dos limites do assalariamento [...].” (Rosenfield, 2015, p. 125). Em 2022, Brasil tinha 14,6 milhões de microempreendedores individuais (IBGE, 2024b).

Quando se analisam os “custos” da relação de trabalho, a pejotização, por vezes, pode parecer atrativa aos trabalhadores e, especialmente, para as empresas. Comparando-se o contrato de prestação de serviços através da pessoa jurídica (PJ) com os decorrentes da contratação do empregado regido pela CLT, tem-se que na pejotização haverá diminuição de encargos trabalhistas e redução da carga tributária. Observa-se que um empregado celetista pode chegar a ter retido na fonte até 27,5% do seu salário, diferentemente do contrato de prestação de serviços por meio da pessoa jurídica, onde não haverá imposto de renda retido na fonte. O recolhimento patronal do INSS no contrato celetista é superior, em comparação com a contratação

por meio de pessoa jurídica, o que acarreta mais custos para a empresa. A pejotização, portanto, pode parecer mais atrativa para as partes.

Contudo, como ocultou a pesquisa encomendada pelas plataformas digitais, os empregados regidos pela CLT fazem jus ao recebimento de FGTS, férias remuneradas, 13º salário, salário família, vale alimentação, vale transporte, seguro-desemprego, entre outros direitos. Diferentemente dos pejotizados, que não possuem tais benefícios. E, aqui, como citado nessa tese, ocorre a confusão, ou melhor, a fraude à legislação. Sabe-se que na Justiça do Trabalho prevalece o princípio da primazia da realidade, sendo que qualquer ato que tenha por objetivo fraudar, desvirtuar ou impedir a aplicação das normas celetistas serão considerados nulos nos termos do art. 9º da CLT. Portanto, um contrato de prestação de serviços por meio de pessoa jurídica não pode ser considerado real quando estiverem presentes os requisitos do art. 3º da CLT, pois sendo o trabalho subordinado, prestado de forma não eventual, sem a possibilidade de ser substituído por outra pessoa mediante o pagamento de salário, este deverá ser considerado empregado.

Em outubro de 2024, o Ministro Alexandre de Moraes criticou trabalhadores que aceitam termos de um contrato de pessoa jurídica (pejotização) e depois recorrem à Justiça do Trabalho requerendo enquadramento celetista. Segundo o ministro, o problema começa quando ambas as partes concordam em assinar o contrato, visto que "se paga muito menos imposto do que pessoa física", afirmou Moraes. No entanto, o cenário muda com a rescisão do contrato, momento em que, segundo o ministro, inicia-se uma nova etapa de litígios trabalhistas. Em mais uma confusão dos institutos da pejotização e terceirização, o Ministro afirmou que "aquele que aceitou a terceirização e assinou o contrato, quando é rescindido o contrato e entra com a reclamação, ele deveria também recolher todos os tributos como pessoa física", pois “na Justiça do Trabalho acaba ganhando a reclamação, só que recolheu todos os tributos lá atrás como pessoa jurídica. E depois ele ganha todas as verbas como pessoa física” (MIGALHAS, 2024c).

Beira a ingenuidade a crença do Ministro Alexandre de Moraes de que a “aceitação” dos termos de um contrato é uma opção para os trabalhadores. Muitos trabalhadores são instigados pelos empregadores a formalizar um contrato, o qual podemos chamar de contrato de adesão ao trabalho, sob pena de serem demitidos ou não conseguirem o emprego que necessitam para sobreviver. Cesar Bessa (2017),

ao analisar subjetivamente as razões da subordinação do trabalhador ao contrato de trabalho destaca:

> O contrato de trabalho, para o trabalhador, genericamente, é um retrato da impossibilidade de escolha, ou limitado, no campo das exigências da vida que, simbolicamente, se apresenta como reconhecimento da necessidade, [...], nossa educadora que se instala, para, em troca, dispor da liberdade de forma silente, incapaz de reagir ou até mesmo adorando o empregador como seu salvador. Essa captura da subjetividade do trabalhador é a cooptação pela devoção à crença que advém da ansiedade, ou seja, pelo temor face ao desconhecido, tipicamente um tabu constituído pela intangibilidade do processo de amarração do sujeito às instituições sociais, especialmente pelas crenças religiosas, herdeiras do totemismo de outros tempos e pela empresa na relação de dependência entre capital e trabalho assalariado.
> A obediência devida pelo empregado ao empregador nas relações de trabalho não é uma simples entre a momentânea e com significado restrito a um contrato, tal como dispõe a cultura do senso comum que se esparrama nos veios da interpretação jurídica. Quando se entrega a liberdade, o que se tem é uma modelagem da perda da autonomia que foi desenvolvida pelo amadurecimento do ser humano desde sua tenra idade mediante a superação do complexo de Édipo. A transferência dessa autonomia a outrem, contudo, revela uma civilização que mantém a servidão humana pelo salário do medo e pela obediência a posteriori de trabalhadores que, cheios de culpa, anseiam pelo pai. [...]
> Constitui-se, assim, o instituto da submissão em que a dependência se estabelece como um mecanismo de devoção profissional que se confunde com uma devoção mítica ilustrada pela total ausência de crítica, convencionando que o trabalho pela submissão é um “mal necessário” (BESSA, 2017, p. 179/180).

A “opção” por uma modalidade de contrato, regido pela CLT ou pelas normas do mercado, também pode ser relacionada com o que Bourdieu chamou de “causalidade do provável”. O interesse do indivíduo, segundo Bourdieu (*apud* LAVAL, 2020), depende das posições ocupadas pelos agentes sociais nos campos e de suas disposições, assim como de suas dotações em capitais específicos. Se um indivíduo age estatisticamente em função das chances objetivas de alcançar seus fins, isso não se deve a uma estratégia calculada, comandada por uma finalidade consciente da qual todo individuo seria capaz, mas a um ajustamento global entre as chances objetivas de obter o que aspira, em razão de sua posição, e as esperanças subjetivas que o levam a desejar o que ele pode obter. Em outras palavras, ele quer o que ele pode (LAVAL, 2020).

Se por vezes pode parecer que os agentes sociais atuam racionalmente conforme o modelo teórico do *homo economicus*, isso se deve ao fato de que eles estão situados em um espaço social e moldados para agir no mundo social por um lugar que é o seu: na ação, a adaptação prevalece sobre a finalidade (LAVAL, 2020).

Os indivíduos não têm um conhecimento teórico do mundo social, mas um conhecimento prático dele, uma espécie de adesão imediata “pelo corpo”, não refletida, pensada, ou seja, eles não o contemplam, não o problematizam (BOURDIEU *apud* LAVAL, 2020).

Nesse mundo, não são espectadores; são jogadores. O conhecimento prático está ligado a um “sentido do jogo”, de forma que o agente social antecipa seus chamados e prevê, graças a interiorização de seu lugar, as chances de ganho nesse jogo. Esse “investimento no jogo” (BOURDIEU *apud* LAVAL, 2020), essa *ilusio*, que se faz sem cálculo, por uma predisposição a jogar modelada pela história individual e coletiva, induzida pelo campo, é a definição bourdieusiana de interesse (é o que me interessa, o que me importa, o que não me deixa indiferente). Essa “causalidade do provável” faz com que os indivíduos “optem” por aquilo que está exposto, ou seja, sem refletir, eles irão adotar o modelo e a visão dominante que estão moldadas em seu espaço social. As escolhas tornam-se responsabilidades exclusivas do indivíduo, o qual deverá lidar com os riscos dos modelos contratuais de mercado impostos pelo contexto neoliberal.

> A partir do momento que o sujeito é plenamente consciente e mestre de suas escolhas, ele é também plenamente responsável por aquilo que lhe acontece: a “irresponsabilidade” de um mundo que se tornou ingovernável em virtude de seu próprio caráter global tem como correlato a infinita responsabilidade do indivíduo por seu próprio destino, por sua capacidade de ser bem-sucedido e feliz. Não se atravancar com as coisas do passado, cultivar previsões positivas, ter relações eficazes com o outro: a gestão neoliberal de si mesmo consiste em fabricar para si mesmo um eu produtivo, que exige sempre mais de si mesmo e cuja autoestima cresce, paradoxalmente, com a insatisfação que se sente por desempenhos passados. Os problemas econômicos são vistos como problemas organizacionais, e estes se resumem, por sua vez, a problemas psíquicos relacionados a um domínio insuficiente de si e da relação com os outros. A fonte da eficácia está no indivíduo: ela não pode mais vir de uma autoridade externa. É necessário fazer um trabalho intrapsíquico para procurar a motivação profunda. O chefe não pode mais impor: ele deve vigiar, fortalecer, apoiar a motivação. Desta forma, a coerção econômica e financeira transforma-se em autocoerção e autoculpabilização, já que somos os únicos responsáveis por aquilo que nos acontece (DARDOT; LAVAL, 2019, p. 344/345).

O discurso dominante, que une o Presidente, jornalistas e influenciadores, é de que não há necessidade da proteção trabalhista. Isso porque a noção de empresa de si mesmo supõe que cada indivíduo deve aprender a ser um sujeito ativo e autônomo na e pela ação que ele deve operar sobre si mesmo. Dessa forma, ele aprenderá por si mesmo a desenvolver “estratégias de vida” para aumentar seu capital

humano e valorizá-lo da melhor maneira (DARDOT; LAVAL, 2019). Nessa lógica, não é preciso do amparo do Estado para impor regras mínimas às relações de trabalho, pois, agora, os indivíduos são os únicos responsáveis por si mesmo.

A empresa de si mesmo, como apontam Dardot e Laval (2019), é uma entidade psicológica e social, e mesmo espiritual, ativa em todos os domínios e presente em todas as relações. É uma resposta a uma nova regra do jogo que muda radicalmente o contrato de trabalho, a ponto de aboli-lo como relação salarial. A responsabilidade do indivíduo pela valorização do seu trabalho no mercado tornou-se um princípio absoluto. Essa relação de cada um com o valor de seu trabalho é objeto de gestão, investimento e desenvolvimento em um mercado de trabalho globalizado. Ou seja, como o trabalho se tornou um produto cujo valor mercantil pode ser medido de forma cada vez mais precisa, chegou a hora de substituir o contrato social por uma relação contratual entre “empresas de si mesmo” (DARDOT; LAVAL, 2019).

O discurso de que “agora as pessoas querem se virar por conta própria e não querem mais ficar presas à CLT” (BRASIL, 2024b) está inserido nesse contexto neoliberal que exige dos indivíduos a autogestão e a autorresponsabilização da sua trajetória pessoal e profissional. Os valores do trabalhador não vêm mais dos direitos que ele adquire ao nascer, após inúmeras lutas históricas por direitos trabalhistas, mas são conquistados pelo seu esforço empreendedor, pela vontade de não se contentar com esse mundo do Direito em que tudo é dado, determinado, registrado – como representa a CLT.

4.4 EUA: O EXEMPLO A SER SEGUIDO?

A questão relativa à extinção da contribuição sindical obrigatória por intermédio da Lei 13.467/2017 (Reforma Trabalhista) foi levada à apreciação do STF através de uma Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC nº 55/DF) e de dezenove ações diretas de inconstitucionalidade (encabeçada pela ADI nº 5794/DF, citada no item 2.3 dessa pesquisa), cujo julgamento conjunto ocorreu em junho de 2018. Em voto vencedor, o qual considerou constitucional a extinção da cobrança, o Ministro Luiz Fux citou e analisou a linha argumentativa adotada no julgamento do

caso *Janus v. AFSCME*[36], cuja decisão havia sido publicada na mesma semana pela Suprema Corte dos EUA. Esse mesmo caso foi também objeto de expressa citação no voto escrito do Ministro Alexandre de Moraes.

Sem o objetivo de adentrar no mérito das discussões que permearam cada um dos julgados, a alusão a *Janus v. AFSCME* no plenário do STF é apenas um exemplo da apropriação incorreta de preceitos estrangeiros. Apesar de utilizada pelos Ministros em suas fundamentações, eles não esclareceram que o caso norte-americano se referia exclusivamente ao setor público, com fundamentação baseada na Primeira Emenda à Constituição (a qual, limita-se à regência das relações entre Estado e indivíduos, sem eficácia direta e imediata nas relações privadas). Ainda, não foi explicado que *Janus* dizia respeito à impossibilidade de cobrança de uma contribuição que em nada se assemelha ao imposto sindical brasileiro, qual seja, *agency fee* (uma espécie de contribuição assistencial proporcional ou integral devida por trabalhadores não membros do sindicato, porém integrantes de uma unidade em que a maioria escolheu ser representada por uma organização sindical) (FERNANDES, 2021).

Em abril de 2020, o caso *Janus* foi novamente citado no STF, pelo Ministro Luiz Fux, em sessão relativa à ADI nº 6363, que manteve a eficácia de dispositivos da MP nº 936/2020 (cujo teor permite, durante o período da pandemia, a redução dos salários por acordo individual, sem a necessidade de anuência do sindicato). Mais uma vez, foram destacados argumentos relativos à liberdade sindical e à liberdade de associação existentes no contexto estadunidense. Ao citar precedentes estrangeiros e utilizá-los para embasar decisões, especialmente quando advindos de sistemas com bases estruturantes tão diversas, o STF deveria ao menos esforçar-se para entendê-los e contextualizá-los, oferecendo as ressalvas e explicações devidas. Utilizar argumentos de precedentes estrangeiros sem uma mínima contextualização contribui para a proliferação de mitos e expõe a Corte e o Judiciário brasileiro a descrédito (FERNANDES, 2021).

---

[36] Janus v. AFSCME foi um caso judicial que chegou à Suprema Corte dos Estados Unidos em 2018. O caso questionava se os trabalhadores do setor público não sindicalizados podem ser obrigados a pagar taxas sindicais. A decisão da Suprema Corte foi favorável a Mark Janus, o autor da ação, e declarou que a extensão das taxas sindicais à não filiados do setor público viola a Primeira Emenda da Constituição.

Muitos críticos da legislação laboral brasileira – especialmente os economistas – ao defenderem a Reforma Trabalhista, sustentam que o Brasil deveria inspirar-se nos Estados Unidos, onde, segundo apregoam, “não há CLT, Justiça do Trabalho e o número de ações trabalhistas é pequeno”. A adoção do modelo americano de regulação do trabalho, sustentam, ajudaria a diminuir o “Custo Brasil”. Tais comentários, muitas vezes, vêm acompanhadas por informações fora do contexto ou por visões infundadas, baseadas no senso comum e que descartam aspectos importantes da formação histórico-cultural da sociedade norte-americana. Frequentemente, os debates se voltam para os mecanismos de regulação de trabalho, conferindo-os, ainda que indiretamente, como responsáveis pelo desenvolvimento e progresso econômico do país (FERNANDES, 2021).

A liberdade contratual irrestrita é uma das características que muitas vezes o senso comum brasileiro costuma associar às relações de trabalho nos EUA. Esses mitos são criados, muitas vezes, por autores, jornalistas e “influenciadores” que detém capital simbólico significativo, ou seja, pessoas que possuem um poder reconhecidamente suficiente para ter a condição de impor o seu reconhecimento (BOURDIEU, 2011b). Como é o caso do economista Ricardo Amorim (2017), cujo texto abaixo sintetiza de maneira bastante simbólica e ilustrativa essa visão de que, nos EUA, patrões e empregados “podem combinar o que quiserem”:

> Imagine um país em que não haja limitações à terceirização do trabalho — nem de atividades meio, nem de atividades fim.
> Imagine que, nele, homens e mulheres só possam se aposentar após os 67 anos de idade e que, depois de aposentados, recebam em média menos da metade do que ganhavam enquanto trabalhavam. Meia entrada para idosos não existe lá.
> Imagine que nesse país não existam 30 dias de férias remuneradas. Imagine que os empregados têm de negociar com os patrões quanto tempo terão de férias e se elas são remuneradas ou não. Adicional de férias não existe por lá.
> Imagine que 13º salário também não existe.
> Imagine que mulheres grávidas só tenham direito a 12 semanas de licença maternidade e que durante o período de ausência elas não são remuneradas.
> Imagine que os patrões possam negociar com os empregados se eles vão trabalhar em finais de semanas ou feriados nacionais. Adicional noturno, por horas extras, trabalho em finais de semana ou feriados não existem.
> Imagine que não existem faculdades gratuitas, nem meia entrada para estudantes em cinemas, shows, teatro ou outros espetáculos.
> Imagine um país onde ninguém tem estabilidade no emprego, nem os funcionários públicos.
> Imagine um país onde não existe FGTS, muito menos adicional de 40% em caso de demissão sem justa causa.
> Imagine que nele os trabalhadores não tenham um limite no número de horas que podem trabalhar. Seus patrões e eles podem combinar o que quiserem.
> Imagine que o salário mínimo por lá fique 11 anos sem nenhum reajuste.

> Imagine que não exista carteira de trabalho, nem Justiça Trabalhista.
> Quem iria querer trabalhar e morar em um país assim? Quase todo mundo. Esse país existe.
> Ele se chama EUA e seu presidente está se esforçando para impedir a entrada de milhões e milhões de trabalhadores de outras nações que a cada ano querem ir trabalhar lá.
> Com regras assim, como tanta gente arrisca a vida e tantos outros se mudariam para lá nesse exato segundo se pudessem? Talvez, porque por essas e outras razões, os preços e a inflação são muito menores do que aqui, a taxa de desemprego é um terço da nossa e as pessoas ganham, em média 7 vezes mais do que aqui? Talvez… (AMORIM, 2017).

O público em geral, que consome essa representação da realidade, não consegue visualizar – ou ignora – as pressões e interesses econômicas dos anunciantes ou de outros campos (BOURDIEU, 1997). Ocorre que a orientação sobre a condução da vida dos indivíduos também é orientada pelas informações que ele recebe. São os conteúdos veiculados nos meios de comunicação que auxiliam milhares de pessoas a construir uma imagem sobre o mundo que as cerca. O público receptor, consciente ou não, pode absorver por meio desses canais de comunicação as informações que “delimitam” o seu mundo, que dizem de que forma deve ocorrer sua interação com o Estado e com a sociedade, ou ainda, quais são as condições dadas para a sua sobrevivência física, social e cultural (BOURDIEU, 1997).

Milton Friedman (2023) soube utilizar os meios de comunicação para propagar suas teorias. Além das contribuições científicas, o autor procurou se comunicar com o grande público não economista através de uma linguagem acessível estabelecendo-se como um dos economistas mais famosos do mundo. Suas colunas provocativas em jornais de grande circulação nos EUA, bem como a apresentação de uma série de documentários para a televisão durante a década de 1980, tornaram-no uma personalidade midiática (SNOWDON; VANE, 2006). Consequentemente, as ideias do norte-americano tornaram-se populares e ingressaram em campos não econômicos.

Segundo Friedman (2023, p. 120), a imposição de regras dispostas em legislações trabalhistas interfere na liberdade do empregado e do empregador:

> Como existe competição entre empregadores e empregados, não há razão para que os primeiros não tenham a liberdade de oferecer a estes as condições que preferirem. Em alguns casos, os empregadores descobrem que os empregados preferem ter parte de sua remuneração sob a forma de campos de beisebol ou diversões em geral ou sob a forma de facilidades de descanso e férias que não em dinheiro. Acham então ser mais conveniente oferecer tais facilidades como parte do seu contrato de trabalho do que oferecer salários mais altos. De forma semelhante, os empregadores podem oferecer planos de aposentadoria ou outras vantagens. Nenhuma dessas práticas envolve interferência com a liberdade dos indivíduos de encontrar

> um emprego. A situação reflete simplesmente a tentativa dos empregadores de tornar as condições de emprego convenientes e atrativas para os empregados. Enquanto houver muitos empregadores, todos os empregados que tiverem certos tipos de preferência poderão tentar satisfazê-las procurando o emprego e o empregador adequados (FRIEDMAN, 2023, p. 120).

Embora as regras de proteção ao emprego, inclusive dos EUA, sejam criticadas por Friedman e outros autores neoliberais, o modelo das relações de trabalho norte-americano é reiteradamente apontado como um modelo ideal para o Brasil. Economistas como Ricardo Amorim, Roberto Campos, Affonso Celso Pastore, Paulo Guedes, entre outros, exaltam a flexibilidade e a liberdade contratual, "vendendo" a imagem de que não há regras de proteção ao trabalho nos EUA. Aqui a proteção trabalhista é considerada como culpada pelo baixo desenvolvimento econômico, diferentemente de outros países estrangeiros. Ocorre que essa visão superficial e equivocada que transita em nossa sociedade sobre o sistema de relações de trabalho norte-americano é um mito criado e propagado socialmente.

As relações trabalhistas nos EUA não são exatamente como alguns possuidores de capitais simbólicos divulgam e o senso comum acredita. Tampouco é como Friedman (2023) acreditava ser o ideal, ou ainda, como Ricardo Amorim (2017) acredita ser. Embora o sistema trabalhista norte-americano tenha significativo viés contratualista, e apesar de alguns pontos de maior flexibilidade, existe expressa regulamentação em Leis (federais e estaduais) sobre diversos aspectos das relações de trabalho, incluindo, por exemplo, severas punições para o pagamento de salários em valores inferiores ao mínimo legal, não quitação de horas extras, além de proibir-se a utilização de sistemas de compensação de jornada ou banco de horas no setor privado. A legislação federal exige, ainda, a manutenção de registros de empregados, salários, jornada de trabalho e outras condições e práticas de emprego.

João Leal Fernandes (2021), em estudo comparado, aponta que é verídico que, nos EUA, não existem alguns institutos encontrados na tradição jurídico-trabalhista brasileira, como a sindicalização forçada através de um sistema de unicidade sindical, o 13º salário, uma Lei federal sobre férias remuneradas ou a própria Justiça do Trabalho como um ramo autônomo e independente do Poder Judiciário da União. No entanto, existem múltiplos órgãos federais e estaduais especializados no trato da matéria trabalhista, destinados não apenas à promoção do cumprimento da Lei, mas também à resolução de conflitos advindos das relações

coletivas e individuais do trabalho. Com inegável protagonismo, há um Departamento Federal do Trabalho, com status de Ministério, há mais de um século, com orçamento superior ao PIB de mais de 40 países do mundo (FERNANDES, 2021).

Diferentemente do mito tão difundido no Brasil, há, nos EUA, milhares de Leis trabalhistas nas esferas federal, estadual e até local, além de extensas regulamentações e fichas técnicas expedidas pelos mais diversos órgãos e agências responsáveis por suas respectivas execuções. Há regras federais com previsões de alguns padrões mínimos de trabalho a serem observados em todos os entes federativos. Os Estados podem ir além e estabelecer outros direitos além daqueles definidos na legislação federal, estipulando normas mais favoráveis aos empregados, mas nunca podem fixar nada aquém do que está previsto. Isso resulta em um complexo arcabouço legislativo, exigindo das empresas de grande porte elevados investimentos em *compliance* trabalhista para evitar problemas com órgãos e agências que promovem o cumprimento das Leis e exercem poderes de fiscalização (FERNANDES, 2021).

O conceito legal de “empregado”, por exemplo, é igualmente complexo para as relações de trabalho norte-americanas. Essa condição varia sensivelmente de uma Lei para outra, além de existirem teorias distintas desenvolvidas e adotadas pelos diferentes órgãos responsáveis pela interpretação, aplicação e regulamentação de cada Lei.

> Assim como ocorre no Brasil e em diversos outros países do mundo, nos EUA múltiplos direitos trabalhistas e previdenciários são assegurados apenas a trabalhadores enquadrados no conceito de “empregados” (employees).
> Na realidade norte-americana, contudo, há ainda um fator de maior dificuldade: um trabalhador pode estar enquadrado no conceito de employee para os fins de determinada Lei (estadual ou federal), porém excluído de tal condição quanto a direitos e benefícios previstos em outras Leis.
> Múltiplos diplomas somente conferem proteção aos empregados (employees) e excluem expressamente os autônomos (independent conctractors) de seu âmbito de aplicação.
> [...] Cada Lei costuma conter suas próprias definições de empregado e empregador. O FLSA [Lei federal], por exemplo, define empregado (employee) como qualquer indivíduo empregado por um empregador (any individual employed by na empolyer) – Seção 203 (e). O termo empregador, por sua vez, é definido como incluindo qualquer pessoa que atue direta ou indiretamente no interesse de um empregador em relação a um empregado, abrangendo as agências públicas, não incluindo, por outro lado, organizações trabalhistas (exceto quando esta atue como empregadora) ou qualquer pessoa que atue na capacidade de oficial ou agente de tal organização – Seção 203 (d) do FLSA.
> A seção 203 (g), por sua vez, afirma que a definição de “empregar” inclui “sofrer ou permitir trabalho” (“Employ” includes to suffer or permit to work). Face à abrangência e abstração dos conceitos, as Regulamentações

> expedidas pelo DOL e as interpretações conferidas pelos tribunais (judiciais e administrativos) acabam adquirindo especial relevância.
> Essa inclusão em uma rede de proteção social (derivada do reconhecimento do status de employee) ou, por outro lado, a exclusão (decorrente do enquadramento como independent contractor) acaba dando margem também a muita litigância, não apenas na esfera trabalhista, mas também em questões que envolvem aspectos tributários. [...]
> O tratamento equivocado de trabalhadores como autônomos (independente contractors0, em fraude à relação de emprego, é uma das principais causas de violação às Leis federais e estaduais sobre o salário mínimo, jornada de trabalho e horas extras (FERNANDES, 2021, p. 203-206).

Há Leis trabalhistas federais distintas que dificultam o enquadramento do conceito de “empregado”. Ainda, há diferentes Leis, instituições e teorias jurídicas desenvolvidas também de acordo com o Direito de cada Estado. Portanto, além de não uniforme, o Direito do Trabalho nos EUA está longe de ser “simples” (FERNANDES, 2021). Para alguns agentes do campo legislativo e jurídico, o modelo norte-americano parece ser um exemplo a ser seguido.

Os Ministros do STF desempenham um papel importante na reprodução da visão equivocada sobre as relações de trabalho norte-americanas. Apontou-se anteriormente o caso *Janus v. AFSCME*, citado pelos Ministros Luiz Fux e Alexandre de Moraes na justificativa de seus votos na ADI nº 5794 e na ADI nº 6363. Mas quando o STF analisou o Tema 725, Luiz Fux também invocou diversos autores e pesquisas norte-americanas para justificar seu voto favorável à terceirização das atividades fim. Gilmar Mendes, na ADPF 324 e ADI 5685, fundamentou seu voto pela terceirização citando ainda o caso *Lochner vs. New York*, quando a Suprema Corte norte-americana declarou a inconstitucionalidade do chamado Bakeshop Act, lei do estado de Nova Iorque, de 1895, que estabelecia jornada de trabalho máxima de 10 horas diárias para padeiros.

As referências utilizadas são pouco – ou nada - aplicáveis para o contexto brasileiro, mas o que parece importar no debate é encontrar uma justificativa para os posicionamentos de flexibilização de direitos de acordo com os poderes simbólicos do campo econômico. Embora o protagonismo que os norte-americanos conferem aos princípios da liberdade contratual e autonomia da vontade venha despertando fascínio no campo jurídico (inclusive servindo de inspiração para pontos da Reforma Trabalhista e ensejando expressas citações no STF), ainda conhecemos pouco sobre a realidade jurídico-trabalhista e o modelo sindical norte-americano, uma vez que nosso sistema recebeu historicamente maior influência de institutos advindos da tradição romano-germânica. Os agentes do campo jurídico e legislativo raramente

tiveram oportunidade de se debruçar sobre aquele contexto, cuja análise demanda também compreensão quanto à formação política da própria sociedade estadunidense, e a estruturação de seu ordenamento jurídico (FERNANDES, 2021).

Há, no Brasil, portanto, uma visão equivocada sobre as relações de trabalho norte-americanas. O sistema de proteção social aos trabalhadores, na maioria dos estados norte-americanos, pode estar distante do patamar encontrado em determinados países escandinavos ou em outras nações com elevados índices de desenvolvimento humano (países da Europa Ocidental e até mesmo o Canadá). Contudo, isso não significa que não existem direitos trabalhistas, tampouco que o Direito do Trabalho nos EUA não tenha sua particular relevância, com institutos próprios e instituições especializadas em sua aplicação. Talvez, por isso, as críticas dos autores neoliberais à interferência do Estado nas relações de trabalho – o que parece ter sido esquecido no momento da criação do mito dos EUA como o modelo ideal.

4.5 HÁ LIMITES PARA A FLEXIBILIZAÇÃO DAS REGRAS?

Diante das mudanças sociais, alterações no campo legislativo e subserviência de setores do campo jurídico ao campo econômico, questionamo-nos se o Direito do Trabalho no Brasil realmente está próximo do seu fim. Ou seja, será que haverá a desregulamentação do Direito do Trabalho, como proposto por Friedman (2023), Hayek (1985a) e Mises (2010a)? Recordemos que o papel do Estado, para esses autores, não deve ser o de atenuar as desigualdades do mercado ou garantir a liberdade e igualdade de oportunidades aos indivíduos, mas garantir e proteger a ordem espontânea instituída pelo livre mercado. Nesse sentido, as relações de trabalho devem funcionar sem interferências estatais, devem ser desregulamentadas, ou seja, o mercado de trabalho deve estar livre de regras e regulamentações impostas por agentes externos ao mercado (econômico) (MISES, [20--], p. 74). Portanto, sob essa lógica, deve-se flexibilizar ao máximo as regras trabalhistas ao ponto de desregulamentar todas as regras protetivas, concedendo à ordem espontânea do mercado a sua autorregulação.

As regras trabalhistas – ainda - não foram desregulamentadas no Brasil, conforme propõem os autores neoliberais, mas é possível apontar um cenário de crescente flexibilização, como observado nessa pesquisa. A globalização, a expansão

dos mercados, e as constantes modificações das tecnologias e padrões de qualidade, adotadas para atender as exigências do consumo e baratear a produção, se apresentam como alternativa para acompanhar os fluxos econômicos globais. Assim, para as classes detentoras de poder político e econômico, em nome do crescimento constante, seria necessário “atualizar” o Direito do Trabalho, adotar medidas que alterem a legislação trabalhista, diminuindo o seu viés protecionista, com a finalidade de reduzir os custos de manutenção do trabalhador e garantir a “função social” da empresa. As chamadas “Lei de Terceirização” e a “Reforma Trabalhistas”, aprovadas em 2017, representam medidas que flexibilizaram de maneira significativa as normas de proteção.

A reforma trabalhista de 2017 flexibilizou diversas regras de proteção de uma só vez, permitindo, por exemplo, que acordos coletivos entre empregados e sindicatos prevalecessem sobre a legislação. O chamado “negociado sobre o legislado”, possibilitou às partes da relação de trabalho a pactuação sobre jornada de trabalho, intervalo para repouso e alimentação, enquadramento do grau de insalubridade, entre outras questões relacionadas à saúde, higiene e segurança do trabalho. Ocorre, portanto, flagrante desproteção do trabalhador, tendo em vista a vulnerabilidade negocial diante do empregador, ainda mais, sem as limitações impostas pela legislação, no sentido de se fornecer garantias mínimas em relação ao salário, jornada de trabalho, proibição de alteração lesiva ao empregado, dentre outros aspectos. O problema se agrava, tendo em vista a crise de representatividade que sofre o sindicalismo.

Outro exemplo é a instituição do contrato intermitente, uma modalidade na qual o trabalhador não dispõe de horário fixo, não possui carga de trabalho previamente estabelecida e não conta, sequer, com salário certo ao final do mês. Criou-se a figura do trabalhador ultraflexível, disponível a qualquer hora do dia, da noite, da semana, do ano, podendo alternar períodos de prestação de serviços e de inatividade a depender do chamado, ou melhor, do poder empresarial. Trata-se, portanto, de uma modalidade de trabalho que retira do trabalhador toda a segurança e estabilidade em relação à sua jornada de trabalho e a remuneração, que passam a ser sempre incertas, não permitindo uma projeção futura em relação a sua vida profissional.

Ainda, outro exemplo de flexibilização adotado foi a terceirização irrestrita. Prevista pela Lei nº 6.019/17, ratificada pela Reforma Trabalhista e chancelada pelo

STF (pela ADPF 324 e o RE 958.252 - Tema 725, conforme exposto no item 2.1), possibilitou-se a prestação de serviços por intermédio de terceiros em qualquer atividade, inclusive na principal. Trata-se de um paradoxo se pensarmos que a terceirização tem como justificativa possibilitar ao tomador se preocupar apenas com as atividades que constituem o objetivo central do seu empreendimento. Esqueceu-se que a lógica primária da terceirização de serviços viabiliza a concepção do trabalho humano como mercadoria, colidindo com os preceitos – inclusive constitucionais - que asseguram o trabalho decente. Como observa Ricardo Antunes (2018), a terceirização não é apenas uma forma de precarização do trabalho, mas também uma estratégia de fragmentação dos trabalhadores, que enfraquece a solidariedade e a capacidade de organização sindical.

Tais modificações geram um incentivo para as substituições dos contratos tradicionais de emprego por tempo indeterminado e com vínculo direito com o empregador. Retirou-se de muitos trabalhadores, assim, a segurança de permanência no emprego e das remunerações. Esses novos modelos de contratação implicam outros aspectos da prestação dos serviços, como nas jornadas de trabalho, que tendem a ficar mais longas e com menores períodos de descanso dentro delas, ou entre uma jornada e outra. Pois, com a incerteza das manutenções dos postos de trabalho, aumentam-se as horas extraordinárias de trabalho e a migração de um contrato de trabalho para outro. Essas medidas flexibilizadoras são formas de precarização do trabalho, que atingem a dimensão subjetiva interpessoal e social dos trabalhadores expostos ao trabalho vulnerável, com a redução de proteção e de garantias. Como consequência, tem-se com a desvalorização dos salários e a perda da qualidade de vida em detrimento do trabalho.

A pandemia, causada pela Covid-19, intensificou a flexibilização. Primeiramente, a MP 936/2020 (posteriormente convertida na Lei 14.020/2020) instituiu o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, que permitiu a redução proporcional da jornada de trabalho e dos salários, além da suspensão temporária dos contratos de trabalho. Outras medidas foram adotadas durante o período, como a suspensão de exigências administrativas em segurança e saúde no trabalho, como a prorrogação de prazos para exames médicos ocupacionais e treinamentos presenciais, além da possibilidade de antecipação de férias individuais e coletivas, e, ainda, concessão de feriados como forma de reduzir custos imediatos para empregadores. É verdade que muitas dessas medidas tiveram caráter

temporário, sendo encerradas ou revisadas conforme a pandemia foi controlada, porém, em um momento de dificuldade que atingiu a todos, ainda que de modo distinto, quem perdeu foi a parte mais frágil da relação.

Entretanto, não foi apenas no âmbito do Poder Executivo a mobilização para flexibilização da legislação trabalhista. A Suprema Corte tem apresentado uma tendência majoritária de ratificar as mudanças legislativas. Como observado nessa pesquisa, o STF permitiu a terceirização, ratificou a primazia do negociado sobre o legislado e entendeu que é possível “formas alternativas de trabalho diversas da relação de emprego”, como a pejotização, afetando diversos trabalhadores e categorias que antes estavam protegidos por uma legislação social.

O STF tem reafirmado o entendimento de que trabalhadores de plataformas digitais, por exemplo, não possuem vínculo de emprego junto às empresas em razão da falta de “subordinação”, requisito essencial para reconhecimento da condição de empregado. Sendo assim, ainda que a empresa tenha o poder de estabelecer regras de bloqueio de pagamentos e do acesso à plataforma, estes fatores não estão sendo considerados suficientes para reconhecer que o empregador efetivamente estabelece um método de trabalho.

Seguindo a mesma lógica, a Suprema Corte tem cassado decisões da Justiça do Trabalho que reconheceram fraude nas denominadas pejotizações, em que o trabalhador constitui uma empresa para emissão de notas fiscais, mas é submetido a uma rotina de trabalho, com horário fixo, respondendo a um superior hierárquico e, tendo como “cliente” uma única empresa. Nestes casos, o artigo 9º, da CLT, admite a nulidade dos atos que tenham por objetivo o desvirtuamento da aplicação dos direitos consolidados. Não são, portanto, incomuns as hipóteses de fraude, seja por distorções deliberadamente praticadas pelos empregadores, ou pela grande informalidade presente em nosso mercado de trabalho. Não se ignora a existência de modalidades lícitas de contratação de mão-de-obra por meio do Direito Civil, contudo, o próprio Código Civil, em seu artigo 593, é expresso ao tratar como excepcional esta forma de prestação de serviços.

Condutas antijurídicas camufladas de terceirização ilícita, por exemplo, estão sendo chanceladas pelo guardião da Constituição, que admite que se faça das Reclamações Constitucionais para forçar o acolhimento de forma específica e objetiva de precedentes vinculantes, distanciando-se do meio desejável para a solução de questões levadas à justiça especializada, competente para julgar os conflitos de tal

natureza. O atual cenário que se instaura na atividade judicante do STF propulsiona a precarização das relações de trabalho e o “desmonte” da Justiça do Trabalho, que, não em ação afirmativa, mas em função de óbice processual concreto, quando instado a resolver conflitos decorrentes de contratação fraudulenta, vê-se diante de óbice processual a obstar a ocorrência das nefastas consequências que o fenômeno das contratações fraudulentas envolvendo pessoas jurídicas distintas acarreta (SILVA; LEITE, 2024).

Observa-se um cenário de crescente flexibilização das normas trabalhistas, mas até que ponto a legislação trabalhista poderá ser flexibilizada? Há limites para a flexibilização? De modo simplista, cumpre esclarecer que o termo “flexibilização” se opõe ao conceito de rigidez, ou seja, flexibilizar consiste exatamente em tornar menos rígido.

> Por flexibilização trabalhista entende-se a possibilidade jurídica, estipulada por norma estatal ou por norma coletiva negociada, de atenuação da força imperativa das normas componentes do Direito do Trabalho, de modo a mitigar a amplitude de seus comandos e/ou os parâmetros próprios para a sua incidência. Ou seja, trata-se da diminuição da imperatividade das normas jus trabalhistas ou da amplitude de seus efeitos, em conformidade com a autorização fixada por norma heterônoma estatal ou por norma coletiva negociada (DELGADO, 2015. p. 68).

A Constituição Federal deveria se comportar como a salvaguarda da flexibilização. Contudo, em matéria trabalhista, ela é ambígua, pois, na medida em que elevou à condição de direitos fundamentais diversas garantias estabelecidas nas distintas normas de Direito do Trabalho, introduziu elementos flexibilizantes.

Entre os principais direitos tipicamente trabalhistas que foram constitucionalizados e ampliados se situam alguns de fundamental importância para a classe trabalhadora, como a proteção contra a despedida arbitrária ou sem justa causa “nos termos de lei complementar”, jamais regulamentada, a redução da carga horária semanal para 44 horas, como a jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento e como a ampliação do percentual de acréscimo para as horas extraordinárias. Também foi ampliada remuneração das férias com adicional de um terço e o período de licença-maternidade para 120 dias, dentre outras medidas. Como inovações constitucionais, merece destaque a licença-paternidade e a previsão de posterior regulamentação de direitos como o aviso-prévio

proporcional ao tempo de serviço e de um adicional de remuneração para as atividades penosas, entre outras matérias (RAMOS FILHO, 2012).

Por outro lado, a mesma Constituição demonstrou estar influenciada pelo campo econômico ao estabelecer dispositivos como a indenização compensatória nos casos de demissão sem justa causa, mantendo o FGTS, e possibilitando a diferenciação salarial com a ampliação do conceito de participação nos lucros. No campo das relações coletivas, a Constituição promoveu de modo ambivalente a negociação coletiva de trabalho ao prestigiar os acordos e as convenções coletivas para ampliar direitos, ao mesmo tempo em que admitiu a possibilidade de negociação coletiva para temas como a jornada e salários (RAMOS FILHO, 2012). Isso pode ser visualizado no artigo 7º da Constituição, onde se assegurou diversos direitos aos trabalhadores “urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social” e, assim, possibilitou que a produção normativa assecuratória e protecionista advenha não apenas da elaboração de regras sob a forma legislada, mas, também, da negociação individual ou coletiva.

Essas possibilidades aventadas de negociação coletiva e individual se sobressair sobre a legislação revelam uma inspiração flexibilizadora, como é possível observar em alguns incisos do mesmo artigo 7º: VI (quanto à irredutibilidade salarial, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo), XIII (duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho), XIV (jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva). Cabe lembrar que a Reforma Trabalhista introduziu o artigo 611-A na CLT, estabelecendo o preceito de que as normas negociadas prevalecerão sobre as legisladas, mesmo que em confronto com o princípio da norma mais favorável ao empregado, o que foi compreendido pelo STF como constitucional, conforme julgamento da ADI 5994 e do Tema 1046, como apontado no item 2.2 dessa pesquisa.

A flexibilização da legislação não ocorre necessariamente pelas vias legislativas. A ordem jurídica caminha em meio às lutas simbólicas tentando se adaptar ao jogo de interesses. Como apontou o então advogado e Professor Luís Roberto Barroso, hoje Ministro do STF:

> No direito, a temática já não é a liberdade individual e seus limites, como no

> Estado liberal; ou a intervenção estatal e seus limites, como no welfare state. Liberdade e igualdade já não são os ícones da temporada. A própria lei caiu no desprestígio. No direito público, a nova onda é a governabilidade. Fala-se em desconstitucionalização, delegificação, desregulamentação. No direito privado, o código civil perde sua centralidade, superado por múltiplos microssistemas. Nas relações comerciais revive-se a *lex mercatoria*. A segurança jurídica – e seus conceitos essenciais, como o direito adquirido – sofre o sobressalto da velocidade, do imediatismo e das interpretações pragmáticas, embaladas pela ameaça do horror econômico. As fórmulas abstratas da lei e a discrição judicial já não trazem todas as respostas. O paradigma jurídico, que já passara, na modernidade, da lei para o juiz, transfere-se agora para o caso concreto, para a melhor solução, singular ao problema a ser resolvido (BARROSO, 2001).

Diante das disputas entre normas, há a necessidade de eleger princípios, regras e conceitos de validade geral, que independem do ponto de observação e da vontade do observador. Conquanto se busque objetividade na interpretação da norma e sua adequação ao caso concreto, forçoso reconhecer que estas interpretações conferidas ao texto legislativo sofrem as influências daqueles que as interpretam. A aplicação do Direito, suporta a discricionariedade atribuída pela norma ao intérprete, a pluralidade de significado das palavras e até mesmo a contraposição de normas que irão exigir uma ponderação de interesses à vista do caso que se analisa. Em face destas variáveis é que se faz necessário estabelecer limites dentro dos quais cada intérprete e aplicador da norma exercerá sua criatividade e seu senso de justiça, limites estes ditados pelo Direito Constitucional, por meio da instituição de um conjunto de regras que deverão orientar as escolhas realizadas dentro da seara interpretativa.

Hoje, os princípios se tornaram o centro do sistema jurídico, utilizados para orientar a interpretação da norma, para suprir lacunas legislativas e para nortear as decisões no âmbito judiciário. Como afirmou Barroso (2001), o Direito é um sistema aberto de valores. A Constituição, por sua vez, é um conjunto de princípios e regras destinados a realizá-los, a despeito de se reconhecer nos valores uma dimensão suprapositiva.

> A ideia de abertura se comunica com a Constituição e traduz a sua permeabilidade a elementos externos e a renúncia à pretensão de disciplinar, por meio de regras específicas, o infinito conjunto de possibilidades apresentadas pelo mundo real. Por ser o principal canal de comunicação entre o sistema de valores e o sistema jurídico, os princípios não comportam enumeração taxativa. Mas, naturalmente, existe um amplo espaço de consenso, onde têm lugar alguns dos protagonistas da discussão política, filosófica e jurídica do século que se encerrou: Estado de direito democrático, liberdade, igualdade, justiça (BARROSO, 2001).

A aplicação dessas premissas maiores, sua incidência no ordenamento, nem sempre é pacífica. Por vezes eleger o princípio que mais convenientemente se coaduna com o bem jurídico protegido é tarefa complexa. Assim como as regras podem seguir direções diversas em uma ordem pluralista, os princípios podem abrigar decisões, valores ou fundamentos por vezes divergentes e contrapostos, devendo sua aplicação atentar para o bem jurídico que se deseja assegurar. Deve-se, então, ponderar os valores e interesses que se deseja proteger, uma vez que não existe superioridade formal entre princípios, mas a simples determinação da solução que melhor atende ao ideário constitucional da situação apreciada.

A ponderação de princípios revela as disputas em jogo. O Ministro Luís Roberto Barroso, por exemplo, utilizou-se do princípio da livre iniciativa para reconhecer a terceirização das atividades-fim. Contudo, a livre iniciativa está equiparada, na Constituição, ao valor social do trabalho. Além disso, esqueceu-se de ponderar os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da justiça social, entre outros. Trata-se, portanto, de escolha pessoal sobre o que se deseja proteger: no caso, entre a proteção social ou a livre iniciativa. Como aponta Bourdieu (2011a), sempre há uma margem de arbitrariedade nas decisões dos juízes.

> [...] a aplicação necessária de uma regra de direito a um caso particular é na realidade uma confrontação de direitos antagonistas entre os quais o Tribunal deve escolher; a <<regra>> tirada de um caso precedente nunca pode ser pura e simplesmente aplicada a um novo caso, porque não há nunca dois casos perfeitamente idênticos, devendo o juiz determinar se a regra aplicada ao primeiro caso pode ou não ser estendida de maneira a incluir o novo caso. Em resumo, o juiz, ao invés de ser sempre um simples executante que deduzisse da lei as conclusões diretamente aplicáveis ao caso particular, dispõe antes de uma parte de autonomia que constitui sem dúvida a melhor medida da sua posição na estrutura da distribuição do capital específico de autoridade jurídica [...]. Se a existência de regras escritas tende sem qualquer dúvida a reduzir a variabilidade comportamental, não há dúvida também de que as condutas dos agentes jurídicos podem referir-se e sujeitar-se mais ou menos estritamente às exigências da lei, ficando sempre uma parte de arbitrário, imputável a variáveis organizacionais como a composição do grupo de decisão ou os atributos dos que estão sujeitos a jurisdição, nas decisões judiciais – há também uma parte de arbitrário no conjunto dos atos que os precedem e os predeterminam, caso das decisões da política que dizem respeito à prisão (BOURDIEU, 2011a, p. 222/223).

Atualmente, na ponderação de princípios constitucionais, o STF tem valorizado aqueles que atendem aos anseios do campo econômico. Como apresentado nessa pesquisa, em linhas gerais, o discurso dos Ministros do STF bate na tecla de que a legislação trabalhista brasileira já não dá conta das transformações

do mundo do trabalho, e de que a Suprema Corte já tem um entendimento consolidado sobre a constitucionalidade de todo tipo de terceirização. Em suas decisões, também têm invocado o princípio da livre iniciativa e defendido a redução dos custos de contratação para os empregadores.

Nos debates recentes, muitos trabalhadores e, inclusive Ministros, não percebem (ou fingem não perceber) que o Direito do Trabalho é uma base protetiva. Ao contrário de retirar a liberdade do trabalhador, a legislação reconhece que o poder do empregador sobre o empregado limita (ou elimina) a liberdade empresarial e, com isso em vista, estipula limites ao poder do empregador sobre o empregado, conferindo a quem trabalha alguma segurança para poder disputar, em certa medida, as dinâmicas da relação de trabalho (FILGUEIRAS, 2021).

Ademais, o critério de aplicação das leis do trabalho não é individual e isolado, mas uma decisão coletiva, tomada por uma sociedade que se pretende civilizada para impedir que a assimetria das relações causa exploração sem limites. A piora das condições de trabalho permitida para um determinado sujeito (um empregado que diga que não quer carteira assinada, por exemplo) rebaixa a condição dos demais, pois estes serão obrigados a aceitar as mesmas condições para conseguir um posto de trabalho (FILGUEIRAS, 2021).

Nesse sentido, o Direito do Trabalho, longe de ser “flexibilizado”, precisa ser fortalecido. Segundo Bourdieu (*apud* LAVAL, 2020), o Estado nacional deve ser defendido pelo “realismo político”, porque ele é uma das únicas armas que temos para controlar todos os tipos de funcionamentos e processos absolutamente vitais e, em particular, todos aqueles que tocam o interesse geral e os serviços públicos. É defendendo o que no campo estatal assegura a proteção social que se poderá resistir à investida do *nomos* capitalista. Porque o Estado, queiramos ou não, enquanto “detentor de um metacapital”, enquanto “metacampo”, permanece sendo a melhor garantia da autonomia dos campos (BOURDIEU, 2011a; 2014).

Por fim, cabe ressaltar que a defesa do Direito do Trabalho não significa a defesa de um modelo estático e inflexível. Como aponta Carelli (2020), é necessário adaptar a legislação trabalhista às novas realidades do mundo do trabalho, mas sempre mantendo como princípio fundamental a proteção do trabalhador e a busca pela justiça social. Isso implica pensar formas inovadoras de regulação que possam abranger as novas modalidades de trabalho, como o trabalho por plataformas digitais, sem renunciar às garantias fundamentais.

Em suma, a lei trabalhista é um mínimo civilizatório para o avanço da luta dos assalariados. Não é possível aceitar a desregulamentação. Direitos que entregadores reivindicam, e que não estão na CLT, por exemplo, podem ser alcançados por negociação coletiva. As normas coletivas complementam a CLT, não a contradizem. Sendo empregado formal e com representação coletiva, o trabalhador pode ter efetiva flexibilidade no contrato. Não é preciso flexibilizar a legislação, tampouco desregulamentar. Isso porque a situação atual já é preocupante.

4.6 RESULTADO PROVISÓRIO: O FIM DO ASSALARIADO COMO SUJEITO DE DIREITOS?

O resultado das lutas simbólicas, nesse momento, é negativo para a sobrevivência do Direito do Trabalho e, consequentemente, para os trabalhadores. Os dados do IBGE apontam a permanência de uma desigualdade intrínseca em diferentes dimensões no mercado de trabalho brasileiro, tanto no que diz respeito às questões de gênero, raça e geográficas, quanto ao acesso e a obtenção de renda via trabalho assalariado. A precariedade da condição da classe trabalhadora se expressa, por exemplo, na taxa de informalidade significativa, na casa dos 38,7%, em uma renda média baixa (R$ 3.285,00) e em uma taxa de subutilização da força de trabalho persistente (15,2%), segundo dados do trimestre encerrado em novembro de 2024 (IBGE, 2024f).

Outro aspecto importante da precarização do trabalho é a mudança no perfil dos cidadãos ocupados no Brasil. Em meados de 2014, 44,4% dos ocupados tinham um emprego com carteira assinada no setor privado, no setor público ou como trabalhador doméstico. Outros 43,3% trabalhavam sem carteira assinada ou proteção estatutária, no setor privado, no setor público, como trabalhador doméstico, por conta própria ou como trabalhador familiar auxiliar. A partir desse momento, quando começaram a se agravar os problemas econômicos no final do governo Dilma, houve uma queda consistente do percentual dos portadores de carteira assinada, que nunca recuperou completamente o patamar anterior (IBGE, 2024f).

As mudanças na legislação não surtiram efeito. É verdade que ocorreu uma exceção em meados de 2020, durante os lockdowns da pandemia, quando a tendência se inverteu temporariamente: nessa época, quem tinha um trabalho registrado apresentava mais chances de mantê-lo do que quem era informal ou

trabalhava por conta própria. Desde o início de 2022, houve uma pequena alta dos empregos com carteira assinada, mas distante do nível da década anterior. No trimestre encerrado em setembro de 2024, 40,6% dos ocupados tinham carteira assinada, enquanto 47,5% trabalhavam sem carteira (IBGE, 2024f).

O montante que corresponde à soma dos que se declaram em busca de trabalho (desocupados), dos desempregados por desalento, dos que querem trabalhar, mas não tinham condições de exercer a atividade no momento e dos trabalhadores informais alcança a cifra de 54,4 milhões de trabalhadoras e trabalhadores, isto é, aproximadamente 50% do total da força de trabalho brasileira. A esse conjunto, ainda poderíamos agregar os contratos temporários, as ocupações de baixos rendimentos e aquelas com péssimas condições de trabalho. Ou seja, o Brasil tem um mercado de trabalho muito desestruturado, com permanente falta de oportunidades de empregos ou de trabalhos minimamente decentes e estáveis (KREIN; MANZANO, 2024).

Grande parte da massa de trabalhadores está vulnerável, fora do sistema de proteção social, com salários que muitas vezes não garantem seu sustento e expostos à insuficiente oferta de serviços públicos que atendam suas necessidades básicas. A taxa de subutilização indica que não há trabalhos formais para todos. Tal cenário empurra os trabalhadores e trabalhadoras para uma estratégia de sobrevivência, seja como MEI, conta-própria, autônomo, “bicos” etc. Mesmo entre aqueles que eventualmente possam ser classificados como plenamente ocupados e formalizados, como os trabalhadores intermitentes com carteira assinada ou aqueles que trabalham por conta-própria na condição de MEI, é de se esperar que ao menos uma parte esteja subutilizada e, portanto, demandante de melhores oportunidades de trabalho (KREIN; MANZANO, 2024).

Tampouco o trabalho mediante plataformas digitais, promovido como uma possível solução para esse cenário negativo, foi capaz de amenizar a precarização do trabalho: a jornada aumentou, a renda caiu, e eles contribuem menos para a previdência, segundo o estudo “Plataformização e Precarização do Trabalho de Motoristas e Entregadores no Brasil”, realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em 2024. Entre 2012 e 2015, enquanto o total de motoristas autônomos no setor de transporte de passageiros (não incluídos os mototaxistas) era cerca de 400 mil, o rendimento médio flutuava em torno de R$ 3.100,00. Em 2022, quando o total de ocupados se aproximava de 1 milhão, o rendimento médio era

inferior a R$ 2.400,00. Nessa mesma categoria, a proporção de trabalhadores com jornadas entre 49 e 60 horas semanais passou de 21,8% em 2012 para 27,3% em 2022. Esse aumento não se repetiu entre os trabalhadores autônomos de modo geral, no mesmo período. Outro aspecto que revela a precarização desse tipo de ocupação é a cobertura previdenciária: em 2015, pouco menos da metade dos motoristas de passageiros (47,8%) contribuía, percentual que despencou para somente 24,8% em 2022 (IPEA, 2024).

A precariedade persiste, mas algumas coisas mudaram nas últimas décadas – não para melhor. O conjunto de proteções sociais, até o final do século XX, estava atrelado ao salário, eixo central da organização do corpo social. O assalariamento seria uma espécie de reconhecimento e garantia por parte da sociedade da utilidade social do trabalhador e, por isso, uma espécie de visto de entrada à sociedade na condição de consumidor. Contudo, quando a lógica da precarização dos direitos se instalou como um elemento constitutivo da nova configuração do mundo do trabalho, os trabalhadores passaram a assumir os riscos decorrentes da fragilização da rede de proteção garantida outrora pelo assalariamento (BARBOSA, 2011).

Para Bauman e Bordoni (2016), o ponto fundamental dessa transição diz respeito ao deslocamento dos referenciais de construção da identidade da esfera do trabalho para a esfera do consumo. Na sociedade de consumidores, a identidade, similarmente ao que ocorre com qualquer bem de consumo, passou a ser adquirida nos moldes estabelecidos por um processo que pressupõe aquisição, descarte e apropriações contínuas. A construção da identidade passou a nortear os caminhos voláteis e erráticos do mercado, por esse motivo ela converte-se em um processo de conquista. Não obstante, o paraíso do consumismo se mostrou efêmero (BAUMAN; BORDONI, 2016). O consumo e a “mercadorização” da vida são marcas da globalização e do neoliberalismo. Tudo se transforma em mercadoria, a ser comprada e vendida, sujeita às forças do mercado, com preços fixados pela demanda e estoque, sem uma “ação” efetiva (uma capacidade para resistir). Abili Lázaro Castro de Lima (2002) afirma que:

> [...] a globalização econômica e o neoliberalismo engendram um processo de exclusão social, na medida em que a nova divisão internacional do trabalho contribui para a redução progressiva das garantias sociais granjeadas no cerne do Estado moderno. Produz-se e dissemina-se em todo o mundo desemprego crônico, baixos níveis salariais e supressão das conquistas sociais dos cidadãos, gerando um quadro de pobreza em proporções epidêmicas.

> Vislumbrando ainda que tal panorama deixa cada vez mais os cidadãos desemparados, jogados à sua própria sorte, uma vez que não podem recorrer ao Estado para reduzir suas mazelas, eis que o mesmo se encontra fragilizado, em face da sua miniatutização preconizada pelas políticas neoliberais. Quem está desempregado ou mesmo quem está empregado e se sujeita a qualquer salário ou qualquer condição de trabalho em troca de emprego, estão excluídos da cidadania, uma vez que no mundo globalizado, o status de cidadania cada vez mais fica identificado com o acesso ao consumo e não aos direitos àquele inerentes [...] (LIMA, 2002, p. 303/304).

Com a exaltação do individualismo e o declínio da solidariedade, nas últimas décadas, a sociedade parece ter regressado à lei de sobrevivência do mais apto. Sobrevive o mais esperto, o mais ávido em lucrar. Perde-se a certeza dos direitos, prevalece o consumismo cego, sem levar em consideração os recursos do planeta, seguindo o instinto selvagem da posse. Trata-se de uma luta pela sobrevivência como se estivéssemos diante da última possibilidade de vida (a ausência de qualquer perspectiva de futuro), na qual – exatamente como os animais selvagens – o que se obtém pela força ou pela astúcia é levado para casa e consumido na solidão (BAUMAN; BORDONI, 2016).

Em um período anterior, a vida era vivida pela maior parte das pessoas como um destino coletivo; hoje ela é uma história pessoal – de sucesso, obviamente. Confrontado com o incerto, o indivíduo contemporâneo precisa apoiar-se sobre si mesmo para inventar sua própria vida, conferir sentido e engajar-se ativamente. Segundo Ehrenberg (2007), a receita que é hoje apresentada ao indivíduo para lidar com as incertezas acarretadas por essa situação é o “culto à performance”. Em uma mistura discursiva esportiva, consumista e empresarial, tem-se um recrudescimento do individualismo a partir da valorização da trajetória pessoal de sucesso, onde a empresa é a fornecedora oficial de um tipo muito particular de singularização: a performance (EHREMBERG, 2007).

O indivíduo, alçado à “empreendedor de si mesmo”, torna-se o único responsável por sua trajetória. Não apenas no que concerne ao processo produtivo e ao processo de trabalho, mas também a uma eventual condição de desemprego: “*se cada um é o projeto de si mesmo, quem não consegue emprego é porque não soube escolher as qualificações que as empresas necessitam ou podem vir a necessitar*” (FREITAS, 2007, p. 77). Afinal de contas, como cada indivíduo situa-se em um mercado de trabalho cada vez mais competitivo, é entendido nessa matriz discursiva como uma situação que depende fundamentalmente do desempenho de cada um, isto é, da performance (BARBOSA, 2011).

Essa “empreendedorização” e “capitalização humana” dos sujeitos coincidiu com as reformas políticas que visavam transferir quase tudo o que era proporcionado pelo Estado social para a alçada dos indivíduos e famílias, fortalecendo-os ao longo do caminho. Wendy Brown (2020) aponta três consequências. Primeiro, a empreendedorização ou responsabilização produz um “portfólio de autoinvestimento” concebido para manter ou incrementar o valor do capital humano. Esse portfolio inclui o cuidado com os filhos, educação, saúde, aparência e a provisão para a velhice. Como afirmam Dardot *et. al.* (2021), se cada indivíduo é responsável pelos investimentos que faz ou não faz, e então por seus sucessos e fracassos, é porque todo indivíduo se define pelo “capital” que constitui para si mesmo e que lhe cabe investir, fazendo sempre boas escolhas educacionais, de saúde ou nos planos profissional e matrimonial.

Em segundo lugar, Brown (2020) indica que os trabalhadores desproletarizados e dessindicalizados de hoje entram na economia do compartilhamento e da terceirização, na qual transformam suas posses, tempo, conexões em fontes de capitalização. Arrendando quartos no Airbnb, dirigindo Uber, trabalhando em plataformas como freelancers, compartilhando bicicletas, ferramentas ou carros, enfim, gerenciando uma variedade de fontes de renda de tempo parcial e de curto prazo (bicos), indivíduos e famílias visam sobreviver aos cortes e às recessões econômicas (BROWN, 2020).

Em terceiro lugar, Brown (2020) sugere que enquanto os investimentos sociais na educação, habitação, saúde, cuidado infantil e seguridade social são reduzidos, delega-se novamente à família a tarefa de prover para todos os tipos de dependentes – jovens, velhos, enfermos, desempregados, estudantes ou adultos deprimidos ou viciados. Delegação, essa, distinta para algumas categorias sociais (como gênero, raça e classe, por exemplo), vale lembrar.

O discurso de responsabilidade única do indivíduo é assimilado pelos trabalhadores como a resposta mais adequada para o desemprego estrutural que se apresenta como condição inerente ao atual estágio de configuração da economia capitalista. Em decorrência disso, o trabalhador, dentro e fora do ambiente fabril, cada vez mais assume a responsabilidade de si mesmo, ainda que o desemprego seja uma ameaça constante – não apenas ao seu sustento, mas ao próprio sentido que possui em sua vida.

A relação entre governantes e governados é radicalmente subvertida. A cidadania, aquela construída nos países ocidentais desde o século XVIII, é questionada até em suas raízes, como se vê nos direitos à proteção social, historicamente estabelecidos como consequência lógica da democracia política. “Nada de direitos se não houver contrapartidas” é o refrão para obrigar os desempregados a aceitar um emprego inferior, para fazer os doentes ou os estudantes pagarem por um sérvio cujo benefício é visto estritamente como individual, para condicionar os auxílios concedidos à família às formas desejáveis de educação parental. O acesso a certos bens e serviços não é mais considerado ligado a um status que abre portas para direitos, mas o resultado de uma transação entre um subsídio e um comportamento esperado ou um custo direto para o usuário (DARDOT; LAVAL, 2019).

A figura do “cidadão” investido de uma responsabilidade coletiva desaparece pouco a pouco e dá lugar ao homem empreendedor. A sociedade não deve nada à esse sujeito, ele “tem de se esforçar para conseguir o que quer” e deve “trabalhar mais para ganhar mais” – independente das situações particulares de vida. A referência da ação pública não é mais o sujeito de direitos, mas um ator autoempreendedor que faz os mais variados contratos privados com outros atores autoempreendedores. Assim, os modos de transação negociados caso a caso para “resolver os problemas” tendem a substituir as regras de direito público e os processos de decisão política legitimados pelo sufrágio universal. Longe de ser “neutra”, a reforma gerencial da ação pública atenta diretamente contra a lógica democrática da cidadania social; reforçando as desigualdades sociais na distribuição dos auxílios e no acesso aos recursos em matéria de emprego, saúde e educação, ela reforça as lógicas sociais de exclusão que fabricam um número crescente de “subcidadãos” e “não cidadãos” (DARDOT; LAVAL, 2019).

Como demonstrado nessa pesquisa, as políticas econômicas neoliberais, implementadas por organismos internacionais e por empresas transnacionais, portanto, definidas fora dos limites territoriais do Estado, foram impostas aos governos como a única opção possível para a condução das diretrizes governamentais. Tais medidas acabaram por privilegiar a economia em detrimento da política, causando o esvaziamento e a fragmentação da política e do debate político, reduzindo-se tudo ao critério econômico e ao domínio do mercado. Em suma: o mercado se sobrepõe a toda a vida social, a qual fica sintetizada uma relação de custos/benefícios. Todas as

dimensões da vida reduzem-se ao mercado, não havendo mais lugar para a política e, consequentemente, a esfera pública deixa de ser um espaço para a reivindicação de direitos e de sua defesa, máxime no tocante aos direitos sociais, peculiaridade que enfraquece a cidadania (LIMA, 2002).

O impacto dessas mudanças pode ser problematizado através do número de sindicalizados no Brasil. A taxa de sindicalização manteve a trajetória de queda e, em 2023, representou apenas a 8,4% da população na força de trabalho, segundo a divulgação do IBGE (2024e). Com o resultado, a taxa supera a registrada em 2022 e se torna a menor desde 2012, início da série histórica. Os dados mostram que a queda nos índices de trabalhadores sindicalizados é uma tendência, porém, se intensificou a partir de 2017, após a vigência da Reforma Trabalhista, acompanhando a retração de atividades que tradicionalmente registram maior cobertura sindical, como a indústria, por exemplo, e o aumento de contratos flexíveis no mercado de trabalho (IBGE, 2024e).

Tampouco o campo jurídico consegue fornecer proteção mínima aos trabalhadores contra as investidas do campo econômico. O papel do STF é paradoxal e revela as contradições internas do sistema jurídico brasileiro. Como observa Streck (2018), ao mesmo tempo em que o Supremo se posiciona contra extremismos políticos e defende a democracia formal, ele promove uma desconstrução das bases materiais da cidadania trabalhadora. Essa contradição expõe a influência predominante dos interesses do capital na interpretação e aplicação das Leis, desvelando um ativismo judicial que se alinha com o campo econômico predominante de desmonte dos direitos sociais. Como demonstrado nessa pesquisa, ao arrepio das normas constitucionais, o Supremo vem reescrevendo o Direito do Trabalho de acordo com os poderes simbólicos do campo econômico, impactando nas relações de trabalho e na vida de trabalhadores, ferindo suas prerrogativas constitucionais.

Se analisadas sob um contexto amplo, essas mudanças podem ser consideradas perigosas, como alerta Standing (2020, p. 15):

> Nos anos 1970, um grupo de economistas de inspiração ideológica capturou o ouvido e a mente dos políticos. O elemento central de seu modelo "neoliberal" era que o crescimento e o desenvolvimento dependiam da competitividade do mercado; tudo deveria ser feito para maximizar a concorrência e a competitividade e para permitir que os princípios de mercado permeassem todos os aspectos da vida. Um dos temas era que os países deveriam aumentar a flexibilidade do mercado de trabalho, o que passou a significar uma agenda para a transferência de riscos e insegurança para os

> trabalhadores e suas famílias. O resultado tem sido a criação de um "precariado" global, que consiste em muitos milhões de pessoas ao redor do mundo sem uma âncora de estabilidade. Eles estão se tornando uma nova classe perigosa. São propensos a ouvir vozes desagradáveis e a usar seus votos e seu dinheiro para dar a essas vozes uma plataforma política de crescente influência. O verdadeiro sucesso da agenda "neoliberal", aceita em maior ou menor grau por todos os tipos de governos, criou um monstro político incipiente (STANDING, 2020, p.15).

Nesse sentido, a disseminação da precariedade na sociedade contemporânea pode gerar consequências em diversas esferas públicas. Muitos trabalhadores, incluindo os integrantes do precariados, estão ansiosos e inseguros, sendo facilmente levados a apoiar ações populistas e autoritárias voltadas para quem é retratado como ameaça (STANDING, 2020). Ou, ainda, a diminuição da participação popular no palco político (uma vez que as decisões da política local estão cada vez mais atreladas às esferas mundializadas) deixa livre o caminho para políticas que ameaçam a defesa e o exercício dos direitos, - que vão, progressivamente, se desvanecendo (LIMA, 2002).

Portanto, o desmantelamento das garantias sociais vai alimentando novas crises, pois a globalização econômica e o neoliberalismo, na medida em que contribuíram para a transnacionalização da política, engendraram um quadro de exclusão social e precarização da vida. Como afirma Lima (2002, p. 269), isso é evidenciado a partir das perdas decorrentes da situação em que se encontravam os cidadãos no Estado-nação, após várias conquistas sociais serem suprimidas diante da globalização.

> Tendo como referência as teorizações desenvolvidas até aqui, a ilação a que se chega é que a globalização econômica e o neoliberalismo engendram um processo de exclusão social na medida em que a nova divisão internacional do trabalho contribui para a redução progressiva das garantias sociais granjeadas no cerne do Estado moderno. Produz-se e dissemina-se em todo o mundo desemprego crônico, baixos níveis salariais e supressão das conquistas sociais dos cidadãos, gerando um quadro de pobreza em proporções epidêmicas (LIMA, 2002, p. 303).

Ao se despir de sua identidade de trabalhador, fruto das dinâmicas neoliberais e do enfraquecimento de espaços coletivos de luta vinculados anteriormente a essa identidade, as respostas para uma massa "sobrante" de trabalhadores precarizados têm sido fornecidas pelo campo conservador e reacionário ou pelo crime organizado. São as igrejas e o tráfico hoje que têm organizado parte da população mais pauperizada. Essas dinâmicas têm consequências não só do ponto de vista da vida concreta e material da população, com precárias condições de vida e trabalho,

informalização, baixa remuneração e pouca proteção social, mas também como esses trabalhadores (não) se enxergam enquanto categorias vulneráveis.

Bourdieu (1998) questiona sobre as medidas necessárias para alterar a rota desse caminho de precariedade:

> Diante desses mecanismos, o que se pode fazer? Seria necessário refletir primeiro sobre os limites implícitos que a teoria econômica aceita. A teoria econômica não leva em conta, na avaliação dos custos de uma política, o que se chama de custos sociais. [...]Seria necessário que todas as forças sociais críticas insistissem na incorporação aos cálculos econômicos dos custos sociais das decisões econômicas. O que custarão, a longo prazo, em demissões, sofrimentos, doenças, suicídios, alcoolismo, consumo de drogas, violência familiar etc, coisas que custam muito caro em dinheiro, mas também em sofrimento? Acredito que, mesmo que isso possa parecer cínico, é preciso aplicar à economia dominante as suas próprias armas, e lembrar que, na lógica do interesse mais amplo, a política estritamente econômica não é necessariamente econômica — gerando insegurança das pessoas e dos bens, e logo custos com polícia etc. Mais precisamente, é necessário questionar de forma radical a visão econômica que individualiza tudo, tanto a produção como a justiça ou a saúde, os custos como os lucros, esquecendo que a eficiência — da qual ela dá uma definição estreita e abstrata, identificando-a tacitamente com a tentabilidade financeira — depende evidentemente dos fins com os quais é medida, rentabilidade financeira para os acionistas e investidores, como hoje, ou satisfação dos clientes e usuários, ou, mais amplamente, satisfação e concordância dos produtores, dos consumidores, e, assim, sucessivamente, da maioria. A essa economia estreita e de visão curta, é preciso opor uma economia da felicidade, que levaria em conta todos os lucros, individuais e coletivos, materiais e simbólicos, associados à atividade (como a segurança), e também todos os custos materiais e simbólicos associados à inatividade ou à precariedade. Não se pode trapacear com a lei da conservação da violência: toda violência se paga; por exemplo, a violência estrutural exercida pelos mercados financeiros, sob forma de desemprego, de precarização etc, tem sua contrapartida em maior ou menor prazo, sob forma de suicídios, de delinquência, de crimes, de drogas, de alcoolismo, de pequenas ou grandes violências cotidianas (BOURDIEU, 1998, p. 34/35).

O resultado das lutas simbólicas pelo Direito do Trabalho, portanto, não é nada animador. Nas últimas décadas, as crises foram acompanhadas pela exclusão social que, consequentemente, geraram novas flexibilizações, consideradas, pelo discurso neoliberal - e pelo STF -, como essenciais para a sobrevivência do Estado-nação. Sem rumo e com seus direitos e garantias que ainda lhe restam ameaçados, o indivíduo flerta com políticas autoritárias que colocam não apenas o Direito do Trabalho e os direitos sociais em xeque, mas a própria democracia. Se ainda couber uma esperança em meio às lutas simbólicas, sabemos que o resultado não é definitivo.

PRORROGAÇÃO: CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE AS LUTAS SIMBÓLICAS PELO DIREITO DO TRABALHO

O objeto da tese foi demonstrar que as lutas simbólicas travadas no interior do campo jurídico, especialmente no STF, estão alterando as relações de trabalho e emprego, colocando em xeque a sobrevivência do Direito do Trabalho. O objetivo da pesquisa foi investigar a atuação da Suprema Corte por meio de decisões judiciais em matéria trabalhista. Delimitando o recorte temporal entre 11 de novembro de 2017 e 31 de dezembro de 2024, e após a aplicação dos filtros de pesquisa, analisou-se qualitativamente 119 decisões da Suprema Corte. O modelo de pesquisa proposto permitiu verificar que não se trata de decisões esparsas, monocráticas, ou seja, pessoais. A análise das decisões colegiadas revelou o posicionamento dominante no STF e uma linha de raciocínio que permitiu a confirmação das hipóteses iniciais.

A metodologia proporcionou a produção de dados importantes para a confirmação da tese. Verificou-se que muitas decisões do STF são fundamentadas pelo princípio constitucional da livre iniciativa e da livre concorrência, pela liberdade do exercício profissional, pela necessidade de redução dos custos empresariais. Com isso, foi possível encontrar uma linha de raciocínio onde a perspectiva econômica justifica os posicionamentos, ou seja, os poderes simbólicos atuam sobre o campo jurídico influenciando as decisões.

Constatamos que o Direito do Trabalho foi alvo de mudanças significativas nos últimos anos. Se o Poder Legislativo adotou medidas para flexibilizar as relações de emprego, como a Reforma Trabalhista, a atuação do Supremo ratificou esse processo ao permitir, por exemplo, as terceirizações de todas as atividades, ao possibilitar as pejotizações, ao conceder autonomia ao que foi negociado, mesmo quando contrário à legislação, ou, também, ao declarar constitucionais as legislações que permitiram a contratação civil para determinadas categorias, como dos motoristas e transportadores, profissionais que atuam em salões de beleza, entre outros.

A flexibilização da proteção, portanto, não ocorre exclusivamente pelas vias legislativas. A ordem jurídica caminha em meio as lutas simbólicas tentando se adaptar ao jogo de interesses e, nesse cenário, o STF tem atendido aos anseios do campo econômico ao não apenas ratificar as alterações legislativas, mas, também, ao propor mudanças hermenêuticas, jurisprudenciais e processuais que precarizam o que nem o legislador precarizou.

Diante desse cenário de mudanças, muitos trabalhadores, outrora empregados, tornaram-se “empresários de si mesmo”. Isso coincide com a ascensão do neoliberalismo, tendência essa que não é exclusiva do Brasil, como vimos, mas aqui a situação é ainda mais grave em razão da histórica fragilidade das instituições de proteção social e da profunda desigualdade que caracteriza o mercado de trabalho.

Certo é que o Direito do Trabalho abrange um contingente cada vez menor de trabalhadores. A diminuição do número de empregados formais afasta a incidência da legislação trabalhista e a proteção jurídica. Direitos historicamente conquistados são desvinculados das atividades laborais e se tornam questionáveis ou negociáveis. A legislação trabalhista, portanto, está cobrindo uma parcela cada vez menor de trabalhadores, tornando a proteção social um privilégio de poucos.

Ao longo dos capítulos, supomos ter deixado claro que a defesa do Direito do Trabalho não significa a defesa de um modelo estático e inflexível. Como apontado na pesquisa, é necessário adaptar a legislação trabalhista às novas realidades do mundo do trabalho, mas sempre mantendo como princípio fundamental a proteção do trabalhador e a busca pela justiça social. Isso implica pensar formas inovadoras de regulação que possam abranger as novas modalidades de trabalho sem renunciar às garantias fundamentais. Trata-se, em verdade, de defender o Estado. Conforme Bourdieu (2014), o Estado, queiramos ou não, enquanto “detentor de um metacapital”, enquanto “metacampo”, permanece sendo a melhor garantia da autonomia dos campos.

A pesquisa desenvolvida apresenta limites, evidentemente, mas justificamos as escolhas. Sobre o recorte temporal, a delimitação apresenta como marco as mudanças legislativas ocorridas em 2017, especialmente pela Reforma Trabalhista, paradigma de um processo de flexibilização que já está em curso, no Brasil, pelo menos, desde a década de 1970, mas que alterou, de modo significativo e sem precedentes, a legislação trabalhista no país, ocasionando muitas instabilidades e disputas no campo social. O marco teórico utilizado proporcionou a chave teórica para compreender o objeto da pesquisa proposta. E, quanto ao volume de processos avaliados, a amostra foi capaz de confirmar as hipóteses iniciais e atingir os objetivos da pesquisa. Dentro das limitações impostas e das opções disponíveis, o caminho escolhido se mostrou eficaz, possibilitando novos horizontes.

A pesquisa permite criar outras hipóteses, explorar novas abordagens e delimitações para compreender as lutas simbólicas pelo Direito do Trabalho. Pode-se

investigar, por exemplo, decisões de categorias específicas, posicionamentos pessoais, delimitar regiões geográficas, gênero, raça (não discutido nessa pesquisa em razão do limite metodológico que a análise processual fornece). Novas legislações podem servir de análise e outras metodologias podem ser adotadas. Em um cenário onde as fronteiras entre trabalho formal e informal se tornam cada vez mais fluidas, e onde a própria noção de emprego estável se transforma rapidamente, torna-se necessário desenvolver novos instrumentos teóricos e analíticos para compreender essas mudanças. Enfim, a esperança é que essa pesquisa possa instigar e induzir novas agendas de investigação.

Diante dos desafios impostos pela revolução tecnológica e pela reestruturação econômica global, o Brasil encontra-se em um momento crucial de redefinição das relações entre trabalho, capital e Estado. A compreensão adequada destas transformações e de seus impactos na formação da consciência política dos trabalhadores é fundamental não apenas para a análise acadêmica, mas para o próprio futuro do Direito do Trabalho. As novas configurações do trabalho e suas implicações para a organização política da sociedade demandam um esforço renovado de interpretação, que considere tanto as tendências globais quanto as especificidades locais na construção de novos paradigmas de análise social.

A intenção foi imprimir uma reflexão crítica sobre o embate que envolve o Direito do Trabalho, não nos abstendo a meramente descrevê-lo. Neste sentido, a tese contribuiu para denunciar e desvendar o que existe por trás das lutas simbólicas, o que constitui o papel da sociologia, segundo Pierre Bourdieu. Espera-se que essa tese sirva para aumentar o debate e o interesse sobre o assunto e, como em um esporte de combate, seja mais uma arma de defesa dos direitos sociais frente aos inúmeros ataques sofridos.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. Gilmar Mendes diz que TST tem “má vontade” com empresas, 21 out. 2016. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-10/gilmar-mendes-diz-que-tst-tem-ma-vontade-com-empresas. Acesso em: 20 out. 2024.

ALVES, Amauri Cesar. Novo perfil da onerosidade na relação de emprego: releitura do requisito do artigo 3. º da CLT para a efetivação de direitos fundamentais do trabalho. **Revista Internacional de Direito do Trabalho**, 2022. 35-77.

AMORIM, Ricardo. Talvez. **IstoÉ**, 7 abr. 2017. Disponível em: https://istoe.com.br/talvez/. Acesso em: 2 jul. 2024.

ANAMATRA. Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho. **Decisões do STF têm esvaziado a competência material da Justiça do Trabalho, diz estudo**, 2024. Disponível em: https://www.anamatra.org.br/imprensa/anamatra-na-midia/34958-decisoes-do-stf-tem-esvaziado-a-competencia-material-da-justica-do-trabalho-diz-estudo. Acesso em: 6 nov. 2024.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão:** o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ARAÚJO, Wanessa Mendes de. Reflexões sobre a Subordinação Jurídica na Era da Economia sob Demanda. In: LEME, Ana Carolina Reis Paes; RODRIGUES, Bruno Alves; CHAVES JÚNIOR, José Eduardo de Resende **Tecnologias disruptivas e a exploração do trabalho humano**. São Paulo: LTr, 2017. p. 180-184.

ARGUELES, Diego Werneck. **O Supremo:** entre o direito e a política. 1. ed. Rio de Janeiro: História Real, 2023.

AZAÏS, Christian. As zonas cinzentas no assalarimento: proposta de leitura do emprego e trabalho. In: _____ **Ilegalismos, cidade e política**. [S.l.]: [s.n.], 2012. p. 167-198.

BARBOSA, Attila Magno. O empreendedor de si mesmo e a flexibilização no mundo do trabalho. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, fev. 2011. 121-140.

BARBOSA, Attila Magno Silva; ORBEM, Juliani Veronezi. Pejotização”: precarização das relações de trabalho, das relações sociais e das relações humanas. **Revista eletrônica do curso de direito da UFSM**, Santa Maria, v. 10, n. 2, p. 839-859, 2015.

BARROS, Alice M. D. **Curso de Direito do Trabalho**. 4. ed. São Paulo: LTr, 2008.

BARROSO, Luís Roberto. Fundamentos teóricos e filosóficos do novo direito constitucional brasileiro. **Revista da EMERJ**, Rio de Janeiro, v. 4, n. nº. 15, p. 11-47, 2001.

_____. O momento institucional brasileiro e uma agenda para o futuro. **CONJUR**, 10 maio 2017. Disponível em: https://www.conjur.com.br/dl/di/discurso-barroso-uk.pdf. Acesso em: 1 dez. 2024.

BAUMAN, Zygmunt; BORDONI, Carlo. **Estado de crise**. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

BESSA, Cesar. **Além da subordinação jurídica no Direito do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2017.

BIAVASCHI, Magda B. **O direito do trabalho no Brasil, 1930-1942:** a construção do sujeito de direitos trabalhistas. São Paulo: LTr, 2007.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. 2. ed. São Paulo: WMF, 2020.

BOLZAN DE MORAIS, Jose Luis; MOURA, Marcelo Oliveira de. O neoliberalismo "eficientista" e as trasnsformações da jurisdição. **Revista Brasileira de Direito**, Passo Fundo, 13, n. 1, mar 2017. 177-195. Disponível em: https://seer.atitus.edu.br/index.php/revistadedireito/article/view/1565.

BORTOLON, Mariana C.; BERNARDES, Felipe. Reflexos do Tema 1.046 de Repercussão Geral do STF na Jurisprudência Trabalhista. In: BORTOLON, Mariana C.; TAVEIRA, Vinícius D. M. **Novos paradigmas do direito e processo do trabalho:** uma visão crítica de acordo com as decisões do STF. 1. ed. Campinas: Lacier Editora, 2024. p. 238.

BOURDIEU, Pierre. Campo intelectual e projeto criador. In: POUILLON, Jean, *et al.* **Problemas do estruturalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

_____. **Sobre a Televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos:** táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. **As estruturas sociais da economia**. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

_____. **Razões Práticas**. 5. ed. Campinas: Papirus, 2004.

_____. **Esboço de autoanálise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005a.

_____. O campo econômico. **Política & Sociedade**, Florianópolis, 4, n. 6, 2005b. 48-66. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1930.

_____. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 2008.

_____. **O senso prático**. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2011a.

_____. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2011b.

_____. **Sobre o Estado:** cursos no Collège de France (1989-92). São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2020.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. **Súmula 331**, 31 maio 2011. Disponível em: https://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas_com_indice/Sumulas_Ind_301_350.html. Acesso em: 5 out. 2024.

_____. Projeto de Lei 6.787, de 23 de dezembro de 2016. **Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho, e a Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, para dispor sobre eleições de representantes dos trabalhadores no local de trabalho e sobre trabalho temporário**, 2016. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2122076. Acesso em: 20 fev. 2024.

_____. Lei Nº 13.429, 31 mar. 2017a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13429.htm. Acesso em: 5 out. 2024.

_____. Lei nº 13.467, 13 jul. 2017b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm. Acesso em: 5 out. 2024.

_____. **ADI 5794**. STF, 2019a. Disponível em: https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur402320/false. Acesso em: 14 jan. 2025.

_____. Supremo Tribunal Federal. **RE 958252 (Tema 725)**, 30 ago. 2019b. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/jurisprudenciaRepercussao/tema.asp?num=725. Acesso em: 5 out. 2024.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) nº 48**, 15 abr. 2020a. Disponível em: https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=752690041. Acesso em: 5 nov. 2024.

_____. Supremo Tribunal Federal. **ADI 5685**, 16 jun. 2020b. Disponível em: https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur429625/false. Acesso em: 16 out. 2024.

_____. Supremo Tribunal Federal. **RE 606003 (Tema 550)**, 28 set. 2020c. Disponível em: https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur433527/false. Acesso em: 5 nov. 2024.

_____. Supremo Tribunal Federal. **RE 635546 (Tema 383)**, 29 mar. 2021a. Disponível em: https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur446472/false. Acesso em: 16 out. 2024.

_____. Supremo Tribunal Federal. **ADI 5766**, 20 out. 2021b. Disponível em: https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur463492/false. Acesso em: 20 out. 2024.

_____. Agravo de Instrumento em Recurso de Revista 1001821-40.2019.5.02.0401. Ministro Breno Medeiros. **Tribunal Superior do Trabalho.**, Brasília, 2021c. Disponível em: http://aplicacao5.tst.jus.br/consultaDocumento/despacho.do?anoProcInt=2021&numProcInt= 2834&dtaPublicacaoStr=05/05/2021%2019:00:00&nia=0. Acesso em: 5 out. 2024.

_____. Supremo Tribunal Federal. **ARE 1121633 (Tema 1046)**, 28 abr. 2022a. Disponível em: https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur478158/false. Acesso em: 16 out. 2024.

_____. Supremo Tribunal Federal. **RE 999435 (Tema 638)**, 8 jun. 2022b. Disponível em: https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur469796/false. Acesso em: 17 out. 2024.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) de nº. 501**, 08 ago. 2022c. Disponível em: https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur468109/false. Acesso em: 20 out. 2024.

_____. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº. 381**. Supremo Tribunal Federal, 1 jun. 2022d. Disponível em: https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur478149/false. Acesso em: 5 nov. 2024.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Rcl 57917 AgR**, 28 jun. 2023a. Disponível em: https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur483026/false. Acesso em: 10 15 2024.

_____. Supremo Tribunal Federal. **ADI 5994**, 3 jul. 2023b. Disponível em: https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur484403/false. Acesso em: 17 out. 2024.

_____. Supremo Tribunal Federal. **ARE 1018459 ED**, 12 set. 2023c. Disponível em: https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/repercussao-geral8982/false. Acesso em: 17 out. 2024.

_____. **Ementa do Acórdão ref. processo Rcl 56285 AgR.** Supremo Tribunal Federal, 2023d. Acesso em: 13 dez. 2024.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Rcl 65429 AgR**, 25 mar. 2024a. Disponível em: https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur499305/false. Acesso em: 5 nov. 2024.

_____. Planalto. Pronunciamento do presidente Lula durante a 2ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT), 8 mar. 2024b. Disponível em: https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2024/03/pronunciamento-do-presidente-lula-durante-a-2a-reuniao-ordinaria-do-conselho-nacional-de-ciencia-e-tecnologia-cct. Acesso em: 15 jan. 2025.

_____. **Rcl 67818 AgR**, Supremo Tribunal Federal. 22 ago. 2024b. Disponível em: https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=779362342. Acesso em: 05 nov. 2024.

BROWN, Wendy. **Cidadania Sacrificial:** Neoliberalismo, capital humano, e políticas de austeridade. Tradução de Juliane Bianchi Leão. Rio de Janeiro: Zazie, 2018.

_____. **Nas ruínas do neoliberalismo:** a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. São Paulo: Editora Fislosófica Politeia, 2020.

CAON , Guilherme Maines. **Análise econômica do Direito:** aplicação pelo Supremo Tribunal Federal. 1. ed. São Paulo: Dialética, 2021.

CARDOSO, Adalberto. Prefácio. In: MACHADO, Sidnei; DUTRA, Renata Q. **O Supremo e a reforma trabalhista:** a construção jurisprudencial da reforma trabalhista de 2017 pelo Supremo Tribunal Federal. Porto Alegre: Editora Fi, 2021. p. 13-21.

CARELLI, Rodrigo. **O mundo do trabalho e os direitos fundamentais:** o Ministério Público do Trabalho e a representação funcional dos trabalhadores. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2020.

CARLES, Pierre. A Sociologia é um esporte de combate: documentário sobre Pierre Bourdieu, 2001. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=PFejoCxHA0w. Acesso em: 25 jan. 2025.

CASALI, Emerson. **101 propostas para modernização trabalhista**. Brasília: Confederação Nacional da Indústria, 2012.

CASSAR, Volia Bomfim. **Direito do trabalho:** de acordo com a reforma trabalhista lei 13.467/2017. São Paulo: Método, 2018.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. Petrópolis: Vozes, 2006.

CAVALCANTE, Beatriz. Reforma trabalhista altera 117 artigos da CLT. **CONFETAM - Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal**, 2017. Disponível em: https://confetam.cut.org.br/noticias/reforma-trabalhista-altera-117-artigos-da-clt-b333#:~:text=Dos%20900%20artigos%20da%20Consolida%C3%A7%C3%A3o,aos%20direitos%20trabalhistas%20no%20Brasil. Acesso em: 13 dez. 2024.

CHANG, Ha-Joon. **Economia:** modo de usar - Um guia básico dos principais conceitos econômicos. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014.

CNI, Confederação Nacional da Indústria. **A indústria e o Brasil: uma agenda para o crescimento**. Brasília, p. 150. 2002. (85-88566-11-7).

CONJUR. Consultor Jurídico. **Gilmar Mendes diz que TST é laboratório do PT; trabalhistas respondem**, 4 abr. 2017. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2017-abr-04/gilmar-mendes-tst-laboratorio-pt-trabalhistas-respondem/). Acesso em: 20 out. 2024.

_____. Consultor Jurídico. **A Justiça do Trabalho ignora o STF? Ou o STF ignora o Direito do Trabalho?**, 24 ago. 2023a. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2023-ago-24/alexandre-vercosa-justica-trabalho-ignora-stf/. Acesso em: 11 maio 2024.

_____. Consultor Jurídico. **STF critica a Justiça do Trabalho ou os "justiceiros trabalhistas"?**, 23 out. 2023b. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2023-out-24/trabalho-contemporaneo-stf-critica-justica-trabalho-ou-justiceiros-trabalhistas/. Acesso em: 20 out. 2024.

_____. STF oficia CNJ sobre decisões da Justiça do Trabalho que desrespeitam precedentes. **Consultor Jurídico**, 2023c. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2023-dez-05/stf-oficia-cnj-sobre-decisoes-da-justica-do-trabalho-que-desrespeitam-jurisprudencia/. Acesso em: 2 out. 2024.

_____. "É preciso repensar o tamanho da Justiça do Trabalho, afirma Gilmar". **CONJUR**, 2024a. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2024-abr-01/e-preciso-repensar-tamanho-da-justica-do-trabalho-afirma-gilmar-mendes/. Acesso em: 13 dez. 2024.

_____. Consultor Jurídico. **Barroso elogia momento econômico, mas volta a criticar litigiosidade trabalhista**, 12 out. 2024b. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2024-out-12/barroso-elogia-dinamica-economica-brasileira-e-critica-litigiosidade-trabalhista. Acesso em: 20 out. 2024.

_____. Consultor Jurídico. **A entrevista do ministro Gilmar Mendes e o tamanho da Justiça do Trabalho**, 11 abr. 2024c. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2024-abr-11/a-entrevista-do-ministro-gilmar-mendes-e-o-tamanho-da-justica-do-trabalho/). Acesso em: 20 out. 2024.

CORBAL, Oitaven; CARELLI, Rodrigo de Lacerda; CASAGRANDE, Cássio Luís. **Empresas de transporte, plataformas digitais e a relação de emprego:** um

estudo do trabalho subordinado sob aplicativos. Brasília: Ministério Público do Trabalho, 2018.

COUTINHO, Grijalbo. **Justiça política do capital:** a desconstrução do direito do trabalho por meio de decisões judiciais. 1. ed. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2021.

COUTINHO, Grijalbo Fernandes. O STF como justiça política do capital: A desconstrução do Direito do Trabalho por intermédio de decisões judiciais sintonizadas com os ímpetos do mercado neoliberal (2007-2020). **Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (tese)**, Belo Horizonte, 30 nov. 2020. 645.

DARDOT, Pierre; GUÉGUEN, Haud; LAVAL, Christian; SAUVÊTRE, Pierre. **A esolha da guerra civil:** uma outra história do neoliberalismo. São Paulo: Elefante, 2021.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2019.

DATAFOLHA. Futuro do trabalho por aplicativo - Elaborado pelo Instituto Datafolha para Uber e iFood, mar. 2023. Disponível em: https://institucional.ifood.com.br/wp-content/uploads/2023/12/Pesquisa-Datafolha_iFood-Uber_2023-1-1.pdf. Acesso em: 15 jan. 2025.

DELGADO, Maurício G. **Curso de direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 2020a.

_____. **Direito Coletivo do Trabalho**. 7. ed. São Paulo: LTr, 2020b.

DIEESE. Trabalho intermitente cresce, mas renda média é inferior ao salário mínimo. **Boletim Emprego em Pauta do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos**, 2023. Disponível em: https://www.dieese.org.br/boletimempregoempauta/2023/boletimEmpregoemPauta25.html. Acesso em: 23 dez. 2024.

DROPPA, Alisson; OLIVEIRA, Ana Cristina. O Supremo Tribunal Federal em contraposição à Justiça do Trabalho: a defesa da liberdade econômica em detrimento aos direitos sociais. **CESIT**, 2024. Disponível em: https://www.cesit.net.br/wp-content/uploads/2024/03/Artigo-eixo-2-diagramado-2.pdf. Acesso em: 1 16 2025.

DUTRA, Renata Q. **Direito do Trabalho:** Uma Introdução Político-Jurídica. Belo Horizonte: RTM, 2021.

EHREMBERG, Alain. **O Culto da Performance**. São Paulo: Ideias e letras, 2007.

ÉPOCA NEGÓCIOS. Barroso diz que é preciso superar o 'preconceito' contra o empreendedorismo. **Revista Época Negócios - Editora Globo**, 2023. Disponível em: https://epocanegocios.globo.com/brasil/noticia/2023/10/barroso-diz-que-e-preciso-superar-o-preconceito-contra-o-empreendedorismo.ghtml. Acesso em: 3 nov. 2024.

ESTADÃO. Barroso diz que crítica a encontros com empresários é ‘preconceito contra a iniciativa privada’. **Jornal Estadão**, 12 out. 2024. Disponível em: https://www.estadao.com.br/politica/luis-roberto-barroso-diz-que-ativismo-judicial-mito-harmonia-entre-poderes-esfera-brasil-roma-stf-nprp/?srsltid=AfmBOorhehu5flrYnhU6Gprtwr_0ZPQpOKU-CF-uuRyCHbSrxO3wAUkR. Acesso em: 20 out. 2024.

FARIA, José Eduardo. Democracia e governabilidade: os direitos humanos à luz da globalização econômica. In: FARIA, José Eduardo (org.) **Direito e globalização econômica:** implicações e perspectivas. São Paulo: Malheiros, 1996.

FERNANDES, João R. L. **“Mito EUA”:** Um país sem direitos trabalhistas? Salvador: Editora JusPodivm, 2021.

FGV. Trabalhadores autônomos: quem são e o que pensam, 1 jul. 2024. Disponível em: https://blogdoibre.fgv.br/posts/trabalhadores-autonomos-quem-sao-e-o-que-pensam. Acesso em: 15 jan. 2025.

FILGUEIRAS, Vitor A. **"É tudo novo", de novo**. 1. ed. São Paulos: Boitempo, 2021.

FOLHA DE S. PAULO. Brasileiros expõem em números na Inglaterra os vícios do Brasil, 13 maio 2017. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/05/1883838-brasileiros-expoem-em-numeros-na-inglaterra-os-vicios-do-brasil.shtml. Acesso em: 20 out. 2024.

_____. **Justiça do Trabalho ignora STF, e ministros veem afronta à corte**, 13 ago. 2024. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/08/justica-do-trabalho-ignora-stf-e-ministros-veem-afronta-a-corte.shtml. Acesso em: 05 nov. 2024.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2008.

FREITAS, Maria Ester. **Cultura organizacional:** evolução e crítica. São Paulo: Thompson Learning, 2007.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e Liberdade**. São Paulo: Gen, 2023. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5114393/mod_resource/content/1/FRIEDMAN.pdf. Acesso em: 14 fev. 2023.

G1. Ações judiciais sobre trabalho intermitente aumentam 116% em 2 anos; entenda o que é e como funciona. **Globo**, 2023. Disponível em: https://g1.globo.com/trabalho-e-carreira/noticia/2023/12/27/acoes-judiciais-sobre-trabalho-intermitente-aumentam-116percent-em-2-anos-entenda-o-que-e-e-como-funciona.ghtml. Acesso em: 23 dez. 2024.

_____. FMI recomenda revisão do salário mínimo e reforma trabalhista no Brasil. **G1**, 2016. Disponível em: https://g1.globo.com/economia/noticia/2016/09/fmi-recomenda-revisao-do-salario-minimo-e-reforma-trabalhista-no-brasil.html. Acesso em: 28 nov. 2024.

GARAPON, Antoine. **O guardador de promessas:** justiça e democracia. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

GARCIA-PARPET, Marie-France. A sociologia da economia de Pierre Bourdieu. **Sociologia & Antropologia**, v. 3, n. 5, p. 91, 2013.

GINSBURG, Tom; VERSTEEG, Mila. Why do countries adopt constitucional review? **The Journal of Law**, 30, n. 3, 2014. 587-622.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2015.

HARVEY, David. **O neoliberalismo:** história e implicações. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HAYEK, Friedrich August Von. **Direito, legislação e liberdade:** uma nova formulação dos princípios liberais de justiça e economia política. São Paulo: Visão, v. Volume I: Normas e ordem, 1985a.

_____. **caminho da servidão**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

IBGE. Desocupação cai para 6,1% no trimestre encerrado em novembro, menor taxa da série histórica, 27 dez. 2024a. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/42315-desocupacao-cai-para-6-1-no-trimestre-encerrado-em-novembro-menor-taxa-da-serie-historica. Acesso em: 16 jan. 2025.

_____. Em 2022, Brasil tinha 14,6 milhões de microempreendedores individuais. **Agência IBGE**, 2024b. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41046-em-2022-brasil-tinha-14-6-milhoes-de-microempreendedores-individuais#:~:text=Fam%C3%ADlia%20(PBF).-,Do%20total%20de%2014%2C6%20milh%C3%B5es%20de%20MEIs%20em%202. Acesso em: 16 jan. 2025.

_____. Em 2023, número de sindicalizados cai para 8,4 milhões, o menor desde 2012, 2024b. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/40445-em-2023-numero-de-sindicalizados-cai-para-8-4-milhoes-o-menor-desde-2012. Acesso em: 4 ago. 2024.

_____. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. PNAD Contínua:** pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 1 jun. 2024c. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html. Acesso em: 20 out. 2024.

_____. **PNAD Contínua: pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua.** IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasília. 2024d.

_____. Em 2023, número de sindicalizados cai para 8,4 milhões, o menor desde 2012, 2024e. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/40445-em-2023-numero-de-sindicalizados-cai-para-8-4-milhoes-o-menor-desde-2012. Acesso em: 17 jan. 2025.

_____. PNAD Contínua: taxa de desocupação é de 6,1% e taxa de subutilização é de 15,2% no trimestre encerrado em novembro, 27 dez. 2024f. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/42298-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-6-1-e-taxa-de-subutilizacao-e-de-15-2-no-trimestre-encerrado-em-novembro. Acesso em: 16 jan. 2025.

INFOMONEY. Terceirização é legítima, mas falta de vínculo é ‘bomba’ na Previdência, diz Dino: sob argumento de que constituição permite relações alternativas à clt, supremo tem derrubado decisões que reconheceram a relação de emprego de trabalhadores terceirizados, 6 ago. 2024a. Disponível em: https://www.infomoney.com.br/minhas-financas/terceirizacao-e-legitima-mas-falta-de-vinculo-e-bomba-na-previdencia-diz-dino/. Acesso em: 16 out. 2024.

_____. Lula acena aos MEIs: “Tem uma parte da sociedade que não quer ter carteira assinada”, 18 out. 2024b. Disponível em: https://www.infomoney.com.br/politica/lula-acena-aos-meis-tem-uma-parte-da-sociedade-que-nao-quer-ter-carteira-assinada/. Acesso em: 15 jan. 2025.

IPEA. Estudo revela precarização das condições de trabalho de motoristas e entregadores por aplicativos, 21 maio 2024. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/15073-estudo-revela-precarizacao-das-condicoes-de-trabalho-de-motoristas-e-entregadores-por-aplicativos. Acesso em: 16 jan. 2025.

IVO, Jasiel. Esvaziamento da competência material da Justiça do Trabalho. **Direito, Processo e Cidadania**, Recife, v. 1, n. 2, p. 56-79, mai/ago 2022.

JOTA. PGFN vê risco fiscal na derrubada de decisões trabalhistas sobre pejotização pelo STF. **Portal de notícias jurídicas JOTA**, 26 out. 2023a. Disponível em: https://www.jota.info/stf/do-supremo/pgfn-ve-risco-fiscal-na-derrubada-de-decisoes-trabalhistas-sobre-pejotizacao-pelo-stf. Acesso em: 16 out. 2024.

_____. Presidente do TST reclama de 'visões preconceituosas' sobre a Justiça do Trabalho. **Portal de notícias jurídicas JOTA**, 26 out. 2023b. Disponível em: https://www.jota.info/tributos-e-empresas/trabalho/presidente-do-tst-reclama-de-visoes-preconceituosas-sobre-a-justica-do-trabalho. Acesso em: 20 out. 2024.

_____. STF busca solução para unificar jurisprudência e frear reclamações trabalhistas. **Portal de notícias jurídicas JOTA**, 2023c. Disponível em: https://www.jota.info/analise/stf-busca-solucao-para-unificar-jurisprudencia-e-frear-reclamacoes-trabalhistas. Acesso em: 3 nov. 2024.

_____. STF já recebeu 2.566 reclamações sobre Direito do Trabalho em 2023, diz Gilmar Mendes. **Portal de notícias jurídicas JOTA**, 19 out. 2023d. Disponível em: https://www.jota.info/stf/do-supremo/stf-ja-recebeu-2-566-reclamacoes-sobre-direito-do-trabalho-em-2023-diz-gilmar-mendes. Acesso em: 20 out. 2024.

_____. Reclamações trabalhistas no STF em 2024 aumentam 65% e já é a área que mais demanda. **Portal de notícias jurídicas JOTA**, 29 jan. 2025. Disponível em: https://www.jota.info/tributos-e-empresas/trabalho/reclamacoes-trabalhistas-no-stf-em-2024-aumentam-65-e-ja-e-a-area-que-mais-demanda. Acesso em: 30 jan. 2025.

KLEIN, Naomi. **doutrina do choque:** a ascensão do capitalismo de desastre. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

KREIN, José Dari. O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva: consequências da reforma trabalhista. **Tempo Social**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 77–104, Jan-Abr 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ts/a/WBdDjRLGTC5XffZDqPThnbs/. Acesso em: 16 nov. 2024.

KREIN, José Dari; MANZANO, Marcelo. **Análise da OIT de boas práticas na redução do emprego informal na América Latina e no Caribe**. CESIT/Unicamp. Campinas. 2014.

KREIN, José Dari; MANZANO, Marcelo. O "pleno emprego"… no Brasil de precarizados. **Outras palavras**, 7 maio 2024. Disponível em: https://outraspalavras.net/outrasmidias/o-pleno-emprego-no-brasil-de-precarizados/. Acesso em: 16 jan. 2025.

LAHIRE, Bernard. Os limites do conceito de campo. In: SOUZA, Jessé; BITTLINGMAYER, Uwe **Dossiê:** Pierre Bourdieu. Belo Horizonte: UFMG, 2018. p. 256.

LANZANA, Antônio Evaristo Teixeira *et al.* **Livre para crescer:** proposta para um Brasil moderno. São Paulo: Cultura, 1990. 323 p. Acesso em: 28 nov. 2024.

LAVAL, Christian. **Foucault, Bourdieu e a questão neoliberal**. São Paulo: Elefante, 2020.

LEITE, Carlos Henrique B. **Curso de Direito do Trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2014.

LÉVY, Dominique; DUMÉNIL, Gérard. **crise do neoliberalismo**. São Paulo: Boitempo, 2014.

LIMA, Abili L. C. D. **Globalização econômica, política e direito:** análise das mazelas no plano político-jurídico. Porto Alegre: Sérgio Fábris, 2002.

MACCALÓZ, Salete Maria Polita. Globalização e flexibilização. **Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos**, Bauru, v. 18, p. 69-93, 1997.

MACHADO, Sidnei. **A subordinação jurídica na relação de trabalho. Uma perspectiva reconstrutiva**. Curitiba: UFPR, 2003. Tese de Doutorado.

MACHADO, Sidnei; DUTRA, Renata Queiroz. **O Supremo e a reforma trabalhista:** a construção jurisprudencial da Reforma Trabalhista de 2017 pelo Supremo Tribunal Federal. Porto Alegre: Fi, 2021. Disponível em: https://www.editorafi.com/159stf.

MALCHER, Amanda Vieira da Gama. A prevalência do negociado sobre o legislado: a negociação coletiva e a representatividade sindical. In: PEREIRA, Emilia de Fátima da Silva Farinha; MENDES, Felipe Prata **Direito do trabalho brasileiro:** inovações e perspectivas. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018. p. 177-199.

MARCONI, Nelson; BRANCHER, Marco Capraro. FGV: Nota técnica sobre os impactos da pejotização sobre a arrecadação tributária, jun. 2024. Disponível em: https://eaesp.fgv.br/producao-intelectual/nota-tecnica-sobre-impactos-pejotizacao-sobre-arrecadacao-tributaria. Acesso em: 17 jan. 2025.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 1, 2012.

MERÇON, Paulo. Relação de emprego: o mesmo e novo conceito. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 56, n. 86, p. 141-162, jul./dez. 2012.

METRÓPOLES. Ministro do TST diz que STF faz “reforma trabalhista” por via judicial. **Portal de notícias Metrópoles**, 23 nov. 2023. Disponível em: https://www.metropoles.com/sao-paulo/ministro-do-tst-diz-que-stf-faz-reforma-trabalhista-por-via-judicial. Acesso em: 24 jan. 2025.

MIGALHAS. STF desconhece importância da Justiça do Trabalho, diz Delaíde Arantes. **Portal Migalhas**, 27 nov. 2023a. Disponível em: https://www.migalhas.com.br/quentes/397630/stf-desconhece-importancia-da-justica-do-trabalho-diz-delaide-arantes. Acesso em: 21 out. 2024.

_____. Vínculo de emprego: STF aciona CNJ por descumprimento de precedente. **Portal Migalhas**, 2023b. Disponível em: https://www.migalhas.com.br/quentes/398522/vinculo-de-emprego-stf-aciona-cnj-por-descumprimento-de-precedente. Acesso em: 14 jan. 2025.

_____. 10x1: Maioria dos ministros do STF anula vínculos de emprego reconhecidos na JT. **Portal Migalhas**, 12 abr. 2024a. Disponível em:

https://www.migalhas.com.br/quentes/405247/maioria-dos-ministros-do-stf-anula-vinculos-reconhecidos-na-jt. Acesso em: 24 jan. 2025.

_____. Ministro Flávio Dino diz que Brasil se tornará "nação de pejotizados". **Portal Migalhas**, 22 out. 2024b. Disponível em: https://www.migalhas.com.br/quentes/418125/ministro-flavio-dino-diz-que-brasil-se-tornara-nacao-de-pejotizados. Acesso em: 23 jan. 2025.

_____. Moraes critica trabalhadores que concordam com PJ e depois ajuízam ação. **Portal Migalhas**, 22 out. 2024c. Disponível em: https://www.migalhas.com.br/quentes/418123/moraes-critica-trabalhador-que-concorda-com-pj-e-depois-ajuiza-acao. Acesso em: 16 jan. 2025.

MISES, Ludwig von. **As seis lições**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, [20--]. Disponível em: www.hayekcollege.com. Acesso em: 25 jan. 2023.

_____. **Ação Humana**. Sãio Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010a.

_____. **Liberalismo**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010b.

_____. **Uma Crítica ao Intervencionismo**. São Paulo: Ludwig von Mises Brasil, 2010c.

MOREIRA, Luciana Miranda; OSÓRIO, Patrícia Grassi. Jota Opinião. **STF e o incentivo à litigiosidade no desvirtuamento da reclamação constitucional**, 2024. Disponível em: https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/pauta-fiscal/stf-e-o-incentivo-a-litigiosidade-no-desvirtuamento-da-reclamacao-constitucional. Acesso em: 26 nov. 2024.

OLIVEIRA, Murilo Carvalho Sampaio. Uberização do trabalho, subordinação jurídica e dependência econômica. **Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife**, Recife, abr. 2021. 152-175. Disponível em: Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/ACADEMICA/article/view/249085>. Acesso em: 12 maio 2023.

PASOLD, Andrea M. L. A adoção do regime 12x36 mediante acordo individual - ADI 5.997: Possível contradição com outras decisões do STF e efeitos práticos. In: BORTOLON, Mariana C.; TAVEIRA, Vinícius D. M. **Novos paradigmas do Direito e do Processo do Trabalho:** uma visão crítica de acordo com as decisões do STF. Campinas: Lacier Editora, v. 1, 2024. p. 238.

PMDB, Partido do Movimento Democrático Brasileiro. **Uma ponte para o futuro**. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2015.

PODER 360. Trabalhador não deveria se recusar a pagar contribuição, diz Barroso., 23 set. 2023. Disponível em: https://www.poder360.com.br/justica/trabalhador-nao-deveria-se-recusar-a-pagar-contribuicao-diz-barroso/. Acesso em: 17 out. 2024.

PROJURIS. **Lei 4886/65 ou Lei de Representação Comercial:** principais pontos, 14 out. 2024. Disponível em: https://www.projuris.com.br/blog/lei-4886-65-representacao-comercial/. Acesso em: 5 nov. 2024.

RAMOS FILHO, Wilson. **Direito Capitalista do Trabalho:** História, mitos e perspectivas no Brasil. São Paulo: LTr, 2012.

RIGOLETTO, Tomás; PÁEZ, Carlos Salas. As experiências internacionais de flexibilização das leis trabalhistas. In: KREIN, José Dari; GIMENEZ, Denis Maracci;

DOS SANTOS, Anselmo Luis **Dimensões críticas da reforma trabalhista no Brasil**. São Paulo: Curt Nimuendajú, 2018. p. 183-208.

ROBORTELLA, Luiz Carlos Amorim. Sujeitos da relação de emprego–empregado: espécies. In: DUARTE, Bento Herculano **Manual de direito do trabalho:** estudos em homenagem ao prof. Cássio Mesquita Barros. São Paulo: LTr, 1998. p. 175-190.

RODRIGUES CORREA, Jéssica Flavia; GONÇALVES, Hugo Feitosa. Neoliberalismo e reforma do Judiciário no Brasil. **Revista Inter-Legere**, Natal/RN, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/26352. Acesso em: 28 nov. 2024.

SAFATLE, Vladimir; DA SILVA JUNIOR, Nelson; DUNKER, Christian. **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. São Paulo: Autêntica, 2021.

SAISSE, Simone. **Nota Técnica 4:** A regulação do trabalho no Brasil: obstáculo ao aumento da renda e do emprego. Brasília: CNI - Confederação Nacional da Indústria, 2005. Disponível em: https://static.portaldaindustria.com.br/media/filer_public/f4/4e/f44e6d7f-3087-4dd3-9274-f0947cf0f406/20121203144804855351a.pdf.

SALDANHA, Jânia Maria Lopes. A paradoxal face "hipermoderna" do processo constitucional: um olhar sobre o direito processual brasileiro. **Estudios Constitucionales**, Santiago, 2010. 675-706. Disponível em: http://dx.doi.org/10.4067/S0718-52002010000200020. Acesso em: 02 nov. 2024.

SERAU JÚNIOR, Marco A.; JORGE, Karina G. P. Art. 3º. In: SERAU JÚNIOR, Marco Aurélio; OPUSZKA, Paulo Ricardo **CLT Comentada:** artigos 01 a 55. Porto Alegre: Paixão, 2024. p. 41-53.

SILVA, Anna Paula Toniato da; LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Os precedentes do STF sobre terceirização, a autorização irrestrita da pejotização e o esvaziamento da competência da Justiça do Trabalho por meio de Reclamações Constitucionais. In: BORTOLON, Mariana Cavarra; TAVEIRA, Vinícius de Miranda **Novos paradigmas do Direito e Processo do Trabalho:** uma visão crítica de acordo com as decisões do STF. Campinas: Lacier, 2024. p. 236.

SIVOLELLA, Roberta F.; TRINDADE, Rodrigo. Consultor Jurídico. **Direito do Trabalho foi de "démodé" ao protagonismo político e judiciário.**, 2019. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2019-jul-20/opiniao-direito-trabalho-foi-demode-protagonismo-politico. Acesso em: 6 nov. 2024.

SNOWDON, Braian; VANE, Howard R. Milton Friedman, 1912-2006: Polemicist, scholar, and giant of twentieth-century economics. **World Economics**, 7, 2006.

SOUTO MAIOR, Jorge L. O STF (no ARE 1.121.633) não fixou tese de que o negociado prevalece sobre o legislado, para o efeito de eliminar direitos trabalhistas. **Blog do Jorge Luiz Souto Maior**, 8 jun. 2022. Disponível em: https://www.jorgesoutomaior.com/blog/o-stf-no-are-1121633-nao-fixou-tese-de-que-o-negociado-prevalece-sobre-o-legislado-para-o-efeito-de-eliminar-direitos-trabalhistas. Acesso em: 17 out. 2024.

_____. O STF em matéria trabalhista e o curioso caso de Benjamin Button. **Blog do Jorge Luiz Souto Maior**, 2016. Disponível em:

https://www.jorgesoutomaior.com/blog/o-stf-em-materia-trabalhista-e-o-curioso-caso-de-benjamin-button. Acesso em: 2 nov. 2024.

_____. **Curso de direito do trabalho:** volume I: parte II: história do direito do trabalho no Brasil. São Paulo: LTr, 2017.

STANDING, GUY. **O precariado:** a nova classe perigosa. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, v. 6, 2020.

STF. Mandado de Segurança 26.602 DF. **STF**, 2007. Disponível em: https://jurisprudencia.s3.amazonaws.com/STF/IT/MS_26602_DF-_04.10.2https://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/2928434/mandado-de-seguranca-ms-26602-df/inteiro-teor-101181722. Acesso em: 14 jan. 2025.

_____. Busca por jurisprudência. **Sistema de busca**, 2024a. Disponível em: https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search?base=acordaos&is_repercussao_geral=true&is_repercussao_geral_merito=true&pesquisa_inteiro_teor=false&sinonimo=true&plural=false&radicais=true&buscaExata=false&julgamento_data=11112017-&page=1&pageSize=10&quer. Acesso em: 10 nov. 2024.

_____. Corte Aberta, 2025. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/hotsites/corteaberta/. Acesso em: 13 jan. 2024.

_____. **Inquéritos e ações penais**, 2022. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=489564&ori=1. Acesso em: 25 nov. 2024.

_____. Em balanço, presidente do STF reforça valorização de decisões colegiadas em 2023. **Notícias**, 2023. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=522869&ori=1. Acesso em: 25 nov. 2024.

_____. Notícias. **STF tem menor número de processos em 30 anos**, 2024. Disponível em: https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/stf-tem-menor-numero-de-processos-em-30-anos/. Acesso em: 25 nov. 2024.

STRECK, Lênio L. **O que é isto – decido conforme minha consciência?** 6. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2018.

SUPIOT, Alain. **O espírito de Filadélfia:** a justiça social diante do mercado total. Porto Alegre: Sulina, 2014.

SUSSEKIND, Arnaldo *et al.* **Instituições de direito do trabalho**. 19ª. ed. São Paulo: LTr, v. 1, 2000.

SÜSSEKIND, Arnaldo. A flexibilização no direito do trabalho. **Revista da Academia**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 23, p. 25-34, jan./jun. 2003.

_____. **Curso de direito do trabalho**. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

SWARTZ, David. O Estado como banco central do crédito simbólico. In: SOUZA, Jessé; BITTLINGMAYER, Uwe **Dossiê:** Pierre Bourdieu. Belo Horizonte: UFMG, 2018.

TARTUCE, Flávio. **Direito Civil**. São Paulo: Editora Método, v. 1 Lei de Introdução e parte geral, 2020.

TAVEIRA, Roselene A. A comissão de representação de empregados na Lei 13.467/2017. In: SOUTO MAIOR, Jorge L.; SOUTO SEVERO, Valdete **Resistência:**

aportes teóricos contra o retrocesso trabalhista. São Paulo: Expressão Popular, 2017. p. 672.

TAVEIRA, Viícius D. M. A superação de Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do Tribunal Superior do Trabalho por Decisões Vinculantes do Supremo Tribunal Federal. In: BORTOLON, Mariana C.; TAVEIRA, Vinícius D. M. **Novos paradigmas do direito e processo do trabalho:** uma visão crítica de acordo com as decisões do STF. 1. ed. Campinas: Lacier Editora, 2024. p. 238.

TERRA. Trabalhadores formam fila quilométrica em SP para não pagar contribuição sindical, 26 out. 2024. Disponível em: https://www.terra.com.br/economia/trabalhadores-formam-fila-quilometrica-em-sp-para-nao-pagar-contribuicao-sindical,a274ad732277ff195a6a158552a5f414aox7a7he.html#google_vignette. Acesso em: 2 nov. 2024.

UM BRASIL. Análises e discussões sobre um povo em busca de uma identidade, jul. 2015. Disponível em: https://www.fecomercio.com.br/upload/file/2016/12/09/um_brasil_5.pdf. Acesso em: 20 out. 2024.

UOL. Brasil é campeão de ações trabalhistas no mundo? Dados são inconclusivos, 17 jun. 2017. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/confere/ultimas-noticias/2017/06/27/brasil-e-campeao-de-acoes-trabalhistas-no-mundo-dados-sao-inconclusivos.htm#:~:text=O%20texto%20da%20Folha%20diz,para%20encerrar%2C%20%C3%A0%20reforma%20trabalhista. Acesso em: 20 out. 2024.

VALE, Silvia Isabelle Ribeiro Teixeira. As decisões trabalhistas no STF: a nossa "Era Lochner". Revista do Tribunal Superior do Trabalho. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, São Paulo, v. 86, n. 2, p. 262-279, abr./jun. 2020. Disponível em: https://hdl.handle.net/20.500.12178/176102. Acesso em: 03 out. 2024.

VIANA, Márcio T. **Para entender o salário**. São Paulo: LTr, 2014.

WEBER, Max. **Ensaios de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____, Max. **Economia e sociadade:** fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: UnB, 1999.

YAMAMOTO, Paulo de Carvalho. O direito do trabalho no Supremo Tribunal Federal: desempenho em matéria trabalhista dos Ministros que ingressaram na Corte por indicação de Presidentes eleitos pelo Partido dos Trabalhadores. **Universidade de São Paulo (USP)**, São Paulo, 21 set. 2021. Acesso em: 26 jan. 2025.

ANEXOS

Quadro 1: Planilha metodológica do modelo de Pesquisa 1, em data decrescente de publicação do julgamento.

Número da amostra	Data de publicação do julgamento	Relator(a)	Origem	Tema	Conteúdo	Tese	Ementa
1	06/09/2019	ROBERTO BARROSO	RE 1054110	967	Proibição do uso de carros particulares para o transporte remunerado individual de pessoas.	I - A proibição ou restrição da atividade de transporte privado individual por motorista cadastrado em aplicativo é inconstitucional, por violação aos princípios da livre iniciativa e da livre concorrência; II - No exercício de sua competência para regulamentação e fiscalização do transporte privado individual de passageiros, os Municípios e o Distrito Federal não podem contrariar os parâmetros fixados pelo legislador federal (CF/1988, art. 22, XI).	Direito constitucional. Recurso Extraordinário. Repercussão Geral. Transporte individual remunerado de passageiros por aplicativo. livre iniciativa e livre concorrência. 1. Recurso Extraordinário com repercussão geral interposto contra acórdão que declarou a inconstitucionalidade de lei municipal que proibiu o transporte individual remunerado de passageiros por motoristas cadastrados em aplicativos como Uber, Cabify e 99. 2. A questão constitucional suscitada no recurso diz respeito à licitude da atuação de motoristas privados cadastrados em plataformas de transporte compartilhado em mercado até então explorado por taxistas. 3. As normas que proíbam ou restrinjam de forma desproporcional o transporte privado individual de passageiros são inconstitucionais porque: (i) não há regra nem princípio constitucional que prescreva a exclusividade do modelo de táxi no mercado de transporte individual de passageiros; (ii) é contrário ao regime de livre iniciativa e de livre concorrência a criação de reservas de mercado em favor de atores econômicos já estabelecidos, com o propósito de afastar o impacto gerado pela inovação no setor; (iii) a possibilidade de intervenção do Estado na ordem econômica para preservar o mercado concorrencial e proteger o consumidor não pode contrariar ou esvaziar a livre iniciativa, a ponto de afetar seus elementos essenciais. Em um regime constitucional fundado na livre iniciativa, o legislador ordinário não tem ampla discricionariedade para suprimir espaços relevantes da iniciativa privada. 4. A admissão de uma modalidade de transporte individual submetida a uma menor intensidade de regulação, mas complementar ao serviço de táxi afirma-se como uma estratégia constitucionalmente adequada para acomodação da atividade inovadora no setor. Trata-se, afinal, de uma opção que: (i) privilegia a livre iniciativa e a livre concorrência; (ii) incentiva a inovação; (iii) tem impacto positivo sobre a mobilidade urbana e o meio ambiente; (iv) protege o consumidor; e (v) é apta a corrigir as ineficiências de um setor submetido historicamente a um monopólio “de fato”. 5. A União Federal, no exercício de competência legislativa privativa para dispor sobre trânsito e transporte (CF/1988, art. 22, XI), estabeleceu diretrizes regulatórias para o transporte privado individual por aplicativo, cujas normas não incluem o controle de entrada e de preço. Em razão disso, a regulamentação e a fiscalização atribuídas aos municípios e ao Distrito Federal não podem contrariar o padrão regulatório estabelecido pelo legislador federal. 6. Recurso extraordinário desprovido, com a fixação das seguintes teses de julgamento: “1. A proibição ou restrição da atividade de transporte privado individual por motorista cadastrado em aplicativo é inconstitucional, por violação aos princípios da livre iniciativa e da livre concorrência; e 2. No exercício de sua competência para regulamentação e fiscalização do transporte privado individual de passageiros, os

							Municípios e o Distrito Federal não podem contrariar os parâmetros fixados pelo legislador federal (CF/1988, art. 22, XI)".
2	13/09/2019	LUIZ FUX	RE 958252	725	Terceirização de serviços para a consecução da atividade-fim da empresa.	É lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante.	RECURSO EXTRAORDINÁRIO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA COM REPERCUSSÃO GERAL. DIREITO CONSTITUCIONAL. DIREITO DO TRABALHO. CONSTITUCIONALIDADE DA "TERCEIRIZAÇÃO". ADMISSIBILIDADE. OFENSA DIRETA. VALORES SOCIAIS DO TRABALHO E DA LIVRE INICIATIVA (ART. 1º, IV, CRFB). RELAÇÃO COMPLEMENTAR E DIALÓGICA, NÃO CONFLITIVA. PRINCÍPIO DA LIBERDADE JURÍDICA (ART. 5º, II, CRFB). CONSECTÁRIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA (ART. 1º, III, CRFB). VEDAÇÃO A RESTRIÇÕES ARBITRÁRIAS E INCOMPATÍVEIS COM O POSTULADO DA PROPORCIONALIDADE. DEMONSTRAÇÃO EMPÍRICA DA NECESSIDADE, ADEQUAÇÃO E PROPORCIONALIDADE ESTRITA DE MEDIDA RESTRITIVA COMO ÔNUS DO PROPONENTE DESTA. RIGOR DO ESCRUTÍNIO EQUIVALENTE À GRAVIDADE DA MEDIDA. RESTRIÇÃO DE LIBERDADE ESTABELECIDA JURISPRUDENCIALMENTE. EXIGÊNCIA DE GRAU MÁXIMO DE CERTEZA. MANDAMENTO DEMOCRÁTICO. LEGISLATIVO COMO LOCUS ADEQUADO PARA ESCOLHAS POLÍTICAS DISCRICIONÁRIAS. SÚMULA 331 TST. PROIBIÇÃO DA TERCEIRIZAÇÃO. EXAME DOS FUNDAMENTOS. INEXISTÊNCIA DE FRAGILIZAÇÃO DE MOVIMENTOS SINDICAIS. DIVISÃO ENTRE "ATIVIDADE-FIM" E "ATIVIDADE-MEIO" IMPRECISA, ARTIFICIAL E INCOMPATÍVEL COM A ECONOMIA MODERNA. CISÃO DE ATIVIDADES ENTRE PESSOAS JURÍDICAS DISTINTAS. ESTRATÉGIA ORGANIZACIONAL. INEXISTÊNCIA DE CARÁTER FRAUDULENTO. PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL DA LIBERDADE DE DESENHO EMPRESARIAL (ARTS. 1º, IV, E 170). CIÊNCIAS ECONÔMICAS E TEORIA DA ADMINISTRAÇÃO. PROFUSA LITERATURA SOBRE OS EFEITOS POSITIVOS DA TERCEIRIZAÇÃO. OBSERVÂNCIA DAS REGRAS TRABALHISTAS POR CADA EMPRESA EM RELAÇÃO AOS EMPREGADOS QUE CONTRATAREM. EFEITOS PRÁTICOS DA TERCEIRIZAÇÃO. PESQUISAS EMPÍRICAS. NECESSÁRIA OBSERVÂNCIA DE METODOLOGIA CIENTÍFICA. ESTUDOS DEMONSTRANDO EFEITOS POSITIVOS DA TERCEIRIZAÇÃO QUANTO A EMPREGO, SALÁRIOS, TURNOVER E CRESCIMENTO ECONÔMICO. INSUBSISTENTÊNCIA DAS PREMISSAS DA PROIBIÇÃO JURISPRUDENCIAL DA TERCEIRIZAÇÃO. INCONSTITUCIONALIDADE DOS INCISOS I, III, IV E VI DA SÚMULA 331 DO TST. AFASTAMENTO DA RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA CONTRATATE POR OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA. RECURSO EXTRAORDINÁRIO PROVIDO. 1. Recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida para examinar a constitucionalidade da Súmula n.º 331 do Tribunal Superior do Trabalho, no que concerne à proibição da terceirização de atividades-fim e responsabilização do contratante pelas obrigações trabalhistas referentes aos empregados da empresa terceirizada. 2. Interesse recursal subsistente após a aprovação das Leis nº. 13.429, de 31 de março de 2017, e 13.467, de 13 de julho de 2017, as quais modificaram a Lei n.º 6.019/1974 para expressamente consagrar a terceirização das chamadas "atividades-fim", porquanto necessário não apenas fixar o entendimento desta Corte sobre a constitucionalidade da tese esposada na Súmula nº. 331 do TST quanto ao período anterior à vigência das referidas Leis, como também deliberar a respeito da subsistência da orientação sumular do TST posteriormente às reformas legislativas. 3. A interpretação jurisprudencial do próprio texto da Carta Magna, empreendida pelo Tribunal a quo, revela a admissibilidade do apelo extremo, por traduzir

							ofensa direta e não oblíqua à Constituição. Inaplicável, dessa forma, a orientação esposada na Súmula nº 636 desta Egrégia Corte. Mais além, não tem incidência o verbete sumular nº 283 deste Egrégio Tribunal, porquanto a motivação de cunho legal do aresto recorrido é insuficiente para validar o acórdão de forma autônoma. 4. Os valores do trabalho e da livre iniciativa, insculpidos na Constituição (art. 1º, IV), são intrinsecamente conectados, em uma relação dialógica que impede seja rotulada determinada providência como maximizadora de apenas um desses princípios, haja vista ser essencial para o progresso dos trabalhadores brasileiros a liberdade de organização produtiva dos cidadãos, entendida esta como balizamento do poder regulatório para evitar intervenções na dinâmica da economia incompatíveis com os postulados da proporcionalidade e da razoabilidade. 5. O art. 5º, II, da Constituição consagra o princípio da liberdade jurídica, consectário da dignidade da pessoa humana, restando cediço em sede doutrinária que o "princípio da liberdade jurídica exige uma situação de disciplina jurídica na qual se ordena e se proíbe o mínimo possível" (ALEXY, Robert. Teoria dos Direitos Fundamentais. Trad. Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2008. p. 177). 6. O direito geral de liberdade, sob pena de tornar-se estéril, somente pode ser restringido por medidas informadas por parâmetro constitucionalmente legítimo e adequadas ao teste da proporcionalidade. 7. O ônus de demonstrar empiricamente a necessidade e adequação da medida restritiva a liberdades fundamentais para o atingimento de um objetivo constitucionalmente legítimo compete ao proponente da limitação, exigindo-se maior rigor na apuração da certeza sobre essas premissas empíricas quanto mais intensa for a restrição proposta. 8. A segurança das premissas empíricas que embasam medidas restritivas a direitos fundamentais deve atingir grau máximo de certeza nos casos em que estas não forem propostas pela via legislativa, com a chancela do debate público e democrático, restando estéreis quando impostas por construção jurisprudencial sem comprovação inequívoca dos motivos apontados. 9. A terceirização não fragiliza a mobilização sindical dos trabalhadores, porquanto o art. 8º, II, da Constituição contempla a existência de apenas uma organização sindical para cada categoria profissional ou econômica, mercê de a dispersão territorial também ocorrer quando uma mesma sociedade empresarial divide a sua operação por diversas localidades distintas. 10. A dicotomia entre "atividade-fim" e "atividade-meio" é imprecisa, artificial e ignora a dinâmica da economia moderna, caracterizada pela especialização e divisão de tarefas com vistas à maior eficiência possível, de modo que frequentemente o produto ou serviço final comercializado por uma entidade comercial é fabricado ou prestado por agente distinto, sendo também comum a mutação constante do objeto social das empresas para atender a necessidades da sociedade, como revelam as mais valiosas empresas do mundo. É que a doutrina no campo econômico é uníssona no sentido de que as "Firmas mudaram o escopo de suas atividades, tipicamente reconcentrando em seus negócios principais e terceirizando muitas das atividades que previamente consideravam como centrais" (ROBERTS, John. The Modern Firm: Organizational Design for Performance and Growth. Oxford: Oxford University Press, 2007). 11. A cisão de atividades entre pessoas jurídicas distintas não revela qualquer intuito fraudulento, consubstanciando estratégia, garantida pelos artigos 1º, IV, e 170 da Constituição brasileira, de configuração das empresas para fazer frente às exigências dos consumidores, justamente porque elas assumem o risco da atividade, representando a perda de eficiência uma ameaça à sua sobrevivência e ao emprego dos trabalhadores. 12. Histórico científico: Ronald H. Coase, "The Nature of The Firm", Economica (new series), Vol. 4, Issue 16, p. 386-405, 1937. O objetivo de uma organização empresarial é o de reproduzir a distribuição de fatores sob competição atomística dentro da firma,

							apenas fazendo sentido a produção de um bem ou serviço internamente em sua estrutura quando os custos disso não ultrapassarem os custos de obtenção perante terceiros no mercado, estes denominados “custos de transação”, método segundo o qual firma e sociedade desfrutam de maior produção e menor desperdício. 13. A Teoria da Administração qualifica a terceirização (outsourcing) como modelo organizacional de desintegração vertical, destinado ao alcance de ganhos de performance por meio da transferência para outros do fornecimento de bens e serviços anteriormente providos pela própria firma, a fim de que esta se concentre somente naquelas atividades em que pode gerar o maior valor, adotando a função de “arquiteto vertical” ou “organizador da cadeia de valor”. 14. A terceirização apresenta os seguintes benefícios: (i) aprimoramento de tarefas pelo aprendizado especializado; (ii) economias de escala e de escopo; (iii) redução da complexidade organizacional; (iv) redução de problemas de cálculo e atribuição, facilitando a provisão de incentivos mais fortes a empregados; (v) precificação mais precisa de custos e maior transparência; (vi) estímulo à competição de fornecedores externos; (vii) maior facilidade de adaptação a necessidades de modificações estruturais; (viii) eliminação de problemas de possíveis excessos de produção; (ix) maior eficiência pelo fim de subsídios cruzados entre departamentos com desempenhos diferentes; (x) redução dos custos iniciais de entrada no mercado, facilitando o surgimento de novos concorrentes; (xi) superação de eventuais limitações de acesso a tecnologias ou matérias-primas; (xii) menor alavancagem operacional, diminuindo a exposição da companhia a riscos e oscilações de balanço, pela redução de seus custos fixos; (xiii) maior flexibilidade para adaptação ao mercado; (xiv) não comprometimento de recursos que poderiam ser utilizados em setores estratégicos; (xv) diminuição da possibilidade de falhas de um setor se comunicarem a outros; e (xvi) melhor adaptação a diferentes requerimentos de administração, know-how e estrutura, para setores e atividades distintas. 15. A terceirização de uma etapa produtiva é estratégia de organização que depende da peculiaridade de cada mercado e cada empresa, destacando a opinio doctorum que por vezes a configuração ótima pode ser o fornecimento tanto interno quanto externo (GULATI, Ranjay; PURANAM, Phanish; BHATTACHARYA, Sourav. "How Much to Make and How Much to Buy? An Analysis of Optimal Plural Sourcing Strategies." Strategic Management Journal 34, no. 10 (October 2013): 1145–1161). Deveras, defensável à luz da teoria econômica até mesmo a terceirização dos Conselhos de Administração das companhias às chamadas Board Service Providers (BSPs) (BAINBRIDGE, Stephen M.; Henderson, M. Todd. “Boards-R-Us: Reconceptualizing Corporate Boards” (July 10, 2013). University of Chicago Coase-Sandor Institute for Law & Economics Research Paper No. 646; UCLA School of Law, Law-Econ Research Paper No. 13-11). 16. As leis trabalhistas devem ser observadas por cada uma das empresas envolvidas na cadeia de valor com relação aos empregados que contratarem, tutelando-se, nos termos constitucionalmente assegurados, o interesse dos trabalhadores. 17. A prova dos efeitos práticos da terceirização demanda pesquisas empíricas, submetidas aos rígidos procedimentos reconhecidos pela comunidade científica para desenho do projeto, coleta, codificação, análise de dados e, em especial, a realização de inferências causais mediante correta aplicação de ferramentas matemáticas, estatísticas e informáticas, evitando-se o enviesamento por omissão de variáveis (“omitted variable bias”). 18. A terceirização, segundo estudos empíricos criteriosos, longe de “precarizar”, “reificar” ou prejudicar os empregados, resulta em inegáveis benefícios aos trabalhadores em geral, como a redução do desemprego, diminuição do turnover, crescimento econômico e aumento de salários, permitindo a concretização de mandamentos constitucionais como “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades

							sociais e regionais", "redução das desigualdades regionais e sociais" e a "busca do pleno emprego" (arts. 3º, III, e 170 CRFB). 19. A realidade brasileira, apurada em estudo específico, revela que "os trabalhadores das atividades de Segurança/vigilância recebem, em média, 5% a mais quando são terceirizados", que "ocupações de alta qualificação e que necessitam de acúmulo de capital humano específico, como P&D [pesquisa e desenvolvimento] e TI [tecnologia da informação], pagam salários maiores aos terceirizados", bem como afirmou ser "possível que [em] serviços nos quais os salários dos terceirizados são menores, o nível do emprego seja maior exatamente porque o 'preço' (salário) é menor" (ZYLBERSTAJN, Hélio et alii. "Diferencial de salários da mão de obra terceirizada no Brasil". In: CMICRO - Nº32, Working Paper Series, 07 de agosto de 2015, FGV-EESP). 20. A teoria econômica, à luz dessas constatações empíricas, vaticina que, verbis: "Quando a terceirização permite às firmas produzir com menos custos, a competição entre firmas que terceirizam diminuirá os preços dos seus produtos. (...) consumidores terão mais dinheiro para gastar com outros bens, o que ajudará empregos em outras indústrias" (TAYLOR, Timothy. "In Defense of Outsourcing". In: 25 Cato J. 367 2005. p. 371). 21. O escrutínio rigoroso das premissas empíricas assumidas pela Corte de origem revela insubsistentes as afirmações de fraude e precarização, não sendo suficiente para embasar a medida restritiva o recurso meramente retórico a interpretações de cláusulas constitucionais genéricas, motivo pelo qual deve ser afastada a proibição, em homenagem às liberdades fundamentais consagradas na Carta Magna (art. 1º, IV, art. 5º, II, e art. 170). 22. Em conclusão, a prática da terceirização já era válida no direito brasileiro mesmo no período anterior à edição das Leis nº. 13.429/2017 e 13.467/2017, independentemente dos setores em que adotada ou da natureza das atividades contratadas com terceira pessoa, reputando-se inconstitucional a Súmula nº. 331 do TST, por violação aos princípios da livre iniciativa (artigos 1º, IV, e 170 da CRFB) e da liberdade contratual (art. 5º, II, da CRFB). 23. As contratações de serviços por interposta pessoa são hígidas, na forma determinada pelo negócio jurídico entre as partes, até o advento das Leis nº. 13.429/2017 e 13.467/2017, marco temporal após o qual incide o regramento determinado na nova redação da Lei n.º 6.019/1974, inclusive quanto às obrigações e formalidades exigidas das empresas tomadoras e prestadoras de serviço. 24. É aplicável às relações jurídicas preexistentes à Lei n.º 13.429, de 31 de março de 2017, a responsabilidade subsidiária da pessoa jurídica contratante pelas obrigações trabalhistas não adimplidas pela empresa prestadora de serviços, bem como a responsabilidade pelo recolhimento das contribuições previdenciárias devidas por esta (art. 31 da Lei n.º 8.212/93), mercê da necessidade de evitar o vácuo normativo resultante da insubsistência da Súmula n.º 331 do TST. 25. Recurso Extraordinário a que se dá provimento para reformar o acórdão recorrido e fixar a seguinte tese: "É lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante".
3	14/10/2020	MARCO AURÉLIO	RE 606003	550	Competência para processar e julgar controvérsia a envolver	Preenchidos os requisitos dispostos na Lei 4.886/65, compete à Justiça Comum o julgamento de processos	Direito Constitucional e do Trabalho. Repercussão Geral. Contrato de representação comercial Autônoma, regido pela Lei nº 4.886/65. Não configuração de relação de trabalho prevista no art. 114, CF. 1. Recurso Extraordinário interposto contra decisão proferida pelo Tribunal Superior do Trabalho, em que se alega afronta ao art. 114, incisos I e IX, da Constituição Federal, com redação dada pela EC 45/2004. Na origem, cuida-se de ação de cobrança de comissões sobre vendas decorrentes de contrato de

					relação jurídica entre representante e representada comerciais.	envolvendo relação jurídica entre representante e representada comerciais, uma vez que não há relação de trabalho entre as partes.	representação comercial autônoma, ajuizada pelo representante, pessoa física, em face do representado. 2. As atividades de representação comercial autônoma configuram contrato típico de natureza comercial, disciplinado pela Lei nº 4.886/65, a qual prevê (i) o exercício da representação por pessoa jurídica ou pessoa física, sem relação de emprego, que desempenha, em caráter não eventual por conta de uma ou mais pessoas, a mediação para a realização de negócios mercantis e (ii) a competência da Justiça comum para o julgamento das controvérsias que surgirem entre representante e representado. 3. Na atividade de representação comercial autônoma, inexiste entre as partes vínculo de emprego ou relação de trabalho, mas relação comercial regida por legislação especial (Lei n° 4.886/65). Por conseguinte, a situação não foi afetada pelas alterações introduzidas pela EC n° 45/2004, que versa sobre hipótese distinta ao tratar da relação de trabalho no art. 114 da Constituição. 4. A proteção constitucional ao trabalho não impõe que toda e qualquer relação entre o contratante de um serviço e o seu prestador seja protegida por meio da relação de trabalho (CF/1988, art. 7º). Precedentes. 5. Ademais, os autos tratam de pedido de pagamento de comissões atrasadas. O pedido e a causa de pedir não têm natureza trabalhista, a reforçar a competência do Juízo Comum para o julgamento da demanda. 6. Recurso extraordinário a que se dá provimento, para assentar a competência da Justiça comum, com a fixação da seguinte tese: “Preenchidos os requisitos dispostos na Lei 4.886/65, compete à Justiça Comum o julgamento de processos envolvendo relação jurídica entre representante e representada comerciais, uma vez que não há relação de trabalho entre as partes”.
4	19/11/2020		RE 1231242 RG	1114	Possibilidade de reconhecer ao soldado temporário da Polícia Militar, contratado para serviço auxiliar voluntário - nos termos da Lei Federal 10.029/2000 e da Lei 11.064/2002 do Estado de São Paulo -, obrigações de natureza trabalhista e previdenciária.	O sistema de prestação voluntária de serviço auxiliar de Polícia Militar, previsto pela Lei Federal 10.029/2000 e instituído no Estado de São Paulo pela Lei 11.064/2002, cujas despesas são custeadas por auxílio mensal, de natureza meramente indenizatória, não gera vínculo empregatício nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim.	RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ADMINISTRATIVO. SOLDADO TEMPORÁRIO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. SERVIÇO AUXILIAR VOLUNTÁRIO. CONTRATAÇÃO COM BASE NA LEI FEDERAL 10.029/2000 E NA LEI ESTADUAL 11.064/2002. VÍNCULO EMPREGATÍCIO. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS. INEXISTÊNCIA. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDE 4.173. MULTIPLICIDADE DE RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS. ENTENDIMENTO CONSOLIDADO EM PRECEDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. CONTROVÉRSIA CONSTITUCIONAL DOTADA DE REPERCUSSÃO GERAL. REAFIRMAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO PROVIDO.

5	19/05/2021	MARCO AURÉLIO	RE 635546	383	Equiparação de direitos trabalhistas entre terceirizados e empregados de empresa pública tomadora de serviços.	A equiparação de remuneração entre empregados da empresa tomadora de serviços e empregados da empresa contratada (terceirizada) fere o princípio da livre iniciativa, por se tratarem de agentes econômicos distintos, que não podem estar sujeitos a decisões empresariais que não são suas.	Direito constitucional e do Trabalho. Terceirização de atividade-fim. Equiparação remuneratória. Descabimento. 1. Recurso extraordinário em que se debate se o empregado de empresa contratada teria direito à equiparação remuneratória com o empregado da empresa tomadora do serviço, quando ambos atuarem na mesma atividade-fim. 2. Conforme decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal nos autos da ADPF 324, Rel. Min. Luís Roberto Barroso, a terceirização das atividades-meio ou das atividades-fim de uma empresa tem amparo nos princípios constitucionais da livre iniciativa e da livre concorrência, que asseguram aos agentes econômicos a liberdade de decidir como estruturarão seu negócio (art. 170, caput e inc. IV, CF). 3. Do mesmo modo, a decisão sobre quanto pagar ao empregado é tomada por cada empresa, de acordo com suas capacidades econômicas, e protegida pelos mesmos princípios constitucionais. Portanto, não se pode sujeitar a contratada à decisão da tomadora e vice-versa. 4. Além disso, a exigência de equiparação, por via transversa, inviabiliza a terceirização para fins de redução de custos, esvaziando o instituto. 5. Recurso provido. tese: “A equiparação de remuneração entre empregados da empresa tomadora de serviços e empregados da empresa contratada (terceirizada) fere o princípio da livre iniciativa, por se tratar de agentes econômicos distintos, que não podem estar sujeitos a decisões empresariais que não são suas”.
6	06/12/2021	DIAS TOFFOLI	RE 658312 2ºJULG	528	Recepção, pela CF/88, do art. 384 da CLT, que dispõe sobre o intervalo de 15 minutos para trabalhadora mulher antes do serviço extraordinário.	O art. 384 da CLT, em relação ao período anterior à edição da Lei n. 13.467/2017, foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988, aplicando-se a todas as mulheres trabalhadoras.	Recurso extraordinário. Repercussão geral reconhecida. Direito do Trabalho e Constitucional. Recepção do art. 384 da Consolidação das Leis do Trabalho pela Constituição Federal de 1988. Constitucionalidade do intervalo de 15 minutos para mulheres trabalhadoras antes da jornada extraordinária. Ausência de ofensa ao princípio da isonomia. Mantida a decisão do Tribunal Superior do Trabalho. Recurso não provido. 1. O assunto corresponde ao Tema nº 528 da Gestão por Temas da Repercussão Geral do portal do Supremo Tribunal Federal na internet. 2. O princípio da igualdade não é absoluto, sendo mister a verificação da correlação lógica entre a situação de discriminação apresentada e a razão do tratamento desigual. 3. A Constituição Federal de 1988 utilizou-se de alguns critérios para tratamento diferenciado entre homens e mulheres: i) em primeiro lugar, levou em consideração a histórica exclusão da mulher do mercado regular de trabalho e impôs ao Estado a obrigação de implantar políticas públicas, administrativas e/ou legislativas de natureza protetora no âmbito do direito do trabalho; ii) considerou existir um componente orgânico a justificar o tratamento diferenciado, em virtude da menor resistência física da mulher; e iii) observou um componente social, pelo fato de ser comum o acúmulo pela mulher de atividades no lar e no ambiente de trabalho – o que é uma realidade e, portanto, deve ser levado em consideração na interpretação da norma. 4. Esses parâmetros constitucionais são legitimadores de um tratamento diferenciado desde que esse sirva, como na hipótese, para ampliar os direitos fundamentais sociais e que se observe a proporcionalidade na compensação das diferenças. 5. Recurso extraordinário não provido, com a fixação da seguinte tese jurídica: “O art. 384 da CLT, em relação ao período anterior à edição da Lei n. 13.467/2017, foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988, aplicando-se a todas as mulheres trabalhadoras”.

7	15/09/2022	MARCO AURÉLIO	RE 999435	638	Necessidade de negociação coletiva para a dispensa em massa de trabalhadores	A intervenção sindical prévia é exigência procedimental imprescindível para a dispensa em massa de trabalhadores, que não se confunde com autorização prévia por parte da entidade sindical ou celebração de convenção ou acordo coletivo.	CONSTITUCIONAL. DIREITO DOS TRABALHADORES. DISPENSA EM MASSA. INTERVENÇÃO SINDICAL PRÉVIA. EXIGÊNCIA. ART. 7º, INCISOS I e XXVI, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. 1. Os direitos sociais fundamentais trabalhistas são corolários primários do modelo político alcunhado de Estado Democrático de Direito. 2. As relações contratuais, em geral, e as relações contratuais trabalhistas, em particular, devem considerar sujeitos e objetos concretos. 3. Diante da previsão constitucional expressa do artigo 7°, I e XXVI, da CRFB, é inadmissível o rompimento em massa do vínculo de emprego sem a devida atenção à negociação coletiva. 4. Recurso extraordinário não provido, com fixação majoritária, vencidos os Ministros Edson Fachin e Ricardo Lewandowski e a Ministra Rosa Weber, da seguinte tese: "A intervenção sindical prévia é exigência procedimental imprescindível para a dispensa em massa de trabalhadores, que não se confunde com autorização prévia por parte da entidade sindical, ou celebração de convenção o acordo coletivo".
8	28/04/2023	GILMAR MENDES	ARE 1121633	1046	Validade de norma coletiva de trabalho que limita ou restringe direito trabalhista não assegurado constitucionalmente.	São constitucionais os acordos e as convenções coletivos que, ao considerarem a adequação setorial negociada, pactuam limitações ou afastamentos de direitos trabalhistas, independentemente da explicitação especificada de vantagens compensatórias, desde que respeitados os direitos absolutamente indisponíveis.	Recurso extraordinário com agravo. Direito do Trabalho. Processo-paradigma da sistemática da repercussão geral. Tema 1.046. 3. Validade de norma coletiva que limita ou restringe direito trabalhista. Matéria constitucional. Revisão da tese firmada nos temas 357 e 762. 4. Fixação de tese: "São constitucionais os acordos e as convenções coletivas que, ao considerarem a adequação setorial negociada, pactuem limitações ou afastamentos de direitos trabalhistas, independentemente da explicitação especificada de vantagens compensatórias, desde que respeitados os direitos absolutamente indisponíveis." 5. Recurso extraordinário provido.
9	28/08/2023	ROBERTO BARROSO	RE 1288440	1143	Competência para julgar ação ajuizada por servidor celetista contra o Poder Público, em que se pleiteia prestação de natureza administrativa.	A intervenção sindical prévia é exigência procedimental imprescindível para a dispensa em massa de trabalhadores, que não se confunde com autorização prévia por parte da entidade sindical ou celebração de convenção ou acordo coletivo.	Direito constitucional e do trabalho. Recurso extraordinário. Repercussão geral. Demanda proposta por empregado público celetista contra o Poder Público. Prestação de natureza administrativa. Competência. 1. Recurso extraordinário, com repercussão geral reconhecida, em que se discute a competência da Justiça do Trabalho ou da Justiça Comum para julgar ação proposta por servidor celetista contra o Poder Público, na qual se pleiteia prestação de natureza administrativa. 2. Tratando-se de parcela de natureza administrativa, a Justiça Comum é o ramo do Poder Judiciário que tem expertise para apreciar a questão. Nesses casos, embora o vínculo com o Poder Público seja de natureza celetista, a causa de pedir e o pedido da ação não se fundamentam na legislação trabalhista, mas em norma estatutária, cuja apreciação – consoante já decidido por esta Corte ao interpretar o art. 114, I, da Constituição – não compõe a esfera de competência da Justiça do Trabalho. 3. Recurso extraordinário a que se nega provimento, com a fixação da seguinte tese: A Justiça Comum é competente para julgar

							ação ajuizada por servidor celetista contra o Poder Público, em que se pleiteia parcela de natureza administrativa. 4. Modulação dos efeitos da decisão para manter na Justiça do Trabalho, até o trânsito em julgado e correspondente execução, os processos em que houver sido proferida sentença de mérito até a data de publicação da presente ata de julgamento.
10	06/11/2024	ROBERTO BARROSO	RE 1500990 RG	1344	Extensão de gratificações e vantagens de servidores efetivos para contratados temporários.	O regime administrativo-remuneratório da contratação temporária é diverso do regime jurídico dos servidores efetivos, sendo vedada a extensão por decisão judicial de parcelas de qualquer natureza, observado o Tema 551/RG.	Direito constitucional e administrativo. Agravo interno em Recurso extraordinário. Extensão de regime estatutário para contratados temporários. Descabimento. Reafirmação de jurisprudência. I. Caso em exame 1. Agravo interno em recurso extraordinário de acórdão de Turma Recursal do Estado do Amazonas que determinou a extensão de gratificações e vantagens de servidores efetivos para contratados temporários. Isso porque, apesar de não haver lei que disciplinasse a extensão, o recebimento das parcelas decorreria de proteção constitucional garantida por direitos sociais. II. Questão em discussão 2. A questão em discussão consiste em saber se o princípio da isonomia e os direitos sociais do trabalhador autorizam o recebimento por contratados temporários de direitos e vantagens de servidores efetivos. III. Razões de decidir 3. A jurisprudência do STF afirma que o regime de contratação temporária pela Administração Pública não se confunde com o regime aplicável aos servidores efetivos. No julgamento do RE 1.066.677 (Tema 551/RG), o STF afirmou que “servidores temporários não fazem jus a décimo terceiro salário e férias remuneradas acrescidas do terço constitucional, salvo (I) expressa previsão legal e/ou contratual em sentido contrário, ou (II) comprovado desvirtuamento da contratação temporária pela Administração Pública, em razão de sucessivas e reiteradas renovações e/ou prorrogações”. 4. Além disso, a Súmula Vinculante nº 37 orienta que “[n]ão cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia”. 5. A recorrência de recursos contra decisões que estendem parcelas do regime estatutário a contratados temporários exige a reafirmação de jurisprudência. Nesse sentido, cabe assentar a diferenciação do regime administrativo-remuneratório de contratados temporários do regime aplicável aos servidores efetivos, assim como a vedação à extensão de direitos e vantagens por decisão judicial, observada a tese referente ao Tema 551/RG. IV. Dispositivo e tese 6. Recurso extraordinário conhecido e provido. Tese de julgamento: “O regime administrativo-remuneratório da contratação temporária é diverso do regime jurídico dos servidores efetivos, sendo vedada a extensão por decisão judicial de parcelas de qualquer natureza, observado o Tema 551/RG”.

Elaborado pelo autor.

Quadro 2: Planilha metodológica do modelo de Pesquisa 2, em data decrescente de publicação do julgamento.

Número da amostra	Data de publicação do julgamento	Relator(a)	Processo	Ementa
11	29/10/2018	MARCO AURÉLIO	ADI 4314	LEGITIMIDADE – AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – COMÉRCIO – GORJETAS. Quando em jogo o comércio e a problemática alusiva à gorjeta, a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC é parte legítima para figurar como autora de ação direta de inconstitucionalidade. COMPETÊNCIA NORMATIVA – DIREITO DO TRABALHO E CIVIL. Conforme versado no artigo 22, inciso I, da Constituição Federal, cabe à União dispor sobre Direito do Trabalho e Civil. Não pode Estado-membro potencializar a defesa do consumidor para justificar a abordagem da matéria.
12	08/02/2019	MARCO AURÉLIO	RE 1123068 RG	RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO DO TRABALHO. CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO. RECONHECIMENTO DE RELAÇÃO EMPREGATÍCIA A ADVOGADO COM VÍNCULO SOCIETÁRIO EM ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA. REQUISITOS PARA A CONFIGURAÇÃO DE RELAÇÃO DE EMPREGO. MATÉRIA DE ÍNDOLE INFRACONSTITUCIONAL. OFENSA INDIRETA À CONSTITUIÇÃO FEDERAL. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. Tema **1005 - Possibilidade de reconhecimento de relação empregatícia a advogado com vínculo societário em escritório de advocacia.** Tese **São infraconstitucionais as discussões relativas ao reconhecimento de relação empregatícia a advogado com vínculo societário em escritório de advocacia.**
13	27/02/2019	MARCO AURÉLIO	RE 629053	DIREITO À MATERNIDADE. PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL CONTRA DISPENSA ARBITRÁRIA DA GESTANTE. EXIGÊNCIA UNICAMENTE DA PRESENÇA DO REQUISITO BIOLÓGICO. GRAVIDEZ PREEXISTENTE À DISPENSA ARBITRÁRIA. MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA AOS HIPOSSUFICIENTES, VISANDO À CONCRETIZAÇÃO DA IGUALDADE SOCIAL. DIREITO À INDENIZAÇÃO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO DESPROVIDO. 1. O conjunto dos Direitos sociais foi consagrado constitucionalmente como uma das espécies de direitos fundamentais, se caracterizando como verdadeiras liberdades positivas, de observância obrigatória em um Estado Social de Direito, tendo por finalidade a melhoria das condições de vida aos hipossuficientes, visando à concretização da igualdade social, e são consagrados como fundamentos do Estado democrático, pelo art. 1º, IV, da Constituição Federal. 2. A Constituição Federal proclama importantes direitos em seu artigo 6º, entre eles a proteção à maternidade, que é a ratio para inúmeros outros direitos sociais instrumentais, tais como a licença-gestante e, nos termos do inciso I do artigo 7º, o direito à segurança no emprego, que compreende a proteção da relação de emprego contra despedida arbitrária ou sem justa causa da gestante. 3. A proteção constitucional somente exige a presença do requisito biológico: gravidez preexistente a dispensa arbitrária, independentemente de prévio conhecimento ou comprovação. 4. A proteção contra dispensa arbitrária da gestante caracteriza-se como importante direito social instrumental protetivo tanto da mulher, ao assegurar-lhe o gozo de outros preceitos constitucionais – licença maternidade remunerada, princípio da paternidade responsável –; quanto da criança, permitindo a efetiva e integral proteção ao recém-nascido, possibilitando sua convivência integral com a mãe, nos primeiros meses de vida, de maneira harmônica e segura – econômica e psicologicamente, em face da garantia de estabilidade no emprego –, consagrada com absoluta prioridade, no artigo 227 do texto constitucional, como dever inclusive da sociedade (empregador). 5. Recurso Extraordinário a que se nega provimento com a fixação da seguinte tese: A incidência da estabilidade prevista no art. 10, inc. II, do ADCT, somente exige a anterioridade da gravidez à dispensa sem justa causa. Tema **497 - Proteção objetiva da estabilidade de empregada gestante, em virtude de rescisão imotivada do contrato de trabalho.**

				Tese **A incidência da estabilidade prevista no art. 10, inc. II, do ADCT, somente exige a anterioridade da gravidez à dispensa sem justa causa.**
14	23/04/2019	EDSON FACHIN	ADI 5794	Direito Constitucional e Trabalhista. Reforma Trabalhista. Facultatividade da Contribuição Sindical. Constitucionalidade. Inexigência de Lei Complementar. Desnecessidade de lei específica. Inexistência de ofensa à isonomia tributária (Art. 150, II, da CRFB). Compulsoriedade da contribuição sindical não prevista na Constituição (artigos 8º, IV, e 149 da CRFB). Não violação à autonomia das organizações sindicais (art. 8º, I, da CRFB). Inocorrência de retrocesso social ou atentado aos direitos dos trabalhadores (artigos 1º, III e IV, 5º, XXXV, LV e LXXIV, 6º e 7º da CRFB). Correção da proliferação excessiva de sindicatos no Brasil. Reforma que visa ao fortalecimento da atuação sindical. Proteção às liberdades de associação, sindicalização e de expressão (artigos 5º, incisos IV e XVII, e 8º, caput, da CRFB). Garantia da liberdade de expressão (art. 5º, IV, da CRFB). Ações Diretas de Inconstitucionalidade julgadas improcedentes. Ação Declaratória de Constitucionalidade julgada procedente. 1. À lei ordinária compete dispor sobre fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes quanto à espécie tributária das contribuições, não sendo exigível a edição de lei complementar para a temática, ex vi do art. 146, III, alínea 'a', da Constituição. 2. A extinção de contribuição pode ser realizada por lei ordinária, em paralelismo à regra segundo a qual não é obrigatória a aprovação de lei complementar para a criação de contribuições, sendo certo que a Carta Magna apenas exige o veículo legislativo da lei complementar no caso das contribuições previdenciárias residuais, nos termos do art. 195, § 4º, da Constituição. Precedente (ADI 4697, Relator(a): Min. EDSON FACHIN, Tribunal Pleno, julgado em 06/10/2016). 3. A instituição da facultatividade do pagamento de contribuições sindicais não demanda lei específica, porquanto o art. 150, § 6º, da Constituição trata apenas de "subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão", bem como porque a exigência de lei específica tem por finalidade evitar as chamadas "caudas legais" ou "contrabandos legislativos", consistentes na inserção de benefícios fiscais em diplomas sobre matérias completamente distintas, como forma de chantagem e diminuição da transparência no debate público, o que não ocorreu na tramitação da reforma trabalhista de que trata a Lei nº 13.467/2017. Precedentes (ADI 4033, Relator(a): Min. JOAQUIM BARBOSA, Tribunal Pleno, julgado em 15/09/2010; RE 550652 AgR, Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, julgado em 17/12/2013). 4. A Lei nº 13.467/2017 emprega critério homogêneo e igualitário ao exigir prévia e expressa anuência de todo e qualquer trabalhador para o desconto da contribuição sindical, ao mesmo tempo em que suprime a natureza tributária da contribuição, seja em relação aos sindicalizados, seja quanto aos demais, motivos pelos quais não há qualquer violação ao princípio da isonomia tributária (art. 150, II, da Constituição), até porque não há que se invocar uma limitação ao poder de tributar para prejudicar o contribuinte, expandindo o alcance do tributo, como suporte à pretensão de que os empregados não-sindicalizados sejam obrigados a pagar a contribuição sindical. 5. A Carta Magna não contém qualquer comando impondo a compulsoriedade da contribuição sindical, na medida em que o art. 8º, IV, da Constituição remete à lei a tarefa de dispor sobre a referida contribuição e o art. 149 da Lei Maior, por sua vez, limita-se a conferir à União o poder de criar contribuições sociais, o que, evidentemente, inclui a prerrogativa de extinguir ou modificar a natureza de contribuições existentes. 6. A supressão do caráter compulsório das contribuições sindicais não vulnera o princípio constitucional da autonomia da organização sindical, previsto no art. 8º, I, da Carta Magna, nem configura retrocesso social e violação aos direitos básicos de proteção ao trabalhador insculpidos nos artigos 1º, III e IV, 5º, XXXV, LV e LXXIV, 6º e 7º da Constituição. 7. A legislação em apreço tem por objetivo combater o problema da proliferação excessiva de organizações sindicais no Brasil, tendo sido apontado na exposição de motivos do substitutivo ao Projeto de Lei nº 6.787/2016, que deu origem à lei ora impugnada, que o país possuía, até março de 2017, 11.326 sindicatos de trabalhadores e 5.186 sindicatos de empregadores, segundo dados obtidos no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais do Ministério do Trabalho, sendo que, somente no ano de 2016, a arrecadação da contribuição sindical alcançou a cifra de R$ 3,96 bilhões de reais. 8. O legislador democrático constatou que a contribuição compulsória gerava uma oferta excessiva e artificial de organizações sindicais, configurando uma perda social em detrimento dos trabalhadores, porquanto não apenas uma parcela dos vencimentos dos empregados era transferida para entidades sobre as quais eles possuíam pouca ou nenhuma ingerência, como também o número estratosférico de sindicatos não se traduzia em um correspondente aumento do bem-estar da categoria. 9. A garantia de uma fonte de custeio, independentemente de resultados, cria incentivos perversos para uma atuação dos sindicatos fraca e descompromissada com os anseios dos empregados, de modo que a Lei nº 13.467/2017 tem por escopo o fortalecimento e a eficiência das entidades sindicais, que passam a ser orientadas pela necessidade de perseguir os reais interesses dos trabalhadores, a fim de atraírem cada vez mais filiados. 10. Esta Corte já reconheceu que normas afastando o pagamento obrigatório da contribuição sindical não configuram indevida interferência na autonomia dos sindicatos: ADI 2522,

				Relator(a): Min. EROS GRAU, Tribunal Pleno, julgado em 08/06/2006. 11. A Constituição consagra como direitos fundamentais as liberdades de associação, sindicalização e de expressão, consoante o disposto nos artigos 5º, incisos IV e XVII, e 8º, caput, tendo o legislador democrático decidido que a contribuição sindical, criada no período autoritário do estado novo, tornava nula a liberdade de associar-se a sindicatos. 12. O engajamento notório de entidades sindicais em atividades políticas, lançando e apoiando candidatos, conclamando protestos e mantendo estreitos laços com partidos políticos, faz com que a exigência de financiamento por indivíduos a atividades políticas com as quais não concordam, por meio de contribuições compulsórias a sindicatos, configure violação à garantia fundamental da liberdade de expressão, protegida pelo art. 5º, IV, da Constituição. Direito Comparado: Suprema Corte dos Estados Unidos, casos Janus v. American Federation of State, County, and Municipal Employees, Council 31 (2018) e Abood v. Detroit Board of Education (1977). 13. A Lei nº 13.467/2017 não compromete a prestação de assistência judiciária gratuita perante a Justiça Trabalhista, realizada pelos sindicatos inclusive quanto a trabalhadores não associados, visto que os sindicatos ainda dispõem de múltiplas formas de custeio, incluindo a contribuição confederativa (art. 8º, IV, primeira parte, da Constituição), a contribuição assistencial (art. 513, alínea 'e', da CLT) e outras contribuições instituídas em assembleia da categoria ou constantes de negociação coletiva, bem assim porque a Lei n.º 13.467/2017 ampliou as formas de financiamento da assistência jurídica prestada pelos sindicatos, passando a prever o direito dos advogados sindicais à percepção de honorários sucumbenciais (nova redação do art. 791-A, caput e § 1º, da CLT), e a própria Lei n.º 5.584/70, em seu art. 17, já dispunha que, ante a inexistência de sindicato, cumpre à Defensoria Pública a prestação de assistência judiciária no âmbito trabalhista. 14. A autocontenção judicial requer o respeito à escolha democrática do legislador, à míngua de razões teóricas ou elementos empíricos que tornem inadmissível a sua opção, plasmada na reforma trabalhista sancionada pelo Presidente da República, em homenagem à presunção de constitucionalidade das leis e à luz dos artigos 5º, incisos IV e XVII, e 8º, caput, da Constituição, os quais garantem as liberdades de expressão, de associação e de sindicalização. 15. Ações Diretas de Inconstitucionalidade julgadas improcedentes e Ação Declaratória de Constitucionalidade julgada procedente para assentar a compatibilidade da Lei n.º 13.467/2017 com a Carta Magna.
15	06/09/2019	ROBERTO BARROSO	ADPF 324	Direito do Trabalho. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. Terceirização de atividade-fim e de atividade-meio. Constitucionalidade. 1. A Constituição não impõe a adoção de um modelo de produção específico, não impede o desenvolvimento de estratégias empresariais flexíveis, tampouco veda a terceirização. Todavia, a jurisprudência trabalhista sobre o tema tem sido oscilante e não estabelece critérios e condições claras e objetivas, que permitam sua adoção com segurança. O direito do trabalho e o sistema sindical precisam se adequar às transformações no mercado de trabalho e na sociedade. 2. A terceirização das atividades-meio ou das atividades-fim de uma empresa tem amparo nos princípios constitucionais da livre iniciativa e da livre concorrência, que asseguram aos agentes econômicos a liberdade de formular estratégias negociais indutoras de maior eficiência econômica e competitividade. 3. A terceirização não enseja, por si só, precarização do trabalho, violação da dignidade do trabalhador ou desrespeito a direitos previdenciários. É o exercício abusivo da sua contratação que pode produzir tais violações. 4. Para evitar tal exercício abusivo, os princípios que amparam a constitucionalidade da terceirização devem ser compatibilizados com as normas constitucionais de tutela do trabalhador, cabendo à contratante: i) verificar a idoneidade e a capacidade econômica da terceirizada; e ii) responder subsidiariamente pelo descumprimento das normas trabalhistas, bem como por obrigações previdenciárias (art. 31 da Lei 8.212/1993). 5. A responsabilização subsidiária da tomadora dos serviços pressupõe a sua participação no processo judicial, bem como a sua inclusão no título executivo judicial. 6. Mesmo com a superveniência da Lei 13.467/2017, persiste o objeto da ação, entre outras razões porque, a despeito dela, não foi revogada ou alterada a Súmula 331 do TST, que consolidava o conjunto de decisões da Justiça do Trabalho sobre a matéria, a indicar que o tema continua a demandar a manifestação do Supremo Tribunal Federal a respeito dos aspectos constitucionais da terceirização. Além disso, a aprovação da lei ocorreu após o pedido de inclusão do feito em pauta. 7. Firmo a seguinte tese: "1. É lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada. 2. Na terceirização, compete à contratante: i) verificar a idoneidade e a capacidade econômica da terceirizada; e ii) responder subsidiariamente pelo descumprimento das normas trabalhistas, bem como por obrigações previdenciárias, na forma do art. 31 da Lei 8.212/1993". 8. ADPF julgada procedente para assentar a licitude da terceirização de atividade-fim ou meio. Restou explicitado pela maioria que a decisão não afeta automaticamente decisões transitadas em julgado. Tese **I - É lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada; II - A terceirização, compete à contratante: i) verificar a idoneidade e a**

				capacidade econômica da terceirizada; e ii) responder subsidiariamente pelo descumprimento das normas trabalhistas, bem como por obrigações previdenciárias, na forma do art. 31 da Lei 8.212/1993.
16	13/09/2019	LUIZ FUX	RE 958252	Tema **725 - Terceirização de serviços para a consecução da atividade-fim da empresa.** Tese **É lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante.**
17	16/12/2019	GILMAR MENDES	ADI 1764 MC	MEDIDA CAUTELAR EM AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI NACIONAL N. 9.601/1998. CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO. AUSÊNCIA DE INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL E DE PERICULUM IN MORA. CAUTELAR INDEFERIDA. 1. Em 1999 e 2001, o caput do art. 2º da Lei n. 9.601 foi sucessivamente alterado pelas Medidas Provisórias n. 1.879-13/1999 e n. 2.164/2001, quanto ao prazo em que vigorariam as reduções das alíquotas de contribuições sociais e da contribuição para o FGTS, nas contratações com duração determinada. Prejudicialidade superveniente do pedido no ponto. 2. As regras constitucionais que primam pela continuidade da relação empregatícia não inviabilizam as modalidades de contratação temporária (e subsidiárias), previstas desde a Consolidação das Leis do Trabalho. Tampouco elidem o campo de atuação, também com assento constitucional, de empregadores e sindicatos de empregados na celebração de acordos voltados ao fomento da atividade produtiva e laboral, atentos aos fatores políticos, econômicos, sociais e tecnológicos que impactam o mercado de trabalho no mundo todo. 3. O art. 1º, § 1º, inc. I, da Lei nº 9.601/1998 não estabelece diretamente normas sobre despedida arbitrária ou sem justa causa nos contratos de trabalho por prazo determinado. O dispositivo legal trata diretamente da prevalência de acordo coletivo ou convenção coletiva de trabalho, instituto autônomo do Direito do Trabalho com extrema relevância e fundamento constitucional insculpido no inc. XXVI do art. 7º da Constituição da República. Desnecessidade de lei complementar e ausência de inconstitucionalidade formal. 4. Em vigor há mais de duas décadas, a lei impugnada demonstrou reduzida adesão a essa nova modalidade de contratação, a pressupor acordo sinalagmático entre patrões e empregados, tendo sido considerada pouco expressiva se comparada com o volume total de contratações. Ausente, portanto, o periculum in mora a justificar a concessão da medida cautelar. 5. Medida cautelar indeferida.
18	07/02/2020	LUIZ FUX	Rcl 34457 AgR	AGRAVO INTERNO NA RECLAMAÇÃO. CONSTITUCIONAL. TRABALHISTA. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS PARA CONSECUÇÃO DE ATIVIDADE-FIM. ARTIGO 25, PARÁGRAFO 1º, DA LEI 8.987/1995. ALEGAÇÃO DE AFRONTA À SÚMULA VINCULANTE 10. RECLAMANTE EMPREGADORA. AUSÊNCIA DE ESTRITA ADERÊNCIA ENTRE A DECISÃO RECLAMADA E OS PARADIGMAS INVOCADOS. CARÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. Em sendo a reclamação instrumento processual destinado a preservar a competência deste Supremo Tribunal Federal, sua utilização só terá lugar quando houver correspondência perfeita entre a hipótese fática modelo do paradigma invocado e a hipótese subjacente à decisão reclamada, além de divergência na aplicação do direito. A este imperativo de correspondência a jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal costuma se referir por "estrita aderência". Precedentes: Rcl 23.934 AgR-ED/SP, Rel. Min. Rosa Weber, Primeira Turma, DJe 15/8/2019; Rcl 34.525 AgR/PR, Rel. Min. Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe 05/8/2019; Rcl 34.056 AgR/SP, Rel. Min. Roberto Barroso, Primeira Turma, DJe 10/6/2019; Rcl 30.520 AgR/TO, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma, DJe 31/8/2019). 2. Nos precedentes em que o Supremo Tribunal Federal considerou lícita a terceirização, a discussão havida tem como substrato a responsabilização da empresa tomadora dos serviços por meio de empresa interposta, não sendo objeto das discussões eventual responsabilidade que a empresa empregadora direta possa vir a ter. 3. In casu, a empresa reclamante é a empresa empregadora, de modo que a discussão acerca da licitude da terceirização não tem o condão de lhe alterar a situação jurídica advinda do acórdão impugnado, o que a um só tempo elide o requisito da estrita aderência e aclara a carência de interesse de agir da reclamante. 4. Agravo a que se nega provimento.

19	19/05/2020	LUÍS ROBERTO BARROSO	ADC 48	DIREITO DO TRABALHO. AÇÃO DECLARATÓRIA DA CONSTITUCIONALIDADE E AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS. LEI 11.442/2007, QUE PREVIU A TERCEIRIZAÇÃO DA ATIVIDADE-FIM. VÍNCULO MERAMENTE COMERCIAL. NÃO CONFIGURAÇÃO DE RELAÇÃO DE EMPREGO. 1. A Lei nº 11.442/2007 (i) regulamentou a contratação de transportadores autônomos de carga por proprietários de carga e por empresas transportadoras de carga; (ii) autorizou a terceirização da atividade-fim pelas empresas transportadoras; e (iii) afastou a configuração de vínculo de emprego nessa hipótese. 2. É legítima a terceirização das atividades-fim de uma empresa. Como já foi decidido pelo Supremo Tribunal Federal, a Constituição não impõe uma única forma de estruturar a produção. Ao contrário, o princípio constitucional da livre iniciativa garante aos agentes econômicos liberdade para eleger suas estratégias empresariais dentro do marco vigente (CF/1988, art. 170). A proteção constitucional ao trabalho não impõe que toda e qualquer prestação remunerada de serviços configure relação de emprego (CF/1988, art. 7º). Precedente: ADPF 524, Rel. Min. Luís Roberto Barroso. 3. Não há inconstitucionalidade no prazo prescricional de 1 (um) ano, a contar da ciência do dano, para a propositura de ação de reparação de danos, prevista no art.18 da Lei 11.442/2007, à luz do art. 7º, XXIX, CF, uma vez que não se trata de relação de trabalho, mas de relação comercial. 4. Procedência da ação declaratória da constitucionalidade e improcedência da ação direta de inconstitucionalidade. Tese: "1 – A Lei 11.442/2007 é constitucional, uma vez que a Constituição não veda a terceirização, de atividade-meio ou fim. 2 – O prazo prescricional estabelecido no art. 18 da Lei 11.442/2007 é válido porque não se trata de créditos resultantes de relação de trabalho, mas de relação comercial, não incidindo na hipótese o art. 7º, XXIX, CF. 3 – Uma vez preenchidos os requisitos dispostos na Lei nº 11.442/2007, estará configurada a relação comercial de natureza civil e afastada a configuração de vínculo trabalhista".
20	29/05/2020	GILMAR MENDES	ADI 1764	AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. 2. LEI 9.601/1998. CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO. 3. AUSÊNCIA DE INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL E MATERIAL. 4. MEDIDA CAUTELAR INDEFERIDA PELO TRIBUNAL PLENO. 5. AÇÃO JULGADA IMPROCEDENTE.
21	05/06/2020	ROBERTO BARROSO	ADI 3961	Direito do Trabalho. Ação Direta de Inconstitucionalidade e Ação Declaratória da Constitucionalidade. Transporte rodoviário de cargas. Lei 11.442/2007, que previu a terceirização da atividade-fim. Vínculo meramente comercial. Não configuração de relação de emprego. 1. A Lei nº 11.442/2007 (i) regulamentou a contratação de transportadores autônomos de carga por proprietários de carga e por empresas transportadoras de carga; (ii) autorizou a terceirização da atividade-fim pelas empresas transportadoras; e (iii) afastou a configuração de vínculo de emprego nessa hipótese. 2. É legítima a terceirização das atividades-fim de uma empresa. Como já foi decidido pelo Supremo Tribunal Federal, a Constituição não impõe uma única forma de estruturar a produção. Ao contrário, o princípio constitucional da livre iniciativa garante aos agentes econômicos liberdade para eleger suas estratégias empresariais dentro do marco vigente (CF/1988, art. 170). A proteção constitucional ao trabalho não impõe que toda e qualquer prestação remunerada de serviços configure relação de emprego (CF/1988, art. 7º). Precedente: ADPF 524, Rel. Min. Luís Roberto Barroso. 3. Não há inconstitucionalidade no prazo prescricional de 1 (um) ano, a contar da ciência do dano, para a propositura de ação de reparação de danos, prevista no art. 18 da Lei 11.442/2007, à luz do art. 7º, XXIX, CF, uma vez que não se trata de relação de trabalho, mas de relação comercial. 4. Procedência da ação declaratória da constitucionalidade e improcedência da ação direta de inconstitucionalidade. Tese: "1 – A Lei 11.442/2007 é constitucional, uma vez que a Constituição não veda a terceirização, de atividade-meio ou fim. 2 – O prazo prescricional estabelecido no art. 18 da Lei 11.442/2007 é válido porque não se trata de créditos resultantes de relação de trabalho, mas de relação comercial, não incidindo na hipótese o art. 7º, XXIX, CF. 3 – Uma vez preenchidos os requisitos dispostos na Lei nº 11.442/2007, estará configurada a relação comercial de natureza civil e afastada a configuração de vínculo trabalhista". Tese I - A Lei nº 11.442/2007 é constitucional, uma vez que a Constituição não veda a terceirização, de atividade-meio ou fim; II - O prazo prescricional estabelecido no art. 18 da Lei nº 11.442/2007 é válido porque não se trata de créditos resultantes de relação de trabalho, mas de relação comercial, não incidindo na hipótese o art. 7º, XXIX, CF; III - Uma vez preenchidos os requisitos dispostos na Lei nº 11.442/2007, estará configurada a relação comercial de natureza civil e afastada a configuração de vínculo trabalhista.

22	26/06/2020	MARCO AURÉLIO	ADI 6377 MC	AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – LIMINAR – PANDEMIA – CORONAVÍRUS – PROVIDÊNCIAS – DIREITO DO TRABALHO E SAÚDE NO TRABALHO – CONSTITUIÇÃO FEDERAL – MALTRATO – RELEVÂNCIA E RISCO – INEXISTÊNCIA. O implemento de medida acauteladora em ação direta pressupõe não só relevância maior do pedido como risco de manter-se preceitos normativos com plena vigência, entendendo-se este último como irreparável.
23	21/08/2020	GILMAR MENDES	ADI 5685	Ação Direta de Inconstitucionalidade. 2. Lei Federal 13.429/2017. Trabalho temporário. Prestação de serviço a terceiros. 3. Terceirização da atividade-meio e da atividade-fim. **Terceirização na administração pública**. 4. Ausência de inconstitucionalidade formal e material. Precedentes: ADPF 324, Rel. Min. Roberto Barroso, e RE-RG 958.252, Rel. Min. Luiz Fux. 5. Ação direta de inconstitucionalidade julgada improcedente.
24	14/10/2020	MARCO AURÉLIO	RE 606003	Direito Constitucional e do Trabalho. Repercussão Geral. Contrato de representação comercial Autônoma, regido pela Lei nº 4.886/65. Não configuração de relação de trabalho prevista no art. 114, CF. 1. Recurso Extraordinário interposto contra decisão proferida pelo Tribunal Superior do Trabalho, em que se alega afronta ao art. 114, incisos I e IX, da Constituição Federal, com redação dada pela EC 45/2004. Na origem, cuida-se de ação de cobrança de comissões sobre vendas decorrentes de contrato de representação comercial autônoma, ajuizada pelo representante, pessoa física, em face do representado. 2. As atividades de representação comercial autônoma configuram contrato típico de natureza comercial, disciplinado pela Lei nº 4.886/65, a qual prevê (i) o exercício da representação por pessoa jurídica ou pessoa física, sem relação de emprego, que desempenha, em caráter não eventual por conta de uma ou mais pessoas, a mediação para a realização de negócios mercantis e (ii) a competência da Justiça comum para o julgamento das controvérsias que surgirem entre representante e representado. 3. Na atividade de representação comercial autônoma, inexiste entre as partes vínculo de emprego ou relação de trabalho, mas relação comercial regida por legislação especial (Lei n° 4.886/65). Por conseguinte, a situação não foi afetada pelas alterações introduzidas pela EC n° 45/2004, que versa sobre hipótese distinta ao tratar da relação de trabalho no art. 114 da Constituição. 4. A proteção constitucional ao trabalho não impõe que toda e qualquer relação entre o contratante de um serviço e o seu prestador seja protegida por meio da relação de trabalho (CF/1988, art. 7º). Precedentes. 5. Ademais, os autos tratam de pedido de pagamento de comissões atrasadas. O pedido e a causa de pedir não têm natureza trabalhista, a reforçar a competência do Juízo Comum para o julgamento da demanda. 6. Recurso extraordinário a que se dá provimento, para assentar a competência da Justiça comum, com a fixação da seguinte tese: “Preenchidos os requisitos dispostos na Lei 4.886/65, compete à Justiça Comum o julgamento de processos envolvendo relação jurídica entre representante e representada comerciais, uma vez que não há relação de trabalho entre as partes”. Tema 550 - Competência para processar e julgar controvérsia a envolver relação jurídica entre representante e representada comerciais. Tese Preenchidos os requisitos dispostos na Lei 4.886/65, compete à Justiça Comum o julgamento de processos envolvendo relação jurídica entre representante e representada comerciais, uma vez que não há relação de trabalho entre as partes.
25	29/10/2020	ROBERTO BARROSO	Rcl 37232 AgR	DIREITO DO TRABALHO. AGRAVO INTERNO EM RECLAMAÇÃO. ATO RECLAMADO QUE AFRONTA TESE FIXADA NA ADPF 324. DECISÃO QUE JULGA PROCEDENTE A RECLAMAÇÃO DEVE SER MANTIDA. 1. O Plenário do Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADPF 324, de minha relatoria, fixou a seguinte tese: “1. É lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada. 2. Na terceirização, compete à contratante: i) verificar a idoneidade e a capacidade econômica da terceirizada; e ii) responder subsidiariamente pelo descumprimento das normas trabalhistas, bem como por obrigações previdenciárias, na forma do art. 31 da Lei 8.212/1993”. 2. A decisão reclamada, em julgamento realizado em 18.09.2019, ao manter a decisão da instância inferior que declarou a nulidade do contrato de terceirização para reconhecer a responsabilidade da empresa tomadora de serviços pelo pagamento de verbas trabalhistas, considerando ilícita a terceirização realizada, afrontou a tese fixada na ADPF 324. 3. A decisão agravada que julgou procedente a presente reclamação deve ser mantida. 4. Agravo interno a que se nega provimento.

26	04/11/2020	RICARDO LEWANDOWSKI	Rcl 42666 AgR	AGRAVO REGIMENTAL NA RECLAMAÇÃO. TRABALHISTA. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. ALEGAÇÃO DE AFRONTA À AUTORIDADE DA DECISÃO PROFERIDA POR ESTA SUPREMA CORTE NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 324/DF. TRIBUNAL RECLAMADO RECONHECEU A OCORRÊNCIA DO INSTITUTO CHAMADO "PEJOTIZAÇÃO". AUSÊNCIA DE ESTRITA ADERÊNCIA ENTRE A DECISÃO RECLAMADA E O PARADIGMA INVOCADO. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. I - No julgamento da ADPF 324/DF, o Plenário do Supremo Tribunal Federal firmou a seguinte tese: "1. É lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada". II- Na espécie, o Tribunal de origem reconheceu tratar-se de hipótese de "pejotização" (contratação de pessoas físicas como pessoas jurídicas para mascarar a relação de emprego). III – A aderência estrita do objeto do ato reclamado ao conteúdo da decisão paradigma é requisito de admissibilidade da reclamação constitucional. IV - Dessa forma, não deve prosperar a alegação de descumprimento do que decidido na ADPF 324/DF, de relatoria do Ministro Roberto Barroso. V - Agravo regimental a que se nega provimento.
27	09/11/2020	MARCO AURÉLIO	ADI 6375 MC	MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. DIREITO CONSTITUTIONAL E DIREITO DO TRABALHO. MEDIDA PROVISÓRIA 927/2020. MEDIDAS TRABALHISTAS PARA ENFRENTAMENTO DO ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA RECONHECIDO PELO DECRETO LEGISLATIVO 6/2020. NORMAS DIRECIONADAS À MANUTENÇÃO DE EMPREGOS E DA ATIVIDADE EMPRESARIAL. ART. 29. EXCLUSÃO DA CONTAMINAÇÃO POR CORONAVÍRUS COMO DOENÇA OCUPACIONAL. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO EMPREGADOR. ART. 31. SUSPENSÃO DA ATUAÇÃO COMPLETA DOS AUDITORES FISCAIS DO TRABALHO. AUSÊNCIA DE RAZOABILIDADE. SUSPENSÃO DA EFICÁCIA DOS ARTS. 29 E 31 DA MP 927/2020. CONCESSÃO PARCIAL DA MEDIDA LIMINAR.
28	30/11/2020	RICARDO LEWANDOWSKI	Rcl 43298 AgR	AGRAVO REGIMENTAL NA RECLAMAÇÃO. DIREITO DO TRABALHO. TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA. ADPF 324 E TEMA 725 DA REPERCUSSÃO GERAL. ADERÊNCIA ESTRITA AO PARADIGMA INDICADO. NÃO CONFIGURAÇÃO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DE FUNDAMENTO SUFICIENTE DA DECISÃO AGRAVADA. INCIDÊNCIA DO ART. 317, § 1°, DO RISTF. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. I - É imprescindível a demonstração da estrita aderência entre a decisão reclamada e os acórdãos apontados como paradigmas. II – No caso em análise, fica afastada qualquer ilação no sentido de que houve desrespeito ao que decidido por este Supremo Tribunal na ADPF 324/DF e no RE 958.252-RG/MG, Tema 725 da Sistemática da Repercussão Geral, uma vez que não há no ato reclamado declaração de ilicitude do contrato de terceirização, mas tão somente o reconhecimento, em caso específico, de relação direta, com vínculo empregatício, entre o tomador de serviço e o empregado terceirizado. III - A reclamação não pode ser utilizada como sucedâneo recursal. IV - A agravante não refutou todos os fundamentos da decisão agravada, o que atrai a incidência do art. 317, § 1°, do RISTF. Precedentes. V - Agravo regimental a que se nega provimento.
29	03/03/2021	ROSA WEBER	Rcl 43544 AgR	CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NA RECLAMAÇÃO. VIOLAÇÃO AO QUE DECIDIDO NA ADC 48. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM PARA JULGAR CAUSA ENVOLVENDO RELAÇÃO JURÍDICA COMERCIAL. AGRAVO INTERNO PROVIDO. 1. No julgamento da ADC 48, o Ministro Relator Roberto Barroso consignou em seu voto que a Lei 11.442/2007, "disciplina, entre outras questões, a relação comercial, de natureza civil, existente entre os agentes do setor, permitindo a contratação de autônomos para a realização do Transporte Rodoviário de Cargas (TRC) sem a configuração de vínculo de emprego". 2. As relações envolvendo a incidência da Lei 11.442/2007 possuem natureza jurídica comercial, motivo pelo qual devem ser analisadas pela justiça comum, e não pela justiça do trabalho, ainda que em discussão alegação de fraude à legislação trabalhista, consubstanciada no teor dos arts. 2º e 3º da CLT. 3. Agravo Interno provido.
30	19/05/2021	MARCO AURÉLIO	RE 635546	Direito constitucional e do Trabalho. Terceirização de atividade-fim. Equiparação remuneratória. Descabimento. 1. Recurso extraordinário em que se debate se o empregado de empresa contratada teria direito à equiparação remuneratória com o empregado da empresa tomadora do serviço, quando ambos atuarem na mesma atividade-fim. 2. Conforme decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal nos autos da ADPF 324, Rel. Min. Luís Roberto Barroso, a terceirização das atividades-meio ou das atividades-fim de uma empresa tem amparo nos princípios constitucionais da livre iniciativa e da livre concorrência, que asseguram aos agentes econômicos a liberdade de decidir como estruturarão seu negócio (art. 170, caput e inc. IV, CF). 3. Do mesmo modo, a decisão sobre quanto pagar ao empregado é tomada por cada empresa, de acordo com suas capacidades econômicas, e protegida pelos mesmos princípios constitucionais. Portanto, não se pode sujeitar a contratada à decisão da tomadora e vice-versa. 4. Além disso, a exigência de equiparação, por via transversa, inviabiliza a terceirização para fins de redução de custos, esvaziando o instituto. 5. Recurso provido. tese: "A equiparação de remuneração entre empregados da empresa tomadora de serviços e empregados da empresa contratada (terceirizada) fere o princípio da livre iniciativa, por se tratar de agentes econômicos distintos,

				que não podem estar sujeitos a decisões empresariais que não são suas". Tema **383 - Equiparação de direitos trabalhistas entre terceirizados e empregados de empresa pública tomadora de serviços.** Tese **A equiparação de remuneração entre empregados da empresa tomadora de serviços e empregados da empresa contratada (terceirizada) fere o princípio da livre iniciativa, por se tratarem de agentes econômicos distintos, que não podem estar sujeitos a decisões empresariais que não são suas.**
31	20/09/2021	ROBERTO BARROSO	Rcl 46636 AgR	DIREITO DO TRABALHO E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO EM RECLAMAÇÃO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO POR DÍVIDAS TRABALHISTAS EM CASO DE TERCEIRIZAÇÃO. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO À ADC 16, AO TEMA 246 DA REPERCUSSÃO GERAL E À SÚMULA VINCULANTE 10. 1. No julgamento da ADC 16, Rel. Min. Cezar Peluso, o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou a constitucionalidade do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/1993. Naquela oportunidade, porém, esclareceu o relator que "isto não significa que eventual omissão da Administração Pública, na obrigação de fiscalizar as obrigações do contratado, não gere responsabilidade. A partir daí, passou-se a admitir a condenação subsidiária do ente público ao pagamento de verbas trabalhistas inadimplidas por suas contratadas, desde que caracterizada a culpa in vigilando ou in eligendo da Administração, ou seja, tanto a alusão genérica à culpa in vigilando quanto à responsabilização automática da Administração Pública sempre que há inadimplência de obrigações trabalhistas há evidente violação ao precedente firmado pela ADC 16. 2. O STF firmou, no julgamento do RE 760.931, relator para acórdão Min. Luiz Fux, a seguinte tese: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93" (Tema 246 da repercussão geral). 3. Desnecessária a apreciação da eventual contrariedade à Súmula Vinculante 10, diante do acolhimento dos precedentes acima referidos. 4. Agravo interno a que se nega provimento, com aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC/2015.
32	06/12/2021	DIAS TOFFOLI	RE 658312 2ºJULG	Recurso extraordinário. Repercussão geral reconhecida. Direito do Trabalho e Constitucional. Recepção do art. 384 da Consolidação das Leis do Trabalho pela Constituição Federal de 1988. Constitucionalidade do intervalo de 15 minutos para mulheres trabalhadoras antes da jornada extraordinária. Ausência de ofensa ao princípio da isonomia. Mantida a decisão do Tribunal Superior do Trabalho. Recurso não provido. 1. O assunto corresponde ao Tema nº 528 da Gestão por Temas da Repercussão Geral do portal do Supremo Tribunal Federal na internet. 2. O princípio da igualdade não é absoluto, sendo mister a verificação da correlação lógica entre a situação de discriminação apresentada e a razão do tratamento desigual. 3. A Constituição Federal de 1988 utilizou-se de alguns critérios para tratamento diferenciado entre homens e mulheres: i) em primeiro lugar, levou em consideração a histórica exclusão da mulher do mercado regular de trabalho e impôs ao Estado a obrigação de implantar políticas públicas, administrativas e/ou legislativas de natureza protetora no âmbito do direito do trabalho; ii) considerou existir um componente orgânico a justificar o tratamento diferenciado, em virtude da menor resistência física da mulher; e iii) observou um componente social, pelo fato de ser comum o acúmulo pela mulher de atividades no lar e no ambiente de trabalho – o que é uma realidade e, portanto, deve ser levado em consideração na interpretação da norma. 4. Esses parâmetros constitucionais são legitimadores de um tratamento diferenciado desde que esse sirva, como na hipótese, para ampliar os direitos fundamentais sociais e que se observe a proporcionalidade na compensação das diferenças. 5. Recurso extraordinário não provido, com a fixação da seguinte tese jurídica: "O art. 384 da CLT, em relação ao período anterior à edição da Lei n. 13.467/2017, foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988, aplicando-se a todas as mulheres trabalhadoras". Tema **528 - Recepção, pela CF/88, do art. 384 da CLT, que dispõe sobre o intervalo de 15 minutos para trabalhadora mulher antes do serviço extraordinário.** Tese **O art. 384 da CLT, em relação ao período anterior à edição da Lei n. 13.467/2017, foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988, aplicando-se a todas as mulheres trabalhadoras.**

33	03/03/2022	ROSA WEBER	Rcl 49101 AgR	CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NA RECLAMAÇÃO. VIOLAÇÃO AO QUE DECIDIDO NA ADC 48. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM PARA JULGAR CAUSA ENVOLVENDO RELAÇÃO JURÍDICA COMERCIAL. AGRAVO INTERNO PROVIDO. 1. No julgamento da ADC 48, o Ministro Relator ROBERTO BARROSO consignou em seu voto que a Lei 11.442/2007, "disciplina, entre outras questões, a relação comercial, de natureza civil, existente entre os agentes do setor, permitindo a contratação de autônomos para a realização do Transporte Rodoviário de Cargas (TRC) sem a configuração de vínculo de emprego". 2. As relações envolvendo a incidência da Lei 11.442/2007 possuem natureza jurídica comercial, motivo pelo qual devem ser analisadas pela Justiça Comum, e não pela Justiça do Trabalho, ainda que em discussão alegação de fraude à legislação trabalhista, consubstanciada no teor dos arts. 2º e 3º da CLT. 3. Agravo Interno provido.
34	29/03/2022	EDSON FACHIN	ADI 5625	AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI FEDERAL N. 13.352, DE 27 DE OUTUBRO DE 2016, CONHECIDA COMO LEI DO SALÃO-PARCEIRO. CONSTITUCIONALIDADE. 1. São válidos os contratos de parceria celebrados entre trabalhador do ramo da beleza (cabeleireiro, barbeiro, esteticista, manicure, pedicure, depilador e maquiador), denominado "profissional-parceiro", e o respectivo estabelecimento, chamado "salão-parceiro", em consonância com as normas contidas na Lei federal n. 13.352/2016. 2. A higidez do contrato é condicionada à conformidade com os fatos, de modo que é nulo instrumento com elementos caracterizadores de relação de emprego. 3. Estando presentes elementos que sinalizam vínculo empregatício, este deverá ser reconhecido pelo Poder Público, com todas as consequências legais decorrentes, previstas especialmente na Consolidação da Leis do Trabalho. 4. Pedido julgado improcedente. **Tese** **I - É constitucional a celebração de contrato civil de parceria entre salões de beleza e profissionais do setor, nos termos da Lei 13.352, de 27 de outubro de 2016;** **II - É nulo o contrato civil de parceria referido, quando utilizado para dissimular relação de emprego de fato existente, a ser reconhecida sempre que se fizerem presentes seus elementos caracterizadores.**
35	03/05/2022	ROBERTO BARROSO	ADI 5766	CONSTITUCIONAL. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI 13.467/2017. REFORMA TRABALHISTA. **REGRAS SOBRE GRATUIDADE DE JUSTIÇA**. RESPONSABILIDADE PELO PAGAMENTO DE ÔNUS SUCUMBENCIAIS EM HIPÓTESES ESPECÍFICAS. ALEGAÇÕES DE VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA ISONOMIA, INAFASTABILIDADE DA JURISDIÇÃO, ACESSO À JUSTIÇA, SOLIDARIEDADE SOCIAL E DIREITO SOCIAL À ASSISTÊNCIA JURÍDICA GRATUITA. MARGEM DE CONFORMAÇÃO DO LEGISLADOR. CRITÉRIOS DE RACIONALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. AÇÃO DIRETA JULGADA PARCIALMENTE PROCEDENTE. 1. É inconstitucional a legislação que presume a perda da condição de hipossuficiência econômica para efeito de aplicação do benefício de gratuidade de justiça, apenas em razão da apuração de créditos em favor do trabalhador em outra relação processual, dispensado o empregador do ônus processual de comprovar eventual modificação na capacidade econômica do beneficiário. 2. A ausência injustificada à audiência de julgamento frustra o exercício da jurisdição e acarreta prejuízos materiais para o órgão judiciário e para a parte reclamada, o que não se coaduna com deveres mínimos de boa-fé, cooperação e lealdade processual, mostrando-se proporcional a restrição do benefício de gratuidade de justiça nessa hipótese. 3. Ação Direta julgada parcialmente procedente.
36	18/08/2022	ALEXANDRE DE MORAES	ADPF 501	ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. CONSTITUCIONAL E TRABALHISTA. SÚMULA 450 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO DE FÉRIAS EM DOBRO QUANDO ULTRAPASSADO O PRAZO DO ART. 145 DA CLT. IMPOSSIBILIDADE DE O PODER JUDICIÁRIO ATUAR COMO LEGISLADOR POSITIVO. AUSÊNCIA DE LACUNA. INTERPRETAÇÃO RESTRITIVA DE NORMA SANCIONADORA. OFENSA À SEPARAÇÃO DE PODERES E AO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. PROCEDÊNCIA. **1. Os poderes de Estado devem atuar de maneira harmônica, privilegiando a cooperação e a lealdade institucional e afastando as práticas de guerrilhas institucionais, que acabam minando a coesão governamental e a confiança popular na condução dos negócios públicos pelos agentes públicos. Precedentes. 2. Impossibilidade de atuação do Poder Judiciário como legislador positivo, de modo a ampliar o âmbito de incidência de sanção prevista no art. 137 da CLT para alcançar situação diversa, já sancionada por outra norma. 3. Ausência de lacuna justificadora da construção jurisprudencial analógica. Necessidade de interpretação restritiva de normas sancionadoras. Proibição da criação de obrigações não previstas em lei por súmulas e outros enunciados jurisprudenciais editados pelo Tribunal Superior do Trabalho e pelos Tribunais Regionais do Trabalho** (CLT, art. 8º, § 2º). 4. Arguição julgada procedente.

37	23/08/2022	CÁRMEN LÚCIA	Rcl 54408 AgR	AGRAVO REGIMENTAL NA RECLAMAÇÃO. CONSTITUCIONAL. TRANSPORTADOR RODOVIÁRIO AUTÔNOMO DE CARGAS CONTRATADO NOS TERMOS DA LEI N. 11.442/2007: RECONHECIMENTO DE VÍNCULO DE EMPREGO PELA JUSTIÇA DO TRABALHO. DESCUMPRIMENTO DA DECISÃO PROFERIDA NA AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE N. 48: COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.
38	15/09/2022	MARCO AURÉLIO	RE 999435	CONSTITUCIONAL. DIREITO DOS TRABALHADORES. DISPENSA EM MASSA. INTERVENÇÃO SINDICAL PRÉVIA. EXIGÊNCIA. ART. 7º, INCISOS I e XXVI, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. 1. Os direitos sociais fundamentais trabalhistas são corolários primários do modelo político alcunhado de Estado Democrático de Direito. 2. As relações contratuais, em geral, e as relações contratuais trabalhistas, em particular, devem considerar sujeitos e objetos concretos. 3. Diante da previsão constitucional expressa do artigo 7°, I e XXVI, da CRFB, é inadmissível o rompimento em massa do vínculo de emprego sem a devida atenção à negociação coletiva. 4. Recurso extraordinário não provido, com fixação majoritária, vencidos os Ministros Edson Fachin e Ricardo Lewandowski e a Ministra Rosa Weber, da seguinte tese: “A intervenção sindical prévia é exigência procedimental imprescindível para a dispensa em massa de trabalhadores, que não se confunde com autorização prévia por parte da entidade sindical, ou celebração de convenção o acordo coletivo”. Tema 638 - Necessidade de negociação coletiva para a dispensa em massa de trabalhadores Tese A intervenção sindical prévia é exigência procedimental imprescindível para a dispensa em massa de trabalhadores, que não se confunde com autorização prévia por parte da entidade sindical ou celebração de convenção ou acordo coletivo.
39	30/03/2023	ROBERTO BARROSO	Rcl 56285 AgR	DIREITO DO TRABALHO. AGRAVO INTERNO EM RECLAMAÇÃO. ALEGAÇÃO DE AFRONTA ÀS DECISÕES PROFERIDAS NA ADPF 324, NO RE 958.252, NA ADC 48, NA ADI 3.961 E NA ADI 5.625. LICITUDE DE OUTRAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E DE PACTUAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO. 1. Agravo interno interposto contra decisão monocrática pela qual se julgou procedente o pedido formulado na reclamação, para cassar decisão de Tribunal Regional do Trabalho que afastou **contrato de sociedade**, reconhecendo a existência de relação de emprego entre as partes. 2. Ofensa ao decidido nos paradigmas invocados (ADPF 324, no RE 958.252 (Tema 725 RG), na ADC 48 e na ADIs 3.961 e 5.625), nos quais se reconheceu a licitude de outras formas de organização da produção e de pactuação da força de trabalho. 3. O contrato de emprego não é a única forma de se estabelecerem relações de trabalho, pois um mesmo mercado pode comportar alguns profissionais que sejam contratados pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho e outros profissionais cuja atuação tenha um caráter de eventualidade ou maior autonomia. 4. São lícitos, ainda que para a execução da atividade-fim da empresa, os contratos de terceirização de mão de obra, parceria, sociedade e de prestação de serviços por pessoa jurídica (pejotização), desde que o contrato seja real; isto é, de que não haja relação de emprego com a empresa tomadora do serviço, com subordinação, horário para cumprir e outras obrigações típicas do contrato trabalhista, hipótese em que se estaria fraudando a contratação. 5. Caso em que o reclamante não se trata de trabalhador hipossuficiente, sendo capaz, portanto, de fazer uma escolha esclarecida sobre sua contratação. Inexistente, na decisão reclamada, qualquer elemento concreto de que tenha havido coação na contratação celebrada. 6. Agravo interno a que se nega provimento.
40	28/04/2023	GILMAR MENDES	ADPF 381	Arguição de descumprimento de preceito fundamental. Decisões emanadas do Tribunal Superior do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho. **Motoristas profissionais empregados**. Duração do trabalho antes da vigência da Lei nº 12.619/2012. Afastamento do controle do horário de trabalho por meio de negociação coletiva. Inadmissibilidade. Condenação ao pagamento de horas extras e horas trabalhadas em dias de repouso. Acordos e convenções coletivas do trabalho. Limites constitucionais à autonomia negocial coletiva. Garantia do patamar civilizatório mínimo. 1. Arguição de descumprimento ajuizada contra decisões judiciais do Tribunal Superior do Trabalho e de Tribunais Regionais do Trabalho nas quais reconhecido a motoristas do transporte rodoviário de cargas o direito a horas extraordinárias e ao pagamento pelo trabalho em dias de descanso antes da vigência da Lei 12.619/2012, a despeito de prevista, quanto a eles, em convenções coletivas de trabalho, a aplicação do art. 62, I, da CLT, em razão da impossibilidade de controle da jornada. 2. Compreensão da maioria dos Ministros no sentido do cabimento da arguição de descumprimento, diante da relevância constitucional da controvérsia e da existência de quadro de insegurança jurídica e econômica decorrente da divergência de decisões entre Tribunais. Vencida, no ponto, a corrente minoritária, inaugurada pela

				Ministra Relatora, quanto ao não conhecimento da ADPF, por envolver a subsunção das cláusulas coletivas a casos concretos, sem que configurado conflito em relação a normas heterônomas trabalhistas. 3. Reafirmação da diretriz assentada no julgamento do Tema nº 152 da Repercussão Geral (RE 590.415, Rel. Min. Roberto Barroso), quanto à prevalência das normas coletivas do trabalho sobre o padrão geral heterônomo justrabalhista, notadamente em face de autorização constitucional expressa (CF, arts. 7º, VI, XIII e XIV), desde que assegurada a preservação dos direitos sociais de absoluta indisponibilidade, correspondentes ao patamar civilizatório mínimo assegurado pelo texto constitucional, tal como ocorre em relação às horas extras e ao repouso semanal remunerado (CF, art. 7º, XV e XVI), entre outros. 4. Inocorrência, no caso, segundo os votos da maioria, de situação de recusa dos órgãos da Justiça do Trabalho em reconhecer a validade dos contratos coletivos de trabalho. Decisões que apenas reconhecem não incidir, em relação aos motoristas profissionais empregados, a norma inscrita no art. 62, I, da CLT, diante da constatação, in concreto, da existência de meios idôneos ao controle da duração diária de trabalho realizada por essa categoria específica de trabalhadores. 5. Arguição de descumprimento conhecida e julgado improcedente o pedido.
41	28/06/2023	EDSON FACHIN	Rcl 57917 AgR	Agravo regimental em reclamação. Tema nº 725 da Repercussão Geral (RE nº 958.252) e ADPF nº 324. Prestação de serviços na atividade-fim de empresa tomadora de serviço por sociedade jurídica unipessoal. Fenômeno jurídico da “pejotização”. Existência de aderência estrita entre o ato reclamado e os paradigmas do STF. Agravo regimental provido. Reclamação julgada procedente. 1. O tema de fundo, referente à regularidade da contratação de pessoa jurídica constituída como sociedade unipessoal para a **prestação de serviço médico**, atividade-fim da empresa tomadora de serviços, nos termos de contrato firmado sob a égide de normas do direito privado, por se relacionar com a compatibilidade dos valores do trabalho e da livre iniciativa na terceirização do trabalho, revela aderência estrita com a matéria tratada no Tema nº 725 da Sistemática da Repercussão Geral e na ADPF nº 324. 2. A proteção constitucional ao trabalho não impõe que toda e qualquer prestação remunerada de serviços configure relação de emprego (CF/88, art. 7º), sendo conferida liberdade aos agentes econômicos para eleger suas estratégias empresariais dentro do marco vigente, com fundamento no postulado da livre iniciativa (CF/88, art. 170), conforme julgado na ADC nº 48. 3. Procedência do pedido para afirmar a licitude do fenômeno da contratação de pessoa jurídica unipessoal para a prestação de serviço a empresa tomadora de serviço, destacando-se não somente a compatibilidade dos valores do trabalho e da livre iniciativa na terceirização do trabalho assentada nos precedentes obrigatórios, mas também a ausência de condição de vulnerabilidade na opção pelo contrato firmado na relação jurídica estabelecida que justifique a proteção estatal por meio do Poder Judiciário. Precedentes. 4. Agravo regimental provido e reclamação julgada procedente.
42	28/06/2023	EDSON FACHIN	Rcl 57057 AgR	Agravo regimental em reclamação. Tema nº 725 da Repercussão Geral (RE nº 958.252) e ADPF nº 324. Prestação de serviços na atividade-fim de empresa tomadora de serviço por sociedade jurídica unipessoal. Fenômeno jurídico da “pejotização”. Existência de aderência estrita entre o ato reclamado e os paradigmas do STF. Agravo regimental provido. Reclamação julgada procedente. 1. O tema de fundo referente à regularidade da contratação de pessoa jurídica constituída como sociedade unipessoal para **prestação de serviço médico**, atividade-fim da empresa tomadora de serviços, nos termos de contrato firmado sob a égide de normas do direito privado, por se relacionar com a compatibilidade dos valores do trabalho e da livre iniciativa na terceirização do trabalho, revela aderência estrita com a matéria tratada no Tema nº 725 da Sistemática da Repercussão Geral e na ADPF nº 324. 2. A proteção constitucional ao trabalho não impõe que toda e qualquer prestação remunerada de serviços configure relação de emprego (CF/88, art. 7º), sendo conferida liberdade aos agentes econômicos para eleger suas estratégias empresariais dentro do marco vigente, com fundamento no postulado da livre iniciativa (CF/88, art. 170), conforme julgado na ADC nº 48. 3. Procedência do pedido para afirmar a licitude do fenômeno da contratação de pessoa jurídica unipessoal para prestação de serviço a empresa tomadora de serviço, destacando-se não somente a compatibilidade dos valores do trabalho e da livre iniciativa na terceirização do trabalho assentada nos precedentes obrigatórios, mas também a ausência de condição de vulnerabilidade na opção pelo contrato firmado na relação jurídica estabelecida que justifique a proteção estatal por meio do Poder Judiciário. Precedentes. 4. Agravo regimental provido e reclamação julgada procedente.
43	09/08/2023	MARCO AURÉLIO	ADI 5994	Ação Direta de Inconstitucionalidade. 2. Jornada de trabalho 12 por 36. Pactuação por acordo individual. Art. 59-A da CLT, na redação dada pela Lei 13.467, de 13 de julho de 2017. Reforma Trabalhista. 3. Alegação de violação ao disposto no artigo 7º, incisos XIII, XIV e XXVI, da Constituição Federal. Inocorrência. 4. ADI 4.842, Rel. Min. EDSON FACHIN, Tribunal Pleno, julgado em 14.9.2016. 5. Ação Direta de Inconstitucionalidade julgada improcedente.

44	30/08/2023	ALEXANDRE DE MORAES	ADI 5322	CONSTITUCIONAL E TRABALHISTA. CLT – LEI 13.103/2015. **POSSIBILIDADE DE REGULAMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE MOTORISTA**. NECESSIDADE DE ABSOLUTO RESPEITO AOS DIREITOS SOCIAIS E ÀS NORMAS DE PROTEÇÃO AO TRABALHADOR PREVISTAS NO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. RAZOABILIDADE NA PREVISÃO DE NORMAS DE SEGURANÇA VIÁRIA. PARCIAL PROCEDÊNCIA DA AÇÃO. 1. Compete ao Congresso Nacional regulamentar, especificamente, a profissão de motorista profissional de cargas e de passageiros, respeitando os direitos sociais e as normas de proteção ao trabalhador previstos na Constituição Federal. 2. São legítimas e razoáveis as restrições ao exercício da profissão de motorista em previsões de normas visando à segurança viária em defesa da vida e da sociedade, não violando o texto constitucional a previsão em lei da exigência de exame toxicológico. 3. Reconhecimento da autonomia das negociações coletivas (art. 7º, XXVI, da CF). Constitucionalidade da redução e/ou fracionamento do intervalo intrajornada dos motoristas profissionais, desde que ajustado em acordo ou convenção coletiva de trabalho. 4. A Constituição Federal não determinou um limite máximo de prestação em serviço extraordinário, de modo que compete à negociação coletiva de trabalho examinar a possibilidade de prorrogação da jornada da categoria por até quatro horas, em sintonia com a previsão constitucional disciplinada no art. 7º, XXVI, da CF. 5. Constitucionalidade da norma que prevê a possibilidade, excepcional e justificada, de o motorista profissional prorrogar a jornada de trabalho pelo tempo necessário até o veículo chegar a um local seguro ou ao destino. 6. O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL fixou orientação no sentido da constitucionalidade da adoção da jornada especial de 12 x 36, em regime de compensação de horários (art. 7º, XIII, da CF). 7. Não há inconstitucionalidade da norma que prevê o pagamento do motorista profissional por meio de remuneração variável, que, inclusive, possui assento constitucional, conforme disposto no inciso VII do art. 7º da Constituição Federal. 8. Compete ao Ministério do Trabalho e Emprego a regulamentação das condições de segurança, sanitárias e de conforto nos locais de espera, repouso e descanso dos motoristas profissionais de cargas e passageiros. 9. É inconstitucional o dispositivo legal que permite a redução e/ou o fracionamento dos intervalos interjornadas e do descanso semanal remunerado. Normas constitucionais de proteção da saúde do trabalhador (art. 7º, XXII, da CF). 10. Inconstitucionalidade na exclusão do tempo de trabalho efetivo do motorista profissional, quando está à disposição do empregador durante o carregamento/descarregamento de mercadorias, ou ainda durante fiscalização em barreiras fiscais ou alfandegárias, conhecido como “tempo de espera”. Impossibilidade de decote da jornada normal de trabalho e nem da jornada extraordinária, sob pena de desvirtuar a própria relação jurídica trabalhista reconhecida. 11. **Inconstitucionalidade de normas da Lei 13.103/2015 ao prever hipótese de descanso de motorista com o veículo em movimento. Prejuízo ao efetivo descanso do trabalhador**. 12. PARCIAL CONHECIMENTO DA AÇÃO DIRETA COM PARCIAL PROCEDÊNCIA, DECLARANDO INCONSTITUCIONAIS: (a) a expressão “sendo facultados o seu fracionamento e a coincidência com os períodos de parada obrigatória na condução do veículo estabelecida pela Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, garantidos o mínimo de 8 (oito) horas ininterruptas no primeiro período e o gozo do remanescente dentro das 16 (dezesseis) horas seguintes ao fim do primeiro período”, prevista na parte final do § 3º do art. 235-C; (b) a expressão “não sendo computadas como jornada de trabalho e nem como horas extraordinárias”, prevista na parte final do § 8º do art. 235-C; (c) a expressão “e o tempo de espera”, disposta na parte final do § 1º do art. 235-C, por arrastamento; (d) o § 9º do art. 235-C da CLT, sem efeito repristinatório; (e) a expressão “as quais não serão consideradas como parte da jornada de trabalho, ficando garantido, porém, o gozo do descanso de 8 (oito) horas ininterruptas aludido no § 3º do § 12 do art. 235-C”; (f) a expressão “usufruído no retorno do motorista à base (matriz ou filial) ou ao seu domicílio, salvo se a empresa oferecer condições adequadas para o efetivo gozo do referido repouso”, constante do caput do art. 235-D; (g) o § 1º do art. 235-D; (h) o § 2º do art. 235-D; (i) o § 5º do art. 235-D; (j) o inciso III do art. 235-E, todos da CLT, com a redação dada pelo art. 6º da Lei 13.103/2015; e (k) a expressão “que podem ser fracionadas, usufruídas no veículo e coincidir com os intervalos mencionados no § 1º, observadas no primeiro período 8 (oito) horas ininterruptas de descanso”, na forma como prevista no § 3º do art. 67-C do CTB, com redação dada pelo art. 7º da Lei 13.103/2015.
45	25/09/2023	LUIZ FUX	Rcl 56098 AgR-terceiro	TERCEIRO AGRAVO INTERNO NA RECLAMAÇÃO. DIREITO DO TRABALHO. DECISÃO IMPUGNADA QUE AFIRMA A EXISTÊNCIA DE **VÍNCULO EMPREGATÍCIO ENTRE CORRETOR DE IMÓVEIS E EMPRESA DO RAMO IMOBILIÁRIO**. ALEGAÇÃO DE OFENSA ÀS DECISÕES VINCULANTES PROFERIDAS NA ADPF 324 E NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 958.252 – TEMA 725 DA REPERCUSSÃO GERAL. DESCABIMENTO. AUSÊNCIA DE ESTRITA ADERÊNCIA. ACÓRDÃO FUNDADO EM ASPECTOS FÁTICOS E QUE DECLARA A EXISTÊNCIA DE SUBORDINAÇÃO. REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO QUE NÃO SE ADMITE NA VIA RECLAMATÓRIA. PRECEDENTES. AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

46	06/10/2023	ANDRÉ MENDONÇA	Rcl 53049 AgR	Agravo regimental na Reclamação. 2. Direito Constitucional, Civil e do Trabalho. 3. Terceirização. Pejotização. Liberdade de organização produtiva dos cidadãos. Licitude de outras formas de organização. 4. Ato reclamado que descaracteriza a relação contratual autônoma. Violação do entendimento firmado na ADPF 324 e no RE-RG 958.252 (TEMA 725) pelo Tribunal de origem. 5. Reclamação julgada procedente. 6. Ausência de argumentos capazes de infirmar a decisão agravada. 7. Agravo regimental não provido.
47	16/10/2023	LUÍS ROBERTO BARROSO	Rcl 60436 AgR	DIREITO DO TRABALHO. AGRAVO INTERNO EM RECLAMAÇÃO. ALEGAÇÃO DE AFRONTA ÀS DECISÕES PROFERIDAS NA ADPF 324, NO RE 958.252, NA ADC 48 E NAS ADIs 3.961 e 5.625. LICITUDE DE OUTRAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E DE PACTUAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO. 1. Agravo interno interposto contra decisão monocrática pela qual se julgou procedente o pedido formulado na reclamação, para cassar decisão que reconheceu a existência de relação de emprego entre as partes, afastando a alegação de prestação de serviço de forma autônoma. 2. Ofensa ao decidido nos paradigmas invocados (ADPF 324, no RE 958.252 - Tema 725 RG, na ADC 48 e na ADIs 3.961 e 5.625), nos quais se reconheceu a licitude de outras formas de organização da produção e de pactuação da força de trabalho. 3. O contrato de emprego não é a única forma de se estabelecerem relações de trabalho, pois um mesmo mercado pode comportar alguns profissionais que sejam contratados pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho e outros profissionais cuja atuação tenha um caráter de eventualidade ou maior autonomia. 4. De modo que são lícitos, ainda que para a execução da atividade-fim da empresa, os contratos de terceirização de mão de obra, parceria, sociedade e de prestação de serviços por pessoa jurídica (pejotização), desde que o contrato seja real; isto é, de que não haja relação de emprego com a empresa tomadora do serviço, com subordinação, horário para cumprir e outras obrigações típicas do contrato trabalhista, hipótese em que se estaria fraudando a contratação. 5. Caso em que não se trata de trabalhador hipossuficiente, sendo capaz, portanto, de fazer uma escolha esclarecida sobre sua contratação. Inexistente, na decisão reclamada, qualquer elemento concreto de que tenha havido coação na contratação celebrada. 6. Agravo interno a que se nega provimento.
48	19/10/2023	LUÍS ROBERTO BARROSO	Rcl 56499 AgR	Direito do trabalho e processual do trabalho. Agravo interno em reclamação. Outras formas de organização de produção e trabalho. 1. Agravos internos interpostos pelo Ministério Público Federal (MPF) e por Luiz Gustavo Vieira de Castro, em face de decisão monocrática que acolhera reclamação formulada pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF) para cassar decisões proferidas pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1ª região (TRT-1) e pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), que reconheceram a existência de relação de emprego entre as partes. 2. Esgotamento das demais instâncias. Tendo em vista que a reclamação se baseia no descumprimento da tese fixada na ADPF 324, sob minha relatoria, j. 30.08.2018, além da ADC 48, sob minha relatoria, j. 14.04.2020, e da ADI 5.625, Rel. Min. Nunes Marques, j. 28.10.2021, o requisito do esgotamento de instâncias sequer seria exigível, não podendo representar óbice ao conhecimento da reclamação. 3. Aderência da reclamação aos paradigmas. Esta Corte tem decidido que as teses fixadas nos precedentes mencionados não se limitam a fixar a licitude da terceirização, mas, em sentido mais amplo, definem a legalidade de outros vínculos de trabalho diversos do celetista. Por esse prisma, a reclamação cumpre o requisito de aderência aos precedentes alegadamente violados. 4. Desnecessidade de revolvimento de matéria fática. A decisão da agravada firmou-se nos critérios jurídicos fixados pelo STF para a configuração legítima de outras formas de relação de emprego, não implicando em revolvimento da matéria fática-probatória. 5. Violação efetiva das teses jurídicas do STF. Ao desconsiderar a possibilidade de vínculo estatutário a partir de uma diferenciação entre a atividade-meio e a atividade fim da CBF, as Cortes de origem descumpriram o que foi decidido pelo STF nos precedentes. O contrato de emprego não é a única forma de se estabelecerem relações de trabalho, pois um mesmo mercado pode comportar alguns profissionais que sejam contratados pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho e outros profissionais cuja atuação tenha um caráter de eventualidade ou maior autonomia. 6. Outras relações de trabalho, portanto, podem ser admitidas no ordenamento, desde que o vínculo seja real, sem fraude à lei trabalhista. No caso, não se trata de trabalhador hipossuficiente, inexistindo coação, de modo que se pôde fazer uma escolha esclarecida sobre o regime de trabalho a ser exercido. 7 Agravos internos conhecidos, mas desprovidos.
49	20/10/2023	LUÍS ROBERTO BARROSO	Rcl 58853 AgR	DIREITO DO TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO. AGRAVOS INTERNOS EM RECLAMAÇÃO. OUTRAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DE PRODUÇÃO E TRABALHO. 1. Agravos internos interpostos contra decisão monocrática que acolhera o pedido formulado na reclamação, para cassar decisão da Justiça do Trabalho que reconheceu a existência de relação de emprego entre as partes. Reclamação que se baseia no descumprimento da tese fixada na ADPF 324, sob minha relatoria, além da ADC 48, sob minha relatoria, e da ADI 5.625, Rel. Min. Nunes Marques. 2. Aderência da reclamação aos paradigmas. Esta Corte tem decidido que as teses fixadas nos precedentes mencionados não se limitam a fixar a licitude da terceirização, mas, em sentido mais amplo, definem a legalidade de outros vínculos de trabalho diversos do celetista. Por esse prisma, a reclamação cumpre o

				requisito de aderência aos precedentes alegadamente violados. 4. Desnecessidade de revolvimento de matéria fática. A decisão agravada firmou-se nos critérios jurídicos fixados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para a configuração legítima de outras formas de relação de emprego, não implicando revolvimento da matéria fática-probatória. 5. Violação efetiva das teses jurídicas do STF. Ao desconsiderar a possibilidade de outra forma de relação de trabalho, a partir de uma diferenciação entre a atividade-meio e a atividade-fim da empresa, a Corte de origem descumpriu o que foi decidido pelo STF nos precedentes. O contrato de emprego não é a única forma de se estabelecerem relações de trabalho, pois um mesmo mercado pode comportar alguns profissionais que sejam contratados pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho e outros profissionais cuja atuação tenha um caráter de eventualidade ou maior autonomia. 6. Outras relações de trabalho, portanto, podem ser admitidas no ordenamento (como, p. ex., contratos de terceirização de mão de obra, parceria, sociedade e de prestação de serviços por pessoa jurídica - pejotização), desde que o vínculo seja real, sem fraude à lei trabalhista. No caso, não se trata de trabalhador hipossuficiente, inexistindo coação, de modo que se pôde fazer uma escolha esclarecida sobre o regime de trabalho a ser exercido. 7. Agravos internos aos quais se nega provimento.
50	31/10/2023	GILMAR MENDES	Rcl 60749 AgR	Agravos Regimentais na Reclamação. 2. Direito Constitucional, Civil e do Trabalho. 3. Alegada nulidade por falta de citação do beneficiário. Não ocorrência. Ausência de prejuízo. Precedentes. 4. Terceirização. “Pejotização”. Liberdade de organização produtiva dos cidadãos. Licitude de outras formas de organização. Tribunal de origem violou entendimento firmado na ADPF 324, na ADI 5.625 e no RE-RG 958.252 (tema 725). 5. Reclamação julgada procedente. 6. Ausência de argumentos capazes de infirmar a decisão agravada. 7. Agravos regimentais não providos.
51	17/11/2023	LUIZ FUX	Rcl 54834 AgR-AgR-segundo	AGRAVOS INTERNOS NA RECLAMAÇÃO. DIREITO DO TRABALHO. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS PARA CONSECUÇÃO DE ATIVIDADE-FIM. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DA EMPRESA CONTRATANTE. ALEGAÇÃO DE AFRONTA À AUTORIDADE DA DECISÃO PROFERIDA POR ESTA SUPREMA CORTE NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 324. OCORRÊNCIA. PRECEDENTES. AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.
52	01/12/2023	GILMAR MENDES	Rcl 58911 AgR	Agravos Regimentais na Reclamação. 2. Direito Constitucional, Civil e do Trabalho. 3. Terceirização. “Pejotização”. Liberdade de organização produtiva dos cidadãos. Licitude de outras formas de organização. 4. Tribunal de origem violou entendimento firmado na ADPF 324, na ADI 5.625 e no RE-RG 958.252 (tema 725). 5. Reclamação julgada procedente. 6. Ausência de argumentos capazes de infirmar a decisão agravada. 7. Agravos regimentais não providos.
53	01/12/2023	GILMAR MENDES	Rcl 60525 AgR	Agravos Regimentais na Reclamação. 2. Direito Constitucional, Civil e do Trabalho. 3. Alegada nulidade por falta de citação do beneficiário. Não ocorrência. Ausência de prejuízo. Precedentes. 4. Terceirização. “Pejotização”. Liberdade de organização produtiva dos cidadãos. Licitude de outras formas de organização. Tribunal de origem violou entendimento firmado na ADPF 324, na ADI 5.625 e no RE-RG 958.252 (tema 725). 5. Reclamação julgada procedente. 6. Ausência de argumentos capazes de infirmar a decisão agravada. 7. Agravos regimentais não providos.
54	06/12/2023	LUIZ FUX	RE 842844	542 - Direito de gestante, contratada pela Administração Pública por prazo determinado ou ocupante de cargo em comissão demissível ad nutum, ao gozo de licença-maternidade e à estabilidade provisória. Tese: A trabalhadora gestante tem direito ao gozo de licença-maternidade e à estabilidade provisória, independentemente do regime jurídico aplicável, se contratual ou administrativo, ainda que ocupe cargo em comissão ou seja contratada por tempo determinado.
55	09/01/2024	NUNES MARQUES	Rcl 59047 AgR	AGRAVO INTERNO EM RECLAMAÇÃO. PRELIMINAR DE NULIDADE. PREJUÍZO. AUSÊNCIA. INADEQUAÇÃO. ADPF 324. ACÓRDÃO. DESRESPEITO CONFIGURADO. 1. A falta de requisição de informações ao órgão reclamado e de citação da parte beneficiária não implica nulidade se não demonstrado prejuízo. Além da suficiência da documentação juntada, a parte, mediante interposição de agravo interno, teve oportunidade de formalizar razões de inconformismo. Precedentes. 2. O Plenário, ao apreciar a ADPF 324, declarou lícita a terceirização de atividade-fim. 3. Tendo o órgão reclamado desconsiderado a existência de contrato civil de prestação de serviços, sem indicar qualquer elemento concreto a evidenciar intenção de fraudar vínculo empregatício, mostra-se configurada ofensa à orientação fixada na ADPF 324. 4. Agravo interno desprovido.

56	05/02/2024	NUNES MARQUES	Rcl 54959 AgR	Agravo regimental na reclamação. 2. Direito Constitucional, Civil e do Trabalho. 3. Terceirização. Pejotização. Relação contratual autônoma. Liberdade de organização produtiva dos cidadãos. Licitude de outras formas de organização. Tribunal de origem violou entendimento firmado na ADPF 324 e no RE-RG 958.252 (Tema 725). 4. Agravo regimental provido, para julgar procedente o pedido formulado na reclamação.
57	29/02/2024	LUIZ FUX	Rcl 64510 MC-Ref	REFERENDO NA MEDIDA CAUTELAR NA RECLAMAÇÃO. CONSTITUCIONAL. DIREITO DO TRABALHO. DECISÃO IMPUGNADA QUE DECLARA A ILICITUDE DE CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO DE ATIVIDADE-FIM CELEBRADO ENTRE PESSOAS JURÍDICAS. CONTRATAÇÃO DA ATIVIDADE DE OPERAÇÃO PREDIAL (**FUNÇÕES DE TÉCNICO DE OPERAÇÃO E TÉCNICO DE MANUTENÇÃO**) POR MEIO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS. ALEGAÇÃO DE AFRONTA À AUTORIDADE DA DECISÃO PROFERIDA POR ESTA SUPREMA CORTE NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 324. FUMUS BONI IURIS. PARADIGMA EM QUE SE DECLARA A CONSTITUCIONALIDADE DE MODELOS DIVERSOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO MERCADO DE TRABALHO. PRINCÍPIOS DA LIVRE INICIATIVA E DA LIVRE CONCORRÊNCIA. PRECEDENTES. PERICULUM IN MORA. INTERRUPÇÃO DAS OPERAÇÕES PREDIAIS E RISCO DE DEGRADAÇÃO DO EDIFÍCIO SEDE DA RECLAMANTE. MEDIDA LIMINAR DEFERIDA, AD REFERENDUM DA TURMA, COM FUNDAMENTO NO ARTIGO 989, INCISO II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVI, PARA SUSPENDER OS EFEITOS DA DECISÃO PROFERIDA PELO JUÍZO DA 51ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO, NOS AUTOS DO PROCESSO Nº 0100544-19.2022.5.01.0051, ATÉ ULTERIOR DECISÃO NESTES AUTOS.
58	01/03/2024	GILMAR MENDES	Rcl 62854 AgR	Agravo regimental na reclamação. 2. Direito Constitucional e do Trabalho. 3. Terceirização. **Corretor de imóveis**. Lei 6.530/1978. Liberdade de organização produtiva dos cidadãos. Licitude de outras formas de organização. Tribunal de origem violou entendimento firmado na ADPF 324 e no RE-RG 958.252 (tema 725). 4. Reclamação julgada procedente. 5. Ausência de argumentos capazes de infirmar a decisão agravada. 6. Agravo regimental não provido.
59	06/03/2024	EDSON FACHIN	Rcl 62430 AgR	Segundo agravo regimental em reclamação. Tema nº 725 da Repercussão Geral (RE nº 958.252) e ADPF nº 324. Prestação de serviços na atividade-fim de empresa tomadora de serviço por sociedade jurídica unipessoal. Fenômeno jurídico da "pejotização". Existência de aderência estrita entre o ato reclamado e os paradigmas do STF. Agravo regimental provido. Reclamação julgada procedente. 1. O tema de fundo, referente à regularidade da contratação de pessoa jurídica constituída como sociedade unipessoal para a **prestação de serviço de consultoria e de assessoria** na atividade-fim da empresa tomadora de serviços, nos termos de contrato firmado sob a égide de normas do direito privado, por se relacionar com a compatibilidade dos valores do trabalho e da livre iniciativa na terceirização do trabalho, revela aderência estrita com a matéria tratada no Tema nº 725 da Sistemática da Repercussão Geral e na ADPF nº 324. 2. A proteção constitucional ao trabalho não impõe que toda e qualquer prestação remunerada de serviços configure relação de emprego (CF/88, art. 7º), sendo conferida liberdade aos agentes econômicos para eleger suas estratégias empresariais dentro do marco vigente, com fundamento no postulado da livre iniciativa (CF/88, art. 170), conforme julgado na ADC nº 48. 3. Procedência do pedido para se afirmar a licitude do fenômeno da contratação de pessoa jurídica unipessoal para a prestação de serviço a empresa tomadora de serviço, destacando-se não somente a compatibilidade dos valores do trabalho e da livre iniciativa na terceirização do trabalho assentada nos precedentes obrigatórios, mas também a ausência de condição de vulnerabilidade na opção pelo contrato firmado na relação jurídica estabelecida que justifique a proteção estatal por meio do Poder Judiciário. Precedentes. 4. Agravo regimental provido e reclamação julgada procedente.
60	13/03/2024	DIAS TOFFOLI	Rcl 63510 AgR	Agravo regimental em reclamação. Direito constitucional. Direito do trabalho. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 324. Tema nº 725 da Repercussão Geral. **Vínculo empregatício com prestador de serviços biomédicos admitido como sócio da empresa tomadora**. Fatos e provas. Reexame. Impossibilidade. Ausência de estrita aderência entre o ato reclamado e as decisões paradigmas. Reiteração de teses. Agravo regimental não provido. 1. A Justiça do Trabalho afastou a alegação de que a parte beneficiária prestaria seus serviços como profissional autônomo, compreendendo a autoridade reclamada, a partir das provas produzidas nos autos, pelo preenchimento dos requisitos caracterizadores da relação de emprego. Assim, conforme assentado na decisão agravada, "a pretensão dos autos demanda o revolvimento e reexame de fatos e provas do caso concreto, incompatível com a via reclamatória". 2. O cabimento da reclamação constitucional requer a demonstração de aderência estrita do objeto do ato reclamado ao conteúdo das decisões paradigmáticas do STF, o que não ocorreu na espécie. 3. Agravo regimental não provido.

61	10/04/2024	DIAS TOFFOLI	Rcl 63616 AgR	Agravo regimental em reclamação. Direito constitucional. Direito do trabalho. Arguição de descumprimento de preceito fundamental nº 324. Ausência de estrita aderência entre o ato reclamado e a decisão paradigma. **Associação advocatícia.** Não cabimento da via reclamatória como sucedâneo recursal. Reiteração de teses. Não provimento. 1. Conforme assentado na decisão agravada, "a moldura fático- jurídica subjacente (...) para prestação de serviço na função de advogado, cuja controvérsia foi solucionada à luz da primazia da realidade, com fundamento nos elementos concretos de prova e normas jurídicas que orientam a atuação judicante ' não possui aderência estrita com os paradigmas, quais sejam, ADPF nº 324, Tema nº 725 RG, a ADC nº 48 e a ADI nº 5.625". 2. É iterativa a jurisprudência da Suprema Corte de que a reclamatória constitucional não se "configura instrumento viabilizador do reexame do conteúdo do ato reclamado" (Rcl nº 6.534/MA-AgR, Tribunal Pleno, Rel. Min. Celso de Mello, DJe-197 de 17/10/08), bem como não se admite seu manejo como "sucedâneo de ação rescisória, de recursos ou de ações judiciais em geral" (Rcl nº 23.157/BA-AgR, Rel. Min. Celso de Mello, Segunda Turma, DJe de 7/4/16). 3. O cabimento da reclamação constitucional requer a demonstração de aderência estrita do objeto do ato reclamado ao conteúdo das decisões paradigmáticas do STF, a qual não ocorreu na espécie. 4. Agravo regimental não provido.
62	10/04/2024	EDSON FACHIN	Rcl 62920 AgR	Agravo regimental em reclamação. Tema nº 725 da Repercussão Geral (RE nº 958.252) e ADPF nº 324. Prestação de serviços na atividade-fim de empresa tomadora de serviço por sociedade jurídica unipessoal. Fenômeno jurídico da "pejotização". Existência de aderência estrita entre o ato reclamado e os paradigmas do STF. Agravo regimental provido. Reclamação julgada procedente. 1. O tema de fundo, referente à regularidade da contratação de pessoa jurídica constituída como sociedade unipessoal para a **prestação de serviço de consultori**a e de assessoria na atividade-fim da empresa tomadora de serviços, nos termos de contrato firmado sob a égide de normas do direito privado, por se relacionar com a compatibilidade dos valores do trabalho e da livre iniciativa na terceirização do trabalho, revela aderência estrita com a matéria tratada no Tema nº 725 da Sistemática da Repercussão Geral e na ADPF nº 324. 2. A proteção constitucional ao trabalho não impõe que toda e qualquer prestação remunerada de serviços configure relação de emprego (CF/88, art. 7º), sendo conferida liberdade aos agentes econômicos para eleger suas estratégias empresariais dentro do marco vigente, com fundamento no postulado da livre iniciativa (CF/88, art. 170), conforme julgado na ADC nº 48. 3. Procedência do pedido para se afirmar a licitude do fenômeno da contratação de pessoa jurídica unipessoal para a prestação de serviço a empresa tomadora de serviço, destacando-se não somente a compatibilidade dos valores do trabalho e da livre iniciativa na terceirização do trabalho assentada nos precedentes obrigatórios, mas também a ausência de condição de vulnerabilidade na opção pelo contrato firmado na relação jurídica estabelecida que justifique a proteção estatal por meio do Poder Judiciário. Precedentes. 4. Agravo regimental provido e reclamação julgada procedente.
63	29/04/2024	EDSON FACHIN	Rcl 59384 AgR	AGRAVO REGIMENTAL NA RECLAMAÇÃO. TERCEIRIZAÇÃO. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE **SERVIÇOS (CALL CENTER)**. ALEGADA VIOLAÇÃO À ADPF Nº 324/DF E AO ENUNCIADO SUMULAR VINCULANTE Nº 10. OCORRÊNCIA. PERMISSÃO CONSTITUCIONAL DE FORMAS ALTERNATIVAS DE RELAÇÕES DE TRABALHO. PROVIMENTO DO RECURSO. PROCEDÊNCIA DA RECLAMAÇÃO. 1. No julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 324/DF, o Supremo Tribunal Federal reconheceu a licitude da terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho, inclusive de relações contratuais, como as existentes entre as instituições financeiras e as chamadas empresas de call centers. 2. No caso dos autos, a autoridade reclamada considerou ilícita a terceirização, porquanto realizada na atividade-fim da empresa concessionária, reconhecendo, ainda, os direitos e vantagens dos empregados da reclamante à parte beneficiária. Ao assim proceder, o Tribunal reclamado afastou a aplicação do § 1º do art. 25 da Lei nº 8.987, de 1995, assim como do art. 94, inc. II, da Lei nº 9.472, de 1997. 3. A declaração de ilicitude da terceirização de atividade finalística da reclamante, viola o paradigma firmado na ADPF nº 324/DF e, ainda, o comando do enunciado nº 10 da Súmula Vinculante. 4. Agravo regimental provido para, julgando procedente o pedido formulado na reclamação, cassar a decisão reclamada e determinar que outra seja proferida, em estrita observância ao que decidido na ADPF nº 324/DF e ao enunciado vinculante nº 10.
64	20/05/2024	LUIZ FUX	Rcl 65047 AgR	AGRAVO INTERNO NA RECLAMAÇÃO. DIREITO DO TRABALHO. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS PARA CONSECUÇÃO DE ATIVIDADE-FIM. ALEGAÇÃO DE AFRONTA À AUTORIDADE DA DECISÃO PROFERIDA POR ESTA SUPREMA CORTE NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 324. OCORRÊNCIA. PRECEDENTES. RECLAMAÇÃO JULGADA PROCEDENTE. AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

65	27/05/2024	CRISTIANO ZANIN	Rcl 66376 AgR	AGRAVO REGIMENTAL NA RECLAMAÇÃO. PRELIMINAR DE NULIDADE. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO À PARTE. DIREITO TRABALHISTA. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. ALEGAÇÃO DE AFRONTA À AUTORIDADE DAS DECISÕES PROFERIDAS POR ESTE SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL CORTE NA ADPF 324/DF E NO RE 958.252 RG/MG (TEMA 725 DA REPERCUSSÃO GERAL). ADERÊNCIA ESTRITA. **SERVIÇOS DE ENGENHARIA.** RECLAMAÇÃO JULGADA PROCEDENTE. AGRAVO DESPROVIDO. I - A declaração de nulidade processual depende da demonstração de efetivo prejuízo pela parte que a alega, o que não ocorreu no caso em análise. II - O Supremo Tribunal Federal, com fundamento nos princípios constitucionais da livre iniciativa e da livre concorrência, entendeu ser possível a terceirização de qualquer atividade econômica e reconheceu a constitucionalidade de formas alternativas à relação de emprego na contratação e prestação de serviços. III - Existência de afronta à autoridade das decisões proferidas na ADPF 324/DF e no RE 958.252 RG/MG – Tema 725/RG. Precedentes. IV - Agravo regimental desprovido.
66	27/05/2024	EDSON FACHIN	Rcl 65253 AgR	Agravo Regimental na Reclamação. 2. Direito Constitucional, Civil e do Trabalho. 3. Terceirização. Pejotização. 4. Liberdade de organização produtiva dos cidadãos. Licitude de outras formas de organização do trabalho. 5. Violação ao entendimento firmado na ADPF 324. 6. Reclamação julgada procedente. 7. Agravo regimental provido.
67	06/06/2024	EDSON FACHIN	Rcl 63020 AgR	Agravo Regimental na Reclamação. 2. Direito Constitucional, Civil e do Trabalho. 3. Terceirização. Pejotização. 4. Liberdade de organização produtiva dos cidadãos. Licitude de outras formas de organização do trabalho. 5. Violação ao entendimento firmado na ADPF 324. 6. Reclamação julgada procedente. 7. Agravo regimental provido.
68	06/06/2024	EDSON FACHIN	Rcl 61403 AgR-segundo	Agravo Regimental na Reclamação. 2. Direito Constitucional, Civil e do Trabalho. 3. Terceirização. Pejotização. 4. Liberdade de organização produtiva dos cidadãos. Licitude de outras formas de organização do trabalho. 5. Violação ao entendimento firmado na ADPF 324. 6. Reclamação julgada procedente. 7. Agravo regimental provido.
69	06/06/2024	EDSON FACHIN	Rcl 64029 AgR	RECLAMAÇÃO. LABOR SEM REGISTRO EM CARTEIRA DE TRABALHO. RELAÇÃO DE EMPREGO. CONSTATAÇÃO. TEMA 725 DA REPERCUSSÃO GERAL. NÃO ESGOTAMENTO DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. ADPF 324. AUSÊNCIA DE ADERÊNCIA ESTRITA. SÚMULA VINCULANTE 10. INEXISTÊNCIA DE OFENSA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. O esgotamento das instâncias ordinárias previsto no art. 988, § 5º, II, do CPC, exige a impossibilidade de reforma da decisão reclamada por qualquer tribunal, inclusive superior. Logo, não há como entender percorrido o iter processual a hipótese em que o processo no qual proferida a decisão reclamada se encontra em regular tramitação na instância de origem sem que tenha sido sequer interposto o recurso extraordinário. 2. A apreciação das reclamações constitucionais por este Supremo Tribunal Federal não pode, de forma abstrata e generalizada, impor natureza comercial ao vínculo decorrente de qualquer espécie de contrato, excluindo, aprioristicamente, o regime de direitos fundamentais sociais trabalhistas preconizado pelo art. 7º da Constituição da República, se, nessa relação, estiverem presentes os elementos caracterizadores da relação de emprego. 3. A ausência de aderência estrita entre a matéria constante do ato impugnado e aquela analisada por este Tribunal nos processos paradigmas invocados torna inadmissível a reclamação constitucional. 4. É inviável a reclamação cujo conhecimento dependa do reexame do conjunto fático-probatório a que chegaram as instâncias ordinárias. 5. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é firme acerca da não exigência de reserva de plenário para a mera interpretação e aplicação de normas jurídicas, que emerge do próprio exercício da jurisdição, sendo necessário para caracterizar violação à tal cláusula que a decisão de órgão fracionário fundamente-se na incompatibilidade entre a norma legal indicada e a Carta da República, o que não se verificou no caso concreto. 6. Agravo regimental a que se nega provimento.
70	14/06/2024	CRISTIANO ZANIN	Rcl 64487 AgR	AGRAVO REGIMENTAL NA RECLAMAÇÃO. PRELIMINAR DE NULIDADE. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO À PARTE. DIREITO TRABALHISTA. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. ALEGAÇÃO DE AFRONTA À AUTORIDADE DAS DECISÕES PROFERIDAS PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA AÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 324/DF E NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 958.252 RG/MG (TEMA 725 DA REPERCUSSÃO GERAL). ADERÊNCIA ESTRITA. **FOTÓGRAFO E CINEGRAFISTA**. AUSÊNCIA DE VÍCIO DE CONSENTIMENTO OU CONDIÇÃO DE VULNERABILIDADE. RECLAMAÇÃO JULGADA PROCEDENTE. AGRAVO DESPROVIDO. I – O Supremo Tribunal Federal, com fundamento nos princípios constitucionais da livre iniciativa e da livre concorrência, assentou ser possível a terceirização de qualquer atividade econômica e reconheceu a constitucionalidade de outras formas de contratação e prestação de serviços, alternativas à relação de

				emprego. II – Existência de afronta à autoridade das decisões proferidas na ADPF 324/DF e no RE 958.252 RG/MG – Tema 725 RG. Precedentes. III – Agravo regimental desprovido.
71	27/06/2024	CRISTIANO ZANIN	Rcl 67953 AgR	AGRAVO REGIMENTAL NA RECLAMAÇÃO. PRELIMINAR DE NULIDADE. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO À PARTE. DIREITO TRABALHISTA. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. ALEGAÇÃO DE AFRONTA À AUTORIDADE DAS DECISÕES PROFERIDAS PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA AÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 324/DF E NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 958.252 RG/MG (TEMA 725 DA REPERCUSSÃO GERAL). ADERÊNCIA ESTRITA. **MÉDICA**. AUSÊNCIA DE VÍCIO DE CONSENTIMENTO OU CONDIÇÃO DE VULNERABILIDADE. RECLAMAÇÃO JULGADA PROCEDENTE. AGRAVO DESPROVIDO. I – O Supremo Tribunal Federal, com fundamento nos princípios constitucionais da livre iniciativa e da livre concorrência, assentou ser possível a terceirização de qualquer atividade econômica e reconheceu a constitucionalidade de outras formas de contratação e prestação de serviços, alternativas à relação de emprego. II – Existência de afronta à autoridade das decisões proferidas na ADPF 324/DF e no RE 958.252 RG/MG – Tema 725 RG. Precedentes. III – Agravo regimental desprovido.
72	28/06/2024	CÁRMEN LÚCIA	Rcl 64337 AgR	CONSTITUCIONAL, TRABALHISTA E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NA RECLAMAÇÃO. **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO AUTÔNOMO DE CONSULTORIA**. OFENSA AO QUE DECIDIDO POR ESTE TRIBUNAL NO JULGAMENTO DA ADPF 324 E DO TEMA 725 DA REPERCUSSÃO GERAL. AGRAVO PROVIDO PARA JULGAR PROCEDENTE A RECLAMAÇÃO. I. CASO EM EXAME 1. Agravo Interno em Reclamação que impugna acórdão proferido pelo TRT-03 que reconheceu o vínculo empregatício entre a empresa agravante e a parte agravada. II. QUESTÃO JURÍDICA EM DISCUSSÃO 2. Discute-se a suposta violação à autoridade da decisão proferida por esta Corte na ADPF 324, Rel. Min. ROBERTO BARROSO; na ADC 48, Rel. Min. ROBERTO BARROSO; na ADI 3.961, Rel. Min. ROSA WEBER; na ADI 5.625, Red. p/ o Acórdão Min. NUNES MARQUES; bem como no Tema 725-RG, RE 958.252, Rel. Min. LUIZ FUX. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A conclusão adotada pelo acórdão reclamado, afirmando-se a existência de relação de emprego e a celebração de contrato de prestação de serviços com o intuito de afastar a aplicação da legislação trabalhista, acabou por contrariar os resultados produzidos no RE 958.252, Tema 725-RG, na ADPF 324 e na ADC 48, nos quais esta CORTE assentou a licitude de outras formas de relação de trabalho que não a relação de emprego regida pela CLT, como na própria terceirização ou em casos específicos, como a previsão da natureza civil da relação decorrente de contratos firmados nos termos da Lei 11.442/2007, ou a previsão da natureza civil para contratos de parceria entre salões de beleza e profissionais do setor, nos termos da Lei 13.352/2016. IV. DISPOSITIVO 4. Recurso de Agravo a que se dá provimento para julgar procedente a Reclamação.
73	01/07/2024	ANDRÉ MENDONÇA	Rcl 62817 AgR	AGRAVO REGIMENTAL EM RECLAMAÇÃO. TERCEIRIZAÇÃO. PROFISSIONAL LIBERAL. **CONTRATO DE ASSOCIAÇÃO COM ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA**. ADPF Nº 324/DF, ADC Nº 48/DF, ADI Nº 5.625/DF E RE Nº 958.252-RG/MG (TEMA RG Nº 725): INOBSERVÂNCIA. 1. O Supremo Tribunal Federal reconhece a constitucionalidade da prestação de serviços por meio da terceirização, bem como a possibilidade de haver outras formas lícitas de organização e divisão do trabalho, como ocorrido nos julgamentos-paradigma da ADPF nº 324/DF, da ADC nº 48/DF, da ADI nº 5.625/DF e do RE nº 958.252- RG/MG, Tema RG nº 725. 2. No presente caso, o Juízo reclamado afastou a validade de contrato de sociedade de profissional da advocacia, em afronta aos referidos paradigmas. 3. Agravo regimental ao qual se nega provimento.
74	14/08/2024	EDSON FACHIN	Rcl 64710 AgR	Agravo regimental na reclamação. 2. Direito constitucional e processual civil. 3. **Transportador autônomo. Lei nº 11.442/2017**. Configuração de relação comercial de natureza civil. Competência da Justiça Comum. ADC 48. 4. Agravo regimental provido para julgar procedente a Reclamação para cassar a decisão reclamada e determinar que outra seja proferida, em observância à jurisprudência desta Corte firmada no julgamento da ADC 48.
75	20/08/2024	EDSON FACHIN	Rcl 64390 AgR	AGRAVO REGIMENTAL NA RECLAMAÇÃO. VÍNCULO DE NATUREZA CIVIL FORMALIZADO ENTRE PESSOAS JURÍDICAS. ADPF Nº 324/DF E RE Nº 958.252-RG/DF (TEMA RG Nº 725). ALEGADA INOBSERVÂNCIA. 1. O Supremo Tribunal Federal reconhece a constitucionalidade da prestação de serviços por meio da terceirização, bem como a possibilidade de haver outras formas lícitas de organização e divisão do trabalho, como assentado nos julgamentos da ADPF nº 324/DF e do Tema nº 725 do rol da Repercussão Geral. 2. No presente caso, o Tribunal reclamado afastou a validade de vínculo de natureza civil firmado entre

				pessoas jurídicas, em inobservância aos referidos paradigmas. 3. Agravo regimental ao qual se dá provimento para julgar procedente a reclamação.
76	21/08/2024	DIAS TOFFOLI	Rcl 64256 AgR-AgR	Agravo regimental em reclamação. ADPF nº 324, ADC nº 48, ADI nº 5.625 e RE nº 958.252 (vinculado ao Tema nº 725 da RG). Prestação de serviços na empresa contratante por profissional autônomo. Existência de aderência estrita entre o ato reclamado e os paradigmas da Corte. Hipótese de cabimento de reclamação constitucional. Não configuração do uso da reclamação como sucedâneo recursal. Inexigência do requisito de esgotamento de instâncias por não versar o paradigma sobre tema de repercussão geral. Agravo regimental não provido. 1. O tema de fundo, referente à regularidade da contratação de pessoa jurídica constituída para a **prestação de serviço de roteirista**, nos termos de contrato firmado sob a égide de normas do direito privado, por se relacionar com a compatibilidade dos valores do trabalho e da livre iniciativa na terceirização do trabalho, revela aderência estrita com a matéria tratada no Tema nº 725 da Sistemática da Repercussão Geral e na ADPF nº 324. 2. Verificada afronta aos paradigmas exarados em sede de ações de controle concentrado de constitucionalidade, exsurge a hipótese de cabimento da reclamação constitucional perante o STF, sem prejuízo dos recursos ou de outros meios admissíveis de impugnação, não se configurando o uso da reclamação como sucedâneo recursal, bem como não se exigindo o requisito de esgotamento de instância ordinária previsto no art. 988, § 5º, inciso II, do CPC. 3. Agravo regimental não provido.
77	21/08/2024	DIAS TOFFOLI	Rcl 68236 AgR	Agravo regimental em reclamação. ADPF nº 324, ADC nº 48, ADI nº 3.991, ADI nº 5.625 e RE nº 958.252 (vinculado ao Tema nº 725 da RG). Prestação de serviços na empresa contratante por profissional autônomo. Existência de aderência estrita entre o ato reclamado e os paradigmas da Corte. Reclamação julgada procedente. Agravo regimental não provido. 1. O tema de fundo, referente à regularidade da contratação de pessoa jurídica constituída **para a prestação de serviço de auditoria/coordenação**, nos termos de contrato firmado sob a égide de normas do direito privado, por se relacionar com a compatibilidade dos valores do trabalho e da livre iniciativa na terceirização do trabalho, revela aderência estrita com a matéria tratada no Tema nº 725 da Sistemática da Repercussão Geral e na ADPF nº 324. 2. Agravo regimental não provido.
78	22/08/2024	CRISTIANO ZANIN	Rcl 68963 AgR	AGRAVO REGIMENTAL NA RECLAMAÇÃO. PRELIMINAR DE NULIDADE. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO À PARTE. DIREITO TRABALHISTA. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. ALEGAÇÃO DE AFRONTA À AUTORIDADE DA DECISÃO PROFERIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA AÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 324/DF. ADERÊNCIA ESTRITA. **CORRETOR DE IMÓVEIS**. AUSÊNCIA DE VÍCIO DE CONSENTIMENTO OU CONDIÇÃO DE VULNERABILIDADE. RECLAMAÇÃO JULGADA PROCEDENTE. AGRAVO DESPROVIDO. I – O Supremo Tribunal Federal, com fundamento nos princípios constitucionais da livre iniciativa e da livre concorrência, assentou ser possível a terceirização de qualquer atividade econômica e reconheceu a constitucionalidade de outras formas formas de contratação e prestação de serviços, alternativas à relação de emprego. II – Existência de afronta à autoridade da decisão proferida na ADPF 324/DF. Precedentes. III – Agravo regimental desprovido.
79	22/08/2024	CRISTIANO ZANIN	Rcl 64105 AgR	AGRAVO REGIMENTAL NA RECLAMAÇÃO. DIREITO TRABALHISTA. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. ALEGAÇÃO DE AFRONTA À AUTORIDADE DAS DECISÃO PROFERIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA AÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 324/DF. ADERÊNCIA ESTRITA. AUSÊNCIA DE VÍCIO DE CONSENTIMENTO OU CONDIÇÃO DE VULNERABILIDADE. RECLAMAÇÃO JULGADA PROCEDENTE. AGRAVO DESPROVIDO. I – O Supremo Tribunal Federal, com fundamento nos princípios constitucionais da livre iniciativa e da livre concorrência, assentou ser possível a terceirização de qualquer atividade econômica e reconheceu a constitucionalidade de outras formas formas de contratação e prestação de serviços, alternativas à relação de emprego. II – Existência de afronta à autoridade da decisão proferida na ADPF 324/DF. Precedentes. III – Agravo regimental desprovido.
80	22/08/2024	CRISTIANO ZANIN	Rcl 62835 AgR	AGRAVO REGIMENTAL NA RECLAMAÇÃO. PRELIMINAR DE NULIDADE. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO À PARTE. DIREITO TRABALHISTA. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. ALEGAÇÃO DE AFRONTA À AUTORIDADE DAS DECISÕES PROFERIDAS PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA AÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 324/DF E NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 958.252 RG/MG (TEMA 725 DA REPERCUSSÃO GERAL). ADERÊNCIA ESTRITA. **CORRETOR DE IMÓVEIS**. AUSÊNCIA DE VÍCIO DE CONSENTIMENTO OU CONDIÇÃO DE VULNERABILIDADE. RECLAMAÇÃO JULGADA PROCEDENTE. AGRAVO DESPROVIDO. I – O Supremo Tribunal Federal, com fundamento nos princípios constitucionais da livre iniciativa e da livre concorrência, assentou ser possível a terceirização de qualquer atividade econômica e reconheceu a

				constitucionalidade de outras formas formas de contratação e prestação de serviços, alternativas à relação de emprego. II – Existência de afronta à autoridade das decisões proferidas na ADPF 324/DF e no RE 958.252 RG/MG – Tema 725 RG. Precedentes. III – Agravo regimental desprovido.
81	22/08/2024	CRISTIANO ZANIN	Rcl 65299 AgR	AGRAVO REGIMENTAL NA RECLAMAÇÃO. PRELIMINAR DE NULIDADE. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO À PARTE. DIREITO TRABALHISTA. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. ALEGAÇÃO DE AFRONTA À AUTORIDADE DAS DECISÕES PROFERIDAS PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA AÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 324/DF E NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 958.252 RG/MG (TEMA 725 DA REPERCUSSÃO GERAL). ADERÊNCIA ESTRITA. **PROGRAMADOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**. AUSÊNCIA DE VÍCIO DE CONSENTIMENTO OU CONDIÇÃO DE VULNERABILIDADE. RECLAMAÇÃO JULGADA PROCEDENTE. AGRAVO DESPROVIDO. I – O Supremo Tribunal Federal, com fundamento nos princípios constitucionais da livre iniciativa e da livre concorrência, assentou ser possível a terceirização de qualquer atividade econômica e reconheceu a constitucionalidade de outras formas formas de contratação e prestação de serviços, alternativas à relação de emprego. II – Existência de afronta à autoridade das decisões proferidas na ADPF 324/DF e no RE 958.252 RG/MG – Tema 725 RG. Precedentes. III – Agravo regimental desprovido.
82	22/08/2024	CRISTIANO ZANIN	Rcl 67818 AgR	AGRAVO REGIMENTAL NA RECLAMAÇÃO. PRELIMINAR DE NULIDADE. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO À PARTE. DIREITO TRABALHISTA. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. ALEGAÇÃO DE AFRONTA À AUTORIDADE DAS DECISÕES PROFERIDAS PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA AÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 324/DF E NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 958.252 RG/MG (TEMA 725 DA REPERCUSSÃO GERAL). ADERÊNCIA ESTRITA. **TÉCNICA DE ENFERMAGEM**. AUSÊNCIA DE VÍCIO DE CONSENTIMENTO. RECLAMAÇÃO JULGADA PROCEDENTE. AGRAVO DESPROVIDO. I – O Supremo Tribunal Federal, com fundamento nos princípios constitucionais da livre iniciativa e da livre concorrência, assentou ser possível a terceirização de qualquer atividade econômica e reconheceu a constitucionalidade de outras formas formas de contratação e prestação de serviços, alternativas à relação de emprego. II – Existência de afronta à autoridade das decisões proferidas na ADPF 324/DF e no RE 958.252 RG/MG – Tema 725 RG. Precedentes. III – Agravo regimental desprovido.
83	23/08/2024	GILMAR MENDES	Rcl 68809 AgR	Agravo regimental na reclamação. 2. Direito Constitucional, Civil e do Trabalho. 3. Terceirização. Pejotização. Liberdade de organização produtiva dos cidadãos. Licitude da "terceirização" da atividade-fim da empresa tomadora através de contratos de prestação de serviços profissionais por meio de pessoas jurídicas. 4. Existência de instrumento negocial firmado entre as partes plenamente capazes acerca da forma de contratação do serviço. Relação de emprego não configurada. 5. Autoridade reclamada violou entendimento firmado na ADPF 324. 6. Desnecessária a citação da parte beneficiária para contestação. Ausência de prejuízo. Precedentes. 7. Ausência de argumentos capazes de infirmar a decisão agravada. 8. Agravo regimental não provido.
84	23/08/2024	GILMAR MENDES	Rcl 68837 AgR	Agravo regimental na reclamação. 2. Direito Constitucional, Civil e do Trabalho. 3. Terceirização. Pejotização. Liberdade de organização produtiva dos cidadãos. Licitude da "terceirização" da atividade-fim da empresa tomadora através de contratos de prestação de serviços profissionais por meio de pessoas jurídicas. 4. Existência de instrumento negocial firmado entre as partes plenamente capazes acerca da forma de contratação do serviço. Relação de emprego não configurada. 5. Autoridade reclamada violou entendimento firmado na ADPF 324. 6. Ausência de argumentos capazes de infirmar a decisão agravada. 7. Agravo regimental não provido.
85	28/08/2024	ALEXANDRE DE MORAES	Rcl 68524 AgR	CONSTITUCIONAL, TRABALHISTA E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NA RECLAMAÇÃO. OFENSA AO QUE DECIDIDO POR ESTE TRIBUNAL NO JULGAMENTO DA ADPF 324, ADC 48, E ADI 5.626. AGRAVO DESPROVIDO. I. CASO EM EXAME 1. Agravo Interno em Reclamação que impugna acórdão do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região em que mantida sentença na qual se reconheceu vínculo empregatício. II. QUESTÃO JURÍDICA EM DISCUSSÃO 2. Discute-se suposta violação ao quanto decidido por esta CORTE no julgamento da ADPF 324 e da ADC 48, ambas de relatoria do Min. ROBERTO BARROSO; e da ADI 5.625, Rel. Min. EDSON FACHIN, Redator para o acórdão Min. NUNES MARQUES. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. Nos termos do art. 988, § 5º, II, do CPC, o exaurimento das instâncias ordinárias é pressuposto ao cabimento da Reclamação quando esta tem por único fundamento a exigência de respeito a precedente julgado por esta SUPREMA CORTE em regime de Repercussão Geral. 4. A decisão reclamada afastou a eficácia de contrato de corretor de imóveis, afirmando-se a existência de relação de emprego. Assentou, ainda, que essa relação foi utilizada como meio para se fraudar a legislação trabalhista, acarretando a modificação da estrutura tradicional do contrato de emprego regido pela CLT. 5. Inobservância do

				entendimento da CORTE quanto à constitucionalidade das relações de trabalho diversas da de emprego regida pela CLT, conforme decidido na ADPF 324, na ADC 48, na ADI 3.961, na ADI 5.625, bem como no Tema 725 da Repercussão Geral. IV. DISPOSITIVO 6. Recurso de Agravo a que se nega provimento.
86	29/08/2024	FLÁVIO DINO	Rcl 66755 AgR	AGRAVO REGIMENTAL NA RECLAMAÇÃO. DIREITO TRABALHISTA. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. ALEGAÇÃO DE AFRONTA À AUTORIDADE DAS DECISÕES PROFERIDAS PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA AÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 324/DF E NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 958.252 RG/MG (TEMA 725 DA REPERCUSSÃO GERAL). ADERÊNCIA ESTRITA. **EXECUTIVO DE CONTAS**. AUSÊNCIA DE VÍCIO DE CONSENTIMENTO OU CONDIÇÃO DE VULNERABILIDADE. AGRAVO PROVIDO. I – O Supremo Tribunal Federal, com fundamento nos princípios constitucionais da livre iniciativa e da livre concorrência, assentou ser possível a terceirização de qualquer atividade econômica e reconheceu a constitucionalidade de outras formas de contratação e prestação de serviços, alternativas à relação de emprego. II – Existência de afronta à autoridade das decisões proferidas na ADPF 324/DF e no RE 958.252 RG/MG – Tema 725 RG. III – Agravo regimental provido, sem a condenação em honorários, pois não atingida a maioria nesse particular, conforme ata de julgamento.
87	02/09/2024	FLÁVIO DINO	Rcl 69016 AgR	DIREITO DO TRABALHO. AGRAVO REGIMENTAL NA RECLAMAÇÃO. ALEGADA OFENSA AO DECIDIDO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NAS ADPF N. 324, ADC'S NS. 48 E 66 E TEMA N. 725 DE RG. OCORRÊNCIA. CONTRATO DE ASSOCIAÇÃO ENTRE ADVOGADO E SOCIEDADE DE ADVOGADOS. NATUREZA JURÍDICA DIVERSA DE RELAÇÃO DE EMPREGO. COLABORAÇÃO PROFISSIONAL FUNDADA NA AUTONOMIA. REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO PELA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. AGRAVO DESPROVIDO. I. CASO EM EXAME 1. Reclamação Constitucional, com requerimento de medida liminar, ajuizada contra decisão proferida por órgão da Justiça do Trabalho, que reconheceu a presença dos requisitos caracterizadores da relação empregatícia previstos no art. 3º da CLT e constatou a ocorrência de ilegalidade no contrato formalizado. 2. A reclamante alega que a análise fático-probatória realizada em sede de ação trabalhista, que reconheceu o vínculo empregatício de advogado contratado por meio de contrato de associação, violou precedentes desta Corte. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 3. A presente Reclamação Constitucional discute se o reconhecimento do vínculo empregatício entre escritório de advocacia e advogada contratada por meio de contrato de associação teria violado o disposto nas decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal na ADPF n. 324/DF, na ADC's n. 48 e 66 e Tema n. 725 de Repercussão Geral. III. RAZÕES DE DECIDIR 4. O art. 15, § 11, da Lei n. 8.906/1994 é categórico em dizer que "não será admitida a averbação do contrato de associação que contenha, em conjunto, os elementos caracterizadores de relação de emprego previstos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo 1943". 5. A relação jurídica firmada, mediante contrato de associação, entre o advogado e sociedade de advogados é de natureza civil, pautada na colaboração profissional e na autonomia. 6. Na decisão reclamada houve desconsideração do contrato de associação a despeito da previsão legal no Estatuto da Advocacia e da possibilidade jurídica de formas de trabalho diversas da relação de emprego. IV. DISPOSITIVO 7. Agravo regimental a que se nega provimento.
88	11/09/2024	CÁRMEN LÚCIA	Rcl 69672 AgR	AGRAVO REGIMENTAL NA RECLAMAÇÃO. TRABALHISTA. CONSTITUCIONAL. DESCONSIDERAÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA RECONHECIMENTO DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO: DESCUMPRIMENTO DO JULGADO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL N. 324/DF, NA AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE N. 48 E NAS AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE NS. 3.961 E 5.625: PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.
89	11/09/2024	CÁRMEN LÚCIA	Rcl 69672 AgR	AGRAVO REGIMENTAL NA RECLAMAÇÃO. TRABALHISTA. CONSTITUCIONAL. DESCONSIDERAÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA RECONHECIMENTO DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO: DESCUMPRIMENTO DO JULGADO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL N. 324/DF, NA AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE N. 48 E NAS AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE NS. 3.961 E 5.625: PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.
90	12/09/2024	ALEXANDRE DE MORAES	Rcl 69993 AgR	CONSTITUCIONAL, TRABALHISTA E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NA RECLAMAÇÃO. NULIDADE POR AUSÊNCIA DE CITAÇÃO DA PARTE BENEFICIÁRIA DA DECISÃO RECLAMADA (ART. 989, III, DO CPC). INOCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE PREJUÍZO. OFENSA AO QUE DECIDIDO POR ESTE TRIBUNAL NO JULGAMENTO DA ADPF 324 E DO TEMA 725 DA REPERCUSSÃO GERAL. PERMISSÃO CONSTITUCIONAL DE FORMAS ALTERNATIVAS DA RELAÇÃO DE EMPREGO. RECURSO DESPROVIDO. I. CASO EM EXAME 1. Agravo Interno contra decisão que julgou procedente a Reclamação. II. QUESTÃO JURÍDICA EM DISCUSSÃO 2. Discute-se a violação à autoridade da decisão proferida

				por esta CORTE nos autos da ADPF 324, Rel. Min. ROBERTO BARROSO; da ADC 48, Rel. Min. ROBERTO BARROSO; das ADIs 3.961, Rel. Min. ROSA WEBER e 5.625, Rel. Min. EDSON FACHIN, Redator do acórdão Min. NUNES MARQUES; bem como no julgamento do Tema 725 da Repercussão Geral, RE 958.252, Rel. Min. LUIZ FUX. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. As razões de mérito passíveis de serem deduzidas na contestação, a fim de influir no julgamento da Reclamação, poderiam ter sido regularmente apresentadas pelo beneficiário no presente recurso de Agravo, o que, no entanto, deixou de fazer. Incide, portanto, a regra processual segundo a qual não haverá declaração de nulidade quando não demonstrado o efetivo prejuízo causado à parte ("pas de nulitté sans grief"). 4. A conclusão adotada pelo acórdão reclamado, afirmando-se a existência de relação de emprego e a celebração de contrato de prestação de serviços com o intuito de afastar a aplicação da legislação trabalhista, acabou por contrariar os resultados produzidos no RE 958.252, Tema 725-RG, na ADPF 324 e na ADC 48, nos quais esta CORTE assentou a licitude de outras formas de relação de trabalho que não a relação de emprego regida pela CLT, como na própria terceirização ou em casos específicos, como a previsão da natureza civil da relação decorrente de contratos firmados nos termos da Lei 11.442/2007, ou a previsão da natureza civil para contratos de parceria entre salões de beleza e profissionais do setor, nos termos da Lei 13.352/2016. IV. DISPOSITIVO 5. Agravo Interno a que se nega provimento.
91	12/09/2024	ALEXANDRE DE MORAES	Rcl 69993 AgR	CONSTITUCIONAL, TRABALHISTA E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NA RECLAMAÇÃO. NULIDADE POR AUSÊNCIA DE CITAÇÃO DA PARTE BENEFICIÁRIA DA DECISÃO RECLAMADA (ART. 989, III, DO CPC). INOCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE PREJUÍZO. OFENSA AO QUE DECIDIDO POR ESTE TRIBUNAL NO JULGAMENTO DA ADPF 324 E DO TEMA 725 DA REPERCUSSÃO GERAL. PERMISSÃO CONSTITUCIONAL DE FORMAS ALTERNATIVAS DA RELAÇÃO DE EMPREGO. RECURSO DESPROVIDO. I. CASO EM EXAME 1. Agravo Interno contra decisão que julgou procedente a Reclamação. II. QUESTÃO JURÍDICA EM DISCUSSÃO 2. Discute-se a violação à autoridade da decisão proferida por esta CORTE nos autos da ADPF 324, Rel. Min. ROBERTO BARROSO; da ADC 48, Rel. Min. ROBERTO BARROSO; das ADIs 3.961, Rel. Min. ROSA WEBER e 5.625, Rel. Min. EDSON FACHIN, Redator do acórdão Min. NUNES MARQUES; bem como no julgamento do Tema 725 da Repercussão Geral, RE 958.252, Rel. Min. LUIZ FUX. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. As razões de mérito passíveis de serem deduzidas na contestação, a fim de influir no julgamento da Reclamação, poderiam ter sido regularmente apresentadas pelo beneficiário no presente recurso de Agravo, o que, no entanto, deixou de fazer. Incide, portanto, a regra processual segundo a qual não haverá declaração de nulidade quando não demonstrado o efetivo prejuízo causado à parte ("pas de nulitté sans grief"). 4. A conclusão adotada pelo acórdão reclamado, afirmando-se a existência de relação de emprego e a celebração de contrato de prestação de serviços com o intuito de afastar a aplicação da legislação trabalhista, acabou por contrariar os resultados produzidos no RE 958.252, Tema 725-RG, na ADPF 324 e na ADC 48, nos quais esta CORTE assentou a licitude de outras formas de relação de trabalho que não a relação de emprego regida pela CLT, como na própria terceirização ou em casos específicos, como a previsão da natureza civil da relação decorrente de contratos firmados nos termos da Lei 11.442/2007, ou a previsão da natureza civil para contratos de parceria entre salões de beleza e profissionais do setor, nos termos da Lei 13.352/2016. IV. DISPOSITIVO 5. Agravo Interno a que se nega provimento.
92	13/09/2024	FLÁVIO DINO	Rcl 66155 AgR	AGRAVO REGIMENTAL NA RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL. ALEGADA OFENSA AO DECIDIDO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NAS ADPF N. 324, ADC N. 48, ADI'S NS. 3.961 E 5.625 E NO RE N. 958.252. IMPERATIVA ANÁLISE FUNDAMENTADA NOS VALORES CONSTITUCIONAIS DAS RESPONSABILIDADES FISCAL E SOCIAL. ÓBICES PROCESSUAIS. REQUISITOS DA RELAÇÃO DE EMPREGO CONFIGURADOS, CONSOANTE ANÁLISE DE FATOS E PROVAS NA INSTÂNCIA PRÓPRIA. IMPOSSIBILIDADE DE REVOLVIMENTO DO ACERVO PROBATÓRIO NA EXCEPCIONAL VIA DA RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL, QUE NÃO É SUCEDÂNEO RECURSAL. AUSÊNCIA DE ADERÊNCIA ESTRITA ENTRE A RECLAMAÇÃO E OS PRECEDENTES. AGRAVO DESPROVIDO. I. CASO EM EXAME 1. Reclamação Constitucional, com requerimento de medida liminar, ajuizada contra decisão proferida por órgão da Justiça do Trabalho, que - após instrução probatória - reconheceu a presença dos requisitos caracterizadores da relação empregatícia previstos no art. 3º da CLT. 2. Tema que tem incidência quanto ao cumprimento dos deveres constitucionais relativos às responsabilidades fiscal e social (arts. 3º, I e III; 6º; 7º; 167-A; 193; 194; 195, da Constituição Federal). 3. A reclamante alega que a análise fático-probatória realizada em sede de ação trabalhista, que reconheceu o vínculo empregatício de profissional contratado através de pessoa jurídica, violou precedentes desta Corte. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 4. A presente Reclamação Constitucional discute se o reconhecimento do vínculo empregatício de profissional contratado por meio de pessoa jurídica pertencente à reclamante, teria violado o disposto nas decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal nas ADPF n. 324, ADC n. 48, ADI's ns. 5.625 e 3.961 e no Recurso Extraordinário n. 958.252 (Tema n. 725 de Repercussão Geral). III. RAZÕES DE DECIDIR 5. À semelhança do que ocorre com o Habeas Corpus, a Reclamação Constitucional não se presta à análise verticalizada de fatos e provas ou para funcionar como sucedâneo recursal.

				Precedentes: Rcl 63510 AgR, Rel. Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma; Rcl 59821 AgR, Rel. Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma; Rcl 28203 AgR, Rel. Ministro Edson Fachin, Segunda Turma; Rcl 17170 AgR, Rel. Ministra Rosa Weber, Primeira Turma; Rcl 43201 ED-AgR, Rel. Ricardo Lewandowski, Segunda Turma; Rcl 57949 AgR, Rel. Ministro Dias Toffoli, Primeira Turma; Rcl 40247, Rel. Ministra Rosa Weber, Primeira Turma; Rcl 55068 ED-AgR, Rel. Ministro Gilmar Mendes, Segunda Turma; Rcl 63001 AgR, Rel. Ministra Cármen Lúcia, Primeira Turma. 6. No presente caso, a decisão objeto de Reclamação Constitucional não afastou, direta ou indiretamente, a constitucionalidade ou legalidade da terceirização da atividade-fim ou de outras formas de organização do trabalho. Trata-se de análise específica, de lide com contornos próprios, e não de debate abstrato sobre tese jurídica. 7. A Lei n. 6.019/74, com a redação dada pelas Leis ns. 13.429/2017 e 13.467/2017, prevê requisitos para a terceirização legítima (arts. 4º-A; 4º-B; 5º-A; 5º; 5º-C; 5º-D, da Lei n. 6.019/74, em tais preceitos aplicável aos contratos de prestação de serviços). Há a possibilidade do reconhecimento judicial da relação de emprego quando os citados requisitos não estão configurados. 8. Impossível presumir que o contrato formalizado sempre está de acordo com a Lei, nem o contrário, daí a imprescindibilidade da produção probatória, sob o crivo do contraditório e atendendo ao dever de motivação das decisões judiciais. 9. O princípio da livre iniciativa permite múltiplas formas de prestação de serviços e parcerias empresariais, desde que observadas as regras constitucionais e legais que asseguram as responsabilidades fiscal e social, para as atuais e futuras gerações. 10. Não se verifica na presente Reclamação Constitucional, a estrita aderência entre o ato impugnado e o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento das ADPF n. 324 , ADC n. 48 e ADI's ns. 5.625 e 3.961. IV. DISPOSITIVO 11. Agravo regimental a que se nega provimento.
93	13/09/2024	FLÁVIO DINO	Rcl 68787 AgR	AGRAVO REGIMENTAL NA RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL. ALEGADA OFENSA AO DECIDIDO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA ADPF N. 324, À TESE FIRMADA NA SÚMULA VINCULANTE N. 10 E NO RE N. 958.252 (TEMA N. 725 - REPERCUSSÃO GERAL). IMPERATIVA ANÁLISE FUNDAMENTADA NOS VALORES CONSTITUCIONAIS DAS RESPONSABILIDADES FISCAL E SOCIAL. ÓBICES PROCESSUAIS. REQUISITOS DA RELAÇÃO DE EMPREGO CONFIGURADOS, CONSOANTE ANÁLISE DE FATOS E PROVAS NA INSTÂNCIA PRÓPRIA. IMPOSSIBILIDADE DE REVOLVIMENTO DO ACERVO PROBATÓRIO NA EXCEPCIONAL VIA DA RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL, QUE NÃO É SUCEDÂNEO RECURSAL. AUSÊNCIA DE ADERÊNCIA ESTRITA ENTRE A RECLAMAÇÃO E OS PRECEDENTES. AGRAVO DESPROVIDO. I. CASO EM EXAME 1. Reclamação Constitucional, com requerimento de medida liminar, ajuizada contra decisão proferida por órgão da Justiça do Trabalho, que - após instrução probatória - reconheceu a presença dos requisitos caracterizadores da relação empregatícia previstos no art. 3° da CLT. 2. Tema que tem incidência quanto ao cumprimento dos deveres constitucionais relativos às responsabilidades fiscal e social (arts. 3º, I e III; 6º; 7º; 167-A; 193; 194; 195, da Constituição Federal). 3. A reclamante alega que a análise fático-probatória realizada em sede de ação trabalhista, que reconheceu o vínculo empregatício de profissional contratada através de pessoa jurídica, violou precedentes desta Corte. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 4. A presente Reclamação Constitucional discute se o reconhecimento do vínculo empregatício em razão de constatação de fraude na contratação de profissional por meio de pessoa jurídica teria violado o disposto nas decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal nas ADPF n. 324, ADC n. 48, ADI's ns. 5.625 e 3.961 e no Recurso Extraordinário n. 958.252 (Tema n. 725 de Repercussão Geral). III. RAZÕES DE DECIDIR 5. À semelhança do que ocorre com o Habeas Corpus, a Reclamação Constitucional não se presta à análise verticalizada de fatos e provas ou para funcionar como sucedâneo recursal. Precedentes: Rcl 63510 AgR, Rel. Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma; Rcl 59821 AgR, Rel. Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma; Rcl 28203 AgR, Rel. Ministro Edson Fachin, Segunda Turma; Rcl 17170 AgR, Rel. Ministra Rosa Weber, Primeira Turma; Rcl 43201 ED-AgR, Rel. Ricardo Lewandowski, Segunda Turma; Rcl 57949 AgR, Rel. Ministro Dias Toffoli, Primeira Turma; Rcl 40247, Rel. Ministra Rosa Weber, Primeira Turma; Rcl 55068 ED-AgR, Rel. Ministro Gilmar Mendes, Segunda Turma; Rcl 63001 AgR, Rel. Ministra Cármen Lúcia, Primeira Turma. 6. No presente caso, a decisão objeto de Reclamação Constitucional não afastou, direta ou indiretamente, a constitucionalidade ou legalidade da terceirização da atividade-fim ou de outras formas de organização do trabalho. Trata-se de análise específica, de lide com contornos próprios, e não de debate abstrato sobre tese jurídica. 7. A Lei n. 6.019/74, com a redação dada pelas Leis ns. 13.429/2017 e 13.467/2017, prevê requisitos para a terceirização legítima (arts. 4º-A; 4º-B; 5º-A; 5º; 5º-C; 5º-D, da Lei n. 6.019/74, em tais preceitos aplicável aos contratos de prestação de serviços). Há a possibilidade do reconhecimento judicial da relação de emprego quando os citados requisitos não estão configurados. 8. Impossível presumir que o contrato formalizado sempre está de acordo com a Lei, nem o contrário, daí a imprescindibilidade da produção probatória, sob o crivo do contraditório e atendendo ao dever de motivação das decisões judiciais. 9. O princípio da livre iniciativa permite múltiplas formas de prestação de serviços e parcerias empresariais, desde que observadas as regras constitucionais e legais que asseguram as responsabilidades fiscal e social, para as atuais e futuras gerações. 10. Não se verifica na presente Reclamação Constitucional, a

				estrita aderência entre o ato impugnado e o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADPF n. 324, IV. DISPOSITIVO 11. Agravo regimental a que se nega provimento.
94	13/09/2024	FLÁVIO DINO	Rcl 66155 AgR	AGRAVO REGIMENTAL NA RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL. ALEGADA OFENSA AO DECIDIDO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NAS ADPF N. 324, ADC N. 48, ADI'S NS. 3.961 E 5.625 E NO RE N. 958.252. IMPERATIVA ANÁLISE FUNDAMENTADA NOS VALORES CONSTITUCIONAIS DAS RESPONSABILIDADES FISCAL E SOCIAL. ÓBICES PROCESSUAIS. REQUISITOS DA RELAÇÃO DE EMPREGO CONFIGURADOS, CONSOANTE ANÁLISE DE FATOS E PROVAS NA INSTÂNCIA PRÓPRIA. IMPOSSIBILIDADE DE REVOLVIMENTO DO ACERVO PROBATÓRIO NA EXCEPCIONAL VIA DA RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL, QUE NÃO É SUCEDÂNEO RECURSAL. AUSÊNCIA DE ADERÊNCIA ESTRITA ENTRE A RECLAMAÇÃO E OS PRECEDENTES. AGRAVO DESPROVIDO. I. CASO EM EXAME 1. Reclamação Constitucional, com requerimento de medida liminar, ajuizada contra decisão proferida por órgão da Justiça do Trabalho, que - após instrução probatória - reconheceu a presença dos requisitos caracterizadores da relação empregatícia previstos no art. 3º da CLT. 2. Tema que tem incidência quanto ao cumprimento dos deveres constitucionais relativos às responsabilidades fiscal e social (arts. 3º, I e III; 6º; 7º; 167-A; 193; 194; 195, da Constituição Federal). 3. A reclamante alega que a análise fático-probatória realizada em sede de ação trabalhista, que reconheceu o vínculo empregatício de profissional contratado através de pessoa jurídica, violou precedentes desta Corte. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 4. A presente Reclamação Constitucional discute se o reconhecimento do vínculo empregatício de profissional contratado por meio de pessoa jurídica pertencente à reclamante, teria violado o disposto nas decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal nas ADPF n. 324, ADC n. 48, ADI's ns. 5.625 e 3.961 e no Recurso Extraordinário n. 958.252 (Tema n. 725 de Repercussão Geral). III. RAZÕES DE DECIDIR 5. À semelhança do que ocorre com o Habeas Corpus, a Reclamação Constitucional não se presta à análise verticalizada de fatos e provas ou para funcionar como sucedâneo recursal. Precedentes: Rcl 63510 AgR, Rel. Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma; Rcl 59821 AgR, Rel. Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma; Rcl 28203 AgR, Rel. Ministro Edson Fachin, Segunda Turma; Rcl 17170 AgR, Rel. Ministra Rosa Weber, Primeira Turma; Rcl 43201 ED-AgR, Rel. Ricardo Lewandowski, Segunda Turma; Rcl 57949 AgR, Rel. Ministro Dias Toffoli, Primeira Turma; Rcl 40247, Rel. Ministra Rosa Weber, Primeira Turma; Rcl 55068 ED-AgR, Rel. Ministro Gilmar Mendes, Segunda Turma; Rcl 63001 AgR, Rel. Ministra Cármen Lúcia, Primeira Turma. 6. No presente caso, a decisão objeto de Reclamação Constitucional não afastou, direta ou indiretamente, a constitucionalidade ou legalidade da terceirização da atividade-fim ou de outras formas de organização do trabalho. Trata-se de análise específica, de lide com contornos próprios, e não de debate abstrato sobre tese jurídica. 7. A Lei n. 6.019/74, com a redação dada pelas Leis ns. 13.429/2017 e 13.467/2017, prevê requisitos para a terceirização legítima (arts. 4º-A; 4º-B; 5º-A; 5º; 5º-C; 5º-D, da Lei n. 6.019/74, em tais preceitos aplicável aos contratos de prestação de serviços). Há a possibilidade do reconhecimento judicial da relação de emprego quando os citados requisitos não estão configurados. 8. Impossível presumir que o contrato formalizado sempre está de acordo com a Lei, nem o contrário, daí a imprescindibilidade da produção probatória, sob o crivo do contraditório e atendendo ao dever de motivação das decisões judiciais. 9. O princípio da livre iniciativa permite múltiplas formas de prestação de serviços e parcerias empresariais, desde que observadas as regras constitucionais e legais que asseguram as responsabilidades fiscal e social, para as atuais e futuras gerações. 10. Não se verifica na presente Reclamação Constitucional, a estrita aderência entre o ato impugnado e o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento das ADPF n. 324 , ADC n. 48 e ADI's ns. 5.625 e 3.961. IV. DISPOSITIVO 11. Agravo regimental a que se nega provimento.
95	17/09/2024	ALEXANDRE DE MORAES	Rcl 62301 AgR	CONSTITUCIONAL, TRABALHISTA E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NA RECLAMAÇÃO. OFENSA AO QUE DECIDIDO POR ESTE TRIBUNAL NO JULGAMENTO DA ADPF 324 E DO TEMA 725 DA REPERCUSSÃO GERAL. PERMISSÃO CONSTITUCIONAL DE FORMAS ALTERNATIVAS DA RELAÇÃO DE EMPREGO. RECURSO DESPROVIDO. I. CASO EM EXAME 1. Agravo Interno contra decisão que julgou procedente a Reclamação. II. QUESTÃO JURÍDICA EM DISCUSSÃO 2. Discute-se a violação à autoridade da decisão proferida por esta CORTE nos autos da ADPF 324, Rel. Min. ROBERTO BARROSO, e da ADC 48, Rel. Min. ROBERTO BARROSO, bem como no julgamento do Tema 725-RG, RE 958.252, Rel. Min. LUIZ FUX. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A conclusão adotada pelo acórdão reclamado, afirmando-se a existência de relação de emprego e a celebração de contrato de prestação de serviços com o intuito de afastar a aplicação da legislação trabalhista, acabou por contrariar os resultados produzidos no RE 958.252, Tema 725-RG, na ADPF 324 e na ADC 48, nos quais esta CORTE assentou a licitude

				de outras formas de relação de trabalho que não a relação de emprego regida pela CLT, como na própria terceirização ou em casos específicos, como a previsão da natureza civil da relação decorrente de contratos firmados nos termos da Lei 11.442/2007, ou a previsão da natureza civil para contratos de parceria entre salões de beleza e profissionais do setor, nos termos da Lei 13.352/2016. IV. DISPOSITIVO 4. Recurso de Agravo a que se nega provimento.
96	26/09/2024	CRISTIANO ZANIN	Rcl 70159 AgR	DIREITO TRABALHISTA E CONSTITUCIONAL. AGRAVO REGIMENTAL NA RECLAMAÇÃO. ALEGAÇÃO DE AFRONTA À AUTORIDADE DAS DECISÕES PROFERIDAS PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA AÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 324/DF E NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 958.252 RG/MG (TEMA 725/RG). ADERÊNCIA ESTRITA. ADVOGADO. AUSÊNCIA DE VÍCIO DE CONSENTIMENTO OU CONDIÇÃO DE VULNERABILIDADE. RECLAMAÇÃO JULGADA PROCEDENTE. AGRAVO DESPROVIDO. I. Caso em exame 1. Agravo regimental interposto em face de decisão monocrática que julgou procedente reclamação ajuizada por escritório de advocacia contra acórdão do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT4). II. Questão em discussão 2. Verificar se o acórdão do Tribunal de origem afrontou os precedentes vinculantes do Supremo Tribunal ao reconhecer o vínculo empregatício entre advogada e escritório de advocacia. III. Razões de decidir 3. O acórdão do Tribunal de origem desconsidera os precedentes do Supremo Tribunal que permitem a terceirização e a contratação de advogados sem vínculo empregatício, conforme a ADPF 324/DF e o RE 958.252 RG/MG – Tema 725 da Repercussão Geral. 4. A contratação de advogados sem vínculo de emprego é válida e prevista no Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB. IV. Dispositivo e tese 5. Agravo regimental desprovido.
97	03/10/2024	CRISTIANO ZANIN	Rcl 70083 AgR	DIREITO TRABALHISTA E CONSTITUCIONAL. AGRAVO REGIMENTAL NA RECLAMAÇÃO. ALEGAÇÃO DE AFRONTA À AUTORIDADE DAS DECISÕES PROFERIDAS PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA AÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 324/DF, NAS AÇÕES DECLARATÓRIAS DE CONSTITUCIONALIDADE 48/DF E 66/DF E NAS AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.961/DF E 5.625/DF. ADERÊNCIA ESTRITA. CORRETOR DE IMÓVEIS. AUSÊNCIA DE VÍCIO DE CONSENTIMENTO OU CONDIÇÃO DE VULNERABILIDADE. RECLAMAÇÃO JULGADA PROCEDENTE. AGRAVO DESPROVIDO. I. Caso em exame 1. Agravo regimental interposto contra decisão monocrática que julgou procedente reclamação para cassar a decisão reclamada e afastar o vínculo de emprego reconhecido na Justiça do Trabalho, em observância às decisões prolatadas na ADPF 324/DF e no RE 958.252 RG/MG – Tema 725 RG. II. Questão em discussão 2. Definir se, no caso concreto, houve afronta aos precedentes vinculantes do Supremo Tribunal Federal que permitem a terceirização de qualquer atividade econômica e outras formas de contratação e prestação de serviços, alternativas à relação de trabalho. III. Razões de decidir 3. Ao reconhecer o vínculo de emprego, a Justiça do Trabalho desconsiderou os aspectos jurídicos relacionados à questão, em especial os precedentes do Supremo Tribunal Federal que consagram a liberdade econômica e de organização das atividades produtivas e admitem outras formas de contratação de prestação de serviços. IV. Dispositivo e tese 4. Agravo regimental desprovido.
98	09/10/2024	CRISTIANO ZANIN	Rcl 69635 AgR	DIREITO TRABALHISTA E CONSTITUCIONAL. AGRAVO REGIMENTAL NA RECLAMAÇÃO. ALEGAÇÃO DE AFRONTA À AUTORIDADE DAS DECISÕES PROFERIDAS PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA AÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 324/DF, NAS AÇÕES DECLARATÓRIAS DE CONSTITUCIONALIDADE 48/DF E 66/DF E NAS AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.961/DF E 5.625/DF. ADERÊNCIA ESTRITA. CONTRATO DE CONSULTORIA. AUSÊNCIA DE VÍCIO DE CONSENTIMENTO OU CONDIÇÃO DE VULNERABILIDADE. RECLAMAÇÃO JULGADA PROCEDENTE. AGRAVO DESPROVIDO. I. Caso em exame 1. Agravo regimental interposto contra decisão monocrática que julgou procedente reclamação para cassar o ato reclamado e afastar o vínculo de emprego reconhecido na Justiça do Trabalho, em observância às decisões prolatadas na ADPF 324/DF e no RE 958.252 RG/MG – Tema 725 RG. II. Questão em discussão 2. Definir se, no caso concreto, houve afronta aos precedentes vinculantes do Supremo Tribunal Federal que permitem a terceirização de qualquer atividade econômica e outras formas de contratação e prestação de serviços, alternativas à relação de trabalho. III. Razões de decidir 3. Ao reconhecer o vínculo de emprego, a Justiça do Trabalho desconsiderou os aspectos jurídicos relacionados à questão, em especial os precedentes do Supremo Tribunal Federal que consagram a liberdade econômica e de organização das atividades produtivas e admitem outras formas de contratação de prestação de serviços. IV. Dispositivo e tese 4. Agravo regimental desprovido

99	10/10/2024	LUIZ FUX	Rcl 67245 AgR	AGRAVO REGIMENTAL NA RECLAMAÇÃO. DIREITO DO TRABALHO. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS PARA CONSECUÇÃO DE ATIVIDADE-FIM. ALEGAÇÃO DE AFRONTA À AUTORIDADE DA DECISÃO PROFERIDA POR ESTA SUPREMA CORTE NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 324. OCORRÊNCIA. PRECEDENTES. RECLAMAÇÃO JULGADA PROCEDENTE. AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.
100	10/10/2024	FLÁVIO DINO	Rcl 69503 AgR	DIREITO TRABALHISTA E CONSTITUCIONAL. AGRAVO REGIMENTAL NA RECLAMAÇÃO. ALEGAÇÃO DE AFRONTA À AUTORIDADE DAS DECISÕES PROFERIDAS PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO RE 958.225/MG (TEMA 725 DA REPERCUSSÃO GERAL), NA AÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 324/DF, NA AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE 48/DF E NAS AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.961/DF E 5.625/DF. ADERÊNCIA ESTRITA. MARKETING DE VENDA DE IMÓVEIS. AUSÊNCIA DE VÍCIO DE CONSENTIMENTO OU CONDIÇÃO DE VULNERABILIDADE. AGRAVO PROVIDO COM FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS. I. Caso em exame 1. Trata-se de agravo regimental interposto contra decisão monocrática proferida pelo Relator, Ministro Flávio Dino, que negou seguimento à reclamação, por ter considerado que a decisão reclamada não violou o decidido pelo Supremo Tribunal Federal nos julgamentos da ADPF 324/DF, da ADC 48/DF, da ADI 3.961/DF, ADI 5.625/DF e do RE 958.252/MG, Tema 725 da Repercussão Geral. II. Questão em discussão 2. Definir se, no caso concreto, houve afronta aos precedentes vinculantes do Supremo Tribunal Federal que permitem a terceirização de qualquer atividade econômica e outras formas de contratação e prestação de serviços, alternativas à relação de trabalho. III. Razões de decidir 3. Ao reconhecer o vínculo de emprego, a Justiça do Trabalho desconsiderou os aspectos jurídicos relacionados à questão, em especial os precedentes do Supremo Tribunal Federal que consagram a liberdade econômica e de organização das atividades produtivas e admitem outras formas de contratação de prestação de serviços. IV. Dispositivo e tese 4. Agravo regimental provido, com a fixação de honorários advocatícios.
101	17/10/2024	ALEXANDRE DE MORAES	Rcl 71141 AgR	CONSTITUCIONAL, TRABALHISTA E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NA RECLAMAÇÃO. NULIDADE POR AUSÊNCIA DE CITAÇÃO DA PARTE BENEFICIÁRIA DA DECISÃO RECLAMADA (ART. 989, III, DO CPC). INOCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE PREJUÍZO. OFENSA AO QUE DECIDIDO POR ESTE TRIBUNAL NO JULGAMENTO DA ADPF 324 E DO TEMA 725 DA REPERCUSSÃO GERAL. PERMISSÃO CONSTITUCIONAL DE FORMAS ALTERNATIVAS DA RELAÇÃO DE EMPREGO. RECURSO DESPROVIDO. I. CASO EM EXAME 1. Agravo Interno contra decisão que julgou procedente a Reclamação. II. QUESTÃO JURÍDICA EM DISCUSSÃO 2. Discute-se a negativa de vigência ao enunciado da Súmula Vinculante 10, bem como a violação à autoridade da decisão proferida por esta CORTE no julgamento do Tema 550-RG, RE 606.003, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, Redator p/ acórdão Min. ROBERTO BARROSO, e no Tema 725- RG, RE 958.252, Rel. Min. LUIZ FUX. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. As razões que poderiam ter sido deduzidas na contestação, a fim de influir no julgamento da Reclamação, foram devidamente apresentadas no presente recurso de Agravo. Incide, portanto, a regra processual segundo a qual não haverá declaração de nulidade quando não demonstrado o efetivo prejuízo causado à parte (“pas de nulitté sans grief ”). 4. Nos termos do art. 988, § 5º, II, do CPC, o exaurimento das instâncias ordinárias é pressuposto ao cabimento da Reclamação quando esta tem por único fundamento a exigência de respeito a precedente julgado por esta SUPREMA CORTE em regime de Repercussão Geral. 5. A decisão reclamada afastou a eficácia de contrato de representação comercial, afirmando-se a existência de relação de emprego. Assentou, ainda, que essa relação foi utilizada como meio para se fraudar a legislação trabalhista, acarretando na modificação da estrutura tradicional do contrato de emprego regido pela CLT. 6. Inobservância do entendimento da CORTE quanto à constitucionalidade das relações de trabalho diversas da de emprego regida pela CLT, conforme decidido na ADPF 324, na ADC 48, na ADI 3.961, na ADI 5.625, bem como no Tema 725 da Repercussão Geral. IV. DISPOSITIVO 7. Agravo Interno a que se nega provimento.
102	17/10/2024	ALEXANDRE DE MORAES	Rcl 71162 AgR	CONSTITUCIONAL, TRABALHISTA E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NA RECLAMAÇÃO. OFENSA AO QUE DECIDIDO POR ESTE TRIBUNAL NO JULGAMENTO DA ADPF 324 E DO TEMA 725 DA REPERCUSSÃO GERAL. PERMISSÃO CONSTITUCIONAL DE FORMAS ALTERNATIVAS DA RELAÇÃO DE EMPREGO. RECURSO DESPROVIDO. I. CASO EM EXAME 1. Agravo Interno contra decisão que julgou procedente a Reclamação. II. QUESTÃO JURÍDICA EM DISCUSSÃO 2. Discute-se a violação à autoridade da decisão proferida por esta CORTE nos autos da ADPF 324, Rel. Min. ROBERTO BARROSO, e da ADC 48, Rel. Min. ROBERTO BARROSO, bem como no julgamento do Tema 725-RG, RE 958.252, Rel. Min. LUIZ FUX. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. Nos termos do art. 988, § 5º, II, do CPC, o exaurimento das instâncias ordinárias é pressuposto ao cabimento da Reclamação quando esta tem por único fundamento a exigência de respeito a precedente julgado por esta SUPREMA CORTE em regime de Repercussão Geral. 4. A conclusão adotada pelo acórdão reclamado, afirmando-se a existência de relação

				de emprego e a celebração de contrato de prestação de serviços com o intuito de afastar a aplicação da legislação trabalhista, acabou por contrariar os resultados produzidos no RE 958.252, Tema 725-RG, na ADPF 324 e na ADC 48, nos quais esta CORTE assentou a licitude de outras formas de relação de trabalho que não a relação de emprego regida pela CLT, como na própria terceirização ou em casos específicos, como a previsão da natureza civil da relação decorrente de contratos firmados nos termos da Lei 11.442/2007, ou a previsão da natureza civil para contratos de parceria entre salões de beleza e profissionais do setor, nos termos da Lei 13.352/2016. IV. DISPOSITIVO 5. Agravo Interno a que se nega provimento.
103	23/10/2024	GILMAR MENDES	Rcl 67661 AgR	Agravo regimental na reclamação. 2. Direito Constitucional, Civil e do Trabalho. 3. Terceirização. Atividade-fim. Contrato de prestação de serviços profissionais por meio de pessoas jurídicas ou sob a forma autônoma. “Pejotização”. Possibilidade. 4. Liberdade de organização produtiva dos cidadãos. Licitude de outras formas de organização do trabalho. 5. Entregador autônomo. Existência de instrumento negocial firmado entre as partes plenamente capazes acerca da forma de contratação do serviço. Relação de emprego não configurada. 6. Tribunal de origem violou o entendimento firmado na ADPF 324. 7. Existência de aderência estrita entre o caso dos autos e paradigma o indicado. 8. Esgotamento prévio das instâncias ordinárias. Desnecessidade. Reclamação proposta para garantir a autoridade de decisão tomada pelo STF em sede de controle concentrado de constitucionalidade (ADPF 324). Inaplicabilidade do § 5º do art. 988 do CPC. 9. Ausência de argumentos capazes de infirmar a decisão agravada. 10. Negado provimento ao agravo regimental.
104	24/10/2024	ALEXANDRE DE MORAES	Rcl 67634 AgR	CONSTITUCIONAL, TRABALHISTA E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NA RECLAMAÇÃO. OFENSA AO QUE DECIDIDO POR ESTE TRIBUNAL NO JULGAMENTO DA ADPF 324 E DO TEMA 725 DA REPERCUSSÃO GERAL. PERMISSÃO CONSTITUCIONAL DE FORMAS ALTERNATIVAS DA RELAÇÃO DE EMPREGO. RECURSO PROVIDO PARA JULGAR PROCEDENTE A RECLAMAÇÃO. I. CASO EM EXAME 1. Agravo Interno contra decisão que negou seguimento à Reclamação. II. QUESTÃO JURÍDICA EM DISCUSSÃO 2. Discute-se a violação à autoridade da decisão proferida por esta CORTE nos autos da ADPF 324 e da ADC 48, ambas de relatoria do Min. ROBERTO BARROSO, bem como no julgamento do Tema 725-RG, RE 958.252, Rel. Min. LUIZ FUX. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A conclusão adotada pelo acórdão reclamado, afirmando-se a existência de relação de emprego e a constituição de sociedade empresária entre as partes com o intuito de afastar a aplicação da legislação trabalhista, acabou por contrariar os resultados produzidos no RE 958.252, Tema 725-RG, na ADPF 324 e na ADC 48, nos quais esta CORTE assentou a licitude de outras formas de relação de trabalho que não a relação de emprego regida pela CLT, como na própria terceirização ou em casos específicos, como a previsão da natureza civil da relação decorrente de contratos firmados nos termos da Lei 11.442/2007, ou a previsão da natureza civil para contratos de parceria entre salões de beleza e profissionais do setor, nos termos da Lei 13.352/2016. IV. DISPOSITIVO 4. Recurso de Agravo a que se dá provimento para julgar procedente a Reclamação.
105	30/10/2024	FLÁVIO DINO	Rcl 68356 AgR	DIREITO DO TRABALHO. AGRAVO REGIMENTAL NA RECLAMAÇÃO. ALEGADA OFENSA AO DECIDIDO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NAS ADPF N. 324, ADC’S NS. 48 E 66 E TEMA N. 725 DE RG. ADVOGADO EMPREGADO. JORNADA DE TRABALHO. DEDICAÇÃO EXCLUSIVA. DISCUSSÃO ACERCA DA NECESSIDADE OU NÃO DE PREVISÃO EXPRESSA. AUSÊNCIA DE ESTRITA ADERÊNCIA. AGRAVO DESPROVIDO. I. CASO EM EXAME 1. Reclamação Constitucional, com requerimento de medida liminar, ajuizada contra decisão proferida por órgão da Justiça do Trabalho que manteve a condenação da reclamante ao pagamento de horas extras acima da 4ª hora diária e 20ª hora semanal a advogado empregado contratado para jornada de 08 horas diárias. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Discute-se, na presente reclamação, se Juízo reclamado teria violado o disposto nas decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal na ADPF n. 324/DF, nas ADC’s n. 48 e 66 e no Tema n. 725 de Repercussão Geral, ao entender pela necessidade de previsão contratual expressa acerca da adoção de regime de dedicação exclusiva. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. Não há aderência estrita (condição essencial para a interposição da via reclamatória) entre o ato reclamado e o conteúdo dos paradigmas apontados como violados (ADPF n. 324, ADC n. 48, ADI n. 3.961, ADI n. 5.625 e RE n. 958.252), uma vez que o caso em exame não versa sobre terceirização ou sobre a validade de formas de relação de trabalho que não a relação de emprego regida pela CLT. IV. DISPOSITIVO 4. Agravo regimental a que se nega provimento.
106	30/10/2024	CRISTIANO ZANIN	Rcl 71863 AgR	DIREITO TRABALHISTA E CONSTITUCIONAL. AGRAVO REGIMENTAL NA RECLAMAÇÃO. AUSÊNCIA DE NULIDADE. IMPOSSIBILIDADE DE INSTAURAÇÃO DE INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA. ALEGAÇÃO DE AFRONTA À AUTORIDADE DAS DECISÕES PROFERIDAS PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 324/DF, NAS AÇÕES DECLARATÓRIAS DE CONSTITUCIONALIDADE 48/DF E 66/DF E NAS AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.961/DF E 5.625/DF. ADERÊNCIA ESTRITA. REPRESENTANTE

				COMERCIAL. AUSÊNCIA DE VÍCIO DE CONSENTIMENTO OU CONDIÇÃO DE VULNERABILIDADE. RECLAMAÇÃO JULGADA PROCEDENTE. AGRAVO DESPROVIDO. I. Caso em exame 1. Agravo regimental interposto contra decisão monocrática que julgou procedente reclamação para cassar o ato reclamado e afastar o vínculo de emprego reconhecido na Justiça do Trabalho, em observância às decisões prolatadas na ADPF 324/DF e no RE 958.252 RG/MG – Tema 725 RG. II. Questão em discussão 2. Definir se, no caso concreto, houve afronta aos precedentes vinculantes do Supremo Tribunal Federal que permitem a terceirização de qualquer atividade econômica e outras formas de contratação e prestação de serviços, alternativas à relação de trabalho. III. Razões de decidir 3. A decisão de procedência do pedido formulado nesta reclamação não é nula, tendo em vista que os princípios do contraditório e da ampla defesa estão plenamente atendidos na oportunidade de julgamento do presente agravo, no qual o recorrente alegou todos os argumentos e teses jurídicas que poderiam ter sido lançados em contestação. 4. A reclamação proposta por violação de decisões proferidas em ADC, ADI e ADPF não exige o esgotamento de instância. 5. Ao reconhecer o vínculo de emprego, a Justiça do Trabalho desconsiderou os aspectos jurídicos relacionados à questão, em especial os precedentes do Supremo Tribunal Federal que consagram a liberdade econômica e de organização das atividades produtivas e admitem outras formas de contratação de prestação de serviços. IV. Dispositivo e tese 6. Agravo regimental desprovido.
107	05/11/2024	FLÁVIO DINO	Rcl 65977 AgR	AGRAVO REGIMENTAL NA RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL. ALEGADA OFENSA AO DECIDIDO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA ADPF N. 324, ADC N. 48, ADI N. 5.625 E NO RE N. 958.252. IMPERATIVA ANÁLISE FUNDAMENTADA NOS VALORES CONSTITUCIONAIS DAS RESPONSABILIDADES FISCAL E SOCIAL. ÓBICES PROCESSUAIS. REQUISITOS DA RELAÇÃO DE EMPREGO CONFIGURADOS, CONSOANTE ANÁLISE DE FATOS E PROVAS NA INSTÂNCIA PRÓPRIA. IMPOSSIBILIDADE DE REVOLVIMENTO DO ACERVO PROBATÓRIO NA EXCEPCIONAL VIA DA RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL, QUE NÃO É SUCEDÂNEO RECURSAL. AUSÊNCIA DE ADERÊNCIA ESTRITA ENTRE A RECLAMAÇÃO E OS PRECEDENTES. AGRAVO DESPROVIDO. I. CASO EM EXAME 1. Reclamação Constitucional, com requerimento de medida liminar, ajuizada contra decisão proferida por órgão da Justiça do Trabalho, que - após instrução probatória - reconheceu a presença dos requisitos caracterizadores da relação empregatícia previstos no art. 3° da CLT. 2. Tema que tem incidência quanto ao cumprimento dos deveres constitucionais relativos às responsabilidades fiscal e social (arts. 3º, I e III; 6º; 7º; 167-A; 193; 194; 195, da Constituição Federal). 3. A reclamante alega que a análise fático-probatória realizada em sede de ação trabalhista, que reconheceu o vínculo empregatício de profissional contratado para prestar serviços de corretagem, violou precedentes desta Corte. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 4. A presente Reclamação Constitucional discute se o reconhecimento do vínculo empregatício com o profissional contratado por meio de contrato civil de corretagem teria violado o disposto nas decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal na ADPF n. 324/DF, ADC n. 48, ADI n. 5.625 e no Recurso Extraordinário n. 958.252, Tema n. 725 da repercussão geral. III. RAZÕES DE DECIDIR 5. “Quando o trabalhador que labora pessoalmente e com subordinação perde o vínculo formal, baseado na CLT, e passa a atuar de forma fraudulentamente autônoma, constituido pessoa jurídica - por isso intitulamos pejotização -, a estrutura de encargos sobre o trabalho se altera. O trabalhador e aquele que o contrata passam a suportar alíquotas menores dos impostos remanescentes, o que constitui perda de arrecadação (incluindo a previdenciária) e deterioração do resultado fiscal”. (Nota técnica dos professores Nelson Marconi e Marco Capraro Brancher, da Fundação Getúlio Vargas). 6. À semelhança do que ocorre com o Habeas Corpus, a Reclamação Constitucional não se presta à análise verticalizada de fatos e provas ou para funcionar como sucedâneo recursal. Precedentes: Rcl 63510 AgR, Rel. Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma; Rcl 59821 AgR, Rel. Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma; Rcl 28203 AgR, Rel. Ministro Edson Fachin, Segunda Turma; Rcl 17170 AgR, Rel. Ministra Rosa Weber, Primeira Turma; Rcl 43201 ED-AgR, Rel. Ricardo Lewandowski, Segunda Turma; Rcl 57949 AgR, Rel. Ministro Dias Toffoli, Primeira Turma; Rcl 40247, Rel. Ministra Rosa Weber, Primeira Turma; Rcl 55068 ED-AgR, Rel. Ministro Gilmar Mendes, Segunda Turma; Rcl 63001 AgR, Rel. Ministra Cármen Lúcia, Primeira Turma. 7. No presente caso, a decisão objeto de Reclamação Constitucional não afastou, direta ou indiretamente, a constitucionalidade ou legalidade da terceirização da atividade-fim ou de outras formas de organização do trabalho. Trata-se de análise específica, de lide com contornos próprios, e não de debate abstrato sobre tese jurídica. 8. A Lei n. 6.019/74, com a redação dada pelas Leis ns. 13.429/2017 e 13.467/2017, prevê requisitos para a terceirização legítima (arts. 4º-A; 4º-B; 5º-A; 5º; 5º-C; 5º-D, da Lei n. 6.019/74, em tais preceitos aplicável aos contratos de prestação de serviços). Há a possibilidade do reconhecimento judicial da relação de emprego quando os citados requisitos não estão configurados. 9. Impossível presumir que o contrato formalizado sempre está de acordo com a Lei, nem o contrário, daí a imprescindibilidade da produção probatória, sob o crivo do contraditório e atendendo ao dever de motivação das decisões judiciais. 10. O princípio da livre iniciativa permite múltiplas formas de prestação de serviços e parcerias empresariais, desde que observadas as regras constitucionais e legais que asseguram as responsabilidades fiscal e social, para as atuais e futuras gerações. 11. Não se verifica na presente Reclamação Constitucional, a estrita aderência entre o ato impugnado e o

				entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADPF n. 324, ADC n. 48, ADI n. 5625. IV. DISPOSITIVO 12. Agravo regimental a que se nega provimento.
108	08/11/2024	CRISTIANO ZANIN	Rcl 71644 AgR	DIREITO TRABALHISTA E CONSTITUCIONAL. AGRAVO REGIMENTAL NA RECLAMAÇÃO. AUSÊNCIA DE NULIDADE. INVIABILIDADE DE INSTAURAÇÃO DE INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA. ALEGAÇÃO DE AFRONTA À AUTORIDADE DAS DECISÕES PROFERIDAS PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 324/DF, NAS AÇÕES DECLARATÓRIAS DE CONSTITUCIONALIDADE 48/DF E 66/DF E NAS AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.961/DF E 5.625/DF. ADERÊNCIA ESTRITA. EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO. AUSÊNCIA DE VÍCIO DE CONSENTIMENTO OU CONDIÇÃO DE VULNERABILIDADE. RECLAMAÇÃO JULGADA PROCEDENTE. AGRAVO DESPROVIDO. I. Caso em exame 1. Agravo regimental interposto contra decisão monocrática que julgou procedente reclamação para cassar o ato reclamado e afastar o vínculo de emprego reconhecido na Justiça do Trabalho, em observância às decisões prolatadas na ADPF 324/DF e no RE 958.252 RG/MG – Tema 725 RG. II. Questão em discussão 2. Definir se, no caso concreto, houve afronta aos precedentes vinculantes do Supremo Tribunal Federal que permitem a terceirização de qualquer atividade econômica e outras formas de contratação e prestação de serviços, alternativas à relação de trabalho. III. Razões de decidir 3. A decisão de procedência do pedido formulado nesta reclamação não é nula, tendo em vista que os princípios do contraditório e da ampla defesa estão plenamente atendidos na oportunidade de julgamento do presente agravo, no qual o recorrente alegou todos os argumentos e teses jurídicas que poderiam ter sido lançados em contestação. 4. Inviabilidade de instauração de Incidente de Assunção de Competência (IAC), diante da ausência de manifesta divergência entre as Turmas deste Tribunal (art. 947, § 4º, do Código de Processo Civil). Pedido indeferido. 5. A reclamação proposta por violação de decisões proferidas em ADC, ADI e ADPF não exige o esgotamento de instância. No caso em tela, a reclamação prescinde do esgotamento de instância na origem, tendo em vista a alegação de violação da ADPF 324/DF, das ADCs 48/DF e 66/DF e das ADIs 3.961/DF e 5.625/DF. 6. Ao reconhecer o vínculo de emprego, a Justiça do Trabalho desconsiderou os aspectos jurídicos relacionados à questão, em especial os precedentes do Supremo Tribunal Federal que consagram a liberdade econômica e de organização das atividades produtivas e admitem outras formas de contratação de prestação de serviços. IV. Dispositivo e tese 7. Agravo regimental desprovido.
109	18/11/2024	CRISTIANO ZANIN	Rcl 69222 AgR	DIREITO TRABALHISTA E CONSTITUCIONAL. AGRAVO REGIMENTAL NA RECLAMAÇÃO. ALEGAÇÃO DE AFRONTA À AUTORIDADE DAS DECISÕES PROFERIDAS PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 324/DF E NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 958.252 RG/MG (TEMA 725/RG). ADERÊNCIA ESTRITA. ADVOGADA. AUSÊNCIA DE VÍCIO DE CONSENTIMENTO OU CONDIÇÃO DE VULNERABILIDADE. RECLAMAÇÃO JULGADA PROCEDENTE. AGRAVO DESPROVIDO. I. Caso em exame 1. Agravo regimental interposto contra decisão monocrática que julgou procedente reclamação ajuizada por escritório de advocacia contra acórdão do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região – TRT1. II. Questão em discussão 2. Verificar se o acórdão do Tribunal de origem afrontou os precedentes vinculantes do Supremo Tribunal ao reconhecer o vínculo empregatício entre uma advogada e um escritório de advocacia. III. Razões de decidir 3. O acórdão do Tribunal de origem desconsidera os precedentes do Supremo Tribunal que permitem a terceirização e a contratação de advogados sem vínculo empregatício, conforme a ADPF 324/DF e o RE 958.252 RG/MG – Tema 725 da Repercussão Geral. 4. A contratação de advogados sem vínculo de emprego é válida e prevista no Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB. IV. Dispositivo e tese 5. Agravo regimental desprovido.
110	18/11/2024	FLÁVIO DINO	Rcl 68235 AgR	DIREITO TRABALHISTA E CONSTITUCIONAL. AGRAVO REGIMENTAL NA RECLAMAÇÃO. ALEGAÇÃO DE AFRONTA À AUTORIDADE DAS DECISÕES PROFERIDAS PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 324/DF, NAS AÇÕES DECLARATÓRIAS DE CONSTITUCIONALIDADE 48/DF E 66/DF E NAS AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.961/DF E 5.625/DF. ADERÊNCIA ESTRITA. CORRETOR DE IMÓVEIS. AUSÊNCIA DE VÍCIO DE CONSENTIMENTO OU CONDIÇÃO DE VULNERABILIDADE. RECLAMAÇÃO À QUAL SE NEGOU SEGUIMENTO. AGRAVO PROVIDO, COM FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. I. Caso em exame 1. Agravo regimental interposto contra decisão monocrática que negou seguimento à reclamação, pois considerou que a decisão reclamada não violou o que decidido pelo Supremo Tribunal Federal nos julgamentos da ADPF 324/DF, da ADC 48/DF, da ADI 3.961/DF, da ADI 5.625/DF e do RE 958.252/MG, Tema 725 da Repercussão Geral. II. Questão em discussão 2. Definir se, no caso concreto, houve afronta aos precedentes vinculantes do Supremo Tribunal Federal que permitem a terceirização de qualquer atividade econômica e outras formas de contratação e prestação de serviços, alternativas à relação de trabalho. III. Razões de decidir 3. Ao

				reconhecer o vínculo de emprego, a Justiça do Trabalho desconsiderou os aspectos jurídicos relacionados à questão, em especial os precedentes do Supremo Tribunal Federal que consagram a liberdade econômica e de organização das atividades produtivas e admitem outras formas de contratação de prestação de serviços. IV. Dispositivo e tese 4. Agravo regimental provido para julgar procedente o pedido para cassar a decisão reclamada e afastar o vínculo empregatício reconhecido pela Justiça do Trabalho, em relação aos serviços de corretagem, em obediência aos precedentes firmados na ADPF 324/DF, na ADC 48/DF, na ADI 3.961/DF, na ADI 5.625/DF e no RE 958.252/MG, Tema 725 da Repercussão Geral.
111	18/11/2024	FLÁVIO DINO	Rcl 69753 AgR	CONSTITUCIONAL, TRABALHISTA E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NA RECLAMAÇÃO. OFENSA AO QUE DECIDIDO POR ESTE TRIBUNAL NO JULGAMENTO DA ADPF 324 E DO TEMA 725 DA REPERCUSSÃO GERAL.PERMISSÃO CONSTITUCIONAL DE FORMAS ALTERNATIVAS DA RELAÇÃO DE EMPREGO. RECURSO PROVIDO PARA JULGAR PROCEDENTE A RECLAMAÇÃO. I. CASO EM EXAME 1. Agravo Interno contra decisão que negou seguimento à Reclamação. II. QUESTÃO JURÍDICA EM DISCUSSÃO 2. Discute-se a violação à autoridade da decisão proferida por esta CORTE nos autos da ADPF 324, Rel. Min. ROBERTO BARROSO; da ADC 48, Rel. Min. ROBERTO BARROSO; da ADI 3.961, Rel. Min. ROSA WEBER, e ADI 5.625, Red. p/ o Acórdão Min. NUNES MARQUES, bem como no julgamento do Tema 725-RG, RE 958.252, Rel. Min. LUIZ FUX. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A conclusão adotada pelo acórdão reclamado, afirmando-se a existência de relação de emprego e a celebração de contrato de prestação de serviços com o intuito de afastar a aplicação da legislação trabalhista, acabou por contrariar os resultados produzidos no RE 958.252, Tema 725-RG, na ADPF 324 e na ADC 48, nos quais esta CORTE assentou a licitude de outras formas de relação de trabalho que não a relação de emprego regida pela CLT, como na própria terceirização ou em casos específicos, como a previsão da natureza civil da relação decorrente de contratos firmados nos termos da Lei 11.442/2007, ou a previsão da natureza civil para contratos de parceria entre salões de beleza e profissionais do setor, nos termos da Lei 13.352/2016. IV. DISPOSITIVO 4. Recurso de Agravo a que se dá provimento para julgar procedente a Reclamação.
112	19/11/2024	FLÁVIO DINO	Rcl 68277 AgR	AGRAVO REGIMENTAL EM RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL. NULIDADE DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. ELEMENTOS CARACTERIZADORES DA RELAÇÃO DE EMPREGO RECONHECIDOS PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. ALEGAÇÃO DE AFRONTA À ADPF 324 E AO RE 958.252 | TEMA 725 - RG. IMPERATIVA ANÁLISE FUNDAMENTADA NOS VALORES CONSTITUCIONAIS DAS RESPONSABILIDADES FISCAL E SOCIAL. ÓBICES PROCESSUAIS. REQUISITOS DA RELAÇÃO DE EMPREGO CONFIGURADOS, CONSOANTE ANÁLISE DE FATOS E PROVAS NA INSTÂNCIA PRÓPRIA. IMPOSSIBILIDADE DE REVOLVIMENTO DO ACERVO PROBATÓRIO NA EXCEPCIONAL VIA DA RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL, QUE NÃO É SUCEDÂNEO RECURSAL. AUSÊNCIA DE ADERÊNCIA ESTRITA ENTRE A DECISÃO RECLAMADA E O PARADIGMA APONTADO. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. I. CASO EM EXAME 1. Cuida-se de reclamação constitucional ajuizada contra decisão proferida por órgão da Justiça do Trabalho, que - após instrução probatória - assentou a existência de relação empregatícia, a despeito da existência de contrato de prestação de serviços. 2. Tema que tem incidência quanto ao cumprimento dos deveres constitucionais relativos aos direitos fundamentais e às responsabilidades fiscal e social (arts. 3º, I e III; 6º; 7º; 167-A; 193; 194 e 195 da Constituição Federal). 3. A reclamante alega que a análise fático-probatória realizada em sede de ação trabalhista, que declarou o vínculo empregatício de profissional contratado na qualidade de prestador de serviços (Senior Account), violou a ADPF 324 e o RE 958.252 | Tema 725 - RG. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 3. Está em discussão saber se acórdão que declara vínculo de emprego, em desconsideração a contrato de prestação de serviços, implica violação ao decidido por esta Corte na ADPF 324 e no RE 958.252 | Tema 725 - RG. III. RAZÕES DE DECIDIR 4. À semelhança do que ocorre com o Habeas Corpus, a Reclamação Constitucional não se presta à análise verticalizada de fatos e provas ou para funcionar como sucedâneo recursal. Precedentes. 5. No presente caso, a decisão objeto de Reclamação Constitucional não afastou, direta ou indiretamente, a constitucionalidade ou legalidade da terceirização da atividade-fim ou de outras formas de organização do trabalho. Nenhum dos precedentes vinculantes invocados impede o reconhecimento de relação de emprego em cada caso concreto. O vínculo empregatício não é compulsório, tampouco foi banido da ordem jurídica. Trata-se de análise específica, de lide com contornos próprios, e não de debate abstrato sobre tese jurídica. 6. O acórdão reclamado desconsiderou a relação societária e reconheceu o vínculo de emprego, pois, conforme acervo fático e probatório, os elementos fático-jurídicos da relação de emprego foram preenchidos. Demais disso, as provas produzidas não demonstraram estar configuradas autonomia ou condição de sócio real. 7. O assentado na ADPF 324 e no RE 958.252 não impede que o Poder Judiciário possa constatar a existência de abusos ou desvirtuamentos na terceirização ou em outras formas de divisão do trabalho, bem como não autoriza a utilização de instrumentos jurídicos como forma de burla ao cumprimento da legislação trabalhista (nesse sentido: RCL 47699 AgR). 8. Impossível presumir que o contrato societário formalizado sempre está de acordo com a Lei, nem o contrário, daí a imprescindibilidade da produção probatória, sob o crivo do contraditório e atendendo ao dever de motivação das

				decisões judiciais. 9. O princípio da livre iniciativa permite múltiplas formas de prestação de serviços e parcerias empresariais, desde que observadas as regras constitucionais e legais que asseguram as responsabilidades fiscal e social, para as atuais e futuras gerações, sob pena de repercussão negativa na proteção e na promoção do regime constitucional dos direitos sociais, inclusive quanto ao financiamento da seguridade social. Necessidade de cumprimento dos deveres constitucionais relativos às responsabilidades fiscal e social (arts. 3º, I e III; 6º; 7º; 167-A; 193; 194; 195, da Constituição Federal). 1. Não se verifica na presente Reclamação Constitucional, a estrita aderência entre o ato impugnado e o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252 (Tema 725 - Repercussão Geral). IV. DISPOSITIVO 11. Agravo regimental a que se nega provimento.
113	27/11/2024	CRISTIANO ZANIN	Rcl 67107 AgR	DIREITO TRABALHISTA E CONSTITUCIONAL. AGRAVO REGIMENTAL NA RECLAMAÇÃO. ALEGAÇÃO DE AFRONTA À AUTORIDADE DAS DECISÕES PROFERIDAS PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA AÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 324/DF, NA AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE 48/DF E NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.625/DF. ADERÊNCIA ESTRITA. ESPECIALISTA EM CRÉDITO IMOBILIÁRIO. AUSÊNCIA DE VÍCIO DE CONSENTIMENTO OU CONDIÇÃO DE VULNERABILIDADE. AGRAVO PROVIDO COM FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS. I. Caso em exame 1. Trata-se de agravo regimental interposto contra decisão monocrática proferida pelo Relator, Ministro Flávio Dino, que negou seguimento à reclamação, por ter considerado que a decisão reclamada não violou o decidido pelo Supremo Tribunal Federal nos julgamentos da ADPF 324/DF, da ADC 48/DF, da ADI 5.625/DF e do RE 958.252/MG, Tema 725 da Repercussão Geral. II. Questão em discussão 2. Definir se, no caso concreto, houve afronta aos precedentes vinculantes do Supremo Tribunal Federal que permitem a terceirização de qualquer atividade econômica e outras formas de contratação e prestação de serviços, alternativas à relação de trabalho. III. Razões de decidir 3. Ao reconhecer o vínculo de emprego, a Justiça do Trabalho desconsiderou os aspectos jurídicos relacionados à questão, em especial os precedentes do Supremo Tribunal Federal que consagram a liberdade econômica e de organização das atividades produtivas e admitem outras formas de contratação de prestação de serviços. IV. Dispositivo e tese 4. Agravo regimental provido, com a fixação de honorários advocatícios.
114	28/11/2024	EDSON FACHIN	Rcl 68232 AgR	Agravo Regimental na Reclamação. 2. Direito Constitucional, Civil e do Trabalho. 3. Terceirização. Pejotização. 4. Liberdade de organização produtiva dos cidadãos. Licitude de outras formas de organização do trabalho. 5. Violação ao entendimento firmado na ADPF 324. 6. Agravo regimental provido, para julgar procedente a reclamação.
115	13/12/2024	DIAS TOFFOLI	Rcl 65909 AgR-segundo	Direito constitucional. Direito do trabalho. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 324. Tema nº 725 da Repercussão Geral. Pejotização. Vínculo empregatício com profissionais autônomos que atuam na área de corretagem imobiliária. Fatos e provas. Reexame. Impossibilidade. Ausência de estrita aderência entre o ato reclamado e as decisões paradigmas. Agravo regimental não provido. 1. A Justiça do Trabalho declarou subsistente o auto de infração em que foi reconhecido o vínculo de emprego entre a parte agravante e 712 corretores de imóveis contratados sob a roupagem de autônomos a partir das provas produzidas nos autos, pelo preenchimento dos requisitos caracterizadores da relação de emprego. Assim, conforme assentado na decisão agravada, a “controvérsia foi solucionada à luz da primazia da realidade, seguindo a linha da compreensão assentada em sede de processo administrativo, bem como da Ação Civil Pública nº 0000412-64.2012.5.09.0088, com fundamento nos elementos concretos de prova e normas jurídicas que orientam a atuação judicante” . 2. O cabimento da reclamação constitucional requer a demonstração de aderência estrita do objeto do ato reclamado ao conteúdo das decisões paradigmáticas do STF, o que não ocorreu na espécie. 3. Agravo regimental não provido.
116	19/12/2024	FLÁVIO DINO	Rcl 68126 AgR	DIREITO DO TRABALHO. AGRAVO REGIMENTAL NA RECLAMAÇÃO. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FIRMADO ENTRE PESSOAS JURÍDICAS. RECONHECIMENTO DE RELAÇÃO DE EMPREGO. NÃO CONHECIMENTO DE EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. ALEGAÇÃO DE AFRONTA AO RE 611.503 (TEMA 360 DA REPERCUSSÃO GERAL). NÃO ESGOTAMENTO DE INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. ALEGAÇÃO DE AFRONTA À SÚMULA VINCULANTE 10. NÃO OCORRÊNCIA. DECISÃO QUE NÃO ESTÁ FUNDAMENTADA NA INCOMPATIBILIDADE DE NORMA LEGAL COM A CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ALEGAÇÃO DE AFRONTA À ADPF 324, À ADC 48, À ADI 3961, À ADI 5625 E AO RE 958.252 (TEMA 725 - REPERCUSSÃO GERAL). ANÁLISE DE FATOS E PROVAS NA INSTÂNCIA PRÓPRIA. IMPOSSIBILIDADE DE REVOLVIMENTO DO ACERVO PROBATÓRIO NA EXCEPCIONAL VIA DA RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE REDISCUSSÃO DE MATÉRIA TRANSITADA EM JULGADO. A RECLAMAÇÃO NÃO PODE FUNCIONAR COMO SUCEDÂNEO DE AÇÃO RESCISÓRIA. AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. I. CASO EM EXAME 1. Cuida-se de reclamação constitucional ajuizada contra decisão proferida, em sede de cumprimento de sentença, que não conheceu de exceção

				de pré-executividade e manteve decisão da Justiça do Trabalho que - após instrução probatória - reconheceu a presença dos requisitos caracterizadores de vínculo empregatício na relação estabelecida entre empresa e trabalhador contratado mediante pessoa jurídica. 2. A agravante alega que o título executivo é inexigível, pois supostamente incompatível com o assentado na ADPF 324, na ADC 48, na ADI 3961, na ADI 5625 e no RE 958.252 (Tema 725 da Repercussão Geral). Destaca que a inexigibilidade do título leva à aplicação do RE 611.503 (Tema 360 - RG) e que a manutenção do cumprimento de sentença/execução implica afronta à Súmula Vinculante 10 por afastar a incidência do art. 525, §§ 11, 12 e 14 do CPC/2015, e do art. 884, §5º, da CLT. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 3. Está em discussão saber se viola a ADPF 324, a ADC 48, a ADI 3961, a ADI 5625, o RE 958.252 (Tema 725 - Repercussão Geral), o RE 611.503 (Tema 360 da Repercussão Geral) e a Súmula Vinculante 10 decisão que não conhece de exceção de pré-executividade e mantém execução de acórdão da Justiça do Trabalho que - após instrução probatória - reconheceu a presença dos requisitos caracterizadores de vínculo empregatício na relação estabelecida entre empresa e trabalhador contratado mediante pessoa jurídica. III. RAZÕES DE DECIDIR 4. Esgotamento de instância não evidenciado para fins de enfrentamento do Tema 360 - RG. Contudo, ainda que se ultrapassasse tal óbice, a agravante não obteria êxito ante a impossibilidade da reclamação constitucional funcionar como sucedâneo de ação rescisória. 5. Quase dois anos após o trânsito em julgado do acórdão exequendo, a reclamante reabre discussão quanto à ocorrência de violação dos paradigmas de controle invocados, o que é inviável. Não se trata de estabelecer limitação temporal ou condicional para os efeitos rescisórios dos instrumentos processuais previstos nos arts. 525, § 1º, III e §§ 12 e 14, e 535, § 5º, CPC/2015 ou no art. 884, §5º, da CLT, mas sim de evitar que a reclamação seja indevidamente utilizada como sucedâneo de ação rescisória a fim de possibilitar rediscussão de matéria coberta pelo trânsito em julgado, o que não atende à finalidade constitucional deste tipo de ação. Precedentes e Súmula 734, STF. 6. À semelhança do que ocorre com o Habeas Corpus, a Reclamação Constitucional não se presta à análise verticalizada de fatos e provas ou para funcionar como sucedâneo recursal. Precedentes. 7. A mudança de entendimento visada depende de revolvimento fático-probatório, pois, para afastar o vínculo de emprego reconhecido pela origem, há necessidade de reanalisar fatos e provas já valorados pela Justiça do Trabalho. Não obstante, tais elementos não são passíveis de nova aferição pela via estreita da reclamação, após o trânsito em julgado da decisão de mérito. 8. Não ocorrência de violação à Súmula Vinculante 10, na medida em que não houve qualquer afastamento de dispositivos do CPC/2015 e da CLT com fundamento em incompatibilidade com Constituição da República. IV. DISPOSITIVO 9. Agravo regimental a que se nega provimento.
117	19/12/2024	NUNES MARQUES	Rcl 70004 AgR	DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO. AGRAVO INTERNO EM RECLAMAÇÃO. TERCEIRIZAÇÃO. LICITUDE. ADPF 324. ACÓRDÃO. DESRESPEITO CONFIGURADO. RECURSO DESPROVIDO. I. CASO EM EXAME 1. Agravo interno interposto de decisão que julgou procedente o pedido por entender que o Tribunal de origem deixou de observar a orientação firmada no julgamento da ADPF 324. 2. O agravante alega configurados os pressupostos da relação empregatícia, a evidenciar fraude mediante contrato societário, tendo como não configurada aderência temática entre ato reclamado e paradigma. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. A questão em discussão consiste em saber se, diante da existência de contrato de sociedade, a relação entre as partes configura vínculo empregatício ou relação comercial válida, nos termos do decidido na ADPF 324. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. No caso concreto, a relação estabelecida entre as partes, mediante contrato societário, enquadra-se nas formas lícitas de terceirização, não havendo elementos que justifiquem o reconhecimento de vínculo empregatício. 4. O acórdão reclamado, ao reconhecer a relação de emprego, divergiu da orientação desta Corte, que admite a validade de contratos civis para a terceirização de atividades, conforme proclamado na ADPF 324. IV. DISPOSITIVO 5. Agravo interno desprovido.
118	19/12/2024	NUNES MARQUES	Rcl 64749 AgR	DIREITO CONSTITUCIONAL E TRABALHISTA. AGRAVO INTERNO EM RECLAMAÇÃO. TERCEIRIZAÇÃO. LICITUDE. ADPF 324. ACÓRDÃO. DESRESPEITO CONFIGURADO. RECURSO DESPROVIDO. I. CASO EM EXAME 1. Agravo interno interposto de decisão mediante a qual julgado procedente o pedido formulado ante desrespeito à orientação firmada no julgamento da ADPF 324. 2. Busca-se, nas razões recursais, a manutenção de acórdão do TRT em que reconhecido vínculo empregatício, a despeito do contrato de franquia firmado. 3. A parte agravada argumenta que a relação estabelecida decorre de legítima terceirização, em conformidade com a ADPF 324. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 4. A questão em discussão consiste em saber se, diante da existência de contrato civil de franquia, a relação entre as partes configura vínculo empregatício ou relação comercial válida, nos termos da ADPF 324. III. RAZÕES DE DECIDIR 5. No caso, a relação estabelecida entre as partes, mediante contrato de franquia, enquadra-se nas formas lícitas de terceirização, não havendo elementos que justifiquem o reconhecimento de vínculo empregatício. 6. O acórdão reclamado, ao reconhecer a relação de emprego, divergiu da orientação desta Corte, que admite a validade de contratos civis para a terceirização de atividades, conforme decidido na ADPF 324. IV. DISPOSITIVO 7. Agravo interno desprovido.

119	19/12/2024	EDSON FACHIN	Rcl 70660 AgR	RECLAMAÇÃO. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. RELAÇÃO DE EMPREGO. CONSTATAÇÃO. TEMA 725 DA REPERCUSSÃO GERAL. NÃO ESGOTAMENTO DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. ADPF 324, ADC 48 E ADI 3961. AUSÊNCIA DE ADERÊNCIA ESTRITA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. I. Caso em exame: 1. Acórdão reclamado que reconheceu a existência de vínculo empregatício diante da presença dos requisitos dos arts. 2º e 3º da CLT. II. Questão em discussão 2. Verificar a incidência do óbice do art. 988, § 5º, II, do CPC, bem como a existência de aderência da questão objeto da reclamação àquela discutida na ADPF 324, na ADC 48 e na ADI 3961. III. Razões de decidir 3. Nos termos do art. 988, 5º, II, do CPC, é inadmissível a reclamação proposta para garantir a observância de acórdão de recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida ou de acórdão proferido em julgamento de recursos extraordinário ou especial repetitivos, quando não esgotadas as instâncias ordinárias. 4. A apreciação das reclamações constitucionais por este Supremo Tribunal Federal não pode, de forma abstrata e generalizada, impor natureza comercial ao vínculo decorrente de qualquer espécie de contrato, excluindo, aprioristicamente, o regime de direitos fundamentais sociais trabalhistas preconizado pelo art. 7º da Constituição da República, se, nessa relação, estiverem presentes os elementos caracterizadores da relação de emprego. 5. A ausência de aderência estrita entre a matéria constante do ato impugnado e aquela analisada por este Tribunal nos processos paradigmas invocados torna inadmissível a reclamação constitucional. 6. É inviável a reclamação cujo conhecimento dependa do reexame do conjunto fático-probatório a que chegaram as instâncias ordinárias. IV. Dispositivo 7. Agravo regimental a que se nega provimento.

Elaborado pelo autor.